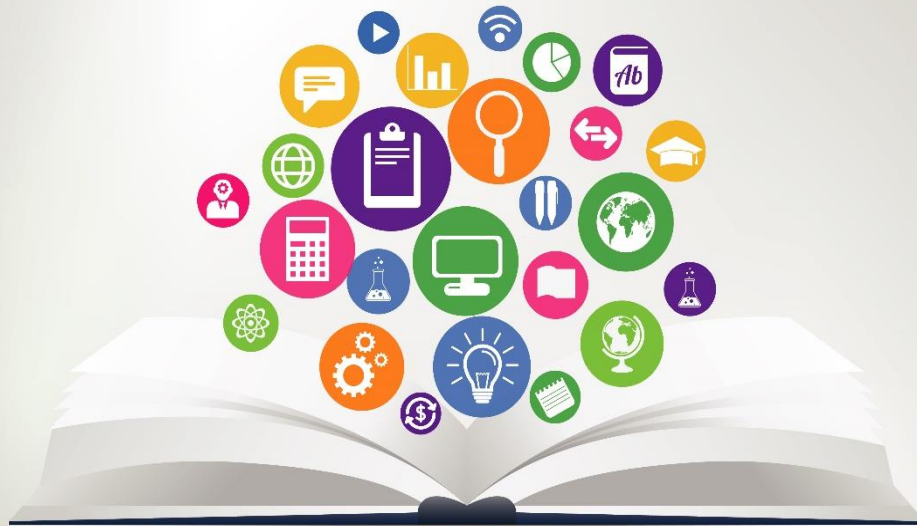




10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.



JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA


Fema
Fundação Educacional
Machado de Assis



X JORNADA
INTERDISCIPLINAR
DE PESQUISA

10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.



Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

10, 11 E 12 DE NOV. 2020



Fundação Educacional
Machado de Assis



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ORGANIZAÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Prof.ª Dr.ª Bianca Tams Diehl
Coordenadora do Curso de Direito

Prof.ª Me. Anderson Pinceta
Coordenador do Curso de Ciências
Contábeis, do curso de Administração e de
Gestão de Recursos Humanos

Prof. Me. Denise Felber
Coordenadora do Curso Tecnológico em
Gestão da Tecnologia da Informação

Prof. Me. Paulo Mix
Coordenador do Curso de Enfermagem

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-
Graduação e Extensão - NPPGE

Prof. Adm. Antonio Roberto Lausmann
Ternes
Diretor Geral das Faculdades Integradas
Machado de Assis

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert

EDITORAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert

REVISÃO

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert

CAPA

Eliane Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Assessoria de Imprensa da FEMA

APOIO TÉCNICO

Franciele Seger
Victor Kmiecik

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis (10., 2020): Santa Rosa/RS). Anais da X Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1.Pesquisa Científica. 2.Artigos Científicos. 3.Resumos Expandidos. I. Faculdades Integradas Machado de Assis.

CDU: 001.8



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	12
ANAIS DO EVENTO.....	18
ARTIGOS CIENTÍFICOS APROVADOS PARA OS ANAIS DO EVENTO.....	19
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	20
<i>Anderson Lunkes</i>	
<i>Gustavo Sapper</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
<i>Augusto Rieger Lucchese</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
PERSPECTIVA DOS GESTORES DE EMPRESAS BOAVISTENSES COM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DO CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES.....	41
<i>Charles Vogt</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
<i>Augusto Rieger Lucchese</i>	
O MERCADO FINANCEIRO: SUAS OPORTUNIDADES E DIVERSIFICAÇÕES.....	59
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
<i>Augusto Rieger Lucchese</i>	
<i>Guilherme Buzanello</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL DO INTERIOR DE CAMPINA DAS MISSÕES PARA MELHORIAS NA PRODUÇÃO LEITEIRA.....	76
<i>Caroline Souza Krein</i>	
<i>Lauri Aloísio Heckler</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Denise Felber</i>	



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

PAPEL PREPONDERANTE DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) NOS VALORES DEFENDIDOS POR ORGANIZAÇÕES BEM COLOCADAS NO RANKING DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR (GREAT PLACE TO WORK – GPTW) EM 2018 NO RIO GRANDE DO SUL.....	94
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Daniel Knebel Baggio</i>	
<i>Diogo Motta Tibulo</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ACESSO A DIREITOS ATRAVÉS DO INSS DIGITAL.....	106
<i>Claudia Fernanda Veiga de Mendonça</i>	
AÇÕES DE MARKETING EM UMA EMPRESA DE PROVEDOR DE INTERNET DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	125
<i>Cristiane Weber</i>	
<i>Denise Felber</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Rafael da Silva Lopes</i>	
<i>Lauri Aloisio Heckler</i>	
ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA PEQUENA EMPRESA DO RAMO DE INFORMÁTICA.....	163
<i>Douglas Melchior</i>	
<i>Henrique Mateus Kohhann</i>	
<i>Cristiane Melchior</i>	
<i>Ana Claudia Stalter</i>	
EU SINTO A DOR DE TODAS ESSAS VIDAS: AUGUSTO DOS ANJOS, OS DOENTES E OS VULNERÁVEIS.....	183
<i>Victor Matheus Soares</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
LÍNGUAS DE HERANÇA (<i>HERITAGE LANGUAGES</i>) E SUA MANUTENÇÃO NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES SOBRE UMA LÍNGUA MINORITÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	203
<i>Claudia Raquel Wagner</i>	



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CARGOS DE LIDERANÇA EXERCIDOS POR MULHERES EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE.....	222
<i>Luis Eduardo da Silva Hammacher</i>	
O ÓDIO QUE NÓS SEMEAMOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DA OBRA DE ANGIE THOMAS.....	239
<i>Júlia Vier Ramos</i>	
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA ALTERNATIVA PARA A BUSCA DO CONSENSO NA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES CONTRATUAIS.....	271
<i>Diogo Motta Tibulo</i>	
<i>Paola Lazzaretti Victor</i>	
BRINCAR NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA CLÍNICA E INSTITUCIONAL.....	290
<i>Franciela Führ</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL: TIPIFICAÇÃO LEGAL E ASPECTOS PSICOLÓGICOS DOS ENVOLVIDOS.....	310
<i>Renata Lukrafka Kowalczyk</i>	
<i>Mário José Puhl</i>	
O ACESSO AO CONHECIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	325
<i>Valdecir Luis Brisch</i>	
<i>Mário José Puhl</i>	
O DESENHO NA ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO: UMA EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19.....	343
<i>Rudiane de Moura Lima Meneghetti</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL PSICOPEDAGOGO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DAS APRENDIZAGENS INFANTIS.....	367
<i>Carolina Werle Lunkes</i>	
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
O FENÔMENO DO PAN-PRINCIPIOLOGISMO NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	385
<i>Camila Seffrin da Silva</i>	



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

- A APLICAÇÃO E EFETIVIDADE DO ICMS ECOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL ENQUANTO INSTRUMENTO EFICAZ PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....408
Camila Fernanda Krohn
Niki Frantz
- A CULTURA DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA-SOCIAL, JURÍDICA E HUMANA.....426
Emely Elisa Hermes
Laura dos Santos Griza
Maiara Schroder
Mário José Puhl
- O DIREITO É PURO? O DIREITO É PARA: PIERRE MENARD E A QUESTÃO DA AUTORIDADE.....448
Victor Matheus Soares
Renê Carlos Schubert Junior
- DOS ARQUÉTIPOS DOS JUÍZES PÓS-MODERNOS PARA O USO DE APRENDIZADO DE MÁQUINA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DE ROBÔS-JULGADORES.....464
Gabriel Henrique Hartmann
- POSSIBILIDADE DE USUCAPIR IMÓVEL OBJETO DE HERANÇA: REPERCUSSÃO DA USUCAPIÃO E O DIREITO À HERANÇA NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.....482
Andressa Zoia
Roberto Pozzebon
- FERRAMENTAS DA ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM A UTILIZAÇÃO DA MATRIZ BCG E DAS CINCO FORÇAS DE PORTER.....499
Guilherme Jacobs
Volmir Ferreira de Souza
Marcos Rogério Rodrigues
Janice Walter
Adelino Pedro Wisniewski



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO COM OS GESTORES DE CARTEIRA PESSOA FÍSICA DO SICREDI.....524

Leandro de Mello
Thiago Luis Dorneles Jaworski
Marcos Rogério Rodrigues
Adelino Pedro Wisniewski
Augusto Rieger Lucchese

A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA AS EMPRESAS – UM ENSAIO TEÓRICO.....543

Ana Paula Massuda de Oliveira
Marcos Rogério Rodrigues

ANÁLISE TÉCNICA COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO NO MERCADO DE AÇÕES.....563

Gabriel Klockner
Marcos Rogério Rodrigues
Adelino Pedro Wisniewski
Claiton José Damke
Janice Walter

RELEITURA DA OBRAS DE TOMIE OHTAKE, LUIZ SACILOTTO, VICTOR BRECHERET: INTEGRANDO ARTES E TECNOLOGIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE MINECRAFT EDUCATION.....582

Andressa Kotz
Marilei de Fátima Kovatli
Edilce Massafra Escobar
Ederson Luiz Locatelli

RESUMOS EXPANDIDOS APROVADOS PARA OS ANAIS DO EVENTO DISPONÍVEIS EM ARQUIVO INTITULADO XIX JORNADA E MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS & SOCIAIS.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

APRESENTAÇÃO

A X Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, realizada nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2020, consolida-se na articulação permanente entre docentes e discentes da Instituição. O intuito é fomentar debates e pesquisas que contribuam à análise dos desafios contemporâneos, criando um fórum integrado para apresentação de trabalhos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão, em âmbito internacional.

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, têm por objetivo precípuo, no evento, divulgar a produção científica dos acadêmicos de graduação, de pós-graduação e de docentes desta Instituição de Ensino Superior, bem como de outras participantes externas, constituindo um importante espaço de divulgação dos resultados de produções técnico-científicas que fortaleçam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao enfatizar a diversidade de temáticas, interdisciplinar e transdisciplinarmente, destaca-se na comunidade educacional e pública. Assim, considera-se que o objetivo de criar espaço para o debate acerca da temática, é alcançado com êxito. Efetivando a participação de investigadores das Ciências Sociais e Aplicadas, das Ciências Humanas e da Saúde das Faculdades Integradas Machado de Assis e de outros setores educacionais e comunitários, dezessete salas temáticas são empreendidas, comportando as apresentações e os debates mediados pelo corpo docente da comunidade acadêmica participante, de diferentes áreas do saber.

A X Jornada Interdisciplinar de Pesquisa – FEMA também encerra, com suas apresentações científicas, a XXII Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis; a XIX Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito; a XIV Mostra de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Trabalhos Científicos de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão da Tecnologia da Informação; bem como a I Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.

A Coordenação do **Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE** e a Direção Geral das **Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA** sentem-se gratificadas e agradecidas em relação ao empenho demonstrado pelos coordenadores de Curso, pelos professores mediadores das salas de debate e dos participantes, apresentadores e ouvintes, docentes e discentes, da **X Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**. Deseja-se, portanto, uma excelente leitura desta mostra de trabalhos científico-acadêmicos dispostas nos Anais do Evento.

Mariel da Silva Haubert
Prof.^a Dra. das Faculdades Integradas Machado de Assis
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMA



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.



Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

10, 11 E 12 DE NOV. 2020

19h30 On-line

ISBN: 2177-1103

Submissão de Trabalhos: Até 26 de outubro. Inscrições até 09 de novembro.
Programação dos Eventos Integrados: 10, 11 e 12 de novembro
Programação da Jornada Interdisciplinar de Pesquisa: 12 de novembro

Eventos Integrados

- XXII Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis;
- XIX Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito;
- XIX Mostra de Trabalhos Científicos e Tecnológicos de Gestão da Tecnologia da Informação e de Gestão de Recursos Humanos;
- I Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.
- Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos.



O que você
vive aqui
fica para
sempre!





10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

A programação tem o intuito de organizar os diferentes Grupos de Apresentação e de Debate inseridos na X Jornada Interdisciplinar de Pesquisa FEMA, de forma a otimizar e adequar a participação de todos convidados e ingressantes no acontecimento:

XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVIII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA X JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 12.11.20 – Sala Temática 1		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/8411c01dcedc4d26853888e006456f90		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: ANDERSON PINCETA ADELINO PEDRO WISNIEWKI JANICE WALTER		
Assessores Acadêmicos: BRUNO HENRIQUE DA SILVA PRETZEL JANAINA WEBER JOHANN		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	ANDERSON LUNKES GUSTAVO SAPPER AUGUSTO RIEGER LUCCHESI ADELINO PEDRO WISNIEWKI MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES
20h10min	PERSPECTIVA DOS GESTORES DE EMPRESAS BOAVISTENSES COM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DO CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES	CHARLES VOGT MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES JANICE WALTER ADELINO PEDRO WISNIEWKI AUGUSTO RIEGER LUCCHESI
20h35min	O MERCADO FINANCEIRO: SUAS OPORTUNIDADES E DIVERSIFICAÇÕES	ADELINO PEDRO WISNIEWKI AUGUSTO RIEGER LUCCHESI GUILHERME BUZANELLO JANICE WALTER MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES
21h	INTERVALO	

21h15min	ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL DO INTERIOR DE CAMPINA DAS MISSÕES PARA MELHORIAS NA PRODUÇÃO LEITEIRA	CAROLINE SOUZA KREIN LAURI ALOISIO HECKLER JONAS BORDIM DENISE FELBER
21h40min	PAPEL PREPONDERANTE DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) NOS VALORES DEFENDIDOS POR ORGANIZAÇÕES BEM COLOCADAS NO RANKING DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR (GREAT PLACE TO WORK - GPTW) EM 2018 NO RIO GRANDE DO SUL	CAMILA GABRIELE CÂMARA DANIEL KNEBEL BAGGIO DIOGO MOTTA TIBULO
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVIII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTR DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA X JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 12.11.20 – Sala Temática 2 LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/bcaf6180414b4e2c8e7602c6fa3034b3 INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: DENISE <i>FELBER</i> LUIGI ANTONIO FARIAS LAZZARETTI MAXLAN MAXIMILIANO ROA		
Assessores Acadêmicos: CHARLES DA ROSA LINO ANDRESSA DA RONCH		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
20h35min	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ACESSO A DIREITOS ATRAVÉS DO INSS DIGITAL	CLÁUDIA FERNANDA VEIGA DE MENDONÇA
21h	INTERVALO	
21h15min	AÇÕES DE MARKETING EM UMA EMPRESA DE PROVEDOR DE INTERNET DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	CRISTIANE WEBER DENISE FELBER JONAS BORDIM RAFAEL DA SILVA LOPES LAURI ALOISIO HECKLER
21h40min	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA PEQUENA EMPRESA DO RAMO DE INFORMÁTICA	DOUGLAS MELCHIOR HENRIQUE MATEUS KOHHANN CRISTIANE MELCHIOR ANA CLÁUDIA STALTER



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVIII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA X JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMa		
DIA 12.11.20 – Sala Temática 3		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/c67913d1b56f49c5a4300d82c6288e30		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: SINARA CAMERA ROSMERI RADKE GABRIELE SCHEK Assessores Acadêmicos: VICTOR MATHEUS SOARES JÚLIA VIER RAMOS YURI GIOVAN LUSSANI		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	EU SINTO A DOR DE TODAS ESSAS VIDAS: AUGUSTO DOS ANJOS, OS DOENTES E OS VULNERÁVEIS	VICTOR MATHEUS SOARES BIANCA TAMS DIEHL MARIEL DA SILVA HAUBERT
20h10min	LÍNGUAS DE HERANÇA (HERITAGE LANGUAGES) E SUA MANUTENÇÃO NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES SOBRE UMA LÍNGUA MINORITÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	CLÁUDIA RAQUEL WAGNER
21h	INTERVALO	
21h40min	CARGOS DE LIDERANÇA EXERCIDOS POR MULHERES EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE	LUIS EDUARDO DA SILVA HAMMACHER
22h05min	O ÓDIO QUE NÓS SEMEAMOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DA OBRA DE ANGIE THOMAS	JÚLIA VIER RAMOS MARIEL DA SILVA HAUBERT
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVIII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA X JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMa		
DIA 12.11.20 – Sala Temática 4		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/6181260f746640969b995f013679f2e2		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: MARIEL HAUBERT JULIANE COLPO RAQUEL CALLEGARO		



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Assessores Acadêmicos: MÔNICA STORMOWSKI
GABRIELI VIERO DE OLIVEIRA
BIANCA LUIZA KREWER

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA ALTERNATIVA PARA A BUSCA DO CONSENSO NA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES CONTRATUAIS	DIOGO MOTTA TIBULO PAOLA LAZZARETTI VICTOR
20h10min	BRINCAR NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA CLÍNICA E INSTITUCIONAL	FRANCIELA FÜHR JULIANE COLPO
20h35min	O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL: TIPIFICAÇÃO LEGAL E ASPECTOS PSICOLÓGICOS DOS ENVOLVIDOS	RENATA LUKRAFKA KOWALCZUK MÁRIO JOSÉ PUHL
21h	INTERVALO	
21h15min	O ACESSO AO CONHECIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR	VALDECIR LUIS BRISCH MÁRIO JOSÉ PUHL
21h40min	O DESENHO NA ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO: UMA EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	RUDIANE DE MOURA LIMA MENEGHETTI JULIANE COLPO
22h05min	A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL PSICOPEDAGOGO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DAS APRENDIZAGENS INFANTIS	CAROLINA WERLE LUNKES MARIEL DA SILVA HAUBERT

XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO

XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

XVIII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO

I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE

TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA X JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM

DIA 12.11.20 – Sala Temática 5

LINK DE ACESSO: <https://us.bbcollab.com/guest/996b6fa119ca4aa4893fa8e0cf824849>

INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min

Membros da Banca: RAFAEL LAGO SALAPATA
ROBERTO LAUX JÚNIOR
TIAGO NEU JARDIM

Assessores Acadêmicos: GUILHERME SCARANTTI SALING
NAUARA RAÍZA DINARTE
JÉSSICA ZAMBELI BUCHELE



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	O FENÔMENO DO PAN-PRINCIPIOLOGISMO NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	CAMILA SEFFRIN SILVA
20h10min	A APLICAÇÃO E EFETIVIDADE DO ICMS ECOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL ENQUANTO INSTRUMENTO EFICAZ PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	CAMILA FERNANDA KROHN NIKI FRANTZ
20h35min	A CULTURA DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA-SOCIAL, JURÍDICA E HUMANA	EMELY ELISA HERMES LAURA DOS SANTOS GRIZA MAIAIRA SCHRODER MÁRIO JOSÉ PUHL
21h	INTERVALO	
21h15min	O DIREITO É PURO? O DIREITO É PARA: PIERRE MENARD E A QUESTÃO DA AUTORIDADE	VICTOR MATHEUS SOARES RENÊ CARLOS SCHUBERT JUNIOR
21h40min	DOS ARQUÉTIPOS DOS JUÍZES PÓS-MODERNOS PARA O USO DE APRENDIZADO DE MÁQUINA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DE ROBÔS-JULGADORES	GABRIEL HENRIQUE HARTMANN
22h05min	POSSIBILIDADE DE USUCAPIR IMÓVEL OBJETO DE HERANÇA: REPERCUSSÃO DA USUCAPIÃO E O DIREITO À HERANÇA NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL	ANDRESSA ZOIA ROBERTO POZZEBON
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVIII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVIII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA X JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 12.11.20 – Sala Temática 6		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/64c9bcb091704bd59809d2cbb20ce011		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: AUGUSTO RIEGER LUCCHESI JEREMYAS MACHADO SILVA GILSON BRAZ DO AMARAL		
Assessores Acadêmicos: DANIELE KOCHHANN SIMONE INÊS HENZ		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

19h45min	FERRAMENTAS DA ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM A UTILIZAÇÃO DA MATRIZ BCG E DAS CINCO FORÇAS DE PORTER	GUILHERME JACOBS VOLMIR FERREIRA DE SOUZA MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES JANICE WALTER ADELINO PEDRO WISNIEWSKI
20h10min	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO COM OS GESTORES DE CARTEIRA PESSOA FÍSICA DO SICREDI	LEANDRO DE MELLO THIAGO LUIS DORNELES JAWORSKI ADELINO PEDRO WISNIEWSKI AUGUSTO RIEGER LUCCHESI MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES
20h35min	A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA AS EMPRESAS – UM ENSAIO TEÓRICO	ANA PAULA MASSUDA DE OLIVEIRA MARCOS <i>ROGÉRIO RODRIGUES</i>
21h	INTERVALO	
21h15min	ANÁLISE TÉCNICA COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO NO MERCADO DE AÇÕES	GABRIEL KLOCKNER MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES ADELINO PEDRO WISNIEWSKI CLAITON JOSÉ DAMKE JANICE WALTER
21h40min	RELEITURAS DA OBRA DE TOMIE OHTAKE, LUIZ SACILOTTO, VICTOR BRECHERET: INTEGRANDO ARTES E TECNOLOGIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE MINECRAFT EDUCATION	ANDRESSA KOTZ MARILEI DE FÁTIMA KOVATLI EDILCE MASSAFRA ESCOBAR EDERSON LUIZ LOCATELLI



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.



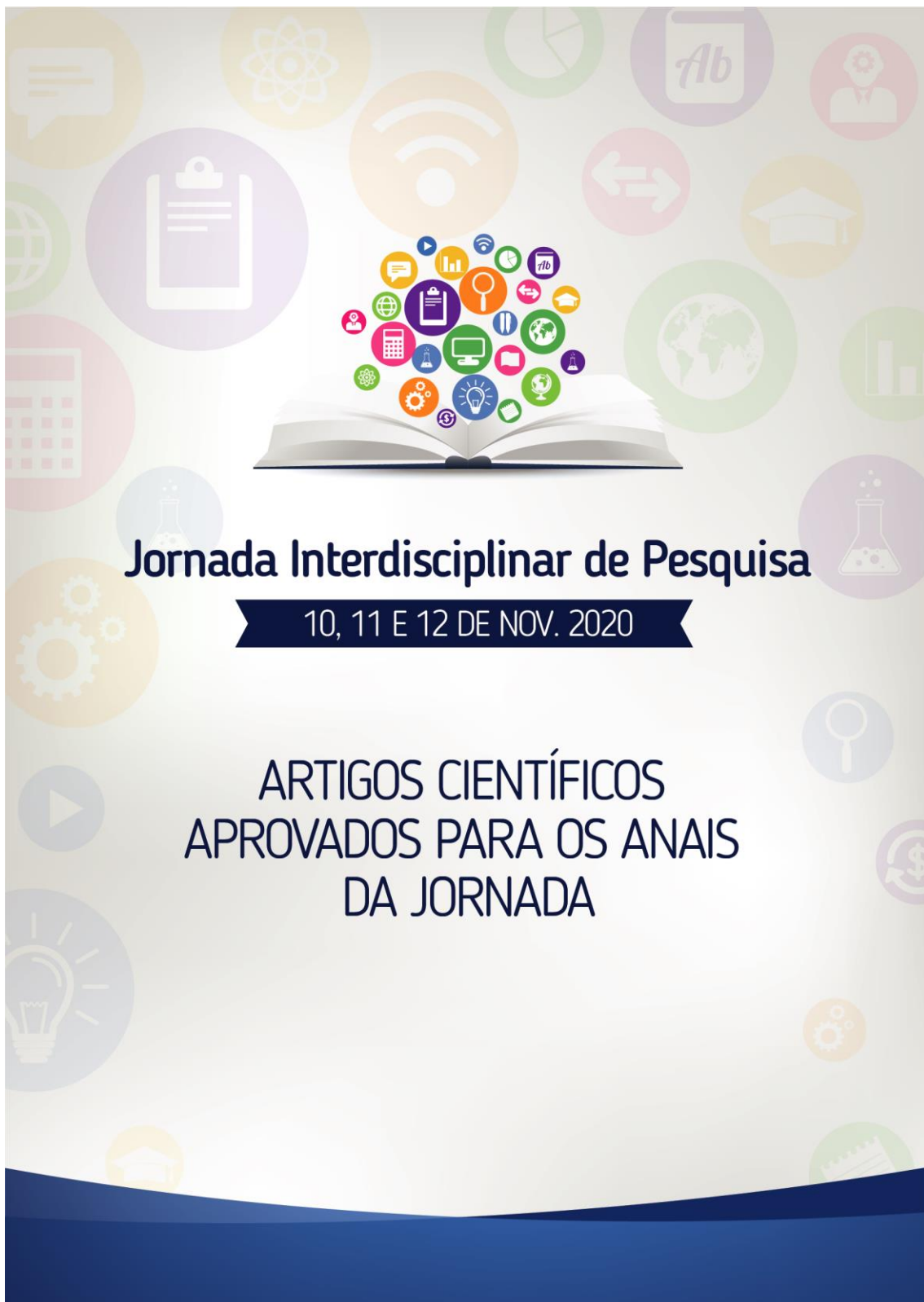
Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

10, 11 E 12 DE NOV. 2020

ANAIS



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.



Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

10, 11 E 12 DE NOV. 2020

ARTIGOS CIENTÍFICOS
APROVADOS PARA OS ANAIS
DA JORNADA



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Anderson Lunkes¹
Gustavo Sapper²
Adelino Pedro Wisniewski³
Augusto Rieger Lucchese⁴
Marcos Rogério Rodrigues⁵

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido sobre o tema planejamento tributário em uma empresa de prestação de serviços. E teve como questão problema: qual a melhor forma de tributação da empresa? O objetivo geral deste estudo foi identificar a atual forma de tributação da empresa, avaliando outra possibilidade de opção de regime, visando diminuir a carga tributária estando sempre em sintonia com a legislação em vigor. Sendo que especificamente, buscou-se analisar e estudar os tributos em que a empresa está obrigada; verificando os regimes tributários que a empresa poderá optar. Para a resolução da questão problema e alcance dos objetivos propostos, desenvolveu-se um estudo utilizando o método de pesquisa aplicada, por meio

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. andersonlunkes96@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gustavo_tavo7@gmail.com

³ Especialista em Administração em Administração Pública. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br.

⁴ Mestre em Contabilidade. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. augustorlijui@gmail.com

⁵ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de pesquisa bibliográfica, com relação ao tratamento usou-se a metodologia qualitativa e quantitativa, analisada de maneira exploratória. A análise e interpretação dos dados foi feita pela abordagem do método indutivo. As informações obtidas foram comparadas com o embasamento teórico de modo a estabelecer um melhor entendimento e enriquecimento da discussão do problema proposto. Com base nas análises realizadas foi possível responder a questão problema e alcançar os objetivos propostos, já que se evidenciou claramente qual a melhor modalidade tributária para a empresa em estudo.

Palavras-chave: Tributos – Planejamento - Modalidades de Tributação.

INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário, as empresas precisam adequar-se ao melhor regime, onde é possível diminuir sua carga tributária e alavancar seus resultados. O planejamento tributário permite que se façam melhores escolhas no que se refere ao pagamento de tributos. Diante disso, elaborou-se este artigo, o qual aborda o tema planejamento tributário em uma empresa de prestação de serviços. De modo que, com este estudo se busca responder à questão problema: qual a melhor forma de tributação para a empresa?

Este estudo teve como objetivo geral identificar a melhor forma de tributação de uma empresa do ramo de prestação de serviços. Sendo a empresa de Pequeno Porte (EPP), da qual tem como atividades principais atividades de vigilância e segurança privada, como atividades secundárias o monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, bem como, atividades de serviços pessoais, estando ativa desde o ano de 2005, localizada na cidade de Novo Hamburgo/RS, atuando dentro do estado do Rio Grande do Sul. Visando melhorar o desempenho da empresa, pretende-se avaliar a possibilidade de diminuir a carga tributária, promovendo a elisão fiscal, sempre em sintonia com a legislação em vigor. Para o desenvolvimento do trabalho, buscou-se analisar e estudar os tributos a que a empresa está obrigada; verificando os regimes tributários que a empresa poderá optar, além de comparar os regimes do lucro



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

real e do presumido.

Com relação à metodologia empregada na realização deste estudo, quanto a natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada e com relação ao tratamento dos dados esta pesquisa é considerada qualitativa e quantitativa. Considerando os objetivos traçados para este estudo, define-se que foram utilizadas as pesquisas exploratórias. Com relação à forma de pesquisa técnica, fez-se uso das pesquisas bibliográficas. Com base nos dados coletados fez-se o plano de análise e interpretação, sendo que a abordagem foi feita através do método indutivo.

As informações obtidas foram comparadas com o embasamento teórico de modo a estabelecer um melhor entendimento e enriquecimento da discussão do problema proposto.

Como primeira etapa fez-se uma breve introdução ao tema e, dando continuidade, foi desenvolvido o referencial teórico, abordando assuntos relacionados a tributo, regimes tributários e planejamento tributário. Na segunda etapa deste trabalho, estão os métodos e técnicas, categorização da pesquisa, coleta e tratamento de dados. Na terceira etapa, apresenta-se a análise dos resultados. Por fim, tem-se a conclusão, contendo os resultados e discussões. Mais do que nunca, a adequação correta ao regime tributário representa uma possibilidade de melhora nos rendimentos da empresa. Para tanto é fundamental que as organizações tenham informações acerca das possibilidades que possuem, de modo que possam realizar um planejamento adequado.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realização deste trabalho científico foram abordados temas como: tributos, regimes tributários e planejamento tributário e seus benefícios, de modo a obter embasamento teórico sobre esses assuntos.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

1.1 TRIBUTOS

Para o conceito de tributo o Código Tributário Nacional (CTN) define em seu artigo 3º que, “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” (BRASIL, 1966).

Percebe-se que “a obrigação de pagar tributos não depende da vontade do contribuinte, é compulsoriamente atribuída por força de lei aqueles que se enquadrarem em uma determinada situação.” (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010, p. 50). E os autores seguem expressando que “A Base de Cálculo é o valor sobre o qual é aplicada a alíquota para apuração do montante de tributo a pagar.” (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010, p. 52).

Assim Oliveira destaca “O tributo não existe sem fronteiras e reside nessas a limitação do poder de tributar. Tais limitações são formadas pela união de traços que demarcam o modo, o campo, a forma e a intensidade com que atuará o poder de tributar.” (OLIVEIRA, 2013, p.75).

No próximo item, serão abordados os regimes tributários, caracterizando-os e verificando as diferenças entre cada um deles.

1.2 REGIMES TRIBUTÁRIOS

Para Silva e Faria “O regime tributário, ao contrário do que muitos empresários pensam, é muito mais benéfico para as empresas, em razão dos controles e relatórios que proporcionam para os resultados da empresa.” (SILVA; FARIA, 2017, p.97). E ainda complementam, “Com ele se tem o controle de todos os gastos, custos, recursos financeiros a curto e a longo prazo, gestão de seus tributos e uma minuciosa precisão nas informações

geradas para os sócios, acionistas e afins”. (SILVA; FARIA, 2017, p.97). Assim, Crepaldi destaca

A escolha do regime tributário é um aspecto importante para o resultado da empresa, e a legislação tributária brasileira disponibiliza algumas opções que poderão influenciá-la. As pessoas jurídicas são tributadas por uma das formas de apuração do IRPJ e da CSLL, por opção do contribuinte ou por determinação legal, nas seguintes modalidades: Simples Nacional, lucro presumido, lucro arbitrado ou lucro real. (CREPALDI, 2017, p.114).

O Simples Nacional é um tratamento tributário previsto na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2007, tornando sem efeitos todos os regimes especiais de tributação para as microempresas e empresas de pequeno porte próprio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para Crepaldi, “A aparente simplicidade do regime do Simples Nacional e as alíquotas relativamente baixas são os grandes atrativos desse regime.” (CREPALDI, 2017, p.116). O mesmo também complementa, “Há inúmeras restrições legais para esta opção, além do limite de receita bruta, que é de R\$ 3,6 milhões no ano. (CREPALDI, 2017, p.116).

Conforme a Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006 o Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes tributos:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o PIS/Pasep; 218
- Contribuição para a Seguridade Social (cota patronal);
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). (BRASIL, 2006).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O Cálculo do Simples Nacional é realizado no aplicativo específico (PGDAS) para o cálculo do valor devido e geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Esse aplicativo está situado no site do Simples Nacional.

Ainda complementam, “Qualquer empresa pode optar pela tributação pelo lucro real, mas algumas são obrigadas a utilizar essa modalidade, em função de características relacionadas ao tamanho e ao tipo de atividade desenvolvida.” (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010, p. 131).

Silva e Faria destacam, “Para calcular o lucro real é preciso que o lucro contábil já tenha sido apurado, então, será calculado o lucro real, observando a legislação tributária.” (SILVA; FARIA, 2017, p.79). E complementam, “O lucro real consiste em realizar adições e exclusões no lucro contábil, dessa forma, adicionam-se as despesas que foram consideradas na apuração do lucro contábil e que a legislação tributária não considera como despesa.” (SILVA; FARIA, 2017, p.79).

Lucro real trimestral é aquele que será feito o levantamento de Balanços ou Balancetes no encerramento de cada trimestre e será apurado com base nas demonstrações contábeis, levando em consideração a legislação comercial e fiscal, onde o mesmo será ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas pela legislação tributária.

Lucro real anual será apurado no período compreendido de janeiro a dezembro de cada ano, sendo que a empresa, mensalmente, terá que pagar ou demonstrar que não há imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro calculado por estimativa.

Segundo Oliveira, “[...] o lucro Real Anual será apurado no período de janeiro a dezembro de cada ano, sendo que a empresa deverá recolher os tributos mensalmente.” (OLIVEIRA, 2004, p.10).

O IRPJ e CSLL podem ser apurados de duas formas no Lucro Real: Trimestral: os lucros são apurados nos meses de Março, Junho, Setembro e



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Dezembro. Mensal (com ajuste anual): os lucros são apurados todo mês através de Balanço de Suspensão e Redução ou pelo cálculo de estimativa.

Segundo Rodrigues, “Lucro Real por Estimativa Mensal é uma forma de tributação anual onde o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados mensalmente e determinados sobre a base de cálculo estimado.” (RODRIGUES, 2009, p. 33).

Crepaldi explica que, “Lucro real anual é o lucro contábil ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal.” (CREPALDI, 2017, p.115). E também, “No lucro real trimestral, o IRPJ e a CSLL são calculados com base no balanço apurado no final de cada trimestre civil.” (CREPALDI, 2017, p.115). Crepaldi também salienta as obrigações, expressas abaixo:

São obrigados a adotar o regime do lucro real os contribuintes que tiveram receita bruta no ano anterior superior a R\$ 48.000.000,00, as instituições financeiras ou equiparadas, as empresas de factoring e as pessoas jurídicas que tenham rendimentos provenientes do exterior. Aqueles que utilizaram algum incentivo fiscal de redução do IR também deverão escolher o regime do lucro real. (CREPALDI, 2017, p.97).

O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. O imposto de renda é devido trimestralmente. De acordo com a Lei n. 8.981/1995, artigo 45, pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido deverá manter:

- I – Livro Caixa, no qual deverá estar escriturado toda a movimentação financeira, inclusive bancária, ou escrituração contábil nos termos da legislação comercial;
- II – Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário;
- III – em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal específica, bem como os documentos e demais papéis que serviram de base para escrituração comercial e fiscal. (LEI N. 8.981/1995, art. 45).

Nesse regime de tributação, os impostos são calculados com base em um percentual estabelecido sobre o valor das vendas realizadas, independentemente se a empresa teve lucro ou não.

Sobre o lucro presumido, Silva e Faria ainda complementam, “O lucro presumido é um regime tributário simplificado para apuração do Imposto de Renda (IR) e da contribuição social, diferenciado, em alguns quesitos, em relação ao lucro real.” (SILVA; FARIA, 2017, p.160).]

Crepaldi expressa “A alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre receitas com base em percentual de presunção variável (1,6% a 32% do faturamento, dependendo da atividade).” (CREPALDI, 2017, p.115). E ainda complementa, “O limite da receita bruta para poder optar pelo lucro presumido é de até R\$ 48 milhões da receita bruta total, no ano-calendário anterior.” (CREPALDI, 2017, p.116).

Depois de tratar dos tributos e dos regimes tributários, no próximo item aborda-se a questão do planejamento tributário e da importância deste como um aliado ao sucesso das empresas.

1.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Nos dias de hoje devido à alta carga tributária as empresas devem recorrer a algum meio legal para que possam ser enquadradas no melhor regime, fazendo com que a opção não seja realizada automaticamente. Sendo assim o planejamento tributário é um dos aliados dos empresários para pagar menos impostos, logo, Silva e Faria destacam, “O planejamento tributário consiste em organizar as operações mercadológicas da empresa, por meio de ferramentas e mecanismos, de forma estrutural e jurídica.” (SILVA; FARIA,

2017, p.15). Outrora os mesmos dizem, “Com o planejamento, é possível antever e, até mesmo, evitar a incidência tributária.” (SILVA; FARIA, 2017, p.15). O planejamento tributário é o processo de escolha de ação, *não simulada*, anterior à ocorrência do fato gerador, visando direta ou indiretamente à economia de tributos (CHAVES, 2017).

Dentro do que se refere a baixar a carga tributária, do qual o Brasil está entre os vinte países com maior índice de tributos, a elisão fiscal entra como uma saída para que essa porcentagem de impostos seja a mais justa possível, além do mais, a elisão fiscal deve ser alinhada com um planejamento tributário específico para cada tipo de empresa, sempre seguindo a legislação vigente do ano em que for enquadrada. Dentro da lei verificam-se algumas oportunidades de tributação,

O planejamento tributário será iniciado com uma revisão fiscal, em que o profissional deve aplicar os seguintes procedimentos:

- 1.fazer um levantamento histórico da empresa, identificando a origem de todas as transações efetuadas, e escolher a ação menos onerosa para os fatos futuros;
- 2.verificar a ocorrência de todos os fatos geradores dos tributos pagos e analisar se houve cobrança indevida ou recolhimento a maior;
- 3.verificar se houve ação fiscal sobre fatos geradores decaídos, pois os créditos constituídos após cinco anos são indevidos;
- 4.analisar, anualmente, qual a melhor forma de tributação do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro, calculando de que forma (real ou presumida) a empresa pagará menos tributos;
- 5.levantar o montante dos tributos pagos nos últimos cinco anos, para identificar se existem créditos fiscais não aproveitados pela empresa. (COUTINHO; CHAVES, F., 2017, p.4).

Podemos ainda incluir a parte de juros sobre o capital próprio, do qual é destacado abaixo,

A correção monetária tem como finalidade a reposição da perda do valor da moeda, o que continua acontecendo, mesmo que as autoridades digam que não existe mais inflação. Dessa forma, sem a correção monetária, a empresa capitalizada paga impostos a maior, como demonstrado.

Assim, ao se fazer uma comparação do ganho de capital do



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

contribuinte que aplicou seu capital no mercado financeiro com aquele que constitui a sociedade e não reconheceu a perda do investimento através da correção monetária, constata-se que é totalmente desestimulante a aplicação em produção.

Com relação àquele que reconheceu a correção monetária, observa-se que ele ficou com uma tributação justa, tornando estimulante a aplicação de capital na produção.

Diante dessa situação, o legislador infraconstitucional, quando extinguiu a correção monetária, instituiu os juros sobre capital próprio como forma de eliminar a distorção sobre o resultado das empresas. (COUTINHO; CHAVES, F., 2017, p.71).

Evidencia-se que a escolha adequada do regime de apuração de impostos auxilia as empresas na maximização de seus recursos frente às suas necessidades operacionais e também quanto a pagamentos de tributos.

2 METODOLOGIA

Esta etapa está organizada em três tópicos com o objetivo de ajudar na compreensão e análise das informações: categorização da pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto a natureza, este estudo trata-se de uma pesquisa aplicada, já que as informações obtidas podem ser usadas de modo prático na empresa em estudo. Quanto ao tratamento dos dados esta pesquisa é qualitativa e quantitativa.

Levando em conta os objetivos traçados para este estudo, define-se que foi utilizada a pesquisa exploratória, já que tornou o problema mais explícito e se realizou o estudo de uma situação. Com relação à técnica utilizada, foi realizada pesquisa bibliográfica na qual usaram-se livros, artigos publicados em revistas e na internet.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A geração dos dados foi realizada ao longo do mês de junho de 2020, na empresa, por meio de um questionário elaborado para este fim, contendo 08 questões abertas. O pesquisador aplicou a pesquisa de forma presencial, solicitando ao gestor que respondesse ao questionário impresso. Sendo que os dados e resultados foram apurados, tabulados, avaliados e interpretados.

Já referente a documentação indireta, foram utilizadas fontes primárias, através da pesquisa em documentos, registros e cadastros próprios da empresa em estudo, além de fontes secundárias, compostas por livros, revistas, artigos científicos e demais publicações pertinentes aos assuntos que o tema deste estudo envolve.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A abordagem deste artigo foi feita através do método indutivo. O processo de análise e interpretação foi realizado com base nos dados que foram obtidos na empresa e foram representados de forma descritiva. Assim, estes resultados foram comparados ao embasamento teórico, estabelecendo-se um melhor entendimento e, permitindo que fossem apresentadas recomendações à empresa.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são descritos e analisados os dados para a comparação entre o Lucro Real e o Simples Nacional no ano de 2019, através da obtenção dos dados contábeis da empresa dos anos de 2018 e 2019, os quais foram organizados em tabelas para a análise financeira de empresa, dentro dos regimes tributários estudados, Lucro Real e Lucro Presumido. A seção finaliza



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

com uma consideração a cerca dos resultados obtidos.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A empresa, foco deste estudo, está localizada na cidade de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul e tem por objetivo prestar serviços de vigilância e segurança privada. Também realiza serviços como o monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, assim como serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais e ainda, outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente.

A empresa enquadra-se como uma empresa de pequeno porte (EPP) e conta com cerca de 155 (cento e cinquenta e cinco) colaboradores. As informações contábeis utilizadas nesse estudo foram concedidas pelo escritório de contabilidade, terceirizado a empresa, sendo que, por razões éticas e morais, será mantido sigilo, tanto da razão social da empresa, quando do escritório de contabilidade, de modo que a empresa será ao longo deste estudo chamada de “ALFA Ltda”.

O regime tributário atual da empresa Alfa Ltda é o de Lucro Real, tendo apresentado um faturamento no ano de 2019 de R\$ 5.241.897,23, em que surge à necessidade de verificar qual regime melhor se enquadra para a empresa, o Lucro Real ou o Lucro Presumido.

Para a realização do estudo proposto, inicialmente foi identificado o faturamento dos últimos três períodos anuais da empresa, como também os dados referentes à sua folha de pagamentos do ano de 2019, sendo assim realizados os cálculos devidos dentro do regime de tributação do Lucro Presumido, como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS e os encargos incidentes sobre a folha de pagamentos, como também a apuração pelo regime do Lucro Real. O cálculo do Lucro Real da empresa Alfa Ltda foi elaborado com base no último trimestre de 2019, ou seja, do dia 1º de outubro a 31 de dezembro.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Na Tabela 1, são apresentados os faturamentos da empresa, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Tabela 1 – Faturamento mensal de 2017, 2018 e 2019.

Mês/Ano	Faturam - 2017	Faturam – 2018	Faturam - 2019
Janeiro	123.233,27	128.577,88	333.654,70
Fevereiro	118.831,67	199.024,11	387.237,69
Março	111.095,69	188.724,79	363.033,00
Abril	111.095,69	195.272,88	406.904,70
Maio	111.095,69	188.671,64	392.220,68
Junho	111.095,69	189.336,64	456.092,83
Julho	111.095,69	190.008,64	451.566,55
Agosto	111.438,41	258.165,19	455.161,93
Setembro	111.545,69	294.762,79	459.012,33
Outubro	111.545,69	299.195,10	469.255,14
Novembro	111.545,69	299.465,10	586.482,33
Dezembro	129.276,69	312.787,86	481.275,35
Total:	1.372.895,56	2.743.992,62	5.241.897,23

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Tabela 1 apresenta a base de dados apurados referente ao faturamento da empresa Alfa Ltda nos anos de 2017, 2018 e 2019. Para a apuração dos tributos a serem pagos, a empresa considera a receita efetivamente recebida no período, devido estar enquadrada no regime tributário do Simples Nacional em todos os anos.

Pode-se verificar que no ano de 2019 a empresa excedeu o faturamento permitido pela Lei Complementar nº 155 de 2016, - que nos diz que o faturamento máximo permitido neste regime tributário é de 4,8 milhões anuais, em caso de excedente existem duas possibilidades. Excedente até 20% do valor base, deve ser feita uma comunicação a Receita Federal até o último dia de janeiro do ano sub-sequente. Excedente acima de 20%, esta comunicação deve ser feita até o último dia do mês subsequente ao ultrapassagem. – Como podemos observar na tabela anterior, a empresa excedeu seu limite de faturamento em até 20%.

Deste modo, na Tabela 2, apresenta os valores recebidos nos meses de

outubro, novembro e dezembro de 2019.

Tabela 2 – Lucro trimestral/2019.

Mês/Ano	Lucro – 2019	Receita bruta -2019
Outubro	47.525,47	469.255,14
Novembro	175.890,65	586.482,33
Dezembro	81.479,53	481.275,35
Total:	304.895,65	1.537.012,82

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Conforme a Tabela 2, a empresa Alfa Ltda teve um lucro de R\$ 304.895,65 no último trimestre de 2019. Com base nestas informações calcula-se o Lucro Real e depois o Lucro Presumido, de modo a verificar qual se mostra mais adequado e rentável para esta empresa.

3.2 LUCRO REAL

O Lucro Real será calculado com base na Receita Bruta de R\$ 1.537.012,82 e no lucro trimestral de R\$ 304.895,65.

Cálculo do IRPJ

Base de cálculo:

$$\text{R\$ } 304.895,65 \times 15\% = \text{R\$ } 45.734,35$$

Ocorre que a empresa Alfa Ltda teve um lucro trimestral que ultrapassou em R\$ 60.000,00 a média de R\$ 20.000,00 por mês, portanto será necessário recolher um adicional:

Base de cálculo:

$$\text{R\$ } 304.895,65 - \text{R\$ } 60.000,00 = \text{R\$ } 244.895,65$$

$$\text{R\$ } 244.895,65 \times 10\% = \text{R\$ } 24.489,57$$

De forma que a empresa Alfa Ltda deve recolher, a título de IRPJ:

$$\text{R\$ } 45.734,35 + \text{R\$ } 24.489,57 = \text{R\$ } 70.223,92 \text{ de IRPJ.}$$

Cálculo do CSLL



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Base de cálculo:

$$\text{R\$ } 304.895,65 \times 9\% = \text{R\$ } 27.440,60$$

Com base no cálculo realizado, pode-se verificar que a título de CSLL a empresa deverá pagar a importância de R\$ 27.440,60.

Cálculo do PIS e COFINS

Para calcular o PIS e a COFINS é possível somar as suas alíquotas para facilitar o cálculo: $1,65\% + 7,6\% = 9,25\%$

Base de cálculo:

Vamos aplicar essa alíquota sobre a receita obtida:

$$\text{R\$ } 1.537.012,82 \times 9,25\% = \text{R\$ } 142.173,69$$

Com base no cálculo realizado, pode-se verificar que a título de PIS e COFINS a empresa deverá pagar a importância de R\$ 142.173,69.

Cálculo do ISSQN

A prefeitura de Novo Hamburgo/RS, município onde a empresa está instalada estipulou a cobrança de 5% para o ISSQN.

Base de cálculo:

$$\text{R\$ } 1.537.012,82 \times 5\% = \text{R\$ } 76.850,64$$

Com base no cálculo realizado, pode-se verificar que a título de ISSQN a empresa deverá pagar a importância de R\$ 76.850,64.

A empresa que desejar fazer a opção pelo Lucro Real deve apenas realizar o pagamento da primeira quota do imposto devido referente ao período de apuração do ano-calendário – mediante o recolhimento com a DARF (Lei 9.430/1996, artigo 26, § 1º). Após feita a opção, esse será o regime adotado durante o restante do ano-calendário, pois a legislação não permite que sejam feitas mudanças na forma de tributação ao longo do ano-calendário (art.13, Lei 9.718/98).

3.3 LUCRO PRESUMIDO



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O Lucro Presumido será calculado com base na Receita Bruta de R\$ 1.537.012,82.

Base de cálculo:

$$R\$1.537.012,82 \times 32\% = \mathbf{R\$ 491.844,10}$$

No lucro presumido, estes são os principais impostos recolhidos e as respectivas alíquotas:

IRPJ: 15% sobre a parcela de presunção do lucro, mais 10% do que superar R\$ 20.000,00 por mês de presunção;

CSLL: 9% sobre a parcela de presunção do lucro.

PIS: 0,65% sobre a receita bruta do mês;

COFINS: 3% sobre a receita bruta do mês;

ISS: 5%, conforme a cidade de Novo Hamburgo/RS e o tipo de serviço, sobre a receita bruta do mês.

Cálculo do IRPJ

Base de cálculo:

$$R\$ 491.844,10 \times 15\% = \mathbf{R\$ 73.776,62}$$

Ocorre que a empresa Alfa Ltda teve um lucro trimestral que ultrapassou em R\$ 60.000,00 a média de R\$ 20.000,00 por mês, portanto será necessário recolher um adicional:

Base de cálculo:

$$R\$491.844,10 - R\$ 60.000,00 = R\$ 431.844,10$$

$$R\$ 431.844,10 \times 10\% = \mathbf{R\$ 43.184,41}$$

De forma que a empresa Alfa Ltda deve recolher:

$$R\$ 73.776,62 + R\$ 43.184,41 = \mathbf{R\$ 116.961,03}$$
 de IRPJ.

Cálculo do CSLL

Base de cálculo:

$$R\$491.844,10 \times 9\% = \mathbf{R\$ 44.265,97}$$

Com base no cálculo realizado, pode-se verificar que a título de CSLL a

empresa deverá pagar a importância de R\$ 44.265,97.

Cálculo do PIS e COFINS

Para calcular o PIS e a COFINS suas alíquotas são respectivamente 0,65% e 3%, para simplificar podemos juntar as duas alíquotas atingindo a importância de 3,65% ao mês.

Base de cálculo de Outubro: R\$ 469.255,14

Vamos aplicar essa alíquota sobre a receita obtida:

$R\$469255,14 \times 3,65\% = \mathbf{R\$17.127,81}$

Base de cálculo de Novembro: R\$ 586.482,33

Vamos aplicar essa alíquota sobre a receita obtida:

$R\$586.482,33 \times 3,65\% = \mathbf{R\$21.406,61}$

Base de cálculo de Dezembro: R\$ 481.275,35

Vamos aplicar essa alíquota sobre a receita obtida:

$R\$481.275,35 \times 3,65\% = \mathbf{R\$17.566,55}$

Com base no cálculo realizado, pode-se verificar que a título de PIS e COFINS a empresa deverá pagar a importância de R\$ 56.100,97.

Cálculo do ISSQN

A prefeitura de Novo Hamburgo/RS, município onde a empresa está instalada estipulou a cobrança de 5% para o ISSQN sobre seu faturamento.

Base de cálculo:

$R\$1.537.012,82 \times 5\% = \mathbf{R\$76.850,64}$

Com base no cálculo realizado, pode-se verificar que a título de ISSQN a empresa deverá pagar a importância de R\$ 76.850,64.

3.4 COMPARAÇÃO ENTRE LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO

Para melhor visualização dos valores a serem pagos em cada uma das modalidades tributárias, organizou-se os resultados na Tabela 3.

Tabela 3 – Comparativo lucro real x lucro presumido - trimestral/2019

Tributos	Lucro Real	Lucro Presumido
IRPJ	70.223,91	116.961,03
CSSL	27.440,61	44.265,97
PIS/COFINS	142.173,69	56.100,97
ISSQN	76.850,64	76.850,64
Total:	316.688,85	294.178,61

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Observando os valores referentes às modalidades em análise, constata-se uma diferença de R\$ 22.510,24, entre o Lucro Real e o Lucro Presumido, ou seja, a modalidade que atualmente a empresa vem utilizando, neste demonstrativo acarreta num pagamento de R\$ 316.688,85 para o trimestre, enquanto que se optasse pela modalidade de lucro presumido, estaria pagando pelo mesmo período o valor de R\$ 294.178,61.

De modo que, com base na presente análise se sugere que a empresa opte pela modalidade de Lucro Presumido. Destacando-se porém, que, para uma mesma organização a alternativa mais benéfica pode variar entre um ano e outro de acordo com o seu rendimento. Enquanto o Lucro Real poderia ser uma ótima alternativa para uma empresa que passa por um período de baixa lucratividade, o Lucro Presumido é uma ótima solução para uma empresa que obtém lucros acima da presunção desse regime, evitando o pagamento de tributos maiores.

Levando em consideração que a empresa Alfa atende vários clientes em diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul, foi aplicado como base de cálculo do ISSQN a alíquota de 5%, porém, devemos ressaltar que tanto no Lucro Real quanto no Presumido, a base de cálculo varia conforme o município, de acordo com a Lei Complementar 116/2003, o ISS é recolhido na cidade que foi prestado o serviço.

CONCLUSÃO

Independente do ramo em que a empresa atue, o planejamento tributário representa um papel fundamental para o sucesso da organização e sua manutenção no mercado de forma competitiva. Neste artigo buscou-se analisar qual a modalidade tributária mais adequada para a empresa em estudo, de modo a diminuir o valor pago pela mesma. Para tanto inicialmente pesquisou-se sobre as modalidades de tributação, considerando suas principais características.

Foi possível diferenciar a modalidade de Lucro Real da modalidade Lucro Presumido, identificando que na primeira os valores trabalhados para a geração do que será pago a título de tributos tem como base as informações obtidas a partir da contabilidade mensal da empresa. Já no caso da modalidade Lucro Presumido, parte-se do faturamento total aplicando-se um percentual, no caso desta empresa, por sua adequação como prestadora de serviços de vigilância e segurança privada, monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, apoio a edifícios, exceto condomínios prediais e ainda, outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente, o percentual aplicado é de 32% sobre o faturamento, e sobre este valor gerado é que são calculados os tributos a serem pagos.

Conforme foi identificado a partir de informações da empresa, a modalidade atual utilizada pela empresa é a de Lucro Real. Assim, buscando responder a questão problema que era qual a melhor forma de tributação da empresa? Bem como alcançar o objetivo geral deste estudo foi identificar a melhor forma de tributação que a empresa possa se enquadrar, visando diminuir a carga tributária estando sempre amparado pela legislação em vigor, realizaram-se os cálculos tributários considerando o Lucro Real e o Lucro Presumido, tomando como base para os mesmos os dados contábeis da empresa referentes ao último trimestre de 2019.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Com base nos valores tributários obtidos a partir dos cálculos, pode-se verificar uma grande diferença entre os valores a serem pagos em cada uma das modalidades, sendo que com a adoção do Lucro Presumido a empresa pagaria a importância de R\$ 294.178,61, ou seja, R\$ 22.510,24 a menos do que com a modalidade de Lucro Real onde o valor fica em R\$ 316.688,85 para o trimestre analisado.

Desta forma, pode-se afirmar que, dentro da atual situação da empresa, considerando seus dados contábeis, optar pela mudança de regime para o Lucro Presumido, porém a estratégia em que a empresa está buscando se conseguir aumentar as despesas o Lucro Real ficará mais vantajoso, devido a dedução sobre a receita.

Finaliza-se o presente estudo, destacando a importância do mesmo, para os acadêmicos, pois possibilitou que se verificasse na prática as reais diferenças tributárias, além disso, para a empresa, o estudo mostra-se de suma relevância, pois a partir desta análise a empresa pode verificar que optou pelo Regime Tributário com menor incidência de impostos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2010.

BRASIL. **Lei nº 4.729, de 14 de Julho de 1965**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2010.

BRASIL, Simples Nacional. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2017.

COUTINHO, CHAVES, F. **Planejamento Tributário na Prática - Gestão Tributária Aplicada**, 4. ed. Grupo GEN, 2017



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CHAVES; Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário na Prática – Gestão Tributária Aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Manual de Contabilidade Tributária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Pedro de Oliveira. **Contabilidade Tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REZENDE, José, A., PEREIRA, Alberto, C., ALENCAR, de, R. C.
Contabilidade Tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. de et al. **IRPJ e CSLL: Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido**. 3. ed. São Paulo: IOB, 2009.

REZENDE, Amaury José; Pereira, Carlos Alberto; Alencar, Roberta C. **Contabilidade Tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. Grupo GEN, 2013.

SILVA, F. M.; FARIA, de, R.A. C. **Planejamento Tributário**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia Aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

PERSPECTIVA DOS GESTORES DE EMPRESAS BOAVISTENSES COM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DO CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES

Charles Vogt¹
Marcos Rogério Rodrigues²
Janice Walter³
Adelino Pedro Wisniewski⁴
Augusto Rieger Lucchese⁵

RESUMO

O controle é algo indispensável a qualquer tipo de organização que queira atuar no mercado atual, o qual se apresenta altamente dinâmico e competitivo. O presente trabalho tem como tema a perspectiva dos gestores de empresas boavistenses com relação a importância do controle nas organizações. O problema da pesquisa busca responder a seguinte questão: qual a importância do controle para as organizações? O presente trabalho se justifica a partir da evolução do mercado e da necessidade das empresas estarem melhorando cada vez mais em todos os aspectos. Encontra-se no referencial teórico abordagens sobre conceitos de controladoria, importância da controladoria, funções da controladoria, função do *controller*. No presente estudo, utilizou-se a pesquisa quantitativa, a qual se deu por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas. Quanto aos resultados obtidos identificou-se que as empresas consideram importante o controle e, possuem algum tipo de controle estruturado, porém muitas organizações consideram que o controle possui custo alto e para pequenas empresas ele não é relevante. A partir dos dados obtidos, deixou-se como sugestão à ACI que realize cursos no sentido de contribuir com as empresas para melhorar seus controles.

Palavras-chave: Controladoria - Importância do Controle - Gestão Empresarial.

¹ Pós Graduando MBA em Controladoria e Finanças – Faculdade Integradas Machado de Assis. charles_vogt@hotmail.com

² Mestre em Administração. Professor do curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

³ Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br.

⁴ Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. adelinopedro@santarosa.rs.gov.br

⁵ Mestre em Contabilidade. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. augustorlijui@gmail.com



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

Com a evolução do mercado e o constante crescimento de vários setores tanto no ramo das indústrias como serviços, se tornam cada vez mais importante e indispensável que as organizações apresentem um nível considerável de controle, nas mais diversas áreas.

O controle pode estar em cada departamento, hoje observa-se que algumas empresas apresentam algum nível de controle, mas o que raramente se encontra é alguém ou algum setor que se denomina de controle. A partir deste cenário se faz a análise das organizações identificando a importância do controle.

O tema deste artigo é a perspectiva dos gestores de empresas boavistenses com relação à importância do controle nas organizações. Este estudo se realizará apenas nas empresas associadas na Associação Comercial e Industrial - ACI no município de Boa Vista do Buricá-RS. O trabalho tem por objetivo geral conhecer o quão importante é o controle e, de que forma ele se apresenta dentro das organizações. Esse levantamento será realizado através de pesquisa entre os gestores de empresas associadas na Associação Comercial e Industrial - ACI no município de Boa Vista do Buricá-RS.

Os objetivos específicos do presente trabalho são: a) conhecer o perfil das empresas pesquisadas; b) verificar se as empresas pesquisadas possuem algum tipo de controle; c) identificar se as empresas pesquisadas possuem pessoas responsáveis pelos controles; d) identificar porque as empresas não possuem controle.

Como problema de pesquisa o presente artigo pretende responder a seguinte problemática: Qual a importância do controle para as organizações? Ter um crescimento linear é o objetivo de uma empresa, e para que isso aconteça é preciso que a empresa trabalhe como uma “engrenagem” de forma correta, por isso é necessário ter processos determinados que sejam



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

controlados e avaliados periodicamente.

No presente estudo, foi utilizada abordagem dedutiva, o método quantitativo foi utilizado para auxiliar na coleta dos dados. Com relação aos dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica que tem como principal objetivo a familiarização com o tema, Os autores utilizados para dar embasamento teórico ao trabalho são os seguintes, Schmidt, Catelli, Oliveira, Bermudo, Nascimento. Os resultados obtidos com a pesquisa foram transformados em ilustrações para uma melhor análise dos dados obtidos.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira, introdução onde que se apresenta com o trabalho está estruturado, referencial teórico onde que é trazido os principais autores que falam sobre o assunto, apresentação e análise dos resultados obtidos através da pesquisa realizada e por fim a conclusão do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse sentido, no referencial teórico, abordaram-se os temas relacionados aos conceitos sobre a controladoria, funções da controladoria e a função do *controller*.

1.1 CONCEITOS SOBRE A CONTROLADORIA

A origem da controladoria está ligada a evolução das indústrias. Conforme Schmidt e Santos, a controladoria está ligada ao processo da evolução da produção, tendo seu início com a Revolução Industrial. Também conforme os autores o aumento da complexidade das organizações e as diferentes fontes de capitais exigem um controle maior das atividades pela empresa (SCHMIDT, SANTOS, 2009).

Com relação aos objetivos da controladoria Catelli destaca, “A controladoria, tem a missão de viabilizar e otimizar a aplicação de conceitos de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

gestão dentro da empresa e otimizar resultados.” (CATELLI, 2001, p.173).

A viabilização da aplicação dos conceitos acontece por meio da interpretação de dados gerados pelos sistemas de controle, proporcionando resultados confiáveis.

Conforme Oliveira, Lima, “a controladoria contribui com as crenças e valores, estabelecendo algumas regras aos gestores. Dessa forma, divulgando os conceitos de gestão econômica e utilizando de instrumentos necessários, a controladoria passa a ser caracterizada como um Agente de Mudanças Comportamentais.” (OLIVEIRA, LIMA, 2008, p. 29).

Além de apoiar as decisões da empresa, a controladoria traz uma nova visão para a empresa. Empresas que não possuem um setor responsável pela controladoria deixa “escapar” oportunidades de melhoria nos processos, o que é mitigado com a criação do setor de controladoria.

Desde o começo da revolução até os tempos atuais pode se observar a importância da controladoria, onde que é destacada a importância da aplicação de conceitos nestes processos produtivos, para aperfeiçoar resultados para a empresa.

Um fator que impactou na discriminação da controladoria pelo mundo, está ligado a globalização, ou seja, criação de filias de empresas. Schmidt; Santos, “A globalização física das empresas, percebida a partir de meados do século XX, com a criação de filiais de grandes corporações ao redor do mundo.” (SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 12).

Como observado a globalização das empresas influenciou na discriminação da controladoria, outro fator importante é que a concorrência entre as empresas fez com que as mesmas melhorassem seus processos.

Conforme Pitia, o acirramento da competição global, os gestores das organizações voltaram suas preocupações ao melhoramento contínuo dos processos das organizações (PITIA, 2008).

O melhoramento contínuo das empresas é importante, levando em



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

consideração o acirramento da competição entre as empresas se faz necessário buscar melhorias em pequenos detalhes, desde o começo o processo até o final do processo produtivo. Isso só é possível através de processo de controle e gestão eficazes.

Analisando de forma fria a controladoria pode-se praticamente resumir que ela é uma área na empresa onde que reúne informações de todos o setores e essas informações são processadas dando possibilidade de análise e uma tomada de decisão eficaz pelos gestores das empresas.

Para Padoveze, “[...] a missão da controladoria é apoiar todos os gestores da entidade, partindo da alta administração, nas suas funções decisórias e operacionais, tendo como foco o retorno do investidor.” (PADOVEZE, 2012, p.28).

Com o passar do tempo as indústrias vem em uma constante evolução e isso também acontece com a controladoria, conforme Pitia:

[...] Diante da importância atual imputada ao sistema de controles, vê-se que a imagem conceitual da controladoria modificou-se ao longo do tempo. O conceito de controle, bem como a atuação da controladoria, acompanhou o processo evolutivo da gestão organizacional. Passou-se de um ambiente tradicional de gestão e produção para um controle total da qualidade que conduziu a profundas modificações na dinâmica interna das organizações. (PITIA, 2008, p.20).

Em resumo, a controladoria tem por objetivo fornecer aos tomadores de decisão da empresa dados suficientes para tomar a decisão mais eficaz e correta para a empresa, levando em consideração várias variáveis que o setor da controladoria tem informações, sendo essas de alta relevância para a organização.

1.2 IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

De maneira geral, pode-se definir que a controladoria desempenha papel fundamental nas organizações, pois ela é essencial para que gestores tomem decisões. Araujo “[...] entende que a controladoria tem um papel fundamental nas empresas, tendo como principal missão a geração de informações para a tomada de decisão.” (ARAUJO, 2006, p. 27).

A geração de informação para a tomada de decisão é suma importância para a organização, sendo que a controladoria desempenha um papel fundamental, pois é ela que controla os processos e gera informações de forma sintética para a tomada de decisão.

Conforme Bianchi, Backes e Giongo, a controladoria pode ser vista por dois aspectos:

[...] A atuação da área de controladoria pode ser vista sob duas perspectivas: primeira, como um órgão facilitador que fornece informações às demais áreas da empresa que possam implementar suas estratégias específicas; segunda, como a área que procura integrar o processo de decisões estratégicas de cada área com o objetivo global da organização, ou seja, com a diretriz estratégica da empresa como um todo. (BIANCHI; BACKES; GIONGO, 2005, p.02).

Algumas empresas possuem um cargo ou departamento responsável apenas pelos controles adotados pela empresa. Oliveira, define “como um departamento responsável pelo projeto, elaboração implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de uma determinada entidade.” (OLIVEIRA, 1998, p.19).

O departamento de controladoria se faz necessário para as organizações pois o setor se torna um facilitador, transmitindo informações sobre processos entre os setores, compilando as informações colhida durante os processos.

1.3 FUNÇÕES DA CONTROLADORIA



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Conforme Beuren, as funções da controladoria foram ampliando aos poucos. No início eram voltadas para o desenvolvimento e implementação de sistemas de informação voltados a contabilidade da empresa. Com o passar dos anos o perfil desta área se modificou, passando a acompanhar os mais diversos interesses das organizações, tendo uma visão voltada a tomada de decisão (BEUREN, 2002).

A controladoria teve origem nas áreas contábeis das empresas, com o passar dos tempos e do aumento da concorrência entre as empresas se fez necessário aumentar o leque dos controles, partindo para a criação do setor da controladoria, que é responsável pelo controle de todos os processos da organização.

Para Padoveze, o processo de tomada de decisão nas empresas, é um conjunto de processos decisórios e compreende as fases do planejamento, execução e controle da empresa. Para que isso aconteça de forma eficaz se torna necessário se ter informações sobre os processos da empresa e, é neste ponto que entra a controladoria (PADOVEZE, 2005).

Quando as empresas planejam seus objetivos a curto e em longo prazo, elas estão olhando para o setor da controladoria, pois a partir dos dados fornecidos pela controladoria a empresa planeja seu futuro.

Na visão de Pitia, “[...] a atuação da controladoria esta atrelada ao modelo de gestão adotado pela entidade.” (PITIA, 2008, p. 14). A controladoria sempre estará alinhada com os objetivos das empresas. As crenças e valores que formam a cultura organizacional integram o processo de criação do estilo gerencial.

O gerenciamento das informações que a controladoria recebe também é muito importante, pois não adianta ter informações em quantidade se as mesmas não sejam de qualidade e que não estejam “conversando” entre si.

Em grandes empresas a controladoria possui um papel muito importante no plano estratégico, pois conforme Schmidt; Santos, A controladoria devera



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

criar um ambiente favorável para aperfeiçoar a comunicação entre os executivos, mediante atividade predefinidas (SCHMIDT; SANTOS, 2009).

Nas organizações a controladoria está presente dentro de vários níveis, como estratégico, tático e operacional da organização.

Conforme Bianchi, Backes e Giongo, “[...] a controladoria não é responsável pela tomada decisão, mas sim, a responsável pelo suporte operacional aos gestores, fornecendo-lhes informações adequadas e subsidiando-os para que as decisões por eles tomadas venham ao encontro do que a empresa espera.” (BIANCHI; BACKES; GIONGO, 2005, p. 35).

Na visão de Perez Jr, Pestana e Franco, “[...] a controladoria busca otimizar os resultados econômicos da organização através da definição de um modelo de informações baseado no modelo de gestão.” (PEREZ JR; PESTANA; FRANCO, 1997 p 37). Buscando adequar as informações a estratégica de mercado de mercado da empresa.

Há uma grande evolução nas empresas no decorrer das décadas e, como os controles foram importantes para esta evolução, dando subsídios as organizações evoluírem no decorrer dos anos.

1.4 FUNÇÃO DO CONTROLLER

Na visão de Machado, Dame e Zucatto, “[...] a evolução das funções do *controller* no Brasil teve origem nas funções desempenhadas pelos contadores.” (MACHADO; DAME; ZUCATTO, 2009, p. 03). Conforme outros autores já citados, “[...] o setor da controladoria teve inicio nas áreas contábeis das empresas, e com o passar dos anos e do aumento da competição entre as empresas se fez necessário criar um setor e um gestor específico para esta função.” (MACHADO; DAMEV; ZUCATTO, 2009, p. 03).

As empresas além de possuir uma área de controle e também um sistema eficaz de controle, é necessário ter um responsável por esta área que



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

esteja a altura deste papel, possuindo conhecimento, experiência e ter domínio dos processos que envolvem a empresa. Para Schmidt, Santo, o *controller* precisa conhecer o mercado em que a empresa está inserida:

[...] O *controller* precisa conhecer e entender o funcionamento da cadeia de valores em que a organização está inserida, para que ele tenha capacidade de gerar informações para os gestores sobre os principais fornecedores de recursos materiais, humanos, financeiros, tecnológicos, informacionais etc., bem como sobre os principais consumidores dos produtos e serviços dessa organização. (SCHMIDT, SANTOS, 2009, p.16).

É claro que o *controller* precisa ser uma pessoa que tenha um alto grau de conhecimento tanto de processos, bem como conhecimento de mercado onde a empresa está inserida.

Na visão de Schmidt, Santos, “[...] o *controller* precisa ter conhecimento sobre subsistemas que compõem a organização, levando em consideração que ele é o responsável por gerar informação para os vários gestores desses subsistemas.” (SCHMIDT; SANTOS, 2009 p. 17). Para Oliveira e Lima, “[...] o *controller* deve ter a capacidade de antever problemas nos mais diversos setores da empresa, elaborando alternativas para os problemas. O profissional deve estar de olho no presente e no futuro.” (OLIVEIRA E LIMA, 2008, p. 31).

Em empresas de menor porte também se encontra a pessoa que é considerada o *controller* da organização, mas diferentemente de organizações maiores onde se tem mais processos envolvidos, em organizações menores o *controller* absorve outras funções. Conforme Schmidt, Santos, em entidades menores o *controller* exerce algumas atividades adicionais. Normalmente as funções adicionais estão ligadas as áreas financeiras da empresa, área de gestão de pessoas e também a função é a administração do negócio (SCHMIDT; SANTOS, 2009).

O controle se torna de fundamental nas organizações, quando se percebe a evolução das organizações com o passar dos anos, e o controle é



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

parte disso, fornecendo informações importantes para a tomada de decisão.

2 METODOLOGIA

A metodologia traz técnicas necessárias para a realização do trabalho, servindo de norteador para que se definam as técnicas que serão utilizadas para alcançar os objetivos proposto no trabalho.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho adota quanto a natureza a pesquisa aplicada, a qual busca contribuir na solução de problemas. Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se a abordagem quantitativa, visando auxiliar na busca dos dados e no tratamento dos dados coletados, transformando em números os resultados encontrados.

Para atender aos objetivos da pesquisa, elaborou-se a pesquisa descritiva e explicativa, essas pesquisas se deram depois da coleta dos dados, elaborada por meio do questionário aplicados aos gestores, por meio da análise os resultados foram descritos e explicados ao longo do tópico 3 deste artigo. O procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica que é baseada em pesquisas de livros sobre o assunto tratado no trabalho.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Para a realização do trabalho inicialmente contatou-se a Associação Comercial e Industrial (ACI) do município de Boa Vista do Buricá – RS onde solicitou-se a lista das empresas Associadas.

A ACI de Boa Vista do Buricá foi fundada em 20 de junho de 1985, atualmente possui 3 funcionários e está localizada na Avenida Farrapos, nº841,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Centro, Boa Vista do Buricá-RS. A Associação conta atualmente com 134 empresas Associadas, as quais através da ACI possuem acesso a cursos profissionalizantes a seus funcionários, dentre outros benefícios.

Depois de obter a relação das empresas, encaminhou-se o questionário a cada uma delas, com finalidade de definir o perfil da empresa, o nível de controle e a importância do controle para a organização.

Foram entregues 87 questionários de forma aleatória para empresas associadas à ACI, a coleta dos dados aconteceu durante a primeira quinzena do mês de fevereiro de 2019.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após a conclusão da aplicação dos questionários, os resultados obtidos foram tabulados e transformados em ilustrações para a interpretação dos dados coletados, a fim de determinar a importância do controle para as organizações.

Para que fosse respondido o problema da pesquisa utilizou-se a pesquisa descritiva para a melhor interpretação dos dados obtidos, os quais estão evidenciados no tópico 3 deste artigo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados se dá através da coleta de informações, tabulação e análise dos dados coletados, esses dados foram obtidos através da aplicação de questionário, aplicado para 87 empresas associadas da ACI de Boa Vista do Buricá – RS.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa, com uma análise detalhada para um melhor entendimento. Essa análise tem por objetivo identificar o perfil das empresas e qual as perspectivas dos gestores quanto à



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

importância do controle para as organizações.

Apresenta-se o perfil das empresas, onde 44% das empresas são do setor do comércio, 34% serviço e 22% são empresas indústrias. Destaca-se que a maioria das empresas participantes da pesquisa são empresas do comércio/varejo, com seus negócios voltados para o ramo de vestuário. O setor de serviço possui boa participação no mercado Boavistense, bem como as indústrias que apesar possuírem um percentual um pouco menor, são indústrias bem estruturadas, reconhecidas pela qualidade de seus produtos produzidos.

Com relação ao tempo de constituição das empresas, 34% das empresas possuem de 8 a 11 anos de constituição, 30% acima de 11 anos, 27% de 4 a 7 anos e 9% tem até 3 anos de constituição. A solidez das empresas Boavistenses pode ser observada nesta ilustração, pois 64% das empresas participantes possuem acima de 8 anos de constituição mostrando que as mesma são bem organizadas e sólidas, pois com a evolução do mercado as mesma conseguiram se manter no mercado.

Porém, ao mesmo tempo observa-se a constância das empresas, um dado que chama a atenção que novas empresas não chegam a representar 10% das empresas pesquisadas.

A maioria das empresas Associadas da ACI encontram-se no comércio, o que se torna importante quando se analisa a quantidade de funcionários de cada empresa, onde 74% possuem até 10 funcionários, 17% de 11 a 20 funcionários e 9% acima de 21 funcionários. O número expressivo de empresas que possuem até 10 funcionários se deve ao fato das empresas serem ligadas ao setor do comércio/varejo e empresas familiares, em que na maioria delas não é ultrapassado o número de 5 funcionários por estabelecimento.

Com relação ao principal cliente, aquele que tem maior participação no faturamento da empresa identificou-se que 66% possuem como principal



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

cliente pessoas físicas, 19% pessoa jurídica e 15% ambos. Esse resultado também se deve ao fato das empresas que participaram da pesquisa serem na sua maioria ligadas a venda direta ao consumidor final, nos mais diversos ramos do comércio/varejo.

Já empresas que possuem como principais clientes pessoas jurídicas são as indústrias, que atende com seus produtos aos mais diversos setores.

Com relação à constituição das empresas em relação à sócios, 78% não possuem sócio e 22% possuem sócio. Com o atual cenário das empresas com a implementação das empresas MEI esse segmento cresceu, pois muitas empresas que antes não eram legalizadas começaram a buscar essa legalização, isso é demonstrado na Ilustração 6, onde a maioria das empresas não possuem sócio, além que neste percentual encontram-se várias empresas familiares.

Em relação ao investimento das empresas em sistemas de gestão, 57% das empresas atualmente possuem sistema de gestão e 43% não possuem. Isso mostra o quanto as empresas estão buscando alternativas para melhorar sua gestão, e o resultado obtido na Ilustração 7 pode ser comprovado quando observados os resultados da Ilustração 3, que traz a informação que a maioria das empresas possuem mais de 10 anos de constituição.

Com o atual cenário da legislação tributária imposta as empresas, as mesmas ficam cada vez mais necessitadas de ter um acompanhamento de qualidade de seus escritórios de contabilidade, que além de fazer a parte tributária das empresas, auxiliam as mesmas na tomada de decisão fornecendo os números da empresa e isso pode ser observado através da ilustração 8, pois 65% afirmaram que elaboram e 35% não elaboram contabilidade gerencial.

Diante disso, Catelli, afirma que a controladoria enquanto ramo de conhecimento se apoia na contabilidade, considerando os resultados contábeis para usar como modelo da gestão econômica da empresa (CATELLI, 2001).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Constatou-se que 45% das empresas não elaboram, 32% elaboram e 23% as vezes elaboram, mostrando que neste sentido as empresas precisam evoluir para continuar atuando no mercado. Os resultados possuem ligação com o perfil das empresas que participaram desta pesquisa, na sua grande maioria são empresas pequenas, sendo estas familiares, MEI e pequenas empresas.

As empresas vêm buscando cada vez mais informações para embasar a tomada de decisão, observa-se quantas empresas elaboram planilha de mensuração dos resultados, 56% produzem, 27% não e 17% às vezes produzem.

Constata-se que mais da metade das empresas fazem a mensuração dos resultados, isso se deve a melhoria nos sistemas de gestão das empresas que fornecem mais informações no momento da tomada decisão.

Diante disso, Perez JR, Pestana e Franco, afirmam que a controladoria busca aperfeiçoar os resultados da empresa, através de um modelo de gestão eficaz (PEREZ JR, PESTANA, FRANCO, 1997).

Quando perguntados se compartilham seus resultados com os funcionários, 11, 94% não compartilham os resultados da empresa, 5% às vezes compartilham e 1% compartilham. As empresas em sua maioria preferem deixar os resultados obtidos em sigilo, querendo evitar algum tipo de comentário entre os seus funcionários tanto em uma situação de dificuldade financeira da empresa, bem como em um momento de tranquilidade da empresa.

As empresas consideram importante o controle em uma nota de 1 a 10, 53% deram nota 10, 20% nota 9 e 26% deu nota de 8 a 5. Quando mais de 70% das empresas consideram o controle muito importante, pode-se observar que as empresas percebem a importância que isso tem na organização, principalmente no momento da tomada de decisão.

Diante disso, Beuren considera que a função da controladoria se

modificou no passar dos anos, partindo do desenvolvimento de sistemas de informação, passando agora a ter uma visão voltada à gestão, tornando-se fundamental o controle para a empresa (BEUREN, 2002).

Observa-se que 97% das empresas acreditam que um controle eficaz aumenta o faturamento da empresa e 3% considera que um controle eficiente não interfere no faturamento da empresa. Com um controle mais adequado os gestores consideram que a empresa evita desperdícios, cria novas alternativas, aumentando sua eficiência produtiva.

Quando as empresas foram questionadas se possuem algum tipo de controle constatou-se que mais da metade possui algum tipo de controle, esse fato se deve a maioria das empresas ter processos mais enxutos na questão do comércio e, nas indústrias as mesmas possuem um porte maior.

Identifica-se que 44% das empresas possuem um controle estruturado em todos os setores, 39% não possuem sistema de controle, 16% possuem controle financeiro e 1% na produção.

Neste sentido, Bianchi, Backes e Giongo, afirmam que o controle procura integrar os processos das organizações, integrando todas as áreas da organização com o objetivo da empresa (BIANCHI; BACKES; GIONGO, 2005).

Sobre possuir uma pessoa especializada em controles ou se possuem alguma pessoa responsável pelos controles, 52% das empresas possuem e 48% não possuem esta pessoa ou não possui um sistema de controle.

Percebe-se que à maioria das empresas que participaram da pesquisa são menores, mais enxutas e nestes casos o controle é mais fácil. Schmidt e Santos entendem que me entidades menores o *controller* exerce mais de uma atividade, sendo que estas normalmente estão ligadas a parte financeira empresa, gestão de pessoas e gerenciamento do negócio (SCHMIDT, SANTOS, 2009).

Com relação às empresas que não possuem um sistema de controle ou uma pessoa cuidando dos controles, os motivos disso estão apresentados na



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ilustração 15, 55% das empresas justificam não ter uma pessoa responsável pelo controle por ser empresa própria, 40% consideram que ter controle possui custo alto e 5% não acha importante.

Com relação ao controle em empresas menores os autores já citados, consideram que é uma atividade imprescindível. Já com relação ao custo para ter um responsável por esta função, está ligado ao quanto que a empresa quer crescer e se desenvolver, se o objetivo da empresa é apenas permanecer no mercado sem crescer isso é possível, mas se o objetivo é o crescimento da organização é fundamental ter uma pessoa responsável pelos controles.

CONCLUSÃO

No cenário atual onde as empresas estão inseridas, e que é cada vez mais competitivo, se torna indispensável que o gestor tenha o conhecimento de tudo que acontece dentro da organização, e ter controle dos processos se torna fundamental para o desenvolvimento de qualquer organização.

Este trabalho teve por objetivo conhecer o quão importante é o controle e, de que forma ele se apresenta dentro das organizações, nos diferentes perfis de organização. Este objetivo foi alcançado, por meio da pesquisa, constatou-se que mais da metade das empresas pesquisadas possuem algum tipo de controle nos mais diversos setores da empresa e, investem em colaboradores responsáveis ou especializados para cuidar dos controles da empresa.

O primeiro objetivo específico do trabalho foi conhecer o perfil das empresas pesquisadas, se identificou que elas são na sua maioria do ramo do comércio, com no máximo 10 funcionários, possuem vários anos de experiência e, investem em sistemas de gestão e também em assessorias contábeis.

O segundo objetivo deste trabalho buscou verificar se as empresas



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

pesquisadas possuem algum tipo de controle, de acordo com a pesquisa, mais da metade das empresas ou possui controle em todos os setores ou em algum determinado departamento, isso deve ao fato da maioria ser do setor de comércio, onde os processos de comercialização são mais enxutos, não possuindo muitos processos.

O terceiro objetivo específico identificou se as empresas pesquisadas possuem pessoas responsáveis pelo controle dentro da organização, constatou-se que 52% das empresas afirmaram ter pelo menos uma pessoa responsável pelo controle de toda a organização ou de algum setor específico.

O último objetivo do trabalho procurou identificar porque as empresas não possuem controle, as evidencias demonstraram que 48% das empresas não tem um controle estruturado e deste total, 55% não possui controle estruturado por se tratar de empresa própria no caso das MEI ou empresa familiar, 40% delas consideram o elevado custo na contratação de uma pessoa responsável e 5% não considera importante para a sua empresa.

Em resposta ao problema da pesquisa, “qual a importância do controle para as organizações?” observou-se que 86% das empresas pesquisadas deram nota superior a 8, considerando o controle muito importante para o sucesso da organização.

O estudo foi importante para conhecer melhor o perfil das empresas e qual o nível de conhecimento sobre o que é e qual a importância do controle das empresas associadas a ACI de Boa Vista do Buricá. Quando se trata de controle observa-se que grande parte considera importante tê-lo e, que auxilia no faturamento da empresa, no entanto esse investimento por vezes possui alto custo e, como muitas empresas são MEI ou de grupo familiares os mesmo não consideram importante investir, apesar de considerar algo relevante.

A partir destes resultados obtidos, deixa-se como sugestão para a ACI que realize cursos com o intuito de melhorar a percepção das empresas quanto as formas diferentes de controle dentro da organização, que mesmo ela sendo



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de pequeno porte que possa fazer um controle adequado a sua realidade melhorando seu desempenho.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **O Papel da Controladoria no Processo de Gestão**. In: SCHMIDT, Paulo (org) Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BIANCHI, Márcia; BACKES, Rosemary Gelatti; GIONGO, Juliano. **A Participação da Controladoria no Processo de Gestão Organizacional**. XXIX EnANPAD. 2005.

CATELLI, Armando (Coord.) **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2001.

MACHADO, Débora Gomes; DAME, Llier Becker; ZUCATTO, Luis Carlos. **O Perfil do Profissional de Controladoria**. XXI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. 2009.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, N.; CHAVES JÚNIOR, O.; LIMA, M. **A Controladoria nas Organizações Públicas Municipais**. Um estudo de caso. Revista Universo Contábil, 5, Nov. 2008.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2012.

_____. **Controladoria Estratégica e Operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; PESTANA, Armando Oliveira; FRANCO, Sérgio Paulo Cintra. **Controladoria de Gestão**. São Paulo: Atlas, 1997.

PITIA, Maria da Graça Barreto, **Controladoria na Gestão: a relevância dos custos da qualidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHMIDT, Paulo, SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de Controladoria**, In: Coleção Resumos de Contabilidade, Editora Atlas 2009.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O MERCADO FINANCEIRO: SUAS OPORTUNIDADES E DIVERSIFICAÇÕES

Adelino Pedro Wisniewski ¹
Augusto Rieger Lucchese²
Guilherme Buzanello ³
Janice Walter⁴
Marcos Rogério Rodrigues⁵

RESUMO

O mercado financeiro brasileiro está em constante crescimento, investidores migraram para produtos tanto de renda fixa quanto renda variável, algo positivo, visto que gera crescimento na poupança e diminui o endividamento. O trabalho trata do tema: O Mercado Financeiro: Suas Oportunidades e Diversificações, e realizou-se no período de janeiro a junho de 2019. Atualmente no Brasil, mesmo alta adesão, o mercado de ações, ainda é um universo pouco explorado, este fato poderia ser diferente. O trabalho teve por objetivo geral, comparar tipos de investimentos demonstrando algumas opções do mercado financeiro com o intuito de auxiliar a tomada de decisão do investidor. Abordou-se no referencial teórico o Sistema Financeiro Nacional, explicando sobre seus principais órgãos, posteriormente descreveu-se sobre o mercado de ações, um universo muito amplo e cheio de oportunidades, e por fim apresentaram-se as aplicações financeiras, demonstrando seus principais produtos disponíveis no mercado. A metodologia utilizada fora uma pesquisa teórica empírica, pesquisa quantitativa descritiva, explicativa e comparativa, ampliando o conhecimento sobre mercado financeiro, realizando comparações entre produtos e demonstrando seus possíveis retornos, demonstrando detalhes sobre as opções disponíveis. Segundo a pesquisa, percebe-se um maior retorno através das ações do que produtos de renda fixa, porém é necessário considerar riscos. Dentre os resultados destacou-se a ação da

¹ Especialista em Administração em Administração Pública. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br.

² Mestre em Contabilidade. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. augustorlijui@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – 8º semestre. Autor. Faculdades Integradas Machado de Assis. guibuzabr@hotmail.com

⁴ Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br.

⁵ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Petrobrás, a qual teve o maior rendimento de todos comparados no período estudado.

Palavras-chave: Renda Fixa – Mercado Financeiro – Investimentos – Riscos.

INTRODUÇÃO

O mercado financeiro oferece várias oportunidades de investimento, que são ampliadas diariamente disponibilizando inúmeras possibilidades aos investidores que buscam oportunidades de ganho financeiro constantemente.

Este trabalho tem como tema o mercado financeiro: suas oportunidades e diversificações. Neste artigo busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: Qual o tipo de investimento mais rentável para pessoa física? O objetivo geral do trabalho é comparar o resultado em um determinado período, sobre os diversos tipos de investimentos disponíveis no mercado, para investidores pessoa física, com o intuito de auxiliar a tomada de decisão do investidor.

São objetivos específicos: a) apresentar os conceitos sobre aplicações financeiras e suas opções disponíveis; b) conceituar sobre o mercado de ações e suas particularidades; c) realizar comparações de rentabilidade no primeiro semestre 2019 entre os investimentos de renda fixa e variável e, apresentar o mais rentável.

Atualmente os produtos bancários são a maneira mais “fácil” do investidor leigo realizar investimentos; os fundos são atrativos, mas não necessariamente oferecem os melhores resultados, pois atualmente há uma enorme diversidade de produtos que podem gerar ônus.

Corretoras de valores estão mais acessíveis, pois operam via internet, e disponibilizam taxas de corretagem e custódia a preços muito acessíveis ou até a taxa zero para algumas operações, e em poucos passos, o investidor consegue realizar investimentos de inúmeros tipos, como a compra de frações



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

do tesouro Selic, aportar em fundos de investimento, ou até comprar ações.

O trabalho, propõem-se a realizar pesquisa bibliográfica, evidenciando a opinião de autores consagrados em livros, revistas, E-books, como em obras do autor Assaf Neto, Deschatre, Nigro, entre outros.

Pretende-se com a pesquisa bibliográfica explicar o funcionamento do mercado financeiro Nacional iniciando com mercado de ações, demais produtos do mercado financeiro brasileiro, seguindo de explicações claras para estes. Pretende-se efetuar comparativo entre os diferentes tipos de mercados, de investimentos e rentabilidades.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta secção abordam-se os temas com base no presente trabalho, o mercado financeiro, explicando-se desde a base como seu funcionamento, até métodos mais avançados, produtos e serviços que podem ser adquiridos e o funcionamento deste. São descritos o sistema financeiro brasileiro entrando em alguns detalhes e seus apêndices, como a Comissão de Valores Mobiliários, (CVM), Conselho Monetário Nacional (CMN), e outros órgãos reguladores.

1.1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias para circulação da moeda e do crédito na economia (ABREU; SILVA, 2017).

O sistema financeiro nacional é regido pela lei da reforma bancária de 1964, lei do mercado de capitais de 1965 e lei de criação dos bancos múltiplos de 1988, ele conta com todas as instituições financeiras, considerando as públicas ou privadas do país. O sistema é regulado através de dois grandes subsistemas, o normativo e intermediação financeira (ASSAF NETO, 2014).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O Sistema Financeiro Nacional tem sua formação de acordo com entidades e instituições, estas que promovem a intermediação financeira, que é a junção dos credores e tomadores de recursos. Através do sistema financeiro, empresas, governo e pessoas físicas possuem movimentações sobre seus ativos, realizam investimentos e quitam dívidas (BACEN, 2019).

Através de informações obtidas do BACEN, é correto afirmar que: “O Banco Central tem por finalidade a formulação, a execução, o acompanhamento e o controle das políticas monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior; a organização, disciplina e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Consórcio; a gestão do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e dos serviços do meio circulante.” (BACEN, 2019).

Dentre uma das atribuições do Banco Central está a emissão da moeda, após a sua impressão, realizando a entrega do numerário ao sistema bancário (ASSAF NETO, 2014).

Para Fortuna, o Banco Central é essência criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro nacional, e explica que sua responsabilidade é realizar corretamente as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN (FORTUNA, 2015).

Para Fortuna, o objetivo da CVM é proteger os investidores, manter a eficiência e a ordem dos mercados e aumentar a facilidade de formação de capital por parte das empresas (FORTUNA, 2015).

De acordo com as informações disponibilizadas, pode-se afirmar que o sistema financeiro nacional é um sistema complexo e bem organizado, para assegurar um padrão de funcionamento e minimizar prejuízos.

1.2 MERCADO DE AÇÕES



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O mercado de ações já é visado pelo investidor, porém nem sempre se tem conhecimentos suficiente para se aventurar com segurança; as possibilidades são amplas e diversificadas. Ações são negociadas na bolsa de valores, distribuindo lucros e obtendo valorização de suas cotas. Ao negociar ações, o investidor almeja vendê-las a um valor maior.

O investidor pessoa física necessita criar uma conta em uma corretora de valores, para realizar seus investimentos nos produtos do mercado financeiro. Pode-se afirmar que uma corretora de valores é uma instituição financeira pela qual, o investidor terá acesso aos produtos e investimentos disponíveis. Basicamente, a corretora faz a ponte entre o investidor e seu dinheiro aos produtos como Tesouro Selic, Ações, ou Fundos (EASYNVEST, 2019).

Para realizar qualquer tipo de investimento, informação sobre este mercado é essencial. O investidor precisa conhecer o ambiente, por isso é necessário conhecer os principais dados que envolvem o mercado financeiro.

Sobre a tributação sobre as ações, pode-se afirmar que esses tributos são cobrados sobre o ganho líquido mensal, ou seja, a diferença positiva entre o valor da venda das ações menos o valor da compra e os custos das transações. Logo, só há incidência de IR se o investidor tiver lucro nas operações. Também ficam isentos de IR os ganhos líquidos obtidos pelo investidor pessoa física, na venda de ações desde que não ultrapasse os R\$20 mil no mês. É de grande importância salientar também que para operações normais o investidor paga uma alíquota de IR de 15% sobre seu ganho, já em operações que se iniciam e terminam no mesmo dia (Day-trade), esta alíquota é de 20% (ITAU, 2019).

Para se ter uma maior noção sobre a mensuração de uma empresa listada na bolsa de valores, Elder explica em algumas palavras que ação é um certificado de propriedade de uma empresa. Por exemplo, ao comprar 100 ações de uma companhia que emitiu 100 milhões de ações, o acionista passa



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

a ser dono de um milionésimo dessa organização, em outras palavras, você se torna coproprietário do negócio (ELDER, 2006).

A análise fundamentalista baseia-se em fundamentos da empresa que possui o seu capital negociado na bolsa; é confirmada através dos balanços patrimoniais divulgados periodicamente. Conseguindo-se obter uma noção da saúde financeira da empresa, o entendimento de Elder, “Os fatores fundamentais são muito importantes para os operadores a longo prazo, que querem embarcar nas grandes tendências para vários meses ou anos.” (ELDER, 2006, p.39).

Fica claro que o ramo de ações e renda variável necessita de um perfil diferenciado de investidor, pois a sua alta volatilidade requer preparo psicológico. Por isso, fica com os ativos de renda variável (ações) um perfil mais arrojado de investidor, o qual não vê muito problema em assumir riscos.

1.3 APLICAÇÃO FINANCEIRA

No Brasil, o investimento mais popular é a poupança, caracterizada por ser puramente renda fixa, considerada segura, com rendimentos limitados e geralmente baixos; produzindo rendimentos apenas da data do aniversário. Assaf Neto explica que, os rendimentos são calculados mensalmente e creditados sempre nesta data ao aplicador (ASSAF NETO, 2014). Também explica que, caso haja retiradas antes da data de aniversário, a caderneta não paga nenhum rendimento sobre o dinheiro sacado (ASSAF NETO, 2014).

Certos investimentos possuem garantia total de R\$250.000,00 por CPF e por instituição financeira. Quem garante isso é o (FGC) Fundo Garantidor de Crédito. Isso garante que o investidor possua uma grande segurança ao aportar seus investimentos em produtos cobertos pelo fundo (RICO, 2019).

Sobre a segurança das aplicações, Assaf Neto afirma que, os saldos aplicados são garantidos, até determinado valor (R\$250.000,00) pelo governo,

por CPF (ASSAF NETO, 2014).

Investimentos em Tesouro Direto oferecem títulos com diferentes rentabilidades, são elas: prefixada, ligada à variação da inflação ou variação da taxa de juros básica da economia – Selic (TESOURO DIRETO, 2019).

O Tesouro Selic é uma opção parecida com a poupança, este utiliza-se da taxa Selic como sua rentabilidade, esta taxa é definida através do Comitê de Políticas Monetárias (INFOMONEY, 2019).

O certificado de depósito bancário (CDB), por sua vez, é um título bancário, que pode ser contratado pelo cliente, este título tem por característica o resgate, que só será feito ao final do prazo estipulado no contrato (sob pena de perda de rentabilidade) e obrigatoriamente o valor resgatado será maior que o valor aplicado (ASSAF NETO, 2014).

As (LCI) Letras de Crédito Imobiliário são títulos emitidos basicamente por bancos e instituições financeiras que pagam ao investidor um valor acordado no momento do investimento, e este se torna fonte de investimentos para o setor imobiliário, sendo lastreados em créditos imobiliários. Na prática, o investidor realiza um empréstimo para o setor imobiliário, este que devolverá o dinheiro corrigido no futuro (BTG PACTUAL, 2019).

Ainda sobre as LCI, o pagamento de juros nesta modalidade de investimento pode ser periódico, ou apenas no vencimento do título, e é vedada a rentabilidade em casos de resgate total ou parcial antes do término do vencimento do título (FORTUNA, 2014).

Sobre os Fundos de Investimento, são muitas opções, com vários graus de risco, podem ser de renda fixa ou variável. A soma dos investimentos realizados no fundo forma o seu patrimônio, este que é aplicado por uma instituição profissional (gestor). Em um fundo as decisões serão refletidas por seus objetivos e políticas pré-definidos. Desta forma, os investimentos tem a chance de serem tanto bem sucedidos quanto mal sucedidos, havendo assim a valorização e desvalorização das cotas destes fundos (INFOMONEY, 2019).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Quando o assunto do fundo é risco, tem-se em mente que quanto maior o risco, mais satisfatório poderá ser o retorno, logo, quanto mais seguro for o fundo, naturalmente a sua rentabilidade será menor.

Sobre a liquidez dos fundos de investimento, pode-se afirmar de acordo com o pensamento de Assaf Neto, que a maioria destes fundos permite que o cotista saque seus recursos a qualquer momento, obtendo por isso uma liquidez diária em suas aplicações (ASSAF NETO, 2014).

Na economia, existem momentos bons e momentos ruins. Estes devem ser identificados no momento certo, e assim, o investidor terá a chance de tirar proveito de ambos, conquistando resultados positivos no mercado mesmo quando tudo estiver desabando. Para Deschatre, sobre as poupanças, tem reflexo no nível de desenvolvimento econômico de um país.

De acordo com as informações apresentadas, pode-se entender que fundos de investimento são uma modalidade razoavelmente segura para o investidor, visto que possuem o termômetro de risco que este pode escolher.

Os Fundos de Investimento Imobiliário, também conhecidos como FII, permitem ao investidor a compra de parte de bens, que podem ser divididos em fundos de investimento, de tijolo, CRI, papel, fundos que investem em outros fundos e receber aluguéis/dividendos por estas cotas (ASSAF NETO, 2014).

Nigro dá uma breve e clara explicação sobre o que são os FIIs, no qual explica que ao aportar em um fundo imobiliário, o investidor estará se tornando associado à vários outros investidores que também tem o interesse em comum de entrar no mercado imobiliário (NIGRO, 2018).

Existem os mais variados tipos de investimento, cada um deles com sua particularidade. Não é possível indicar qual modalidade é melhor, cabe ao investidor, selecionar a modalidade de investimento conforme seu perfil.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2 METODOLOGIA

O processo metodológico consiste em definir quais serão os meios e etapas que o acadêmico utilizou para a elaboração da pesquisa a fim de atingir os objetivos traçados no estudo, sendo assim possível analisar e realizar a conclusão e a uma solução para o problema exposto. A metodologia da pesquisa abordou a categorização da pesquisa, a geração de dados e a análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo pode ser categorizado quanto a sua natureza como uma pesquisa teórica empírica, é aplicada, busca ampliação de conhecimentos sobre o mercado financeiro realizando a comparação entre os tipos de investimentos.

Quanto à forma de abordagem foi realizada uma pesquisa quantitativa, já em relação aos objetivos propostos a pesquisa foi classificada como descritiva e explicativa, pois permitiu um estudo sobre a diversidade de investimentos e seus possíveis retornos financeiros. Pesquisas descritivas são muito valiosas, pois relatam detalhes, e a partir deste o autor pode retirar informações mais concisas.

Quanto aos procedimentos técnicos classificou-se como pesquisa bibliográfica, documental e comparativa. Para que se possa realizar uma pesquisa bibliográfica é essencial que se busque publicações relacionadas ao estudo. A pesquisa utilizou-se de livros, revistas e portais que deram embasamento ao estudo. A pesquisa caracterizou-se como um estudo comparativo, com o intuito de comparar a rentabilidade de diversos investimentos destinados às pessoas físicas.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados por meio da documentação indireta, decorrentes de pesquisas em sites como a bolsa de valores, corretoras, site do BACEN, livros entre outros. Procurou-se deixar claro quanto ao tipo de investimento disponível ao investidor, realizando uma comparação de retorno no período em questão.

Também considerou-se os limites que a pessoa física estaria disposta a colocar em risco; diante da gama de investimentos disponíveis, cada um possui sua particularidade, com prazos, valores mínimos para aplicação e resgate, rentabilidades, riscos e liquidez diferenciados.

Optou-se por escolher 3 investimentos de renda variável (ações da Petrobras – Cia Vale do Rio Doce – e Banco do Brasil), também escolheu-se investimentos de renda fixa e mais conservadores tais como: certificado de depósito bancário, a poupança, LCA, LCI e Tesouro Selic.

No trabalho, analisou-se o grau de risco de cada tipo de investimento, expondo a rentabilidade de cada um, porém analisando quanto ao seu grau de risco se aquele ativo vale a pena ou não, adequando-se a cada perfil de investidor. O período de análise destes investimentos foi no decorrer de 180 dias, ou seja, de 02/01/2019 a 28/06/2019.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram analisados de modo descritivo, explicativo e comparativo. Produtos que fazem referência ao mercado financeiro e estão presentes e acessíveis para o consumidor. A rentabilidade dos produtos foram demonstradas neste capítulo levando em consideração uma taxa de rendimentos de um período de 12 meses, e posteriormente estes produtos foram colocados em análise durante um período de 6 meses igualmente para



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

todos os ativos, alocando o valor de R\$5.000,00 para cada um deles, e criando uma opinião sobre o investimento no geral e as diferenças destes.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para atendimento do objetivo do trabalho, analisou-se uma cesta de investimentos composta por: Poupança, Tesouro Selic 2025, CDB, LCI, LCA, Fundo de Investimento e Ações com acompanhamento semestral iniciando em 02/01/2019 e encerrando na data de 28/06/2019.

A Caderneta de Poupança é considerada como investimento pouco rentável, de alta liquidez e segurança, gerou um ágio de 4,55% em um investimento de 12 meses, lembrando que esta opção é livre de imposto de renda, o investidor resgata o capital total.

O Tesouro Selic 2025, que é uma modalidade muito parecida com a poupança, porém oferece retornos mais consideráveis e acaba sendo mais atrativo do que a anterior, oferecendo uma rentabilidade de 6,5% ao ano, uma diferença relevante de 1,95% se comparado à poupança, desde que o investidor não realize o saque, que é proporcional ao tempo da aplicação.

Quando ao Certificado de Depósito Bancário (CDB) administrado pelo Banco Chevrolet (GMAC), o investidor possui uma forma mais ampla de investimento, porém a rentabilidade ao final de 6 meses não se destacou, rentabilizou abaixo de 6,2% ao ano.

A Letra de Crédito Imobiliário (LCI), apresentou uma rentabilidade de 5,96% em uma média dos últimos 12 meses, uma taxa relativamente baixa de retorno, refletida pelo CDI.

A Letra de Crédito Agrícola do Banco Fibra (LCA), gerou no período de 12 meses um retorno de 6,14%, também tendo por base seu rendimento em uma porcentagem do CDI, obteve retorno similar aos já apresentados.

Como Fundo de Investimentos optou-se pelo gerido pelo ARX TARGET



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INSTITUCIONAL, que rendeu nos 12 meses um total de 5,37%. Para o período, o fundo não apresentou grandes resultados, em função do risco que é maior que os produtos de renda fixa; não demonstrou ser uma boa opção, porém não o descarta como uma opção de investimento de prazo mais longo.

Em renda variável (mercado de ações), foram utilizados os seguintes ativos: Companhia Vale do Rio Doce que faz uso da sigla VALE3, a Companhia Petrolífera Brasileira ou Petrobrás (sigla PETR4) e o Banco do Brasil (BBAS3).

As ações da (VALE3) Companhia Vale do Rio Doce, no período apresentaram uma valorização de 1,43%, relevante em função da tragédia ocorrida na cidade de Brumadinho, que abalou a confiança dos investidores; as ações da companhia adotaram uma tendência lateral, não avançando no período de tempo estudado. Um investimento de R\$ 5.000,00, o lucro seria de R\$ 71,50 após os 6 meses, inferior aos demais produtos disponíveis na carteira.

Na (PETR4) Petrobrás, o papel obteve forte variação. Seu fechamento para cada ação no primeiro pregão do ano de 2019 foi de R\$23,54, finalizando o período sendo negociado a R\$ 26,93 no dia 28/06/2019. Desta forma, a companhia obteve uma valorização de 14,4% nas suas ações.

Para as ações do (BBAS3) Banco do Brasil, também se obteve uma valorização satisfatória, a negociação do papel iniciou-se com valor de R\$ 46,97, e após o tempo da análise fechou o último pregão no dia 28/06/2019 sendo negociada no valor de R\$ 53,29. Obteve uma valorização de 13,46%; resultado positivo, destacando-se entre as melhores opções.

Observando-se o desempenho do índice BOVESPA, nota-se que houve uma alta no período analisado, variando de 91.012 pontos no primeiro para 100.967 pontos no fechamento, evidenciando-se uma valorização 10,94%.

Para a poupança obteve-se uma taxa de 4,55% ao ano, ao aplicar R\$ 5.000,00 o investidor terá R\$ 5.113,75, rentabilidade relativamente baixa de apenas R\$ 113,75, porém não há imposto cobrado sobre o ganho. Nesta



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

aplicação de 6 meses é possível rentabilizar 2,27% no período.

No Tesouro Selic 2025, o ganho foi um pouco maior que o da poupança; como constatado autor anteriormente “O Tesouro Selic é uma opção parecida com a poupança” (INFOMONEY, 2019).

O CDB estudado foi da administradora (GMAC) Banco Chevrolet, e este obteve um retorno de 6,2% em 12 meses, tendo base em 101% do CDI. Com R\$5.000,00, o investidor teria disponível na sua conta após 6 meses um montante de R\$5.153,00, porém é necessário levar em consideração o IOF que seria pago para realizar o resgate, que possui a mesma taxa do Tesouro Selic, ou seja, 22,5% sobre o lucro de operações iguais ou inferiores à 180 dias. Desta forma, o investidor pagaria R\$34,43 de imposto na retirada desta aplicação, fazendo com que a rentabilidade do CDB fique muito prejudicada, restando como montante para o investidor no final dos 6 meses o valor de R\$5.118,57. Isso em porcentagem daria 2,37%.

A (LCI) Letra de Crédito Imobiliário tem sua rentabilidade baseada em 97% do CDI, esta apresentou um rendimento de 5,95% para os últimos 12 meses, uma taxa relativamente baixa de retorno, refletida pelo CDI. Seu investidor não pagará IR sobre sua retirada, desde que espere no mínimo 180 dias para resgatar. Investimento inicial de R\$ 5.000,00 semestral, utilizando por base o rendimento anual de 5,95%, a pessoa física teria um lucro de R\$ 147,00 livre de imposto de renda, equivalente a 2,94 % nos 6 meses.

Para o investimento em (LCA) Letra de Crédito do Agronegócio, coordenado pelo Banco Fibra S.A, o investidor conta com um retorno de 100% do CDI, ou seja, com o investimento de R\$5.000,00, estariam disponíveis para saque R\$5.151,50, tendo como lucro R\$ 151,50 livres de imposto de renda. Um lucro de 3,03% no final dos 6 meses. Investimento similar ao anterior sem incidência de IR para prazos superiores a 180 dias.

Para investimentos e ações Petrobrás nota-se forte crescimento, iniciando sendo negociada ao valor de R\$23,54 e terminando negociada em R\$26,93,

valorização de 14,40% no valor das ações da empresa. Segundo o autor, o mercado de ações é muito volátil “De 2002 até a crise de 2008, o mercado de ações no Brasil apresentou uma rentabilidade acima de 400%” (NIGRO, 2018). Num investimento de R\$ 5.000,00 no semestre, pode-se dizer que o investidor teria R\$ 5.720,00 como valor total, se vendesse suas ações pagaria R\$108,00 de IR sobre a operação, e restaria para o investidor R\$ 5.612,00.

Em ações da empresa Vale, é possível notar que não houve um grande crescimento durante o período da análise, iniciando sendo negociada ao valor de R\$51,09 e terminando o período de análise sendo negociada ao valor de R\$51,82, uma valorização de 1,43% no valor das ações da empresa. Desta forma, o investidor pagaria um IR de R\$10,73 e teria lucro de R\$ 60,78.

Nas ações do Banco do Brasil, o cenário foi positivo, visto que a empresa mesmo entre forte variação obteve uma valorização considerável de seus papéis, fechando o pregão do dia 02/01/19 em R\$46,97 e finalizando o período de análise com suas ações valendo R\$ 3,29, uma alta de 13,46%.

De acordo com os dados, o investidor que aplicou o valor de R\$5.000,00 ao final dos 6 meses teve a possibilidade de retirar, já descontado 15% sobre o lucro, o valor de R\$5.572,05. O imposto pago na operação seria de R\$100,95.

Ao analisar os tipos de investimentos percebeu-se que os de renda variável embora tenham maior risco, destacaram-se quanto a rentabilidade, ênfase para o papel do Banco do Brasil, que pode-se entender através da ilustração 2 uma alta de 100,03% em um período de apenas 12 meses. No período de análise a ação atingiu a segunda posição com uma valorização de 13,46%, perdendo para o papel da Petrobrás (PETR4) com uma alta de 14,40%.

Quanto à renda fixa, o investimento que mais se destacou em seu retorno de capital foi a LCA (Ilustração 9) que nos 6 meses analisados gerou um lucro de 3,03% livres de imposto de renda.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CONCLUSÃO

Com uma visão de Futuro; pensando em otimizar os ganhos dos investidores, o presente trabalho buscou identificar opções disponíveis no mercado financeiro com potencial para complementar a renda, ou até mesmo, possibilitar que investidores pudessem sobreviver exclusivamente de rendimentos financeiros; são objetivos demonstrar a importância do mercado de ações e suas diversificações, apresentando explicações para que o leitor tenha um fácil entendimento sobre o assunto. Este mercado possui uma enorme gama de produtos, estes que variam de acordo com o perfil de cada investidor e qual o objetivo geral do seu investimento.

O objetivo geral do trabalho foi comparar o resultado de aplicações usuais no mercado financeiro, durante um período estipulado entre janeiro e junho de 2019, visando identificar os melhores desempenhos.

Os objetivos específicos propostos no início foram desenvolvidos no decorrer dos estudos; o primeiro objetivo específico “apresentar os conceitos sobre aplicações financeiras e suas opções disponíveis”, ficou demonstrado ao longo do referencial teórico. O segundo objetivo específico “conceituar sobre o mercado de ações e suas particularidades”, foi abordado inicialmente no item 1.2 do trabalho, trazendo a opinião de diversos autores sobre o assunto e posteriormente, exemplificado através de ativos de renda variável e mantido no decorrer do trabalho.

O terceiro e último objetivo específico do trabalho teve por base a comparação entre diferentes ativos, onde foram demonstrados vários produtos, sendo eles de renda fixa e variável, demonstrando a grande gama de opções que o investidor possui.

Em sintonia com os objetivos definidos, procedeu-se estudo minucioso da rentabilidade real, de investimentos como a caderneta de poupança, tesouro Selic, CDB, LCI, LCA, Fundo Multimercado e finalmente, o mercado de ações



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

com a renda variável, utilizando como exemplo os ativos da companhia Vale do Rio Doce, companhia petrolífera Petrobrás e o Banco do Brasil.

Considerando o problema da pesquisa consistiu em identificar “qual o tipo de investimento mais rentável para pessoa física, durante o período estudado?” Pode-se constatar que o investimento mais rentável foi a ação do Petrobrás (PETR4). Com o trabalho esclarece-se pontos essenciais para a tomada de decisão; novos caminhos podem ser identificados diante de explicações sobre os investimentos com exemplos práticos.

Conclui-se que o mercado financeiro está acessível às pessoas físicas, o conhecimento é essencial uma alocação segura; geralmente os mercados de ações não oferecem resultados negativos se forem pensados em um longo prazo. Mercado de ações são complexos; renda variável possui uma enorme volatilidade podendo transformar-se em dor de cabeça com investimentos em curto prazo, mas que se demonstrou rentável a médio e longo prazo.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar o foco para investidores que já possuam conhecimentos, para que possam intensificar suas pesquisas por produtos específicos; evidencia-se a relevância do trabalho por estimular o interesse sobre o mercado financeiro; o estudo propõe-se a despertar a curiosidade, a busca do conhecimento e desafia para que o leitor identifique seu perfil de investidor e gradativamente possa compor sua própria carteira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar Gomes; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BACEN, **Regimento Interno do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/Documents/regimento_interno/RegimentoInterno.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BACEN, **O que é o Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BTG PACTUAL, **O que são as LCIs**. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/renda-fixa/lci>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DESCHATRE, Gil Ari. **Investimento em Ações**: Para os momentos de crise e de crescimento. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2009.

EASYNVEST, **O que é uma Corretora de Valores**. Disponível em: <<https://ajuda.easynvest.com.br/hc/pt-br/articles/226454147-O-que-é-uma-corretora-de-valores>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ELDER, Alexander. **Aprenda a Operar no Mercado de Ações**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Come into my trading room. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro. 20. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2015.

INFOMONEY, **O que são os Fundos de Investimento**. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/fundos-de-investimento/>> acesso em: 10 nov. 2019.

ITAU, **Ações**: o que são ações? Disponível em: <<https://www.itau.com.br/investimentos/acoes/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

NIGRO, Thiago. **Do Mil ao Milhão, sem Cortar o Cafezinho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

RICO, **Qual a Função do FGC?** Disponível em: <<https://blog.rico.co.m.vc/fundo-garantidor-credito-fgc>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TESOURO DIRETO, **O que é o Tesouro Direto**. Disponível em: <<https://www.tesourodireto.com.br/conheca/conheca-o-tesouro-direto.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2019.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL DO INTERIOR DE CAMPINA DAS MISSÕES PARA MELHORIAS NA PRODUÇÃO LEITEIRA

Caroline Souza Krein¹
Lauri Aloísio Heckler²
Jonas Bordim³
Denise Felber⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo desenvolver uma análise de viabilidade econômico-financeira de construção de uma sala de ordenha e instalações, com aumento do plantel de animais da propriedade, que atualmente conta com 15 vacas em lactação, pesquisa essa que foi desenvolvida entre os meses de Julho de 2018 a junho de 2019, em uma propriedade situada na Linha Paca Norte, interior do município de Campina das Missões. Tendo como objetivo proporcionar melhorias na atividade leiteira e aumentar a produção da propriedade, se buscou como temática o estudo após verificar que os donos da propriedade não possuem controle contábil de sua atividade, como também não tem conhecimento do real lucro gerado pela atividade leiteira. Para isso foi necessário realizar um levantamento das receitas e despesas geradas, e os investimentos necessários para desenvolver as melhorias que se buscava para a propriedade. A metodologia empregada quanto à pesquisa foi descritiva e quantitativa, tendo como base a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Em relação às bases teóricas, foram abordados assuntos como, os fundamentos da contabilidade, contabilidade gerencial, contabilidade de custos, análise de investimento, contabilidade rural e atividade leiteira. Após o término do estudo e a análise dos dados, verificou-se um resultado positivo oriundo da atividade leiteira na propriedade. De modo

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: carol_krein@outlook.com

² Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: lheckler@bol.com.br

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de RH e Gestão da Tecnologia da Informação. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: Jonas@fema.com.br

⁴ Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Coordenadora de Gestão da Tecnologia da Informação e professora dos Cursos Superiores. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: denise@fema.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

que se tornará viável para o agricultor realizar o financiamento desejado, que após a compra dos animais irá gerar um aumento da produção e conseqüentemente também do lucro, além da melhora da qualidade de vida do agricultor no manejo da atividade.

Palavras-chave: Contabilidade Rural - Atividade Leiteira - Análise de Investimento.

INTRODUÇÃO

A contabilidade rural tem como objetivo, auxiliar o produtor na apuração dos custos e despesas gerados em sua propriedade, para se conseguir dados confiáveis da saúde financeira da propriedade. A produção leiteira representa uma das principais atividades na região sul do Brasil, sendo de grande importância para a economia regional. Que por sua vez nos últimos anos vem enfrentando graves recessões, resultando em uma baixa generalizada das vendas na sociedade, e as empresas para se manter no mercado, acabam por exigir cada vez mais qualidade dos produtos com baixos preços.

Em razão desses acontecimentos, o agricultor para conseguir acompanhar o mercado necessitou ir em busca de melhorias e novas técnicas para sua propriedade, assim agregando mais qualidade em seus produtos, com diminuição dos custos, resultando em aumento do lucro da atividade.

O presente artigo tem como objetivo geral, analisar a viabilidade econômico-financeira de construção de uma sala de ordenha e como conseqüência o aumento do plantel de animais da propriedade, para se conseguir desenvolver esta análise, foi necessário apurar as receitas, despesas, e o lucro que são gerados pela propriedade, oriundos da atividade leiteira, também se precisou mensurar os valores necessários para a construção da sala de ordenha e a compra dos animais, aplicando métodos para analisar o investimento.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Ao que se refere a coleta das informações, se utilizou a pesquisa de campo e bibliográfica, sendo aplicada de forma descritiva quantitativa qualitativa, e por último se fez uma análise dos dados para chegar ao resultado.

Para a construção do presente artigo, primeiramente se iniciou com o referencial teórico, onde foram abordados temas relacionados ao presente trabalho, onde se abordou os fundamentos da contabilidade, contabilidade gerencial, contabilidade de custos, análise de investimento, contabilidade rural, atividade leiteira, seguidos da metodologia, a apresentação dos resultados e por fim a conclusão. No referencial teórico foram utilizadas bibliografias de vários autores, entre eles pode-se citar, Ribeiro, Sá, Marion, Crepaldi, Oliveira, Atkinson, Rodrigues, Silva, Gil, Callado.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o referencial teórico do presente artigo se utilizou de bibliografias de diversos autores, onde se abordou vários aspectos que se relacionam com a contabilidade e a agricultura.

1.1 FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE

A contabilidade pode ser entendida como sendo uma das ciências mais antigas do mundo, estando ligada as primeiras manifestações humanas desde os primórdios da humanidade. Conforme Sá, “Provas arqueológicas denunciam registros em grutas, ossos, e outros materiais contendo manifestações da inteligência humana [...] as provas mais antigas que se possui dessa gênese são as do paleolítico superior, ou seja, entre 10 e 20.000 anos atrás.” (SÁ, 2012, p. 17). A contabilidade é uma importante ferramenta de controle e auxílio para sociedade como um todo, na tomada de decisão,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

podendo-se dizer que se firmou como ciência há alguns séculos através de Luca Pacioli. De acordo com Ribeiro:

[...] A contabilidade se firmou como ciência com o advento do método das partidas dobradas, no final do século XV. O método das partidas dobradas fundamenta-se na relação de débito/crédito, tendo sido divulgado pela primeira vez pelo frade franciscano Luca Pacioli, em seu livro sobre geometria e aritmética, lançada em 1494 na cidade de Veneza na Itália. (RIBEIRO, 2013, p.3).

Já para Ribeiro, a contabilidade tem por finalidade, “[...] fornecer informações de ordem econômica e financeira sobre o patrimônio, para facilitar a tomada de decisão por parte de seus usuários.” (RIBEIRO, 2013, p. 3). A contabilidade é uma ferramenta universal, que abrange toda a sociedade, podendo assim, auxiliar a gestão e controle das entidades, objetivando o crescimento e desenvolvimento das mesmas.

Esse fantástico mecanismo contábil passou a ser utilizado universalmente, chegando até nossos dias como eficiente instrumento de controle que pode ser aplicado tanto aos patrimônios de pessoas físicas como aos patrimônios de pessoas jurídicas, tenham elas finalidade lucrativa ou não. (RIBEIRO, 2013, p. 3).

Para se conseguir entender a contabilidade de uma forma geral, se faz necessário compreender o que ela é, como funciona e seus principais tópicos, para assim colocar em prática tais ensinamentos, ocorrendo o desenvolvimento da sociedade corretamente visando resultados positivos para a sociedade como um todo.

1.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

Em uma sociedade atual, onde ocorrem mudanças a todo tempo, se percebe a necessidade de estar sempre atualizado, buscando novos conceitos e alternativas inovadoras, para assim ocorrer significativas mudanças, tanto no

âmbito profissional quanto pessoal, como um dos exemplos, pode-se citar a contabilidade gerencial, que ao longo dos anos vem se transformando.

Para conseguir acompanhar tais mudanças que ocorrem, a contabilidade gerencial com o passar do tempo se modificou, onde Atkinson explica o conceito de contabilidade gerencial atualmente como, “[...] processo de fornecer a gerentes e funcionários de uma organização informação relevante, financeiras e não financeiras, para tomada de decisões, alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho.” (ATKINSON, 2015, p. 2).

Para se conseguir desenvolver essas mudanças estratégicas, se necessita de um profissional que as desenvolva, onde na maioria das vezes é o administrador, que apesar de parecer uma tarefa fácil, envolve diversas questões que precisam ser estudadas a fundo antes da tomada de decisão. De acordo com Crepaldi:

O administrador de um empreendimento tem a necessidade de saber onde e de que forma está aplicando seus recursos e qual está sendo o retorno financeiro obtido. A informação gerencial é o resultante do que na realidade ocorre no empreendimento. Por meio da classificação e organização dos dados referentes ao movimento econômico-financeiro diário da propriedade, é possível gerar essas informações. Elas vão indicar o volume de receitas por atividade, os níveis do investimento por setor e as quantias desembolsadas por tipo de despesas. (CREPALDI, 2016, p. 52).

É importante ressaltar que as informações são importantes na medida em que os gestores consigam identificar as oportunidades e ameaças que são geradas para as empresas pelo ambiente, onde o desafio da contabilidade gerencial é contribuir para o aperfeiçoamento da interpretação desse ambiente empresarial (CREPALDI, 2008).

Pode ser entendida como a parte da contabilidade, que possui grande importância pois é responsável pela gerência das empresas aplicando os recursos da entidade de forma mais correta possível, com visão gerencial das



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

atividades rotineiras da entidade com objetivo de melhorias para a empresa como um todo.

1.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é também considerada uma importante ferramenta utilizada para a geração de informações destinadas a administração da empresa, para que se consiga analisar os dados gerados, com foco principal na apuração dos custos e tomada de decisão.

Para facilitar o entendimento desta importante ferramenta, que é a contabilidade de custos, se faz necessário compreender alguns de seus principais conceitos, que atualmente são utilizados para uma eficiente apuração e gestão de custos na entidade, "Custos são todos os gastos realizados ou incorridos com a cultura escolhida e que seja de formação temporária, ou seja, é o investimento feito para que se consiga o produto final para sua venda." (RODRIGUES et al., 2015, p.89). De acordo com Ribeiro, as definições de custos diretos e indiretos são respectivamente:

[...] aqueles que podem ser identificados facilmente em relação ao produto fabricado e, aqueles que não podem ser facilmente identificados em relação a cada produto fabricado, motivo pelo qual a sua determinação está condicionada ao cumprimento de regras e à realização de cálculos mais detalhados. (RIBEIRO, 2009, p. 45).

De acordo com Crepaldi, os Custos diretos podem explicados como, "[...] são aqueles que podem ser diretamente (sem rateio) apropriados aos produtos agrícolas, bastando existir uma medida de consumo (quilos, horas de mão de obra ou de máquina, quantidade de força consumida etc.)." (CREPALDI, 2016, p. 108).

Segundo Rodrigues "Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão de obra indireta.” (RODRIGUES,2015, p.229).

Custos variáveis são aqueles relacionados diretamente com o volume de produção. Estes custos estão ligados ao funcionamento da empresa e dependem do grau de utilização dos fatores de produção. Custos fixos são aqueles que independem das variações ocorridas no volume de produção daquele período (BATALHA, 2007).

A contabilidade de custos é também considerada, como uma importante ferramenta de verificação da situação financeira da empresa, pois é através de cálculos, que se pode verificar em valores os gastos advindos da atividade, para assim poder analisar alternativas para a diminuição de custos, trazendo assim mais competitividade e lucratividade para a empresa.

1.4 ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Vive-se atualmente em uma sociedade cheia de incertezas, ocorrendo diversas mudanças diariamente, onde as empresas precisam estar preparadas para acompanhar essas mudanças, e muitas vezes devem analisar possíveis investimentos antes de realizá-los, surgindo assim a análise de investimento, que por sua vez é considerada uma ferramenta muito utilizada para que se possa analisar a saúde financeira de forma correta tendo estimativas e dados para a tomada de decisão na propriedade relacionado à atuais atividades ou de futuros investimentos. "Os financiamentos são formas de empréstimos financeiros, no caso, efetuados aos agropecuaristas, destinados às operações de investimento, capital de giro e custeio agrícola e/ ou pecuário." (ARAÚJO, 2013, p. 46).

Os métodos empregados nas análises que demonstram os valores das operações em diversos aspectos são de extrema importância para auxiliar na



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tomada de decisão, através de cálculos que evidenciam corretamente a saúde da propriedade estudada.

Pode-se conceituar como Método do valor presente líquido, o valor no momento inicial de uma operação, considerando um fluxo de caixa composto de receitas e dispêndios, descontados com a taxa mínima de atratividade, já o método do valor futuro líquido, pode-se dizer que determina o valor no momento futuro de uma operação, considerando um fluxo de caixa composto de receitas e dispêndios, aplicando-se a taxa mínima de atratividade a cada valor do fluxo de caixa. Se diferenciando destes dois, o método do valor uniforme líquido, determina transformar uma série de valores diferentes em valores uniformes, através de uma taxa mínima de atratividade (SILVA, 2018).

A análise de investimento, é a parte da contabilidade que auxilia na tomada de decisão na empresa para analisar possíveis investimentos, e melhores alternativas para investir o capital e gerar lucro para a entidade com sabedoria e crescimento.

1.5 CONTABILIDADE RURAL

No início dos tempos, as civilizações viviam em bandos, com a natureza á sua disposição para oferecer o alimento necessário para a sobrevivência, onde dependiam de alimentos silvestres, caça e pesca. Não havia cultivo, criação de animais, ou armazenagem e, nem mesmo troca de alimentos entre os povos. De tempos em tempos, se mudavam de lugar em busca de novas fontes de alimento, sem fixação de longo período.

Segundo Araújo, a produção agrícola compreende: “[...] conjunto de atividades desenvolvidas no campo, necessárias ao preparo de solo, tratos culturais, colheita, transporte e armazenagem internos, administração e gestão dentro das unidades produtivas (as fazendas), para a condução de culturas vegetais.” (ARAÚJO, 2013, p. 49).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O ano agrícola na Contabilidade Rural difere, um pouco da contabilidade normal, onde Callado conceitua o ano agrícola como, “[...] O ano agrícola ou o ano de atividade da empresa rural é diferente do ano fiscal, haja vista que o ano fiscal envolve 12 meses, indo de 1º de janeiro a 31 de dezembro, enquanto que o exercício agrícola abrange um período de 12 meses, correspondendo ao início do cultivo até a colheita das principais culturas da região.” (CALLADO, 2015, p.131).

A contabilidade agrícola pode-se dizer que está dividida basicamente em culturas temporárias e culturas permanentes. Onde para Marion, "Culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida é curto. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio." (MARION, 2014, p.17).

A contabilidade rural, é responsável especificamente pela contabilidade de pessoas jurídicas e físicas de meios rurais, que é um mercado em crescimento pouco explorado, que carece de uma análise mais profunda e detalhada, para manter as empresas rurais em dia com suas obrigações perante o fisco e a sociedade, e buscando soluções que beneficiem a entidade objetivando uma menor carga tributária de forma lícita perante a sociedade.

1.6 ATIVIDADE LEITEIRA

A atividade leiteira é uma das principais fontes de geração de renda para pequenos, médios e grandes produtores rurais, segundo dados do IBGE, do 2º trimestre de 2019, no Rio Grande do Sul, foram adquiridos 756.433 mil litros de leite cru. A atividade leiteira, é predominante em nossa região, juntamente com os demais ramos da agricultura que são extremamente importantes para a nossa economia.

Considerando a contínua busca por bases sustentáveis de competitividade, principalmente associadas ao contexto econômico, a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

mensuração de desempenho no âmbito do agronegócio assume uma relevante participação na ordem de prioridades inerentes ao planejamento agroindustrial em suas diversas dimensões (CALLADO, 2015).

Para todos os equipamentos, e maquinários que são utilizados em uma propriedade, com o passar do tempo possuem uma diminuição do seu valor de mercado, pois, conforme ele é usado acaba por sofrer um desgaste, assim se deve depreciar o bem. Conforme Araújo, a respeito da depreciação comenta, “[...] é calculada ao dividir o valor de cada bem, que é necessário à produção por sua vida útil em anos. Se em cada ano houver mais de um ciclo produtivo, divide-se ainda o valor encontrado anteriormente pelo número de ciclos.” (ARAÚJO, 2013, p. 87).

Ainda sobre a depreciação Ribeiro afirma que, “[...] é a diminuição parcelada de valor que sofrem os Bens de Uso da empresa, em decorrência do desgaste pelo uso, da ação da natureza e da obsolescência” (RIBEIRO, 2013, p. 234). Pode-se afirmar que a depreciação é o valor do bem, que com o tempo sofre desgaste natural e deve ser apropriado um valor, que é abatido de seu valor final em decorrência de sua obsolescência.

É uma atividade que está inserida dentro da contabilidade rural, que tem como objetivo auxiliar o produtor ou a pessoa jurídica de forma específica na atividade leiteira, que por sua vez tem grande importância econômica do cenário regional e federal.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo, em relação a metodologia foram baseadas na categorização da pesquisa, geração de dados, e a análise dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A pesquisa foi desenvolvida com caráter descritiva e qualitativa quantitativa, onde se realizou um estudo de viabilidade e apuração de custos de uma propriedade rural, assim também se buscou mais informações sobre o tema em questão que é a atividade leiteira, buscando através de cálculos abordando receitas e despesas, podendo assim ao final do artigo atingir os objetivos propostos.

O artigo teve seu desenvolvimento com embasamento bibliográfico e pesquisa de campo, onde se fez uma coleta de dados e assim se verificou, as receitas e despesas da propriedade, para verificar o real lucro que a atividade leiteira gera para o agricultor, e se verificou também a viabilidade de construção de uma sala de ordenha equipada, e aumentar o número de animais em lactação da propriedade, assim aumentando a capacidade produtiva visando aumento de lucro.

Para ser possível realizar o artigo, foi necessário esclarecer alguns métodos que foram utilizados para a elaboração do trabalho, a pesquisa quanto a sua categorização foi dívida em básica e aplicada, onde no presente artigo utilizou-se da pesquisa aplicada.

Em relação ao tratamento dos dados se dividem em pesquisa qualitativa ou quantitativa, onde se utilizou da pesquisa quantitativa.

Para classificar a pesquisa, aos seus fins ou objetivos propostos são divididos em: exploratória, descritiva ou explicativa, assim para o referido artigo foi utilizado a pesquisa descritiva.

Já em relação aos dados ou procedimentos técnicos, se classificam em: bibliográfica, documental, experimental, estudo de caso, estudo de campo, onde para a elaboração do artigo se utilizou a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

O levantamento de dados se deu por meio de documentação fornecida pelo agricultor, com notas do bloco de produtor e notas de despesas, também



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

foi feita uma entrevista com o dono da propriedade para se conhecer um pouco dos processos, e verificar os maquinários existentes na propriedade.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Esta fase é constituída por realizar o levantamento dos dados junto a propriedade, onde se buscou recibos, notas e cupons de compra de produtos e de despesas, para verificar os valores gastos com a atividade, também se analisou o bloco de produtor do agricultor para verificar as receitas que foram auferidas no período mencionado no artigo, sempre deve procurar por documentos abeis para conseguir fazer uma análise correta dos dados, que possam comprovar as receitas e despesas, para assim se verificar ao final lucro da propriedade e chegar ao resultado.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos documentos necessários, e a entrevista com o proprietário, foram elaboradas planilhas contendo os valores das despesas, receitas, depreciação, dos maquinários e benfeitorias da propriedade. Relatórios esses que possuem valores mensais e totais do período analisado. Ao final dos estudos se montou uma planilha com o resultado do exercício, onde foi confrontado as receitas e as despesas, para assim, se chegar ao resultado da atividade, que foi evidenciado no capítulo a seguir.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A propriedade rural estudada está localizada na Linha Paca Norte, interior do município de Campina das Missões - RS, é propriedade familiar, foi comprada pelos proprietários no ano de 2003 que a administram até os dias de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

hoje. A propriedade conta com 19 hectares de terra no total, sendo 7,25 hectares para o plantio de pastagem, 2 hectares para o plantio de milho para silagem, 3 hectares de potreiro, 6,5 hectares de mata nativa, 1/4 de hectare é utilizado para casa e galpões.

A propriedade possui atualmente 15 vacas em lactação, cuja produção é vendida para a Empresa Laticínios Bela Vista, mais conhecida como Piracanjuba. Na propriedade se produz uma variedade de alimentos, que são utilizados para o consumo próprio. Além dos animais, a propriedade possui um galpão que é utilizado na ordenha dos animais e também para estocar suprimentos utilizados na atividade.

A ordenha dos animais é feita duas vezes ao dia, uma vez de manhã por volta das 07:30 e a outra as 17:30 da tarde, a alimentação dos animais é feita no mesmo horário, a mistura para os animais contém silagem, pastagem, ração, sal mineral, e o bicarbonato que é utilizado somente duas vezes por semana, segundo o agricultor o bicarbonato auxilia na limpeza do intestino do animal. A silagem da propriedade é feita uma vez por ano, geralmente no mês de janeiro, o produto é guardado em valas feitas na terra, coberta com lona, já as pastagens são plantadas em diferentes épocas do ano, em aproximadamente 7,25 hectares, dos quais são divididas em pequenos piquetes, quando o pasto de um piquete termina, os animais são levados para outro, e assim é durante o ano todo.

A análise da propriedade foi realizada entre os meses de julho de 2018 a junho de 2019, tendo como principal objetivo realizar o levantamento de dados referentes a receitas e despesas da propriedade em virtude da atividade leiteira, pois os donos não possuem a contabilidade do seu negócio, nem ao menos possuem anotações sobre os mesmos, e tem por objetivo saber o real lucro que advém da atividade leiteira.

Foram apuradas as receitas com base no bloco do produtor rural, e verificadas a despesas com base em notas e recibos de compra de produtos e

insumos utilizados mensalmente, após a coleta dos documentos se realizou uma análise profunda de todos os documentos. As despesas foram divididas em 2 planilhas, uma com despesas de julho a dezembro de 2018 e outra com janeiro a junho de 2019.

Há uma variedade de despesas que são geradas mensalmente na propriedade, como exemplo pode-se citar: gastos com rações, silagem, pastagem, vacinas, combustíveis, veterinário, aluguel da propriedade, pró-labore, depreciação, entre outros, as despesas variam conforme a necessidade, onde uma certa despesa pode ocorrer em um mês e no outro não, podendo verificar o valor gasto mensalmente de cada item que compõe seus respectivos grupos.

De acordo com verificado as despesas geradas no ano janeiro a junho de 2019, com uma variedade de despesas, podendo verificar detalhadamente quais despesas e seus valores, as receitas do período estudado, foram verificadas cada nota, e criado uma planilha.

Para demonstrar o resultado do exercício da empresa rural, onde se confrontou todas as despesas divididas entre gastos gerais, insumos utilizados para as pastagens, e silagem, também pode se verificar em valores o que se gastou para a alimentação principal dos animais que são as rações, gastos de medicamentos utilizados nos animais, custos variados geradas pela atividade, gastos com pastagens, silagem, aluguéis, pró-labore do produtor, e também as receitas recebidas, dentro do período de tempo que foi de Julho de 2018 a junho de 2019.

01: Demonstrativo do Resultado do Exercício

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
RECEITA	R\$	71.794,55
LEITE	R\$	71.794,55
GASTOS	R\$	61.888,39
INSUMOS	R\$	20.400,00
ALIMENTAÇÃO	R\$	19.800,00

MEDICAMENTOS	R\$	600,00
CUSTOS DE PRODUÇÃO	R\$	31.535,16
PASTAGEM	R\$	7.800,00
SILAGEM	R\$	4.127,16
ALUGUÉIS	R\$	7.632,00
PRÓ-LABORE	R\$	11.976,00
GASTOS GERAIS	R\$	9.953,23
DEPRECIAÇÕES	R\$	5.425,68
HIGIENE E LIMPEZA	R\$	943,55
SERVIÇOS PROFISSIONAIS	R\$	896,00
MANUTENÇÃO DE MAQUINAS	R\$	600,00
MANUTENÇÃO DE BENFEITORIAS	R\$	720,00
OUTROS GASTOS	R\$	1.368,00
LUCRO OPERACIONAL	R\$	9.906,16
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$	9.906,16
MÉDIA MENSAL	R\$	825,51

Fonte: produção do pesquisador.

4 INVESTIMENTOS

Ao verificar os valores levantados através do estudo da propriedade, visando maior lucratividade, e bem-estar dos animais e do agricultor, se verificou a necessidade de aumentar a quantidade de animais da propriedade visando melhorias com a construção de uma sala de ordenha para assim também aumentar a higiene e facilitar o manejo dos animais na hora da ordenha, por parte do agricultor, assim possibilitando também o aumento do bem-estar dos animais, diminuição de despesas, aumento da quantidade produzida, objetivando aumento da produtividade e lucro da propriedade.

Assim se fez uma análise de financiamento pela Cooperativa Cresol, no valor de R\$ 100.000,00, para a construção da sala de ordenha, compra de animais, e compra de equipamentos novos, com prazo de pagamento em 10 anos, pagando um valor de R\$ 12.468,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e oito reais por ano), totalizando um valor ao final de R\$ 124.680,00. Deste valor



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

se utilizou R\$ 34.000,00 para compra de 15 vacas, um resfriador de leite no valor de R\$ 8.000,00, e R\$ 38.000,00 para construção da sala de ordenha, e R\$ 20.000,00 para compra e instalação do sistema completo para realizar a ordenha dos animais.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo, analisar a viabilidade econômico-financeira de construção de uma sala de ordenha e também aumento do plantel de animais da propriedade, para desenvolver esta análise, foi necessário apurar as receitas e despesas, para assim conseguir se chegar ao lucro que é gerado pela atividade leiteira da propriedade. Também se necessitou levantar os valores que serão necessários para a construção da sala de ordenha e a compra de animais, aplicando de forma correta os métodos necessários para a análise dos resultados.

O referido tema foi escolhido, em virtude de os donos da propriedade, não possuírem nenhum tipo de controle financeiro da sua propriedade, onde surgiu a vontade por parte do agricultor de construir uma sala de ordenha, ocorrendo assim uma diminuição de possíveis doenças que possam atacar o gado leiteiro, como também diminuindo chances de proliferação de fungos e bactérias no leite.

Após ter concluído o levantamento e análise dos dados, para assim chegar ao resultado que, por sua vez apresentou um lucro mensal de R\$ 825,51, podendo assim realizar o financiamento para as melhorias que se pretendia na propriedade.

A partir do referido estudo, foram apresentados os dados para o dono da propriedade, onde ele pode verificar, as reais despesas que são geradas na propriedade, de modo que o agricultor poderá buscar alternativas, para diminuir suas despesas, assim aumentando o seu lucro.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para futuras investigações, relacionadas à atividade leiteira na propriedade analisada, sugere-se um estudo mais profundo das despesas da propriedade, de modo a analisar novas técnicas para diminuição dos custos, como também selecionar fornecedores que possam ofertar melhores preços, mas mantendo a qualidade, e buscar alternativas para aumento das pastagens e área de cultivo do milho para a silagem.

O presente estudo foi de suma importância para os acadêmicos e também para os estudada, pois com o desenvolvimento do estudo se pode colocar em prático o conhecimento que foi aprendido em sala de aula, e foi decisório para o entendimento do proprietário, para a tomada de decisão por parte do agricultor que decidiu realizar o financiamento para a execução do referido artigo.

Dentre as maiores dificuldades que ocorreram para a realização da pesquisa, se verificou a demora para achar as notas de despesas, pois o proprietário da propriedade analisada não possuía nenhum controle ou conhecimento, assim ocorrendo mais atraso nos processos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ATKINSON, Anthony A. [et al.] **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agroindustrial: GEPAl: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 4.ed. São Paulo:Atlas,2008.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisorial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. 4.ed. São Paulo:Atlas,2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. et al. **Contabilidade Rural**. 3. ed. São Paulo: IOB-SAGE,2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2012

SILVA, E. C. da. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**: guia de sobrevivência empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas,2018.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

PAPEL PREPONDERANTE DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) NOS VALORES DEFENDIDOS POR ORGANIZAÇÕES BEM COLOCADAS NO RANKING DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR (GREAT PLACE TO WORK – GPTW) EM 2018 NO RIO GRANDE DO SUL

Camila Gabriele Câmara¹
Daniel Knebel Baggio²
Diogo Motta Tibulo³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo enaltecer o papel de um bom clima organizacional e o seu reflexo na Qualidade de Vida no Trabalho dentro das principais ranqueadas na premiação denominada Great Place to Work – GPTW em 2018. Para tanto, foram analisadas 03 (três) das 15 (quinze) melhores colocadas entre empresas gaúchas de grande porte no ano de 2018. A seleção das empresas se deu pelo critério da proximidade regional, de modo que foram eleitas Stara, Bruning e Buffon, respectivamente 9^a, 10^a e 13^a colocadas. Os resultados revelam que todas elas possuem entre os seus valores o respeito às pessoas e condições de desenvolvimento dos colaboradores, sendo esta, portanto, a característica comum de uma empresa GPTW.

Palavras-chave: Clima Organizacional – Valores - Ranking GPTW.

INTRODUÇÃO

As amplas transformações no ambiente organizacional - cada vez mais competitivo – composto de mudanças na economia mundial, nas relações internacionais, na tecnologia, na organização produtiva, nas relações de trabalho e, até mesmo, na educação e na cultura dos países, vem motivando

¹ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Intergrada – URI. Psicóloga e professora. E-mail: camaracamila@hotmail.com

² Mestre e Doutor em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Zaragoza/ES. Professor do PPGDR/UNIJUI e PPGGEO/URI. E-mail: danibaggio@gmail.com

³ Mestrando em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Advogado e professor. E-mail: dmt79@hotmail.com



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

uma série de impactos sobre a vida das pessoas, das organizações e da própria sociedade (LIMOGI-FRANÇA, 2012).

De modo que, tão importante quanto os processos de recrutamento e seleção, são aqueles relacionados à qualidade de vida e ao clima organizacional, até mesmo porque em um mundo em que a mobilidade dos trabalhadores é uma constante, conhecer tais fatores pode ser uma vantagem competitiva, tornando-se verdadeiras ferramentas para atração e retenção de talentos (FERREIRA, 2017).

É nesse contexto que o clima organizacional tem sido utilizado para medir a qualidade de vida no trabalho, tanto que, nunca se falou tanto em rankings de melhores empresas para trabalhar, a famosa certificação denominada de Great Place to Work – GPTW.

Percebe-se que da mesma forma que é exigido que os trabalhadores mostrem resultados, hoje os profissionais podem escolher em qual empresa preferem trabalhar.

Parece que, se não estiverem trabalhando em uma dessas empresas, não há como permanecer no mercado de trabalho, como que se o ser humano não tolerasse mais qualquer insatisfação. Neste sentido, tem-se que o clima organizacional pode ser conceituado com sendo a qualidade do ambiente psicológico de uma organização, podendo ser positivo/favorável ou negativo/desfavorável (MATOS; ALMEIDA, 2007).

Ou seja, o clima pode ser traduzido como o resultado do estado de espírito ou de ânimo das pessoas, que predomina em determinado ambiente organizacional em um certo interregno de tempo, sendo afetado neste íterim por conflitos, situações positivas e negativas que ocorrem no ambiente de trabalho e também por fatores externos, relacionados ao contexto socioeconômico e político. No entanto, os acontecimentos internos, são aqueles que mais afetam o clima (FERREIRA, 2017).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Assim, diante da importância da temática em contexto, o presente artigo busca avaliar a relação existente entre os valores perpetrados por organizações que estejam bem colocadas na citada competição e que sejam classificadas como GPTW. Até mesmo porque, o clima organizacional constitui o meio interno ou a atmosfera psicológica de cada organização, revelando a condição de característica desta, ou seja, está ligado à satisfação das necessidades dos participantes e pode ser definido como saudável ou doentio, de acordo com a opinião dos participantes se sentem em relação à organização (CHIAVENATO, 2004).

Ocorre que, os critérios são muitos e a abrangência também, pelo que optou-se por restringir a pesquisa aos resultados obtidos no ano de 2018, elegendo-se empresas de grande porte do Estado do Rio Grande do Sul como cenário. Em pesquisa feita no sítio eletrônico do aludido instituto descobriu-se que receberam a referida classificação 15 (quinze) empresas locais, das quais, 03 (três) delas apresentavam proximidade geográfica.

Os valores de cada uma delas foram extraídos dos sítios eletrônicos correspondentes, onde também pode se verificar a missão e a visão destas, identificando a importância que cada uma destas organizações dá para o clima organizacional e tentando traçar características comuns, como forma de identificar possíveis motivos para a eleição de um GPTW.

Contudo, para melhor introduzir o tema, será apresentada uma breve revisão da literatura acerca da qualidade de vida no trabalho, contemplando aspectos históricos, principais conceitos, de modo que, em sequência será feita a descrição da metodologia adotada na pesquisa contemplada no artigo, bem como os critérios adotados para proceder ao presente estudo, apresentando, ao final, os resultados e conclusões.

1 A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Percebe-se que a Qualidade de Vida no trabalho tem forte impacto no nível de motivação dos funcionários e, via de regra, serve de termômetro para o clima organizacional, pois é importante que sejam adotadas e desenvolvidas ações de melhoria para o bem-estar biológico, psicológico e social do funcionário.

De modo que, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) acaba por assimilar duas posições completamente opostas, pois de um lado esta a reivindicação dos empregados quanto ao bem estar e satisfação no trabalho, ao passo que de outro reside o interesse das organizações quanto aos seus efeitos potencializadores da produtividade e da qualidade (CHIAVENATO, 2004).

Logo, a QVT pode ser entendida como a existência de um conjunto de práticas organizacionais voltadas a maior participação dos empregados nos processos de tomada de decisões, apresentação de condições seguras de trabalho e assim por diante, posturas estas que produzem efeitos visíveis no bem-estar de um indivíduo, tais como as manifestações de satisfação no local de trabalho, o crescimento e o desenvolvimento dos funcionários no sentido de melhor atender a toda a gama de necessidades humanas (BOWDITCH; BUONO, 1992).

A temática toma maior relevância se pensarmos que a relação saúde-doença é um processo social, uma vez que está direta ou indiretamente relacionado às condições de vida e trabalho, de modo que os trabalhadores organizados terminam por serem considerados sujeitos ativos nos processos de investigação e de construção do conhecimento sobre a qualidade de vida no trabalho, pois tanto podem adoecer de forma genérica, dependendo do espaço e do tempo histórico em que eles vivem, como também de forma específica, dependendo do modo como se organiza e realiza o trabalho que eles executam para sobreviver (LAUREL; NORIEGA, 1989).

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a QVT faz parte de um processo pedagógico, composto pela política, os programas, as estratégias de gestão e os agentes de recursos humanos podem ser equiparados aos instrumentos gerenciais privilegiados de controle e adequação do trabalho às exigências do processo produtivo (KUENZER, 1989; MACHADO, 1994).

Assim, em um momento em que as pessoas cada vez mais tem sido consideradas valiosas e estratégicas para as organizações, é possível compreender a dimensão da temática em comento, que em outros momentos, passava até mesmo despercebida ou sem a devida atenção (FERREIRA, 2017).

Não sendo por outro motivo, aliás, que nas últimas décadas as questões relacionadas a QVT foram tomando um corpo tão grande, que nunca se viu na história tanto engajamento de altos executivos, em nível de presidência e alta diretoria, expressando interesse no tema, ligando-o com lucratividade, definindo-o do ponto de vista do cliente e requerendo sua inclusão no processo de planejamento estratégico (GARVIN, 1992).

Para tanto são levados em consideração elementos relevantes, tais como o processo de retribuição a esforços feitos, a comunicação entre a organização e as pessoas, bem como entre as próprias pessoas, além da delegação de responsabilidades e a viabilização de chances efetivas de participação e de promoção, ou seja, as perspectivas de longo prazo, sem deixar de mencionar o modelo gerencial iterativo, que, ao final, poderá ser chamado de QVT (PALADINI, 2011).

Contudo, questiona-se até que ponto tais aspectos fazem parte do planejamento estratégico das organizações, de forma que possam definir a missão, visão e os valores daquela corporação?

Neste sentido, é importante destacar que a missão defina o que a empresa é, seu ramo de negócio e resume a sua razão de existir, ou seja, o seu propósito (ANDRADE, 2016; REZENDE, 2015).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A visão, por sua vez, envolve a construção de cenários e objetivos em médio prazo, levando em conta as atuais tendências e influências, sempre com foco na competitividade, podendo ser equiparada a um projeto de futuro – meta ambiciosa (MULLER, 2014; ANDRADE, 2016).

Já os valores de uma organização são representados pelo conjunto de crenças e princípios que formam as questões éticas fundamentais de uma organização e fornecem sustentação ao processo decisório (OLIVEIRA, 2014).

O ponto mais importante da pesquisa é definir com exatidão o que se quer saber, o que não se trata de tarefa fácil, pois há uma certa tendência a divagações e falta de objetividade (AZEVEDO, 2013).

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como qualitativa-quantitativa, pois o processo de pesquisa iniciou-se por uma revisão literária sobre o tema, seguido de uma pesquisa onde foram analisadas 03 (três) das 15 (quinze) melhores colocadas entre empresas gaúchas de grande porte no ano de 2018 no ranking Great Place to Work - GPTW.

A seleção das empresas se deu pelo critério da proximidade regional, de modo que foram eleitas Stara, Bruning e Buffon, respectivamente 9^a, 10^a e 13^a colocadas. A partir da seleção destas, a coleta de dados deu-se nos sítios eletrônicos de cada uma das referidas empresas, onde se buscou saber se entre os valores defendidos estavam a qualidade de vida no trabalho.

Com o cruzamento das informações obtidas, buscou-se evidenciar se havia um traço comum entre as organizações pesquisadas, que pudessem revelar o papel do clima organizacional na certificação obtida e na posição do ranking.

De modo que dá para se dizer que, o método aqui empregado é o indutivo, já que utilizou-se da experimentação, estabelecendo a ideia diretriz

que fornece o termo médio (o sujeito da premissa maior) do argumento experimental que não é fruto da dedução, como bem leciona Santos (2011, pág. 59), possibilitando a extensão do conhecimento.

3 RESULTADOS

Em pesquisa efetuada nos sítios eletrônicos das referidas empresas os resultados encontrados foram os seguintes:

A 9ª colocada (Stara) elenca entre os seus valores a constante valorização e o respeito às pessoas, conforme se depreende da Ilustração abaixo:



(fonte: <https://stara.com.br/>)

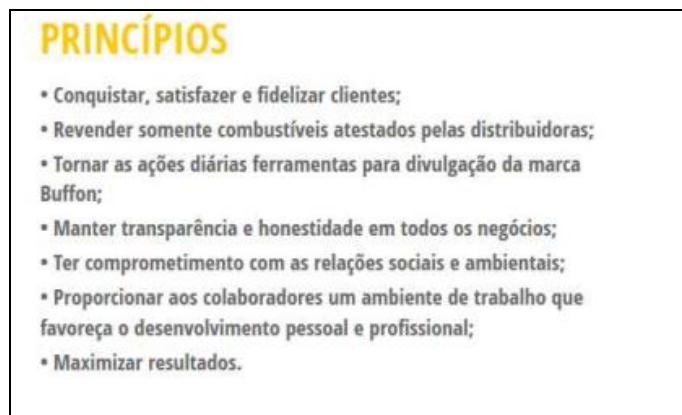
Observe-se por oportuno que a referida empresa acredita tanto nas pessoas, que atribui aos seus valores a pecha de “família”, demonstrando clara afeição para com seus colaboradores, que são elevados a categoria de entes familiares.

Valores estes que também são defendidos pela 10ª colocada (Brunning), segundo se infere da Ilustração abaixo:



(fonte: <https://www.bruning.com.br/>)

Com relação a 13ª colocada (Buffon) também não é diferente, porém, ao invés de tratar as pessoas como um “valor”, aqui a menção a elas aparece na condição de “princípio”, senão vejamos:



(fonte: <https://www.buffon.com.br/>).

Como se pode ver, também aqui há menção às pessoas, ainda que na forma de princípio, mas com evidente valorização ao favorecimento de desenvolvimento pessoal de seus Obreiros.

De modo que, é possível identificar que entre os valores e princípios defendidos por cada uma delas está, o “respeito às pessoas”, que aparece de modo expresso entre os valores da 9ª e 10ª colocada e de maneira tácita na 13ª, sob as vestes de “favorecer o desenvolvimento pessoal”.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Pode-se dizer que, o resultado em questão se utilizou do empirismo da amostragem para a comprovação científica da pesquisa através do método indutivo, pois a amostra foi definida e exemplificada mostrando-se sua importância e limitação na conclusão do trabalho (SANTOS, 2011).

Assim, resta bastante evidente que o bom clima organizacional e a qualidade de vida no trabalho são características de empresas que respeitam as pessoas e favorecem o desenvolvimento pessoal destas, lhes proporcionando excelentes colocações em rankings de Melhores Empresas para Trabalhar, a exemplo do que ocorre com a GPTW – 2018, que revelou que entre as 15 (quinze) empresas gaúchas de grande porte ranqueadas para o período, 03 (três) delas geograficamente próximas, estão alinhadas com os conceitos de QVT e possuem um excelente clima organizacional.

Percebe-se como as 3 (três) empresas possuem diversos tipos de benefícios para os colaboradores, como auxílio transporte, auxílio educação, lazer, treinamentos, planos de saúde e odontológicos, além de acompanhamento em grupo e individual para desenvolvimento dos colaboradores.

Quando o colaborador se sente parte da empresa em que trabalha, tudo passa a fluir de maneira mais eficaz. Quando o colaborador se sente satisfeito com as tarefas que desempenha, isso faz com que ele produza mais e melhor, o que leva o engajamento da equipe, de forma que o ambiente de trabalho se torne mais leve, evoluindo para o crescimento contínuo da empresa.

De acordo com Weiss (1991, p. 32), “as pessoas trabalham por recompensas. Essas não precisam ser tangíveis, como dinheiro. Pode ser intangíveis, como no caso de deixar um funcionário ser líder de um grupo”.

Apesar de ser de conhecimento geral sobre a importância da qualidade de vida no trabalho, nota-se como ainda há dificuldade de ser colocado em prática tudo o que as empresas pretendem realizar de ações na área do



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

trabalho. Neste sentido, concorda-se com Drucker (1995, pg. 51), quando assinala que “hoje todas as organizações dizem: ‘As pessoas são o nosso maior ativo’. Entretanto poucas praticam aquilo que pregam e menos ainda acreditam nisso. A maioria ainda acredita, embora talvez não conscientemente, naquilo que acreditávamos empregadores do século XIX: as pessoas precisam mais de nós do que nós delas”.

CONCLUSÃO

Considerando que o objetivo do presente artigo era revelar a importância do clima organizacional e da qualidade de vida no trabalho e a sua ligação com os valores defendidos por empresas ranqueadas no GPTW – 2018, pode-se dizer que houve a confirmação de que a valorização de pessoas e o desenvolvimento pessoal dessas é uma das principais características das organizações pesquisadas.

Dada a importância da certificação e da colocação em rankings dessa ordem, tem-se que a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e recheado de boas condições de desenvolvimento pessoal é caminho obrigatório para aqueles que buscam certificações tais.

Até mesmo porque, a criação de uma identidade do clima organizacional auxilia no processo de aumento da eficiência da organização, pois contribui para a criação de um ambiente onde são priorizadas as necessidades dos integrantes de seu quadro funcional, ao mesmo tempo que canaliza os comportamentos em direção ao atingimento das metas organizacionais (FERREIRA, 2017).

Quanto mais a palavra qualidade, que surge do latim qualitate, significa a propriedade pela qual alguém se individualiza diferenciando-se dos outros (LOBO, 2015).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Pelo que, pode-se concluir que a QVT é caminho sem volta para aqueles que buscam figurar entre as empresas ranqueadas no GPTW, quanto mais o resultado aqui demonstrado possua evidente validade externa.

Nesta linha, a pesquisa em comento reflete o grau em que os seus resultados podem ser generalizados para outros contextos, além do da própria pesquisa (APPOLINÁRIO, 2016). Isto significa afirmar que os resultados aqui obtidos tem rigor científico e alta validade externa, já que são oponíveis a outras organizações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. R. de. **Planejamento Estratégico**: formulação, implementação, controle. 2. ed. São Paulo: Gen/Altas, 2016.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia Científica [recurso eletrônico]** / Fábio Appolinário; [editora de conteúdo : Sirlene M. Sales]. – São Paulo, SP: Cengage, 2016.

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica ao Alcance de Todos / Celicina Borges Azevedo**. -- 3. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2013

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. **Elementos do Comportamento Organizacional**. São Paulo :Pioneira, 1992

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2004.

DRUCKER, Peter F. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. São Paulo:Pioneira, 1999.

FERREIRA, Patricia Itala. **Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho / Patricia Itala Ferreira ; organização Andrea Ramal**. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2017

FIDALGO, F. S.; MACHADO, L. R. S. (Orgs.). **Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

GARVIN, D. A. **Gerenciando a Qualidade: a visão estratégica e competitiva**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

LAURELL, A C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde:** trabalho e desgaste operário. Tradução: Amélia Cohn et. al. São Paulo: Editora HUCITEC: 1989.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de Vida no Trabalho – QVT:** conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial / Ana Cristina Limongi-França. – 2. ed. – 8. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2012.

LOBO, Renato Nogueirol. **Controle da Qualidade:** princípios, inspeção e ferramentas de apoio na produção de vestuário / Renato Nogueirol Lobo, Erika Thalita Navas Pires Limeira, Rosiane do Nascimento Marques. -- 1. ed. São Paulo: Érica, 2015.

MATOS, J. G. R.; MATOS, R. M. B.; ALMEIDA, J. R. de. **Análise do Ambiente Corporativo:** do caos organizado ao planejamento. Local: E-papers Serviços Editoriais LTDA, 2007.

MÜLLER, C. J. **Planejamento Estratégico, Indicadores e Processos.** Uma integração necessária. São Paulo: Altas, 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 32. ed. São Paulo: Altas, 2014.

PALADINI, Edson Pacheco. **Avaliação Estratégica da Qualidade** / Edson Pacheco Paladini. – 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2011.

REZENDE, D. A. **Planejamento Estratégico Público ou Privado.** Guia para projetos em Organizações de Governo ou de Negócios. 3. ed. São Paulo: Altas, 2015.

SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica** / João Almeida dos Santos, Domingos Parra Filho. -- 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2011.

WEISS, D. **Motivação e Resultados:** como obter de sua equipe. São Paulo: Nobel, 1991.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ACESSO A DIREITOS ATRAVÉS DO INSS DIGITAL

Claudia Fernanda Veiga de Mendonça¹

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 traz em seu capítulo dos direitos fundamentais a Seguridade Social, dividindo-a em subsistemas, sendo a saúde, assistência social e previdência social, estabelecendo que os direitos que dela derivam, devem ser prestados e garantidos a todo cidadão que se encontrar em situação de vulnerabilidade social e, destes direitos necessitar. Nesse sentido, considerando que a Seguridade Social se trata de uma política pública que deve garantir o acesso dos cidadãos aos seus direitos e liberdades fundamentais, estuda-se, no presente artigo, a eficácia dos serviços de assistência e previdência social prestados pelo Instituto Nacional de Seguro Social através das plataformas digitais instituídas pelo INSS Digital.

Palavras-chave: Proteção Social – Benefícios Previdenciários – INSS Digital.

INTRODUÇÃO

Vive-se em um tempo marcado pela evolução das tecnologias. Nesse sentido, todos nós, assim como os órgãos em todos os campos da sociedade precisam se adequar a essas tecnologias. No entanto, tais tecnologias não podem se tornar excludentes de acesso a direitos, tais como o que vai se estudar nesse artigo, que são os direitos derivados da Seguridade Social. Nesse sentido, o tema do presente artigo versa sobre políticas públicas de proteção social e INSS Digital.

A delimitação temática está pautada na dificuldade da garantia dos direitos emanados da seguridade social, através das plataformas digitais implantadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Assim, busca-se

¹ Advogada. Pós-Graduada em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho (2019) pela Faculdade CNEC Santo Ângelo. Bacharel em Direito (2016) pelas Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. E-mail: claudia15.fernanda@hotmail.com.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

responder a seguinte pergunta de pesquisa: Em que pese à evolução digital atualmente existente em nossa sociedade, quais as vantagens na implantação do sistema do INSS digital e até que ponto o INSS qualifica o acesso dos cidadãos ou dificulta esse acesso?

Na busca de ferramentas para a solução do problema apresentado, temos que, embora estejamos inseridos em uma realidade digital, muitas pessoas, ainda não possuem acesso a aparelhos de computador, smartphones, notebooks, ou, quem possui esse acesso, não sabe trabalhar com as plataformas. Assim sendo, a implantação do INSS digital possivelmente não atende a todas as necessidades dos cidadãos, iniciando pela dificuldade de acesso dessas pessoas às plataformas digitais, até a questão de como têm sido as análises e conclusões desses processos pelas plataformas, o que acaba por excluir pessoas com direito à proteção previdenciária e da assistência social, que são os serviços atendidos pelo INSS.

O objetivo desse artigo é estudar o sistema INSS digital, as justificativas de sua implantação, bem como analisar as vantagens e, principalmente os problemas enfrentados pelos segurados, desde sua criação no ano de 2017, até os dias atuais. Para tanto se utilizará dos processos administrativos protocolados pelas plataformas digitais, no âmbito da Gerência Executiva de Ijuí/RS, verificando como tem sido a análise dos processos pelo meio digital e se, essa análise tem satisfeito às necessidades dos segurados.

O estudo se justifica pelo fato de conter extrema relevância no contexto social em que estamos inseridos, principalmente no que se refere às políticas de atendimento ao cidadão nas Agências da Previdência Social (APS). Importa destacar, que a seguridade social se trata de uma política pública e como tal, deve preocupar-se com a garantia e promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Assim, pretende-se analisar as vantagens e desvantagens da implantação do novo modelo de atendimento do INSS que passa a fornecer a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

maioria dos seus serviços por meio de plataformas digitais, tais como o Meu INSS e o sistema de Serviço de Agendamento (SAG), sendo este último, firmado através de parcerias com entes da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sindicatos representativos de classes.

Nesse sentido, se explica no presente artigo quais as principais razões que fizeram com que surgisse a ideia da implantação de plataformas digitais de atendimento às demandas diárias do INSS e, se essas plataformas realmente têm atendido às necessidades dos segurados.

Portanto, entende-se ser o estudo de grande importância para toda a sociedade, para os operadores do direito, principalmente aqueles que trabalham diariamente com direito previdenciário, bem como para a ampliação do conhecimento no meio acadêmico, visto tratar-se de assunto contemporâneo. O tema chama a atenção da autora, em razão das incertezas que tanto os operadores do direito, mas principalmente o cidadão passou a se deparar na prática dos processos administrativos previdenciários.

A pesquisa deste artigo classifica-se como uma pesquisa de cunho teórico, pois faz uma revisão bibliográfica dos dados da doutrina e legislação. Trata-se, igualmente de uma pesquisa documental, uma vez que se apropria de documentos de órgãos públicos, frisando que tais documentos se tratam de processos administrativos que são documentos públicos.

A análise trata qualitativamente os dados coletados, de forma explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo será de cunho bibliográfico, buscando-se o estudo e o levantamento de materiais, tais como livros e artigos que versem sobre o assunto que vem a ser tratado no artigo. Por fim, a investigação dos dados se dará por meio de documentação indireta, ou seja, o levantamento dos dados será através de pesquisa documental e bibliográfica.

1 SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A Constituição Federal (CF) de 1988 inovou ao trazer o conceito de Seguridade Social dentro do campo dos Direitos Sociais. Sendo assim, Daniel Machado da Rocha e José Paulo Baltazar Junior explicam que a Seguridade Social se trata de um sistema de proteção que abrange três grandes programas sociais: previdência, a saúde e a assistência social (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012).

Diante de tal conceito, a Seguridade Social que abrange a saúde, assistência social e a previdência social, tem por objetivo garantir que todo cidadão se sinta seguro ao longo de toda sua vida. Ou seja, a Seguridade Social é um meio para que se alcance os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sendo todos aqueles constantes no art. 3º da CF: construir uma sociedade livre, justa e igualitária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012).

Importante frisar, que de acordo com John Maynard Keynes, estudioso do bem-estar social (*Welfare State*), citado por Augusto Massayuki Tsutiya, só é possível a redução das desigualdades sociais, através da redistribuição de lucros e da Seguridade Social (TSTUTIYA, 2013).

O Brasil, de acordo com Tsutiya, adotou por meio da Constituição Federal de 1988 o chamado Estado de Bem-Estar Social, o qual, por sua vez, se baseia no princípio de que um Estado Democrático de Direito deve garantir a cada cidadão um nível de vida digno, assegurando, portanto, o bem-estar da sociedade. Nesse sentido, os subsistemas da Seguridade Social, que serão estudados a seguir, são programas que devem ter destaque em políticas que visam à sustentação de um Estado de Bem-Estar Social (TSTUTIYA, 2013).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para alcançarmos um Estado de Bem-Estar Social, assim como reduzirmos as desigualdades sociais e, então atingirmos um ideal de desenvolvimento é preciso que passemos a levar em consideração as liberdades de cada indivíduo. Referidas liberdades, de acordo com Amartya Sen, se referem aos direitos de acesso à saúde, a alimentação, previdência social, assistência social, moradia, saneamento básico, educação, dentre outros. Importa referir que tais direitos, são capazes de contribuir com o progresso econômico, bem como de colaborar com o desenvolvimento humano, através da redução das desigualdades sociais.

Conforme estudo produzido por Amartya Sen, na obra Desenvolvimento como Liberdade:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2017, p. 17).

Sen traz um modelo de desenvolvimento que considera como fator primordial o desenvolvimento humano. De acordo com o autor, só seremos um Estado desenvolvido quando a qualidade de vida das pessoas tiver importância, não sendo possível pensar em desenvolvimento em uma realidade onde ainda existam pessoas sem acesso ao mínimo que lhes garanta dignidade humana.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Importa destacar, que o autor também defende a ampliação das liberdades políticas e dos direitos civis, sendo que considera importante o indivíduo ter acesso à uma vida pública, para que possa haver a garantia de transparência entre indivíduos e de indivíduos com as instituições estatais, fazendo assim, com que se diminua casos de corrupção, tendo em vista que o cidadão estará mais próximo dos governantes, cobrando o que é do encargo destes.

Amartya Sen, sustenta que para um ideal de desenvolvimento, é necessária uma rede de segurança protetora, que vise amparar aqueles grupos e/ou pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

É nesse sentido que a Seguridade Social, deve ser vista, como uma política pública, cujo acesso é direito de todo cidadão, sendo obrigação do Estado à garantia do acesso e de efetivação desses direitos a todo indivíduo que se encontrar vulnerável e dela necessitar.

Passaremos nesse ponto, à breve análise de cada um dos subsistemas da Seguridade Social, quais sejam: Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Os serviços de saúde, com previsão legal nos arts. 196 e 200 da CF são direito de todos e um dever do Estado, constituem-se em um serviço único, que conta com a participação do Estado/Federação que desempenha tais serviços através dos órgãos competentes, bem como dos entes federados e municípios. Cabe referir que, as ações de saúde visam, principalmente, a assistência médica, não sustentando muitos programas voltados às medidas preventivas de saúde relativas ao bem-estar dos cidadãos (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012).

A saúde é regida pelas Leis nº. 8.089/1990 e 8.142/1990 e, tem como órgão executor o “[...] Sistema Único de Saúde - SUS - o qual reúne órgãos federais, estaduais e municipais.” (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012, p. 28).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

No que se refere à assistência social, parafraseando Marcelo Leonardo Tavares, tem-se que os benefícios por ela concedidos, possuem previsão nos arts. 203 e 204 da CF e visam à garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso e portadores de deficiência que se encontre em situação de miserabilidade social, entendendo-se como em situação de miserabilidade aquele cuja renda mensal per capita, seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente (TAVARES, 2010).

A assistência social, regulamentada pela Lei nº. 8.742/1993 se trata de uma ação protetiva, onde se buscará atender as necessidades básicas, indispensáveis ao cidadão que encontrar-se vulnerável, sendo estas, a alimentação, vestuário, abrigo e até mesmo auxílio em forma de dinheiro, a fim de fazer cessar seu estado de necessidade (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012).

Ainda, com base na obra de Rocha e Baltazar Junior, é subsistema da Seguridade Social a previdência social. Esta se trata de um seguro social contributivo, sendo essa a principal característica da previdência social, referida contribuição, visa propiciar subsistência aos segurados e seus dependentes, quando estes não puderem obtê-lo através de seu trabalho, seja por motivos de saúde, maternidade, invalidez, morte, dentre outros (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012).

Diante do exposto, considera-se a previdência social e/ou o direito previdenciário, um direito fundamental do homem, elencado dentre os direitos sociais do art. 6º da CF. O Sistema Previdenciário Brasileiro junta o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com os Regimes Próprios e com a Previdência Privada. O RGPS, é regido pelo INSS, autarquia federal, também objeto de estudo nesse artigo (HORVATH JUNIOR, 2012).

No tocante a previsão constitucional da previdência social a doutrina aponta que:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O art. 201 da Constituição Federal determina que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção a maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes do segurado de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. (HORVATH JUNIOR, 2012, p. 146).

Assim, temos que o direito previdenciário tem por finalidade amparar os beneficiários, tanto segurados, quanto dependentes. Amparo este, destinado aos beneficiários, quando estes se encontrarem em situação de necessidade social, em virtude de estarem impossibilitados de prover sua própria subsistência e suas despesas (HORVATH JUNIOR, 2012).

Dando seguimento à proposta de estudo, passemos ao estudo do INSS, autarquia responsável pela administração da assistência social e do RGPS, bem como da forma de atendimento dos cidadãos realizada pela autarquia.

2 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E SUAS FORMAS DE ATENDIMENTO

O órgão responsável pela operacionalização e pelo reconhecimento dos direitos que derivam da previdência e assistência social é o INSS. O INSS fora instituído pela Lei nº 8.029/1990, criado a partir da fusão entre a Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (INSS, 2020).

Assim sendo, conforme Carlos Alberto Perreira Castro e João Batista Lazzari, cabe ao INSS:

- conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários e o benefício de prestação continuada (BPC/LOAS);



10, 11 e 12 de nov. de 2020.

ISBN: 2177-1103.

- emitir certidões relativas a tempo de contribuição perante o Regime Geral de Previdência Social;
- gerir os recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social; e
- calcular o montante das contribuições incidentes sobre a remuneração e demais rendimentos dos trabalhadores, devidas por estes, pelos empregadores domésticos e pelas empresas com vistas à concessão ou revisão de benefício requerido. (CASTRO; LAZZARI, 2019, p. 197).

O INSS nasceu como autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, passando em 2016, à Secretaria da Previdência vinculada ao Ministério da Fazenda e, atualmente pertence à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, integrante do Ministério da Economia.

Conforme muito bem abordado por Castro e Lazzari, a reorganização da estrutura administrativa da Previdência Social, iniciada no governo Michel Temer e as modificações desde então, visam “[...] retirar o caráter “social” da Previdência para dar um perfil “econômico”, voltado mais a atender as exigências do “mercado financeiro” e cada vez menos as necessidades da população que necessita da proteção previdenciária.” (CASTRO; LAZZARI, 2019, p. 199).

A principal característica do INSS nesse sentido, é se tratar de uma organização pública que presta serviços de ordem previdenciária e assistencial à população brasileira, sendo a maior autarquia do Governo Executivo Federal Brasileiro. O INSS é formado atualmente por mais de 1.500 agências de atendimento ao público.

No ano de 2020, a autarquia completa 30 anos de existência e de prestação de serviços à sociedade brasileira. É nesse ano que se consolida uma das maiores mudanças culturais e de gestão já implantadas pelo governo federal: a prestação dos serviços de natureza previdenciária e assistencial deixa de ser prestada de maneira analógica e passa a ser completamente



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

digital, sendo que os serviços antes oferecidos de maneira presencial passam quase que completamente para as plataformas digitais e canais remotos de atendimento. Referida mudança prevê maior agilidade, conforto e segurança na prestação dos serviços aos cidadãos (INSS, 2020).

A chamada “virada de chave” da forma de prestação de atendimento e oferecimento dos benefícios previdenciários e assistenciais por parte do INSS se deu em razão de que tal prática tem se tornado recorrente em todos os órgãos públicos federais, tanto do Poder Judiciário, como também do Executivo e Legislativo. Como dito, uma das razões para implantação de sistemas digitais, tanto no âmbito do INSS como nos demais órgãos, é o de garantir maior agilidade e eficiência ao processo e, na maioria dos órgãos os resultados tem sido positivos.

Assim, sendo o INSS um dos órgãos com maior demanda de requerimentos do país, foi necessário pensar em uma forma de se promover maior celeridade e automaticidade à análise desses requerimentos. Outro motivo que contribuiu para a implantação das plataformas digitais foi a grande quantidade de inativações de servidores desde janeiro de 2019, que completaram os requisitos para aposentadoria (MAUSS, TRICHES, 2019). Conforme explicam os autores Adriano Mauss e Alexandre Schumacher Triches:

Houve uma grande quantidade de inativações desde janeiro de 2019, já que nesse ano foi incorporada de forma integral para os inativos a gratificação de desempenho de atividades do seguro social (GDASS) [...]. Pelo acordo negociado na greve de 2015, os servidores incorporariam 67%, em janeiro de 2017; 82%, em janeiro de 2018 e 100%, em janeiro de 2019 (MAUSS; TRICHES, p. 16, 2019).

Outro motivo que culminou na adoção das plataformas digitais pelo INSS, foi a redução dos custos operacionais, uma vez que, com a implantação do INSS Digital se diminuem os gastos com diárias de deslocamento dos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

grupos de trabalho, que se dirigiam à agências específicas para auxiliarem em demandas daquelas. Outros gastos que diminuem, são aqueles destinados a materiais de expediente (MAUSS; TRICHES, 2019).

A plataforma do INSS Digital tem a finalidade de virtualizar os processos administrativos previdenciários e faz isso descentralizando os protocolos a alguns agentes credenciados que mantêm contato direto com a autarquia e com os segurados, como por exemplo, a OAB, Associações Sindicais e empresas. Assim sendo, o INSS passa a destinar a essas entidades conveniadas a função de criar um pré-cadastro dos requerimentos e efetuar a juntada dos documentos, cabendo à autarquia a realização da análise desses requerimentos, bem como a decisão sobre os processos (MAUSS; TRICHES, 2019).

Conclui-se então, que o INSS Digital se trata de uma forma de terceiros formalizarem requerimentos de benefícios e serviços administrativos, através das entidades credenciadas, por meio de plataformas digitais, com a finalidade de garantir-se maior comodidade, eficiência e celeridade no atendimento das demandas previdenciárias e de assistência social, geridos pelo INSS (MAUSS, TRICHES, 2019).

A disponibilização dos serviços e benefícios a serem requeridos através das plataformas digitais fora sendo feita de forma gradual. No entanto, em razão da pandemia do COVID-19 e, o fechamento das Agências da Previdência Social, desde 20 de março de 2020, fez-se necessário que a autarquia de imediato ampliasse esses atendimentos remotos, sob pena de se estar prejudicando grandemente a população.

No entanto, estudo levantado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que a suspensão dos atendimentos nas Agências dos INSS aumentou o risco de exclusão de pessoas que possuam direito ou a necessidade de acesso aos serviços de natureza previdenciária e assistencial disponibilizados pelo Instituto (TCU, 2020).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O Tribunal concluiu que o tempo de espera das análises dos benefícios diminuiu, uma vez que, com a suspensão dos atendimentos das Agências, foi possível que mais servidores passassem a se dedicar ao processo de análise dos requerimentos pendentes. No entanto, a falta do atendimento presencial, contribuiu para o aumento do tempo de análise dos benefícios por incapacidade e aumento do risco de exclusão das pessoas com direito aos benefícios. No que se refere, por fim ao risco de aumento do pagamento indevido de benefícios, o TCU conclui que tal risco existe em razão de que, como não há atendimento presencial nas Agências, tem-se concedido alguns adiantamentos e prorrogações de benefícios por incapacidade sem necessidade de avaliação médica ou do procedimento da perícia biopsicossocial (TCU, 2020).

Cumprido destacar, no entanto, que mesmo antes da pandemia, já se identificavam problemas relacionados às plataformas digitais, principalmente na dificuldade de acesso por parte dos cidadãos. No ano de 2019 diversas foram as Ações Cíveis Públicas (ACPs) movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) no sentido da necessidade de se garantir maior celeridade na análise dos processos administrativos, tais ACPs determinam que o prazo máximo de análise dos protocolos administrativos, não possam ultrapassar 45 dias desde o protocolo até a conclusão. Referidas ações, também exigem que a Autarquia Previdenciária providencie a realização de concurso público para seleção de novos servidores, tendo em vista a drástica redução dos mesmos, ocorrida a partir do ano de 2019.

Neste ponto, passaremos à uma breve ilustração de como tem sido as análises dos requerimentos de benefícios, por meio das plataformas digitais do INSS.

3 PRÁTICA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APÓS IMPLANTAÇÃO DO INSS DIGITAL

Em que pese à evolução digital e a necessidade de adequação dos serviços para plataformas digitais, principalmente no contexto de pandemia que vivenciamos, pode-se citar aqui alguns exemplos da falta de eficiência e celeridade do processo administrativo digital:

Figura 1: Página de protocolo do Serviço de Autenticação Central – INSS Digital.

Atendimento à distância

O atendimento é realizado à distância, não sendo necessário o comparecimento presencial nas unidades do INSS, a não ser quando solicitado para eventual comprovação. Para acompanhar o andamento do requerimento, clique na opção "Detalhar" abaixo.



Protocolo	Serviço	Nome	CPF	Protocolado em	Unidade	Situação	Ações
157499223	Aposentadoria por Idade Urbana	ALOISIO JOAO REIS	23462388053	24/03/2020	CEAP APOSENTADORIA POR IDADE	Concluída	 
510199092	Aposentadoria por Tempo de Contribuição -	ALOISIO JOAO REIS	23462388053	11/09/2018	GERÊNCIA EXECUTIVA IJUÍ	Concluída	 

Fonte: INSS Digital - Sistema de Agendamento – Entidade Conveniada OAB.

A imagem ilustrada acima, se trata da página de consulta do SAG, sistema de cooperação do INSS com a OAB. No caso exposto verificam-se dois protocolos em nome da mesma pessoa, o primeiro protocolo, de uma aposentadoria por tempo de contribuição, realizada em 11/09/2018 e concluída em 17/01/2019. A análise realizada nesse protocolo resultou na concessão do benefício requerido, aposentadoria por tempo de contribuição, com renda proporcional.

Em que pese à concessão, o requerente optou em não aceitar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Cumpre destacar que,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

em fevereiro do ano de 2020, o requerente completaria a idade necessária para a concessão de uma aposentadoria por idade, que seria mais vantajosa financeiramente, resolvendo então renunciar ao benefício concedido primeiramente e, aguardar.

Importante mencionar, nesse ponto, que o requisito para uma aposentadoria por tempo de contribuição, à época, era de 35 anos de contribuição se homem, não se exigindo idade mínima e, para alguns segurados que ainda se encaixem na regra de transição implantada após a Emenda Constitucional 20/1998, existia a possibilidade de concessão da aposentadoria por tempo de contribuição com renda proporcional, conforme estabelecido na legislação (Art. 188, Decreto nº. 3.048/1999). Por sua vez, o requisito para a aposentadoria por idade, requerida posteriormente pelo segurado, é de 65 anos de idade se homem, bem como pelo menos 15 anos de contribuição (correspondente ao período de carência), sendo que a regra de cálculo do valor do benefício é de 70% (setenta por cento) do valor do salário-de-benefício, com acréscimo de 1% (um por cento) para cada ano de contribuição do segurado.

Assim sendo, em 24/03/2020, logo após o segurado ter completado a idade de 65 anos protocolou-se uma aposentadoria por idade urbana, tendo sido concluída em 06/07/2020. Para surpresa do segurado, a Autarquia Previdenciária, que no primeiro processo havia apurado um total de 32 anos e 3 meses de contribuição, indeferiu o benefício da aposentadoria por idade, reconhecendo somente 6 anos de contribuição, concluindo que o requerente não possuía carência (15 anos de contribuição), tampouco tempo de contribuição suficiente para a concessão do benefício. Cumpre frisar que o servidor que analisou este último protocolo sequer apresenta despacho de encerramento do processo e, também não se manifesta sobre o pedido de aproveitamento do tempo de contribuição já reconhecido, realizado pelo segurado.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A alternativa, nesses casos, tendo em vista que todas as agências do INSS se encontravam fechadas, não havendo onde protocolar uma reclamação e requerer a reabertura do processo para correta análise, fora protocolar recurso administrativo. Referido protocolo realizou-se em 11/08/2020 e as perspectivas de análise não são as melhores, tendo em vista que a análise de um recurso administrativo na Junta de Recursos da Previdência Social tem levado em média um ano para conclusão.

Em protocolo mais recente, podemos verificar outro equívoco na análise de uma solicitação de antecipação de auxílio-doença nesse período de pandemia, em que as Agências do INSS se encontravam fechadas não havendo, portanto, possibilidade de os segurados serem submetidos a exames médico periciais.

O requerimento de auxílio-doença com documentos médicos realizou-se na data de 13/08/2020, momento em que se anexou ao processo digital todos os documentos necessários para a antecipação do auxílio-doença ao segurado, sendo estes: atestado médico legível e sem rasuras, com assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe, contendo as informações sobre a doença ou CID e, o prazo estimado de repouso necessário, conforme segue:

Figura 2: Atestado médico

ATESTADO

Atestado médico
"A INSS"

Atesto para os devidos fins que o paciente Arcadio Jose Burg Bieger, de 67 anos de idade apresenta sinais de rotura completa do tendão da cabeça longa do biceps braquial, (US) e omartrose já avaliado por traumatologista quem sugeriu cirurgia e que o pacinte encontra-se incapacitado para realizar atividades laborais,afastamento das atividades laborais por três meses.
CID10:M752, M19, M755

Delvis Raúl Garcia
RMS 4302209
Clínico Geral e
Saúde da Família



DELVIS RAUL GARCIA MARTIN
MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
RMS-RS #302209

Santo Cristo - RS, 13 de agosto de 2020.

Fonte: INSS Digital – Meu INSS – Página de acesso do segurado.

Além das exigências no preenchimento do atestado médico, outro requisito é a comprovação de carência de pelo menos 12 contribuições, o que consta no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do segurado, ou seja, não haveria necessidade de comprovação.

Em que pese o segurado ter apresentado atestado com todos os requisitos exigidos, em 19/08/2020 o INSS conclui pelo indeferimento do pedido, por “não apresentação ou não conformação dos dados contidos no atestado médico”.

Percebe-se, no entanto, dá análise do atestado médico do segurado e do motivo do indeferimento emitido pela Autarquia, que esta última comete erro quando da não concessão do benefício ao requerente, tendo em vista que, o atestado preenchia todos os requisitos exigidos. Tal decisão prejudica o segurado, tendo em vista estar sem condições de exercer atividade laboral e, conseqüentemente sem receber qualquer benefício substitutivo de renda, tendo



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

em vista erro cometido pelo INSS e impossibilidade de passar por perícia médica.

Os exemplos aqui trazidos ilustram apenas algumas, das tantas dificuldades vivenciadas diariamente, ressalte-se que esses segurados possuem representação legal e, portanto, são auxiliados por seus procuradores, mas a maioria dos segurados, não possui esse auxílio e acaba por desistir de buscar seus direitos, resultando naquilo que o TCU já constata em suas pesquisas, que é o aumento do risco de se excluir da proteção social, as pessoas com direito aos benefícios.

CONCLUSÃO

Após a conclusão de todo estudo, temos que a Seguridade Social, trata-se de uma política pública que deve assegurar os direitos fundamentais do cidadão, tais como os de saúde, assistência e previdência social, garantindo-se para isso, facilidade de acesso a esses direitos.

No entanto, em que pese à necessidade, nesse momento de pandemia que vivenciamos, de se criar e adaptar as plataformas digitais de atendimento, em todas as esferas de poder, é importante se ter em mente que, infelizmente, hoje, na nossa região, principalmente, ainda nos deparamos com muitas pessoas que não possuem condições de acesso a essas plataformas, seja por desconhecer os sistemas e as suas exigências, seja por não possuir o material mínimo para acesso a esses sistemas, o que pode resultar em prejuízo ao segurado, que na maioria das vezes, já se encontra em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal. 1988.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

_____. **Decreto 3.048**, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

_____. **Lei 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

_____. **Lei 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2011.

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 9. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

INSS: há 30 anos na vida dos brasileiros. **INSS**, Brasília, 26 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/inss-ha-30-anos-na-vida-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MAUSS, Adriano; TRICHES, Alexandre Schumacher. **INSS Digital**. 1. ed. São Paulo: Lujur Editora, 2019.

MEDIDAS de combate à pandemia aumentam o risco de exclusão de pessoas com direito a benefícios administrados pelo INSS. **TCU Tribunal de Contas da União**, Brasília, 18 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/medidas-de-combate-a-pandemia-aumentam-o-risco-de-exclusao-de-pessoas-com-direito-a-beneficios-administrados-pelo-inss.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários a Lei de Benefícios da Previdência Social**. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Esmafe, 2012.

SANTOS, Pedro Antonio dos; KIENEN, Nadia; CASTIÑEIRA; Maria Ines. **Metodologia da Pesquisa Social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAVAREZ, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. 12. ed. Niterói: Impetus, 2010.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

AÇÕES DE MARKETING EM UMA EMPRESA DE PROVEDOR DE INTERNET DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cristiane Weber ¹
Denise Felber ²
Jonas Bordim ³
Rafael da Silva Lopes ⁴
Lauri Aloisio Heckler ⁵

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido sobre o tema: ações de marketing em uma empresa de provedor de internet, no noroeste do estado RS no período do 1º semestre de 2020, tendo como objetivo geral propor ações de marketing para aplicar em uma determinada empresa de provedor de internet, com o intuito de aumentar a satisfação, por conseguinte, fidelizar os seus clientes, além de captar futuros consumidores, tornando a corporação mais competitiva no mercado em que opera. Com a proposta de responder ao problema de qual a melhor ferramenta para aplicação de marketing em uma empresa. Para a construção do referencial teórico foi imprescindível inserir as abordagens dos temas a seguir: ferramentas de marketing e planejamento estratégico. A esses assuntos constituíram as posições de vários autores, dentre os principais: Kotler, Cobra, Las Casas e Dias, sobressaindo a sua importância, esclarecendo suas grandezas, suas vantagens e aplicações. Esta pesquisa é classificada como: pesquisa aplicada e qualitativa. Sendo realizada investigação bibliográfica e estudo de caso. Desenvolveu-se um questionário

¹ Graduada em Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. cristiane_weber16@hotmail.com

² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Coordenadora de Gestão da Tecnologia da Informação e professora dos Cursos Superiores. Faculdades Integradas Machado de Assis. denisef@fema.com.br

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de RH e Gestão da Tecnologia da Informação. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Santo Ângelo. rafaellopes85@hotmail.com

⁵ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Professor dos Cursos Superiores. Faculdades Integradas Machado de Assis. lauri.heckler@fema.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

junto ao gestor da empresa para apurar a relação ao marketing de relacionamento. Com fundamento nessas referências, aplicou-se a argumentação dos desfechos. Em análise averigua-se que fatores como localização, atendimento, qualidade no serviço atribuído e assistência eficaz contribuem para a satisfação e fidelização dos clientes. Deste modo, a empresa pode realizar diversas ações por meio das quais poderá converter as forças, fraquezas e ameaças em formas de oportunidades, tornando-se referência.

Palavras-chave: Marketing – Ações de Marketing – Provedor de Internet.

INTRODUÇÃO

No contexto da contemporaneidade é necessário buscar constante informação para diferenciar-se entre os demais, pois este é o caminho a ser traçado para as empresas alcançarem o sucesso. O marketing tem o sentido de satisfazer as necessidades dos clientes, ou seja, conhecer as necessidades, desenvolver os produtos, ofertar e partilha-los de forma ágil, implementando estes produtos no mercado com mais facilidade, por meio deste, este artigo tem sua abordagem baseada nas estratégias e ferramentas do marketing nas organizações, sendo assim o tema deste trabalho de conclusão de curso é ações de marketing em uma empresa de provedor de internet do noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

A delimitação temática deste trabalho é a ferramenta para aplicação de marketing em uma empresa de pequeno porte no segmento de prestação de serviço (serviço de telecomunicação – acesso à internet), localizada em um município do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a partir do período de 1º semestre no ano de 2020. Leva-se em consideração que o segmento onde a empresa encontra-se existem concorrentes de grande porte, mas a empresa é promissora. Deste modo a empresa pode realizar diversas ações por meio das quais poderá converter as forças, fraquezas e ameaças em formas de oportunidades, tornando-se referência e satisfazendo seus consumidores.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Pode-se ressaltar que no trabalho de conclusão de curso a pesquisa é onde se explicita as propostas do pesquisador em sua resolução ou explicação de um problema. Compreende-se que o marketing está em toda a parte. Ele tem o propósito de atender as necessidades de pessoas e organizações dentro do mercado, relacionado com o ambiente interno e externo da empresa. Neste contexto de mercado, envolvem-se várias atividades de macro ambiente, os quais estão incluídos os concorrentes, fornecedores e representantes.

De tal modo, observa-se que o marketing é essencial para o sucesso da sociedade e de qualquer empresa independente do ramo de atuação e porte, pois, é uma maneira de manter a empresa orientada ao mercado. Conseqüentemente, através desta pesquisa pretende-se responder ao questionamento: qual a melhor ferramenta para aplicação de marketing em uma empresa?

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é propor ações de marketing para aplicar em uma determinada empresa no ramo do comércio, prestadora de serviços e telecomunicações com localização no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos compreendem identificar os métodos utilizados pela organização da empresa para promover suas vendas, realizar uma pesquisa com o gestor, no intuito de elaborar uma análise SWOT da empresa, e por fim elaborar ações que visam o aperfeiçoamento das táticas de marketing existentes, atendendo a opinião do próprio cliente para alavancar as vendas e ampliar o negócio da empresa.

O texto que segue está organizado da seguinte maneira: primeiramente traz-se um capítulo com o referencial teórico abordando conceitos sobre planejamento estratégico e marketing. Na sequência, é descrita a metodologia adotada para incrementar este trabalho, e por fim é discutido sobre o diagnóstico e análise dos resultados, retratando melhorias nos processos da empresa, na estrutura e equipe técnica da mesma.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento desta pesquisa se faz necessário o entendimento de um conjunto de temas fundamentais que se relacionam ao conteúdo deste trabalho. No texto que segue são abordados os temas de ferramentas de marketing, e planejamento estratégico. Para tal, foram empregadas as posições de vários autores, dentre os principais que são: Kotler, Cobra, Las Casas e Dias, destacando o seu valor e esclarecendo suas distinções, suas utilidades e aplicações.

1.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em uma empresa que visa crescimento é necessário que os administradores tracem metas a fim de atingir determinado objetivo. Existem ferramentas estratégicas que podem ser adotadas com o intuito de minimizar os problemas e potencializar as oportunidades apontadas no ambiente. Por exemplo, a maneira como serão alocados os recursos tecnológicos, físicos, financeiros e humanos. Conforme aponta Mintzberg, uma estratégia é:

[...] o padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e sequências de ação da organização em um todo coeso. Uma estratégia bem formulada ajuda a organizar e alocar os recursos de uma organização em uma postura única e viável, baseada em suas competências e deficiências internas relativas, mudanças antecipadas no ambiente e movimentos contingentes por parte dos oponentes inteligentes. (MINTZBERG, 2007, p.25).

Baseado nesse contexto, Las Casas (2011) argumenta a relevância em ter um plano de marketing, pois é necessário ser planejado e poderá ser usado para concretizar quem a criou, nas palavras do autor:

O plano de marketing é importante para as empresas, uma vez que é decorrência de um processo de planejamento. O método de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.

ISBN: 2177-1103.

planejamento adota forma no momento em que o administrador registra o plano. Por essa razão, acredita-se que um plano apropriado não valida uma ideia de marketing, mas uma boa ideia de marketing é reconhecida como um bom plano. Ele poderá ser usado para consolidar a capacidade criadora, a imaginação e a inovação. (LAS CASAS, 2011, p.10).

Por sua vez, Oliveira (2014a) salienta que as empresas precisam atentar para não se equivocarem e confundirem o plano de negócios com o plano estratégico. Pois o plano estratégico é mais amplo do que o outro, uma vez que “o plano de negócios se preocupa muito com os dados e informações atuais e passadas, com menor nível de análises futuras e de cenários.” (OLIVEIRA, 2014b, p. 98).

Já o autor Biagio relata sobre a importância da divulgação dos produtos e o despertar do interesse do seu público alvo, ele afirma que a empresa precisa deixar claro no seu plano de negócios a forma que adotará para tornar seus produtos conhecidos, pois “é necessário despertar nos clientes a necessidade de adquiri-los e fazer com que eles se lembrem da marca no momento da compra” (BIAGIO, 2013, p. 68). Além disso, a empresa também precisa ter clara a definição da estrutura de vendas e da distribuição dos seus produtos, bem como a forma de comunicação com seus clientes (Ibidem).

Las Casas expõe que para elaboração de um plano mercadológico com informações relevantes, alguns passos são necessários:

1. Levantamento de informações;
2. Lista de problemas e oportunidades;
3. Determinação de objetivos;
4. Desenvolvimento da estratégia;
5. Determinação do orçamento;
6. Projeção de vendas e lucros. (LAS CASAS, 2009, p. 326).

Em vista disso, um planejamento estratégico de marketing torna-se indispensável para os empreendimentos que ambicionam se destacar, além disso, terem retornos satisfatórios almejados.

1.2 MARKETING

O marketing é a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo, é entender como ajudar as pessoas através da identificação do cliente, pesquisa, comunicação, relacionar, criar necessidade, evidenciar competências técnicas e oportunidade de fechamento do negócio.

Dias exhibe o conceito de marketing, no qual explica que o marketing é uma designação da língua inglesa como derivação de *market*, do qual significa mercado. Consiste em ser utilizada para divulgar a ação voltada para o mercado. De tal modo, percebe-se que a corporação que estuda o marketing tem o negócio como motivação e foco de suas atuações (DIAS, 2003). Kuazaqui explica como o marketing rodeia o cotidiano:

O marketing está presente no dia a dia de todos. Desde que acordamos, consumimos produtos e serviços de diferentes marcas e procedências, somos bombardeados por milhares de informações e propagandas veiculadas em diferentes meios de comunicação; além disso, fazemos escolhas diferentes, de acordo com nossos comportamentos, cultura, informações e hábitos de consumo. (KUAZAQUI, 2016, p. 12).

Cobra e Urdan (2017) discorrem sobre o fato de o marketing direcionar as companhias em atender as necessidades e os gostos de seus clientes, com mais eficiência e eficácia do que a concorrência. Isso surge de acordo com um mercado-alvo bem definido, na concepção de suas necessidades e na administração de todas as tarefas que o afetam, objetivando satisfazê-lo e, daí conseguir a rentabilidade como recompensa.

Alicerçado no fundamento do marketing é que as empresas conseguem conquistar e fidelizar seus clientes. Futrell (2014) destaca que o marketing é uma área do conhecimento a qual engloba atividades concernentes as relações de troca, voltadas para a satisfação dos desejos, e necessidades dos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

consumidores. Essas atividades impulsionam o desenvolvimento, estabelecimento de preço e distribuição de bens e serviços (Ibidem).

A respeito da análise Swot, podemos destacar que ela é uma ferramenta para avaliar o ambiente interno e externo da organização, formulando táticas para otimizar o desempenho no mercado, incluindo também a análise sobre quais são as forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças da empresa.

Portanto, o marketing é essencial para a sociedade e, por sua vez, as empresas necessitam adaptar-se à realidade do mercado contemporâneo que está em constante atualização. Para um melhor entendimento do marketing é necessário abranger as ferramentas do composto de marketing. Sendo que este tem foco no cliente, compreendendo o público alvo através de um planejamento esmiuçado, ressaltando as perspectivas e se as estratégias forem prósperas, o resultado será fidelização e conseqüentemente a geração de lucros almejados.

1.3 COMPOSTO DO MARKETING: OS 4 P'S

O composto do marketing iniciou na década de 1960, a partir de Jerome McCarthy que fundou o conceito dos 4 P's para distinguir-se o mix, ou composto de marketing: product (produto), price (preço), place (lugar de venda) e promotion (promoção) (YANAZE, 2011). Os 4 P's representavam as quatro incertas básicas, que comporiam a estratégia de ação de uma empresa no mercado. Após a concretização dessas bases, evoluiu-se em seguida para um conceito mais moderno e mais abrangente dos 4 P's, que passaram a ser assim determinados: produto/ serviço, preço, distribuição e comunicação (YANAZE, 2011).

A respeito do composto do marketing, Campomar e Ikeda mencionam o composto do marketing sendo "conhecidas como 4 P's de marketing, ou marketing mix, são consideradas controláveis porque cada variável pode ser

modificada, ajustada e adaptada por decisões gerenciais.” (CAMPOMAR; IKEDA, 2006, p.19).

Las Casas faz reverência do composto do marketing, explica que:

O composto de marketing ou “mix de marketing” consiste nos quatro pês criados por McCarthy, que são: produto, preço, ponto-de-venda (distribuição) e promoção (divulgação). Esses elementos determinam as estratégias e as ações mercadológicas, que visam atender as necessidades e desejos dos consumidores. (LAS CASAS, 2013, p. 16).

A seguir, pode-se verificar, na Ilustração 01, o ambiente de atuação das empresas, através da análise desta situação ambiental entende-se onde deve ocorrer o primeiro passo para a ampliação de um programa de marketing.

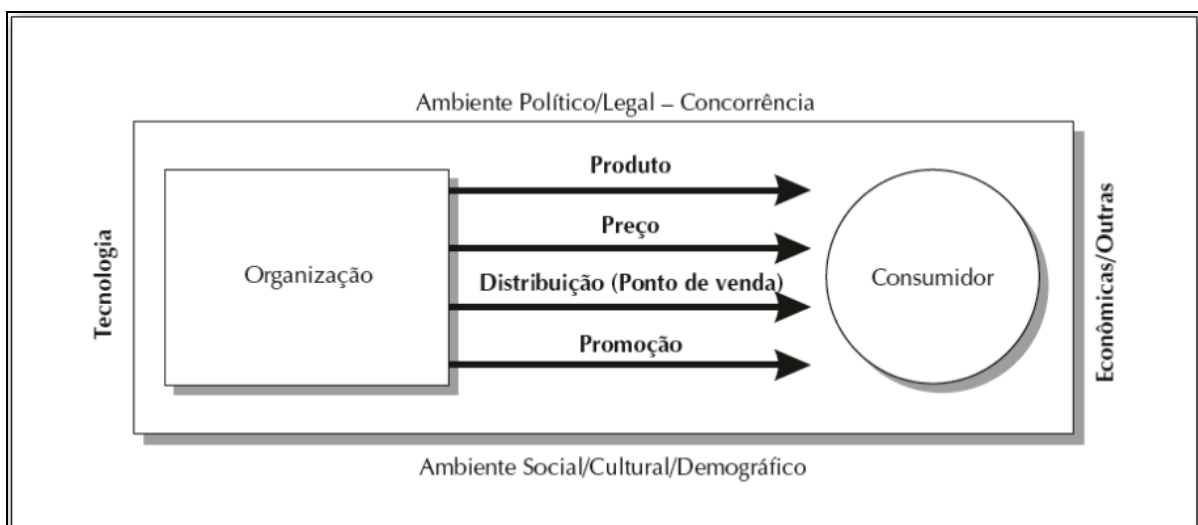


Ilustração 1 - Ambiente de atuação das empresas.

Fonte: Las Casas (2017, p. 23).

Churchill explica a respeito dos quatro P's sendo estes os canais de distribuição que exigem a realização de muitas tarefas ou funções:

No experimento em proporcionar as trocas satisfatórias com os clientes, os administradores de marketing regularmente centralizam seus interesses nos quatro Ps — sendo eles: o produto ou serviço, o preço, a praça ou os canais por onde é distribuído e a promoção ou o



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

composto de comunicação. O objetivo é potencializar uma estratégia que planeje os elementos do mix de marketing de tal forma que acrescentem e motivam as concepções de valor e os costumes dos fregueses. (CHURCHILL, 2012, s/p).

Os 4 P's do marketing são uma reprodução dos quatro pilares fundamentais de qualquer estratégia de marketing. Todas as empresas deveriam conhecer o composto de marketing, sendo eficaz para constituir um planejamento estratégico, se implantando no mercado, influenciando o público alvo. Quando os 4 P's estão em equilíbrio, há possibilidades de o rendimento dos lucros aumentarem.

1.4 MARKETING DE RELACIONAMENTO

O marketing de relacionamento surgiu para estreitar o caminho entre consumidores e organizações e ressaltar assim sua relação, atraindo o maior número possível de consumidores. Na opinião de Las Casas, “[...] o objetivo da aplicação do marketing de relacionamento é obter fidelização do cliente”. (LAS CASAS, 2009, p. 28).

Perante o surgimento de tecnologias e da influência que elas podem conter, seja positivamente ou não, o marketing passa a refletir sobre esse ‘meio ambiente’ no seu domínio, formando o conceito de marketing digital, que é utilizado para aperfeiçoar o diálogo e o relacionamento executado online com o objetivo de atrair novos negócios, criar relacionamentos e desenvolver uma identidade de marca.

O marketing digital surgiu como uma necessidade de criar uma estratégia de negócio interativa para aproximar as empresas do seu público, tendo como meio a internet e seus aplicativos. Conforme Kotler, Kartajaya, Setiawan, “[...] a conectividade é possivelmente o mais importante agente de mudança da história do marketing. Embora não possa mais ser considerada



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

novidade, vem mudando muitas facetas do mercado e não mostra sinais de desaceleração.” (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p. 34).

A nomenclatura Marketing de Relacionamento surgiu com a definição de atração, conservação e o aumento do relacionamento com os clientes. A fidelização de clientes configura o alcance de maior rivalidade entre as empresas e a maior satisfação dos clientes. Concretizar relacionamentos, transformar clientes indiferentes em fieis e servi-los é o que deveria ser estimado marketing. (BORBA, 2007, p. 67).

O marketing de relacionamento, para Zenone é

uma ferramenta que busca criar valor pela “intimidade” ou maior proximidade com o cliente, tornando a oferta adequada de modo que ele prefira manter-se fiel à empresa a arriscar um novo relacionamento comercial. Ou seja, a empresa passa a conhecer o cliente profundamente, tornando desinteressante para ele a busca de novos fornecedores. Dessa forma, o cliente reduz voluntariamente suas opções de fornecedores. (ZENONE, 2017, p. 54).

Segundo Kotler e Keller (2012), muitas vezes, a expressão marketing de relacionamento é aplicada apenas à relação entre a empresa e o cliente; mas é importante que essa visão e as estratégias sejam ampliadas para toda a rede de relacionamentos da empresa, tanto internamente, com os colaboradores, como externamente, com parceiros, fornecedores, intermediários, acionistas, formadores de opinião, entre outros. Esses autores ainda enfatizam a importância do “[...] investimento no relacionamento com parceiros e colaboradores para obter melhor resultado no processo de relacionamento com o cliente.” (KOTLER; KELLER, 2012, p. 16).

Gordon (1998, p. 31) reforça a importância de ampliar o foco das ações de marketing de relacionamento e o conceitua como “um processo contínuo de identificação e criação de novos valores com clientes individuais e de compartilhamento de seus benefícios durante uma vida toda de parceria.” Na

Ilustração 02 podem ser observadas as etapas do marketing de relacionamento conforme Gordon (1998).



Ilustração 2 – Etapas Do Marketing De Relacionamento.
Fonte: GORDON (1998, p. 31).

Zeithaml e Bitner esclarecerem que,

[...] o ato de se relacionar não se resume somente à atração de um cliente (aquisição) ou a se dedicar apenas no momento em que ele está na loja (transação). Para as autoras, deve haver empenho em conquistar a fidelidade do cliente (retenção), aproximando-se do consumidor por meio de pesquisas, recomendações ou programas de fidelidade. (ZEITHAML; BITNER, 2003, *apud* QUINTINO, 2016, P. 14).

Conforme visto anteriormente, o marketing de relacionamento é fundamental, pois a partir dele são construídas as relações, as boas experiências, as fidelizações e as indicações. Um cliente satisfeito compartilhará os seus benefícios durante sua vida inteira, trazendo identidade para qualquer marca.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em obras de autores que se dedicaram ao estudo de estratégias de marketing e impacto na sociedade. Nesse sentido, na sequência será feita uma abordagem sobre a categorização da pesquisa, o levantamento de dados e além do plano de análise e a explanação dos dados.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2. 1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Na categorização que se aborda quanto à natureza, uma pesquisa pode ser analisada básica ou aplicada. Conforme Gil expõe, categorizar uma pesquisa é como um procedimento natural e sistemático que proporciona respostas aos problemas que são sugeridos (GIL, 2002).

No presente trabalho de conclusão de curso de pesquisa, a categoria será uma pesquisa aplicada tendo o objetivo de ajustar prováveis problemas descobertos na empresa. O autor Vianna, descreve que proceder com dados qualitativos é um desafio significativo que exige métodos diferenciados. Fundamentado que após a pesquisa qualitativa é imprescindível examinar os dados descritivos, com o intuito de identificar causas, decorrências e definições estimados para compreensão da realidade que foi analisada e que engloba múltiplos aspectos (VIANNA, 2001).

Este artigo se define como pesquisa qualitativa, pois abrange a averiguação dos dados sem a necessidade de envolver informações numéricas. Contém o objetivo de arranjar informações a partir do estudo do cenário e da estrutura em que ela se encontra, com finalidade de explorar a realidade da empresa.

Esta conduta em relação aos dados analisados e procedimentos técnicos, será classificada como pesquisa bibliográfica, com a intenção de obter informações pertinentes de escritores que possuem vínculo entre a empresa, pois abrangem conceitos relevantes sobre o tema.

Marconi e Lakatos apresentam a pesquisa bibliográfica sendo aquela bibliografia que já está disponibilizada para todo o público através de livros, jornais, etc. Tem por objetivo colocar o pesquisador próximo com todo o material já escrito, que tenham sido transcritos através de publicações (MARCONI; LAKATOS, 2010).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Através do estudo de caso serão realizados questionamentos para os gestores da empresa, com a finalidade de colher os dados necessários para incrementar na pesquisa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Foi averiguada qual a técnica escolhida para a coleta das informações fundamentais. Nesta etapa foram utilizados dois princípios: primário, proveniente de um questionário aplicado ao gestor da empresa, e o secundário derivado de livros, relatórios, e artigos que serviram de base para o estudo.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento junto com a empresa, entrou-se em contato com os diretores da empresa e esclareceu-se sobre viabilidade de aplicar o estudo do trabalho e sua finalidade. Na sequência, foi acertado com a gestão que iria colaborar com o questionário elaborado pela acadêmica a fim de analisar os feitos sobre a importância do marketing e, como a devida empresa utiliza o marketing na sua rotina.

Encaminhadas as 40 questões que indagaram sobre a própria sede da empresa, o histórico dela, tipos de serviços/produtos que oferecem e qual público alvo que determinaram também foram observadas informações a respeito do mercado em qual atua, o marketing que utiliza, a forma de comunicação com os clientes atuais e como adquirem clientes novos, incluindo reflexões sobre suas forças, ameaças, fraquezas e oportunidades. Através da análise sobre os dados relatados, foi executada a interpretação no decorrer deste artigo.

Baseando-se nos dados adquiridos através do questionário, verificou-se que o sócio proprietário responsável pela gestão, tem 23 anos, com ensino superior incompleto, e o mesmo atua nesta função desde o início das atividades da empresa a três anos sendo um dos fundadores da empresa.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.

ISBN: 2177-1103.

2018. O crescimento mais acelerado da utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 80,2% para 83,8%, em área urbana, e aumentou de 41,0% para 49,2%, em área rural. O mesmo sentido de crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões. (IBGE, 2020).

Pode-se ressaltar que a tecnologia deu um salto, conforme Torres (2009, p. 346) “o que mudou foi a velocidade da mudança. O que a tecnologia de telecomunicações e a Internet fizeram foi acelerar as coisas, e o que se contava em anos agora se conta em meses”.

Visando contemplar a empresa, de tal modo o seu perfil, suas ações e estratégias de marketing, organizou-se um questionário para colher as informações junto à gestão da empresa.

A empresa está situada em uma cidade no noroeste do estado do RS, conta com 115 m² de área construída. Iniciou suas atividades em maio de 2017 quando um dos atuais sócios da empresa carecia de internet em sua residência no interior de Santa Rosa, mas não havia nenhuma empresa que conseguia atender a sua necessidade. Na época, o outro sócio trabalhava com sistema de câmeras conectadas em sinal via rádio e sabia que era possível fazer a transmissão de sinal de internet pelo mesmo sistema. Eles resolveram desenvolver a ideia para ver se era viável, em comum acordo com um vizinho que morava em um ponto topográfico privilegiado fabricaram uma torre e tiveram êxito após a instalação da mesma conseguindo sinal para a parte interessada. Posterior a essa façanha, começaram a divulgar a ideia para que os moradores da região tivessem internet rural também em suas residências e assim nasceu a empresa.

A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que tem as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. Reforça também a ideia de que no processo de que a cooperação e a liberdade de informação



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade. (CASTELLS, 2003, pág. 13).

A unidade física conta com equipe técnica de campo de quatro pessoas, servidor local, um atendente responsável pelo administrativo, um novo sócio que cuida da gestão estratégica inicialmente, estrutura de 10 pontos de redistribuição de sinal e seus devidos equipamentos.

A empresa oferece Internet via *wireless* digital para proprietários rurais, urbanos e empresas locais. Também comercializa câmeras de monitoramento para propriedades rurais, residências urbanas e empresas onde tem alcance do seu sinal. A firma conta com suporte técnico local e de fácil contato dos serviços de internet e a mesma, está alinhada com as normas da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), sob o registro (ANATELPVST/SPV nº 50415553970) que emite licença de funcionamento, possibilitando que o contrato pode ser renovado perante apresentação de relatórios anuais.

É uma das poucas empresas do ramo na cidade local que está enquadrada em todas as normas exigidas, como garantia de internet de em média 80 % da velocidade contratada (exigência legal da Anatel) com garantia mediante cláusula em contrato; e Engenheiro ou Técnico de Telecomunicações como responsável técnico perante a Anatel. Além de possuir um sistema de internet estável em dias de chuva e em qualquer horário e transmitir as informações aos clientes sobre manutenções e instabilidade de internet no Brasil/Mundo.

O público alvo da empresa são pessoas que não tem acesso à internet em suas residências ou estabelecimentos, e outros problemas de sinal em geral. A internet é um serviço essencial nos dias atuais, logo, por ser essencial é um serviço indispensável. A idade dos clientes varia entre 25 e 60 anos, e estes moram em cidades próximas da região na qual está localizada a matriz da empresa. O setor abrange as residências, rural e empresariais, sendo que o produto principal é a internet *wireless*.

De acordo com Kotler e Armstrong (2015, p. 456), o público alvo de uma empresa “pode se consistir em indivíduos, grupos, públicos especiais ou público em geral”. Normalmente, os públicos alvos são constituídos pelos usuários atuais da empresa, ou por potenciais compradores. Cabe ressaltar que o público alvo é o fator que tem maior influência nas decisões do profissional de marketing, uma vez que tudo que é dito pela imprensa é voltado a ele com o objetivo de atraí-lo a consumir. Nesse sentido,

[...] A definição do mercado-alvo implica avaliar a atratividade de cada segmento de mercado e selecionar um ou mais segmentos para entrar. Uma empresa deve ter como alvo segmentos em que pode gerar, de forma lucrativa, o mais alto valor para o cliente e manter esse valor ao longo do tempo. (KOTLER; ARMSTRONG, 2015, p. 54).

A instalação do serviço de internet funciona quando o cliente entra em contato com a empresa solicitando o serviço, a equipe técnica realiza uma análise topográfica via *software* do local onde o cliente deseja instalar a internet para avaliar o nível de receptividade do sinal. Após isto, é agendado um teste de sinal, se este o teste aprovar são ofertados os planos no ato, caso fechar negócio é feita a assinatura da proposta comercial, contrato e instalação, e se o cliente precisar de um tempo para decidir a contratação ou não do serviço, é agendado a instalação após o fechamento do negócio.

Conforme Cobra (2009) acredita-se que para atender as exigências dos consumidores, é necessário que os produtos ou serviços a ofertados tenham boa qualidade, além de características que atendam aos gostos dos consumidores, com boas opções de modelos e estilos, atraentes e criativos.

Em relação à concorrência, o sócio proprietário da empresa enfatizou que na cidade onde está localizada, existem outras empresas atuando no mesmo segmento. A concorrência (grandes empresas) dispõe de fibra óptica com planos de maior velocidade de internet, a partir de 45 MB. Neste caso, a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

empresa concorre com um plano de velocidade semelhante, mas por um valor mais acessível.

Estas demais empresas concorrentes também trabalham com outros produtos e serviços, mas inicialmente a empresa não trata como se fossem concorrentes diretos, pois não atuam nas áreas como hospedagem e venda de link dedicado. Cabe aqui ressaltar que essas informações são públicas e constam nas páginas de mídias sociais das concorrentes. Destaca-se também que este mercado se faz competitivo, pois outras empresas atuam com Fibra óptica, tem tempo de mercado, dispõe de recursos financeiros, equipe técnica, são renomadas, tem localização acessível e carteira de clientes que reflete em argumentos decisórios para escolha final do cliente.

Nesta perspectiva, analisar esses fatos auxilia a organização da empresa, a “[...] avaliar seus pontos fortes e fracos em comparação com os concorrentes. A concorrência é um importante elemento a ser considerado. Essa variável pode afetar o posicionamento, a produtividade e a própria sobrevivência da empresa.” (PAIXÃO, 2012, p. 36).

O sócio proprietário esclareceu que para se sobressair frente à concorrência estão realizando um atendimento humanizado e considerando o público rural esquecido pelos concorrentes e dessa maneira conquistando e fidelizando os clientes.

A divulgação da empresa tem sido realizada pelo veículo de comunicação rádio e pelas mídias sociais como Facebook e WhatsApp sendo que esta maneira ressalta a presença *online* e facilidade para ser encontrado. Nesse contexto, vê-se a empresa pondo em prática o marketing digital, para Petit o marketing digital é

[...] a reunião de estratégias de marketing, com o intuito de identificar e satisfazer as necessidades dos consumidores, porém feito de forma online. Inclusive, esta vertente do marketing não é exclusividade de negócios online ou de blogs e sites, mas também bastante utilizada para promover negócios físicos. (PETIT, 2018, p. 05).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O contato/atendimento com o cliente é realizado presencialmente na unidade local da empresa para o ato da venda, em alguns casos na propriedade do cliente, além de dispor de diferentes meios de comunicação, como telefone celular, Messenger do Facebook, e WhatsApp. Sobre este aspecto, Cobra e Ribeiro (2000) afirmam que, na atualidade, as organizações precisam estar apoiadas em tecnologias que permitam a aproximação com o cliente, melhorando o diálogo, por meio da interatividade e da conectividade.

Segundo os proprietários da empresa, as vendas que tiveram até o momento foram realizadas por meio de indicação dos próprios clientes, sendo que os novos clientes procuram a empresa para a contratação de serviços, não sendo necessário ter um funcionário próprio para sair a campo praticar vendas, pois atualmente a demanda que se tem é suficiente para saturar a equipe técnica. A região é carente de profissionais capacitados, pois a única maneira de prosseguir com a venda/marketing seria através de nova contratação na área técnica. Essas condições são também descritas por Monteiro (2017, p. 38):

As empresas acabam reforçando e se preocupando com estratégias para estimular a indicação e a recomendação por parte de clientes, normalmente buscando construir uma forte imagem associada a um serviço de qualidade. Manter uma comunicação e relacionamento pós-venda se torna muito importante para gestões de serviços. (MONTEIRO, 2017, p. 38).

Sobre a fidelização dos clientes, o sócio proprietário mencionou que pelo fato de a internet ser um serviço essencial, os clientes buscam um atendimento não “robotizado”, sendo que quando é necessária assistência a mesma ocorre imediatamente por este motivo se tem dados onde os clientes desligam a rede somente quando falecem ou se mudam de cidade. As ações que estão sendo tomadas com foco na fidelização do cliente são futuras estratégias em presentear clientes com brindes ou com serviços em datas comemorativas.

Vaz menciona que:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

É preciso criar um relacionamento com seu cliente, pedir permissão para veicular lhe uma propaganda, mostrar o que preparou especificamente para ele, perguntar-lhe o que achou e estar disposta a customizar o produto ou mudá-lo por completo caso ele assim o deseje. O marketing não deve ser um monólogo, mas, sim, uma conversa - isto é criar relacionamento. (VAZ, 2008, p.51).

O sócio proprietário foi interrogado sobre o fato de a empresa estabelecer outras relações com o cliente após o atendimento, voltado ao pós-venda; sendo que este serviço ainda não foi adotado pela empresa. A respeito das reclamações/melhorias recebidas, estas chegam à empresa por diversos meios como: Facebook, WhatsApp, ligações por telefone, ou ainda presencialmente. Ressalta que se tem a tentativa de solucionar os problemas básicos pelo atendimento, e problemas relevantes a equipe técnica se assumem para solucionar a situação em 48 horas conforme prevê legislação.

[...] quando falamos em marketing digital estamos falando sobre pessoas, suas histórias e seus desejos. Estamos falando sobre relacionamentos e necessidades a serem atendidas. Assim, a visão que mais se aproxima da realidade é baseada no comportamento do consumidor e considera que o Internauta é o mesmo consumidor, o mesmo ser humano, que também assiste a televisão, lê jornais ou revistas, ouve radio, trabalha, passeia e vive como um cidadão comum. É como se diz: a Internet é feita de pessoas. (TORRES, 2009, p. 66).

No cenário atual, a empresa encara dificuldades de falta de recurso financeiro para realizar investimentos, também a equipe de campo é pequena, além da indisponibilidade de profissionais no mercado para contratações (este fator também é realidade para concorrência). Os processos internos estão engessados, falta de gestão e controle das atividades de campo, falta de planos de marketing, falta de gestão de chamados técnicos e ativações, os valores dos planos que a empresa está anunciando estão acima do valor de mercado das grandes concorrentes. Os casos citados são problemas que foram detectados até o momento e estão sendo ajustados.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A empresa ainda recebe mentorias/consultorias/assessoria com pessoas com qualificação em determinadas áreas como vendas, marketing digital, contábil, infraestrutura de redes, jurídica, não fazendo treinamentos com toda a equipe. O que implicaria na contratação de novos colaboradores, pois eles também não estarão com a visão da empresa alinhada.

Os autores Kother e Armstrong (2015, p. 46) relatam que “[...] o objetivo do planejamento estratégico é encontrar maneiras de a empresa utilizar melhor seus pontos fortes para aproveitar as oportunidades atrativas do ambiente.” (KOTHER; ARMSTRONG, 2015, p. 64). Posto isto, os autores afirmam também que o planejamento estratégico designa um patamar para os outros planejamentos da empresa, posto que o plano geral determina o papel do marketing na empresa e por sua vez, o marketing auxilia o planejamento estratégico

Na atualidade, a empresa já vem adotando estratégias de alinhar os processos internos reduzindo custos, aumentando a produtividade para absorver mais ativações conforme demanda. Inclusive, estão sendo criados indicadores para cada departamento. Análise financeira, fluxo de processos, planos de marketing, e ampliação de infraestrutura de rede.

Pensar de forma interativa significa ligar os pontos – utilizar-se dos melhores meios para levar a mensagem até o consumidor, não necessariamente os mais lucrativos meios, mas os mais eficientes, de acordo com a nova economia e o novo comportamento do consumidor. (VAZ, 2008, p. 38).

Para concluir, foi questionado sobre qual será a perspectiva de mercado para os próximos cinco anos e a tática é de aumentar a rede rural, e conseguir absorver uma quantidade de mil clientes na área rural.

3.2 ANÁLISE SWOT DA EMPRESA

A análise *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (SWOT) em português significa forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. É um instrumento muito útil na organização da idealização estratégica, admitindo um monitoramento constante da posição real da empresa. Por mediação desta análise, pode-se relacionar e afeiçoarem-se as forças/deficiências, oportunidades/ ameaças da organização em espaço real, contribuindo para uma melhora na atuação da empresa.

Os autores Kotler e Keller denotam que:

A avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de uma empresa é denominada análise SWOT (dos termos em inglês: *strengths, weaknesses, opportunities, threats*). Trata-se de um meio de monitorar os ambientes externo e interno. (KOTLER; KELLER, 2012, p. 49).

Essa análise é fundamental dentro das empresas e se faz necessária a partir do momento em que é verificada a posição atual da empresa no mercado.

A formulação de uma estratégia começa com a compreensão de circunstâncias, forças, eventos e questões que compõem a situação competitiva da organização, o que exige que os gestores façam a auditoria dos fatores internos e externos que afetam a capacidade da empresa de competir. A análise Swot (acrônimo de *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças) envolve a avaliação cuidadosa de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças que afetam o desempenho organizacional. (DAFT, 2017, p. 276).

A principal atividade de destaque de uma empresa é o gerenciamento, uma vez que requer as quatro funções apresentadas na Ilustração 03. Conforme visto, planos estratégicos ajudam a empresa a progredir, a partir do momento em que são aplicadas as ações, realizadas as análises e a medidas corretivas.

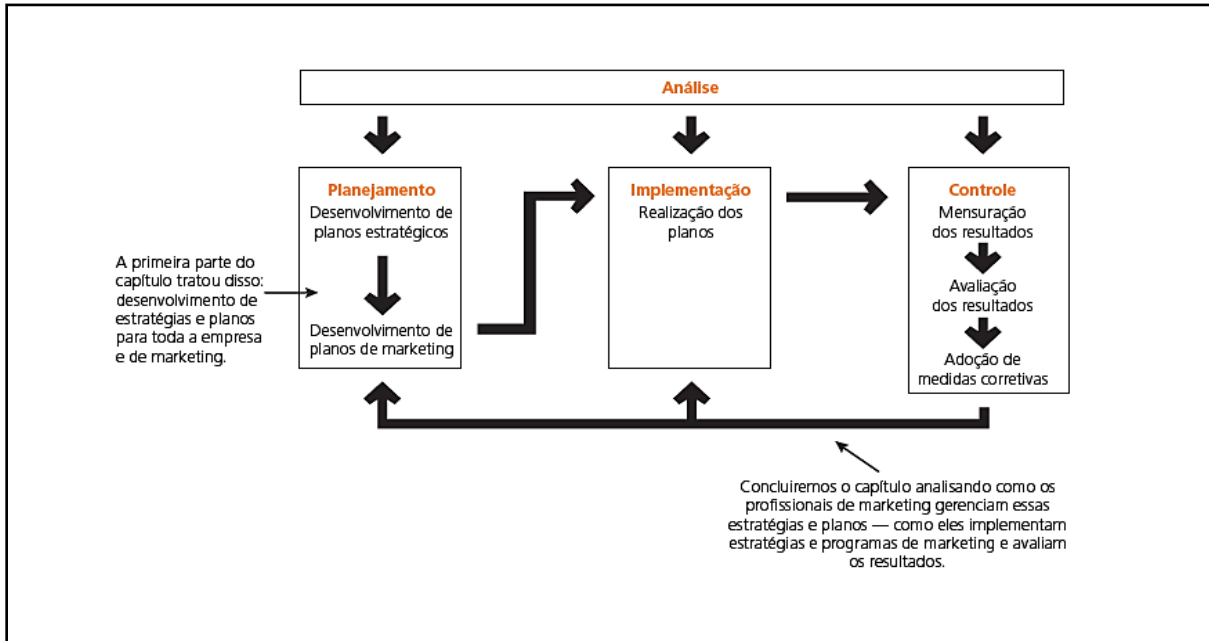


Ilustração 3 - Gerenciamento de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.
Fonte: Kotler e Armstrong (2015, p. 59).

Kotler e Armstrong (2015) mencionam que a empresa deve analisar seu mercado e ambiente de marketing, a partir dele encontrar as oportunidades atraentes e identificar as ameaças e as possíveis ações para eliminar os pontos fracos e aprimorar seus pontos fortes.

É importante a empresa verificar o ambiente de marketing para buscar oportunidades e identificar as possíveis ameaças. Assim, ele pode analisar os pontos fortes e fracos, e suas atuais ações de marketing para desenvolver quais as oportunidades podem alcançar.

A estratégia atraente é combinar os pontos fortes com as oportunidades no mercado, equilibrando com a redução ou eliminação dos pontos fracos minimizando essas ameaças, como mostra a Ilustração 04.

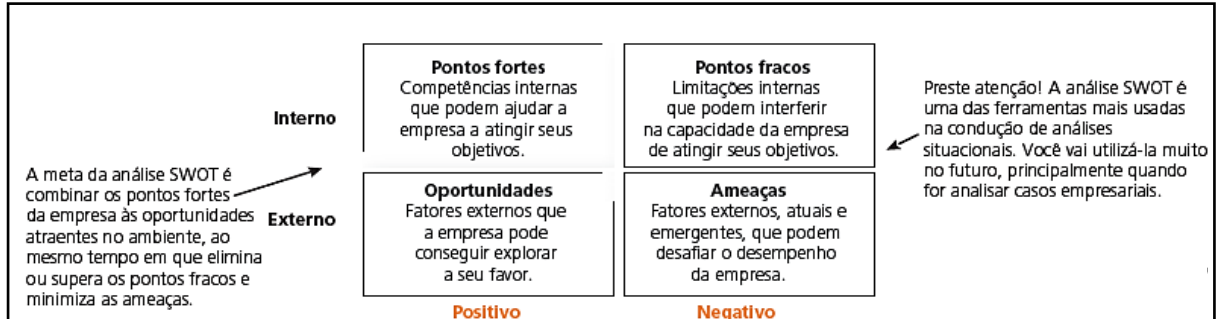


Ilustração 4 - Análise SWOT: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Fonte: Kotler e Armstrong (2015, p. 60).

Na sequência, tem-se o retrato da análise feita sobre a empresa em estudo. A Ilustração 05 refere-se os fatores internos, relatando os pontos fortes sobre o que empresa faz de melhor e o que a mesma pode gerir para trazer resultados e seus impactos classificados de 01 como causando pouco impacto, e 09 como o máximo de impacto ocasionado. A pesquisa foi realizada junto ao gestor, e os pontos fortes foram relatados pelo mesmo, sendo que a medida dos impactos foi classificada mediante as situações que empresa enfrenta no momento da pesquisa, com a ajuda que o gestor recebe das mentorias de diversas áreas que empresa conta.

Análise SWOT | nosso contexto interno

Ano: 2020/01

O que a nossa empresa tem de bom? O que fazemos melhor que os nossos concorrentes?

Pontos Fortes	Impacto (3, 5, 7 ou 9)
Atendimento humanizado/eficaz	5
Empresa local (Tuparendi)	9
Atendimento em áreas remotas (Na área de atuação)	7
Instalações com equipamentos de qualidade	7
Maior velocidade (Na distribuição sinal via rádio)	9

Ilustração 5 – Análise dos fatores internos.

Fonte: produção do pesquisador.

Na Ilustração 06 (continuação da Ilustração 05), pode-se observar a análise rápida do gráfico, no qual se destacam os pontos mais impactantes sendo que a empresa fica localizada na própria cidade onde atende os seus clientes. Sua qualidade na distribuição do sinal é outro fator importante, pois conseguem ofertar maior velocidade nos planos de internet.

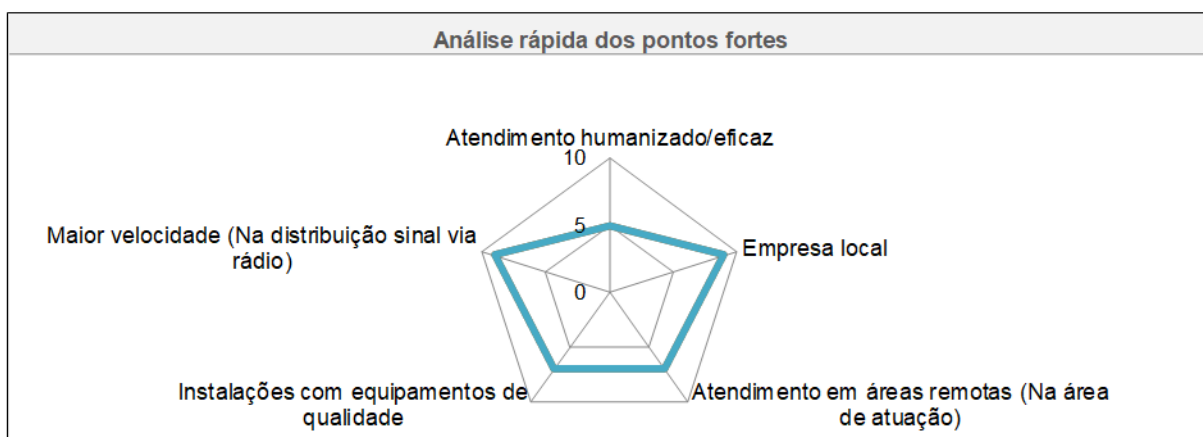


Ilustração 6 – Análise gráfica dos pontos fortes.

Fonte: produção do pesquisador.

Por conseguinte, a Ilustração 07 retrata os pontos fracos da empresa. Percebe-se que o poder de compra é o mais afetado, em seguida, nota-se que a equipe técnica reduzida dificulta ativações de internet, estando no mesmo nível também classificado com 7 na coluna impacto o capital de giro, que é fundamental para uma empresa poder expandir.

O que sabemos que não funciona e que o nosso concorrente faz ou consegue fazer melhor?

Pontos Fracos	Impacto (3, 5, 7 ou 9)
Planos de pacotes pouco competitivos	7
Poder de compra	9
Capital de giro	7
Equipe técnica pequena	7
Área de abrangência	5

Ilustração 7 - Pontos fracos da empresa.

Fonte: produção do pesquisador.

Prosseguindo na Ilustração 08, que é sequência da anterior, expõe-se a análise dos pontos fracos sendo o poder de compra o mais impactado, pois a empresa é nova no mercado, e está tomando volume aos poucos.

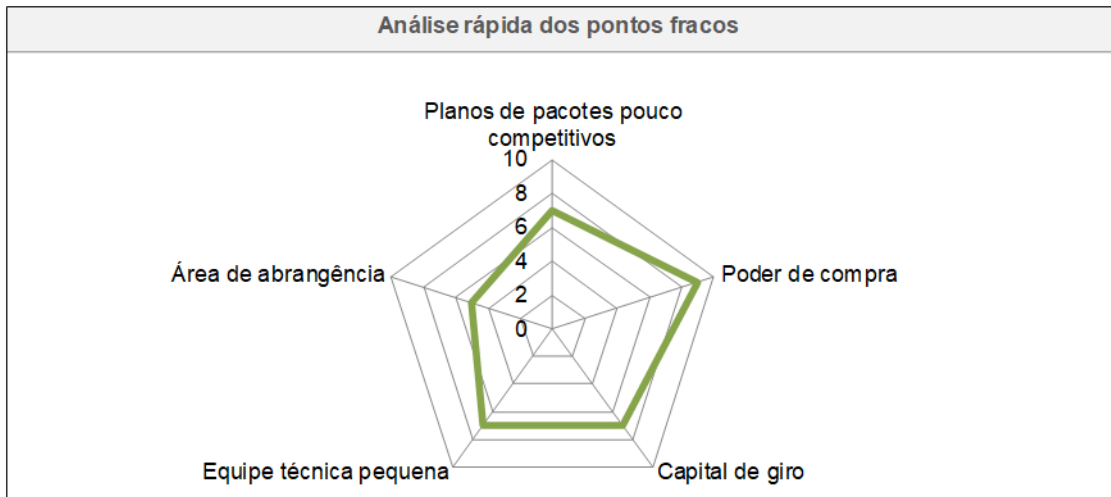


Ilustração 8 – Análise gráfica dos pontos fracos.
Fonte: produção do pesquisador.

A Ilustração 09 a seguir retrata os fatores externos, que podem ser monitorados, mas que a empresa não tem controle. Esses fatores podem auxiliar a empresa como oportunidade, por exemplo, a pandemia do Covid – 19 que fez aumentar a quantidade de pessoas que estão em suas casas, precisando do serviço de internet e um desenvolvimento previsto com a implantação de um novo distrito industrial que impulsionara a economia local.

Análise SWOT | nosso contexto Externo

Ano: 2020/01

O que está acontecendo no mercado, que você não tem controle, mas que pode beneficiar a empresa?

Oportunidades	Impacto (3, 5, 7 ou 9)
Quarentena devido a pandemia do Corona Vírus	9
Mau atendimento da concorrência	7
Cidade em crescimento	9
A necessidade das pessoas terem internet	7
Concorrentes instáveis ou falindo	3

Ilustração 9 - Fatores externos.
Fonte: produção do pesquisador.

Na próxima Ilustração (10), consta como maior impacto no mercado atual a quarentena causada pela pandemia do Covi-19 e futuro desenvolvimento local devida a abertura de um novo distrito industrial na cidade.

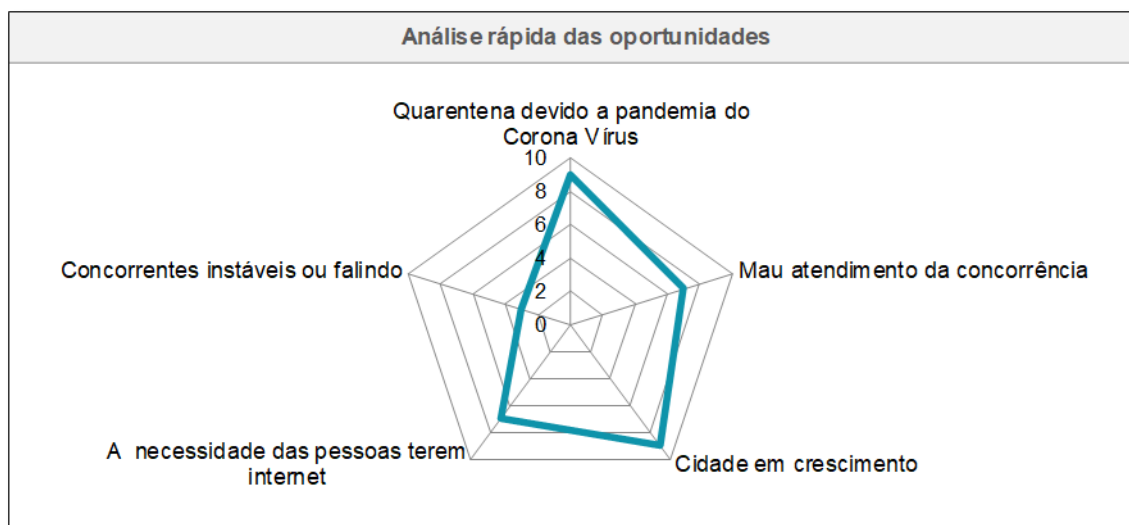


Ilustração 10 - Análise gráfica dos Fatores externos.
Fonte: produção do pesquisador.

Para concluir, na Ilustração 11 destaca-se que a concorrência utiliza fibra óptica e tem capacidade para transportar grandes quantidades de informação em alta velocidade, também contam com uma tecnologia que converte energia luminosa em energia elétrica ou sonora. Esses fatores têm escala de impacto 09, pois os clientes acreditam que ela seja melhor do que a internet via a rádio.

O que está acontecendo no mercado, que você não tem controle, mas que pode ameaçar a empresa?

Ameaças	Impacto (3, 5, 7 ou 9)
Aumento do preço do dólar	7
Possível inadimplência dos clientes	7
Alta preferência pela fibra óptica	9
Concorrentes com ofertas atrativas na cidade	7
Falta de equipamentos (China)	7

Ilustração 11 – Possíveis ameaças.

Fonte: produção do pesquisador.

E por fim, na Ilustração 12, mostra a análise gráfica das possíveis ameaças à empresa. Destaca-se a alta preferência dos clientes pela tecnologia da fibra, pois ela foi inovadora e é bem vista.

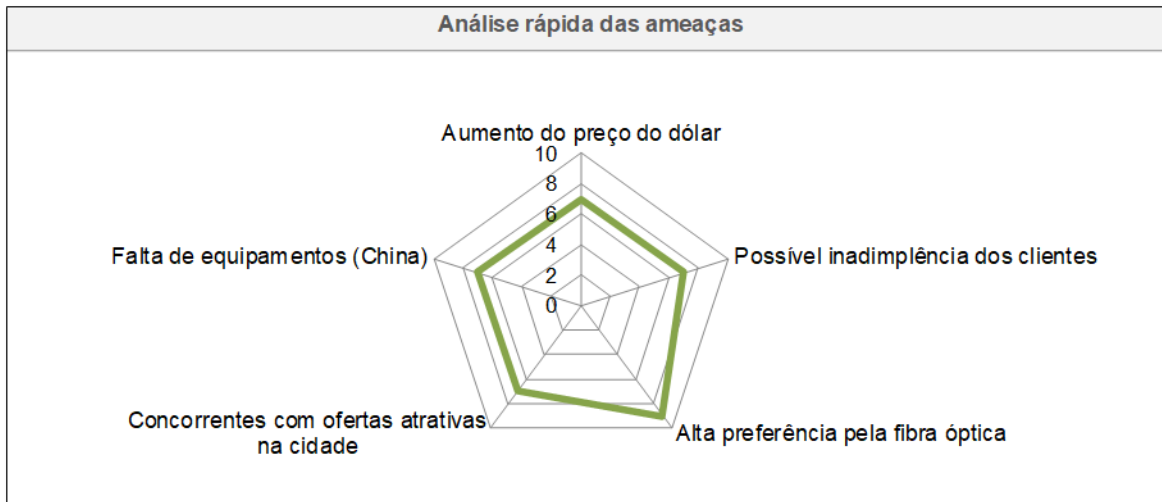


Ilustração 12 - Análise gráfica das Possíveis ameaças.
Fonte: produção do pesquisador.

Dado o exposto, a análise SWOT foi de suma importância, pois além de trazer conhecimento da real situação da empresa no momento da pesquisa também serviu para analisar os pontos de melhoria, pontos fracos, ameaças e oportunidades da empresa. Sendo possível ainda configurar resoluções, após implementar ações e atingir resultados almejados.

3.3 SUGESTÕES DE MELHORIA

Com base nas informações obtidas no questionário e por meio da análise da matriz SWOT, buscou-se combinar forças e oportunidades, projetando cuidadosamente uma série de métodos para transformar fraquezas e ameaças em oportunidades, implementando atitudes que podem ter uma vantagem competitiva.

Cobra (2009, p. 47) explica que “as ações estratégicas de marketing devem ser formuladas com o objetivo de maximizar os recursos alocados de maneira a gerar lucro. Nenhuma ação estratégica deve estar desvinculada do objetivo de lucro”.

3.3.1. Converter: fraquezas em forças

Os autores Kotler e Keller (2012) ressaltam que uma empresa não precisa corrigir todas suas fraquezas, e nem se vangloriar das suas forças. A questão em análise é se o negócio deve se limitar às oportunidades que dispões de recursos necessários ou se deve analisar aquelas para as quais é necessário aperfeiçoar novas forças.

- a) Planos de internet pouco competitivos; A partir dos planos existentes foram criados planos maiores, instalação gratuita, será aumentado a banda dos planos rurais em breve e ainda serão criadas promoções para datas especiais;
- b) Poder de compra; Sobre o poder de compra foi criado um projeto para buscar crédito junto ao banco, o mesmo foi concedido pelo Banco BNDES. A partir disso, todos os suprimentos estão sendo adquiridos em volumes maiores, tendo assim retornos financeiros sobre as novas compras;
- c) Capital de giro; Realizado o empréstimo junto ao banco, está sendo destinada parte do valor para fluxo de caixa;
- d) Equipe técnica limitada; Desenvolveu-se uma reestruturação, atualmente a empresa conta com duas equipes para dirigir-se aos chamados técnicos, manutenções e instalações. Estas equipes são geridas pelo sócio administrador responsável pelo gerenciamento de redes.
- e) Área de abrangência; Foram instauradas três torres novas nas imediações da empresa, bem como uma torre em breve será instalada na cidade. Aconteceram novas parcerias comerciais possibilitando torres para abrangência do sinal que a empresa disponibiliza.

3.3.2. Converter ameaças em oportunidades

Segundo Paixão (2012) é atitude de uma empresa de sucesso reconhecer que o ambiente está oferecendo novas oportunidades e ameaças de forma constante e é preciso compreender a importância de monitorar e se adaptar ao ambiente. O autor ainda explica que a empresa precisa

[...] procurar elementos para que comece o processo de formulação da estratégia. Essas informações são reveladas em **ameaças** e **oportunidades** que o ambiente externo pode proporcionar e de **pontos fortes** e **fracos** que o ambiente interno que possam evitar a empresa de aproveitar uma oportunidade ou evitar uma ameaça. (PAIXÃO, 2012, p. 33)

a) Aumento da cotação do dólar

Este problema foge do controle, porém algumas ações estão sendo tomadas:

1. Compra de equipamentos usados, que são possíveis encontrar com 80% a menos do que custa um novo;
2. Estão sendo adquiridos equipamentos mais simples e módicos durante esta fase, que não interferem na qualidade de sinal, apenas na redução da vida útil não permitindo aumentar os planos de pacotes de internet futuros, mas a substituição destes equipamentos provisórios para novos que permitem planos maiores caso seja necessário.

b) Possível inadimplência dos clientes

1. De momento transcorreu a implementação de um sistema de cobranças geradas via boleto bancário e corte de serviços gerados automaticamente conectados com o financeiro da empresa tendo em vista a inadimplência. Atualmente a taxa de descumprimento das obrigações dos clientes vem reduzindo significativamente mês a mês;
2. Estão em processo de execução outras duas opções de pagamentos automatizadas que reduzirão o incumprimento: o crédito recorrente para cartões de crédito e o débito em conta corrente.

c) Alta preferência pela fibra óptica

1. Houve a formulação de novos planos maiores para a área urbana que comportam e pleiteiam com a fibra óptica;
2. Instalação gratuita na cidade;
3. Será realizada a divulgação em massa das ações citadas anteriormente;
4. Existirá um projeto de fibra óptica para analisar a possibilidade em ofertar planos de fibra em breve.

d) Concorrentes com ofertas atrativas na cidade

1. Realizaram-se planos de maior velocidade;
2. Instalação gratuita implementada;
3. Será realizada divulgação em volume;
4. Ocorrerá ofertas promocionais.

e) Falta de equipamentos China

1. Adquirem-se equipamentos usados no Brasil;
2. Constatou-se que a produção e entrega dos equipamentos não foi afetada, apenas os valores aumentaram.

Mediante estes dados, pode-se verificar que a empresa tem percebido as mudanças que vêm ocorrendo em contexto global, e tem em vista as melhorias a serem instauradas e por sequência os possíveis resultados positivos.

CONCLUSÃO

A demanda por internet vem aumentando exponencialmente nos últimos anos. Primeiramente poucos locais tinham acesso, entretanto essa tecnologia expandiu-se para demais regiões, e hoje vem se alargando para as áreas rurais. Atualmente, o grande desafio das empresas provedoras de internet é levar internet de qualidade para seus clientes que residem nas áreas rurais. Em

vista disso a empresa em estudo conta com suporte técnico local, está alinhada com as normas da Anatel, passa garantia de internet de, em média, 80 % da velocidade contratada, além de possuir um sistema de internet estável diante qualquer condição climática, e efetua manutenções na rede constante.

Na realidade atual, observa-se que as organizações estão cada vez mais competitivas e com isso propõem-se a realizar ações que garantem a constante satisfação e fidelização da clientela que já possuem. Neste contexto, através desta pesquisa foi plausível sugerir ações de marketing para a empresa de provedor de internet, atuante no setor de serviços de ativação de internet, na qual o principal objetivo foi informar-se dos processos atuais e ações de marketing que a mesma vem utilizando junto a gestão da organização.

Pretendia-se também desenvolver um questionário com alguns clientes da empresa para entender como eles veem a empresa, e como chegaram até ela, mas este não foi possível desenvolver, conforme planejado em primeiro momento, devido à pandemia do Covid-19 ou Corona Vírus. Dessa forma foi preciso, alterar parte dos objetivos específicos do trabalho, visando à adequação ao momento da quarentena.

Procurou-se também alcançar o segundo objetivo que era identificar as atividades de marketing que poderiam contribuir para a satisfação dos clientes, o qual foi alcançado por meio da elaboração da matriz SWOT. Aliás, o foco do objetivo era sugerir ações que colaborassem para o alcance do sucesso no mercado em que atua a empresa, o qual foi obtido por meio do diagnóstico dos aspectos identificados na matriz SWOT, para desenvolver vantagens competitivas.

O problema desta pesquisa tinha o propósito de identificar: qual a melhor ferramenta para aplicação de marketing em uma empresa e, qual o impacto destas estratégias. Para responder a este problema usou-se a análise da ferramenta matriz SWOT e também as vantagens competitivas sugeridas.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Atualmente, a empresa está adotando estratégias de alinhar os processos internos reduzindo custos, somando a produtividade para absorver mais ativações conforme a demanda e reformas prediais. Inclusive, estão sendo criados indicadores para cada setor como análise financeira, fluxo de processos, planos de marketing, e ampliação de infraestrutura de rede. A ciência do mercado em que está implantado é de suma importância para o sucesso da empresa, isso abrange os concorrentes e os prováveis clientes, para ter ações eficientes e eficazes.

A pesquisa desenvolvida teve como pretensão o conhecimento sobre os temas envolvidos, desta maneira sugere-se que os próximos estudos de exploração sobre a área explorem mais informações sobre o mercado de provedores de internet. Bem como, podendo incluir na pesquisa a concorrência e os clientes atuais, além do mercado alvo, visando ampliar de forma produtiva e satisfatória o atual mercado, contribuindo para o êxito da empresa.

REFERÊNCIAS

BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Como Elaborar o Plano de Negócios**: mais curso on-line. 1. ed. São Paulo: Manole, 2013.

BORBA, Valdir Ribeiro. **Marketing de Relacionamento para as Organizações de Saúde**. 1. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

CAMPOMAR, Marcos Cortez; IKEDA, Ana Akemi. **O Planejamento de Marketing e a Confecção de Planos**: dos conceitos a um novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade; tradução Maria Luiza de A. Borges; revisão Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHURCHILL JR., Gilbert A.; BROWN, Tom J.; SUTER, Tracy A. **Pesquisa Básica de Marketing**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COBRA, Marcos; RIBEIRO, Áurea. **Marketing: Magia e Sedução**. 2. ed. São Paulo: Cobra, 2000.

COBRA, Marcos; URDAN, André Torres. **Marketing Básico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DAFT, R. L. **Administração**. Revisão técnica Veronica Favato Brugugnoli. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

DIAS, Sergio Roberto. **Gestão de Marketing**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUTRELL, Charles M. **Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORDON, Ian. **Marketing de Relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre**. São Paulo: Futura, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

KOTLER, P., KARTAJAYA, H., SETIAWAN, I. **Marketing 4.0 – do Tradicional ao Digital**, Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2017.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. Tradução de Sabrina Cairo. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. Tradução de Sônia Midori Yamamoto; revisão técnica Edson Crescitelli. 14. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing e suas Aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

_____. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009

_____. **Plano de Marketing para Micro e Pequena Empresa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINTZBERG, Henry. **O Processo da Estratégia**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MONTEIRO, Plínio Rafael Reis. **Gestão de Marketing**. Belo Horizonte: SEBRAE Minas, 2017.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

OLIVEIRA, Djalma De Pinho Rebouças de. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. / São Paulo: Atlas, 2014a.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva**: como estabelecer, implementar e avaliar. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014b.

PAIXÃO, Márcia Valéria. **Administração Estratégica**. Catalogação na fonte pela Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Paraná, 2012.

PETIT, Ariana Lais dos Santos. **Marketing Digital**. TECNOCORP - Tecnologia. e-book, 2018. Disponível em: <www.tecnocorp.com.br>. Acesso em: 23 maio 2020.

QUINTINO, Thiago. **Marketing de Relacionamento e Programas de Fidelização**. Senac, 2016.

TORRES, Claudio. **A Bíblia do Marketing Digital**: Tudo que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec editora, 2009.

VAZ, Conrado Adolpho. **Google Marketing**: O Guia Definitivo de Marketing Digital. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2008.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do Trabalho Científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de Marketing e Comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZENONE, Luiz Claudio. **Fundamentos de Marketing de Relacionamento**: fidelização de clientes e pós-venda. 2. ed – São Paulo, 2017.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA PEQUENA EMPRESA DO RAMO DE INFORMÁTICA

Douglas Melchior¹
Henrique Mateus Kohhann²
Cristiane Melchior³
Ana Claudia Stalter⁴

RESUMO

Diante das instabilidades que o mercado apresenta, o plano de negócios é fundamental para a administração de qualquer organização, pois auxilia diretamente no processo de tomada de decisão. O objetivo deste estudo é propor um plano de negócios para uma empresa do ramo de informática. Essa pesquisa se caracteriza como aplicada, qualitativa, descritiva, exploratória e estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista ao proprietário, observações e visitas à empresa. Dentre os resultados, destaca-se a elaboração do plano de negócio, com a definição de missão, visão, valores, oportunidades, ameaças, forças, fraquezas além da classificação dos produtos da empresa conforme a matriz de participação e crescimento no mercado. Constatou-se que o plano de negócio é essencial para o planejamento estratégico e para o aumento das receitas da organização.

Palavras-chave: Plano de Negócio – Pequenas Empresas – Planejamento Empresarial – Expansão de Mercado.

INTRODUÇÃO

A alta demanda do mercado impulsiona o surgimento incessante de novos produtos e organizações, e para que a administração seja promissora é essencial à adequação às mudanças do mercado. Nesse contexto, pequenas e médias empresas representam papel fundamental na economia de diversos países, com um número crescente de instituições desse porte, a cada ano

¹ SETREM, Três de Maio, RS, Brasil – Graduação incompleta – e-mail: dodo_melchior@hotmail.com

² SETREM, Três de Maio, RS, Brasil – Graduação incompleta – e-mail: henriquemateuskohhann@gmail.com

³ PUC, Porto Alegre, RS, Brasil – Mestra – e-mail: crmelchior@gmail.com

⁴ FEMA, Santa Rosa, RS, Brasil – Graduada em Administração – Administradora – E-mail: anastalter10@icloud.com

(KARADAG, 2015). Este fator recebeu influência direta das ferramentas administrativas que se destacaram na gestão empresarial (PEREIRA e REIS NETO, 2014).

Dentre as ferramentas de gestão mais eficazes, destacam-se o plano de negócios e a matriz de análise de portfólio de produtos ou matriz BCG (*Boston Consulting Group*) (MCDOWELL, HARRIS e GEHO, 2016). O plano de negócios tem o papel de instrumentalizar o gestor da empresa, por meio do desenvolvimento e formalização dos planos, metas e objetivos empresariais (SCHMIDT e BOHNENBERGER, 2009). Enquanto que a matriz BCG, analisa o ciclo de vida de um produto, realiza o planejamento da marca, mede o crescimento da organização e sua participação de mercado, fatores decisivos para o desenvolvimento de um plano estratégico (PAPKE-SHIELDS e BOYER-WRIGHT, 2017).

Este estudo tem como objetivo propor um plano de negócios para uma instituição de pequeno porte do segmento de venda e assistência técnica de produtos de informática. A elaboração do plano de negócio foi baseada em informações coletadas a partir da realização de entrevista com o proprietário e gestor da empresa, além de observações do ambiente organizacional.

Ao final do estudo foi elaborada uma proposta de plano de negócios que auxilia a empresa a destacar-se no mercado por meio do foco nas operações e a definição da missão, visão, valores, oportunidades e ameaças, forças e fraquezas, além da classificação dos produtos utilizando a matriz BCG, além do desenvolvimento de objetivos, metas e estratégias que a instituição poderá adotar para expandir seus negócios.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A globalização impulsiona o surgimento de novas empresas e aumenta ainda mais a competitividade do mercado. Independente do porte da empresa as organizações têm o objetivo de fornecer produtos e serviços para atender as necessidades do mercado consumidor e obter lucro (MUSSETTI e ESCRIVÃO FILHO, 2016). Para que isso seja possível, o empreendedor precisa de recursos, de um sistema de operações devidamente organizado, além do compromisso com a satisfação do cliente, tendo como meta diária monitorar informações e realizar previsões estratégicas frente ao mercado (MAXIMIANO, 2012; PAPKE-SHIELDS e BOYER-WRIGHT, 2017).

Existem padrões que definem as empresas de acordo com as suas dimensões, são eles: número de efetivos, o volume de negócios anual e o balanço anual. É por meio da comparação destes limites que se define a dimensão da empresa (CRESPO e SANTOS, 2015; BOMFIM e TORKOMIAN, 2017).

As Micro e Pequenas Empresas (MEI) são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no país, por isso a sobrevivência desses empreendimentos é indispensável para a economia. Os dois primeiros anos do empreendimento são os mais difíceis para a manutenção das empresas, por isso é importante a busca por apoio e planejamento (SEBRAE, 2011; CRNKOVIC e MORETTI, 2012). No entanto, o espaço das micro e pequenas empresas é muito amplo no Brasil, a ponto de corresponder a uma parcela significativa na economia do país. Desse modo, o papel do empreendedor deve concentrar-se entre o planejamento e a visão do futuro de mercado, e esse o principal ponto de um plano de negócios bem estruturado (BOMFIM e TORKOMIAN, 2017).

Churchill Jr. e Peter (2000) explicam que as estratégias de crescimento utilizadas nas empresas para atingir metas de aumento nas vendas e lucros mostram que a empresa pode crescer vendendo para novos clientes, vendendo

mais para seus clientes atuais, vendendo novos produtos ou ainda vendendo uma quantidade maior de produtos atuais, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Estratégias de crescimento: matriz produto/mercado

Produtos /Mercados	Produtos atuais	Produtos novos
Clientes atuais	Penetração no mercado	Desenvolvimento do produto
Clientes novos	Desenvolvimento no mercado	Diversificação

Fonte: Churchill; Peter (2000).

Para que as empresas alcancem a longevidade é necessário utilizar estratégias empresariais minuciosamente planejadas, visto que a estratégia direciona as ações da empresa e, na maioria dos casos o administrador é o executivo responsável pela gestão estratégica (PAPKE-SHIELDS e BOYER-WRIGHT, 2017). Considerando a crescente competitividade, as empresas que utilizam as estratégias empresariais para o seu desenvolvimento no mercado estão à frente dos seus concorrentes, principalmente devido ao fato de que estas se mantêm atualizadas, com portfólios diversificados para melhor atender seus clientes (PRASAD, KHANDUJA e SHARMA, 2018).

1.2 MATRIZ DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

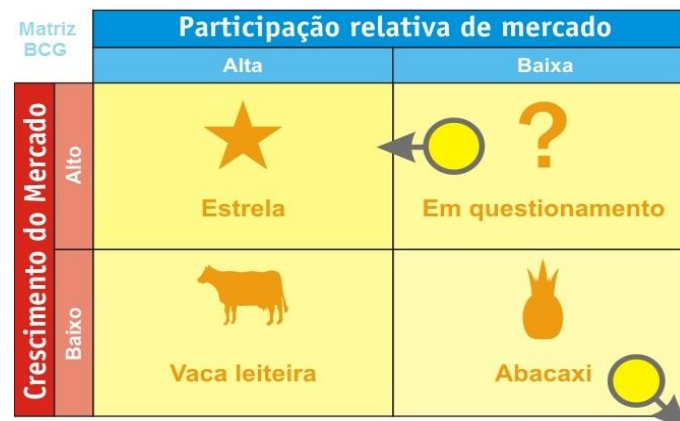
A matriz BCG, também chamada de matriz de participação e crescimento no mercado, foi desenvolvida pela empresa *Boston Consulting Group*, ela mede a participação com o crescimento de mercado da empresa (MAXIMIANO, 2012).

É função dos gestores que utilizam a matriz BCG, realizar o processo de classificação das unidades estratégicas, produto ou marca da empresa. Esse passo envolve subjetividade, persistência e planejamento do empreendedor,

pois precisa ser definido a partir de estatísticas, históricos de crescimento, participação de mercado, entre outros (SCHMIDT e BOHNENBERGER, 2009; CHURCHILL JR e PETER, 2000). Porter (2004) explica que a matriz BCG está classificada conforme sua participação relativa de mercado e o crescimento do mercado, de acordo com a

Figura 13.

Figura 13 - Matriz BCG – Participação e crescimento do mercado



Fonte: Porter (2004, p. 376).

Os produtos identificados como “vaca leiteira” são aqueles responsáveis por gerar caixa contínuo para a empresa, baixo custo gerando um ótimo caixa. Os produtos ponto de interrogação, “em questionamento” são os que geram, inicialmente, pouco recurso, possuem uma perspectiva de crescimento, considerada uma decisão de risco. Enquanto que produtos “abacaxis” geram pouco recurso, não geram crescimento de mercado, e a melhor opção seria acabar com as vendas. Por outro lado, os produtos “estrela” que são altamente atrativos, geram recursos significativos e exigem alto investimento com perspectiva de gerar caixa com vida longa (PORTER, 2004; CHURCHILL JR e PETER, 2000).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Após a classificação os gestores têm por função selecionar um objetivo para cada categoria (DOLABELA, 2012). Para transformar um produto ponto de interrogação em um “produto estrela”, os gestores precisam aumentar a participação de mercado deste item por meio de estratégias como propaganda, maior disponibilidade de produtos e preços atrativos, obtendo-se assim um ganho reduzido a curto prazo (PORTER, 2004). O planejamento estratégico em casos de alocação dos produtos no mercado é, sem dúvida, um fator decisivo para as pequenas organizações (MCDOWELL, HARRIS e GEHO, 2016; BUTTNER e MORANO, 2013).

Portanto, essa matriz se torna essencial pois auxilia os gestores no planejamento do fluxo de caixa, no monitoramento do ambiente competitivo, no planejamento da receita e das metas e objetivos de vendas, identificando qual produto é o mais rentável, e em quanto tempo esse produto será vendido, auxiliando assim a gestão estratégica organizacional (MUSSETTI e ESCRIVÃO FILHO, 2016) (PAPKE-SHIELDS e BOYER-WRIGHT, 2017).

1.3 PLANO DE NEGÓCIO

O plano de negócios exige clareza quanto ao que vai ser avaliado, cuidados com a fundamentação e a qualidade das premissas que venham a ser assumidas, além do planejamento voltado para diferentes cenários (SCHMIDT e BOHNENBERGER, 2009). É necessário planejamento para alcançar o objetivo. Esse planejamento é predeterminado por ações em um determinado período de tempo proporcionando respostas para as questões: o quê?, quando?, como?, onde? e por quem? (DORNELAS, SPINELLI e ADAMS JR, 2014; WOŹNIAK e FILL, 2018). O foco desse processo está voltado para a implementação de objetivos organizacionais específicos (DIBRELL, CRAIG e NEUBAUM, 2013).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O plano de negócio descreve a ideia de um novo empreendimento e projeta os aspectos mercadológicos (quem são os concorrentes e qual o diferencial da minha instituição?) operacionais (quem somos, o que venderemos e a quem? E ainda como vamos gerenciar, há *background*?) e financeiros (quanto será necessário? em quais condições? qual retorno?) do negócio (PORTO, 2013).

Elaborado tal plano, as empresas devem gerenciar suas decisões estratégicas continuamente, principalmente, no caso de pequenas e médias empresas, em que os processos de negócios apresentam maior fragilidade (MCDOWELL, HARRIS e GEHO, 2016; AMIRUL, BAHARUM e SHALI, 2018). Assim, entende-se que, a atividade empreendedora sempre é um risco, mas empreender sem planejamento algum é um risco que pode ser evitado (DOLABELA, 2012; WOŹNIAK e FILL, 2018).

2 MATERIAS E MÉTODOS

O estudo classifica-se como teórico empírico ou pesquisa aplicada. A forma de abordagem ao problema é qualitativa, onde foi elaborado um estudo de caso em uma empresa do setor de informática. Quanto aos objetivos propostos, aplicou-se uma pesquisa descritiva e exploratória.

Para a coleta de dados foram utilizados dois tipos de fontes: primárias e secundárias, consolidadas por meio da realização de entrevista (com duração de aproximadamente 120 minutos) com o gestor da empresa, observação do ambiente organizacional e dos métodos e processos rotineiros, realizou-se ainda a análise de documentos da empresa, além do apoio bibliográfico.

A empresa que sediou o presente estudo foi fundada em 2004 pelo atual proprietário, em uma cidade com aproximadamente 70 mil habitantes. Essa instituição atua há 17 anos no segmento de vendas e assistência técnica de produtos de informática. Seu público alvo é o atendimento de pessoas físicas.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A proposta da empresa é trabalhar com várias opções de marcas tendo disponibilidade em estoque. Os técnicos e vendedores recebem cursos promovidos pelos fabricantes, o que garante um alto conhecimento e um padrão de qualidade superior.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente investigou-se o nível de escolaridade do empreendedor, que não possui formação superior, mas possui diversos cursos de especialização na área de informática, além disso, possui mais de 25 anos de experiência no ramo, tendo como seu maior professor à internet, buscando atualizar-se constantemente. Atua como sócio proprietário e divide suas tarefas cotidianas entre atendimento no balcão, relacionamento com clientes e orientação técnica aos funcionários, além disso, a tomada de decisão é em conjunto com sua esposa, também proprietária.

Quanto a missão, visão e valores, o gestor afirma que sua missão é a satisfação dos clientes, um serviço bem realizado, com garantia e assistência técnica. A visão é ser referência em venda e assistência técnica na região em que atua no estado do Rio Grande do Sul. Os valores são honestidade e compromisso com o cliente. Quando questionado sobre a participação dos colaboradores no planejamento e na elaboração de metas, o gestor afirmou que eles participam das reuniões mensais onde são expostos os planos a serem seguidos. Os planos e metas são elaborados pelos proprietários e os colaboradores podem sugerir formas de concretizá-los.

Em relação às vendas, o gestor entende que os recursos necessários para o aumento de vendas são a disponibilidade de produtos em estoque, pessoas qualificadas para atender e investimento financeiro, pois manter estoque gera custo e requer uma estrutura física compatível.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para conhecer a realidade institucional, questionou-se o gestor quanto à existência de um sistema de gestão empresarial e controle financeiro, o que foi negado e descartada a necessidade, sob a justificativa de que devido ao pequeno porte da empresa as decisões estão centralizadas. Quanto ao planejamento organizacional, o gestor relata que investe apenas no planejamento das vendas, participa de feiras para auxiliar no marketing, planeja ofertas e promoções, bem como condições especiais de pagamento em determinados períodos do ano.

O proprietário considera o ramo de negócio promissor, com tendência de crescimento pois atualmente um aparelho com acesso à internet é indispensável devido à facilidade de comunicação, sendo considerado uma necessidade básica para muitas pessoas. Como tal, é um bem que fica obsoleto rapidamente, o que favorece a empresa pois a demanda pelo produto é constante. Devido a isso, o fluxo de pessoas na loja é constante e o serviço mais solicitado é a assistência técnica.

Ao ser questionado quanto a possibilidade de explorar o comércio online (*e-commerce*), o gestor acredita ser inviável, pois é um segmento concorrido, exigiria contratação de mais profissionais, além do preço desfavorável. Em relação ao plano de negócios, o proprietário argumentou que tem conhecimento da sua teoria, reconhece que sem um plano de negócios a administração tende ao fracasso, e acredita que essa ferramenta é essencial para que a instituição aumente suas receitas e se mantenha competitiva no mercado, porém ainda não buscou respaldo para sua aplicação.

Quanto às principais dificuldades enfrentadas no ambiente interno, o proprietário relata que a busca por novos conhecimentos e informações é a maior delas pois, tratando-se de tecnologia, as mudanças ocorrem a todo instante, demandando da empresa um constante aprendizado, acompanhando toda e qualquer mudança nos produtos comercializados.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A estratégia utilizada para fidelizar seus clientes é baseada no bom atendimento, na qualidade dos produtos e serviços e nas diversas condições de pagamento que oferece aos clientes, além de condições diferenciadas para clientes fidelizados. No tocante ao público consumidor, o gestor ressalta que a empresa atende principalmente jovens e adultos, mas possui vários perfis de clientes devido à grande variedade de produtos que a empresa dispõe, desde celulares, vídeo games, *notebooks*, computadores até acessórios. Porém o nicho de clientes mais lucrativos se concentra no grupo de pessoas físicas.

Em relação à concorrência, o proprietário explicou que os enxerga como incentivadores para a melhoria contínua da sua empresa em busca de propósito e diferencial. O gestor esclarece que conhece seus concorrentes, mas confia nos seus diferenciais competitivos que são: a qualidade e as condições de pagamento para se manter competitivo no mercado.

Ao final, questiona-se o proprietário sobre competitividade, e ele explica que considera sua empresa competitiva, pois outro diferencial é o trabalho com profissionais altamente qualificados. Ainda destaca alguns pontos fortes, como a qualidade em primeiro lugar, bom atendimento, comprometimento com o cliente, respeito ao prazo de entrega, além da máxima agilidade em seus serviços. Para o gestor as ações da empresa frente ao mercado em baixa é a divulgação por meio das redes sociais, rádios e *folders*, oferecendo condições de parcelamento diferenciadas, além de estratégias promocionais que contemplam *marketing* e propaganda.

Constatou-se, na entrevista, que a empresa prioriza seus clientes e busca diferentes formas de fidelização. Um ponto em destaque refere-se à dificuldade que a empresa enfrenta no ato da venda devido à indisponibilidade de alguns produtos em estoque, considerando que muitos clientes compram por impulso, e, quando precisam esperar para satisfazer esta necessidade, acabam desistindo da compra ou procurando a concorrência. Após diagnosticar a realidade da empresa propõe-se um plano de negócios.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

4 PLANO DE NEGÓCIO PROPOSTO

4.1 ESTRATÉGIAS DA EMPRESA

As principais estratégias da empresa estão relacionadas às oportunidades encontradas no ambiente externo, assim o principal objetivo é tornar-se competitiva no mercado, abrangendo uma gama maior de clientes e destacando-se na região em que atua. A empresa pode utilizar estratégias de desenvolvimento de mercado, explorando as vendas de produtos já consolidados no mercado para novos nichos de clientes, como o público que procura adquirir consoles de videogame e jogos eletrônicos.

4.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A empresa não possui uma missão formalizada, portanto recomenda-se adotar a seguinte missão: “Trabalhar com padrões de excelência na venda, no serviço e suporte aos clientes, fornecendo soluções em informática de forma eficiente e inovadora”. Quanto à visão, recomenda-se adotar: “Tornar-se referência em vendas e assistência técnica na área de informática e tecnologia na região de atuação no Estado do Rio Grande do Sul, viabilizando a melhor solução para os clientes, com qualidade e inovação até 2025”. Para os valores recomenda-se que a instituição adote: I) honestidade e comprometimento com clientes e fornecedores; II) qualidade e agilidade na venda e na prestação de serviços; III sustentabilidade e IV respeito com os funcionários.

4.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

A principal oportunidade que a empresa visualiza no mercado é a venda de produtos com alto padrão de qualidade. Os produtos oferecidos ao mercado

apresentam uma renovação constante que acompanha a evolução tecnológica, devido a isso os produtos eletrônicos em geral possuem um ciclo de vida médio de aproximadamente quatro anos, após este período o bem é considerado obsoleto e a troca será iminente. Outra oportunidade de mercado é a seção de jogos eletrônicos, composta por produtos como consoles de videogame, *notebooks* com placa de vídeo dedicada e computadores montados exclusivamente para jogos. Também é considerada uma oportunidade o atendimento às pessoas jurídicas, buscando parcerias com grandes empresas, escolas, prefeituras e outros órgãos públicos por meio da participação em licitações.

Enquanto que a principal ameaça encontrada é a concorrência desleal ou o mercado “informal” que comercializa produtos com valor inferior ao de mercado com baixa margem de lucro, sem garantia e assistência técnica. Outra ameaça encontrada é o treinamento insuficiente dos vendedores e técnicos devido á evolução constante das tecnologias, surgimento de novos produtos, ferramentas e sistemas, com o fluxo constante de clientes na loja nem sempre há disponibilidade para o treinamento quando os produtos são lançados.

O Quadro 2 apresenta as principais ameaças e oportunidades encontradas na empresa.

Quadro 2 - Ameaças e oportunidades

Ambiente Externo	
Ameaças	Oportunidades
Surgimento de novos concorrentes	Crescimento de mercado (<i>games</i>)
Atuais concorrentes e pessoas informais	Parceria com grandes empresas
Surgimento de novos produtos no mercado	Foco no atendimento de pessoas jurídicas

Fonte: elaborado pelos autores.

4.4 FORÇAS E FRAQUEZAS

Devido ao foco da empresa na satisfação de seus clientes, o principal ponto forte identificado é o capital humano, pois dispõe de profissionais com qualidade técnica para desempenhar as diversas funções, sendo que os vendedores também realizam o processo de pós-venda, mantendo contato constante com os clientes, além de apresentar ao cliente diversas formas de pagamento. Enquanto que as fraquezas encontradas na organização são: o preço alto, indisponibilidade de todos os produtos a pronta entrega; não dispor de uma sala especializada para simulação dos jogos e equipamentos eletrônicos, fator decisivo para o aumento das vendas. Deste modo, o Quadro 3 apresenta os pontos fortes e fracos da empresa.

Quadro 3 - Classificação das forças e fraquezas

Ambiente Interno	
Forças	Fraquezas
Produtos e serviços de qualidade	Alto preço, poucos produtos em estoque e ausência da sala de simulação
Excelente atendimento	Ausência de planejamento
Diferentes condições de pagamento	Baixo investimento financeiro

Fonte: elaborado pelos autores.

4.5 OBJETIVOS E METAS DA ORGANIZAÇÃO

O gestor traçou metas e objetivos futuros para sua empresa que consistem em aumentar as vendas em 20%, e se tornar referência na região em que atua em até cinco anos, priorizando constantemente a qualidade e o bom atendimento. Para que isso seja possível, a instituição participa de feiras



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

em cidades com potencial para receber uma filial, divulgando a organização, comercializando produtos da loja e estabelecendo contato com os clientes. Também há interesse na participação de licitações.

4.6 PRODUTOS E SERVIÇOS

A empresa vende equipamentos de informática, acessórios e periféricos como: celulares, computadores, *notebooks*, *nobreaks*, estabilizadores, entre outros, disponibilizando a prestação de serviços de informática, manutenção e configuração de sistemas e ferramentas computacionais. O carro chefe da empresa é a venda de celulares, *notebooks*, microcomputadores, impressoras e acessórios.

Nesse sentido, a instituição classifica os seus produtos de acordo com a matriz de crescimento e participação no mercado. Os produtos responsáveis por gerar caixa, identificados como “vaca leiteira” são os acessórios como *pen drive*, *mouses*, limpa telas, teclados e maletas, enquanto que os “produtos abacaxis” são os acessórios de energia como estabilizadores e *nobreaks*, devido ao longo período que permanecem em estoque. Os produtos identificados como “estrela” são os produtos da marca Apple (como o iPhone) e os consoles de videogames (como *Xbox* e *Playstation*). Por final, identificam-se os produtos “ponto de interrogação” como os aparelhos celulares de marcas como: Samsung, LG e Motorola.

Assim, pode-se observar na [Figura 14](#) como os produtos da empresa estudada são classificados, de acordo com a matriz BCG.

Figura 14 - Classificação dos produtos conforme matriz BCG

		Participação relativa de mercado	
		Alta	Baixa
Crescimento do Mercado	Alto	 Videogames e iPhone Estrela	 Ceulares LG, Samsung e Motorola Em questionamento
	Baixo	 Pen drives, mouses, teclados, limpa telas e maletas Vaca leiteira	 Estabilizadores e nobreaks Abacaxi

Fonte: elaborado pelos autores.

Desse modo, constatou-se que a empresa que sediou o presente estudo conhece seus produtos e a rotatividade de cada um, procura adaptar-se às condições do mercado e oferecer novidades e lançamentos aos seus clientes, além de manter a preocupação constante quanto à inovação dos seus processos de negócio em busca de destaque frente aos concorrentes.

5 PLANO OPERACIONAL

As principais ações para aumentar o número de vendas são a divulgação da empresa e a busca por novos clientes potenciais, investindo no mercado de jogos eletrônicos devido à crescente demanda para atender ao público jovem. A busca por clientes potenciais é constante, o cliente que demonstra interesse de compra entra no estabelecimento e em uma conversa informal a empresa procura obter seu contato e assim estabelecer um vínculo. Uma iniciativa adotada pela empresa para que o cliente retorne na loja após a primeira compra é a distribuição de um cartão fidelidade que oferece uma bonificação ao cliente.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

5.1 PLANO DE RECURSOS HUMANOS E PLANO FINANCEIRO

A empresa tem seu quadro de funcionários completo, treinado e preparado para o aumento das vendas, entretanto como se trata de tecnologia a busca por conhecimento é constante e os funcionários precisam se adaptar ao mercado. No entanto, um plano de recursos humanos é fator estratégico pois permite maior engajamento com as metas, treinamentos, incentivo à permanência e crescimento na empresa, fatores que proporcionam um diferencial competitivo para a instituição.

A viabilidade econômica do negócio já está comprovada por se tratar de uma empresa que está no mercado há mais de 17 anos. No entanto podem-se apontar investimentos voltados ao desenvolvimento de uma sala de jogos, com orçamento em torno de R\$18.000,00, assim os clientes têm a possibilidade de testar os consoles e jogos gratuitamente antes de concretizar a compra. Outro investimento recomendado é dispor de uma grande variedade de produtos a pronta entrega, oferecendo ao cliente opções de cores, configurações, modelos, funções, o que demanda um investimento de aproximadamente R\$ 50.000,00. Essas ações irão proporcionar um aumento significativo nas receitas da instituição.

5.2 ANÁLISE DE MERCADO E ESTRATÉGIA DE MARKETING

O segmento de informática é um setor crescente que se mostra aquecido frente às instabilidades do mercado pois se tornou uma necessidade nos processos pessoais e empresariais. Para garantir o crescimento das vendas, a empresa procura manter a qualidade nos produtos e serviços prestados, oferecendo os últimos lançamentos aos clientes. Além de expandir seu mercado e aumentar as vendas, a instituição pode se basear na matriz BCG, e na análise constante das forças e fraquezas, oportunidades e

ameaças, para tornar-se uma das empresas mais bem-conceituadas da região. Porém, é preciso minimizar o efeito das ameaças, para isso, remenda-se a diferenciação, trabalhar com mais opções de marcas e modelos à pronta entrega.

Quanto à estratégia de marketing, a empresa precisa observar os 4Ps (produto, praça, preço e promoção), definindo o produto a ser vendido, a cidade a ser abordada, o preço e as condições de pagamento, as promoções a serem implementadas, bem como a participação em feiras em pontos estratégicos do estado. O aumento das vendas deve ocorrer por meio da priorização do seu nicho de mercado: os jogos eletrônicos. Para isso, a instituição pode optar pela panfletagem em frente às escolas, divulgando a empresa para a sociedade, estabelecendo relações de confiança e incentivando o marketing boca a boca.

Outra forma de destacar a instituição é por meio de investimentos mais avançados em cursos e especializações para adaptação constante dos funcionários, esclarecendo todas as dúvidas dos clientes e indicando o produto correto para cada perfil de cliente.

CONCLUSÃO

O plano de negócios é a base para administração de uma empresa, precisa conter as principais informações da organização, serve como base para o planejamento e a concretização das metas e objetivos organizacionais. Indica de forma detalhada o caminho que o administrador deverá seguir conhecendo as forças e oportunidades, fraquezas e ameaças.

O objetivo do trabalho foi alcançado por meio da realização da entrevista com o proprietário que possui vasta experiência no ramo contribuindo para o levantamento das forças identificadas como: produtos e serviços de qualidade, excelente atendimento e diferentes condições de pagamento, enquanto que as



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

fraquezas foram: poucos produtos em estoque e ausência da sala de simulação, ausência de planejamento e baixo investimento financeiro

Também foi proposta a classificação dos produtos de acordo com a matriz BCG, além da identificação das oportunidades (exploração do mercado de jogos eletrônicos, busca por parcerias com grandes empresas e foco no atendimento de pessoas jurídicas) e ameaças (concorrência atual e futura, e surgimento de novos produtos no mercado).

Por fim, foi apresentada a proposta de um plano de negócios para a empresa que auxiliará o seu crescimento no mercado e embasará a tomada de decisão do gestor. Com o plano de negócios elaborado o empreendedor poderá empregar mais tempo no planejamento das vendas, no atendimento dos clientes e no desenvolvimento de novas estratégias.

A limitação deste estudo está voltada a escolha do gestor entrevistado, que foi realizada através de contato pessoal, este fato pode ter causado certo viés ou imprecisão nas respostas. Assim estudos futuros sugerem que a entrevista seja realizada em outras instituições pertencentes ao mesmo ramo de negócio, abrangendo assim todos os gestores das áreas comerciais, atuantes nessa área.

REFERÊNCIAS

AMIRUL, S. M.; BAHARUM, A.; SHALI, I. **Utilization of Electronic Business Plan for Small and Medium Enterprises (SMEs)**. *Advanced Science Letters*, v. 24, n. 2, p. 1432-1436, 2018.

BOMFIM, E. M. D. C.; TORKOMIAN, A. L. V. Características empreendedoras associadas ao desempenho de micro, pequenas e médias EBTs do setor de TIC em Ribeirão Preto. **Revista GEPROS: gestão da produção, operações e sistemas**, Bauru, v. 12, n. 4, p. 128-158, dez. 2017.

BUTTNER, A.; MORANO, R. S. Vantagem competitiva através do Planejamento Estratégico: avaliação de firmas brasileiras de autopeças. **Revista Gepros: gestão da produção, operações e sistemas**, Bauru, v. 8, n. 3, p. 25-37, set. 2013.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

- PAPKE-SHIELDS, K. E.; BOYER-WRIGHT, K. M. Strategic planning characteristics applied to project management. **International Journal of Project Management**, v. 35, n. 2, p. 169-179, 2017.
- PEREIRA, M. C.; REIS NETO, M. T. **A Implementação da Estratégia em Pequenas e Medias Empresas**. Desafio Online, v. 2, n. 3, p. 126-137, 2014.
- PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ORTO, G. S. **Gestão da Inovação e Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PRASAD, S.; KHANDUJA, D.; SHARMA, S. K. Integration of SWOT analysis with hybrid modified TOPSIS for the lean strategy evaluation. **Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part B: journal of engineering manufacture**, v. 232, n. 7, p. 1295-1309, 2018.
- SCHMIDT, S.; BOHNENBERGER, M. C. Perfil empreendedor e desempenho organizacional. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 450-467, ago. 2009.
- SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Unidade de Gestão Estratégica de SEBRAE Nacional. Núcleo de estudos e pesquisas. [S.l.]. 2011.
- WOŹNIAK, J.; FILL, K. **Logistic Organization of Mass Events in the Light of SWOT Analysis-Case Study**. TEM Journal, v. 7, n. 1, p. 105-111, 2018.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

EU SINTO A DOR DE TODAS ESSAS VIDAS: AUGUSTO DOS ANJOS, OS DOENTES E OS VULNERÁVEIS.

Victor Matheus Soares¹
Bianca Tams Diehl²
Mariel Haubert³

RESUMO

A delimitação temática deste estudo focaliza o conteúdo do poema Os Doentes, de Augusto dos Anjos, a fim de perceber nele aspectos relevantes a respeito de questões sociais relacionadas à categorização de grupos como minorias e vulneráveis. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará o próprio texto poético e a doutrina. Questiona-se em que medida o poema Os Doentes oferece imagens marcantes que revelam, por meio das características peculiares da literatura, observações relevantes quanto à condição social de alguns grupos vulneráveis no país. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura referente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pela importância das reflexões atinentes à correta identificação dos problemas enfrentados por determinados grupos no contexto de sua socialização e exercício pleno de seus direitos. A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo. A contribuição do trabalho é na reflexão sobre a importância da aproximação entre Direito e literatura, bem como na identificação de grupos que se encontram em situações sociais precárias. A repercussão esperada é a de que o meio universitário local tome conhecimento.

Palavras-chave: Os Doentes – Vulneráveis – Minorias.

¹Acadêmico do Curso de Direito – 8º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. victorkmiecziak@hotmail.com

²Doutora em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Mestre em Direito pela URI/SAN. Professora do Curso de Direito e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: direitofema1@gmail.com

³Doutoranda em Educação nas Ciências. Orientadora. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE. Professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. mariel@fema.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo trata do poema Os Doentes como exemplo de imagens que retratam a condição social de grupos vulneráveis no país. A delimitação temática focaliza o conteúdo do poema Os Doentes, de Augusto dos Anjos, a fim de perceber nele aspectos relevantes a respeito de questões sociais relacionadas à categorização de grupos como minorias e vulneráveis. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará do próprio texto poético e da doutrina. O problema questiona em que medida o poema Os Doentes oferece imagens marcantes que revelam, por meio das características peculiares da literatura, observações relevantes quanto à condição social de alguns grupos vulneráveis no país. A hipótese provável pressupõe que o referido poema apresenta imagens determinantes para a compreensão da formação social ocorrida no Brasil e a consequente exclusão de certos grupos que passaram a ter seus direitos ignorados.

O objetivo geral consiste em analisar o enredo da poema e compreender seu significado no que toca a apresentação de imagens e contextos da realidade de grupos personagens específicos a fim de entender em que medida o poema Os Doentes oferece imagens marcantes que revelam, por meio das características peculiares da literatura, observações relevantes quanto à condição social de alguns grupos vulneráveis no país. Os específicos são: a) Estudar a teoria e a crítica acerca da obra, buscando o seu sentido; b) Pesquisar as relações existentes entre o enredo e as realidades sociais atinentes ao tema.

A correta identificação dos grupos que se encontram marginalizados e cujos direitos não encontram concretização a partir da análise da força poética da obra em tela é fundamental para que se estabeleçam reflexões capazes de desenvolver mecanismos de defesa de direitos e inclusão social desses indivíduos. A viabilidade do estudo dá-se pela disponibilidade dos dados da



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

pesquisa, bem como pela concretude dos métodos utilizados. Além disso, é coerente pesquisar o tema na contemporaneidade, já que a exclusão social e a marginalização de determinados grupos continua a ser realidade, em maior ou menor grau, em muitas cidades do país. Por fim, espera-se que a pesquisa contribua na reflexão sobre a importância da aproximação entre Direito e literatura, bem como na identificação de grupos que se encontram em situações sociais precárias.

A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo.

Para a melhor organização do artigo apresentam-se duas seções: a primeira expõe um breve panorama da obra do autor e suas características, delineando ainda a maneira como as temáticas sociais se apresentam em sua obra e a segunda analisa em específico o poema *Os Doentes*, relacionando-o com a questão dos vulneráveis e das minorias.

1 O POETA E SEUS TEMAS

O poema *Os Doentes*, objeto específico deste artigo, foi publicado no livro *Eu* de Augusto dos Anjos em 1920, com posterior ampliação para *Eu e outras poesias* em 1928 (CAVALCANTI, 2014). Comentando o posicionamento da poesia do autor no cenário literário brasileiro, Lúcia Sá (2007) assevera que as suas características o levaram a ser admirado pela expressão genuína de sofrimento presente em sua obra, pela sua habilidade na formação do ritmo e da métrica e pela sua originalidade; mas desprezado pelo mau-gosto das imagens, pelo uso constante de uma linguagem científica e pelo formalismo convencional das estruturas, de modo que seu nome aparece relacionado ao neoparnasianismo, ao simbolismo, ou a um pré-modernismo de transição.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O que se convencionou chamar de pré-modernismo é uma espécie de divisão didática da literatura que identifica um período de transição nas primeiras duas décadas do século XX, que se caracterizaria não propriamente por um grupo de autores que escrevem sob um mesmo ideário, mas pelos vários estilos e tendências diferentes que seriam precursoras dos esforços modernistas do futuro (RUBERT, 2007). Levando em conta os aspectos que caracterizam esse período, Augusto dos Anjos talvez não fosse um pré-moderno no que se refere ao regionalismo, ao nacionalismo e à linguagem descontraída, que são elementos importantes para essa “escola”, mas com certeza o é no sentido mais literal da expressão, o de antecipar elementos modernistas e de se utilizar de expressões e formas até então inimagináveis em um texto poético.

Verifica-se, pois, que o conteúdo e a forma trabalhados pelo poeta dificultam a sua colocação em um estilo literário específico, sendo necessário entendê-lo na essência de sua singularidade. Na verdade, o esforço para compreender o sentido e abrangência de sua obra não pode percorrer apenas uma direção e nem pretender localizá-lo em um só período, já que na sua poética convivem características tão radicalmente opostas, por vezes em um mesmo poema (RUBERT, 2007).

Ferreira Gullar (2016), eminente poeta e grande admirador de Augusto dos Anjos, defende que na poesia deste estão presentes elementos precursores da estética que dominaria as produções literárias no Brasil após o movimento de 22, marco inicial do modernismo no país. Gullar também oferece interessantes explicações para a predileção de Augusto por imagens grotescas e macabras, pela presença constante de alusões à decadência e a degradação da condição humana:

[...] É como se a poesia tivesse que descer ao mais sórdido da miséria humana para, aí, iluminá-la. É assim, me parece, que se deve



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

entender a temática macabra de Augusto dos Anjos: como uma descida ao inferno, a uma dimensão terrível da existência humana que o poeta, sem poder ignorar, tenta redimir pela poesia. (GULLAR, 2016, p. 50).

Nesse sentido, a utilização desses termos pelo autor revela um intento de retratação da experiência real evitando delicadezas e primando pela elevação desses temas e passagens tidos como vulgares ao patamar de poesia por meio da força de sua palavra. (GULLAR, 2016). A presença em seus versos de termos científicos também pode ensejar incompreensões e a impressão de que se trata de uma autor por demais racionalizado e técnico, em cuja lírica não habita qualquer sentimento. No entanto, a sua opção por esses recursos tem por fim um tratamento diferenciado de seus temas, como bem observa Horácio de Almeida:

Se Augusto era um cerebral, escravo do pensamento, vivendo a vida seca e fria das abstrações, como explicar então a sua inquietação religiosa, o sentimento de desamparo que tanto o afligia, o demônio da dúvida que ateava nêle um incêndio na alma, os mitos que o atormentavam com alucinações noturnas, povoando-lhe o cérebro de figuras espectrais de bocas tronchas, , duendes dando pancadas no adro das igrejas, danças macabras de esqueletos, pensamentos oníricos sôbre os temas da dor, da doença, da morte, tudo, enfim, quanto é sepulcral, tudo quanto causa medo, tudo quanto prosterna o homem, até mesmo a virtualidade espiritual que via na matéria bruta? (ALMEIDA, 1970, p.07).

A respeito das influências do autor, é fácil encontrar menções em trabalhos à sua ligação temática com o poeta americano Edgar Allan Poe, havendo interessantes estudos de leitura comparada sobre a semelhança



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

estética entre os dois¹. Gullar também comenta a formação intelectual de Augusto, que foi feita a partir da leitura de filosofia e ciência:

Lendo Spencer convenceu-se de que a ciência é incapaz de penetrar a essência das coisas – o incognoscível –, a realidade absoluta que seria fonte de todo o conhecimento humano; que o evolucionismo não era um fenômeno limitado aos seres vivos mas se estenderia a todo o mundo material e também à sociedade humana. Com Haeckel aprendeu que a monera estava na origem de todos os seres animais. Dessas concepções materialistas, atingiu-o sobretudo a noção da morte como fato material, da vida como um processo químico dentro do qual o corpo humano não era mais que uma organização ‘de sangue e cal’, condenada inapelavelmente ao apodrecimento e à desintegração. A isso veio somar-se a influência de Schopenhauer, com seu idealismo voluntarista que nega o progresso histórico, afirma que a essência do mundo é uma vontade cega e apresenta como única perspectiva para o homem, condenado ao sofrimento, o aniquilamento da vontade de viver. Essa filosofia negativa se tornava tanto mais aceitável para Augusto dos Anjos porque apresentava a arte como o caminho para atingir a ideia de Homem Absoluto. (GULLAR, 2016, p. 16-17).

Tome-se como exemplo do potencial emotivo e sentimental da sua poesia, que contrasta com a ideia superficial de um poeta frio e mórbido, um trabalho poético em que eu-lírico se despe da linguagem cientificista e do uso mais evidente da temática lúgubre e no seu lugar posiciona uma cena prosaica de recordação da infância que toma tons trágicos no desfecho com a moral da história que é descoberta. Trata-se do soneto *Ricordanza della mia gioventù*:

A minha ama-de-leite Guilhermina
Furtava as moedas que o Doutor me dava.
Sinhá-Mocinha, minha Mãe, ralhava...
Via naquilo a minha própria ruína!

Minha ama, então, hipócrita, afetava
Susceptibilidades de menina:
“— Não, não fora ela!” — E maldizia a sina,

¹ Veja-se, por exemplo, o artigo *Sentir com a imaginação: Edgar Allan Poe, Augusto dos Anjos e um gótico moderno* (FONSECA, 2009).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Que ela absolutamente não furtava.

Vejo, entretanto, agora, em minha cama,
Que a mim somente cabe o furto feito...
Tu só furtaste a moeda, o ouro que brilha...

Furtaste a moeda só, mas eu, minha ama,
Eu furtei mais, porque furtei o peito
Que dava leite para a tua filha! (DOS ANJOS, 1998, p. 32).

Há um inegável sentido nostálgico na arquitetura do poema, que se utiliza de uma lembrança da infância para estabelecer um comentário a respeito da condição de uma empregada da família, a ama do eu-lírico, que era acusada de furto o dinheiro recebido pela criança. Entende o eu-lírico, agora já adulto, que o pequeno crime da sua ama era redimido pelo crime maior que ele próprio cometia, o abuso de roubar-lhe o leite que serviria para alimentar sua filha. É interessante notar que neste poema em específico o autor deixa de lado suas construções verbais características, não se utiliza de imagens horrendas ou termos científicos e médicos para descrever o que pretende, optando, inclusive, por rimas bastante convencionais e até previsíveis, como se para o sentido que queria empregar bastasse o dizer simples do seu cotidiano infantil, que não deixava de ter seus traços dramáticos, tão pesados quanto o tema da morte, recorrente em sua lira. Descrever, pois, a condição de submissão de sua ama, forçada a, de certa forma, vender seu corpo, é tão graficamente impactante quanto dizer que um verme “[...] anda a espreitar meus olhos para roê-los”¹ (DOS ANJOS, 1998, p. 5). O curioso é perceber que a força poética de Augusto dos Anjos não reside apenas no choque causado pelos seus artifícios de linguagem e que esses, na verdade, servem de ferramenta para mensagens muito mais profundas e variadas do que a simples fascinação pelo grotesco.

¹ No poema *Psicologia de um vencido*.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Outro ponto importante que se encontra presente neste soneto e que repercute especialmente nos fins deste trabalho é a sua dimensão social. É claro que, como visto, o poeta não se encaixa perfeitamente na escola de comentário social de alguns de seus contemporâneos do pré-modernismo, mas é inegável que essa temática se apresenta em muitos dos seus poemas, ainda que de uma forma particular, misturada com os diversos outros interesses de cunho estético e moral. A sua preocupação e compaixão para com a sua ama de infância, alguém em uma condição de grande sujeição aos seus empregadores, denota uma aproximação do autor com o sofrimento presente na vida das pessoas em situações de vulnerabilidade, como se verá ainda mais claramente nas imagens d'Os *Doentes*. Desse modo, o mesmo poeta que clama que “o amor da Humanidade é uma mentira”¹ se compadece do sofrimento da mulher simples de cujo peito proveio seu alimento.

Isso se verifica especialmente pensando-se em vulnerabilidade nos termos de uma condição que torna grupos suscetíveis de terem seus direitos fundamentais negados e impossibilitados de terem uma vida digna, com a consequente fragilização desse grupo diante de outros mais dominantes e detentores desses direitos por vezes em um grau elevado (NONATO; RAIOL, 2016). Também nesse sentido:

O ser humano vulnerável, por outro lado, [...] é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

Esse elemento nostálgico também aparece em alguns outros poemas na forma do sentimento que o autor mantém em relação a uma árvore da infância,

¹ No poema *Idealismo* (DOS ANJOS, 1998, p. 18)



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

um tamarindo. Há uma recorrente menção de que a morte do eu lírico não será seu fim, mas um retorno a homogeneidade da matéria à sombra do tamarindo¹, à reunião final no encontro orgânico com a fecundidade no futuro² e à desolação sentida em estar escorado à árvore³. Bastam esses trechos do autor para refutar em definitivo qualquer ideia simplista sobre a sua obra ser desprovida de emoção e alimentada unicamente pelo valor formal e inusitado das expressões poéticas. É certo, no entanto, que esses valores aparecem muitas vezes de maneira pouco convencional.

2 OS DOENTES E OS VULNERÁVEIS

A obra de Augusto dos Anjos, na feliz expressão de Francisco Cardoso (et. al, 2018), abre possibilidades de leitura em um caleidoscópio de interpretações, de modo que pode ser analisada na perspectiva de uma variedade grande de disciplinas, sendo tratada, inclusive, pelos autores sob uma ótica da neuropsiquiatria. Esse viés múltiplo possibilita que se analise, como aqui se fará, as descrições e os comentários que se aproximam da realidade social que o poeta posiciona com cuidado em vários de seus trabalhos. Talvez aquele em que apareça essa estética de preocupação com a decadência social do país que via em sua época de maneira mais atenta e pormenorizada seja justamente no longo poema *Os Doentes*, que mescla cenas do cotidiano de uma cidade com as impressões confusas de eu-lírico que por ela passeia, se comove e se desespera. Como bem diz Maria Olívia de

¹ No poema *Debaixo do Tamarindo*: No tempo de meu Pai, sob estes galhos/Como uma vela fúnebre de cera/Chorei bilhões de vezes com a canseira/De inexorabilíssimos trabalhos!/Hoje, esta árvore, de amplos agasalhos/Guarda, como uma caixa derradeira/O passado da Flora Brasileira/E a paleontologia dos Carvalhos!/Quando pararem todos os relógios/De minha vida, e a voz dos necrológios/Gritar nos noticiários que eu morri/Voltando à pátria da homogeneidade/Abraçada com a própria Eternidade/A minha sombra há de ficar aqui! (DOS ANJOS, 1998, p. 8)

² No poema *Vozes da morte* (DOS ANJOS, 1998, p. 20).

³ No poema *Queixas noturnas* (DOS ANJOS, 1998, p. 48).

Arruda (2009, p. 281), “esse poema parece ser mais uma cena desse trágico moderno. Augusto mostra nele a população ‘doente’ deste país; os selvagens que se degeneraram com a presença do branco, os famintos e miseráveis do nordeste, os escravos e as vítimas de massacres”.

Os Doentes é dividido em nove partes que variam de tamanho, mas que são formadas por estrofes de quatro versos, com exceção do primeiro trecho que tem a forma de um soneto. Já nesse ponto o poema se agrupa com uma minoria das produções do poeta, que muitas vezes opta por formatos menos extensos. Todavia, os poemas mais longos cumprem um papel fundamental na formação do dizer poético do autor, bastando para isso observar que o texto escolhido para abrir o livro *Eu é o Monólogo de uma sombra*, que também conta com um grande número de versos. O poema em análise é assim aberto:

Como uma cascavel que se enroscava,
A cidade dos lázaros dormia...
Somente, na metrópole vazia,
Minha cabeça autônoma pensava!

Mordia-me a obsessão má de que havia,
Sob os meus pés, na terra onde eu pisava,
Um fígado doente que sangrava
E uma garganta de órfã que gemia! (DOS ANJOS, 1998, p. 21).

Esses primeiros versos denotam que o poema será construído a partir da condição de assombro do eu-lírico com a realidade que observa, já que na cidade vazia apenas a sua própria mente pensa e o coloca em uma obsessão por descobrir os horrores que se escondem na metrópole que dorme. O poema toma forma de uma busca alucinada por desvender os mistérios desse mundo que o fascina e aterroriza:

Augusto caminha e ouve, dentro da noite, o apelo (...) dos seres microscópicos, dos germes, das montanhas, que lhe pedem para falar por eles. Ao mesmo tempo que, dentro do poeta, uiva ‘a matilha

espantada dos instintos', alucinações o perturbam, visões macabras, vozes o atormentam, enquanto presente 'o trabalho genésico dos sexos/ fazendo à noite os homens do futuro'. É o processo interminável da natureza a gerar e destruir o que gerou, essa madrastra que, avara, esconde o sentido da existência e tudo reduz a 'uma teleologia sem princípios'. Para tentar decifrar o enigma do mundo, o poeta desce ao inferno dos leprosários, se confunde com os tuberculosos, come pratos de vermes, devora olhos humanos e sobe às alturas celestiais. (GULLAR, 2016).

Essa espécie de insônia que leva o poeta a transitar pelo seus dramas internos e refletir profundamente sobre a sua condição e o estado do mundo é frequente em sua obra, como se vê no *Poema negro*: “Dorme a casa. O céu dorme. A árvore dorme/Eu, somente eu, com a minha dor enorme/Os olhos ensangüento na vigília!/E observo, enquanto o horror me corta a fala,/O aspecto sepulcral da austera sala/E a impassibilidade da mobília.” (DOS ANJOS, 1998, p. 45). A menção inicial feita aos “lázaros” que dormem em sua cidade talvez remonte à situação dos negros e mestiços, ou mesmo às senzalas e o seu contexto de exploração, tortura e morte (ARRUDA, 2009). Essa ideia é reforçada pela conclusão do soneto inicial, que menciona “[...] o resultado de bilhões de raças que há muitos anos desapareceram!” (DOS ANJOS, 1998, p. 21).

Mais adiante no poema o eu-lírico segue seu trajeto e seu tormento ouvindo “o gemido dos homens bexigosos”¹ e a “epiderme de sarampos”² que se transformou o céu e seus astros. Vislumbra-se claramente nesses trechos que há uma preocupação com a doença e a peste em um sentido mais literal, de modo que os avistamentos do narrador da condição de enfermidade enfrentada por aqueles que encontra no caminho passam-lhe tamanha estranheza e choque que o próprio céu passa a ser descrito com os sintomas das doenças.

¹ DOS ANJOS, 1998, p. 21.

² DOS ANJOS, 1998, p. 22.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O que segue é um grotesco e impressionante retrato da miséria e da doença que assume tons realistas, mesmo que o leitor não tenha como saber se o que está sendo descrito é uma visão real dessas paisagens e dessas pessoas ou resulta de um transe do narrador que o leva a ter contato com o sofrimento humano de maneira mística. Dessa forma, “a comunhão dos homens reunidos pela camaradagem da moléstia”¹ e “o ruído de uma tosse hereditária”² compõem essa miragem com quadros trágicos que representam os *doentes* do país em uma acepção mais direta, ligada de fato à saúde física e às condições de degradação do corpo pela doença.

A quarta parte do poema passa a apresentar visões do eu-lírico sobre o povo indígena e o seu sofrimento e extermínio pelo processo de colonização. Diz ele que advém essa preocupação da “vibração bruta da corda mais recôndita da alma brasileira”³. Ou seja, a história do Brasil, construída também pelo tratamento cruel dado aos povos nativos, tratou de esconder em seu âmago essa passagem horrível de sua origem, que agora se revela à noite ao poeta que caminha na cidade e enxerga seu passado remoto. É interessante notar que são apresentadas imagens vívidas da violência sofrida pelo povo indígena ao mesmo tempo que se constroem reflexões sobre o seu destino, sua condição no futuro diante da história:

A civilização entrou na taba
Em que ele estava. O gênio de Colombo
Manchou de opróbrios a alma do mazombo,
Cuspiu na cova do morubixaba!

E o índio, por fim, adstrito à étnica escória,
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,
Esse achincalhamento do progresso
Que o anulava na crítica da História! (DOS ANJOS, 1988, p. 24).

¹ DOS ANJOS, 1998, p. 22.

² DOS ANJOS, 1998, p. 22.

³ DOS ANJOS, 1998, p. 23.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Disso se retira que a morte e a exploração dos indígenas não causaram somente o aniquilamento imediato de boa parte de sua população, mas também a própria supressão de sua existência na crônica do mundo e a redução dos seus feitos e culturas ao esquecimento. O autor também faz menção ao pretense progresso que em tese guiava as expedições de colonização, dando a entender que foi essa ideia que violentou os culturas locais, que *achincalhou* os nativos. Restou, pois, “na tumba de Iracema”¹ a desgraça das raças indígenas, dizimadas na sua própria terra ancestral através do confronto desigual “da espingarda com a flecha”². Aqui se revelam os detalhes precisos da situação indígena que serão agravados com o passar do tempo na história brasileira e cuja sombra ainda paira sobre o tratamento conferido a essas pessoas em evidente desvantagem histórica nas suas vidas.

Nesse sentido, existem esforços legislativos para que se opere um tratamento adequado a esses povos, dentre os quais se destaca, além de alguns dispositivos constitucionais que protegem a cultura, em especial o art. 215, §1º (BRASIL, 1988), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da ONU, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 592 (BRASIL, 1992), que traz em seu art. 27 uma norma geral que estabelece que nos países que possuam minorias étnicas, as pessoas a elas pertencentes não podem ser proibidas de possuírem sua própria vida, manterem sua religião e sua língua. Benedict Kingsbury (2013), comentando a natureza deste dispositivo, descreve que há uma resistência por parte de alguns representantes indígenas em serem categorizados como minorias, alegando que essa designação seria depreciativa ao ignorar o pertencimento a um povo. No entanto, prossegue o autor, há uma importante aplicação deste artigo nos casos em que ocorrem falhas dos Estados em proteger terras e recursos indígenas que importem violação do direito à cultura.

¹ DOS ANJOS, 1998, p. 24.

² DOS ANJOS, 1998, p. 24.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Em um sentido mais específico, há a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU, 2007), que traz logo em seu primeiro artigo o reconhecimento de que os povos indígenas possuem o direito a desfrutar de todos os predicados designados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no direito internacional dos direitos humanos. Will Kymlicka (2013) observa que a adoção deste documento pelas Nações Unidas representou uma importante conquista de um grupo oprimido e, para além disso, uma superação das origens do direito internacional, inicialmente criado para facilitar o imperialismo.

Esses importantes documentos normativos demonstram uma tentativa moderna de corrigir um problema que o *poeta da morte* identificava na sua época e no passado remoto do Brasil. É notável o seu acerto em prever que o extermínio desses povos causaria a anulação de seus descendentes na história do país. Augusto dos Anjos ainda arremata sua análise precisa atestando a fúria sentida pelos nativos em relação aquele povo estrangeiro, a “xantocróide raça loura”¹, que lhe roubava suas posses e sua terra por meio da violência e do extermínio. O que restou desse trágico evento e que, como diz o narrador, é visto pelas pessoas deste século, é a caveira, o crânio morto e esquecido nos confins do espaço do país e de sua memória, de uma raça esmagada pelos europeus.

Ademais, a caracterização dos grupos indígenas, respeitada a boa técnica que exige uma distinção entre os termos, seria mais adequada como minoria, tendo em vista que essa denominação serve para designar grupos que apresentam traços culturais comuns a todas as pessoas a ele pertencentes, havendo, pois, uma ligação entre os componentes (CASTRO; SIQUEIRA, 2017). Na linha dos autores, pouco importa para o conceito de minoria a necessidade de que os grupos sejam inferiores numericamente.

¹ DOS ANJOS, 1998, p. 24.

O poema avança apresentando longos trechos que dão conta de retratar a situação interna do eu-lírico diante das visões que lhe são apresentadas, o seu desespero diante da noite horrenda e o seu desejo por findar sua vida e se unir aos seres baixos da terra, retornar ao seio da monera, sua mãe antiga. Aqui de novo se destaca a percepção do autor sobre a unidade que há entre a matéria humana e a matéria da natureza (DOS ANJOS, 1998).

Na parte seis da obra se inicia um retrato assustador e comovente de uma personagem avistada pelo narrador e identificada por ele como uma prostituta que acorda “nos bairros da luxúria”¹ olhando com indiferença uma ferida que lhe cobre o braço. O eu-lírico supõe que essa sua ação desinteressada diante de uma chaga feia em seu corpo resulta de sua adaptação a um ambiente horrível e a um estilo de vida baixo e sujo. Faz ele então um sensível e duro exercício de imaginação, especulando o que teria ocasionado o declínio moral daquela mulher, a perversão e corrupção do seu corpo que fora uma vez virgem:

Entanto, virgem fostes, e, quando o éreis,
Não tínheis ainda essa erupção cutânea,
Nem tínheis, vítima última da insânia,
Duas mamárias glândulas estéreis!

Ah! Certamente, não havia ainda
Rompido, com violência, no horizonte,
O sol malvado que secou a fonte
De vossa castidade agora finda! (DOS ANJOS, 1988, p. 26).

A decadência dessa triste personagem, pensa o narrador, talvez seja explicada pela sua condição anterior, pelas necessidades que sentiu e pelo silêncio que resultou de seus apelos por ajuda. A explicação, portanto, estaria na fome que sentiu e na ajuda que não recebeu de ninguém ao estender as mãos ao mundo. A solução por ela encontrada foi vender o que lhe restava, o

¹ DOS ANJOS, 1998, p. 26.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

corpo virginal intocado, aos primeiros que aparecessem no arrebalde dispostos a pagar-lhe. Essa ação desesperada causou o destino que agora é mostrado ao eu-lírico, que ensaia conselhos com o mesmo tom brutalmente realista que perdura em todo o corpo do texto:

E estais velha! — De vós o mundo é farto,
E hoje, que a sociedade vos enxota,
Somente as bruxas negras da derrota
Frequêntam diariamente vosso quarto!

Prometem-vos (quem sabe?!) entre os ciprestes
Longe da mancebia dos alcouces,
Nas quietudes nirvânicas mais doces,
O noivado que em vida não tivestes! (DOS ANJOS, 1998, p. 26).

Aqui se desenha um comentário social da maneira mais clara e evidente que o poema todo oferece, pois se está diante da constatação de que os excluídos sociais, na figura da decadente prostituta, assim o são por elementos exteriores à sua vontade e se encontram, por vezes, em condições degradantes porque não encontraram outra saída para a satisfação de suas necessidades mais imediatas. E mais: o poeta aponta para a indiferença sentida por eles por parte da sociedade, que não lhes oferece solidariedade e acaba por direcioná-los fatalmente ao caminho da baixeza e da corrupção. Nem na morte esses infelizes que morrem de fome sobre o chão, separados da união humana, se redimem, pois são carregados nus ao enterro, já que não podem arcar com o valor alto do tecido da mortalha (DOS ANJOS, 1988). Essa terrível imagem do poema, que une o tom fúnebre com a banalidade do valor do tecido citado pelo narrador, ajuda a compor de maneira ainda mais concreta a sua visão sobre o martírio que atormenta parte da população do país.

Já esses grupos descritos pelo autor no poema, na imagem da mulher, não possuem entre si um traço comum que os una de forma específica, o que faz com que a sua correta designação seja vulneráveis em relação à economia e à obtenção dos meios mínimos de subsistência (CASTRO; SIQUEIRA, 2017).

É, ainda, muito pertinente os versos seguintes que tratam da questão racial. Augusto dos Anjos comenta, mesmo que brevemente, sobre a desigualdade racial do país, a partir dos vultos das mulheres negras que vê em seu delírio, magras como caveiras, vestidas em mantos escuros e “desonradas pelos brancos”. O narrador lamenta a situação sob a perspectiva de que o tratamento desigual afronta uma regra da Natureza, como uma entidade:

E hirto, a camisa suada, a alma aos arrancos,
Vendo passar com as túnicas obscuras,
As escaveiradíssimas figuras
Das negras desonradas pelos brancos;
[...]
Eu maldizia o deus de mãos nefandas
Que, transgredindo a igualitária regra
Da Natureza, atira a raça negra
Ao contubérnio diário das quitandas! (DOS ANJOS, 1998, p. 28).

Aqui, Augusto oferece um breve comentário acerca da questão racial que se revelava no país, fazendo uma curiosa menção a um sentido igualitário como norma da natureza, o que mais uma vez revela que é este autor, por suas vias particulares, um homem consciente e preocupado com o país real que se tentava esconder por trás da narrativa oficial.

CONCLUSÃO

Augusto dos Anjos propõe em sua peculiar obra uma profunda e agressiva postura de memória e percepção. Se por um lado se ater ao percurso enfrentado pelos povos indígenas no sangrento e infeliz processo de colonização é um exercício terrível de lembrança de um período por vezes esquecido de nossa história, visualizar no cotidiano do presente a imagem da jovem prostituta é, por outro, um esforço de afastar as falsas impressões que o



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tempo atual proporciona e conseguir destrinchar os contornos mais cruéis de uma realidade que pulsa abaixo da superfície. Essa postura de aliar um passado remoto com o mais atual dos presentes, vendo nos dois tempos similaridades de formação, é uma das grandes qualidades do poema.

A condição desses grupos, como visto, por vezes remonta a um ambiente formativo desigual e incapaz de preservar as singularidades dos vários tipos de indivíduos que nele habitam. No caso específico dos indígenas, o que se denota a partir da brilhante explanação do poeta é que o que ocorreu na história do país foi um esforço intencional de anulação cultural. Já a contribuição principal da apresentação feita no poema do vislumbre da jovem doente, e sobretudo os motivos levantados pelo narrador para a sua degradação, é o entendimento de que a sujeição a condições degradantes decorre da falta de opção para satisfazer as necessidades fisiológicas mais básicas, o que acaba por obliterar a vontade individual e gerar um impulso de sobrevivência que ignora qualquer padrão social e de respeito próprio.

Ademais, a última das imagens que tratam da brutal realidade social de forma mais direta é um breve comentário a respeito da desigualdade racial do país. É interessante perceber que o autor se compadece do destino das mulheres negras que são entregues aos brancos, o que em sua visão contraria o sentido de uma lei maior que a própria legislação humana, a igualdade desta entidade que é a natureza. Todos esses sentidos servem para enriquecer as reflexões sobre a realidade dos desafios enfrentados por grupos que vivem impossibilitados de realizar seus direitos e excluídos do seio supostamente fraterno de uma sociedade que os ignora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. **Augusto dos Anjos**: um tema para debates. Rio de Janeiro: Apex, 1970.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ARRUDA, M. O. G. R. **O Lamento dos Oprimidos em Augusto dos Anjos.** Tese de Doutorado. Campinas, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 592.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 6 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm> Acesso em: 15 out. 2020.

CARDOSO, F; DAKER, M. V; SALGADO, A. C. S; TEIXEIRA, A. L. **A Poética de Augusto dos Anjos e a Neuropsiquiatria no Fin de Siècle.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.163-179.

CARMO, M. E; GUIZARDI, F. B. **O Conceito de Vulnerabilidade e seus Sentidos para as Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social.** Cad. Saúde Pública, 2018.

CASTRO, L. R. B; SIQUEIRA, D. P. **Minorias e Grupos Vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social.** Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas, vol. 5, n. 1, 2017.

CAVALCANTI, C. **A Poética de Augusto dos Anjos: o entre-lugar do Eu.** Acta Scientiarum. Language and Culture. Maringá, v. 36, n. 1, p. 51-60, Jan.-Mar., 2014.

DOS ANJOS, A. **Eu e outras poesias.** 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FONSECA, D. **Sentir com a Imaginação:** Edgar Allan Poe, Augusto dos Anjos e um gótico moderno. Letras de Hoje, 2009.

GULLAR, F. Augusto dos Anjos ou vida e morte nordestina. In: DOS ANJOS, A. **Toda Poesia de Augusto dos Anjos.** São Paulo: José Olympio, 2016.

KINGSBURY, B. Cinco estruturas conceituais concorrentes de reivindicações de povos indígenas em Direito Internacional e no Direito comparado. In: JUBILUT, L. L; BAHIA, A. G. M. F; MAGALHÃES, J. L. Q. **Direito à Diferença.** Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2013.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

KYMLICKA, W. Para além da dicotomia indígena/minoria? In: JUBILUT, L. L.; BAHIA, A. G. M. F; MAGALHÃES, J. L. Q. **Direito à Diferença**. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2013.

NONATO, D. N; RAIOL, R. W. G. **Invisíveis Sociais**: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, 2016.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2007. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

RUBERT, N. M. A. **O Lugar de Augusto dos Anjos na Poesia Brasileira**. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 03 N. 02 – jul/dez 2007.

SÁ, L. **Perdõem, mas eu Acho Graça**: o grotesco na poesia de Augusto dos Anjos. Ellipsis, 2007.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

LÍNGUAS DE HERANÇA (*HERITAGE LANGUAGES*) E SUA MANUTENÇÃO NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES SOBRE UMA LÍNGUA MINORITÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Claudia Raquel Wagner¹

RESUMO

Estima-se que haja mais de 200 línguas faladas atualmente no Brasil, mas a grande parte delas correm risco de extinção. São variedades faladas em comunidades bilíngues, aprendidas em casa (línguas de herança) que concorrem com o português, idioma oficial. Esta é a realidade dos falantes de *hunsrückisch*, um dialeto falado em algumas cidades do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que se refere a uma língua minoritária, o objetivo deste artigo é realizar uma reflexão sobre a sobrevivência deste dialeto, considerando os aspectos relacionados ao seu status e às políticas linguísticas. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um artigo de revisão de bibliografia, de caráter qualitativo. Como resultado, observou-se que o dialeto é uma variedade estigmatizada pela sociedade, mas que, nos últimos anos, há cada vez mais interesse da comunidade científica sobre esta variedade. As pesquisas têm demonstrado a importância do dialeto para a formação da competência linguística dos falantes bilíngues e apontam para a necessidade de mudanças urgentes nas políticas linguísticas, de modo a criarem-se ações para a manutenção desta variedade nas comunidades bilíngues gaúchas.

Palavras-chave: Línguas de Herança – *Hunsrückisch* – Políticas Linguísticas.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo de 2010, embora apenas a língua portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) sejam os dois idiomas oficiais, há mais de 200 línguas faladas atualmente no Brasil (IPHAN, 2015). Deste total, conforme Altenhofen (2013), há 56 línguas de imigração, ou seja, aquelas que foram trazidas por imigrantes e que ainda são faladas por seus descendentes. No

¹ Professora da Fundação Educacional Machado de Assis (Fema). Santa Rosa/Brasil. Graduada em Letras (Unisinos). Mestre em Linguística (Universidade do Minho/Goethe Universität). Email: crw_wagner@hotmail.com

entanto, essa faceta multilíngue do Brasil é desconhecida e ignorada por grande parte da população (ALTENHOFEN, 2013; KERSCH, 2016; PUPP-SPINASSÉ, 2016). Além disso, a LDB, no parágrafo 5., normatiza que a partir do 5. ano seja ensinada apenas uma língua estrangeira moderna, e que fica a cargo da comunidade escolar escolher este idioma. Neste caso, as escolas optam pelo ensino da língua inglesa, tendo em vista que ela é uma *lingua franca* - e que, portanto, deve ser aprendida. Essa tendência é verificada até mesmo em comunidades bilíngues remotas em todo o território nacional, o que faz com que as variedades minoritárias sejam desconsideradas pelo ensino formal (PUPP-SPINASSÉ, 2016).

Diante deste cenário, é importante questionar o *status* dessas línguas. Tendo em vista que apenas uma pequena parte dessas línguas é ensinada de maneira formal nas escolas – especialmente devido a algumas iniciativas de comunidades indígenas e/ou de imigrantes, pode-se afirmar que se trata de línguas aprendidas em casa e que dependem unicamente da família ou da comunidade local para se manterem vivas. Por esse motivo, essas línguas passaram a ser denominadas pela comunidade científica de línguas de herança¹ (*heritage languages* - termo que ganhou destaque com Valdés, 2000). Por muito tempo, essas línguas passaram despercebidas pela ciência, no entanto, nos últimos anos, os pesquisadores cada vez mais vêm se debruçando sobre elas. O grande interesse dos pesquisadores não está somente nos fatores que envolvem a sua sobrevivência mas também nos fatores relacionados ao contexto de aquisição, que oferece um ambiente único, lançando novos olhares para a neurolinguística e os fenômenos associados ao bilinguismo (KUPISCH & ROTHMAN, 2018).

Por sua vez, essas línguas possuem um significado emocional muito grande para os falantes, visto que por meio dela estabelecem-se vínculos

¹ Língua de casa, *heritage language* e língua de herança serão usadas como sinônimo. Optou-se por traduzir “*family language*”, expressão usada por Rothman (2009), por língua de casa, uma vez que sintetiza melhor o contexto no qual essa língua é falada.

afetivos com a família e também com a comunidade. No entanto, esse sentimento é muitas vezes confrontado com o preconceito linguístico, vivenciado, muitas vezes, no próprio ambiente escolar, visto que os falantes de línguas de herança têm o português como segunda língua e, ao chegarem na escola, apresentam dificuldade em aprender a língua oficial. Isto tem levado muitas famílias a deixarem de ensinar a língua de herança, optando pelo idioma vigente no país. Como consequência desse processo, observa-se a extinção dessas línguas minoritárias e com ela a cultura e identidade de um povo (ALTENHOFEN, 1989; 2004; KERSCH, 2016; SAMBAQUY-WALLNER, 1997; SCHAUMLOEFFEL, 2003; WAGNER, 2020 dentre outros).

Por outro lado, os linguistas também têm apontado a importância dessas variedades para a formação da cultura bilíngue. No caso do Brasil, em que a maior parte da população é monolíngue, ter uma oportunidade de adquirir uma língua estrangeira já na primeira infância, de modo espontâneo, traz grandes vantagens para os próprios falantes. Além disso, a manutenção dessas línguas pela comunidade oferece uma oportunidade única para estes indivíduos de modo que isso possibilita o contato direto com a língua de herança em situações reais de comunicação.

Diante destas constatações, o objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão sobre a sobrevivência do dialeto *hunsrückisch*, considerando os aspectos relacionados ao seu status e às políticas linguísticas. Para isso, organizou-se este artigo em 5 partes. Na primeira, fala-se sobre as noções gerais do bilinguismo; na segunda, sobre as comunidades bilíngues alemãs e a sobrevivência dos dialetos; na terceira, discute-se sobre o conceito das *heritage languages*; na quarta, sobre a importância do dialeto no contexto nas comunidades bilíngues gaúchas, e, por fim, na última parte, apresentam-se as conclusões desta pesquisa.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

1 BILINGUISMO

Os falantes de uma língua de herança geralmente vivem em um contexto bilíngue no qual uma ou mais línguas não oficiais estão em permanente contato com a língua oficial do país. Dentro destas comunidades, ambas as línguas costumam ter o mesmo grau de importância, uma vez que cada língua desempenha uma função específica nas diferentes atividades linguísticas no dia-a-dia deste grupo. Tais aspectos foram ressaltados por William Mackey, que, na década de 1960, publicou o artigo *The description of bilingualism*; artigo que lançou as bases para as pesquisas que envolvem o bilinguismo e seus respectivos fenômenos. Neste artigo, o autor declarou que o bilinguismo não é um fenômeno da linguagem, mas uma característica de seu uso.

Portanto, para que um indivíduo fosse considerado bilíngue, seria necessário supor que ele pertencesse a uma comunidade bilíngue. Esta comunidade, por seu turno, somente pode continuar a ser bilíngue se os habitantes ainda verem necessidade de usarem os dois códigos. Nesse sentido, as razões para a existência dessas línguas estão associadas ao fato de que, normalmente, os falantes usam internamente um código e, quando precisam manter contato com pessoas que desconhecem a língua, acabam por usar a outra língua (GROSJEAN, 2008; MACKEY, 1962). Em contrapartida, nestas comunidades o nível da proficiência linguística dos falantes varia consideravelmente. Por esse motivo, não se pode considerar que nas comunidades todos os falantes serão bilíngues balanceados, que dominem no mesmo nível e em todos os contextos as duas línguas. Dessa maneira, falantes que dominam determinada habilidade comunicacional em uma das línguas convivem com outros que não possuem as mesmas habilidades (GROSJEAN, 2008; VALDÉS, 2000).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para entender melhor a dinâmica que ocorre nestas comunidades, é necessário analisar de modo mais detalhado o conceito de bilinguismo. Assim sendo, em uma comunidade bilíngue, pode-se encontrar não só falantes que sabem falar fluentemente a língua de herança (conceito que será retomado a mais adiante) mas também aqueles que apenas conseguem compreendê-la. Diante da complexidade dessas variações associadas às competências destes falantes, o conceito de sujeito bilíngue precisa ser relativizado. Consequentemente, quem tem alguma proficiência nas duas línguas já pode ser considerado, em alguma medida, bilíngue (GROSJEAN, 2008; 2010; VALDÉS, 2000, dentre outros).

Destarte, o termo bilíngue não pode ser compreendido como a habilidade de usar duas línguas com o mais alto grau de proficiência todos os dias em todas as situações, como se o indivíduo fosse um falante nativo em ambas as línguas. Para muitas pessoas, isso é o equivalente a considerar que uma pessoa bilíngue incorpora duas línguas que consegue usar perfeitamente, passando-se por nativo em ambas. Dessa maneira, para estas pessoas, o bilíngue perfeito, que domina as duas línguas de forma balanceada, é um ser quase mítico que raramente existe no mundo real (GROSJEAN, 2010; 2008; VALDÉS, 2000). Não obstante, o bilinguismo balanceado, por meio do qual um falante consegue se expressar em todos os contextos linguísticos com a mesma habilidade de um falante monolíngue, é possível de ser alcançado, mas para isso a pessoa deve ser exposta a todos os domínios de interação em contextos linguísticos iguais nas duas línguas (GROSJEAN, 2008, 2010).

Como já destacado por Mackey (1962), Grosjean (2010), Benmamoun, Montrul e Polinsky (2013), Flores (2015), dentre outros, o bilinguismo, além de ser mensurado num *continuum*, também é verificado como uma condição dinâmica, uma vez que as competências linguísticas sofrem mudanças no decorrer da vida de um indivíduo que vive em uma comunidade bilíngue. Ao longo da sua vida, um falante bilíngue pode ter seu perfil linguístico alterado,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

dependendo das experiências que tiver e do nível de escolarização que alcançar. Nesse sentido, poderá haver fases em que uma língua passa a ser mais dominante que a outra. Considerando os aspectos aqui salientados pelos linguistas, é necessário compreender a dinâmica do bilinguismo, de modo a se evitar o preconceito linguístico, que pode trazer consequências negativas aos sujeitos bilíngues, a exemplo do que se verifica em muitas comunidades formadas por descendentes de imigrantes alemães no Sul do Brasil.

2 COMUNIDADES BILÍNGUES ALEMÃS E A SOBREVIVÊNCIA DOS DIALETOS

Os imigrantes europeus que chegaram ao Rio Grande do Sul no século XIX acabaram por se estabelecer em pequenas comunidades em diferentes regiões do Estado, o que possibilitou a criação de um arquipélago linguístico. Segundo Damke (1997), um arquipélago linguístico é um conjunto formado por ilhas linguísticas, como se passou a denominar as comunidades formadas por imigrantes e seus descendentes. Ao se estabelecerem nestas comunidades, continuaram a usar a língua de seu país de origem para se comunicarem no país hospedeiro (ALTENHOFEN, 1996; DAMKE, 1997).

Por outro lado, esse aspecto é o que mais chama atenção nas ilhas linguísticas alemãs do Sul do Brasil¹, visto que se passaram quase 200 anos desde a chegada dos primeiros imigrantes – o que equivale a praticamente oito gerações – e os dialetos até hoje continuam a ser falados e ensinados às novas gerações. Entretanto, nota-se que o número de falantes das gerações mais novas vem caindo (ALTENHOFEN, 1996; DAMKE, 1997, KERSCH, 2016, WAGNER, 2020).

¹ É importante frisar que não somente no Rio Grande do Sul este dialeto é falado, mas também em outras partes do Brasil, como no Mato Grosso e Bahia, por exemplo, Estados que receberam descendentes de imigrantes em um fluxo migratório interno, realizado a partir da década de 1960. (ALTENHOFEN, 1996, 2013).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A questão que se coloca, no entanto, é se as gerações futuras ainda manterão esses dialetos. Essa é, inclusive, uma das preocupações das principais pesquisas nas ilhas linguísticas alemãs norte-americanas. Alguns autores, como Putnam (2011), Hopp e Putnam (2015), Boas (2009), dentre outros, constataram que, em muitas dessas ilhas, o alemão sobrevive como uma língua "moribunda" – situação que, em alguns lugares, vem se estendendo por mais de uma geração. Confirmando este diagnóstico, Boas (2009) calcula que o dialeto alemão falado no Texas (*Texas German*) tende a desaparecer dentro de duas gerações. Uma situação ainda mais dramática é relatada por Hopp & Putnam (2015), que vêm realizando pesquisas com a última geração de falantes, os quais já possuem idade avançada, do dialeto *Moundridge Schweitzer German*, falado no Sudoeste do Estado do Kansas.

Essas previsões levantam dúvidas também sobre a sobrevivência das variedades alemãs no Sul do Brasil nas próximas gerações. A tendência observada no Brasil, comparando-se as gerações mais novas com as mais velhas, é o uso cada vez menos frequente dos dialetos (ALTENHOFEN, 1996; KERSCH, 2016; WAGNER, 2020). Portanto, caso ações mais efetivas, envolvendo a comunidade, o governo e as famílias, não sejam tomadas, é provável que o dialeto *hunsrückisch* também se torne uma língua moribunda nas próximas gerações. No entanto, para entender melhor o *status* deste dialeto, faz-se necessário analisar primeiramente o conceito de línguas de herança, que será abordado na próxima seção.

3 HERITAGE LANGUAGES

Valdés (2000) foi uma das primeiras autoras a abordar o termo *heritage languages*. Neste trabalho, a autora destacou a importância dessas línguas faladas em casa e alertou sobre o desprestígio dessas variedades, em comparação às línguas e variedades aprendidas na escola. Embora, em um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

primeiro momento, ao conceito sejam associadas as línguas trazidas pelos imigrantes, a autora teve o cuidado de enquadrar as línguas faladas nas comunidades indígenas nesta categoria, uma vez que a aquisição dessas línguas ocorria em um contexto muito semelhante ao das línguas faladas pelos imigrantes. No entanto, um dos principais contributos deste texto foi o levantamento de uma problemática que envolve as línguas de herança: o preconceito. Assim sendo, Valdés chama atenção para o fato de que as línguas de herança, nos EUA, são consideradas línguas minoritárias e geralmente estão associadas a determinado grupo social – que vive em cidades interioranas ou na zona rural, provocando desprestígio dessas variedades.

O preconceito relacionado às línguas de herança está relacionado a vários fatores não bem compreendidos pela população em geral e que estão associados aos fenômenos próprios do bilinguismo (KUPISCH & ROTHMAN, 2018). Por isso, nos últimos anos surgiram muitas pesquisas que se dedicaram a estudar estas variedades; como consequência, os resultados dessas pesquisas trouxeram um novo enfoque sobre as línguas de herança, além de impulsionarem várias descobertas no campo da sociolinguística, neuro e psicolinguística, bilinguismo, aquisição de línguas (apenas para citar algumas).

Nesse sentido, o que torna as línguas de herança um objeto de estudo tão particular refere-se a uma de suas principais características, ou seja, trata-se de uma língua falada em casa, no ambiente familiar, mas que não é a língua oficial do país. Diante disso, o que a torna tão diferente de uma língua estrangeira aprendida em um contexto formal/escolar é o fato de sua aquisição se dá com base em uma interação naturalística e espontânea, ou seja, é do uso que os pais - ou um dos membros da família com quem a criança tem contato - que ela adquire a língua (ROTHMAN, 2009). Além disso, como sua aquisição ocorre em casa, por meio da família, Wiley (2000) e Valdés (2000) destacam que a aquisição desta língua de casa gera um forte vínculo emocional entre os falantes. Esse envolvimento emocional com a língua



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

também é um fator que contribui para sua aquisição, visto que não se trata da aquisição de uma língua, mas de uma experiência de vida muito profunda. Este aspecto já se encontra na escola, onde as línguas estrangeiras são aprendidas por intermédio de instrumentos didáticos e metodológicos que “mecanizam” a aprendizagem.

Além dessas características de aquisição, as línguas de herança estão inseridas em um contexto bilíngue, como destaca Flores (2015), visto que são línguas minoritárias faladas em casa ou na comunidade em que estes falantes vivem, mas que precisam usar a língua oficial do país hospedeiro em outros contextos, geralmente mais formais. Mas, ao contrário do que acontece com a aquisição de uma língua estrangeira na escola, por exemplo, uma das questões que se faz presente no contexto das línguas de herança são as condições especiais e particulares de aquisição e de *input*. Assim, nestas comunidades, o que ocorre, na maioria dos casos, é que há uma exposição mais intensa à língua de herança na primeira fase da infância (até os 3 ou 4 anos) – a língua de herança é, praticamente, a única usada na interação familiar. Depois desta idade, normalmente, quando a criança começa a frequentar a escola, ocorre uma troca significativa de *input* linguístico, e a criança passa a ter um *input* maior na língua majoritária e a língua de herança pode, até mesmo, ser deixada de lado (BENMAMOUN; MONTRUL; POLINSKY, 2013; FLORES, 2015; MONTRUL, 2008; 2016; VALDÉS, 2000).

Por sua vez, por envolver um contexto informal de aquisição, e por ser uma variedade que nem sempre está em consonância com a variedade padrão, as línguas de herança estão envoltas em preconceitos e ideias não pautadas em evidências científicas, como será discutido na próxima seção.

3.1 DESPRESTÍGIO DAS LÍNGUAS DE HERANÇA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Como evidenciado anteriormente, as línguas de herança costumam estar envoltas em desprestígio e a crença equivocada de que se trata de uma variedade “errada”. Essas ideias podem ser fatores que levam muitas pessoas a “condenarem” o bilinguismo, levando até mesmo a conclusões equivocadas de que o bilinguismo pudesse causar prejuízos cognitivos (KUPISCH & ROHTMAN, 2018). Esse desprestígio é fruto da comparação que as línguas de herança sofrem, ou seja, estas variedades, quando utilizadas em contextos formais, como o escolar e o acadêmico, são inadequadas, uma vez que apresentam outros estilos e estruturas gramaticais – o que é natural, visto que são variedades diferentes. Assim, o falante destas línguas sente-se inferiorizado, pois ele se dá conta de que a língua que ele aprendeu desde criança é uma língua que só pode ser utilizada na comunidade em que vive, uma vez que na escola e na vida profissional é uma variedade inadequada (ALTENHOFEN, 1996; WILEY, 2000; KUPISCH & ROTHMAN, 2018; PUPP-SPINASSÉ, 2005; 2016; VALDÉS, 2000).

Além dos aspectos elencados sobre o desprestígio das línguas de herança, os dialetos alemães sofreram com outro problema, qual seja, os impactos negativos da 2ª Guerra Mundial, quando as línguas estrangeiras foram proibidas de serem faladas pelos imigrantes – não somente no Brasil, mas na Austrália e nos Estados Unidos também. Assim, muitos imigrantes foram perseguidos e deixaram de ensinar a sua língua de herança para seus descendentes (ALTENHOFEN, 1996; BOAS, 2009; PUTNAM, 2011; ROCHE, 1969). Esta censura impactou diretamente a transmissão dos dialetos germânicos, pois foi especialmente a partir dessa época que estas comunidades se viram forçadas a adquirir a língua dominante do país hospedeiro.

A proibição repentina do uso da língua – o dialeto nestas comunidades era a principal língua falada, pois muitos descendentes de imigrantes não sabiam falar o português – repercutiu profundamente na geração que vivenciou



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

a Segunda Guerra e nas seguintes. Isso acabou trazendo grandes dificuldades para estas pessoas, pois se viram forçadas a adquirir repentinamente a língua do país para onde imigraram. No caso dos alemães no Sul do Brasil, este problema foi agravado, visto que havia poucas famílias que sabiam falar português. Além disso, a instrução formal, que antes ocorria em alemão, passou a ser em língua portuguesa. Destarte, a língua portuguesa recebeu mais destaque dentro destas comunidades bilíngues, uma vez que estava ligada ao *status* de ser a língua da formação e, conseqüentemente, de melhores oportunidades de emprego e de renda – o que acarretou na formação de comunidades bilíngues (ALTENHOFEN, 1996; ROCHE, 1969).

No entanto, essa mudança repentina no uso da língua, fez com que essas pessoas tivessem que se adaptar bruscamente, sem terem o amparo governamental para isso. Não se criaram escolas ou cursos para aprender o idioma do país hospedeiro, por isso os imigrantes e seus descendentes tiveram de se adaptar, aprendendo com os nativos os rudimentos desta nova língua. Como consequência, a variedade informal do português aprendida no contato com outros falantes, aliada a uma aquisição incompleta e a interferência interlinguística, culminou no uso de uma variedade muito diferente. Tais aspectos contribuíram ainda mais para a deturpação do estigma linguístico dos imigrantes, visto que, para os nativos, os imigrantes alemães eram pessoas que falaram incorretamente o português (ALTENHOFEN, 1996; SCHAUMLOEFFEL, 2003; WAGNER, 2020).

Diante desses e de outros fatores, percebe-se que as famílias imigrantes sentem uma grande pressão para assimilar a cultura dominante, e, portanto, passam a usar cada vez mais a língua oficial do país em casa, deixando de lado a língua trazida do país de origem. Com esta mudança, o padrão de uso da língua de casa muda gradualmente. Isso resulta na escassez de *input* e de uso da língua de herança. Como consequência desta redução, a qualidade das produções e as habilidades linguísticas diminuem drasticamente. Com isso, a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

aquisição, que antes ocorria de forma balanceada, passa a ser desequilibrada, e, desta forma, os falantes destas línguas passam a ser bilíngues funcionais, pois perdem as elevadas competências linguísticas que as primeiras gerações possuíam (MONTRUL, 2008; ROTHMAN, 2009; VALDÉS, 2000). Putnam (2011) ressalta que na maioria das ilhas linguísticas alemãs a maior parte dos falantes apresenta conhecimentos bem limitados em relação a este idioma. Há, inclusive, a adoção do termo semi-falantes (*semi-speakers*) para se referir a falantes de línguas de herança nestas comunidades, o que já evidencia a perda das competências linguísticas ao longo das gerações.

Diante deste cenário, observa-se que estas variedades estão deixando de ser faladas e ensinadas em casa. Com isso, observa-se o risco de que entrem em extinção em um futuro próximo. Tal constatação se verifica em muitas ilhas linguísticas em diferentes países que receberam imigrantes alemães nos séc. XIX e XX (ALTENHOFEN, 1996; 2013; BOAS, 2009; HOPP & PUTNAM, 2013; PUTNAM, 2011).

No Rio Grande do Sul, por causa do contexto bilíngue de muitas comunidades, ensina-se o alemão-padrão em diversas escolas. No entanto, como os professores são formados na variedade padrão, muitos não se sentem preparados para lidar com este contexto bilíngue português-*hunsrückisch*. Assim, como já apontado por Pupp-Spinassé (2005), embora seja ensinado em comunidades de descendentes alemães, o alemão-padrão é visto como uma língua estrangeira para os falantes de dialeto. Por esse motivo, o ensino de alemão-padrão do modo como vem ocorrendo parece trazer pouca contribuição para a manutenção do dialeto.

Entretanto, nos últimos anos, há cada vez mais publicações acadêmicas que visam a mudar essa situação. Além das pesquisas, destaca-se o projeto iniciado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul denominado “Aspectos metodológicos do ensino do alemão em contextos bilíngues português-Hunsrückisch (Ens-PH)”, que tem como objetivo pensar em estratégias



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

didáticas e metodológicas para fomentar uma política linguística baseada no multilinguismo nas escolas. Tais iniciativas surgem pela consciência acadêmica de que o dialeto *hunsrückisch* é uma variedade muito importante para estas comunidades rio-grandenses e também para a formação linguística destes falantes bilíngues - o que será visto na próxima parte.

4 A IMPORTÂNCIA DO DIALETO NO CONTEXTO NAS COMUNIDADES BILÍNGUES GAÚCHAS

Ao longo da última década, vários estudos vêm demonstrando a importância do dialeto hunsrúqueano na formação da competência linguística dos falantes. A maior parte desses estudos segue a linha de Pupp-Spinassé (2005), que observa a importância do dialeto como uma língua-ponte para a aprendizagem do alemão *standard*, visto que a variedade dialetal tem estruturas similares às do alemão-padrão, facilitando sua aprendizagem em contextos formais.

Confirmando os dados apontados por Pupp-Spinassé (2005), o estudo de Kersch e Sauer (2010), no qual se observou a competência dos falantes de dialeto que aprendiam a variedade formal da língua alemã na escola, também apontou que os falantes de dialeto tinham um nível de competência linguística mais elevado em comparação com os falantes monolíngues. Em sua pesquisa, as autoras apontaram o dialeto como um facilitador para a aprendizagem do alemão-padrão, especialmente nas competências de compreensão, de fala e de leitura. No entanto, de acordo com a visão dos participantes desta pesquisa, somente na competência escrita, o bilinguismo pareceu um dificultador. Esse fato, porém, não pode ser motivo para interpretar que o dialeto dificulta a aquisição da competência escrita. Na verdade, isso precisa ser interpretado com base no fato de que o dialeto é uma variedade oral, ou seja, não há



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

registros escritos oficiais de sua variedade¹. Essa peculiaridade é mais um fator que dificulta o seu ensino formal, uma vez que também não há materiais didáticos disponíveis neste idioma. Por outro lado, este fato não impede que a avaliação do desempenho de falantes do dialeto nas competências de leitura e escrita sejam avaliadas.

Na esteira desses resultados, o estudo de Fritsher (2010) igualmente demonstrou a importância do dialeto na aprendizagem do alemão-padrão, especialmente nas competências de fala e compreensão do Hochdeutsch. A dificuldade que os estudantes falantes de *hunsrückisch* têm em relação ao desenvolvimento da competência escrita em alemão standard se dá justamente pela mudança de código - do oral para o escrito – e não por interferências interlinguísticas relacionadas ao dialeto em si. Nesse sentido, a autora propõe ainda que, para desenvolver a habilidade escrita em alemão-padrão, sejam realizadas atividades que estabeleçam relações entre o sistema fonológico do dialeto com os sistemas alfabético e ortográfico da língua standard, tendo em vista que os sistemas fonológicos das duas línguas se assemelham. Por fim, a autora também sugere a intensificação de ações em sala de aula que estimulem a leitura na língua padrão, pois quanto mais contato com o código escrito, melhor será a competência leitora destes falantes.

Por sua vez, em sua tese de doutorado, Limberger (2018) evidenciou a importância do dialeto *hunsrückisch* no processamento psicolinguístico da leitura tanto do alemão padrão quanto da variedade dialetal. O autor analisou três habilidades: consciência fonêmica, acesso lexical e compreensão de sentenças de falantes bilíngues português-*hunsrückisch* e falantes trilingües português-*hunsrückisch*-alemão *standard*. De acordo com os resultados, os falantes do dialeto que não tinham conhecimentos sólidos de leitura e escrita em alemão *standard* não tinham níveis elevados nas habilidades avaliadas,

¹ Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob coordenação do prof. Cleo Althenhofen, há um projeto denominado ESCHRITU, cujo objetivo é padronizar e criar registros escritos formais neste dialeto.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

embora conseguissem realizar as atividades de leitura. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa indicam que o conhecimento de *hunsrückisch*, mesmo que seja uma variedade somente oral, desempenha um papel importante no processamento da leitura. Essa constatação ficou ainda mais clara quando se analisaram os resultados obtidos pelos grupos de falantes do dialeto que tinham habilidades com a leitura e a escrita do alemão-padrão, já que estes obtiveram resultados mais favoráveis nas três categorias avaliadas. Nesse contexto, este estudo demonstrou que falantes que possuem competências linguísticas nas duas variedades usam seu conhecimento de modo bidirecional. Assim, o conhecimento da variedade dialetal influenciou as médias do tempo de resposta e os níveis de acurácia da leitura dos falantes trilingües na variedade *standard*. Por outro lado, a conhecimento de alemão padrão contribuiu para resultados mais favoráveis deste grupo em relação aos seus níveis de consciência fonêmica e de decisão lexical em dialeto. Portanto, as representações semânticas e fonológicas e as estruturas sintáticas compartilhadas tanto no dialeto quanto no alemão-padrão produzem um efeito de facilitação no processamento da leitura.

O estudo de Wagner (2020) destaca-se por analisar a competência sintática dos falantes de duas gerações do dialeto hunsrückeano falado no município de Santo Cristo. Em seu estudo, a autora evidenciou que os falantes das gerações mais novas, embora recebam cada vez mais *input* da língua portuguesa, ainda demonstram ter uma grande estabilidade sintática no idioma alemão. Um dos principais resultados evidenciados nesta pesquisa indica que quanto mais *input* em ambas as línguas – português e Hunsrückisch – as crianças recebem, especialmente até o período crítico de aprendizagem, melhor é a competência linguística em ambas as línguas. Este resultado traz um dado significativo para as políticas públicas em torno deste assunto, visto que deve ser dada maior atenção ao ensino do dialeto logo na primeira



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

infância, quando os processos biológicos de aquisição linguística favorecem a aquisição linguística.

CONCLUSÃO

Os estudos na área do bilinguismo têm ressaltado que é necessário considerar o conceito de bilinguismo de modo mais amplo, uma vez que a competência linguística de cada falante varia conforme o contexto de uso de cada língua. Assim, encontrar falantes bilíngues ou multilíngues que têm proficiência balanceada em todas as línguas que dominam é uma raridade. Essa constatação trouxe muitos benefícios especialmente para a forma como os falantes bilíngues são observados e também para a forma como certas variedades menos prestigiadas são vistas atualmente.

Nesse sentido, as recentes pesquisas na área demonstram que as línguas minoritárias estão correndo risco de extinção, e urge que providências sejam tomadas, especialmente em relação à aquisição linguística em casa. Cada vez mais as pesquisas na área do bilinguismo vêm destacando a importância dessas variedades para a formação da competência linguística dos falantes.

Nesse sentido, também é necessário a criação de políticas públicas nas escolas para que a aquisição dessas línguas seja incentivada nos espaços formais. No caso especial do dialeto *hunsrückisch*, que é uma variedade aprendida apenas em casa - ou em contextos informais -, é imprescindível que seu aprendizado seja estimulado igualmente na escola, visto que muitas famílias desconhecem a importância desta língua. Assim sendo, quanto à importância das línguas de herança, é necessário destacar que em um país cuja porcentagem de pessoas que dominam outra língua é baixíssima, a aquisição de uma segunda língua em um contexto naturalístico traz consequências positivas incalculáveis.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. V. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul**. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart: Steiner, 1996.

ALTENHOFEN, C. V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt am Main, v. 3, p. 83-93, 2004.

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 93-116.

BENMAMOUN, E.; MONTRUL, S; POLINSKY, M. Keynote article. Heritage languages and their speakers: Opportunities and challenges for linguistics. **Theoretical Linguistics**, v. 39, n.3-4, p. 129-181, 2013.

BOAS, H. C. **The Life and Death of Texas German**. Durham: Duke University Press, 2009a.

DAMKE, C. **Sprachgebrauch und Sprachkontakt in der Deutschen Sprachinsel in Südbrasilien**. Berlin: Peter Lang Verlag, 1997.

FLORES, C. M. M. Understanding heritage language acquisition. Some contributions from the research on heritage speakers of European Portuguese. **Lingua**, v. 16, n.4, 251-265, 2015.

FRITSCHER, M. **Entre a Língua da Comunidade e a Variedade-Padrão da Escola**: oralidade e escrita na aprendizagem de Hochdeutsch por falantes de Hunsrückisch. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

GROSJEAN, F. **Studying Bilinguals**. Oxford: OUP, 2008.

GROSJEAN, F. **Bilingual**. Harvard University Press, 2010.

HOPP, H., & PUTNAM, M. T. Syntactic restructuring in heritage grammars: Word order variation in Moundridge. **Linguistic Approaches to Bilingualism**, v.5, n. 2, p. 180-214, 2015. Disponível em: <<https://benjamins.com/catalog/lab.5.2.02hop>>. Acesso em: 10 ago. 2019.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário nacional da diversidade linguística (INDL)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140>>. Acesso em: 20 out. 2020.

KERSCH, D. F. Es kommt net raus: redes sociais, manutenção linguística e identidades dos falantes de Hunsrückisch de Santa Maria do Herval-RS. **Acta Scientiarum**. Language and culture, v. 38, n. 2, abr-jun, p. 161-168, 2016.

KERSCH, D. F.; SAUER, C. M. A sala de aula de alemão LE para falantes de dialeto: realidades e mitos. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 13, n. 1, p. 183-203, 2010.

KUPISCH, T.; ROTHMAN, J. Terminology matters! Why difference is not incompleteness and how early child bilinguals are heritage speakers. **International Journal of Bilingualism**, v. 22, n.5, p. 564-582, 2018.

LIMBERGER, B.K. **Processamento da Leitura Multilíngue e suas Bases Neurais**: um estudo sobre o hunsriqueano. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica, 2018.

MONTRUL, S. **Incomplete Acquisition in Bilingualism**: Re-examining the age factor. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

MONTRUL, S. **The Acquisition of Heritage Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ROCHE, J. **La Colonization Allemande et le Rio Grande do Sul**. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROTHMAN, J. Understanding the nature and outcomes of early bilingualism: Romance languages as heritage languages. **International Journal of Bilingualism**, v.13, n.2, p. 155-163, 2009.

SAMBAQUY-WALLNER, V. **A Língua Alemã em São José do Hortêncio, RS**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

SCHAUMLOEFFEL, M.A. **Estudo da Interferência do Português da Variedade Dialeto Hunsrück Falada em Boa Vista do Herval**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2003.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

PUPP-SPINASSÉ, K. **Deutsch als Fremdsprache in Brasilien**: Eine Studie über kontextabhängige unterschiedliche Lernaltersprachen und muttersprachliche Interferenzen. Berlin, Peter Lang, 2005.

PUPP-SPINASSÉ, K. Fazendo política linguística em sala de aula: ações didático-pedagógicas pela manutenção da língua minoritária Hunsrückisch. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.

PUTNAM, M. T. Why study Sprachinseln from generative or structural perspectives?: Introductory remarks. In: PUTNAM, M.T. (Ed.) **Studies on German-Language Islands**. John Benjamins Publishing, 2011.

VALDÉS, G. Heritage Language Students: profiles and possibilities. In: PEYTON, J.K.; RANARD, D.A.; MCGINNIS, (Eds). **Heritage Language Instruction in the United States**: a time for renewal. Washington: Eric Publications, 2000.

WAGNER, Claudia Raquel. **Mudança Sintática em uma Ilha Linguística Alemã Sul-Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho/Goethe Universität, 2020.

WILEY, T.G. On defining Heritage Languages and their speakers. In: PEYTON, J.K.; RANARD, D.A.; MCGINNIS, (Eds). **Heritage Language Instruction in the United States**: a time for renewal. Washington: Eric Publications, 2000.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CARGOS DE LIDERANÇA EXERCIDOS POR MULHERES EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Luis Eduardo da Silva Hammacher¹

RESUMO

O presente trabalho propõe apresentar a evolução das mulheres nas jornadas de trabalho, sua dupla jornada de trabalho e a conciliação entre o trabalho doméstico e o trabalho organizacional, os estereótipos dados para elas desde o início da inserção do gênero feminino nas organizações e que perduram até hoje e também suas conquistas e dificuldades enfrentadas até os dias atuais. O estudo viabiliza também apresentar o progresso das mulheres em cargos de liderança e a inserção das mesmas no ramo contábil, em específico nos escritórios de contabilidade e também nos cargos de liderança e gerencia dos setores. Desse modo, a apresentação dos resultados obtidos se baseia em apresentar os cargos ocupados por mulheres em escritórios de contabilidade em âmbito nacional, os setores dos escritórios que tem a maior presença das mulheres, suas dificuldades encontradas no decorrer das suas carreiras e também o que poderia proporcionar ou desproporcionar o progresso para chegar aos cargos de alta liderança nos escritórios de contabilidade.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas – Contabilidade – Liderança Feminina – Escritórios de Contabilidade.

INTRODUÇÃO

Desde o ingresso das mulheres no mercado trabalho, a desigualdade de gênero é notória, visto que a sociedade pré concede que a mulher é do gênero afetivo, exercendo as atividade mais simples e discreta. Ao observar a separação das atividades entre os gêneros nota-se que o gênero masculino exerce atividades táticas, estratégicas e fazendo o uso da inteligência, além das atividades operacionais nas organizações, enquanto as mulheres são pré-

¹ Bacharel em Administração pela Faculdade CNEC Santo Ângelo. Estudante da 20ª turma do MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade de Passo Fundo.
eduardohammacher@gmail.com



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

destinadas aos afazeres domésticos e trabalhos manuais como: corte, costura e culinária (MORENO; DOS SANTOS; DOS SANTOS, 2015).

A representatividade do gênero feminino no mercado de trabalho vem crescendo gradativamente. A ocupação de cargos que antes eram destinados ao gênero masculino hoje são destinados para ambos os gêneros em processos seletivos. Todavia, ainda existem estereótipos criados pela sociedade em que alguns cargos são destinados aos homens e outros às mulheres. Conforme o conceito de Hryniewicz e Vianna (2018), as desigualdades de gênero são visíveis principalmente no que se refere aos cargos de gerência máxima de organizações e em posições de diretoria executiva, embora tenham representatividade feminina à ocupação do gênero masculino ainda prevalece nestes cargos.

Em escritórios de contabilidade as mulheres ainda encontram dificuldades e barreiras a serem superadas, isto se deve ao fato de que a área contábil é considerada um ramo com forte predominância masculina em setores abrangentes da área (MORENO; DOS SANTOS; DOS SANTOS, 2015). Nos setores que os escritórios de contabilidade prestam assessoria, sejam eles o setor fiscal, departamento pessoal e contábil demandam de coordenadores de setor para delegar e gerir tarefas e atividades. O escritório por sua vez também demanda de um gerente e de diretores executivos, cargos que geralmente são ocupados pelos sócios da empresa.

Nessa situação, a presente pesquisa se justifica pela relevância da inserção do gênero feminino em escritórios de contabilidade, principalmente em cargos de liderança ocupados pelas mesmas e suas dificuldades e limites em prosseguir para cargos sucessores de gerência geral e executiva dos escritórios. Para Silva e Silva (2018) contadoras e profissionais de setores de contabilidade são minorias em cargos superiores e de gerência executiva e, em relação aos mesmos cargos ocupados por homens, demoram mais tempo para receber promoção de cargo ou aumento salarial.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Com o propósito de identificar a participação do gênero feminino em cargos de direção e gerência executiva nos escritórios de contabilidade, sendo elas peças fundamentais para o desenvolvimento de cargos de liderança bem como no quadro de colaboradores das organizações (CRUZ et al. 2018). Para isso, foi coletado dados de escritórios para analisar e avaliar a participação de mulheres que atuam em escritórios de contabilidade, o gênero predominante nas gerencias setores dos escritórios e as dificuldades encontradas pelas mulheres para crescimento profissional dentro dos escritórios.

A metodologia aplicada para alcançar os resultados é descritiva qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionário online aplicado aos escritórios de contabilidade em âmbito nacional e a análise será através do referencial teórico e as respostas obtidas através da aplicação do questionário.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção da pesquisa divide-se em dois pontos. No primeiro, é mostrado o progresso das mulheres no mercado de trabalho, relatando como eram as situações de trabalho para as mesmas e como a mulher era vista enquanto seu papel social e também a presença e a evolução do gênero feminino nas organizações contábeis. O segundo, por sua vez, relata a evolução das mulheres na liderança, tomando frente em cargos de gerência e também o perfil das mulheres em seus cargos de coordenação.

1.1 O PROGRESSO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

O início da evolução das mulheres no mercado de trabalho começou no século XIX onde se incorporou o gênero feminino nas atividades organizacionais (OST, 2009). A sociedade pré concedia a afirmativa de que o



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

homem era o detentor das necessidades de sua família enquanto a mulher era responsável pelas atividades do lar (NOGUEIRA, 2010). Com a fortificação do sistema capitalista na segunda revolução industrial diversas mudanças começaram a ocorrer nos sistemas fabris. Com o crescimento tecnológico nas fábricas, grande parte da mão de obra feminina foi transferida para trabalhar na operação das máquinas (PROBST, 2015). A partir de então, algumas garantias para as mulheres começaram a aparecer de modo legalizado.

Em 1932 definiu-se pelo Decreto Federal que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde a salário igual”. Apesar das mulheres começarem a efetivar suas presenças no mercado de trabalho, ainda se encontrava distinção de salários para a mesma função entre os sexos. Para Probst (2015), o motivo da inconformidade salarial na mesma função entre os sexos é devido à centralização do fato que o homem sustentava a mulher e desse modo não haveria necessidade de ganhar um salário igual ou superior ao homem.

Diante do começo das conquistas do gênero feminino no que tange o mercado de trabalho, alguns fatores ainda apareciam como exploração. O papel social da mulher de mãe e dona de casa não vinculava às jornadas de trabalho, visto que a função da remuneração familiar era do homem e conseqüentemente a mulher era destinada a dupla jornada de trabalho por cuidar da casa e também das atividades fabris (SCHMIDT, 2012).

A essencialidade do gênero feminino em fazer parte integrante da remuneração familiar foi um desejo importante para a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho. Para Bruschini (1994), a disponibilidade do sexo feminino para as ocupações de cargos em organizações dependia da possibilidade em conformidade com os afazeres domésticos e também da necessidade da renda complementar familiar, visto que o provedor da renda principal da família era o homem.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A diversidade de pré-conceitos denominados para mulheres, que persiste involuntariamente na sociedade atualmente denota inferioridade física e intelectual em relação aos homens (SILVA; SILVA, 2018). Essas estereotipagens aceitas ainda encontram-se nas organizações e refletem na evolução das mulheres indiferente da profissão exercida.

A entrada das mulheres na contabilidade teve início no século XX, onde foi marcada por uma disputa ideológica para ingressar na área, porém muitas delas eram admitidas como atendentes ou assistentes de contabilidade (SILVA; SILVA, 2018). A profissão de contador formado com o registro no conselho era socialmente estipulada para o homem. As profissões de atendentes ou assistentes contábeis por se tratar de atividades que exerciam esforços repetitivos ou formalidade e cordialidade com os clientes poderiam ser delegadas às mulheres.

A participação feminina nos setores contábeis vem crescendo gradativamente. Em todos os setores abrangentes da área podemos perceber a participação e execução dos processos nas organizações ditados por mulheres. O motivo é decorrente das mulheres terem um senso de organização e agilidade mais aguçado em relação aos homens, sendo um diferencial e também uma grande chave de sucesso para o processo fim de todos os setores da contabilidade (SANTOS et. Al, 2020).

Segundo dados da Fenacon (2018), em 1996 a participação das mulheres nos cenários contábeis era de 27,45%, enquanto a dos homens era de 72,55%. 22 anos depois as ocupações de mulheres com registro ativos era de 57,02% enquanto os homens de 42,98%. No Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a primeira presidente do conselho foi na gestão de 2006-2010 e foi a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

A evolução das mulheres no âmbito contábil proporcionou, em 1991, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a criação do Projeto “Mulher Contabilista”, cujo objetivo era promover o trabalho das mulheres na



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

contabilidade, bem como incentivar ao empreendedorismo. Segundo Santos et al. 2020, também no ano de 1991 e com o sinal de aprovação para o projeto, ocorreu o I Encontro Nacional da Mulher Contabilista juntamente com a 43ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro.

Devido ao grande número de ingressas nos cursos de Ciências Contábeis provam que é notório o aumento cada vez mais de contabilistas nos diversos ramos que a contabilidade pode proporcionar (SANTOS et. al, 2020). Papeis que antes eram exercidos por homens e predominavam estereótipos masculinos, atualmente já podemos perceber a presença feminina nestes cargos dentro de organizações ou até mesmo escritórios de contabilidade.

1.2 MULHERES NOS CARGOS DE LIDERANÇA

A gestão pode ser entendida como uma pessoa que está à frente de uma organização ou setor, exemplificando, que está apta a fazer escolhas com eficiência e também a efetividade de coordenar e delegas as atividades das pessoas. Atualmente, alguns líderes demonstram um perfil com trejeitos mais humildade com seus liderados e com os colegas, são disciplinados, provêm de uma boa comunicação e ausência da personalidade discreta (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018).

Conforme Silva (2017), as diferenças no que tange o âmbito de trabalho nas organizações e a carreira profissionais entre homens e mulheres são percebidas claramente, desde o início dos estudos acadêmicos até onde conseguem chegar para a realização profissional. Os homens conseguem construir e planejar com mais facilidade o futuro profissional. As mulheres, por sua vez tem que intercalar com sua dupla jornada de afazeres domésticos, pessoais e profissionais. Assim, as mulheres passaram a não serem percebidas mais como àquelas que trabalhavam para a remuneração complementar da família e sim para a construção do seu próprio futuro.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para Araújo, Heber & Batista (2020), as características das mulheres em posição de liderança demonstram uma diferença entre os homens no quesito de serem mais flexíveis, diferente da tradicional liderança burocrática, fazendo com que assim valorizem as habilidades e valores dos seus liderados.

As mulheres nos cargos de gerência superior conseguem flexibilizar o seu comportamento nas diversas situações em que passam. Afirmando ainda no que foi citado no parágrafo acima, podemos caracteriza-las como mais objetivas e persistentes, diferente do estilo de gerência executiva masculina, cujo homem tende a enfatizar o seu status enquanto administrador e ainda elabora e interpreta com precisão exatamente o que foi dito (ARAÚJO; HEBER; BATISTA, 2020).

Segundo Meinhard e Faria, em média no Brasil 19% dos cargos de alta liderança são ocupados por mulheres. A falta de representatividade das mulheres em cargos de liderança nas organizações reflete hoje pelos aspectos de discriminação e estereótipos dados as mesmas no decorrer dos anos e que alguns ainda perduram até o momento (MEINHARD; FARIA, 2019).

Para Silva, os setores ou organizações que tem a liderança feminina à sua frente têm vantagens no sentido de que as mulheres têm atributos distintos de liderança em relação aos homens: facilidade em delegar tarefas aos seus funcionários, conseguem realizar várias atividades ao mesmo tempo, organização, autodisciplina, carisma e boa conduta no quesito de atendimento ao cliente e colegas de trabalho (SILVA, 2017).

A participação e integração das mulheres nos cargos de liderança executiva, diretoria e gerência de empresas vem crescendo. As mulheres estão ocupando cada vez mais espaços em cargos de coordenação, este motivo se da ao fato das mulheres estudarem, se atualizarem e estarem mais preparadas para delegar tarefas e também a execução de mais de uma atividade ao mesmo tempo (SILVA; CARVALHO; SILVA, 2017). Estas são algumas das



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

características que afirma a inserção crescente das mulheres na ocupação dos cargos de coordenação.

2 METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo e resolução chave dos questionamentos, foram utilizadas a pesquisa de levantamento de dados com abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de aplicação de questionários de forma online. Ao decidir-se pela abordagem e pela acessibilidade, consultaram-se escritórios de contabilidade em âmbito nacional, sem distinção do número de funcionários do escritório, bem como a localidade sede da empresa.

Para a coleta de dados, utilizou-se o questionário que era composto de 12 (doze) questões, sendo dessas 10 (dez) com método quantitativo e 02 (duas) método qualitativo. O objetivo era alcançar 150 questionários respondidos, sendo assim, alcançou-se 119 questionários. A presente pesquisa tem por objetivo analisar os cargos de liderança ocupados por mulheres em escritório de contabilidade, suas dificuldades encontradas no trajeto profissional da carreira no escritório. O questionário também coletou dados como número de funcionários do escritório, a média do gênero feminino que compunha o quadro colaborativo e questionários de livre resposta para expor algumas dificuldades que as mulheres encontravam diariamente.

A seguir, discorre-se sobre as respostas fornecidas pelos escritórios, separados por perguntas e compreendendo as relações dos levantamentos encontrados.

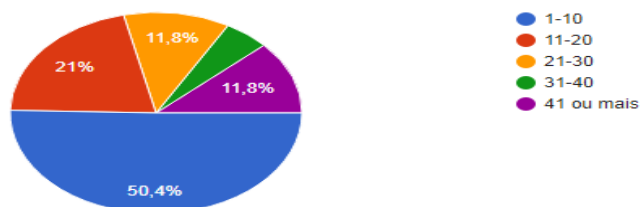
2.1 ANALISE DOS RESULTADOS

2.1.1 Número dos funcionários dos escritórios entrevistados:

Na Figura 1, apresenta uma forte presença de entrevistados de escritórios de pequeno porte em relação ao número de colaboradores, sendo a

predominância de 60 entrevistados representando 50,4% dos escritórios com até 10 funcionários. Posteriormente, segue 25 entrevistados representando 21%, de escritórios com até 20 funcionários, 14 entrevistados sendo 11,8% dos escritórios com 41 funcionários ou mais, também 14 entrevistados, sendo 11,8% dos escritórios com até 30 funcionários e 6 entrevistados, totalizando 5%, dos escritórios com até 40 funcionários no quadro colaborativo.

Figura 1

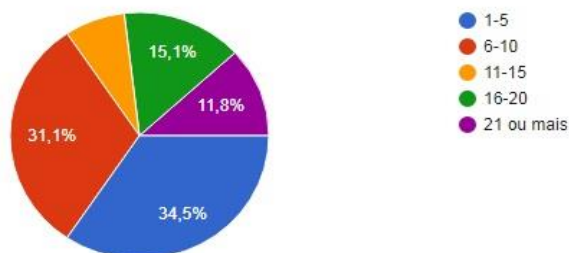


Fonte: dados da pesquisa.

2.1.2 Média da participação do gênero feminino nos escritórios entrevistados

No que se refere à representatividade das mulheres nos escritórios entrevistados, nota-se que 34,5%, sendo 41 dos escritórios tem em seu quadro colaborativo de 1 a 5 mulheres. Por seguinte, tem-se 37 dos escritórios, representando 31,1% da pesquisa com a representação de mulheres de 6 a 10 em seu quadro colaborativo. Em terceiro tem-se 18 escritórios entrevistado, representando 15,1% da pesquisa com a participação de 16 a 20 colaboradoras. Em quarto, 21 dos escritórios entrevistados, totalizando 11,8% da pesquisa com 21 ou mais colaboradoras no seu quadro de funcionários e por último, 9 escritórios, representando 7,6% da pesquisa tem em seu quadro colaborativo de 11 a 15 mulheres.

Figura 2

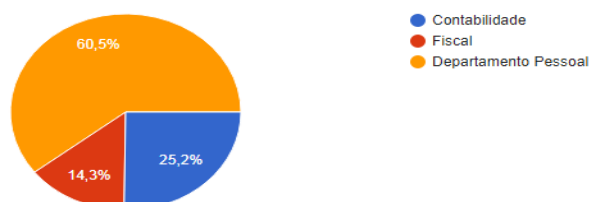


Fonte: dados da pesquisa.

2.1.3 Setores que ocupam maior representatividade das mulheres nos escritórios

A pesquisa 3 objetivou-se encontrar quais os setores dos escritórios tem-se a maior representatividade das mulheres. Na pesquisa, 60,5% dos escritórios entrevistados, sendo esses 72 escritórios, afirmaram que o setor de departamento pessoal tem a maior representatividade das mulheres, enquanto 30 escritórios, sendo 25,2% dos entrevistados afirmaram que o setor da contabilidade tem a maior presença e mulheres, e por último 17 escritórios, sendo 14,3% da pesquisa alegaram que o setor fiscal é o setor com maior representatividade de mulheres.

Figura 3

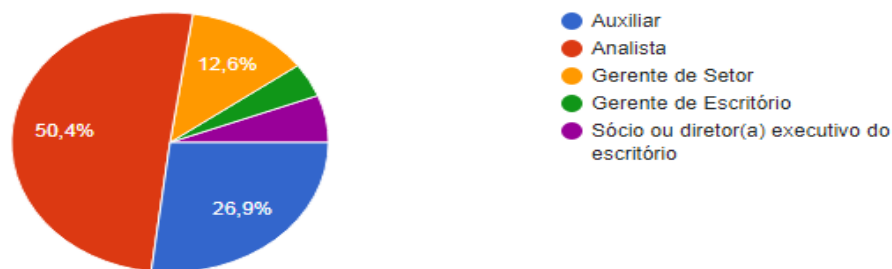


Fonte: dados da pesquisa.

2.1.4 Cargos que tem a maior representatividade do gênero feminino

A figura 04 representa conforme a pesquisa enviada aos escritórios, nas suas opiniões, quais os cargos que denota-se uma maior presença de mulheres exercendo. Sendo assim, 60 escritórios, sendo 50,4% da pesquisa, afirmaram que a função de analista tem uma maior representatividade de mulheres. Por seguinte, 32 escritórios, sendo 26,9% alegaram que a função de auxiliar tem a maior representatividade. Em terceiro, 15 escritórios, sendo 12,6% da pesquisa afirmam que o gênero feminino encontra-se mais em cargos de gerência de setor. Em quarto, 7 escritórios, sendo 5,9% responderam que a maior representatividade de mulheres encontram-se em cargos de sociedade ou na diretoria executiva do escritório. E por fim, 5 escritórios, representando 4,2% da pesquisa afirmam que a maior participação das mulheres são em cargos de gerência do escritório.

Figura 4



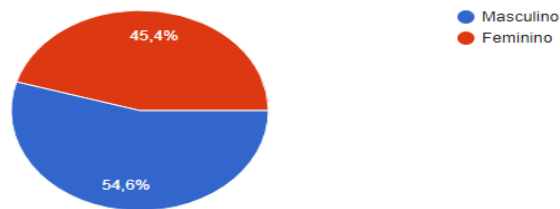
Fonte: dados da pesquisa.

2.1.5 Gênero dos gerentes dos setores dos escritórios

Conforme pesquisa, 65 dos escritórios entrevistados, sendo 54,6% afirmaram que o gerente do setor de contabilidade é do gênero masculino, enquanto 54 dos escritórios, ou seja, 45,4% conclui que o gênero feminino prevalece na gerência. Na gerência do setor de departamento pessoal, 101 escritórios, 84,9%, afirmaram que prevalece o gênero feminino na gerencia,

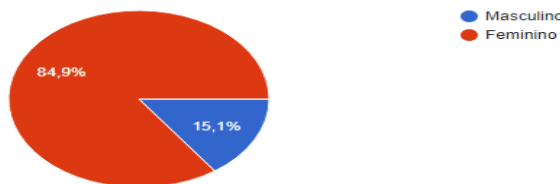
enquanto 18 escritórios, sendo 15,1% afirmam que o gerente do setor é do gênero masculino. No setor fiscal, 60 escritórios, sendo 50,4%, afirmam que o gerente do setor é do gênero feminino, enquanto 59 escritórios, sendo 49,6% relatam que o gerente do setor é do gênero masculino.

Figura do setor de contabilidade



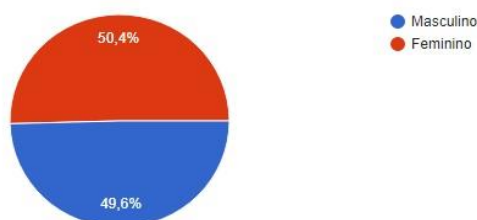
Fonte: dados da pesquisa.

Figura do setor de departamento pessoal



Fonte: dados da pesquisa.

Figura do setor de departamento fiscal

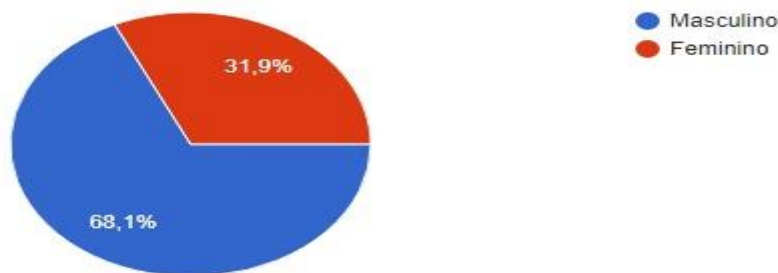


Fonte: dados da pesquisa.

2.1.6 Gênero do gerente geral do escritório

Os escritórios de contabilidade entrevistados afirmaram que 81 dos escritórios, sendo 68,1% da pesquisa tem o gênero masculino como predominante nos cargos de gerencia do escritório, enquanto 38 escritórios, 31,9% afirmam que o gênero feminino ocupa este cargo, como mostra na figura.

Figura 8



Fonte: dados da pesquisa.

Além disso, o formulário disponibilizou dois campos para respostas opcionais, observações adicionais, críticas ou sugestões no âmbito profissional. De forma ampla, houve algumas opiniões positivas sobre a presença das mulheres nos escritórios de contabilidade, algumas respostas ainda afirmaram que o crescimento e promoções de cargos não advêm pelo fato do escritório se de pequeno porte.

Porém, denota-se que algumas mulheres afirmaram que sofreram discriminação pela idade, principalmente por assumir a gerência do setor e ter um auxiliar do gênero masculino com mais idade que a coordenadora e ocupar um cargo menor. Outro fator que as mulheres alegaram na entrevista é a gestação se um empecilho para o crescimento delas nos escritórios, visto que



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

alguns empregadores denotam uma falta de presença durante o período da licença maternidade ou por terem filhos e solicitarem demasiadamente licenças para consultas e ou atividades escolares. Não obstante, algumas mulheres citaram abusos verbais pelos gestores durante as entrevistas de emprego, bem como na avaliação de desemprego ou quando ocorrem uma oportunidade de seleção interna para alguma vaga.

CONCLUSÃO

A inserção do gênero feminino no ambiente organizacional vem ganhando destaque. O que antes era inacessível ou de baixo acesso para as mulheres, hoje denota-se uma forte presença, como é o caso dos escritórios de contabilidade e o que pode ser concluído diante da pesquisa. Contudo, o gênero masculino ainda se sobressai em relação à participação em cargos de gerência geral de escritórios e também nas diretorias executivas, mas ainda confirma-se o progresso na trajetória da presença do gênero feminino nas gerências executivas e na participação nas sociedades dos escritórios.

A partir do estudo realizado, entendeu-se que os cargos de gerências de setores denotam uma forte presença do gênero feminino, principalmente no setor de departamento pessoal e isso se dá ao fato que as mulheres têm um perfil mais detalhista, são comprometidas, exigentes, capazes de tomar decisões, delegar tarefas e executar mais de uma atividade ao mesmo tempo. Por sua vez, a pesquisa afirmou que o cargo de gerente de escritório e também a gerência executiva ainda carece fortemente da presença do gênero feminino. Isso reflete na ausência do gênero feminino na execução destes cargos e um dos fatores é o histórico social e os fatores externos como maternidade, dupla jornada e a presença do machismo nas organizações.

Sendo assim, é necessário que os escritórios de contabilidade continuem aumentando e contabilizando a presença das mulheres em todos os



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

setores e que desconstrua o estereótipo de associar à gestão e liderança às características masculinas. Também para isso, os fatores externos citados anteriormente, como licença maternidade, dupla jornada e filhos não sejam enraizados na hora de delegar cargos de gerência de escritório e executivas nos escritórios de contabilidade. E que ainda sim, seja enfatizado cada vez mais as características que hoje são denominadas às mulheres, como carisma, perfeição nos detalhes, capacidade de delegar tarefas e motivação de seus liderados.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ione Maria Santos; HEBER, Florence; BATISTA, Karen. **Mulheres no Comando:** características e singularidades da gestão executiva feminina. *Gestão & Conexões*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 01-26, abr. 2020.

CRUZ, Niara Gonçalves da; LIMA, Gustavo Henrique de; DURSO, Samuel de Oliveira; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Desigualdade de Gênero em Empresas de Auditoria Externa. Contabilidade, Gestão e Governança**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 142-159, 16 abr. 2018. ANPAD. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a8>. Acesso em: 01 ago. 2020.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. **Mulheres em Posição de Liderança:** obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Cadernos Ebape.Br*, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 331-344, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174876>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MEINHARD, Vera Regina; FARIA, Jose Henrique de. **Representatividade das Mulheres na Hierarquia de Empresas:** estudo de caso com base no women's empowerment principles. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 033-060, abr. 2020.

MORENO, Marcia Moreira; DOS SANTOS, Flávia Viana; DOS SANTOS, Cristina Barbosa. **O Fortalecimento da Mulher na Área Contábil – crescimento e valorização profissional.** Disponível em:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/download/4018/2321>>.
Acesso em: 20 ago. 2020.

NOGUEIRA, David Antonio. **Mulher e Mercado de Trabalho**. 2010. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2010. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911301355.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OST, Stelamaris. **Mulher e Mercado de Trabalho**. 2009. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-64/mulher-e-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**. 2015. Disponível em: <<https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

RAFAELLA FELICIANO e FABRICIO SANTOS (Brasil). **Mulheres se Destacam por Atuação e Crescimento Profissional na Contabilidade**. 2018. Elaborada por Fenacon. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/noticias/mulheres-se-destacam-por-atuacao-e-crescimento-profissional-na-contabilidade-3076/>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

SANTOS, Hellen Karine Melo dos; COSTA, Miriam Carvalho de Menezes; GUIMARÃES, Isac Pimentel; AGUIAR, José Hilton Santos. **A Atuação da Mulher Contabilista nas Organizações Contábeis na Cidade de Salvador/BA**. Disciplina e Produção Científica, Salvador, v. 0, n. 0, p. 01-18, 2020. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/123491442-A-atuacao-da-mulher-contabilista-nas-organizacaoes-contabeis-na-cidade-de-salvador-ba.html>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SCHMIDT, Natalia Taiza. **A Dupla Jornada de Trabalho: reflexão sobre o vínculo da mulher com o trabalho doméstico em contexto de ensino e aprendizagem de sociologia para o nível médio**. Lenpes-Pibid de Ciências Sociais - Uel, Londrina, v. 1, n. 1, p. 01-11, Janeiro de 2012.

SILVA, Celia Regina Ramos da; CARVALHO, Paula Mangueira de; SILVA, Elisângela Leandro da. **Liderança Feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras**. Educação Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queiros, Carapicuíba, v. 1, n. 7, p. 01-12, fev. 2017.

SILVA, Derley Junior Miranda; SILVA, Marli Auxiliadora da. **Mulheres na Contabilidade: os estereótipos socialmente construídos sobre a**



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

contadora. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 071-091, 30 abr. 2018. Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2018110104>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Fernanda Borges da. **Desafios das Mulheres em Cargos de Liderança**. 2017. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2017.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O ÓDIO QUE NÓS SEMEAMOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DA OBRA DE ANGIE THOMAS

Júlia Vier Ramos ¹
Mariel da Silva Haubert ²

RESUMO

O Direito permeia a vida em sociedade, e, tendo em vista o fato de que a literatura explora as interações entre os indivíduos e sua presença e atuação no meio social, não poderia ignorar o papel do Direito, ainda mais em obras que tratam das questões sociais de maneira tão incisiva como a obra “O ódio que você semeia” de Angie Thomas. Sendo assim, a presente pesquisa se propõe a analisar a situação jurídica e social apresentada a partir de pesquisa bibliográfica com base em estudos de Silvio Almeida e Paulo Mesquita Neto, além de reportagens que evidenciam as situações de violência e violação de direitos. Nessa perspectiva a análise demonstra que o racismo é elemento de uma estrutura de discriminação e preconceitos, que apenas será modificado com abordagens educacionais, institucionais e sociais que coíbam suas práticas discriminatórias e segregativas, além de reformas estruturais. Enquanto isso, no caso da violência policial, são necessárias medidas que coíbam as práticas ilegítimas das forças policiais, seja a partir de normas internas e ações institucionais que punam os agressores, ou ainda a partir de circunstâncias dentro das forças armadas que preparem os agentes para que as situações de violência não ocorram se não forem extremamente necessárias.

Palavras-chave: Direito – Literatura – Racismo - Violência Policial.

INTRODUÇÃO

O Direito permeia a vida em sociedade. É a partir de normativas e regras que o mundo se organiza. Inclusive, pelo simples fato da existência de

¹ Acadêmica do Curso de Direito- 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. julia.vier.ramos@gmail.com.

² Doutora em Educação nas Ciências. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Práticas de Produção Textual: o escrever e o significar em contexto acadêmico. mariel@fema.com.br.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

diferentes países, regidos pelo Estado de Direito, é possível a percepção da importância do fenômeno jurídico na vida de todos os indivíduos e no contexto mundial. Sendo assim, uma vez que a literatura explora as interações entre os indivíduos e sua presença e atuação na sociedade, não poderia ignorar o papel do Direito, uma vez que este se faz um dos fundamentos dos Estados e dos grupos sociais de diferentes épocas.

Nesse sentido, muito embora nem todas as obras literárias possuam como objeto principal a evidenciação da legislação e determinação social a partir do Direito, acabam por tratá-la, mesmo que de forma implícita, já que esse figura como pilar do corpo social. Há obras, no entanto, que retratam o caráter jurídico de maneira incisiva, principalmente quando buscam salientar os dilemas sociais e as injustiças que ocorrem diariamente em relação a certos grupos. Esse é o caso da obra que será analisada, pois evidencia claramente a temática do racismo, que consiste em um grave problema dos tempos atuais.

A partir disso, a presente pesquisa se propõe a analisar a questão jurídica e social apresentada na obra “O Ódio que Você Semeia” da autora norte-americana Angie Thomas, que aborda tanto problemáticas jurídicas e institucionais- como a violência policial e a atuação brutal do Estado em relação a certos grupos- quanto a questão social, que coloca as pessoas negras em posição inferior, justificando, de certa forma, a prática do racismo. O estudo de tais temáticas se dará por meio de uma pesquisa bibliográfica com base em obras como “Racismo Estrutural” de Silvio Almeida e “Cidadania, Justiça e Violência”- principalmente a partir das colocações de Paulo Mesquita Neto no capítulo “Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle”- além de reportagens que evidenciam as situações de violência e violação de direitos.

Nesse sentido, a fim de contextualizar o leitor acerca da obra estudada, o primeiro capítulo tratará especificamente da narrativa e dos acontecimentos que levaram a protagonista à discussão da questão racial e social. Os demais



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

capítulos serão voltados à explanação do racismo e o seu surgimento, além da problemática da violência policial, tanto na cultura norte-americana quanto no contexto brasileiro, a partir de casos reais que ocorreram nos dois países. Dessa forma, o segundo capítulo versará a respeito do racismo e seu surgimento, a partir dos estudos do autor e jurista brasileiro Silvio Almeida, a fim de demonstrar que as situações de discriminação não são casos isolados, mas advém de uma cultura de segregação e menosprezo da população negra. E por fim, o terceiro capítulo exporá a situação de violência policial em ambos os países, trazendo situações reais, entre elas os casos de George Floyd, nos Estados Unidos e João Pedro, no Brasil e fazendo uma análise das medidas que podem ser tomadas para fins de conter essas violações.

1 BREVE SÍNTESE DA OBRA ANALISADA

O livro “O ódio que você semeia” da autora norte-americana Angie Thomas conta a história de Starr, uma menina de 16 anos que transita constantemente entre dois mundos: o bairro onde mora (Garden Heights, que pode ser considerado como uma espécie de gueto), sendo um lugar de poucas condições e bem arriscado na maior parte do tempo; e a escola particular em que frequenta (Williamson), onde é uma das únicas alunas negras, até mesmo figurando como alguém descolada, por possuir um estilo diferente. Em nenhum desses lugares, entretanto, Starr se sente totalmente confortável ou verdadeira consigo mesma; na escola ela tenta se policiar para agir de uma maneira mais contida a fim de se encaixar, enquanto que no bairro onde mora sente-se uma estranha, por não mais conseguir se adequar em algumas situações.

Nesse contexto, é exatamente esse sentimento de não pertencimento que ela experencia quando vai a festa de recesso de primavera em seu bairro. A menina está parada em um canto observando o movimento das pessoas quando avista um conhecido de muitos anos, Khalil, seu amigo de infância.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Eles começam a conversar, mas são interrompidos, momentos depois, por um tiroteio que se inicia na festa. Os dois então saem às pressas e Khalil oferece uma carona para Starr. Em seu trajeto para a casa, trafegando tranquilamente por uma rua calma, eles percebem uma viatura policial os seguindo, posteriormente solicitando que parem o carro. Naquele momento, a menina fica muito tensa, relembando todas as instruções que seus pais lhe passaram para o caso de que ela fosse parada por policiais: responder o que o policial perguntar, estar sempre com as mãos a mostra, não fazer movimentos bruscos. Ela se perguntava se seu amigo também lembraria das instruções.

O policial se aproxima do carro e pede os documentos de Khalil, no que ele pergunta exasperado o porquê da abordagem. O agente então fala que um dos faróis do carro não estava funcionando e o jovem questiona um pouco irritado se ele irá ou não o multar. Nesse momento, o policial perde a paciência e manda o jovem sair do carro para revistá-lo. Khalil é vistoriado, nada sendo encontrado, e então o agente de distintivo 115 vai até seu carro para checar os documentos dele, ordenando que os dois adolescentes não se movam. Em um movimento repentino Khalil vai até a porta do carro para perguntar se está tudo bem com Starr, mas nem chega a terminar a frase, pois logo é baleado com três tiros em suas costas. A menina fica perplexa e sai para tentar acudir o amigo, mas o agente 115 grita com ela e demanda que fique parada, apontando na direção dela a mesma arma que utilizou para matar Khalil. Depois do “incidente”, o corpo do garoto é deixado na rua. Algumas pessoas vão chegando, juntamente com uma ambulância e posteriormente o corpo do garoto é coberto. Mais tarde, passado algum tempo, os pais de Starr chegam para buscá-la, finalmente a tirando daquele cenário horrível.

Assim que o caso tem repercussão midiática, todos começam a questionar a índole de Khalil, surgindo inclusive colocações sugerindo que ele era traficante, enquanto que, no caso de Brian (o policial que matou Khalil), são mostradas imagens dele com a família, tudo indicando para o fato de que ele



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

era uma boa pessoa e que nunca agiria de maneira a ferir alguém. Starr ficou desapontada quando soube que seu amigo poderia estar envolvido com tráfico de drogas, mas ela não entendia como aquilo poderia justificar a abordagem violenta do policial, uma vez que, no momento em que Khalil foi baleado ele não estava representando risco algum. O fato de o garoto ter ou não feito o que estavam o imputando, não poderia legitimar a conduta precipitada do policial. A partir desse momento, a vida de Starr, que já era permeada de inseguranças e dúvidas acerca de sua identidade, fica ainda mais complicada. No começo a garota tenta não aparecer muito com medo de ser ameaçada ou colocar sua família em risco pelo que viu, agindo de maneira muito discreta ao comparecer nos interrogatórios para auxiliar na investigação, ocasiões em que é perguntada frequentemente se Khalil tinha envolvimento com narcóticos, sendo essa considerada a questão mais importante e não o fato de ele ter sido morto simplesmente porque se moveu.

Nesse sentido, ao longo da história a autora aborda temas fundamentais e imprescindíveis como a questão do racismo, mesmo cometido por pessoas que acreditam que não estão agindo de tal forma. É o caso de uma das melhores amigas da garota ao comentar como era triste a situação do policial, dizendo, em um contexto de várias manifestações com o lema “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam), que a vida do policial também importava, ocasião em que Starr fala: “A vida dele sempre importa mais! Esse é o problema!” (THOMAS, 2018, p. 212). Além disso, é muito interessante ver a perspectiva de uma jovem negra acerca de todas essas situações, que muitas pessoas falam a título de opinião, nunca compreendendo como realmente as coisas ocorrem na prática.

Isto posto, outra temática bem explícita na obra é a questão do privilégio, sendo que a menina e seus conhecidos devem agir sempre de forma a cuidar tudo o que fazem para não passarem a impressão errada aos agentes de polícia, enquanto que, muitas vezes, pessoas brancas estão de fato agindo de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

forma incorreta e mesmo assim não são abordadas com tanta brutalidade. A garota precisa encontrar sua voz e coragem para não se calar diante das situações de injustiça que ocorrem diariamente ao seu redor. Ao longo do livro, Starr precisa lutar contra seus próprios medos e inseguranças em busca de algo maior, a justiça por seu amigo e por tantos outros.

Como não poderia ser diferente em uma sociedade racista e permeada de privilégios, mesmo com todos os protestos e indignações advindas da sociedade, o policial branco é considerado inocente. No entanto, tal fato não é visto pela protagonista como uma derrota ou um motivo para desistir, mas uma razão pela qual ela deve continuar lutando, para que um dia todas as vozes silenciadas sejam ouvidas:

Seria fácil desistir se fossemos só eu, Khalil, aquela noite e aquele policial. Mas tem muitos outros envolvidos. Tem Seven. Sekane. Kenya, DeVante. Tem também Oscar. Aiyana. Trayvon. Rekia. Michael. Eric. Tamir. John. Ezell. Sandra. Freddie. Alton. Philando. Tem até aquele garotinho de 1955 que ninguém reconheceu de primeira: Emmet. A pior parte? Tem muito mais gente. Mas acho que vai mudar um dia. Como? Não sei. Quando? Não sei mesmo. Por quê? Porque sempre vai existir alguém para lutar. Talvez seja a minha vez. (THOMAS, 2018, p. 372).

É interessante perceber que os nomes citados pela personagem nesse momento da história são nomes de pessoas reais que foram mortas de maneira injusta por forças policiais em situações permeadas de racismo e abuso de poder. É o caso do menino Trayvon Martin, de 17 anos, que foi morto quando seguia para a casa de seu pai, tendo sido alvejado por um vigilante voluntário, George Zimmerman, que sequer foi indiciado pela morte do garoto (BBC News Brasil, 2012).

Nesse contexto, há também o caso de Eric Garner, um homem de 43 anos que foi morto em 2014 por asfixia, durante sua prisão- enquanto repetia demasiadamente a frase *“I can’t breath”* (não consigo respirar) - por supostamente vender cigarros soltos sem pagar impostos. Nesse caso, houve

a decisão, por parte do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, de não indiciar o policial pela morte de Eric, tendo sido considerado que o agente não violou os direitos civis de Garner (UOL Notícias, 2019).

Sendo assim, uma vez apresentado o contexto da história, o presente artigo pretende, a partir desse momento explorar as questões do racismo e da violência policial, tão presentes na obra e enraizadas na sociedade atual. Dessa forma, o capítulo a seguir abordará a temática do racismo, a fim de que o leitor possa compreender as questões técnicas e o contexto histórico e social de tal prática.

2 A RAÇA E O RACISMO

O principal elemento da cultura violenta apresentada por Angie Thomas em sua obra é o racismo, demonstrando-se como elemento originador das violações de direitos e situações de extrema brutalidade realizadas pelo Estado, e até mesmo por civis em algumas situações, em relação às vidas de pessoas negras. Para tanto, no presente capítulo, tratar-se-á de definir raça e racismo, a fim de que se possa compreender de que maneira casos tão graves como o de Khalil, ou até mesmo piores, continuam ocorrendo.

Dessa forma, a fim de que se possa compreender o que pode ser definido por racismo e suas implicações em acontecimentos como o abordado na obra, é necessário considerar-se algo anterior a esse conceito e que figura como fundamento para sua originação: a noção de raça.

2.1 RAÇA

A ideia de raça diz respeito ao ato de estabelecer classificações, definindo diferentes categorias de seres humanos e distribuindo-os em grupos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de acordo com a cor da pele e origens ancestrais ou culturais (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, o escritor e filósofo brasileiro Silvio Luiz de Almeida, em seu livro *Racismo Estrutural*, mais especificamente no capítulo “*Raça e Racismo*”, exhibe um panorama histórico da definição de raça. Apresenta, assim, tal expressão como produto de circunstâncias históricas do século XVI que forneceram um sentido específico ao termo, sendo essas: a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo, figurando como base para a cultura renascentista que posteriormente viria a refletir sobre a unidade e multiplicidade da existência humana, influenciando o iluminismo.

Segundo o autor, anteriormente a esse período o ser humano era considerado como pertencente a uma comunidade política ou religiosa, sendo identificado a partir de suas crenças e organização estrutural, e não de acordo com a sua “raça.” No entanto, principalmente a partir do século XVIII, com o aparecimento do projeto iluminista de transformação e a construção de uma concepção filosófica que estabelecia o homem como sujeito e objeto do conhecimento, o ser humano passa a ser classificado com base em suas características físicas e culturais, surgindo então o entendimento antropológico que passa a distinguir “civilizado” de “primitivo”, além do conceito moderno de raça, que possui significativa influência nas situações de exploração e dominação que viriam a seguir.

O iluminismo foi o fundamento filosófico das grandes Revoluções Liberais, que buscavam instituir a liberdade, livrando o mundo das trevas e preconceitos da religião e travando guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As Revoluções inglesas, americana e francesa proporcionaram a reorganização do mundo em um contexto que apontaria para o colonialismo, que, muito embora pregasse a universalização dos benefícios da liberdade, igualdade, Estado de direito e mercado, foi um processo de destruição, morte, exploração e depreciação que possuía como principal



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

justificativa a razão. Nesse contexto, a noção de raça figuraria como uma das tecnologias mais importantes do colonialismo europeu para a submissão e destruição das populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2019).

De acordo com a ideia moderna de raça, os povos dos lugares colonizados seriam inferiores aos seus colonizadores pelo fato de não terem sido capazes de atingir o parâmetro de civilidade destes, portanto seriam bestiais, sem história, degenerados, muito semelhantes a animais irracionais. Esse processo de marginalização antecede e justifica as práticas discriminatórias ou genocidas dos grupos considerados primitivos e chega a ser inclusive cientificamente fundamentado naquele momento, estabelecendo a perspectiva de que a circunstância da pele não branca, juntamente com os fatores relacionados ao clima tropical, tendiam a favorecer o surgimento de comportamentos imorais, libidinosos e violentos, portanto os povos desses grupos estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento. Nessa perspectiva, tal pensamento possuiu enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, sendo denominado racismo científico, e tendo influenciado fortemente na opressão colonial e no processo histórico do racismo como um todo.

Sendo assim, a partir do que foi abordado nesse capítulo é possível a percepção de que raça da forma como se conhece atualmente em nada se relaciona a questões biológicas ou científicas, tampouco questões culturais ou climáticas, mas constitui um conceito que foi desenvolvido ao longo da história por grupos que se encontravam no poder para fins de justificação de práticas destrutivas e de dominação em relação aos grupos que agiam diferentemente de si, uma vez que os dominantes se consideravam superiores aos demais em virtude de seus aspectos culturais e estruturação social. Além disso, acerca do papel político do termo raça, aduz Silvio Almeida que: “[...] a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários.” (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Uma vez abordada a noção de raça, podemos seguir para o seu mais perigoso e preocupante fruto, aquele que nunca parece ser superado por completo e que ainda atua de maneira ativa em muitas sociedades contemporâneas de forma a oprimir e subalternar os grupos a que se refere: o racismo.

2.2 RACISMO

2.2.1 Diferenças Entre Racismo, Preconceito e Discriminação

Quando se fala em racismo, é preciso estabelecer algumas diferenciações em relação a outras duas categorias que muito se assemelham a este e, por vezes, acabam fazendo parte de sua própria definição, estando incluídas na ideia de raça: o preconceito e a discriminação. Os três conceitos serão tratados brevemente nesse primeiro momento do capítulo, iniciando-se pela definição de racismo.

Em se tratando do conceito de racismo, o autor Silvio Luiz de Almeida o define da seguinte forma:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Sendo assim, o racismo agrega em si a ideia de discriminação e preconceito, no entanto apresentando-se de maneira mais geral, abrangendo práticas que têm como consequência situações de desvantagens reais no âmbito social. Já o preconceito, segundo o autor, seria um juízo prévio, baseado em estereótipos em relação a indivíduos de determinado grupo



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

racializado, que pode ou não ter como consequências práticas discriminatórias. O fato de se considerar negros como violentos e inconfiáveis ou judeus como avaros são exemplos de preconceitos. Por sua vez, a discriminação racial seria “[...] a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.” (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Nesse sentido, um requisito primordial para discriminação seria o poder, a possibilidade de uso efetivo da força a fim de atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça, podendo essa situação ocorrer de forma direta ou indireta. A discriminação direta se materializaria através de uma rejeição evidente realizada através de um único vetor e motivada pela condição racial, a certos indivíduos ou grupos, impondo-lhes um tratamento desvantajoso. Por outro lado, a discriminação indireta se caracteriza por meio de uma desconsideração da situação específica e menos vantajosa de grupos e minorias, impondo-lhes regras de neutralidade e ignorando suas vulnerabilidades. A consequência de ambas as práticas de discriminação ao longo do tempo é a estratificação social, que acaba por evidenciar as situações de desigualdade entre os grupos de negros e brancos, por exemplo, já que coloca aqueles em contextos muito distintos e com escassez de oportunidades (ALMEIDA, 2019).

Além disso, de acordo com Silvio Almeida, no âmbito da discriminação, há ainda as discriminações positiva e negativa. A discriminação positiva se caracteriza pela atribuição de tratamento diferenciado aos grupos que foram historicamente discriminados, com a finalidade de compensar ou corrigir os prejuízos causados pela discriminação negativa (a realmente responsável pelas desvantagens dos grupos discriminados).

Nesse sentido, a partir do exposto até o presente momento é razoável constatar que a ideia de racismo, além das noções de preconceito e discriminação, advém de um processo de distinção de grupos raciais por condições de submissão e privilégio, distribuídos entre esses e reproduzidos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

nos âmbitos político, econômico e social. Dessa forma, a fim de elucidar o leitor acerca do contexto e estrutura do racismo em si, a próxima passagem apresentará, a partir da pesquisa de Silvio Almeida, as diferentes concepções de racismo.

2.2.2 As Concepções De Racismo

O racismo, além de ser uma problemática social complicada e com vários desdobramentos, é também complexo em relação a sua estrutura conceitual e de formação, pois possui dimensões distintas, sendo que cada uma diz respeito a um elemento específico da prática do racismo e juntas formam o panorama geral responsável por perpetuar a desigualdade e a violência até os dias atuais. Segundo ALMEIDA (2019), existem três concepções de racismo, sendo elas: individualista (relação com a subjetividade), institucional (relação com o Estado) e estrutural (relação com a economia). Cada uma dessas concepções será tratada em subseções separadas para fins de melhor compreensão.

2.2.2.1 Concepção Individualista Do Racismo

Para a concepção individualista, o racismo é visto como uma espécie de patologia ou anormalidade, sendo caracterizado como fenômeno ético de caráter individual ou coletivo que evidencia uma certa irracionalidade que deve ser combatida no campo jurídico por meio de aplicação de sanções civis ou penais. Essa concepção não aborda exatamente a ideia de racismo, mas de um preconceito de determinadas pessoas em relação a certo grupo. Seria um caso de racismo isolado, como se, por exemplo, alguns terroristas brancos bombardeassem uma igreja negra e matassem cinco das pessoas que ali se encontravam (ALMEIDA, 2019).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Segundo essa teoria, não haveria sociedades ou instituições racistas, pois o racismo seria um fenômeno individual, havendo, portanto, apenas indivíduos racistas, postura que estaria ligada ao comportamento, a educação e que poderia ser combatida com a conscientização acerca dos males do racismo, a partir de estímulos de mudanças culturais, que figurariam como a principal maneira de enfrentamento do problema (ALMEIDA, 2019).

De acordo com Silvio Almeida essa concepção é frágil e limitada, pois insiste em pairar sobre um sentido moralizador imprudente e uma fixação com a ideia de legalidade. Além disso, desconsidera o fato de que as maiores molestas do racismo foram produzidas a partir da ideia de legalidade e com o apoio moral de líderes políticos e daqueles considerados homens de bem.

2.2.2.2 Concepção Institucional do Racismo

Segundo essa concepção, o racismo seria resultado do funcionamento das instituições que atuam de maneira a conferir desvantagens ou privilégios com base na raça. Nesse sentido, tendo em vista o fato de que as instituições exprimem modos de orientação do ser humano, moldando seu comportamento e resultando dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social, carregam em si os antagonismos existentes na sociedade, portanto abrangendo entre estes o conflito racial.

De acordo com perspectiva institucional, a desigualdade é característica da sociedade pois as instituições são comandadas por determinados grupos raciais que empregam mecanismos institucionais com o intuito de impor seus interesses políticos e econômicos sobre os demais, uma vez que o racismo é, acima de tudo, dominação. Ademais, este depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo regras e padrões de conduta que tornem o seu controle normal e natural. Dessa forma, estabelecem parâmetros discriminatórios que dificultam ou impedem a ascensão de outros



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

grupos. Exemplo de racismo institucional seria o fato de que os negros são condicionados a viver em favelas dilapidadas, sujeitas a pressões diárias de exploradores, não tendo possibilidade alguma de progresso ou sequer expectativa de vida em alguns casos, enquanto muitos brancos já nascem com todas as condições perfeitas para se desenvolverem.

Nesse sentido, ALMEIDA propõe algumas medidas que podem auxiliar para que as instituições deixem de reproduzir as práticas racistas tão arraigadas em sua composição, como políticas de ação afirmativa que aumentem a representatividade de minorias raciais, alterando, dessa forma, a lógica discriminatória dos institucionais. Nesse quadro, como se pode perceber a partir da observação do contexto social nos últimos períodos, tais práticas têm sido implementadas aos poucos sendo, no entanto, mesmo com toda a sua importância, alvo de grandes controvérsias, o que apenas mostra o quanto as instituições são conflituosas e precisam, urgentemente, reformar-se para se adaptarem à dinâmica dos conflitos sociais e, com sorte, promover alguma mudança significativa.

2.2.2.3 Concepção Estrutural de Racismo

A partir da perspectiva do racismo estrutural, as instituições materializam uma estrutura social que contém o racismo como um dos seus componentes orgânicos, portanto, as instituições são racistas pois a sociedade é racista. Dessa maneira, o racismo é parte da ordem social, sendo apenas reproduzido pela instituição e não por ela criado. Nesse sentido, o contexto do racismo atual foi sendo construído ao longo da história, fortalecendo cada vez mais sua estrutura através de práticas de discriminação, domínio e manipulação para com os negros. (ALMEIDA, 2019).

É importante mencionar, no entanto, que mesmo essa perspectiva caracterizando o racismo como algo intrínseco à estrutura social, não isenta os



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

indivíduos e instituições que agem de maneira racista na sociedade atual, uma vez que estes poderiam comportar-se de maneira adversa, coibindo as práticas de discriminação, sendo que o racismo não é incontrolável por ser parte da estrutura social. Sendo assim, tendo em vista que o racismo faz parte da vida cotidiana da sociedade, as instituições e indivíduos que não tratem a desigualdade racial como um problema, facilmente reproduzirão as práticas racistas já tidas como normais. Portanto as ações políticas e institucionais também se fazem significativas para combater essa questão (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, Silvio Almeida determina que a única maneira de as instituições combaterem essa problemática seria por meio de práticas antirracistas efetivas, devendo estabelecer situações de igualdade e diversidade nas relações internas, removendo obstáculos para a elevação de minorias. Além disso, é preciso manter espaços para debates e eventual reavaliação de atos institucionais, promovendo o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero, uma vez que a mera presença de pessoas negras em espaços de poder não é suficiente para que a instituição deixe de atuar de maneira racista (ALMEIDA, 2019).

Nesse contexto, ainda segundo Almeida, é imprescindível para a luta antirracista que pessoas negras estejam representadas nos espaços de poder de maneira concreta, já que o fato de manter alguns poucos negros nesses espaços não é uma prática antirracista efetiva para a promoção de igualdade. Ademais, não basta apenas a liderança institucional, fazendo-se necessários projetos ou programas estruturais que incidam sobre situações como questões da ordem econômica, política e do direito (ALMEIDA, 2009).

Uma vez abordada a questão do racismo a partir de colocações básicas para que a população negra possa ter condições semelhantes às dos outros grupos- desfrutando de seus direitos como cidadãos de maneira que algum dia possam atuar de maneira significativa na sociedade, sendo protagonistas de sua história- o presente artigo tratará agora da situação de violência policial,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

que dificulta ainda mais o projeto de ascensão desses grupos subjugados na medida que não lhes são garantidos nem sequer os direitos mínimos do ser humano: a dignidade, o respeito e a vida.

3 VIOLÊNCIA POLICIAL

Além do racismo, a principal temática abordada na obra “O ódio que você semeia” de Angie Thomas consiste na violência policial. Portanto, o objetivo do presente capítulo é a compreensão do papel da polícia e a análise de suas ações a partir de estudo de casos de violência por parte dessa instituição, cada vez mais recorrentes no âmbito social. A observação será feita nos contextos norte-americano (principal abordagem da obra apreciada no presente artigo) e brasileiro (a fim de que o leitor perceba que as críticas severas em relação ao papel da polícia também cabem ao cenário brasileiro). É importante mencionar que o objetivo desse capítulo não é, de maneira alguma, desrespeitar ou deslegitimar a polícia, mas criticar algumas abordagens impregnadas de preconceito, racismo e desrespeito para com a vida, que acabam por criar uma situação de medo e revolta em relação a uma instituição que deveria figurar como protetora da sociedade em relação a atividades criminosas e afrontosas à vida, e não ser aquela que as pratica.

Para tanto, serão realizadas segmentações nesse capítulo que tratarão dos casos de violência policial a partir de uma análise de dados e notícias que demonstram a atuação letal da polícia em relação às vidas negras.

3.1 OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A VIOLÊNCIA POLICIAL

O livro “O ódio que você semeia” se passa no contexto norte-americano e, ao contrário do que se possa pensar, aborda a questão da violência policial de forma significativamente mais branda do que a realidade. Na história



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

contada por Angie Thomas, Khalil tem sua vida ceifada por três tiros nas costas, enquanto que na realidade o número de disparos raramente se limita a três ou ainda a morte ocorre de maneira mais torturante, como quando um policial branco posiciona seu joelho no pescoço de um homem negro por aproximadamente 9 minutos, impedindo-o de respirar e ocasionando sua morte, da maneira como ocorreu com George Floyd.

Em relação à situação de violência policial nos Estados Unidos, segundo Brian Burghart, fundador da plataforma *FatalEncounters.org* (site de defesa de direitos civis que documenta mortes envolvendo agentes da lei desde o ano 2000), em entrevista concedida à DW afirma:

Nota-se que os afro-americanos são mortos numa taxa que é mais ou menos o dobro de sua presença na população: eles são cerca de 13% [dos habitantes dos EUA], e representam uns 26% da estatística". Das 28.139 mortes, 7.612 são de negros. Eles estão também super-representados em certas categorias de morte, como "asfixiado/imobilizado", "evento médico" e "surrado/espantado com um instrumento. (DW Brasil, 2020).

Nesse contexto é possível a percepção de que, mesmo as pessoas negras não figurando como maior parte da população norte-americana, estas são as protagonistas da narrativa quando se trata das vítimas da violência policial. Sendo assim, a fim de que o leitor possa visualizar mais explicitamente as situações aqui retratadas, compreendendo as mortes não apenas como números mas como perdas reais para a sociedade, o artigo, nesse momento, propõe-se a examinar um caso prático que ocorreu neste ano de 2020 nos Estados Unidos, caracterizado pela asfixia de um homem negro por parte de um policial branco. Esse homem negro era George Floyd.

3.1.1 O Assassinato de George Floyd

3.1.1.1 Quem era George Floyd



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

George Perry Floyd Jr. nasceu em Fayetteville na Carolina do Norte em 1973, mudando-se posteriormente para Houston (Texas) com sua família, onde cresceu. Em sua adolescência cursou o ensino médio na Yates High School, participando dos times de basquete e futebol da escola. Possuía aptidão para os esportes, destacando-se nesse âmbito também na South Florida State College. Já em 1995, tendo deixado o curso universitário, George regressou a Huston, onde inseriu-se no meio do hip hop, figurando como integrante de um grupo musical chamado Screwed Up Click, fazendo parte do cenário artístico da cidade (AH UOL, 2020).

Em 2007 George foi acusado de assalto a mão armada, sendo condenado a cinco anos de prisão em 2009. Quando deixou a prisão, mudou-se para Minnesota buscando novas oportunidades e uma vida melhor. Uma vez em Minneapolis, passou a trabalhar como motorista de caminhão e segurança no restaurante Conga Latin Bistrô, sendo que, com a pandemia do Coronavírus, acabou ficando desempregado (AH OUL, 2020).

Floyd era conhecido por amigos e parentes como Big Floyd, sendo considerado alguém bastante gentil e que desejava mudar de vida. De acordo com Yates Grau, companheiro de equipe, George sempre foi uma “pessoa carinhosa” com um coração “igual ou superior à sua estatura física”. Ainda, segundo sua companheira Courtney Ross, George não compactuava com a violência, sendo avesso a qualquer de suas manifestações, inclusive expondo suas opiniões de tempos em tempos de maneira a criticar as formas de expressão violentas advindas da juventude (AH UOL, 2020).

3.1.1.2 O fatídico dia

A situação abordada no presente momento ocorreu no dia 25 de maio de 2020 às 20h no supermercado Cup Foods em Minneapolis. Um funcionário do



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

supermercado reportou uma nota falsa de US\$ 20 à polícia - utilizada para comprar um maço de cigarros- conforme indicava o protocolo. O funcionário afirmou em sua ligação ao 911, que o homem que entregou a nota parecia bêbado e não estava sob controle de si, negando-se a devolver os cigarros. Nesse contexto, logo após a ligação, às 20:08, dois policiais chegaram ao local. Floyd aguardava sentado em um carro com duas pessoas. Assim que o serviço de polícia chegou, um dos policiais, Thomas Lane, sacou sua arma ao se aproximar do carro e ordenou que Floyd mostrasse as mãos (BBC News Brasil, 2020).

Nesse sentido, no relatório sobre o caso consta que Lane pôs suas mãos em Floyd e o puxou para longe do carro, algemando-o em seguida, ocasião em que esse resistiu ativamente. O policial então explicou para George que ele estava sendo preso por utilizar dinheiro falso, sendo que, a partir disso, o homem concordou em cooperar e acalmou-se. Momentos depois, quando os policiais tentaram colocar George Floyd na viatura, iniciou-se um confronto pois ele afirmava que era claustrofóbico, resistindo às tentativas dos policiais de o inserirem no veículo. Foi então que chegou à cena o policial Derek Chauvin. Sua primeira ação foi auxiliar os outros policiais a inserirem Floyd no carro, sendo que, nesse episódio, acabou puxando George e o derrubando no chão, deixando-o caído com o rosto para baixo, ainda algemado (BBC News Brasil, 2020).

À vista disso, a fim de imobilizar o autor do delito, Chauvin colocou o joelho esquerdo sobre o pescoço do homem, posicionando-se dessa forma por 8 minutos e 46 segundos enquanto George repetia a frase “não consigo respirar”, sendo que, passados 6 minutos ele já estava desacordado. Esse momento em específico foi gravado por alguns civis que acompanharam a cena, figurando como principal forma de denunciar a violência dos policiais, principalmente nas redes sociais. Na cena do crime, algumas testemunhas



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

pediram então que se verificasse os batimentos cardíacos de Floyd, ocasião em que os policiais nem sequer mexeram-se (BBC News Brasil, 2020).

Nessa conjuntura, às 20:27, Chauvin remove o joelho do pescoço de George e alguns policiais colocam-no em uma maca de ambulância para que o levem ao Centro Médico do Condado de Hennepin, sendo que Floyd é declarado morto quase uma hora depois (BBC News Brasil, 2020).

Na noite anterior à sua morte, George Floyd havia tido uma conversa com seu amigo Christopher Harris, em que este o aconselhou a entrar em contato com uma agência de empregos temporários para que conseguisse estabilizar sua vida, já que as coisas não estavam fáceis devido às atuais circunstâncias globais. Harris ainda alegou em sua fala que a falsificação não era algo que se esperaria de George, pontuando ainda que a maneira como ele morreu não faz sentido (BBC News Brasil, 2020).

3.1.1.3 Autópsias

Em um caso explícito como este e que conta inclusive com provas obtidas mediante gravação de vídeo, parece quase desnecessária a presença de uma autópsia, no entanto esta figura como um dos meios de prova documental mais importantes e fundamentais para o processo em si e também para o entendimento do que realmente ocorreu no organismo daquele que teve sua vida ceifada. Nesse sentido, segundo informações do site de notícias G1, no presente caso, houve a presença de 3 autópsias: a autopsia oficial preliminar, a autopsia de um legista independente que a família contratou e uma análise do departamento de legistas do condado de Hennepin.

A autopsia oficial, a partir de um resultado preliminar, não encontrou vestígios de estrangulamento, indicando que Floyd possuía substâncias tóxicas no corpo que supostamente teriam contribuído para sua morte. Além disso, esse primeiro exame indicava que o ex-segurança teria morrido no hospital e



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

não no contexto da abordagem. No entanto, o resultado ainda não havia ficado pronto, não podendo considerar-se essa observação como finalística (G1, 2020).

Por sua vez, a autópsia independente requisitada pela família chegou à conclusão de que o joelho do policial pressionado sobre o pescoço de Floyd cortou o fluxo de sangue para o cérebro desse. Além disso, o fato de o policial ter ficado com o seu peso sobre as costas da vítima dificultou sua respiração. Nesse sentido, o laudo diz que Floyd morreu no local onde foi detido, já estando em tal condição quando a ambulância chegou (G1, 2020).

Na mesma perspectiva, a autópsia realizada pelo legista do departamento do condado de Hennepin constatou que George morreu por “parada cardiopulmonar agravada pela compressão do pescoço a que foi submetido enquanto estava restrito pelo agente da lei”. Nesse sentido, a situação de o policial Chauvin ter posto seu joelho sobre seu pescoço de Floyd foi crucial para sua morte (G1, 2020).

A partir do que foi abordado nessa subseção do capítulo é possível perceber a importância da autópsia e, principalmente, de mais de uma análise a fim de que se possam apresentar as diferentes abordagens a partir de um trabalho técnico, sendo que cada avaliação pode tratar de algo novo que não havia sido percebido nas análises anteriores. Sendo assim, o caso de George Floyd é exemplo de tal fato, uma vez que, na autópsia preliminar, não se considerou a asfixia como principal causa de sua morte, tendo essa questão sido esclarecida nas autópsias posteriores.

3.1.1.3 Consequências para os envolvidos

Muito embora a maioria dos casos da violência policial e racismo sejam tratados com impunidade, não se considerando a gravidade do ocorrido e sendo esquecidos em pouco tempo, essa não parece ser a situação aqui



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

apresentada, uma vez que o caso de George Floyd teve repercussão mundial e protestos por todos os lugares dos Estados Unidos e inclusive do Brasil, o que já figura como uma etapa para a evolução.

Em relação a questão jurídica da situação vivenciada por Floyd, o juiz Peter Cahill (Minnesota, Estados Unidos) anunciou no dia 22 de outubro de 2020 (quinta-feira) que prosseguirá com oito das nove acusações contra os policiais envolvidos no assassinato de Floyd, posto que o principal delito teria sido cometido por Derek Chauvin, indiciado por homicídio culposo e homicídio não premeditado, tendo os outros policiais sido imputados por cumplicidade com o ato (VEJA, 2020).

Entretanto, o juiz retirou a acusação de “homicídio de terceiro grau” que seria considerado um crime mais leve do que o homicídio culposo pela lei norte-americana. De acordo com o juiz, tal crime apenas poderia ser sustentado se as ações do réu tivessem figurado como eminentemente perigosas para outras pessoas e não diretamente dirigidas à pessoa que faleceu. Nesse sentido, as evidências mostram que o único prejudicado foi George Floyd (VEJA, 2020).

Nesse contexto, a partir de informações da revista VEJA, o procurador-geral de Minnesota, Keith Ellison, encarregado do processo, afirmou que a decisão é “um passo em direção à justiça para George Floyd, sua família, a comunidade e Minnesota”. A partir de agora, a próxima etapa será a apresentação do caso a um júri, que deverá decidir se houve a comprovação de culpabilidade por parte dos policiais pelo Estado de Minnesota.

Em se tratando de Chauvin, este responde em liberdade, após ter pago fiança no valor de 1 milhão de dólares no início do mês de outubro de 2020, acordando com as condições de não poder voltar a trabalhar no âmbito da segurança pública, abdicando das licenças para uso de armas de fogo e mantendo-se longe da família de Floyd. Se Chauvin for condenado, poderá ser sentenciado a até 40 anos de cárcere. Além disso, Derek foi deposto de suas

funções de policiamento após seu vídeo asfixiando George ter viralizado na internet, sendo que tal situação suscitou uma onda de protestos nos Estados Unidos e muitos outros países (Brasil incluído) em oposição ao racismo e a violência policial (VEJA, 2020).

Já os demais agentes envolvidos na abordagem- Tou Thao, Thomas Lane e J. Alexander Kueng- foram indiciados por terem auxiliado no crime, agindo como cúmplices de homicídio culposo não-premeditado. Ademais, o juiz do caso também decidiu na quarta-feira (dia 21 de outubro) por negar os pedidos para retirar as acusações contra esses réus (VEJA, 2020).

A partir do caso apresentado, cabe a análise do porquê alguns agentes de segurança pública sentem-se legitimados a agir de tal forma em relação a certas pessoas, principalmente pessoas negras. As vidas negras valem menos? Um policial bem preparado certamente conheceria outras maneiras de lidar com tal situação sem ter a necessidade de sufocar o cidadão detido até a morte.

Nesse contexto, a fim de que o leitor não se engane pensando que as situações dignas de repúdio em relação a conduta dos agentes de segurança pública ocorrem apenas nos Estados Unidos, a presente pesquisa propõe-se a analisar essa situação no âmbito brasileiro.

3.2 O BRASIL E A VIOLÊNCIA POLICIAL

A fim de abordar um panorama geral acerca da violência policial no Brasil a partir de situações pontuais, o presente capítulo se debruçará sobre o comunicado de imprensa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) desse ano (2020) que condena as ações policiais violentas no Brasil. Segue um trecho da nota:

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) expressa profunda preocupação com os recordes históricos de ações policiais



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

violentas registradas durante o primeiro semestre deste ano nos Estados do Brasil e o seu perfil de discriminação racial, agravadas pelo contexto da pandemia. Nesse sentido, a CIDH insta ao Estado a adotar uma política de segurança pública cidadã, bem como a combater e erradicar a discriminação racial histórica que resulta em níveis desproporcionais de violência institucional contra as pessoas afrodescendentes e as populações em situação de pobreza ou pobreza extrema (OEA, 2020).

O comunicado, que demonstra grande preocupação com a questão da violência policial racista no Brasil, cita ainda, a partir de informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública dos meses de janeiro a abril, o fato de ter havido um aumento de 31% na letalidade policial no estado de São Paulo comparando-se ao mesmo período de 2019, registrando 381 mortes resultantes da ação de agentes de segurança. Além disso, também referência dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, do período de janeiro a abril de 2020, indicando um aumento de aproximadamente 9% na taxa de mortalidade por ação policial, com 612 episódios de mortes advindas dessas ações (PONTE, 2020).

Nesse contexto, quando se aborda essa questão em âmbito nacional, a Comissão apresenta o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que destaca que quase 8 em cada 10 vítimas mortas pela polícia brasileira são negras. Sendo assim, ainda que a população afrodescendente represente 55% dos brasileiros, os negros figuram como 75,4% dos mortos pela polícia. (PONTE, 2020).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu comunicado traz algumas situações à título de exemplo. Entre elas está o caso de uma mulher negra de 51 anos que foi severamente agredida por um policial no dia 12 de julho de 2020. Em sua abordagem o policial pisa no pescoço da mulher com a intenção de imobilizá-la, posteriormente arrastando-a pelo chão do bairro Parelheiros na cidade de São Paulo. A ação foi gravada e o vídeo demonstra explicitamente os eventos narrados. Nessa perspectiva, a comissão também refere em sua nota a prática de quatro policiais que, no dia 14 de julho



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

na zona oeste da cidade de São Paulo, aproximaram-se e sufocaram um motociclista afrodescendente de 23 anos, chamado Jefferson André da Silva, no âmbito de um protesto por melhores condições de trabalho dos entregadores que Jefferson participava (OEA, 2020).

Além disso, agora no âmbito do Rio de Janeiro, segundo o comunicado da CIDH, houve o caso de um menino afrodescendente de 14 anos, João Pedro Mattos Pinto, que foi morto a tiros em sua casa na região do Salgueiro durante uma operação das polícias Federal e Civil. Após sua morte, os supostos autores dos disparos “teriam levado o corpo do menino em um helicóptero, permanecendo desaparecido por cerca de 24 horas, quando ele foi identificado no Instituto Médico Legal (IML)” (OEA, 2020).

Situações como as supramencionadas demonstram a situação de fragilidade em que o Brasil se encontra em relação à segurança pública e própria questão de efetivação de direitos, uma vez que, para essas pessoas que vivem em situação de marginalização e violência, nem sequer o direito à vida lhes é concedido.

3.3 COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA POLICIAL

Em se tratando do controle da violência pelo Estado, sabe-se que essa atribuição se faz circunstância indispensável para a consolidação do estado de direito e dos regimes democráticos no geral (MESQUITA NETO, 2020), pois, não fosse o monopólio da força por parte do Estado, este não teria poder e autoridade suficientes para fazer cumprir suas determinações. Nesse contexto, mesmo que no presente momento as forças policiais atuem na maioria dos países ao lado de regimes democráticos, não seria prudente discorrer sobre o papel da força policial apenas nesses regimes, uma vez que as forças armadas e a polícia, principalmente na Latino-América, tiveram uma importante atuação na sustentação de regimes autoritários que inclusive possuíam a violência



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

policial como principal forma de abordagem. Sendo assim, ainda que o apoio governamental em sua relação a prática tenha diminuído, a violência policial não desapareceu, figurando, como visto nos casos anteriormente abordados, como principal ameaça a vidas negras, pobres e periféricas.

Nessa perspectiva, segundo o autor Paulo Mesquita Neto na obra “Cidadania, Justiça e Violência” mais especificamente no capítulo “*Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*”, existem quatro concepções para designar-se a violência policial: jurídica, política ou sociológica, jornalística e profissional. Cada uma das concepções será tratada brevemente em seguida.

Em relação à concepção jurídica de violência policial, o autor fala nos conceitos de força e violência. Nesse sentido, a força remete a uma situação de legalidade, seriam os casos em que o policial utilizaria sua força física contra pessoas de forma relacionada ao cumprimento do dever legal; enquanto que a violência seria revestida de ilegalidade e se configuraria quando policiais, fora de serviço, usassem sua força física para impor sua vontade em determinadas situações. Dentro dessa perspectiva, os usos ilegais da força física por policiais contra outros indivíduos deveriam ser punidos civil ou penalmente, sendo que o uso desnecessário ou excessivo não se encontraria nessa classificação, estando legitimado e não configurando caso de violência.

No que se refere ao ponto de vista político ou sociológico, segundo MESQUITA NETO (1999), a violência policial seria definida a partir de um critério da legitimidade do uso da força, distinguindo-se do conceito anterior por não se basear apenas na ilegalidade, mas no uso desnecessário ou excessivo da força. Essa concepção indica para a preservação de segurança pública, já que, mesmo o agente que praticou o ato não sofra sanção penal ou civil, poderá sofrer sanção segundo convenção de conduta e diretrizes de comportamento que predominam na sociedade e foram incorporadas aos regulamentos disciplinares das polícias. Conquanto seja complicado



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

estabelecer a diferença entre atos de violência e força com base em critérios subjetivos, tal ponto de vista é amplamente utilizado em debates acadêmicos e políticos.

Por sua vez, a concepção jornalística se caracteriza pela forte presença da opinião pública, uma vez que é considerada violência policial a prática de atos tidos como anormais, irregulares, escandalosos ou chocantes, que estão em desacordo com os padrões de comportamento considerados convencionais, como o caso de policiais criarem barreiras com armamento pesado em algumas situações ou realizarem revista e interrogatório de pessoas que transitam em determinado lugar. Essa noção passou a influenciar diversos meios de debates críticos, como o político, o acadêmico, inclusive inspirando o comportamento de juízes na análise da legalidade dos usos da força física (MESQUITA NETO, 1999).

Por fim, a concepção profissional define critérios mais flexíveis e abrangentes para a configuração da violência policial, alegando que esta seria qualquer uso de força a mais do que um policial altamente competente consideraria necessário para a situação, ou seja, é preciso agir com muito precisão e contenção, pois os usos de força física poderiam ser considerados atos de violência mesmo que fossem legítimos, normais, regulares ou legais (MESQUITA NETO, 1999).

Além das concepções da violência policial, o autor Paulo Mesquita Neto, estabelece algumas explicações para as ocorrências violentas, sendo elas: estrutural (possui causas de natureza cultural, econômica, política e advém de características sociais econômicas, políticas, culturais que estão enraizadas na sociedade), funcional (relacionada com as funções da violência policial, que seria um sistema de resposta para problemas e crises nos sistemas) e processual (figurando como um instrumento para resolução de conflitos ou como expressão destes).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Nesse sentido, a fim de que se possa lidar com a violência policial de maneira inteligente e pontual, o autor propõe práticas/estratégias de controle com base nas concepções anteriormente citadas, pois acredita que é fundamental entender o que estes enfoques indicam para se chegar à resolução do problema. Sendo assim a primeira estratégia, baseada na concepção jurídica da violência policial, salienta a necessidade de mecanismos de controle externo e formal/legal das polícias (a partir de ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), controlando os usos ilegais da força física por policiais. Já o segundo tipo de estratégia, destaca a relevância de procedimentos de controle interno/formal das polícias (por parte de administradores e dirigentes das polícias e particularmente das corregedorias de polícia).

Já em se tratando da concepção jornalística da violência, o autor refere mecanismos de controle externo e informal/convencional dos agentes por parte da imprensa, de organizações de direitos humanos, de grupos de pressão e inclusive da universidade, visando controlar atos anormais ou irregulares por parte dos policiais. Por fim, o quarto tipo de estratégia aborda a concepção profissional da violência policial, visando controlar usos antiprofissionais de força física pela polícia. Nesse sentido, o autor demonstra a importância de mecanismos de controle interno e informal/convencional das polícias a partir da profissionalização dos policiais para que possam agir com competência e responsabilidade profissional (MESQUITA NETO, 1999).

À vista do que foi abordado no presente capítulo é viável a constatação de que, mesmo havendo inúmeras situações de violência policial em nossa sociedade, ainda há esperança do que se pode fazer e quais medidas podem ser tomadas, tanto pela população e a imprensa (denunciando e expondo o crime) quanto pelas autoridades competentes (repreendendo os profissionais que agiram de forma criminosa e criando situações de formação responsável de agentes de segurança pública). No entanto, a principal questão a ser



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

resolvida e primordial para que se solucionem os demais problemas é racismo. Um sistema dificilmente conseguirá extinguir as situações de violência policial (sintoma) sem antes abordar a raiz de todo esse mal, a prática racista.

CONCLUSÃO

O presente artigo se propôs a realizar uma análise das situações de racismo e violência policial a partir da obra literária “O ódio que você semeia” da autora norte-americana Angie Thomas, que aborda tais temáticas de maneira muito perspicaz ao demonstrá-las a partir da perspectiva de uma jovem negra que experencia uma situação de violência muito grave ao assistir seu amigo ser assassinado por um policial enquanto os dois voltavam de uma festa. A partir desse momento é apresentado ao leitor um cenário de injustiças e racismo que não é algo presente apenas na ficção literária, mas recorrente no âmbito social.

Nesse contexto, o artigo tratou do racismo a partir dos estudos de Silvio Almeida, que o caracteriza como elemento de uma estrutura de discriminação e preconceitos em suas diferentes concepções e que apenas poderá ser modificado com abordagens educacionais, institucionais e sociais que coíbam suas práticas discriminatórias e segregativas. Entretanto, além disso, para que se consiga um resultado relevante e material nesse contexto, é preciso uma reforma e reorganização na estrutura social a fim de retirar esses grupos de situações vulneráveis, oferecendo-lhes condições básicas para seu desenvolvimento e ascensão, como oportunidades e acesso a situações de qualidade, tanto no âmbito educacional quanto no cenário comunitário. Para tanto, as pessoas negras precisam ser valorizadas por suas produções e inseridas em posições de influência para que possam representar suas histórias da melhor maneira, auxiliando para que os que não estejam envolvidos diretamente com as situações de injustiça possam compreender a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

conjuntura e agir de forma pontual para garantir uma situação mais digna a todos.

Além do racismo, outra questão aqui versada foi a da violência policial, trazendo-se de casos práticos a título de exemplo e comprovação das alegações feitas no sentido de que a população negra é realmente discriminada pelas forças policiais e subjugada a ponto de que, na maioria das abordagens, suas vidas não importam tanto assim quanto as de pessoas brancas. Nesse sentido, o autor Paulo Mesquita Neto, já em 1999, abordava a questão apresentando medidas muito interessantes de maneira a coibir as práticas violentas das forças policiais, seja a partir de normas internas e práticas institucionais que venham a punir os agressores, ou ainda a partir de circunstâncias dentro das forças armadas que preparem os agentes da melhor maneira, a fim de que possam agir da maneira mais técnica possível em suas abordagens, evitando a morte de pessoas negras em massa como principal forma de lidar com o cenário de criminalidade. Enquanto tais distopias não ocorrem, o papel da mídia e da sociedade é muito importante para mostrar a indignação e impugnação em relação às injustiças.

Sendo assim, uma das melhores maneiras de abordar tais situações é a partir de pesquisa e apresentação das ideias a comunidade para que aos poucos os indivíduos possam visualizar tais problemáticas e agir de forma efetiva, cada um fazendo sua parte na construção de uma sociedade mais justa e garantidora de direitos, pois uma sociedade não pode se dizer democrática no momento em que permite ações genocidas a partir de usos seletivos da força punitiva do Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

BBC NEWS BRASIL. **Entenda o Caso do Adolescente Negro Assassinado na Flórida.** 2012. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120323_entenda_trayvon_florida_cc>. Acesso em: 3 de nov. 2020.

BBC NEWS BRASIL. **George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida.** 2020. Disponível em:
<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

G1. **Duas Novas Autópsias Afirmam que George Floyd foi Morto por Asfixia.** 2020. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/01/duas-novas-autopsias-afirmam-que-george-floyd-foi-morto-por-asfixia.ghtml>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

REVISTA VEJA. **Juiz dos EUA Define Acusação de Homicídio Culposo no Caso George Floyd.** 2020. Disponível em:
<<https://veja.abril.com.br/mundo/juiz-dos-eua-define-acusacao-de-homicidio-culposo-no-caso-george-floyd/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

MALVA, Pamela. Quem era George Floyd? **Aventuras na História**, 2020. Disponível em:
<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/quem-era-george-floyd.phtml>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: **CIDADANIA, justiça e violência**/ Organizadores Dulce Pandolfi [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.130-148.

OEA. **A CIDH Condena Ações Policiais Violentas no Brasil e Insta a que sejam Adotadas Medidas para Combater Discriminação Social e Racial.** 2020. Disponível em:
<<https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/187.asp>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

UOL NOTÍCIAS. **Policial Acusado de Asfixiar Afro-americano Eric Garner não será Denunciado.** 2019. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/07/17/policial-acusado-de-asfixiar-afro-americano-eric-garner-nao-sera-denunciado.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

THOMAS, Angie. **O Ódio que Você Semeia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2018.

VASCONCELOS, Caê. **OEA Condena Violência Policial Racista no Brasil**. Ponte, 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/oea-condena-violencia-policial-racista-no-brasil/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA ALTERNATIVA PARA A BUSCA DO CONSENSO NA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES CONTRATUAIS

Diogo MottaTibulo¹
Paola Lazzaretti Victor²

RESUMO

O estudo reflete sobre o método autocompositivo da mediação aplicado aos conflitos emergentes do Direito Empresarial. Objetivou compreender a existência do conflito como algo inerente às relações humanas, - com a possibilidade de uma percepção construtiva -, assim como teve o intuito de apresentar a mediação como meio de acesso à justiça. Ainda, objetivou demonstrar a possibilidade do exercício do método no contexto empresarial, em especial no que tange às melhores alternativas de dissolução de sociedades contratuais. A pesquisa tem natureza teórica e qualitativa, com fins descritivos. Traz uma pesquisa bibliográfica para exploração dos conceitos de conflito, de mediação, do Direito Empresarial, por exemplo. Concluiu-se pela possibilidade e, sobretudo, pela viabilidade do uso da mediação na dissolução de sociedades contratuais, tendo em vista os benefícios do método aliada ao Princípio da Preservação da Empresa e sua da função social.

Palavras-chave: Conflito – Mediação - Direito Empresarial.

INTRODUÇÃO

Os métodos autocompositivos, mais precisamente a mediação, têm ganhado espaço no cenário nacional, estando inseridos na mídia, no próprio ambiente jurídico, e também na sociedade civil. Seja pelo fato de serem instrumentos efetivos na busca da solução pacífica de conflitos, ou pelo abarrotamento do Poder Judiciário brasileiro, tornaram-se ferramentas importantes na quebra de paradigmas, promovendo benefícios à sociedade, trazendo a solução dos conflitos através de novas formas de pensar e agir.

¹ Mestrando em Gestão Estratégica de Organizações. Advogado. Professor de Direito Empresarial. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Master in Business Administration em Administração Global.

² Mestre em Educação. Advogada. Mediadora de Conflitos. Especialista em Direito Processual Civil, Teoria das Decisões Judiciais e Criminologia.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Neste contexto, a fim de que a mediação possa ser promovida, utiliza-se o profissional mediador, que possui a tarefa de contribuir para a retomada do diálogo entre os conflitantes, de maneira imparcial, proporcionando a oportunidade de uma composição, com a finalidade de pacificação social.

Vale dizer que, não obstante ainda seja uma profissão pouco conhecida, os mediadores são de suma importância dentro do contexto social, por serem instrumentos de pacificação e elos facilitadores de diálogo. Capacitados para lidarem com situações controversas, têm habilidades e técnicas para contribuição na resolução de conflitos.

De outro modo, sabe-se que o cenário empresarial possui diversos tipos de relações, sejam elas internas – entre sócios, entre colaboradores, envolvendo hierarquia ou não – ou externas, contemplando os fornecedores e também os clientes.

Assim, acreditando na validade e na eficácia da aplicação da mediação nas relações empresariais, é que se propõe o presente artigo.

1 A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Os conflitos são reconhecidos desde os tempos mais remotos da humanidade, nos seus mais diversos graus, já que emergem de todo ser humano e dele com suas relações (SPENGLER; SILVA, 2013).

Todos os indivíduos são capazes de desenvolver relações sociais, seja na família, em grupos, em comunidade, como nação e como civilização. Nessas interações são desenvolvidas regras, valores, símbolos, dentre outros, a fim de que o convívio possa ser possível. No entanto, cada um dos indivíduos é uma unidade complexa e, nesse contexto, pode tomar decisões que digam respeito a si próprio e a toda comunidade, fato este que poderá desencadear uma luta entre diferentes interesses e valores (DEUTSCH, 1973).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.

ISBN: 2177-1103.

Segundo Simmel, o problema da sociedade está nas relações que suas forças e formas estabelecem com os indivíduos – e se a sociedade existe dentro ou fora deles. Mesmo quem reconhece a ‘vida’ autêntica somente nos indivíduos, e identifica a vida da sociedade com seus membros individuais, não poderia negar uma variedade de conflitos reais entre indivíduo e sociedade. De um lado, porque, nos indivíduos, os elementos fundem-se no fenômeno particular denominado ‘sociedade’, e esta adquire seus próprios pilares e órgãos que se contrapõem ao indivíduo com exigências e atitudes como se fosse um partido estranho. (GHISLENI; SPENGLER, 2011, p. 41).

Sugere-se o conflito justamente através da inerência da sociedade nos seres humanos, uma vez que os indivíduos¹ são capazes de sentirem-se parte de si mesmo e parte de um ser social, estando sempre em conflito com os impulsos do seu eu, para que não haja transgressões sociais.

Entende-se, então, que o conflito persegue o indivíduo como luta entre as partes de sua essência também. Desta forma, não há como separar sociedade e indivíduo, pois o sujeito só existe como movimento social (GHISLENI e SPENGLER, 2011).

É natural, pois, que as pessoas divirjam entre si, entre seus grupos, culturalmente, religiosamente, politicamente, economicamente, etc., e essas diferenças podem suscitar as mais diferentes formas de disputas (CUNHA, 2008).

Muitos conflitos surgem porque as atividades ou os gostos de um indivíduo ou de um grupo chocam-se com as preferências, a sensatez ou a sensibilidade de um outro. Destarte, é importante notar que todos possuem o direito de ter suas próprias escolhas e preferências, e que apenas isso não enseja motivos suficientes para a ocorrência de um conflito. O problema surge quando o direito alheio é desrespeitado através da falaciosa convicção de que o exercício de um direito é absoluto e ilimitado, em detrimento do direito dos demais partícipes da sociedade de não terem seus direitos lesados pelo exercício exacerbado de um direito singular de um indivíduo, o que resultará em um incômodo – mola propulsora de um conflito. O

¹Simmel sugere que em termos de autor e de conflito social é que se deve definir o sujeito: ele não é um princípio que paira acima da sociedade nem o indivíduo na sua particularidade; ele é um modo de construção da experiência social, como o é a racionalidade instrumental.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

excesso no exercício de um direito, ao ponto de comprometer o de outrem, é um fenômeno razoavelmente suficiente para a ocorrência de uma disputa. (DEUTSCH, 1973, p. 13).

Importa salientar que entender o conflito, portanto, não significa compreendê-lo como um corpo estranho à sociedade, já que se trata de uma manifestação própria da natureza humana e de seu caráter social; mas como um mal que precisa ser solucionado a partir do autoconhecimento e disposição dos envolvidos (ROCHA; GUBERT, 2017).

Neste contexto, é possível assegurar que, por mais que as relações sociais sejam conflituosas, estas divergências podem ser vistas sob um panorama prospectivo. Ou seja, os conflitos podem ser resolvidos de modo que os próprios conflitantes tenham autonomia para solucionar suas pendências¹.

Esta visão construtiva permite que os envolvidos passem a entender a origem do conflito e acaba fortalecendo a relação social preexistente à disputa (AZEVEDO, 2004). Ou seja, há uma percepção prospectiva da disputa e o desenvolvimento de soluções criativas que sejam compatíveis com os interesses de ambos.

Comumente, é papel do Poder Judiciário, investido como Estado-Juiz, dirimir conflitos e prestar um serviço que resolva as contendas dos jurisdicionados. Ou seja, há uma terceirização da resolução da disputa e uma submissão das partes pela decisão tomada ao invés de uma participação ativa na sua construção.

A regulação dos conflitos dentro de uma sociedade se transforma no tempo e no espaço, sendo que a cada momento criam-se novos “remédios” a serem aplicados (SPENGLER; SILVA, 2013). Assim, entendendo a

¹ Autocomposição é a prevenção ou solução do litígio por decisão consensual das próprias pessoas envolvidas no conflito. Distingue-se da tutela jurisdicional porque, enquanto esta é uma solução heterocompositiva exercida mediante a imposição de um terceiro imparcial, na autocomposição não há imposição e a solução é parcial (por obra dos próprios envolvidos). (CALMON, 2008, p. 53).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

necessidade de novos modelos de solução de disputas, portanto, outras formas de acesso à justiça têm ganhado espaço e deixado de lado o modelo tradicional.

Os conflitos nunca desaparecem, se transformam; isso porque, geralmente, tentamos intervir sobre o conflito e não sobre o sentimento das pessoas. Por isso, é recomendável, na presença de um conflito pessoal, intervir sobre si mesmo, transformar-se internamente, então, o conflito se dissolverá (se todas as partes comprometidas fizerem a mesma coisa). (WARAT, 2004. p. 26).

Aqui, o método autocompositivo da mediação ganha força para demonstrar sua eficácia. É preciso que todas as partes estejam dispostas a despirem-se de seus argumentos e motivações defensivas iniciais, admitindo a fragilidade dos sentimentos, e assumirem a posição de sujeitos aprendizes (WARAT, 2004).

A mediação trata-se de um método fundamentado, tanto técnica quanto teoricamente, através do qual, um terceiro estranho e imparcial, auxilia pessoas em conflito a utilizarem seus próprios recursos pessoais para entenderem o conflito, mudarem de comportamento e resolverem a questão controvertida (BARBOSA, 2015).

É a mediação um processo transdisciplinar¹, é técnica *lato sensu* e arte que se destina a aproximar pessoas interessadas na resolução de um conflito e induzi-las a perceber no conflito a oportunidade de encontrar, por meio de uma conversa, soluções criativas, com ganhos mútuos e que preservem o relacionamento entre elas. (BACELLAR, 2016, p. 107).

É uma negociação facilitada por um terceiro, imparcial ao conflito, de modo que o procedimento se realiza em diversas etapas, cujo objetivo principal

¹Com a mediação, as ciências humanas fazem irrupção nas relações jurídicas, pois se trata de um conhecimento interdisciplinar a serviço do acesso à justiça; assim, os saberes das diferentes disciplinas – Direito, Psicanálise, Psicologia, Sociologia, Filosofia, etc. – conduzem a uma complementaridade da prática social, função e objetivo dessa nobre linguagem. (BARBOSA, 2015, p. 36).

é o restabelecimento do diálogo e a busca de soluções que atendam e sejam compatíveis às necessidades e interesses dos envolvidos (JUDICIAL, 2016).

Conforme Bacellar (2016), a mediação é única, pois representa um modelo adequado para solucionar conflitos complexos (emocionais, por exemplo), e consiste em um processo técnico a ser desenvolvido passo a passo, com visão interdisciplinar e planejamento.

Mediação é a linguagem do terceiro milênio, e a eficácia de seu emprego resulta em construção de passarelas entre pessoas e grupos, derrubando qualquer muro, que ainda exista, inclusive simbólico, a exemplo do preconceito. Quando a comunicação acontece, há uma transformação do conflito, positivamente, pois suas potencialidades transformam-se em força motriz para a renovação. Trata-se do alcance da liberdade perdida (BARBOSA, 2015, p. 35) (grifo nosso).

Portanto, é possível dizer que os conflitos estão presentes no cotidiano das pessoas, uma vez que eles são inerentes aos seres humanos e suas relações. Contudo, a partir da existência das divergências é que se pode evoluir socialmente, inclusive, no momento em que se entenda o conflito como algo positivo, vendo-o de maneira construtiva. E é nessa perspectiva que ascende a mediação, uma vez que possibilita aos indivíduos a resolução das disputas por si próprios.

Vale salientar que adotar um método alternativo ao tradicional Estado-Juiz não significa que não esteja acontecendo o acesso à justiça. Explica-se.

Reconhecido como um direito humano fundamental, o acesso à justiça pode ser considerado um pressuposto para o exercício da cidadania (SPENGLER; SILVA, 2015), já que não se pode pleitear ou concretizar direitos sem o devido acesso à justiça, vindo positivado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, quando abrange a apreciação pelo Poder Judiciário tanto a ameaça quanto a lesão de direito.

Conceituando o que seria o acesso à justiça Cichocki Neto explica:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

(...) engloba um conteúdo de largo espectro: parte da simples compreensão do ingresso do indivíduo em juízo, perpassa por aquela que enforca o processo como instrumento para a realização dos direitos individuais, e, por fim, aquela mais ampla, relacionada a uma das funções do próprio Estado a quem compete, não apenas garantir a eficiência do ordenamento jurídico; mas, outrossim, proporcionar a realização da justiça aos cidadãos. (CICHOCKI NETO, 2001, p.61).

Num primeiro momento, Capeletti e Garth (1988) afirmam que o acesso à justiça permeava desde a reivindicação dos direitos até a solução por meio de um sistema que deva produzir resultados justos. A partir do século XIX os procedimentos adotados para resolver conflitos passaram a ter um caráter abrangentemente coletivo, pois era dever do Estado conceder direitos aos seus indivíduos, e, sobretudo, proteger o bem-estar da sociedade.

O acesso à justiça não deve ser visto mais como o simples alcance do indivíduo a um processo judicial, uma vez que não há sentido em proporcionar esse acesso ao cidadão e não lhe permitir condições de obter uma sentença justa e eficaz (SPENGLER; SILVA, 2015).

Nesse sentido, com a evolução na busca da melhor maneira de garantir a justiça para todos, a tendência moderna está desenvolvendo as ideias do direito social como forma de acesso por meio dos direitos fundamentais de ação e defesa, dentro de um Estado social, no qual a função fundamental do Estado é de promover a plena realização dos valores humanos. (SPENGLER; SILVA, 2015, p. 133).

Pode-se dizer, portanto, que o Estado possui o dever de prestar uma tutela jurisdicional adequada e justa aos cidadãos, trazendo efetividade na tutela dos direitos, o que não é possível quando se tem o excesso de burocracia e formalismos processuais (CAPELETTI; GARTH, 1988).

Assim, a partir da necessidade de concretizar o acesso à ordem justa, meios mais informais são mais acessíveis, e, muitas vezes até gratuitos, são mais rápidos e também atingem o objetivo de pacificação.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Nesse sentido, há que ressaltar a importância da mediação como forma de acesso à justiça, uma vez que não necessariamente se tem o acesso apenas quando há provimento jurisdicional, mas toda vez que se pode resolver um conflito com ajuda de um terceiro facilitador.

A mediação preserva a garantia constitucional do acesso à justiça e corroboram com a ideia de que a melhor opção é sempre um acordo construído pelos envolvidos no litígio. Assim, é possível expandir em todo o país a cultura do diálogo e da paz, abandonando a litigiosidade e desestimulando condutas que tendam a gerar conflitos e proporcionando à sociedade uma experiência de êxito na composição das lides (PACHÁ, 2009).

2.1 PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO

Para compreender-se adequadamente a mediação de conflitos também é necessário apreender o que consideram as suas pilastras, para que o método possa ser entendido e utilizado de forma adequada.

Tartuce (2015) salienta que a mediação traz consigo, antes de qualquer outro alicerce, o reconhecimento dos direitos da pessoa humana e da dignidade dos indivíduos, trazendo-lhes consciência da importância de sua participação democrática enquanto membros sociais e políticos.

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. (MORAES, 2002, p. 128).

Por outro lado, estão positivados no Código Processual Civil vigente¹, os regimentos da mediação e da conciliação em juízo, conforme os princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

Não obstante o mediador disponha de ferramentas técnicas para a melhor condução das sessões, não há uma forma exigível para a condução do processo de mediação, já que busca resgatar a comunicação entre as partes envolvidas.

Destarte, o restabelecimento da conversa será conduzido de acordo com as circunstâncias pessoais dos indivíduos e com as condições da sua relação naquele determinado momento. Geralmente, cada sessão é diferente da outra, pois diferentes são as oportunidades de atuação do mediador, já que cada encontro pode gerar forma diversa de interação. Assim, não há regras fixas para a quantidade nem para os procedimentos das sessões (TARTUCE, 2018).

Quando se fala em informalidade, pode-se dizer que quanto mais próximo das partes, no sentido da linguagem, melhor será o entendimento do mediador para com elas e delas consigo mesmas. A linguagem acessível torna a conversa mais clara, favorecendo a comunicação. A informalidade permite relaxamento, descontração e tranquilidade, aumentando a probabilidade de que a conversa resulte em uma solução consensual (TARTUCE, 2018).

Uma das maiores vantagens na adoção dos mecanismos alternativos é justamente a possível informalidade em sua condução: os processos em que se busca o consenso (settlement) podem ser muito mais reais, humanos, democráticos e catárticos que processos formalizados, possibilitando, em seus melhores momentos, oportunidades de transformação e educação. (TARTUCE apud MENKEL-MEADOW, 2018, p. 211).

¹ Art. 166. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

Quanto à independência, a atuação dos mediadores deve ser pautada na liberdade e na autonomia, sem qualquer influência ou subordinação de qualquer ordem. TARTUCE (2018) explica que os mediadores devem atuar segundo os preceitos do Código de Ética prescrito na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, estando alheios a quaisquer pressões internas ou externas, a fim de que possam realizar um trabalho livre e independente.

Cambi e Farinelli (2011) ressaltam que não há como ser desempenhado um trabalho adequado por mediadores que estejam sofrendo qualquer tipo de interferência capaz de reduzir sua atuação para com as partes. Assim, têm autonomia para conduzir as negociações de acordo com o interesse dos envolvidos, desde que não excedam os limites legais (CAMBI; FARINELLI, 2011).

Também, o terceiro facilitador da mediação deve ser alguém sem qualquer interesse no conflito, tampouco deve ter algum tipo de relacionamento¹ com os envolvidos.

A imparcialidade representa a ausência de vínculo, sendo um sujeito completamente estranho aos interesses em questão, o que é basilar para o reconhecimento de sua credibilidade e independência de atuação² (TARTUCE, 2018).

É função do mediador ajudar as partes a reconhecerem os reais conflitos existentes, produzindo as diferenças com o outro e não contra o outro, criando assim novos vínculos entre elas [...]. A intervenção do mediador, manipulando a argumentação, e daí a decisão, descaracteriza a mediação, pois a igualdade de oportunidade de diálogo é imprescindível a esse procedimento. (SALES, 2003, p. 48).

¹ O terceiro deve ser imparcial a ponto de não ser amigo íntimo ou inimigo de algum ou de ambos os envolvidos no conflito, também não pode ser parente, ou ter algum tipo de interesse direto ou indireto na resolução da causa.

² Importante salientar que os conciliadores e mediadores judiciais são reconhecidos como servidores auxiliares da justiça, estando sujeitos às premissas do artigo 148, II, do Código de Processo Civil, assim como artigo 5º da Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), com aplicação das mesmas hipóteses de impedimento e suspeição.

Assim, pode-se dizer que o papel do mediador é conduzir o diálogo entre as partes, de modo equânime, sem instigá-las ou induzi-las a uma decisão, atuando sem favoritismos, preconceitos e/ou preferências pessoais.

Outro princípio é a autonomia da vontade que está diretamente relacionada ao desejo manifesto da parte, civilmente capaz, desde que respeitados os limites legais. Entende-se como soberana a manifestação volitiva expressa dos envolvidos na mediação.

A mediação permite que o indivíduo decida os rumos da controvérsia e protagonize uma saída consensual para o conflito: ao incluir o sujeito como importante ator na abordagem da crise, valoriza-se sua percepção e considera-se seu senso de justiça. Como facilmente se percebe, **a autonomia da vontade está ligada à dignidade e à liberdade.** (TARTUCE, 2018, p. 202, grifo nosso).

Neste sentido, conforme Tartuce (2018), as partes desenvolvem o diálogo manifestando suas próprias vontades, intenções e interesses, na busca por sanar o conflito, diminuindo a crise e fazendo sua própria justiça.

A sessão de mediação é baseada na vontade das partes de expressarem seus sentimentos, emoções, frustrações, expectativas. Muitas vezes, são tratados assuntos na frente do mediador que raramente seriam trazidos à baila em uma audiência conduzida pelo magistrado, por exemplo. Por isso é um momento em que o sigilo deve prevalecer em respeito ao conflito e às partes.

Nesse sentido, é dever do mediador manter o sigilo sobre todas as questões tratadas e informações obtidas nas sessões de mediação (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010)¹.

¹ Anexo III –Código de Ética de conciliadores e mediadores judiciais. (...) §1º. Confidencialidade – Dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.

Por outro lado, considerando que o objetivo maior da mediação é o restabelecimento da comunicação entre os envolvidos, é através de conversas e negociações que a mediação se desenvolve.

Desse modo, é de suma importância que as partes possam expressar-se oralmente, de forma livre e sem formalismos, relatando as situações ocorridas, seus sentimentos e emoções, assim como sua expectativa quanto à solução da questão controvertida (TARTUCE, 2018).

Por fim, mas não menos importante o princípio da decisão informada trata da exata noção dos envolvidos quanto às questões debatidas e resolvidas na sessão de mediação. “O princípio da decisão informada impõe o esclarecimento, por parte dos mediadores, sobre os direitos de aceitar participar da via consensual e de seguir participando das sessões.” (ALBERTON, 2014, p. 12). Significa dizer, outrossim, que o processo de mediação é voluntário e quando do interesse de um de ambos os envolvidos, ele poderá ser suspenso ou interrompido.

3 O DIREITO EMPRESARIAL

Sociedades empresariais, em especial aquelas que são regidas por um Contrato Social, não podem simplesmente ser dissolvidas frente à primeira desavença ocorrida entre os sócios, pois as atividades empresariais possuem contornos que extrapolam – e muito - a sociedade individualmente considerada (FINKELSTEIN, 2016).

A despeito disso, importa salientar que as organizações empresariais assumem diversos papéis ao longo de sua existência, desde o fato de gerarem empregos, assumirem compromissos com clientes e fornecedores e, até mesmo, perante o fisco, influenciando direta e indiretamente todo o contorno de onde tenham se estabelecido.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Deste modo, é inegável que sociedades possuam uma função social importante, independentemente do seu porte.

3.1 DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Toda a atividade empresarial deve exercer uma função social, tendo, inclusive, sido erigido à categoria de princípio.

O referido elemento basilar conduz o interlocutor a ideia de que as empresas vão muito além da sua expressão egoísta (em benefício de suas próprias metas), atingindo, em verdade, um papel na sociedade, ou seja, para muito além da atividade comercial, já que pode ser percebida como unidade de um sistema, onde a proteção da empresa é também a proteção da comunidade e do Estado em que estejam inseridas (MAMEDE, 2019).

Tal raciocínio decorre do fato de se beneficiarem, direta ou indiretamente, de sua atuação trabalhadores, fornecedores, clientes, comunidade e o próprio Estado, enquanto responsável pela arrecadação de tributos para os cofres públicos.

Como se pode ver, o exercício de atividade econômica organizada (empresa) deve cumprir uma função social específica, a qual, uma vez que serve para a geração de empregos, pagamento de tributos, circulação de riquezas, participando ativamente do desenvolvimento econômico, social e cultural do entorno (RAMOS, 2020).

Logo, a função social de uma empresa não se restringe aos interesses do empresário ou sociedade empresária, constituindo-se como verdadeira célula econômica da sociedade organizada em Estado, tratando-se, portanto, como um vetor para o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, permitindo a promoção do bem de todos (MAMEDE, 2019).

Em sequência, o referido autor pontua em arremate que do princípio em questão decorre um outro, não menos importante – o princípio da preservação da empresa – que também assume papel relevante a ser considerado nas deliberações empresariais, principalmente, aquelas decorrentes da hipótese de dissolução de sociedades contratuais.

3.2 DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

Decorrência lógica do princípio anterior, o princípio da preservação da empresa traduz a ideia de que é imperioso preservar a empresa para que ela cumpra a sua função social, posto que envolve interesse público na continuidade de suas atividades, como dito alhures.

Assim, a conservação de uma empresa consubstancia-se na importância da continuidade de suas atividades, como um valor a ser resguardado, já que são inconteste os efeitos danosos da extinção de uma atividade empresarial, quer pelos prejuízos suportados pelos seus investidores, quer no campo da geração de empregos ou de qualquer outro efeito colateral dantes descrito (CHAGAS, 2019).

A dissolução de uma sociedade empresarial por falta de diálogo significaria o fim dos vínculos sociais até então estabelecidos, pelo que não se pode deixar de ter em mente o inderrogável interesse na preservação destas, uma vez que não se limita unicamente ao interesse interno dos sócios, mas alcança a sociedade em geral (VENOSA, 2020).

Atente-se para o fato de que o princípio da preservação da empresa não se traduz em um impedimento de que as atividades empresariais sejam encerradas, ao contrário, corresponde a um ponto de vista consciente dos efeitos deletérios sobre a comunidade, recomendando atentar para a possibilidade de sua continuidade (MAMEDE, 2019).

Ou seja, a introdução da mediação com forma de possibilitar a retomada do diálogo produtivo entre os sócios, a fim de dirimir os conflitos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

pode, além de resolver problemas internos, evitar prejuízos maiores conforme repisado até aqui.

Contudo, nem sempre a manutenção dos laços sociais é possível, podendo operar-se a extinção total ou parcial da sociedade empresarial, situação em que quando o rompimento desse vínculo social se opera entre todos os sócios, a dissolução é total, do contrário, será parcial.

É, justamente, aí que reside a importância do presente trabalho, pois a mediação pode servir para atenuar os efeitos dos conflitos e resolver de maneira menos danosa as pendências havidas entre os sócios.

3.3 DA DISSOLUÇÃO TOTAL E DA DISSOLUÇÃO PARCIAL

Assim, levando-se em consideração que uma sociedade contratual é estabelecida por vínculos jurídicos entre os sócios, quando se opera a retirada de um ou mais destes, mas remanescem outros, tem-se a dissolução parcial, ao passo que, quando a resolução dos vínculos jurídicos se dá entre todos os sócios importa no distrato, portanto, operando-se a dissolução total da sociedade empresária (SANCHES, 2018).

Assim, fica evidente que a dissolução de uma sociedade contratual pode tomar dois contornos, uma em sentido amplo e outro em sentido estrito, pelo que pode se operar a dissolução total (processo de extinção da personalidade jurídica) ou a dissolução parcial (ato específico de desvinculação de sócio descontente), sendo sempre preferível a segunda opção, com vistas a tentativa de compatibilização de laços e continuidade da atividade empresária, já que a dissolução neste caso não acarretará o fim das atividades, mas somente dos vínculos contratuais originais (COELHO, 2012).

É neste ponto que a mediação pode atingir seus objetivos, proporcionando através das técnicas que lhe são pertinentes o adequado diálogo entre os envolvidos e evitando que se opere a dissolução total, que



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

poria fim à sociedade empresária, podendo propor alternativas que envolvam a dissolução parcial, que resolveria a sociedade apenas em relação ao sócio que estivesse descontente, importando em mera alteração contratual.

CONCLUSÃO

Como visto, a preservação das atividades empresárias não se confunde com a preservação da sociedade empresária em si, pois a teoria da empresa – consagrada no Código Civil vigente – distingue empresa de empresário.

O objeto do Direito Empresarial segundo a referida teoria está concentrado na atividade desenvolvida (empresa) que merece proteção especial do Estado em razão de todos os benefícios que produz, ficando evidente a supremacia sobre a figura do empresário (CHAGAS, 2019). De modo que, a dissolução total de uma empresa deve ser vista como última opção, a fim de resguardar o seu fim social, protegendo além dos sócios, os mercados de fatores de produção e de consumo do local, da região, do estado e do país em que ela se encontra.

Nesse contexto, a utilização da mediação, portanto, mostra-se valiosa e imprescindível no processo de dissolução da empresa, tanto parcial quanto total, pois com as ferramentas adequadas para a retomada do diálogo, é possível trazer à tona elementos que proporcionam a autorresponsabilização de cada um dos sócios.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A partir desta retomada de diálogo, então, as decisões deixam de ser impetuosas e os conflitos aparentes e subjacentes ficam resolvidos. Deste modo, a decisão para o melhor destino final das relações contratuais e da empresa torna-se serena, consciente e respeitosa, sobretudo, os princípios a que se destina.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Geneceia da Silva. **O Núcleo de Estudos no Contexto da Mediação no Rio Grande do Sul e as Proposições Legislativas na Área da Mediação**. 2014. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2014/12/O-NUCLEO-DE-ESTUDOS-NO-CONTEXTO-DA-MEDIACAO.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ALVES, Gabriela Pellegrina. **A Conciliação como Meio de Efetivação do Princípio do Acesso à Justiça**. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-conciliacao-como-meio-de-efetivacao-do-principio-do-acesso-a-justica,51986.html>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

AZEVEDO, André Gomma. **Estudos de Arbitragem, Mediação e Negociação**. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2004. Vol. 03. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol3/parte-ii-doutrina-parte-especial/a-resolucao-do-conflito>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação Familiar Interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 maio 2020.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

CAMBI, Eduardo e FARINELLI, Alisson. Conciliação e Mediação no Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, vol. 194, p. 280, abr. 2011.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito Empresarial Esquematizado/Edilson Enedino Chagas**. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CICHOCKI NETO, José. **Limitações ao Acesso à Justiça**. 1. ed., 5ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2008.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CUNHA, Antônio Eugenio. **Afeto e Aprendizagem, Relação de Amorosidade e Saber na Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro. Wak. 2008.

DEUTSCH, Morton. **The Resolution of Conflict: constructive and destructive processes**. New Haven and London: Yale University Press, 1973. Pp. 1-32; 349-400. Traduzido por Arthur Coimbra de Oliveira e revisado por Francisco Schertel Mendes. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol3/parte-ii-doutrina-parte-especial/a-resolucao-do-conflito>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FINDELSTEIN, Maria Eugênia. **Manual de Direito Empresarial / Maria Eugênia Finkelstein**. – 8. ed. rev., ampl. e ref. – São Paulo: Atlas, 2016.

GHISLENI, Ana Carolina e SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação de Conflitos a partir do Direito Fraternal**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

JUDICIAL, Manual de Mediação. **Conselho Nacional de Justiça**. 6. ed. Brasília: 2006.

MAMEDE, Gladston. **Empresa e Atuação Empresarial / Gladston Mamede**. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002.

PACHÁ, Andrea. *A sociedade merece um bom acordo*. **Revista MPD Dialógico**, do Movimento Ministério Público Democrático, São Paulo, n. 25, 2009.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial: volume único / André Luiz Santa Cruz Ramos**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ROCHA, Leonel Severo e GUBERT, Roberta Magalhães. A mediação e o amor na obra de Luís Alberto Warat. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**. Pouso Alegre, v. 33, n. 1, jan/jul 2017. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/5378183e03056a79b0050d0bf187009c.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SALES, Lilia Maia de Moraes. **Justiça e Mediação de Conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SANCHEZ, Alessandro. **Direito Empresarial**: sistematizado. / Alessandro Sanchez. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SPENGLER, Fabiana Marion e SILVA, Caroline Pessano Husek. Mediação, conciliação e arbitragem como métodos alternativos na solução de conflitos para uma justiça célere e eficaz. **Revista Jovens Pesquisadores**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 128-143, 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/3598>>. Acesso em: 14 maio 2020.

SPENGLER, Fabiana Marion e SILVA, Caroline Pessano Husek. Mediação, conciliação e arbitragem como métodos alternativos na solução de conflitos para uma justiça célere e eficaz. **Revista Jovens Pesquisadores**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 128-143, 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/3598>>. Acesso em: 14 maio 2020.

TARTUCE, Fernanda e FALECK, Diego. **Introdução Histórica e Modelos de Mediação**. Disponível em: <<http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Introducao-historica-e-modelos-de-mediacao-Faleck-e-Tartuce.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2020.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial** / Sílvio de Salvo Venosa, Cláudia Rodrigues. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

WARAT, Luís Alberto. **Surfando na Pororoca**: ofício do mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

BRINCAR NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA CLÍNICA E INSTITUCIONAL

Franciela Führ¹
Juliane Colpo²

RESUMO

O presente artigo tem como tema a intervenção psicopedagógica, clínica e institucional, utilizando o brincar como ferramenta de observação, avaliação e intervenção. O objetivo é compreender como o brincar ajuda no desenvolvimento e na aprendizagem da criança. O enfoque teórico que sustenta a escrita fundamenta-se nos seguintes autores: Vygotski, Winnicott e Melanie Klein que compreendem que o brincar pode ajudar as crianças com dificuldade de aprendizagem no seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, social e psicológico. Justifica-se assim a intenção da pesquisa que é compreender o brincar como uma função universal presente em todas as culturas, sendo ela necessária para que o sujeito possa apropriar-se do universo simbólico no qual pertence. A escrita está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo abordam-se os aspectos históricos e conceituais da importância do brincar para o sujeito. No segundo, discorre-se sobre o lugar do lúdico para o psicopedagogo clínico e institucional, e no terceiro analisam-se os aspectos da intervenção lúdica do psicopedagogo e a sua influência no desenvolvimento infantil. A partir da pesquisa, considera-se que o brincar está sendo transferido do núcleo familiar para a esfera institucional e clínica, e por isso o psicopedagogo está sendo cada vez mais valorizado para ajudar na constituição psíquica e social da criança. As crianças trazem consigo conhecimentos vindos da sua cultura e com o tempo demonstram capacidade, habilidade, anseio e desejo que precisam ter um olhar atento para que venham gerar novas aprendizagens. O brincar é essencial na vida e formação, desenvolvendo conhecimentos e constituindo sua formação como sujeito social.

Palavras-chave: Brincar – Desenvolvimento – Aprendizagem - Psicopedagogia.

¹ Autora do artigo, submetido para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia da FEMA. E-mail franciela_f@hotmail.com

² Orientadora do artigo, Docente e Psicóloga, Pós-graduada em Psicologia nos Processos Educacionais; Pós-graduada em Aprendizagens Psicológicas Universitárias; MBA em Gestão Educacional; Pós-graduada em Metodologias Ativas nas Aprendizagens; Mestre em Educação nas Ciências.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

A proposta do referido artigo centra-se em apresentar conceitos, contextualizações acerca do brincar e da ludicidade na prática profissional do psicopedagogo, tanto no espaço da clínica, quanto nas instituições. Para tanto, torna-se necessário discorrer sobre o brincar, sobre o desenvolvimento infantil e especificamente sobre as intervenções possíveis na psicopedagogia, nas quais o brincar é parte constitutiva.

Para desenvolver os aspectos citados, a escrita está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, discorre-se sobre os aspectos históricos e conceituais da importância do brincar para o sujeito; no segundo, aborda-se o lugar do lúdico para o psicopedagogo clínico e institucional. No terceiro capítulo busca-se analisam-se os aspectos da intervenção lúdica do psicopedagogo e a sua influência no desenvolvimento infantil.

O enfoque teórico do artigo envolve aspectos do campo da psicologia e da pedagogia, com o objetivo de compreender como o brincar pode ajudar as crianças com dificuldades de aprendizagem no seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, social e psicológico.

A partir do olhar atento do psicopedagogo, que utilizará o brincar como ferramenta de avaliação e intervenção psicopedagógica, esse recurso visa resgatar tanto aspectos cognitivos, como também afetivos e emocionais que estarão presentes no contexto da escola e da clínica.

É através do brincar que a criança pode desenvolver sua coordenação motora, suas habilidades visuais e auditivas e seu raciocínio criativo, pois brincar é uma forma de comunicação e por meio dele a criança pode reproduzir o seu cotidiano. Com essa premissa, questiona-se: Como o brincar na intervenção psicopedagógica, pode ajudar no desenvolvimento e nas aprendizagens da criança?



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Destaca-se como objetivo geral, compreender como o brincar, na intervenção psicopedagógica, tanto clínica quanto institucional, pode ajudar no desenvolvimento e nas aprendizagens da criança.

De modo geral o brincar é importante em todas as áreas que envolvem o desenvolvimento infantil. Uma criança que brinca é mais feliz, ajuda no momento de fazer amizades, na imaginação e na criatividade, pois a criança que imagina na hora de brincar entra no seu mundo da fantasia e nele tudo o que ela pensar será possível.

Justifica-se a intenção de pesquisar este tema por compreender que o brincar é uma função universal presente em todas as culturas, porque ela é necessária para que o sujeito possa apropriar-se do universo simbólico ao qual pertence, sendo que seus significantes serão repassados pelo convívio com os outros.

1 O BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO DO SUJEITO

No brincar visualiza-se uma forma de comportamento característico da infância e esse pertence a um conjunto de atividades que compõem a noção de jogo. Em português, o termo brincar é oriundo do latim “vinculum”, que significa laço, união.

O brincar tem características históricas e sociais, pois possibilita a interação e o envolvimento entre seus pares. Devemos reconhecer que o brincar não é só uma forma de divertimento para a criança, mas também compreender que ele é uma forma de aprendizagem que interfere na vida dessa criança.

A criança é um ser cultural em construção que traz consigo desde bebê sua cultura familiar, por isso o brincar também é cultural, pois a criança traz o que está vivenciando em casa e troca experiências com os outros com que convive.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O brincar vai além do simples fato de inventar uma brincadeira ou manusear um objeto diferente, ele cria vínculos e situações que potencializam e viabilizam a criatividade, o conhecimento de si e do mundo. Ao brincar a criança interpreta aquilo que ela está vivenciando, tanto desejos, como medos, angústias, para isso é preciso ter um olhar atento, voltado a aquilo que a criança está tentando transmitir. (MORAES, 2016, p.7).

Primeiramente a criança brinca com o próprio corpo, depois com os objetos do mundo externo e só mais tarde ela inclui através das brincadeiras o adulto, que virá para ser o organizador do ambiente e oferecer à criança algo adequado. Sua família é o primeiro vínculo educador, pois ela se comunica através do choro e dos gestos, começando assim a desenvolver suas primeiras brincadeiras. O corpo da criança vai ao encontro da cultura de sua família, onde ela será incluída no discurso que precede sua existência.

O brincar para o sujeito é um processo decisivo para o seu desenvolvimento humano, pois brincar é um instrumento que beneficia tanto o desenvolvimento físico, quanto o cognitivo, afetivo e o social. As crianças desde pequenas estruturam seus espaços e seu tempo.

O brincar pode trazer benefícios intelectuais para a criança, como, por exemplo, favorecer a habilidade da linguagem, incentivar o desenvolvimento cognitivo e a formação de conceitos. A brincadeira incentiva a criatividade e a imaginação através do jogo simbólico, e também estimula o desenvolvimento das habilidades motoras finas e ampla, uma vez que exercita/movimenta o corpo, desenvolvendo a coordenação motora. (FREITAS; CORSO, 2016, p. 209).

Desde muito cedo o brincar na vida da criança é de fundamental importância, visto que ela está brincando. Ela explora, manuseia tudo aquilo que está a sua volta e através desses esforços físicos e mentais, que não estão sendo intermediados por um adulto, a criança começa a ter sentimentos de liberdade, fazendo com que assim aquilo que ela esteja fazendo tenha a real atenção e valor. Para isso, Moschini e Caierão, destacam que “[...] o tempo



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

do brincar é o tempo da alma, da fantasia e do poder, pois em território lúdico a criança se empodera e realiza o que, no cotidiano, se sente impedida ou limitada para fazer.” (MOSCHINI; CAIERÃO 2015, p. 363).

No momento que a criança está brincando ela consegue vivenciar e realizar o que no mundo real não poderia, podendo visualizar como as coisas seriam. Esse mundo da fantasia faz com que a criança trabalhe sua imaginação, criatividade e sua perspectiva de realidade.

Vygotsky¹ defende que as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brincar, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade. É através do brincar que a criança vai expressar suas experiências, controlando a ansiedade e estabelecendo contatos sociais que ajudarão na integração da personalidade e do prazer.

2 O LÚDICO NA CENA DE INTERVENÇÃO DO PSICOPEDAGOGO

A psicopedagogia trabalha com o que está posto no aqui e agora, na dificuldade de aprendizagem que se apresenta e cuja interpretação é da ordem do pré-consciente.

A Psicopedagogia, cuja função é mediar o processo de aprendizagem de quem se encontra impossibilitado de fazê-lo e resgatar o prazer de aprender fazendo-se autor do seu próprio aprender, encontra na ação do brincar os principais fundamentos para a sua prática emancipatória com crianças, pois não há como fazer Psicopedagogia, já que lúdico implica construção, autoria e prazer. (SCICCHITANO, apud CAIERÃO, 2015, p. 363).

O psicopedagogo é procurado quando o não aprender já está evidente para o outro, mas às vezes isso não necessita ser assim. Ele pode trabalhar

¹ Vygotsky, é um psicólogo da Psicologia cultural-histórica, pioneiro no conceito de desenvolvimento intelectual das crianças, tendo como função a interação social e as condições de vida. Sua teoria tem influência nos instrumentos simbólicos, na linguagem e na aprendizagem.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

com esse sujeito antes que essa não aprendizagem aconteça. Utilizando nesse processo o brincar, pois no momento que a criança está brincando o psicopedagogo poderá observar algumas relevâncias que no discurso dos pais ou da própria criança não foi apresentado.

Nesse sentido, o psicopedagogo assume um compromisso na área remediativa e preventiva e de orientação no ensino-aprendizagem, focalizando as possibilidades e visando ajudar na apropriação do conhecimento dentro de uma perspectiva lúdica, considerando a singularidade do sujeito aprendente. A intervenção psicopedagógica surge com a função de “diagnosticar” as várias modalidades de aprendizagens e as possibilidades de aprender de diferentes formas. (RODRIGUES, 2016, p. 14).

O sinônimo de brincar como aprendizagem estimula o pensar, contribui para a criança compreender seu meio e estabelecer contatos sociais, facilitando seu processo de criatividade e desenvolvimento de habilidades. Os autores Moschini e Caierão acrescentam que, “portanto, para que o aprender se constitua como processo significativo, há que conter os elementos da arquitetura lúdica, ou seja, a curiosidade, o desafio, o desejo, o prazer no processo, a produção (e não o produto), e a síntese.” (MOSCHINI; CAIERÃO, 2015, p. 362).

A aprendizagem se dá na interação com o meio que a criança está inserida, por vezes, acontece por meio de aspectos motores que exploram seu esquema corporal, por outras, através de interações, ajudando assim na sua constituição da personalidade.

2.1 PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E O BRINCAR

No brincar terapêutico a criança entra em contato com seu mundo interno e a partir disso ela consegue se adaptar ao mundo externo, uma vez que o brincar, colabora para capacitar a criança no que se refere a se

relacionar com as outras pessoas, bem como estimula sua criatividade, percepção e tantas outras áreas de que a criança necessita ser estimulada.

Através do brincar é possível diagnosticar na criança patologias, como também doenças e verificar características saudáveis e as dificuldades. Ressalta-se que esse brincar contribui como um valioso instrumento de observação e intervenção, visto que as vivências das crianças surgem repletas de significados. Para Winnicott¹

[...]é a brincadeira que é universal e que é a própria da saúde: o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1975, p.63).

Assim o psicopedagogo utilizará do brincar para conhecer e trabalhar com seu sujeito-paciente, tendo em vista que o brincar é um processo de humanização. Através dele a criança aprende a conciliar a brincadeira de maneira efetiva, conseguindo desenvolver sua capacidade de raciocínio, de julgamento e de argumento, e com isso, constrói seu conhecimento e assimila corretamente os conteúdos aprendidos.

Winnicott destaca sobre o espaço transicional, que é o lugar de confiança e criatividade, que pode ser o lugar que o psicopedagogo clínico está quando a criança brinca dentro do consultório. Esse espaço transicional é o lugar do aprender, é onde vai surgir a construção do saber.

Mas esse espaço vem da referência que tem o objeto que a criança traz consigo da sua mãe, pois uma das teorias de Winnicott é sobre o objeto transicional, que é o objeto imaginário que não está presente, mas serve para o sujeito experimentar várias emoções, como amor e ódio. Esse objeto não é do

¹ Winnicott foi um pediatra e psicanalista influente no campo das teorias das relações objetais e do desenvolvimento psicológico. Alguns dos seus conceitos são sobre o verdadeiro e falso self, a teoria dos pais “suficientemente bons” e a noção de objeto transicional.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

domínio da criança, mas ela tem que lidar com isso e assim aprender a tê-lo e a perdê-lo também. Um bom exemplo é o seio da mãe. No início a criança acha que ele faz parte de seu corpo, mas com o tempo percebe que ele pertence a outra pessoa e que ele terá que lidar com isso e aprender como tê-lo e futuramente a perdê-lo e substituir por outro objeto (PSICOLOGANDO, 2008).

Assim será com a aprendizagem, a criança terá o objeto que pode ser um conteúdo. No primeiro momento ela não compreende, mas depois com o tempo ela aprenderá e esse mesmo conteúdo ficará mais difícil e ela terá que trabalhar com isso e aprender novamente, mas utilizando outras ferramentas.

As crianças quando brincam no consultório do psicopedagogo, demonstram seus conflitos atuais e ensaiam papéis, organizando assim suas estruturas no momento da brincadeira. Nesse momento a criança brinca antecipando, poupando, relacionando e verificando possibilidades daquilo que ela está passando no momento. Uma criança que não brinca, está com seu discurso interno desestruturado, necessitando que o psicopedagogo lhe ajude a reconstruir esse discurso. Isso será feito com o brincar através da sequenciação, seriação, classificação, entre outras intervenções.

Esta intervenção psicopedagógica necessita de planejamento, porque antes de a criança entrar dentro do consultório do psicopedagogo, este necessita organizar os materiais sem nenhum agrupamento de classes, dando a oportunidade para que a criança faça as intervenções que achar necessárias, demonstrando assim suas variáveis internas, em função de suas fantasias e de seu nível de intelecto.

Não se trata de deixar a criança simplesmente brincar, sem intervir, mas atribuir um sentido ao brincar no espaço clínico, pois justamente o brincar é uma técnica que faz emergir o conteúdo inconsciente da criança e não somente uma mera forma de ocupar tempo na sessão.

No livro Ludodiagnóstico – Investigação clínica através do brinquedo, no capítulo 1, O brincar e a psicanálise, os autores, Ryan Simon e Kayoko



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Yamamoto, trazem um relato de experiência de Melanie Klein¹ com uma paciente que não gostava da escola, faltava à aula e afastava-se da sua mãe. Durante as sessões a criança não interagiu muito com a terapeuta, fazendo com que Klein tivesse que agir de outra forma. Em uma certa sessão a menina estava muito silenciosa e retraída, por causa disso, Klein saiu da sala e pegou alguns brinquedos, como bonecas, carrinhos, cubos e um trenzinho. Quando a menina viu os brinquedos começou a brincar.

A autora Klein observa como a menina manipula dois bonecos e como eles poderiam representar ela e outro garoto que já havia sido mencionado em sessões anteriores. Melanie Klein observou que as atitudes que a menina tinha com os dois bonecos representava o que estava ocorrendo na escola, e que aquilo lhe trazia angústia. Quando a menina foi questionada pela terapeuta, de início ela demonstrou angústia e desconfiança, mas logo após sua expressão mostrou um certo alívio e depois disso demonstrou mais alguns detalhes do que ocorria na escola, confirmando o que a terapeuta havia interpretado (SIMON; YAMAMOTO, 2012).

Com isso nas outras sessões em que Melanie Klein utilizou o brincar, a relação com a menina melhorou, sendo que ela estava menos desconfiada e mais amistosa. Podemos assim confirmar, que o brincar serve como um instrumento e técnica para avaliação e intervenção, ajudando muito o psicopedagogo a fazer seu trabalho e conseguir resultados positivos com seu paciente.

Um dos autores do livro, Ryan Simon, também traz seu relato de experiência com um psiquiatra infantil, que mostra como era seu trabalho com as crianças. Simon fica muito intrigado como eram oferecidos os brinquedos para as crianças, pois eles ficavam em prateleiras, outros espalhados pelo

¹ Melanie Klein foi uma psicanalista austríaca, classificada como uma psicoterapeuta pós-freudiana, que em suas obras explica que não adianta trabalhar o sintoma se não trabalhar os processos que levaram ao seu surgimento. Tem como base as relações objetivas, que são o objeto de desejo e a fantasia.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

chão e todos de uso coletivo, não havia brinquedos particulares, o material era utilizado à vontade pelas crianças que vinham até o consultório. Havia também um espaço no qual as crianças podiam brincar de molhar os brinquedos, sem nenhuma restrição. Depois de observar tudo isso, Simon relata que estava realizando estudos com psicoterapeutas psicanalistas que traziam ideias diferentes das que ele observou e que na opinião dele eram mais válidas para o acompanhamento de crianças. Ele falava sobre a sala de ludoterapia (SIMON, 2012).

Um dos procedimentos era a caixa individual para cada criança. Essa caixa ficava no consultório do terapeuta e só poderia ser manipulada na presença da criança. Quando a sessão acabava, essa caixa era trancada e colocada novamente na prateleira até a próxima sessão, para que assim, o que a criança havia feito ou realizado com os objetos presentes dentro dela, ficassem intactos. Assim era trabalhada a confiança da criança com seu terapeuta (SIMON, 2012).

Assim, a caixa individualizada e trancada, sendo manipulada somente pelo mesmo paciente, garantiria a segurança de que os brinquedos – que representam os objetos internos da criança – não seriam tocados por outro, evitando interferências causadores de confusão indecifrável. (SIMON; YAMAMOTO, 2012, p.17).

Essa técnica descrita acima é usada por alguns psicanalistas infantis com a visão de “ludificar”, tornar lúdico, o ambiente terapêutico, demonstrando assim que o brincar é um terapia e que podemos usá-la na psicopedagogia clínica também, pois a ideia da caixa para cada criança é uma forma de vínculo e confiança que criamos com os pacientes.

Na psicopedagogia clínica, o psicopedagogo usa o brincar como forma de intervenção e avaliação, visando uma forma melhor de diagnosticar seus pacientes e também, a melhor forma de orientar os pais para que em casa continuem o tratamento que o psicopedagogo realiza dentro de seu consultório.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2.2 PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E O BRINCAR

O psicopedagogo institucional tem como objetivo de seu trabalho analisar o fracasso escolar, pois muitas das queixas que são trazidas referem-se a isso. O fracasso escolar segundo Weiss é “[...]uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda escolar.” (WEISS, 2008, p.16). E segundo ela mesma tudo isso pode ser analisado através de diferentes perspectivas, a da sociedade, da escola e do aluno.

Weiss traz que, para que não haja o fracasso escolar, é necessário observar a forma como as informações chegarão ao aluno, como eles serão ensinados, e tudo isso dependerá das condições sociais em que essa escola está inserida. Por outro lado também há a questão de como será a dosagem da quantidade de informações, transmitidas e cobradas ou sobre a avaliação da aprendizagem desse aluno. (WEISS, 2008).

Por último, Weiss fala sobre o aluno na perspectiva das condições internas de aprendizagem, focando especificamente na questão da intrasubjetividade, pois algumas problemáticas que causam a dificuldade de aprender vêm da história pessoal e familiar da criança, como também de aspectos orgânicos, cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos (WEISS, 2008). Weiss destaca,

[...] a ideia básica de aprendizagem como um processo de *construção* que se dá na *interação* permanente do sujeito com o meio que o cerca. Meio esse expresso inicialmente pela família, depois pelo acréscimo da escola, ambos permeados pela sociedade em que estão. (WEISS, 2008, p.27).

A partir das considerações descritas, o fracasso escolar está na conjugação dessas três perspectivas, interligando uma a outra, por esse motivo o psicopedagogo no momento da queixa até a intervenção analisa todos esses pontos para que assim possa planejar uma forma de orientar a criança e a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

família. Segundo Freitas e Corso, o psicopedagogo institucional que atua “[...] nas escolas, [...] trabalha com a dinâmica da instituição e com a formação de professores, orientando e auxiliando na organização das atividades e, conseqüentemente, no processo de aprendizagens dos alunos.” (FREITAS; CORSO, 2016, p. 207). Assim podemos dizer resumidamente que o psicopedagogo institucional trabalha tanto com o aluno, como com a instituição de ensino e com a sociedade em geral.

Os conhecimentos previstos para a criança obter na escola são o conhecimento físico, o conhecimento lógico-matemático e o conhecimento social. Todos necessários para a vida da criança. Segundo Santana,

O conhecimento físico abrange as características físicas dos objetos e dos fatos: tamanho, forma, textura, movimento, etc. Esse conhecimento é adquirido através do contato, da observação e da manipulação dos objetos.

O conhecimento lógico-matemático é estruturado a partir do pensar sobre as experiências com objetos e eventos. [...] Esse conhecimento é produto das experiências que a criança faz com os objetos. [...] Dessa forma, poderá aprender, por exemplo, a maneira de memorizar e de raciocinar vigente em determinada cultura.

O conhecimento social é realizado pela criança a partir de suas ações com outras pessoas. Na interação com outras crianças e com os adultos, surgem as oportunidades para a construção do conhecimento social. (SANTANA, 2017, p. 16).

Todos os aspectos vinculados ao brincar, ajudam na aprendizagem da criança, pois o cognitivo não pode ser separado do motor. Assim sendo, a criança precisa manipular e observar as coisas ao seu redor para que interaja com o meio e possa desenvolver alguns conhecimentos prévios.

No momento em que o psicopedagogo utiliza como ferramenta de intervenção ou avaliação o brincar, ele está resgatando os aspectos cognitivos e afetivo-emocional dos conteúdos dados dentro da sala de aula, motivando assim uma aprendizagem prazerosa. Mas é preciso ficar claro o porquê, para quê e quais recursos são utilizados, pois o brincar deve ser considerado como uma forma de intervenção de caráter preventivo ou até curativo, sendo nesse

caso, necessário identificar qual a dificuldade e criar condições para que o aluno possa superá-las.

O psicopedagogo institucional considera o brincar como um meio pedagógico, portanto, o brincar no ensino-aprendizagem é importante, pois a criança aprende noções do próprio processo pedagógico, aprendendo os conteúdos ensinados através da ludicidade e também ajudando a criança a ter uma visão do mundo mais real, desenvolvendo assim seu processo de aprender.

Com o brincar, o psicopedagogo pode identificar e compreender a modalidade de aprendizagem que a criança apresenta, se cumpre de forma satisfatória o que lhe é solicitado ou se fica paralisado diante do conhecimento. Sendo assim, o brincar destaca os esquemas que a criança usa para organizar suas brincadeiras, e a forma que lida com o conhecimento.

Alicia Fernández nos traz que “[...] o jogar-brincar da criança não só é produtor do sujeito enquanto sujeito desejante, mas também enquanto pensante. A inteligência se constrói a partir do jogar-brincar.” (FERNÁNDEZ, 2001 p. 71). E o psicopedagogo precisa dar conta e oferecer, para assim, poder transformar a aprendizagem da criança.

Quando se trata de crianças com problemas de aprendizagem, o que supõe déficit no jogar-brincar, o psicodrama (jogo dramático) se torna quase imprescindível para a ‘cura’. Por quê? Porque o jogo dramático é como que um *identificador* do jogar. Permite ir trabalhando como um escultor que produz a sua escultura, enquanto vão quase delineando-se os percursos do corpo entre os objetos. (FERNÁNDEZ, 2001, p.73).

No momento em que o psicopedagogo utiliza essa ferramenta para ajudar a criança, ele oportuniza a possibilidade de mostrar o que está ocorrendo na escola e também poderá ajudar o professor a visualizar a melhor estratégia de ensino para esse aluno. No momento em que a criança brinca e joga, o psicopedagogo poderá intervir em alguns momentos, assim moldando para que a criança lhe mostre o que está acontecendo em sua vida.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Quando uma criança diz que quer aprender ela não está pedindo uma nota e sim quer que a pessoa apenas a ensine. Mas como Fernández diz, “[...] uma das diferenças entre jogar e *aprender* é que aprender se situa entre o ‘*desejo*’ de conseguir algo e consegui-lo, ainda que o jogar seja um modo de consegui-lo em outro espaço.” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 99). Com isso pode-se pensar que o aprender é o desejo da criança em tornar possível aquilo que ela almeja. Mas para ela ter esse desejo depende da forma que o professor ou psicopedagogo vai apresentá-lo, por isso a importância de fazer e aprender brincando.

Como Fernández diz, o psicopedagogo necessita “[...] abrir um espaço objetivo e subjetivo, onde o aprendente se encontre com o desejo de buscar para depois procurar um objeto de conhecimento.” (FERNÁNDEZ, 2001, p.102). O que a autora quer dizer é que o psicopedagogo necessita dar espaço para a criança desejar aprender, para que depois ela procure esse objeto que lhe ajudará aprender.

O psicopedagogo institucional tem como objetivo trabalhar os anseios de aprender e as frustrações do fracasso escolar, pois esses dois associados ao que o aluno traz de casa dificulta a aprendizagem.

3 A INTERVENÇÃO LÚDICA E OS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: OS EFEITOS DO TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO

As atividades lúdicas na Psicopedagogia confirmam que os alunos podem obter um melhor desempenho, mas somente essas atividades não resolvem o processo educativo, porém auxiliam em favor de mudanças significativas. As atividades lúdicas são excelentes recursos para o atendimento psicopedagógico, utilizando como instrumento de vínculo cognitivo, visando sempre à aprendizagem.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A atividade lúdica promove entusiasmo, prazer e a alegria do compartilhamento. A criança fica alegre, vence obstáculos, desafia seus limites, despende energia, desenvolve a coordenação motora e o raciocínio lógico, adquire mais confiança em si e aprimora seus conhecimentos, competências, forças, talentos e habilidades. (FIGUEIRO, 2012, p.27).

Tudo isso provoca a compreensão diante da realidade em que se vive. A criança tem necessidade de socializar-se, criar e expressar-se, pois o brincar é uma atividade lúdica que possibilita a expressão criativa e comunicativa, sendo, portanto, a base das aprendizagens, da construção do seu conhecimento e da sua personalidade.

A autora Weiss, traz que “[...] no diagnóstico, o uso de situações lúdicas é mais uma possibilidade de se compreender [...] o funcionamento dos processos cognitivos e afetivo-sociais em suas interferências mútuas.” (WEISS, 2008, p.74). Sendo assim, o lúdico é usado para compreender o que a criança ou aluno traz para o psicopedagogo como carga emocional ou social.

Para Moschini e Caierão o psicopedagogo compreende “[...]que se faz necessário nutrir a própria autoria e a permissão para o brincar, a fim de descobrir nossa singularidade, nossa diferença, nossa marca e, partindo disso abrir espaços potenciais.” (MOSCHINI e CAIRÃO, 2015, p. 362). Diante dessa ideia, o psicopedagogo desenvolve espaços lúdicos para que esses sejam espaços do pensar efetivo, autorizando a criança a ressignificar sua história e podendo assim não perder sua memória do passado.

O lúdico permite a criança explorar a relação com o corpo e o espaço em que ela está inserida, criando condições mentais para assimilar que no processo de desenvolvimento da sua personalidade e de seu caráter, está junto a construção de seu organismo cognitivo.

O senso lúdico tem papel fundamental para o ser humano, tanto no início como durante toda a sua vida, devendo fazer parte do dia-a-dia de cada um, pois favorece a construção prazerosa do viver e da convivência social.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

As contribuições de atividades lúdicas no desenvolvimento integral do sujeito, indicam que essas intervenções contribuem para o desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão interligadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade, sendo que a afetividade é que constitui a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

É brincando que se tem as primeiras formas de aprendizagem e também do desenvolvimento da cognição, da motricidade, da socialização, da linguagem, da afetividade e de outros fatores que irão estimular e preparar a criança para a apreensão do mundo. (NIELSEN; SCHÖFFER, 2014, p. 34).

No momento em que a criança está brincando, ela desenvolve todas as áreas já referenciadas, mas também desenvolve seu lado psíquico, que vai vivenciar muitas experiências e com elas terá que lidar de forma criativa. Nielsen e Schöffer (2014), relatam que o brincar é uma forma que as crianças utilizam para expressar seus sentimentos. O lúdico é uma forma de canalizar as angústias, afetos e conflitos que a criança terá que trabalhar, pois a criança repete algumas vezes essas angústias, afetos e conflitos, para conseguir elaborar a melhor forma de solucionar os seus problemas. Winnicott assevera que,

A psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é. (WINNICOTT, 1975, p. 50).

Com isso, pode-se considerar que o trabalho do psicopedagogo é auxiliar na recuperação do prazer perdido de aprender e da autonomia do exercício da inteligência, a partir do momento em que a criança retorna a sentir prazer em brincar. Pode-se assim afirmar que é na disposição lúdica realizada pela criança, no ato ativo do brincar, que adquirimos significativos elementos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

para conhecer e compreender o funcionamento cognitivo do sujeito e a partir dele realizar a devida intervenção psicopedagógica.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender quais os significados do brincar no desenvolvimento da criança, e como o psicopedagogo o utiliza dentro de seu espaço de intervenção. O brincar faz diferença na vida das crianças e contribui para o ensino e aprendizagem quando aliado às propostas psicopedagógicas, demonstrando que ao mesmo tempo que a criança brinca ela aprende.

No brincar a criança se constitui como sujeito, pois é neste momento que surgem as indagações, a criatividade, o conhecimento de mundo, a busca pelo conhecimento. Também é importante lembrar que as interações ocorrem durante o processo do brincar, não somente com o outro, mas também com objetos que ela mantém contato.

Brincando, a criança desenvolve potencialidades; ela compara, analisa, nomeia, mede, associa, calcula, classifica, compõe, conceitua, cria, deduz, estimula e desenvolve a capacidade de concentração, favorece o equilíbrio físico e emocional, dá oportunidade de expressão, desenvolve a criatividade, a inteligência e a sociabilidade, enriquece o número de experiências e de descobertas, melhora o relacionamento com a família, entre muitas outras coisas. Sua sociabilidade se desenvolve; ela se aproxima de outras crianças, dos familiares, de outros adultos e cuidadores, faz amigos, aprende a compartilhar e a respeitar o direito dos outros e as normas estabelecidas pelo grupo, e a envolver-se nas atividades apenas pelo prazer de participar, sem visar recompensas nem temer castigos. (FIGUEIRO, 2012, p. 26).

Tudo isso é um processo de construção e precisa ser significativo, pois o protagonismo da criança fica evidente e a construção do seu eu também. Por isso o brincar continua sendo importante em todas as áreas, seja na educação como estímulo de aprendizagem, na própria vida da criança, onde ela interage com as outras crianças de sua idade, aprendendo a lidar com as diferenças e



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

com algumas dificuldades, como também na clínica com o psicopedagogo, desenvolvendo suas potencialidades e habilidades, desenvolvendo assim seu lado social, motor e cognitivo.

Observa-se que o brincar na psicopedagogia clínica e institucional é uma importante ferramenta no processo de intervenção psicopedagógica, sendo ela utilizada de maneira orientada, para avaliar e também otimizar o desenvolvimento cognitivo das crianças com problemas de aprendizagem. O psicopedagogo deve mediar e ter a intencionalidade de selecionar alguns recursos em função de seu objetivo que é o de avaliar e planejar ações orientadas para que a criança possa de fato apropriar-se de seu processo de aprendizagem.

A psicopedagogia é capaz de contribuir para a aprendizagem das crianças na medida em que ela investiga as eventuais falhas e estratégias necessárias para que o sujeito estabeleça novos conhecimentos, adquirindo-os e superando suas dificuldades a partir das habilidades que ele já apresentava.

O lúdico contribui para estimular a criança a experimentar e vivenciar emoções, sentimentos, desejos, fantasias e representar papéis, assim desenvolvendo a linguagem e a comunicação, facilitando o convívio social. Através dessas atividades a criança expressa suas habilidades e conhecimentos, aprimorando o relacionamento consigo mesmo e com as outras pessoas. Por isso o lúdico deve ser trabalhado na clínica psicopedagógica e nas instituições com os psicopedagogos, como uma ferramenta de auxílio das dificuldades de aprendizagem, tendo como foco as necessidades de cada criança, dentro do seu nível de desenvolvimento psicossocial.

Assim pode-se concluir que criar condições para o brincar está sendo transferido, cada dia mais, do núcleo familiar para a esfera institucional e clínica, no entanto, como a criança aprende a brincar desde muito cedo, ela precisa de alguém, de um outro elemento disponível para brincar com ela. Essa



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

peessoa está sendo o psicopedagogo que veio para ajudar na constituição psíquica e social da criança.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, Rosa Maria Lopes (Org.). **Ludodiagnóstico** [recurso eletrônico]: investigação clínica através do brinquedo. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **Psicopedagogia em Psicodrama**: morando no brincar. Trad. Yara Stela Rodrigues Avelar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FREITAS, Clariane do Nascimento de, CORSO, Helena Vellinho. **A Psicopedagogia na Educação Infantil**: O papel das brincadeiras na prevenção das dificuldades de aprendizagem. Santa Maria. 2016.
- MOSCHINI, Rosanita e CAIERÃO, Iara. **O Brincar na Clínica Psicopedagógica**. Porto Alegre. 2015.
- MORAES, Ana Paula de. **O Brincar e suas Dimensões**: criança em tempo de brincar. 2016. 24f. Monografia (Curso de Pedagogia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, 2016.
- MOURA, Joviane Aparecida. Winnicott – Principais Conceitos. **Psicologado**, 2008. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/abordagens/psicanalise/winnicott-principais-conceitos>>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- RODRIGUES, Vânia. **O Lúdico na Psicopedagogia**: os jogos como fator de desenvolvimento infantil. 2016. 21f. Monografia (graduação em Psicopedagogia) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2016.
- SANTANA, Eleison B. de. **A Importância do Brincar na Educação Infantil**: jogos e brincadeiras. 2017. 33f. Artigo Científico (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Macau, 2017.
- SCICCHITANO R.M.J, Castanho M.I.S, eds. **Avaliação Psicopedagógica**: recursos para a prática. Rio de Janeiro: Wak Editora; 2013.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica** – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 13 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

WINNICOTT, D.W. **O Brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro. Imago Editora Ltda. 1975.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL: TIPIFICAÇÃO LEGAL E ASPECTOS PSICOLÓGICOS DOS ENVOLVIDOS

Renata Lukrafka Kowalczuk¹
Mário José Puhl²

RESUMO

Este artigo aborda a temática da Síndrome de Alienação Parental, referenciada na legislação atinente e os aspectos psicológicos identificados nos envolvidos na mesma. Objetiva-se tipificar esta síndrome a partir da revisão de literatura e documental, buscando responder ao problema: o que configura a Síndrome da Alienação Parental, quais são as características identificáveis no alienador e quais são possíveis prejuízos ou efeitos psicológicos desta prática no desenvolvimento da criança? Na realização da pesquisa e elaboração textual observou-se método de abordagem dedutivo, os métodos de procedimento bibliográfico e documental, o tratamento dos dados de forma qualitativa, em razão da natureza básica do trabalho. De acordo com a Lei nº 12.386, de 2010, a alienação parental constitui-se numa ação de interferência no desenvolvimento psicológico da criança ou do adolescente, produzida por quem exerce influência sobre ela, causando-lhe algum prejuízo nas relações intrafamiliares. Esta compreensão teórica é alargada com as elaborações de Freitas (2015), Perez (2010), Trindade (2010) e Guazelli (2010). A pesquisa possibilitou elencar os principais sintomas da síndrome, presentes em todos os envolvidos, especialmente em sua subjetividade, apresentar a legislação e trazer uma explicação sobre este fenômeno humano.

Palavras-chave: Síndrome de Alienação Parental – Legislação - Psiquismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como temática a Síndrome da Alienação Parental, como a legislação brasileira a aborda e as possíveis consequências psicológicas desta prática na formação do psiquismo da criança. As primeiras

¹Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA, Santa Rosa, RS. renatakowalczuk@gmail.com

² Doutor em Educação nas Ciências, UNIJUI. Orientador. Professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

fases da vida são cruciais para o desenvolvimento cognitivo e de personalidade do indivíduo, que deve, portanto, possuir uma vasta rede de apoio e uma legislação suficiente para sua proteção e seu desenvolvimento adequado.

Objetiva-se discorrer a respeito da Síndrome de Alienação Parental (SAP), com vistas à sua tipificação conforme especificado na Lei n. 12.318, de 2010, apresentar as características do alienador, visíveis tanto no alienador, quanto na criança instrumentada para a prática, listar a legislação que aborda o assunto e assinalar os possíveis prejuízos ou efeitos psicológicos desta prática no desenvolvimento da criança, a partir de uma revisão de literatura e documental relativa à temática.

O artigo está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro conceitua a Síndrome de Alienação Parental (SAP), com base na literatura e legislação atinente. Na segunda parte aborda-se o tema tendo por referência a Lei n. 12.386/2010 e, no terceiro capítulo são analisados os possíveis efeitos psicológicos na criança, em razão da alienação parental.

1 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

De acordo com Trindade (2010, p. 23), a alienação parental “[...] consiste num processo de programar uma criança para que odeie um de seus genitores sem justificativa, de modo que a própria criança ingressa na trajetória de desmoralização desse mesmo genitor”. O alienador implanta sentimentos de ódio contra o alienado, de forma reiterada, até que este sentimento se torne próprio da criança.

De acordo com Gardner, pioneiro das pesquisas a respeito desta Síndrome¹, “Induzir a SPA em uma criança é uma forma de abuso emocional.

¹ De acordo com Ferreira (2008, p.741): “*sín.dro.me sf. Med.* Estado mórbido caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas, e que pode ser produzido por mais de uma causa [...]”.

De certa forma, isto pode ser ainda mais prejudicial do que abusar psicológica/sexualmente de uma criança.” (GARDNER, 1999, p.1).¹

1.1 PREVALÊNCIA NA OCORRÊNCIA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Pode-se dizer que, na maioria dos casos, a alienação parental tem por gatilho a separação, de cunho litigioso². Considera-se, também, sua manifestação como prevalente no ambiente da mãe (padrectomia)³, devido ao costume atribuído à mulher de principal responsável pelo cuidado com a prole, logo, exercendo a guarda dos filhos. Cabe ressaltar que a SAP também pode ser causada por outros cuidadores (pai, avós, tios, ou responsável legal), mas ocorre predominantemente em famílias disfuncionais, na incessante busca por equilíbrio, entende Trindade (2010). Por seu turno, Guazzeli (2010) aponta a idade das crianças como fator comum desta síndrome, prevalecendo a SPA em crianças em idade inferior à escolar.

1.2 CARACTERÍSTICAS E CONDUTAS DO ALIENADOR

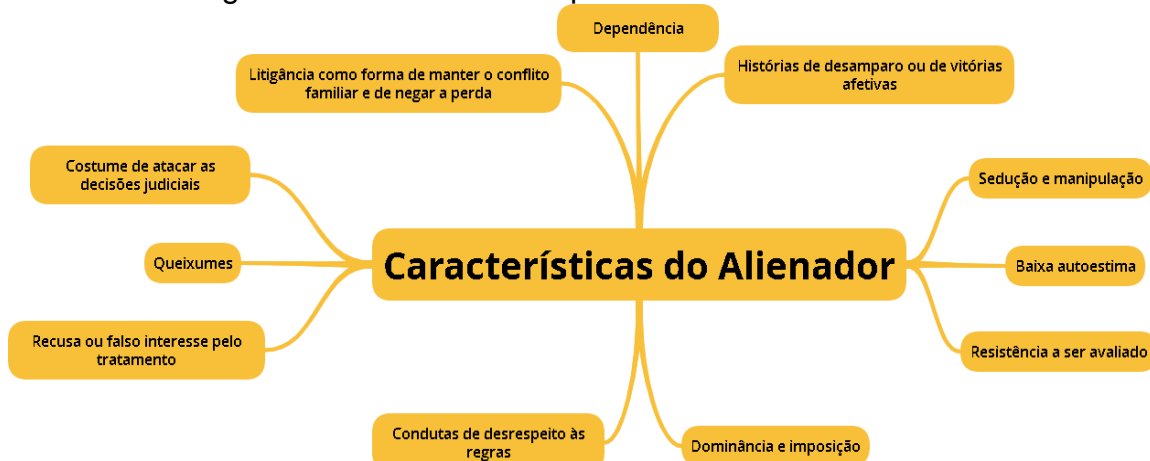
No que tange às características, que incluem tipos de comportamento e traços de personalidade, do alienador, são elencados por Trindade (2010), e esquematizados na Figura 1, as seguintes:

¹ “Inducing PAS in a child is a form of emotional abuse. In a way, it may be even more detrimental than physically and/or sexually abusing a child.” Tradução livre.

² “Separação ou Divórcio Judicial Litigioso: quando um dos cônjuges não quer a separação ou o divórcio, ou quando o casal não concorda com todos ou alguns de seus aspectos. Também é requerido ao Juiz.” (ATIBAIA, 2008, p.9).

³ “O afastamento forçado do pai, corte e subtração do papel paterno e a perda parcial ou total de seus direitos diante dos filhos, o qual expressa o nível sociocultural, legal, familiar e maternal; o fenômeno da padrectomia limita ou impede o pai de exercer seus direitos e o prazer do contato com seus filhos; a padrectomia é um fato, não é uma doença nem uma síndrome.” (MARTINEZ, 1999 apud GUAZELLI, 2006, p. 38).

Figura 15: Características prevaletentes do alienador



Fonte: Trindade (2010, p. 26).

Em relação às condutas clássicas do alienador, seu comportamento pode ser de cunho criativo, o que dificulta a criação de uma lista precisa do assunto em questão. Porém, as atitudes que mais costumam se repetir são: apresentar o novo companheiro como substituto ao genitor alienado; interferir diretamente no contato deste com os filhos (seja por meio da interceptação de cartas, e-mails, mensagens, recados ou presentes destinados aos filhos ou impedindo a visitação); desvalorizar o cônjuge alienado frente a terceiros e aos filhos; recusar informações sobre os filhos ou “esquecer” de transmitir avisos importantes (como consultas médicas, reuniões escolares.); desqualificar o mesmo cônjuge do outro genitor; envolver terceiros na lavagem emocional dos filhos (especialmente avós ou tios); tomar decisões importantes sobre a criança sem realizar consulta ao outro genitor; praticar atos falhos (troca de nomes ou sobrenomes); delegar o cuidado dos filhos à outras pessoas, que não o alienado; alegar que o outro cônjuge não tem disponibilidade ou não está interessado nos filhos; punir, ou ameaçar punir, os filhos em caso de aproximação com o outro cônjuge, assinala Trindade (2010).

Em casos mais graves, podem ser praticadas condutas como: impedimento de todo contato entre filhos e genitor alienado; falsas denúncias de abuso (físico, sexual ou emocional); deterioração da relação após a

separação; reações de medo da parte dos filhos. Por se tratar de uma forma de abuso psicológico, a prática da alienação parental pode provocar a implantação de falsas memórias, ou memórias distorcidas, nos filhos (TRINDADE, 2010).

Cabe ainda citar os principais sentimentos demonstrados pelo alienador, possuidores de um denominador comum: o predomínio do sentimento de ódio frente aos de amor e gratidão. Trindade sintetiza os prováveis sentimentos do genitor alienador, nos seguintes termos:

[...] Em síntese, é possível identificar alguns sentimentos próprios do genitor alienador:

- destruição, ódio e raiva;
- inveja e ciúmes;
- incapacidade de gratidão;
- superproteção dos filhos;
- desejos (e comportamentos) de mudanças súbitas ou radicais (hábitos, cidade, país);
- medo e incapacidade perante a vida, ou poder excessivo (onipotência). (TRINDADE, 2010, p. 29).

É importante ressaltar que, com a percepção precoce dos sinais de alienação parental, o quadro pode ser minimizado ou, até mesmo, resolvido, gerando menos danos à criança e aos genitores envolvidos. Cabe ressaltar que a alienação parental constitui-se uma privação à infância, sendo um abuso para com o infante. Este importante período da vida, uma vez roubado, não pode ser devolvido, e causará danos na formação psíquica do indivíduo (TRINDADE, 2010).

1.3 A FALSA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL

A falsa denúncia de abuso sexual¹ pode ser considerada como “[...] o lado mais sórdido de uma vingança, pois vai sacrificar a própria prole.” (GUAZELLI, 2010, p. 43). Nos casos em que o alienador acusa o genitor

¹ “O abuso sexual ocorre quando um indivíduo é envolvido em atividades sexuais com ou sem contato físico – exposição, manipulação, penetração, exploração – que ele não compreende ou para as quais ainda não tem maturidade.” (FARINATTI et al., 1993; FURNISS, 1993 apud ALBORNOZ, 2006, p. 25)”.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

alienado de condutas de cunho sexual para com a criança, torna-se obrigação do juiz afastar o acusado do contato com a suposta vítima, tendo como premissa a proteção integral da criança. Desta forma, “[...] o ônus da morosidade do processo recairá exclusivamente sobre o réu, mesmo que ele seja inocente.” (GUAZELLI, 2010, p. 43).

Consequentemente, serão implantadas falsas memórias na criança. De acordo com Stein et al, falsas memórias são “[...] as lembranças de eventos específicos como se tivessem realmente ocorrido, quando, de fato, não ocorreram.” (STEN, 2010, p.14). Com a reiterada narrativa criada pelo alienador, a própria criança passa a se convencer de que os fatos realmente se sucederam. “Crianças são absolutamente sugestionáveis, e o guardião que tem essa noção pode usar o filho, implantar essas falsas memórias e criar uma situação da qual nunca mais se conseguira absoluta convicção em sentido contrário.” (GUAZELLI, 2010, p. 45).

Quando ocorre a falsa denúncia de abuso sexual, muitas são as sequelas às crianças e ao adulto acusado. De um possível abuso sexual, a falsa denúncia passa a ser um comprovado abuso psicológico, de cunho gravíssimo, pois danificará o desenvolvimento da criança, causando uma confusão psíquica irreversível, entende Guazelli (2010).

A Tabela 1, abaixo exposta, apresenta uma tipificação das características centrais dos fenômenos do abuso sexual e da SAP.

Tabela 1: Diferenças entre abuso sexual e Síndrome de Alienação Parental

ABUSO SEXUAL	SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL
O filho lembra do que ocorreu sem necessidade de nenhuma ajuda externa.	O filho programado não viveu o que seu progenitor denuncia – precisa se recordar.
As informações que transmite têm credibilidade, com maior quantidade e qualidade de detalhes.	As informações que transmite têm menor credibilidade, carecem de detalhes e inclusive são contraditórias entre os irmãos.
Os conhecimentos sexuais são impróprios para sua idade: ereção, ejaculação, excitação, sabor do sêmen etc.	Não tem conhecimentos sexuais de caráter físico: sabor, dureza, textura etc.
Costumam aparecer indicadores sexuais: condutas voltadas ao sexo, conduta sedutora com adultos, jogos sexuais precoces e impróprios com semelhantes (sexo oral), agressões sexuais a outros menores de idade inferior, masturbação excessiva etc.	Não aparecem indicadores sexuais.
Costumam exibir indicadores físicos do abuso (infecções, lesões).	Não existem indicadores físicos.
Costumam aparecer transtornos funcionais: sono alterado, <i>enuresis</i> , <i>encopresis</i> , transtornos de alimentação.	Não costuma apresentar transtornos funcionais que o acompanhem.
Costuma apresentar atrasos educativos: dificuldade de concentração, de atenção, falta de motivação, fracasso escolar.	Não costuma apresentar atraso educativo em consequência da denúncia.
Costuma apresentar alterações no padrão de interação: mudanças de conduta bruscas, isolamento social, consumo de álcool ou drogas, agressividade física e/ou verbal injustificada, roubos etc.	O padrão de conduta do sujeito não se altera em seu meio social.
Costuma apresentar desordens emocionais: sentimento de culpa, estigmatização, sintomas depressivos, baixa autoestima, choro sem motivo, tentativas de suicídio.	Não aparecem sentimentos de culpa, oi estigmatização, ou condutas de autodestruição.
Sente culpa ou vergonha do que declara.	Os sentimentos de culpa ou vergonha são escassos ou inexistentes.
As denúncias de abuso são prévias à separação.	As denúncias de abuso são posteriores à separação.
O progenitor percebe a dor e a destruição de vínculos que a enuncia provocará na relação familiar.	O progenitor não leva em conta, nem parece lhe importar, a destruição dos vínculos familiares.
Seria esperado que um progenitor que abusa de seus filhos pudesse apresentar outros transtornos em diferentes esferas de sua vida.	Um progenitor alienado aparenta estar são nas diferentes áreas de sua vida.
Um progenitor que acusa o outro de abuso a seus filhos costuma acusa-lo também de abusos a si mesmo.	Um progenitor programado só denuncia o dano exercido aos filhos.

Fonte: AGUILAR, 2007 apud GUAZELLI, 2010.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Outro detalhe a ser observado é a linguagem utilizada pela criança. Caso sejam empregadas palavras mais técnicas, provavelmente ela esteja sofrendo influência de algum adulto no seu depoimento. Guazzelli cita, ainda, alguns indícios comportamentais comuns em crianças vítimas da SPA:

a) agressividade verbal ou física, justificada pelo filho por motivos fúteis ou absurdos; b) sentimento de ódio, expresso sem ambivalência, sem demonstrar culpa por agredir ou denegrir o genitor alienado e parentes; c) afirma que chegou sozinha às suas conclusões e adota a defesa do genitor alienador de forma racional; d) conta casos que não viveu e guarda na memória fatos considerados “negativos” sobre o genitor alienado, de que ela não se lembraria sem a ajuda de outra pessoa; e) não quer se encontrar com o genitor alienado. (GUAZZELLI, 2010, p. 51).

Ademais, Guazzelli (2010) se refere às falsas denúncias como um desserviço à sociedade, pois estas irradiariam descrença às denúncias verdadeiras. A autora diz, também, que

[...] os pais denunciantes, por sua ótica unilateral e doentia, acham que estão fazendo o melhor pra proteger a prole, e, assim, todo cuidado é necessário para não se deixar envolver pela narrativa desses genitores, pois eles fazem questão de somar partidários para sua tese. (GUAZZELLI, 2010, p. 57).

Com base nos fatos anteriormente citados e considerando-se a gravidade dos casos nos quais decorre a (falsa) denúncia de abuso sexual, frisa-se a importância do papel do juiz e dos advogados (ou demais juristas) que trabalham nestas determinadas situações, visando sempre buscar o melhor interesse da criança e sua proteção integral (GUAZZELLI, 2010).

2 A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL

A Lei nº 12.386, de 2010, em seu artigo 1º, destaca a sua principal função no ordenamento jurídico, ou seja, dispor sobre alienação parental. No segundo artigo, esta norma tipifica a alienação parental, nos seguintes termos:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010).

Freitas, em sua análise sobre o dispositivo legal, afirma que a Síndrome de Alienação Parental

[...] trata-se de um transtorno psicológico caracterizado por um conjunto sintomático pelo qual um genitor, denominado cônjuge alienador, modifica a consciência de seu filho, por meio de estratégias de atuação e malícia (mesmo que inconscientemente), com o objetivo de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado. Geralmente não há motivos que justifiquem essa condição. É uma programação sistemática promovida pelo alienador para que a criança odeie, despreze ou tema o genitor alienado, sem justificativa real. (FREITAS, 2015, p. 41).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O artigo 3º, da lei em epígrafe, por sua vez, versa sobre os aspectos negativos no psiquismo da criança, assunto que será posteriormente elencado.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2010).

Dos artigos 4º ao 8º, estão dispostas orientações para o juiz que se deparará com casos de Alienação Parental, elencando medidas de cautela, urgência e efetividade, instrumentos de proteção direta, instruções e requisitos para a perícia criminal, questões referentes à guarda da criança e demais instrumentos protetivos e investigativos (PEREZ, 2010). Ressalta-se que, ainda que as acusações do genitor alienador sejam falsas, “[...] o magistrado, ainda que desconfie da sua veracidade, deve prezar pelo melhor interesse do menor, devendo dar a tutela necessária para evitar majoração do dano ante a possível veracidade da acusação.” (FREITAS, 2015, p. 44).

O artigo 9º, desta lei, o qual foi vetado, versava sobre a mediação para a solução do litígio, antes ou durante o processo judicial.

Não raras vezes o processo de alienação parental ocorre em contexto de distúrbio de ordem psíquica, o que sinaliza alguma restrição à eficácia da mediação pela dificuldade dos envolvidos de internalizar a lei e valores éticos. Também não se deve descartar a possibilidade de solução híbrida para conflitos sobre direito de convivência familiar (vide nota 67), por exemplo, a mediação que sucede a decisão judicial liminar. Há casos em que o (r)estabelecimento da circunstância de igualdade parental, em que os genitores, antes de destinatários de direitos, são chamados à responsabilidade pela equilibrada convivência da criança ou adolescente com o pai e mãe, atua como facilitador de solução que preserve o bem estar de todos os envolvidos no processo. Contudo, tal possibilidade não foi contemplada pelo texto definitivo da Lei 12.318/2010. (PEREZ, 2010, p.84).

No que tange a tipificação penal da alienação parental, discutida em audiência pública na Câmara dos Deputados, manteve-se “[...] a tese que atribui ênfase ao caráter educativo, preventivo e de proteção da norma, com a restrição da parte penal.” (PEREZ, 2010, p. 84). Por exigir um exame subjetivo de conduta, definiu-se que a tipificação penal da Síndrome de Alienação Parental seria demasiadamente difícil, não oferecendo eficácia adequada.

A nova tipificação, vetada pelo Presidente da República, evidentemente não afastaria os tipos penais já existentes e que poderiam estar relacionados a atos de alienação parental ou a violação ao direito à convivência familiar. Hipótese recorrente é a do deliberado descumprimento de decisão ou acordo judicial que regulamenta o direito de convivência (CP 330) ou a própria denúncia caluniosa (CP 339). (PEREZ, 2010, p. 87).

Apesar de já existirem outros dispositivos legais que abrangem o assunto, tais como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei específica relativa à essa síndrome, possui a sua relevância, aponta Freitas (2015).

3 CUIDADOS COM A CRIANÇA ALIENADA

Conforme o pensamento de Alnornoz (2006, p. 17), a “[...] literatura psicanalítica atual reconhece que a personalidade saudável decorre de um desenvolvimento suficientemente bom nos primeiros anos de vida.” Para que tal desenvolvimento seja garantido, destacam-se as chamadas funções subjetivantes, de parentalidade, ou seja, a realização da função materna e da função paterna. A função materna representa o primeiro acolhimento, que ampara o ser humano. A função paterna, por sua vez, é a representação da autoridade, dos limites, mostra a realidade além do aconchego materno e estrutura o psiquismo para que o sujeito possa compreender a realidade como ela é, argumenta Colpo (2020).

Quando uma destas funções, ou ambas, não são vivenciadas pela criança, têm-se a chamada privação. “As circunstâncias das privações na infância registrarão suas marcar e edificarão a subjetividade nesse sentido, e esses efeitos possivelmente constituirão o futuro da sociedade.” (ALBORNOZ, 2006, p.20). A alienação parental, por se tratar de um abuso psicológico, se enquadra como privação.

Assim sendo, a alienação parental é tanto mais intensa e passível de gerar danos psíquicos quanto mais jovem for a criança. As consequências para o desenvolvimento da criança ou do adolescente podem ser catastróficas nesses casos. A criança pode vir a apresentar sintomas como depressão, incapacidade de adaptar-se aos ambientes sociais, transtornos de identidade e de imagem, tendência ao isolamento, além do uso de drogas, álcool e até o suicídio. (PINHEIRO, 2019, p. 86).

O papel da criança em casos de alienação parental, para muitos, ainda é dúbio. Ao mesmo tempo em que esta é a vítima principal do processo, por ter suas memórias alteradas e criar sentimentos falsos que futuramente a prejudicarão, por estar sofrendo um abuso psicológico, como anteriormente destacado, ela também é o principal instrumento de ataque da SPA, sendo a ela delegado um papel de agressora.

A criança é utilizada como objeto de fetiche de um dos pais, que cria situações para que a mesma acredite nas versões ditas por ele. Com isso, a criança acaba tomando partido desse genitor, e se torna fiel a ele, deixando de viver momentos importantes em sua vida por medo de desaprovação do mesmo. Nesse sentido, se tratando da criança que experiência situações conturbadas num ambiente atípico, é bem provável que essa relação venha prejudicar no desenvolvimento da mesma. (SILVA, 2013, p. 24).

Desta maneira, destaca-se a atenção especial que deve ser dada às crianças, por estarem em desenvolvimento e significarem o futuro da sociedade. Ademais, seguindo o pensamento de Colpo (2020), cabe dizer que é dever dos pais, do Estado e da sociedade de por elas zelar e agir sempre em



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

seu melhor interesse, de maneira a garantir um crescimento saudável para o indivíduo e, conseqüentemente, para a sociedade.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou discorrer a respeito da Síndrome de Alienação Parental, com vistas a contribuir na identificação desta e reforçar os impactos da mesma no psiquismo dos envolvidos, bem como na sociedade de um modo geral. Retoma-se, aqui, a importância de que a criança, que representa o futuro da sociedade, seja assistida corretamente nestes casos, possuindo uma legislação que a apoie e uma rede de apoio informada e que possa contribuir para o fim, ou diminuição dos efeitos, destes casos.

Por meio da escrita deste artigo, foi possível elencar os principais sintomas da síndrome, presentes em todos os envolvidos, especialmente em sua subjetividade, apresentar a legislação e trazer uma breve explicação sobre esta, apontando seus principais acertos e falhas, e conscientizar o leitor dos riscos da SPA para o desenvolvimento da criança, bem como as possíveis conseqüências desta para o futuro da sociedade, haja vista a possibilidade da criança envolvida se tornar um adulto com problemas de relacionamento com outros indivíduos e até mesmo traços de delinquência.

Com a pesquisa, foi possível aprimorar os conhecimentos sobre o assunto, atentar-se a respeito dos sintomas que, apesar de serem sutis, podem ser identificados, a fim de contribuir para um melhor futuro da sociedade. Ademais, foi possível intensificar os conhecimentos sobre a legislação, bem como destacar sua importância, especialmente no que diz respeito ao caráter preventivo, preservativo e de proteção da norma. Apesar de, recentemente, o assunto estar ganhando maiores palcos, a pesquisa sobre este é extremamente importante, pois os casos existentes são mais comuns do que sabe, e ainda estão muito velados na consciência social.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. **Psicoterapia com Crianças e Adolescentes Institucionalizados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. 160 p.

ATIBAIA. **Cartilha da Cidadania**: fórum permanente de educação e segurança pública. 2008. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Cartilha%20da%20Cidadania.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.318**, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 7 set. 2020.

COLPO, Juliane. **Psicologia e Promoção de Justiça**. Aula: 11 ago. 2020. (Apontamentos).

FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação Parental**: comentários à Lei 12.318/2010. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 189 p.

GARDNER, Richard Alan. **Parental Alienation Syndrome**. 1999. Disponível em: <<https://themenscentre.ca/wp-content/uploads/2013/08/Parental-Alienation-Syndrom-2nd-ed..pdf>>. Acesso em: 4 set. 2020.

GUAZZELLI, Mônica. A falsa denúncia de abuso sexual. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Incesto e Alienação Parental**: realidades que a justiça insiste em não ver. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 33-60.

PEREZ, Elizio Luis. Breves comentários acerca da lei da alienação parental: Lei n. 12.318/2010. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Incesto e Alienação Parental**: realidades que a justiça insiste em não ver. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 61-94.

PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 188 p.

SILVA, Vanusa Santos da. **Separação**: uma criança vítima de alienação parental. *Psicologado*, [S.l.] 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/separacao-uma-crianca-vitima-da-alienacao-parental>>. Acesso em: 16 set. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

STEIN, Lilian Milnitsky et al. **Falsas Memórias**: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed, 2010. 264 p.

TRINDADE, Jorge. Síndrome de alienação parental. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Incesto e Alienação Parental**: realidades que a justiça insiste em não ver. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 21-32.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O ACESSO AO CONHECIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

Valdecir Luis Brisch¹
Mário José Puhl²

RESUMO

O presente artigo aborda o tema que envolve o processo do conhecimento na dinâmica do espaço e tempo escolar. O objetivo está pautado na preocupação em estudar e aprofundar de forma mais ampla os elementos que fazem parte da educação no contexto escolar em tempos de rápidas mudanças e ao mesmo tempo entender como estas afetam a educação. O problema diz respeito aos desafios da educação e da aprendizagem considerando as mudanças causadas pelas novas formas de ensinar e aprender, oriundas das tecnologias da informação. A temática e o problema da pesquisa são abordados e argumentados tendo presente as teorias de Freire (2014), o qual destaca a relação de sujeitos no que tange a educação e o processo da aprendizagem, de Antunes (2007) do saber significativo e da importância do saber, de Masschelein e Simons (2013) que sustentam a ideia de que o processo da aprendizagem visa preparar sujeitos capazes e preparados para sociedade. O percurso metodológico está balizado pelo método dedutivo, quanto à abordagem temática, enquanto que o trabalho de pesquisa é bibliográfico e documental, configurando uma pesquisa de natureza básica e a abordagem dos dados em perspectiva qualitativa. No ensinar e no aprender existe sempre uma relação de sujeitos. Esta se fundamenta no objeto da aprendizagem que vai colocar o sujeito no mundo capaz de encontrar o modificar o meio social onde está inserido. Desta forma percebe-se que o fazer pedagógico está intimamente relacionado com os meios utilizados e como estes influenciam na forma de aprender.

Palavras-chave: Aprendizagem – Fazer pedagógico – Conhecimento – Escola.

¹ Pós-graduando do curso de Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA, Santa Rosa, RS. valdecir@fema.com.br

² Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUI. Professor junto às Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

Ensinar é contribuir com o indivíduo, sujeito da aprendizagem, a manter um vínculo com a aprendizagem. A busca pelo conhecimento está latente em todos os seres humanos, no entanto, nem todos conseguem aprender de forma igual, algo muito importante de ser observado: as diferenças humanas. “A grandeza de um ser humano não está no quanto ele sabe, mas no quanto ele tem consciência que não sabe. O destino não é frequentemente inevitável, mas uma questão de escolha. Quem faz escolha, escreve sua própria história, constrói seus próprios caminhos.” (CURY, 2007, 125).

Despertar a curiosidade no ser humano é algo primordial. Pode-se dizer que despertar e motivar são sinônimos. Desde o nascimento o ser humano procura conhecer, descobrir e assimilar, para tanto sempre há algum motivo. Essa não é a mesma em todos os seres humanos. O motivo sempre depende do fim a ser alcançado.

Educar e ensinar acabam se complementando. O processo de socialização do ser humano está enraizado na sociedade, é nela que se aprende a viver socialmente. No encontro com o outro, o ser humano entra na dinâmica social, onde aprende valores e tradições e vai apreendendo elementos culturais que com o passar do tempo se tornam parte do indivíduo social.

Difícilmente é possível ensinar sem motivar, em outras palavras, para ensinar é preciso estar motivado. O objeto de estudo se torna objetivo do sujeito que ensina e daquele que aprende. O motivo para ensinar cria raízes no sujeito que desperta interesse por tal. Grandes descobertas só aconteceram por causa da motivação. Saber o que se quer já é um início para saber aonde chegar. Envolvido com o objeto o sujeito o torna em matéria de interesse.

Conhecer faz parte do ser humano, pois é por natureza capaz de alcançar o conhecimento, esta é a primeira parte desenvolvida neste artigo.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Segue-se depois para a escola como campo da aprendizagem, onde de diversos modos e formas a escola busca meios, cada vez melhores e eficazes para transmitir ao educando aquilo que é necessário para aprimorar o seu ser no mundo. O terceiro capítulo gira em torno da aprendizagem e das influências externas, ou seja, como as mídias digitais ou a cultura digital interferem na busca pelo conhecimento.

O artigo está estruturado sob três seções, a primeira parte trata do conhecimento como elemento constituinte do ser humano e a aprendizagem como fundamental desta característica. O conhecimento como processo dentro do ambiente escolar é a segunda seção, que chama atenção para a importância deste processo e como ele acontece no contexto escolar. Na terceira e última parte, verifica-se como os meios digitais influenciam o acesso ao conhecimento.

O conhecimento constitui-se parte integrante da natureza humana e para tal acontecer, o ser humano precisa necessariamente estar em busca permanente do objeto. Em termos filosóficos, o conhecimento acontece no encontro do sujeito com o objeto. Existe sempre alguém que conhece e algo a ser conhecido.

1 O CONHECIMENTO: UM DOS ASPECTOS CONSTITUINTES DO HUMANO

A teoria denominada de racionalista, que surge com a filosofia racionalista, chama atenção para a característica específica do ser humano, ou seja, a sua condição racional¹. O processo da aprendizagem fundamenta-se como um dos aspectos principais desta característica.

¹ Pode-se elencar nessa corrente de pensamento filósofos como Platão, Descartes, Hume, Kant. Outras teorias filosóficas situam a especificidade do humano na linguagem, tais como os sofistas, Rousseau, Heidegger, Habermas; na dimensão do trabalho, como exposto por Marx e Engels.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O ser humano é considerado racional por natureza e aprender é parte fundamental de sua essência. O processo da aprendizagem está intimamente ligado pela busca que o ser humano empreende ao longo de sua história. Para que a aprendizagem aconteça, é necessário que haja ensino.

Em tempos de avanços tecnológicos e novas formas de ensinar, surgem muitos elementos que podem nos ajudar a entender que ensinar é mais que mostrar o caminho ao aprendiz. Quanto mais estreita a relação entre ensinar e aprender estiver, mais fácil se torna o processo da aprendizagem.

Nesse processo, ser professor implica não ser o dono do saber, mas aquele que mostra o caminho a ser percorrido para que a aprendizagem aconteça. Enquanto ensina, o professor também aprende. De acordo com estudiosos, o profissional da educação tem o compromisso social, ou seja, como o ser humano é por natureza um ser social, é preciso criar a consciência no sujeito que este é agente de transformação, em outras palavras, “[...] o destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua ação”. (FREIRE, 2014, p. 50).

Entre ensinar e aprender existe uma relação muito estreita e significativa que deve ser entendida como relação de sujeitos. O ser humano, como ser social é também relação com outros que são sujeitos. A educação não pode ser entendida como relação de saber e não saber. O que torna a educação fundamental é a questão do ser que se encontra inacabado.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (FREIRE, 2014, p. 34).

Existe neste processo, um sujeito em construção, que deseja buscar em sua individualidade o encontro com aquilo que lhe falta. O sujeito congnovente em busca do objeto que deseja conhecer.

O professor não possui saber absoluto e nem o educando ignorância absoluta. “[...] Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo”, observa Freire (2014, p. 36).

O motivo do ensinar deve ter relação com o saber de quem aprende. A educação vai além do processo de adaptação do indivíduo à sociedade, visa muito mais transformar o espaço onde está inserido.

O homem não é, pois, um homem para a adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais (a propaganda política ou comercial fazem do homem um objeto). O homem se identifica com sua própria ação: objetiva o tempo, temporaliza-se homem-história. (FREIRE, 2014, p. 38).

Na busca da realização de seus desejos, o professor, com seus motivos para ensinar e tornar isto significativo, precisa estar consciente de seu papel de motivador, ou seja, mostrar o motivo do objeto de sua atuação.

O mundo está em constantes e grandes mudanças. Estas afetam todas as esferas humanas, ou seja, seria ingênuo pensar que a educação não passaria por mudanças e transformações.

Neste cenário está também a escola, o estudante e o professor. Trata-se de novas formas de pensar e trabalhar, até porque “[...] nunca se falou tanto em educação como agora.” (ANTUNES, 2007, p. 7). Com os avanços tecnológicos e científicos a educação não pode fechar os olhos para esse contexto societário.

O mundo de hoje apresenta desafios tão novos e imprevisíveis, que se faz necessário repensar o modo como educamos as futuras gerações. Nossas escolas, e mesmo as universidades, estruturam suas rotinas em resposta a desafios vividos em outras épocas. Se os desafios mudarem, nada mais natural do que modificar a preparação daqueles que os enfrentarão. Que tipo de formação os futuros membros da sociedade devem ter para viver em um mundo de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

constante mudança e de incerteza? Será que nossas atuais instituições de ensino são capazes de proporcionar tal formação? (MENDES, 2012, p. 17).

O professor precisa estar ciente de seu papel de mediador do conhecimento. Considerar os elementos que estão transformando a educação e tornando a mesma nova, requer grandes habilidades do professor. O cenário exige que o professor reflita sobre o seu papel. “Como transformar informações em conhecimento?”, indaga Antunes. (ANTUNES, 2007, p. 9).

Uma possível resposta para esta questão consiste no empenho do sujeito que busca transformar uma avalanche de informações que estão cada vez mais intensas e nem sempre úteis. O educador precisa se reinventar. A aprendizagem está na coragem em saber utilizar informações que possam auxiliar na formação intelectual do educando. É uma nova realidade que se coloca diante da escola, do aluno e do professor.

Se o futuro é incerto e os desafios se renovam rapidamente, é preciso dar uma formação que leve crianças e jovens a terem um papel ativo na construção do seu corpo de conhecimento, renovando seus saberes continuamente, segundo a necessidade. Assim, acima e além de conteúdos importantes, a Escola deve ensinar habilidades, cultivando a capacidade de iniciativa dos alunos em relação à aquisição, à crítica e até mesmo à produção de conhecimento. (MENDES, 2012, p. 17).

O grande objetivo do fazer pedagógico consiste em habilitar o sujeito da aprendizagem. Com ser de necessidades, o ser humano precisa aprender para conseguir cumprir com seu ser no mundo. Sendo frágil, o mais frágil de qualquer espécie, o ser humano necessita adquirir o maior número de habilidades possíveis e assim ser capaz de modificar e transformar em objetos culturais o seu aprendizado. “O homem é a espécie animal mais evoluída e, como tal, é a que possui o menor número de comportamentos inatos, fixos e invariáveis. Por isso, é o homem o animal mais dependente da aprendizagem para sobreviver.” (BRAGHIROLI et. al, 2015, p.117).

Em se tratando de aprendizagem, ela não pode ser considerada como um fato que ocorre num determinado momento. “Começamos a aprender antes mesmo de nascer e continuamos a fazê-lo até a morte.” (Idem).

Quando se fala em aprendizagem ou em educação formal ou instituída legalmente, que pode também ser nomeada escola, pois é uma das criações do ser humano, aparece em nossa mente uma imagem: a sala de aula. É neste cenário que acontece a educação, a aprendizagem e se justifica a profissão do educando. Parece que está tudo resolvido. Existe um determinado conteúdo de uma determinada disciplina que o professor transmite e o aluno “aprende” e a aprendizagem ocorre.

No entanto, a realidade vivida por professores, alunos e a escola, nem sempre é tão simples assim. Existem vários e importantes questionamentos: Aquilo que é transmitido é importante? Como ensinar quem não está disposto a aprender? Como tornar interessante aquilo que os educandos “deveriam” aprender?

Esta ideia parece simplista. Parece difícil de se constatar se o aluno realmente aprendeu. Na maioria dos casos, a aprendizagem é medida por meio da “nota”, um número e então conclui-se que o mesmo aprendeu ou não. Vale ressaltar, porém, que “[...] a ciência não foi capaz de responder a uma pergunta bastante simples: o que acontece no cérebro de uma pessoa quando ela aprende alguma coisa?” (BRAGHIROLI et. al., 2015, p.119).

Sendo assim, a questão da aprendizagem não é algo que se possa analisar ou perceber diretamente, mas indiretamente. Em outras palavras, é por meio do comportamento do indivíduo que se percebe a sua aprendizagem, ou seja, a aprendizagem modifica o aprendiz. O fazer do aprendiz mostra o seu aprendizado. Porém, de acordo com a psicologia, o comportamento não é a única maneira de se perceber a aprendizagem.

Deste modo, quando se fala em aprendizagem, faz-se mister chamar atenção que ela não é algo posto e perceptível. Antunes (2007) identifica dois



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

princípios cognitivos: assimilação e acomodação. O primeiro acontece quando a pessoa entra em contato com algo que existe. O segundo se forma quando o pensamento do sujeito se modifica, ou seja, o pensamento que antes era de uma forma, agora se transformou.

O primeiro identifica-se quando o indivíduo capta uma nova informação sobre o mundo, isto é, a assimilação, e o segundo quando muda o pensamento original de modo a incluir o novo conhecimento, isto é, a acomodação. A assimilação e a acomodação sempre se manifestam acompanhadas de três princípios herdados que se inter-relacionam: a organização, a adaptação e o equilíbrio. (ANTUNES, 2007, p. 21).

É importante perceber que estamos tentando transcender sobre a aprendizagem e seus constituintes. Como o tema é amplo e muito se estudou sobre a mesma, cabe aqui procurar o melhor caminho a percorrer para que ela aconteça. Como o tema deste estudo não é estritamente a aprendizagem e sim o papel do professor e seus motivos em ensinar num mundo cada vez mais mecânico e digital, voltaremos nosso olhar para este fenômeno.

2 O PROCESSO DO CONHECIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Em tempos digitais, quase tudo vira informação. O mundo que há pouco tempo parecia tão enorme, agora se tornou pequeno, tem-se informação sobre quase tudo e do mundo todo.

Vão ficando para trás as lembranças de professores que ensinavam exclusivamente história ou geografia, língua portuguesa ou matemática. Urge revolucionar esse sistema, e talvez uma alternativa seria levar todos os nossos alunos a adquirir, além dos conteúdos curriculares específicos de cada disciplina, algumas qualificações essenciais para a vida, como saber pensar, saber falar, saber cheirar, saber ouvir, saber ver, saber fazer e muitos outros saberes. Essa revolução, desculpe a metáfora, corresponde a ensinar o aluno a andar antes de fazê-lo correr, invertendo um sistema que, colocando todos a correr, marginaliza os que não chegam à frente. (ANTUNES, 2007, p. 47).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Considerando este cenário, a educação precisa priorizar as habilidades e competências dos educandos que vão além dos elementos curriculares, ou seja, olhar para as diferenças. Perceber e estimular todas as múltiplas inteligências¹ em sala de aula.

A escola deve se tornar ambiente que estimule seus alunos a desenvolver capacidades e competências² que abrangem a vida além da escola.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, s.d., p. 8).

No ambiente escolar o professor deve se tornar o mentor do aluno que seja capaz de utilizar aquilo que aprende para a vida. “O professor deve sentir entusiasmo pelo que ensina, dividir com seus alunos a empolgação dessa sua paixão”, entende Antunes (2007, p. 100). A importância da motivação do professor vai além do conteúdo, ele precisa tornar aquilo que ensina significativo.

É importante que o professor possa explicitar a relação entre a aprendizagem e o saber. O aluno precisa descobrir os imensos ganhos do saber, o valor indiscutível da aprendizagem não só para o seu hipotético ‘futuro’, mas para os dias que vive, para as relações que usufrui. Luta melhor quem sabe por que está lutando; conquista

¹ A Teoria das Inteligências Múltiplas apóia-se nas novas descobertas neurológicas procedidas em Harvard e em outras universidades dos Estados Unidos, mudando as linhas de conhecimento sobre a mente humana e colocando em dúvida processos anteriormente descritos para explicar os sistemas neurais que envolvem a memória, a aprendizagem, a consciência, as emoções e as inteligências em geral. Desenvolvida e caracterizada no início da década de 80 por Howard Gardner, e claramente explicada em suas obras, a Teoria das Inteligências Múltiplas possui atualmente milhares de adeptos e constitui a prática pedagógica de inúmeras escolas no mundo inteiro. (ANTUNES, 2007, p. 50).

² Na seção Introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) encontram-se as 10 competências que giram em torno da construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades na educação básica. (BRASIL, s.d. p. 9).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

mais quem suporta pequenos desprazeres em troca de um grande projeto. (ANTUNES, 2007, p. 100).

O saber habilita o sujeito da aprendizagem para conseguir alcançar uma visão de mundo mais ampla e complexa. Parte-se da ideia que quanto mais se sabe mais completo o ser humano estará. A visão do futuro não fica para lá, mas para onde ela acontece, ou seja, é o agora que garante o desenvolvimento do futuro. O professor deve explorar no sujeito da aprendizagem os interesses reais que possam possibilitar ao mesmo ser o sujeito dos próprios interesses.

Em sala de aula acontece a experiência pedagógica, a qual pode ocorrer de forma direta na relação professor-aluno ou mediada por processos e uso de mecanismos tecnológicos (eletrônicos ou não).

A escola é o ambiente onde o professor exerce seu trabalho, ou seja, transmite aquilo que sabe para aqueles que estão sendo iniciados para o conhecimento mais aprofundado. É importante notar que dentro do espaço escolar o professor exerce sua função utilizando-se de diversas e diferentes técnicas e tecnologias. O fazer pedagógico do professor implica meios para desenvolver seu trabalho. Estes não se resumem ao mero uso das tecnologias chamadas “novas” tais quais as formas digitais ou virtuais.

Isso significa que as tecnologias são de natureza experimental, para serem sempre melhoradas por tentativas e erros, uma e outra vez. O ensino, o estudo e a prática são um trabalho. Encontrar a forma e formar alguém requer esforço e paciência. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 58).

A forma e o formar inserem-se num processo de humanização, onde o sujeito do conhecimento busca de forma livre, independente e autônoma o seu próprio desenvolvimento. Adquirir conhecimento é um caminho que o próprio



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

sujeito deve percorrer. É interessante aqui fazer uso do termo *Bildung*¹ para aprofundar a ideia de formação do sujeito como indivíduo.

Mais que uma simples 'aquisição' de conhecimento ou desenvolvimento de talentos, a educação enquanto *Bildung* deve ser entendida como um processo de individualização pelo qual o sujeito torna-se ele mesmo. Ela envolve o desabrochar da personalidade de cada indivíduo em um processo de desenvolvimento permanente e articulado com o momento cultural vivenciado, com as condições temporais, espaciais e sociais disponíveis, mesmo que esta ainda não representem todas as exigências para o pleno desenvolvimento do indivíduo. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 68).

Desta forma, a indivíduo está inserido num processo que lhe permite um horizonte vasto e complexo de relações que são estabelecidas dentro do meio social, dito de outra forma, a formação do sujeito acontece no encontro com outros sujeitos.

A formação plena não se esgota, porém, nesse desenvolvimento individualizado da própria natureza. Voltamos a afirmar que a formação exige a interação com o outro e a interação social. A formação de si mesmo e a educação do cidadão estão atreladas entre si. Os indivíduos que o cercam tornam-se seus 'moldes' (*Bild*) para a formação de si, não como modelos, mas como desafios a própria exposição. São os 'outros eus', aqueles que ajudam a construir a imagem de si, fora de si. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 82).

O ambiente escolar é o espaço onde a aprendizagem precisa acontecer. Estudar para aprender é um dos princípios básicos defendidos pelo mundo escolar. A formação direcionada para a aprendizagem.

¹ "O conceito de *Bildung* se constitui na Alemanha no final do século XVII, surgindo em oposição ao conceito de *Erziehung* (educação e ensino), que era geralmente associado à ideia de condução e de treinamento dos indivíduos para os ofícios, os serviços do Estado, os ofícios e as atividades regulares cotidianas". (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 67).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

3 OS MEIOS DIGITAIS DE ACESSO AO CONHECIMENTO

Ao longo do processo histórico a humanidade sempre buscou, e continua buscando, novas ferramentas. Tais ferramentas fazem parte de diversos aspectos da cultura humana. Qualquer instrumento elaborado pelo ser humano visa um fim.

Quando se fala em educação e o processo de aprendizagem, vivemos a era chamada de “digital”. Antes de mergulharmos neste mundo, é necessário esclarecer alguns elementos importantes. Em se tratando de conhecimento e aprendizagem, nenhuma ferramenta ou instrumento de aprendizagem substitui o professor, a escola, a pedagogia. Dito de outra maneira, o conhecimento não deve ser substituído pelas ferramentas tecnológicas, sejam elas de qualquer ordem.

O fazer pedagógico por meio dos novos mecanismos visa fornecer meios de acesso ao conhecimento. O fazer pedagógico na escola busca abrir o mundo ao indivíduo para que este consiga perceber sentido e curiosidade trazendo o que está fora para dentro.

É algo que começa a formá-lo, produz mudanças nele, muda a maneira como a sua vida e o mundo realmente aparecem para ele e lhe permite começar de uma nova forma ‘com’ o mundo. Abrir o mundo não significa apenas vir a conhecer o mundo, mas também se refere ao mundo fechado-no-mundo – sito é, a maneira determinada em que o mundo deve ser compreendido e usado, ou a maneira como ele é, realmente, usado – é aberto e o próprio mundo tornado aberto e livre e, portanto, compartilhado e compartilhável algo interessante ou potencialmente interessante: um objeto de estudo e de prática. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 51).

Neste sentido a escola faz despertar no aluno o interesse por algo importante, real e significativo para o aluno. O professor, em seu fazer pedagógico, faz uso de diversos meios para despertar no aluno o interesse pelo mundo que está fora e leva o mesmo para fora.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Esse é o movimento mágico da escola, o *movere* – o movimento real – que não deve ser rastreado até uma decisão individual, escolha ou motivação. Enquanto a motivação é uma espécie de caso pessoal, mental, o interesse é sempre algo fora de nós mesmos, algo que nos toca e nos leva a estudar, pensar e praticar. Leva-nos para fora de nós mesmos. A escola se torna um tempo/espço do interesse – do que é compartilhado entre nós, o mundo em si. Naquele momento, os alunos não são indivíduos com necessidades específicas que escolhem onde eles querem investir seu tempo e energia; eles são expostos ao mundo e convidados a se interessarem por ele; um momento em que a verdadeira comunicação é possível. Sem um mundo, não há interesse nem atenção. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 52).

Além o processo que acontece no ensino e na aprendizagem, a escola também possui um aspecto técnico. Quando se fala em técnica ou tecnologia e escola, parece que tal não uma combinação normal. “[...] Escola e tecnologia podem, à primeira vista parecer ser uma estranha combinação” (Idem, p. 54). Em muitos casos, ou quase sempre, quando se fala em tecnologia, esta é associada ao mundo da produção. Os meios tecnológicos são para produzir e dominar a natureza pelo ser humano, conforme apontam Masschelein e Simons (2013).

Tem-se difundido a ideia humanista da escola onde a tecnologia deve ser mantida fora da escola. A escola seria o lugar para adquirir o conhecimento básico e depois aplicar tal em técnicas e tecnologias.

Buscar novas formas de ensinar não pode se confundir com a educação em seu sentido mais amplo e específico. A educação passa necessariamente por instância que fazem parte da tradição social.

A verdadeira dificuldade da educação moderna reside pois no facto de, para lá de todas as considerações da moda sobre um novo conservadorismo, ser hoje extremamente difícil garantir esse mínimo de conservação e de atitude de conservação sem a qual a educação não é simplesmente possível. E há boas razões para isso. A crise de autoridade na educação está intimamente ligada com a crise da tradição, isto é, com a crise da nossa atitude face a tudo o que é passado. Para o educador, este aspecto é especialmente difícil uma vez que é a ele que compete estabelecer a mediação entre o antigo e



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

o novo, razão pela qual a sua profissão exige de si um extraordinário respeito pelo passado. (ARENDR, 1961, p. 12).

O sujeito da aprendizagem precisa buscar elementos que possam constituir seu ser no mundo. Em outros termos, precisa considerar o mundo que já era para entender o mundo que é agora. Immanuel Kant (s. d.), no século XVIII elaborou uma definição sobre o esclarecimento que seria necessário para o sujeito do conhecimento. É pela busca do conhecimento que a aprendizagem acontece.

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, s. d., s. p.).

O ser humano é considerado sujeito do seu próprio conhecimento. O Iluminismo trouxe novas luzes para que o ser humano pudesse perceber o seu potencial¹.

Com o passar dos anos, novas formas de acesso ao conhecimento foram surgindo. Com a era digital o conhecimento foi confundido com informação. No entanto, a educação escolar não pode se basear na mera informação, algo que poderia fazer com que a superficialidade do conhecimento se implantasse.

A cultura digital leva ao aceleração do imediato. Cada vez mais estamos mergulhados no mundo digital e da rapidez das informações que acabou instaurado a fuga do pensamento aprofundado em detrimento ao acesso de informações que surgem de forma rápida e imediata.

¹ “Para a tradição iluminista e seus herdeiros do século XX, como Adorno, Piaget e Freire, a educação é entendida como um processo que possibilita aos indivíduos o desenvolvimento de seu potencial racional para tornarem-se sujeitos autônomos”. (CENCI, 2019, p. 220-221).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Diante de tal mundo, cheio de novidades, encontra-se a escola que precisa cumprir com um determinado currículo de atividades em prol do aprendizado. Vale ressaltar que a escola está inserida no mundo e não pode ser entendida como um mundo isolado, aparte do seu contexto.

Quando se fala de tecnologia e educação, não podemos esquecer que desde a antiguidade o ser humano sempre criou formas que pudessem facilitar sua vida. Com os avanços científicos, especialmente pós-revoluções¹, cada vez mais o ser humano encontra-se cercado por novas maneiras de buscar e adquirir o conhecimento. O grande desafio para o mundo escolar é adequar a tecnologia para o aprendizado.

Há tempo os instrumentos utilizados resumiam-se em quadro-negro, giz, caderno, lápis, cadeira, carteira, etc., nos dias atuais a cultura digital exige muito mais. Os tempos mudaram e a escola também mudou. “O sonho de uma escola que prepare jovens para a sociedade – ou seja, o mercado de trabalho ou a educação superior – não é novo. O que é novo é o modo como isso está sendo realizado hoje”. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 111). Aqueles indivíduos que estavam em sala de aula para aprender se transformaram hoje em pessoas abarrotadas de informações adquiridas, na maioria das vezes, por meio das mídias digitais. Ensinar em tempos digitais coloca o professor perante um desafio gigantesco, ou seja, passar da *doxa* para a *episteme*².

O trabalhador desta era da informação precisa reciclar sua formação para manter-se no mercado é, portanto, entre a capacidade dos indivíduos (e empresas) utilizar a massa de informação para dar resposta aos desafios que surgirem. É importante frisar: não basta ter acesso à informação, é preciso saber utilizá-la para construir conhecimento, criar soluções, inovar. (MENDES, 2012, p. 77-78).

¹ Uma destas revoluções foi a Revolução Industrial, dos séculos XVIII e XIX, onde as formas de produção passaram de artesanal ou manual para o uso de máquinas industriais.

² A *doxa* e a *episteme* são conceitos distintos. A *doxa* se refere ao conhecimento comum, à opinião, a *episteme* se refere ao saber de caráter científico. A questão da *doxa* e da *episteme* está presente mais especificamente na história da filosofia antiga onde é possível perceber que “[...] praticamente todos os filósofos gregos antigos acreditavam, há uma distinção radical entre o conhecimento verdadeiro, *aletheia* ou *episteme* e a opinião *doxa*.” (SCHORN, 2011, p. 164).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A escola é o lugar onde as soluções para problemas são elaboradas. É o lugar onde o novo não pode ser ignorado e o velho não pode ser esquecido. Superar o achismo ou a mera opinião é tarefa da escola, pois “[...] em um mundo de opiniões subjetivas derivadas de um ‘achismo’ crescente, a escola sempre será o lugar do treinamento científico e metódico para reunir argumentos que superem meras convicções”, assinala Karnal. (KARNAL, 2019, p. 233).

Olhando para a escola atual torna possível vislumbrar a escola do amanhã. Repensar o pré-estabelecido é uma característica que está cada vez mais presente no mundo atual. “O papel da educação tenderá a crescer, porém distante dos padrões atuais.” (KARNAL, 2019, p. 234).

Aprender depende daquele que se aventura neste caminho. O computador é a ferramenta que pode possibilitar o aprendizado. A informação está disponível a todos e a busca pelo aprendizado da mesma forma. Quem se desafiar nesse horizonte consegue alcançar a autonomia que a educação tanto prestigia.

CONCLUSÃO

A educação está sendo amplamente discutida. Considerando as grandes mudanças no mundo tecnológico e sua influência na educação e ao mesmo tempo os desafios que se aproximam cada vez mais ao professor, é necessário ter consciência primordial do papel da escola e do ensinar.

Escola é lugar de aprendizagem, não fosse assim, não haveria razão para a mesma existir. Ao longo dos anos a história foi ensinando que o ser humano é capaz de criar e de inventar aquilo que ele precisa. A criatividade humana condiz com a sua condição de ser superior, ou seja, em termos de capacidade racional, o ser humano se destaca perante os outros animais, superior não quer dizer que possa explorar outros modos de vida.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A aprendizagem é um processo que acontece aos poucos e de modo individual, algo que se torna necessário considerar perante os indivíduos que buscam conhecer.

Com o passar dos anos o fazer pedagógico vem sofrendo grandes influências que normalmente vem de fora, ou seja, o processo tecnológico e científico também afeta o ambiente escolar, não para tornar coisas mais difíceis, mas para auxiliar o processo pedagógico.

A cultura digital é o mundo que está se tornando cada vez mais comum. Enquanto que em tempos passados a educação visava transcender o senso comum, sem negar o mesmo, nos dias atuais parece que o fazer pedagógico tem o desafio de transpor os limites da era digital.

Enquanto o mundo online borbulha em desafios informacionais, o ser humano está inserido no mundo real que demanda algo mais; o conhecimento. Em tempos remotos o pensar, a memória, eram supremos. Com o apogeu da Internet, parece que encher a mente com dados deixou espaço para a palma da mão, dito de outra forma, não é mais preciso memorizar, temos acesso a qualquer dado de forma rápida e fácil, tudo está aí, na palma da mão, tornou-se digital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Novas Maneiras de Ensinar, Novas Formas de Aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 172 p.

ARENDT, Hannah. **A Crise na Educação**. [1961]. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRAGHIROLI, Eliane Maria et. al. **Psicologia Geral**. 34. ed. Porto Alegre: Vozes, 2015. 224 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. s.d. Disponível em:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CENCI, Ângelo Vítório. Renascer das próprias cinzas: a formação e a atual problemática do sujeito. In: DALBOSCO, Cláudio Almir; MÜHL, Eldon Henrique; FLICKINGER, Hans-Georg (Orgs). **Formação Humana (bildung):** despedida ou renascimento? São Paulo: Cortez, 2019. p. 217-238.

CURY, Augusto. **Filhos Brilhantes, Alunos Fascinantes.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. 144 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 79 p.

KARNAL, Leonardo. **O Coração das Coisas.** São Paulo: Contexto, 2019. 272 p.

KANT, Immanuel. **Resposta à Pergunta:** que é esclarecimento [Aufklärung]? s.d. Disponível em: <<https://everleit.files.wordpress.com/2013/05/kant.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em Defesa da Escola:** uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 174 p. (Coleção Educação: experiência e sentido).

MENDES, Fábio Ribeiro. **A Nova Sala de Aula.** Porto Alegre: Autonomia, 2012. 178 p.

SCHORN, Remi. O discurso sobre o sujeito é *episteme* ou *doxa*? **Tempo de Ciência**, Toledo, v. 18, n. 35 p. 153-164, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9006>>. Acesso em: 10 ago. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O DESENHO NA ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO: UMA EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Rudiane de Moura Lima Meneghetti¹
Juliane Colpo²

RESUMO

O artigo intitulado “O desenho na atuação do psicopedagogo: uma expressão da subjetividade no contexto da pandemia de Covid-19” discute as possibilidades de interação e diagnóstico psicopedagógico por meio dos desenhos das crianças. Primeiramente, apresenta-se o campo conceitual do desenho como linguagem e expressão da subjetividade da criança. Em seguida, busca-se refletir sobre o papel que desempenha o profissional psicopedagogo e o desenho sob a perspectiva psicopedagógica no contexto da pandemia de Covid-19. Por fim, organizam-se algumas considerações da utilização do desenho na área da psicopedagogia enquanto instrumento de coleta de dados e possíveis intervenções. Durante o processo de pesquisa, utilizou-se da abordagem qualitativa e o método indutivo, por meio de análise, investigação, argumentação e confronto de opiniões, procurando entendê-las de forma contextualizada. Com a realização desta pesquisa, conclui-se que essa forma de expressão se acentuou no contexto no qual estamos vivendo, da pandemia de Covid-19, por revelar-se como um instrumento na comunicação do que a criança sente, revelando seu sofrimento psíquico e suas angústias e possibilitando, a partir disso, o diagnóstico e as possíveis intervenções psicopedagógicas.

Palavras-chave: Desenho – Psicopedagogia – Subjetividade – Pandemia de Covid-19.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta algumas considerações sobre a representação do desenho na psicopedagogia, como linguagem e expressão

¹ Autora do Artigo, acadêmica do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada Machado de Assis-FEMA.

² Professora Orientadora do Artigo de Conclusão do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

da subjetividade, por isso indaga-se a respeito das possibilidades de interação e intervenção do psicopedagogo, a partir da expressão do desenho.

Este artigo é o resultado do Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação na área da Psicopedagogia, pela Faculdade Integrada Machado de Assis-FEMA. O mesmo se propõe a analisar o olhar da psicopedagogia para a expressão da criança, por meio do desenho, tendo como objetivo principal pesquisar como a psicopedagogia compreende, utiliza e intervém, a partir dos desenhos das crianças, nas dimensões clínica e institucional, considerando o contexto atual da Pandemia de Covid-19, a qual problematizou as interações das crianças com a escola e a realidade social.

Esta pesquisa avulta-se relevante, pois entende-se que o desenho pode ser revelador de emoções, de sentimentos e da estrutura de pensamento das crianças, tornando-se um importante instrumento de coleta de dados, ferramenta diagnóstica dos problemas de aprendizagem e recurso para intervenção, principalmente no contexto atual, impactado pela pandemia de Covid-19.

O presente artigo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, sendo sua abordagem qualitativa e através do método indutivo. A análise se efetivou por meio de investigação, argumentação e confronto de opiniões, porquanto a investigação consiste na descrição, análise e interpretação das informações recolhidas durante o processo investigado, procurando entendê-las de forma contextualizada.

Para apresentar as reflexões sobre as leituras realizadas, o artigo está organizado em três capítulos: o primeiro apresenta o campo conceitual do desenho como linguagem e expressão da subjetividade da criança. O segundo busca refletir sobre o papel que desempenha o profissional psicopedagogo e o desenho sob a perspectiva psicopedagógica no contexto da pandemia do Covid-19 e o terceiro tece algumas considerações a respeito da utilização do



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

desenho na área da psicopedagogia enquanto instrumento de coleta de dados e possíveis intervenções.

1 O DESENHO COMO LINGUAGEM E EXPRESSÃO SUBJETIVA DA CRIANÇA.

Nesse capítulo, busca-se conceituar os aspectos relacionados ao desenho como forma de linguagem e expressão da subjetividade da criança, considerando que, para as crianças, o desenho é uma linguagem da manifestação dos sentimentos que ainda não conseguem expor por meio da fala ou mesmo pela linguagem escrita.

Primeiramente, torna-se necessário destacar a concepção de subjetividade, fundamentada no campo teórico sócio-histórico, posto que a subjetividade implica a existência de um sujeito único em seu modo de pensar, falar, agir e com suas próprias experiências de vida.

O autor russo Lev Vygotsky (1896-1934) apresenta seus trabalhos em uma linha teórica que é chamada de sócio-histórica, por considerar a constituição do sujeito/criança inserida em uma cultura concreta. Essa teoria é centrada na interação com o meio social e cultural dos quais o sujeito faz parte.

A concepção de sujeito para a teoria sócio-histórica é de que ele se constitui pela interação que estabelece com os outros. Desde o nascimento o sujeito é socialmente dependente dos outros em um processo histórico que proporciona conhecimentos sobre o mundo e percepções sobre ele, além de também possibilitar ao sujeito uma construção subjetiva sobre este mundo cultural em que foi inserido.

Para Vygotsky a construção da subjetividade e do pensamento na criança não é uma formação inata, mas sim um processo social e cultural. Uma vez que, "(...) ele se dá graças ao uso de signos e ao emprego de instrumentos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

elaborados através da história humana em um contexto social determinado” (OLIVEIRA, 2002, p. 127).

Vygotsky considera a interação algo fundamental para o sujeito estabelecer relações intrapessoais e interpessoais, constituído pelo conhecimento social, histórico e culturalmente edificado.

Uma definição de interação social implica um mínimo de duas pessoas, intercambiando informações. (O intercâmbio, ou díade, é o menor microsomo de interação social). Implica, também, um certo grau de reciprocidade e bidirecionalidade entre os participantes, ou seja, a interação social supõe envolvimento ativo (...) de ambos os participantes desse intercâmbio, trazendo a eles diferentes experiências e conhecimentos, tanto em termos qualitativos como quantitativos. (GARTON apud MOREIRA, 1999, p. 112).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as interações sociais na perspectiva sócio-histórica permitem pensar um sujeito em constante constituição e transformação que, por meio das interações, cria diferentes concepções e significados para a vida em sociedade.

A interação social, no que tange à constituição subjetiva da criança, é fundamental, pois ela não se desenvolve isolada do meio social em que está inserida e, sim, interage com os membros de sua família, com outras crianças, com adultos, com idosos; por isso, pode-se afirmar que ela está em constante interação social, na sua casa, na escola, no bairro, entre outros espaços.

A partir desses aspectos, torna-se pertinente destacar o desenho como parte do desenvolvimento de qualquer ser humano, independentemente de sua idade. Pode-se dizer, ainda, que é uma das maneiras de se efetivar a comunicação, porque desde os antepassados essa prática já era utilizada, tanto para se comunicar com seus pares ou expressar e registrar fatos ocorridos, quanto exercer alguma influência sobre os inimigos. Vários estudos apontam que, antes mesmo de o surgimento da escrita e da oralidade, o



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

esboço gráfico já era desenvolvido como uma importante forma de comunicação. Cabe também destacar que:

O homem sempre desenhou. Sempre deixou registros gráficos, índices de sua existência, comunicados íntimos destinados à posteridade. O desenho, linguagem tão antiga e tão permanente, sempre esteve presente, desde que o homem inventou o homem. Atravessou as fronteiras espaciais e temporais e, por ser tão simples, teimosamente acompanha nossa aventura na Terra. (DERDYK, 1994, p.10).

Considerando o autor acima citado, o desenho sempre foi significativo à civilização e contribuiu no desenvolvimento da linguagem das civilizações antigas e para o nascimento da escrita. Assim como para os povos primitivos, para as crianças o desenho também é uma forma de expressão onde manifestam seus sentimentos, alegrias, tristezas, fantasias, entre outros. Aos poucos a criança vai percebendo que o que ela vê, sente e aprecia ou não no mundo exterior pode ser representado.

Pensando no desenho de uma maneira mais ampla, percebe-se que ele não se restringe somente ao uso de lápis e papel. A marca da pegada do homem na Lua, os desenhos formados pelas constelações de estrelas, as inscrições pré-históricas nas cavernas são exemplos de como essas marcas gráficas, e as interpretações que são dadas a elas, são instrumentos de comunicação e expressão.

Outrossim, Edith Derdick (1994) destaca que o desenho possibilitou ao homem desde o desenvolvimento para a construção de maquinários no início da era industrial, na sua aplicação mais elaborada para o desenho industrial e a arquitetura, na função de comunicação que o desenho exerce na ilustração, até à história em quadrinhos. O desenho ressalta sua autonomia e capacidade de abrangência como um meio de comunicação, expressão e conhecimento.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

É uma das possibilidades para a construção de olhares estéticos e artísticos da criança social. Ademais, o desenho permite à criança desenvolver o senso de observação, os mínimos detalhes, a diversidade de cores, formas, texturas e também entrar em contato com grande variedade de materiais, muitas vezes, utilizados para realização de atividades artísticas, ora no ambiente da escola, ora em outro contexto.

Para Ana Angélica Moreira (2008), toda a criança desenha tendo um instrumento que deixa uma marca: a varinha na areia, a pedra na terra, o caco de tijolo no cimento, o carvão nos muros e nas calçadas, o lápis, o pincel com tinta no papel. A criança, ao brincar, deixa a sua marca, criando jogos, contando histórias. Ao desenhar, cria em torno de si um espaço de jogo, silencioso e concentrado, ruidoso ou seguido de comentários e canções, mas sempre um espaço de criação e expressão.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o desenho é uma linguagem capaz de possibilitar a representação da realidade e do imaginário de uma pessoa, ou ainda, desenvolver a criatividade, proporcionar autoconfiança, ampliar a cultura e mediar o processo de sociabilidade.

Procura-se sustentar que o desenho pode ser concebido como um instrumento mediador¹ do pensamento e dos sentimentos da criança. A criança utiliza-o como uma forma de representação da linguagem e, frequentemente, este se torna constantemente um meio de expressão. Nas palavras de Luciana Ostetto:

¹ Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento. O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2002, p.26 e 33).

Busco, inicialmente, fornecer chaves de significação que viabilizem pensar os desenhos, em sua dimensão estética e poética, não como signos simbólicos e convencionais a serem decodificados e lidos, mas buscando alimentar-me na ideia de linguagem substantiva de Jardim (1998, p.5) – “desprovida enquanto linguagem da possibilidade de representar, de medir, de identificar, outra coisa que não ela própria” -, incrementando, assim, meu olhar para vê-los. (OSTETTO, 2004, p.62).

Para que o desenho seja percebido como forma de expressão ele deve ser realizado pela criança espontaneamente, pois, segundo a autora, a escola e o adulto interferem em demasia neste processo, com insistentes questionamentos do tipo: “o que você fez? Não se entende seu desenho. Tente ser mais realista! Faça como o seu colega”. Dessa forma, os sentimentos das crianças não podem ser expressados, visto que o desenho corresponde às expectativas do olhar do adulto e volta-se novamente ao conceito de registro e não de expressão.

Indica-se a visualização abaixo da metáfora construída por Francesco Tonucci (2003, p.94) sobre o estabelecimento de padrões em relação ao desenho:

Figura1



(TONUCCI, 2003, p. 94).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A metáfora de Tonucci provoca a reflexão sobre o quanto as crianças não se sentem instigadas a se expressarem em seus desenhos, em razão de que tendem a respeitar o ideal do adulto, seja ele a figura do professor, familiar ou psicopedagogo. O olhar que se busca para o desenho vai além de um registro, mas sim possibilidades de linguagem e expressão subjetiva.

Mas a criança desenha o contexto ou o contexto desenha a criança? Há questões que parecem preceder o desenho e que funcionam como seu elemento estruturador, fazendo com que o desenho se torne parte constituinte daquele que o faz. (OSTETTO, 2004, p.63).

Atualmente, pode-se refletir que a crítica sobre o entendimento do desenho da criança é mais presente nas escolas, nas salas de aula, posto que há uma demanda para representar algo compreensível aos olhos de quem o vê. O problema é que a criança acaba não conseguindo expressar representações gráficas constituintes de seus desejos e sim desenham o que a demanda padronizada exige. Como pensar e refletir sobre a sua produção, se ela foi pensada pelo outro? Quais os sentimentos que se expressarão? Grandes interrogações que precisam ser compreendidas para a efetiva atenção às expressões das crianças, principalmente na linguagem gráfica. Um olhar que precisa ser constituído na educação familiar, na escola e nos espaços de atendimento às crianças, seja no contexto clínico, seja no educacional.

Ostetto (2006) menciona que não importa se a produção gráfica, o produto da criança condiz com a realidade e sim que se apresentem o sujeito, o inconsciente e os sentimentos sobre o mundo que cerca a criança. Dessa forma, revela ou oculta os sentimentos de quem a faz, refletindo ou não a realidade desse sujeito.

Somente o sujeito criança pode saber o que se quis representar nos seus desenhos ou, então, o inconsciente pode ser apresentado, mas nem mesmo ele saiba decodificar sua obra. Devido a este contraponto, busca-se



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

refletir sobre o que representou, desenhou; entendendo ou não, o sujeito precisará se apresentar e pensar sobre o que sentiu.

O desenho como linguagem e expressão surge a partir da necessidade do sujeito em comunicar, expressar, resolver, conflitar algo do seu interior. E são nessas situações que o olhar psicopedagógico se apresenta, nessa expressão de sentimentos e principalmente na reflexão dos mesmos.

Para Moreira (2008), o que é preciso considerar diante de uma criança que desenha é aquilo que ela pretende fazer, contar-nos uma história e nada menos que uma história. Mas devemos também reconhecer, nesta intenção, os múltiplos caminhos de que ela se serve para exprimir aos outros a marca de seus desejos, de seus conflitos e receios, pois o desenho, por fazer parte do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do ser humano, pode apresentar aspectos positivos ou negativos, relacionados às situações enfrentadas em determinados momentos da vida.

Destarte, o desenho de uma criança pode ser a única maneira que ela encontra para se comunicar, ou seja, pode ser o momento de deixar o seu inconsciente falar e, por meio dele, poder desvendar aspectos da sua personalidade, da sua vida social e familiar. São nos momentos difíceis da vida que a criança se toma do mundo imaginário, no qual nada a impede de realizar os seus desejos, e uma das manifestações visíveis desta fuga são os desenhos.

Assim, considera-se que o desenho é, na maioria das vezes, um esboço livre em que as crianças podem expressar o que estão sentindo naquele momento, e é nesse contexto que se propõe pensar sobre a função e posição do profissional psicopedagogo, no contexto de atuação institucional ou clínico, com seu olhar atento para possíveis interações e intervenções no sujeito criança e suas manifestações subjetivas nos desenhos. O desenho é uma das manifestações subjetivas que podem fazer parte da cena de atenção e intervenção da relação criança-psicopedagogo.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2 O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO E SEU OLHAR PARA A EXPRESSÃO SUBJETIVA DA CRIANÇA: O DESENHO COMO EXPRESSÃO

A seguir, busca-se refletir sobre o papel que desempenha o profissional psicopedagogo, no contexto de atuação institucional ou clínico, ao considerar em sua prática o desenho como expressão de manifestações subjetivas das crianças.

Dessa forma, faz-se necessário destacar o significado da psicopedagogia, que é extremamente difícil de se conceituar, tendo em vista a especificidade que o mesmo sugere. Primeiramente, o termo parece tratar-se de uma complementação da Psicologia à Pedagogia. Porém, não se trata disso, mas sim o de ser meio, o de ser instrumento um para o outro, tanto em perspectiva teórica quanto aplicada.

A psicopedagogia nasce, então, da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem. Ela constitui-se de uma nova área, a qual Nadia Bossa afirma que “[...] é uma nova área do conhecimento construída por dois saberes e duas práticas: a da psicologia e a psicopedagogia, mas com influência de uma grade corpo teórico – psicanálise, psicofisiologia, neuropsicologia, linguista, semiótica, filosofia e medicina.” (BOSSA, 2000, p. 45).

O principal objeto de estudo da psicopedagogia refere-se ao processo de aprendizagem humana e os aspectos a ele relacionados, bem como as dificuldades e elementos que dificultam esse processo. Com o objetivo de promover e facilitar a aprendizagem, a intervenção psicopedagógica pode se dar no âmbito institucional ou clínico.

Em relação à atuação do psicopedagogo, ela pode ser dividida em duas grandes áreas, clínica ou institucional; cada uma delas exige conhecimentos específicos e também oferece possibilidades diferentes de atuação, e essa



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

diferença se dá em relação à metodologia e ao espaço onde o trabalho é desenvolvido.

O atendimento clínico acontece de forma individual ou grupal, em consultórios, com o intuito de reconhecer as causas internas que interferem na aprendizagem. Rubinstein complementa que o principal objetivo do psicopedagogo que se dedica à clínica “[...] é a investigação da etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo.” (RUBINSTEIN, 1987, p.10).

Já o atendimento institucional tem um caráter preventivo e acontece em instituições escolares, empresas, creches e organizações assistenciais, tendo como objetivo reduzir a frequência dos problemas e dificuldades de aprendizagem. As funções relativas ao trabalho preventivo estão presentes em:

[...] escolas e em cursos de formação de professores, esclarecendo sobre o processo evolutivo das áreas ligadas à aprendizagem escolar (perceptiva motora, de linguagem, cognitiva, emocional), auxiliando na organização de condições de aprendizagem de forma integrada e de acordo com as capacidades dos alunos. (KIGUEL, 1987, p. 26).

A partir dessa reflexão, é possível destacar a importância do trabalho preventivo nas instituições e com os professores, e nesse sentido a autora acima mencionada ressalta a possibilidade de vivenciarem situações que os façam pensar a respeito de como ocorre a aprendizagem. Ela afirma que se “[...] o psicopedagogo considera que é a ação o ponto de partida para a construção do conhecimento [...] terá que oportunizar situações que envolvam a ativa participação na descoberta de como se aprende” (KIGUEL, 1987, p.37). Por isso, evidencia-se a necessidade de se repensar essa atuação no contexto de distanciamento social, em função da pandemia de Covid-19, que repercutiu



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

nas possibilidades de interação do psicopedagogo com as crianças e suas famílias.

Nessa seara, a psicopedagoga Edith Rubinstein, assevera que o objetivo da Psicopedagogia é “[...] compreender o indivíduo enquanto aprendiz. Como alguém cheio de dúvidas, fazendo escolhas e tomando decisões a cada passo do longo caminho percorrido em vida.” (RUBINSTEIN, 1987, p.15). Tomando como base tais definições, pode-se refletir a ideia de que a Psicopedagogia é uma área de conhecimento que busca compreender e atuar sobre os processos de aprendizagem, bem como sobre o que os dificulta, a partir da relação de diferentes campos teóricos.

Para identificar os possíveis problemas de aprendizagem, o psicopedagogo utiliza instrumentos de investigação que lhe permitem coletar dados e levantar hipóteses sobre as causas desses. Alguns destes instrumentos são provas psicométricas, as provas projetivas, provas específicas, dentre outros.

Portanto, pode-se considerar o desenho, na prática do psicopedagogo, como um instrumento mediador e de suporte diagnóstico fundamental para sua prática e tem-se desenvolvido sob a perspectiva das técnicas projetivas. Sara Paín, autora de grande referência na área da Psicopedagogia, em seu livro “Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem”, apresenta alguns destes testes ou, como a autora denomina, provas.

As provas projetivas, como seu nome indica, tratam de desvendar quais são as partes do sujeito depositadas nos objetos que aparecem como suportes da identificação e que mecanismos atuam diante de uma instrução que obriga o sujeito a representar-se situações estereotipadas e carregadas emotivamente (...) o exame das provas projetivas permitirá, em geral, avaliar tanto a capacidade do pensamento para construir, no relato ou no desenho, uma organização suficientemente harmoniosa, bem como para veicular e elaborar a emoção; também permitirá avaliar a deterioração que se produz no próprio pensamento quando o quantum emotivo resulta excessivo. (PAIN, 1985, p.62).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Em relação às técnicas Projetivas, Maria Weiss refere que “[...] o princípio básico é de que a maneira do sujeito perceber, interpretar e estruturar o material ou situação reflete os aspectos fundamentais do seu psiquismo. É possível, desse modo, buscar relações com a apreensão do conhecimento.” (WEISS, 2000, p.117).

Ao situar que a psicopedagogia se preocupa em conhecer e intervir sobre as dificuldades de aprendizagem do sujeito e que essas podem estar relacionadas a diversos fatores emocionais, cognitivos, sociais, o desenho torna-se um importante instrumento de coleta de dados, visto que pode dar pistas dos aspectos que podem estar impossibilitando o processo de aprendizagem.

Sobre o grafismo e seu uso no diagnóstico psicopedagógico, Alicia Fernández afirma:

Quando desenhamos, também argumentamos e projetamos. Através de uma série de aquisições cognitivas, podemos fazer um desenho mais ou menos rico e aproximado do objeto aludido [...] necessitamos recursos e códigos para representar o que queremos, mas em toda representação há uma articulação entre os recursos e a argumentação. Assim, quando a criança decide desenhar um homem ou uma mulher, deve dar argumentos para mostrar que é um ou outro. Esses argumentos (que tenha calças, cabelo curto e barba) terão a ver com a técnica pictográfica, com os recursos cognitivos, orgânicos e corporais e com o nível simbólico. (FERNÁNDEZ, 1990, p.224).

Em relação ao papel do psicopedagogo no processo de interação e diagnóstico, deve existir a preocupação de olhar o sujeito como um todo e não apenas em suas dificuldades de aprendizagem. Perceber como ele aprende mais do que o porquê de não aprender é um dos desafios da área. Bem como



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

o papel das emoções, da afetividade e do inconsciente, no processo de aprendizagem, também é fundamental.

Sobre este aspecto, Fernández infere que “[...] tradicionalmente, de acordo com uma visão racionalista e dualista do ser humano, considerou-se a aprendizagem exclusivamente como um processo consciente e produto da inteligência, deixando o corpo e os afetos de fora.” (FERNÁNDEZ, 1990, p.47).

No entanto “o processo simbólico é observável a partir de projeções, mostra-se no discurso, na atuação de tipo dramática, nos grafismos, na corporeidade, etc. Na projeção também há um aspecto de cognição.” (FERNÁNDEZ, 1990, p. 219).

2.1 OS DESENHOS E A EXPRESSÃO SUBJETIVA DA CRIANÇA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Ao considerar o desenho como linguagem e expressão da subjetividade, torna-se pertinente refletir acerca de sua contribuição relacionada à situação atual, referente à pandemia de Covid-19¹, que se instaurou em 2020, provocando o isolamento social e distanciamento presencial das escolas e instituições de apoio. O contexto tem gerado sentimentos diferentes, emoções e angústias que emergem nas palavras, expressões e representações das crianças.

De tal modo, pode-se considerar que cada criança inserida nesse contexto de isolamento social reagiu e reage a essa situação de maneira diversa, considerando sua subjetividade, e é exatamente nesse contexto que o

¹ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. (Ministério da Saúde.2020, Sp).

desenho pode se configurar como possibilidade de linguagem para as crianças manifestarem, expressarem e elaborarem os seus sentimentos e medos. Desenhar, rabiscar, marcar uma folha, criar um desenho é uma possibilidade de elaboração psíquica, na qual a criança busca expressar seus desejos, pensamentos e intenções que são subjetivas.

Para apresentar algumas considerações sobre o referido aspecto, compartilham-se registros empíricos, da cena de interação com um menino de 5 anos, que realizava seus desenhos acompanhado de narrativas sobre o mesmo: “Este é um cientista que inventou uma máquina de sugar o coronavírus”, assim expressando seu sentimento em relação ao momento que estava passando, buscando estratégias para superar e elaborar suas angústias. Segue representação gráfica da narrativa:

Figura 2



(Desenho do menino denominado A de 5 anos).

Esse mesmo menino em outra representação afirma: “Aqui é uma chuva de álcool gel para matar o coronavírus e eu poder voltar para a escola brincar com os meus amigos”. Por meio do desenho ele expressava suas emoções e conflitos subjetivos, relacionado ao sentimento de saudade e à falta da convivência escolar. A ilustração por meio do desenho está representada a seguir.

Figura 3



(Desenho menino denominado A de 5 anos).

A expressão gráfica do menino de 5 anos acentua o quanto o desenho pode surgir no contexto do distanciamento social pela Covid-19, com finalidades educativa, pedagógica e terapêutica, o que possibilita interação e intervenção psicopedagógica, podendo auxiliar as crianças quanto à elaboração e enfrentamentos necessários.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) criou o projeto “Sentimentos no papel”, afirmando que estamos em um período de adaptação a uma nova rotina e questionando “Como as crianças estão se sentindo durante este momento? ”; o projeto contempla o desenho como linguagem e expressão. E nada melhor que ouvir as próprias crianças e deixar que elas mesmas desenhem e contem como estão se sentindo. É esse o foco da campanha “Sentimentos no Papel.” Crianças de todo o País estão convidadas a participar, enviando um desenho que registre suas impressões e sentimentos deste período de afastamento social. O objetivo é dar voz às crianças em meio à pandemia, lembrando a importância de ouvi-las e de criar momentos em que elas possam expressar seus sentimentos. (UNICEF, 2020, sp).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Em relação ao projeto, a psicóloga Ana Beatriz Chamati, analista do comportamento e coordenadora do curso de Formação em Desenvolvimento Humano da Infância e Adolescência no Instituto de Psiquiatria da USPI, destaca que:

(...) os desenhos criados por crianças durante a pandemia do coronavírus representam, de maneira geral, essa confusão do momento atual. É possível ver no mesmo desenho a expressão de tristeza e também de felicidade, pontos positivos e negativos sobre o que eles estão vivendo. Os desenhos expressam desejos, como casas com todos os moradores fora dela, ou fatos da realidade, como olhar o mundo pela janela em um momento que estamos privados da possibilidade de sair de casa. Essa é a magia do ato de desenhar - poder expressar fantasia, desejos, sentimentos, colocar para fora o que está dentro. (CULTURA ESTADÃO, 2020, sp).

Compreende-se, então, que o desenho possibilita acessar o mundo interno, suas percepções, afetividades, aflições, angústias e desvenda como a criança experimenta sua individualidade em relação aos outros e ao meio ambiente. Na análise da neuropsicóloga Edyleine Bellini Peroni Benczik, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, afirma-se que:

O desenho é uma interpretação criativa, pessoal e crítica a respeito do mundo. Ele pode ser pouco elaborado, como as garatujas e os rabiscos de crianças, ou, ainda, muito sofisticados como os desenhos de artistas, mas o que de fato importa é que o desenho é um recurso extremamente valioso que contribui para revelações, descobertas e possibilidades do mundo interior de seu criador. (CULTURA ESTADÃO, 2020, sp).

Deste modo, a criança, ao criar seus desenhos, passa a materializar a imagem que criou internamente de acordo com suas emoções e sentimentos, expressando no papel o significado e o sentido que vê nos objetos e na realidade, ou seja, ela não desenha a realidade como ela é, e sim a forma



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

como a vê e a sente. Essas emoções, por sua vez, podem interferir de alguma maneira no desenvolvimento ou no processo de aprendizagem das crianças.

3 O DESENHO DA CRIANÇA COMO POSSIBILIDADE DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A partir da concepção de desenho como linguagem e expressão simbólica, reconhece-se a função do psicopedagogo como mediador nos aspectos do processo de aprendizagem. Portanto, é necessário um olhar atento e aguçado desse profissional em relação aos desenhos das crianças, nos quais busca ler e analisar os possíveis sinais de alerta que as crianças podem expressar nas entrelinhas de seus desenhos, encaminhando uma possível demanda de interação e intervenção psicopedagógica.

Sendo assim, torna-se necessário ressaltar que o profissional na área da psicopedagogia precisa ter um olhar cuidadoso e atento para perceber detalhes que a criança busca representar no seu desenho sobre um determinado momento, porque o modo como são feitas certas interpretações podem ser equivocadas, já que nem sempre o que é percebido pode ser o que as crianças buscam representar.

Nicolau (1995), complementa que os desenhos, as pinturas e as realizações expressivas das crianças não apenas representam seus conceitos, percepções e sentimentos em relação ao meio, como também possibilitam ao adulto sensível e consciente uma melhor compreensão sobre a criança. Como já pontuado anteriormente, os desenhos das crianças são carregados de sentido e significados, e podem contribuir para revelar aspectos cognitivos, afetivos, emocionais, relacionais e mesmo dificuldades de aprendizagem.

A interpretação do desenho deve ocorrer de forma contínua, a partir de várias análises e observações. Sendo essas necessárias para um bom



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

desempenho do psicopedagogo, pois o ato de desenhar envolve a atividade criadora. Por meio dessas atividades, a criança desenvolve sua própria liberdade e iniciativa, podendo expressar-se como sujeito.

Outro aspecto importante a ressaltar sobre o desenho da criança como instrumento que possibilita intervenção e diagnóstico na psicopedagogia é que sua interpretação e análise não se dá de maneira isolada, mas dentro de um contexto, com um olhar e escuta atentos, levando em conta: quem é o sujeito que produziu o desenho? Como o produziu? Qual sua história familiar e escolar? Dentre outros elementos. Dessa maneira, o diagnóstico em psicopedagogia é sempre uma hipótese, uma interpretação a partir de elementos e dados investigados, dentre os quais o desenho pode perpassar a cena da interação.

Compreende-se que, a interpretação do desenho não se dá de maneira simplória e fragmentada, mas sobretudo deve estar dentro de um contexto e relacionada a outros dados coletados durante o processo de investigação psicopedagógica. “O simbólico é a eleição, e isso é o que vamos interpretar, mas somente poderemos fazê-lo quando o integremos ao conjunto; do contrário, estaremos interpretando a nós mesmos.” (FERNÁNDEZ, 1990, p. 225).

Ao considerar essa perspectiva em relação ao desenho, torna-se imprescindível que o psicopedagogo proporcione nos seus atendimentos, momentos para que estas possibilidades de expressão e linguagem por meio do desenho aconteçam, instigando na criança sua capacidade criadora, que é essencial para a constituição de sua personalidade, compreendendo que o seu desenho não pode ser realizado pelo outro, que impõe padrões, mas deve surgir do próprio desejo.

Em relação aos atendimentos psicopedagógicos em tempos de pandemia, tornaram-se mais recorrentes e com enorme demanda das famílias,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

haja vista que as crianças necessitam expressar-se, comunicar-se e, além disso, muitas vezes, dar continuidade aos seus acompanhamentos, por meio de mediação e intervenção psicopedagógica.

Os atendimentos no período de pandemia estão acontecendo conforme as novas orientações previstas no protocolo da Associação Brasileira de Psicopedagogia, que orienta e define o conceito de atendimento virtualmente, realizando uma assistência virtual com atitude psicopedagógica. Conforme o comunicado da Associação Brasileira de Psicopedagogia:

Orientações com o intuito de garantir a qualidade dessa assistência virtual: Pré-estabelecer as constantes do enquadre de ASSISTÊNCIA VIRTUAL (com o atendido e com seus responsáveis, em casos de pessoas menores de idade), horário, tempo de duração, frequência (semanal, quinzenal...), duração da modalidade de assistência, critérios de avaliação, honorários, dentre outros; Diversificar as ferramentas que possibilitam a assistência virtual (áudio, vídeo, mensagem escrita e/ou contato telefônico); Garantir a qualidade da tecnologia utilizada (som, imagem) que passa a ser uma variável interveniente no processo de comunicação a distância; A atitude de escuta e da observação são primordiais, portanto, colocar-se em posição de escuta aos pais e/ou responsáveis é esperado; principalmente no caso de crianças menores. Quanto menor a criança mais o contato se dará por intermédio e com a participação da família, da mesma forma deve-se ajustar o tempo de contato, pois a criança menor tende a fazer contato virtual por um tempo menor; Observar se as tecnologias de informação e comunicação utilizadas para estabelecer esse contato virtual obedecem a parâmetros de verificação, confidencialidade e segurança reconhecidos e adequados, considerando o que determina a Lei n. 13.853, de 8 de julho de 2019 que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.(Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2020, sp).

Em outras palavras, pode-se definir que, nas intervenções e diagnósticos psicopedagógicos, o desenho surge como um instrumento disparador, um apoio para que a criança possa expressar, desvendar e relatar seus entendimentos sobre o mundo que a cerca e, principalmente, o seu



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

mundo interior. É uma possibilidade de tornar o sujeito crítico em seu olhar, ao mesmo tempo que expressa o que sente, vê e percebe, ampliando a percepção de mundo de forma sensível.

Acredita-se que a escuta sensível, associada à observação e à interpretação mais completas do desenho da criança, origina contribuições tanto para o trabalho clínico quanto para o institucional. Essa interação permite coletar dados das questões emocionais que afligem a criança, dos aspectos cognitivos que não estão bem desenvolvidos, das noções de dimensão e tamanho distorcidas e de outros aspectos possíveis de serem revelados por meio do desenho, o que se revela fundamental para o diagnóstico e, conseqüentemente, para a intervenção psicopedagógica.

Posto isso, pode-se afirmar que a prática do desenho, como forma de linguagem e expressão da subjetividade, contribui como um instrumento de coleta de dados por ser um recurso de extrema importância ao trabalho do psicopedagogo e da mesma forma pode auxiliar na condução e intervenção das questões que podem produzir entraves ao desenvolvimento cognitivo e relacional da criança. Essa expressão se acentuou no contexto de distanciamento social, necessária para a preservação da saúde das crianças, e tornou-se ainda mais importante para a compreensão do mal-estar ou sofrimento infantil.

CONCLUSÃO

O presente artigo viabilizou a investigação, a argumentação e a interpretação das informações recolhidas durante o processo de pesquisa, buscando de forma contextualizada entender o desenho na atuação do psicopedagogo, por permitir a criança expressar-se subjetivamente em especial no contexto da pandemia de Covid-19. Além disso, evidenciando suas contribuições para o trabalho do psicopedagogo na elaboração de seus



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

diagnóstico e intervenções, tanto no trabalho da clínica como na esfera institucional.

Doravante às leituras realizadas constatou-se que, a interpretação do desenho ocorre de forma contínua e contextualiza, a partir de várias análises e observações. Sendo essas necessárias para prática do psicopedagogo, pois o ato de desenhar envolve a atividade criadora, e é através dessas experiências que a criança procura expressar-se subjetivamente.

Assim, pode-se refletir que é por meio do desenho que a criança expressa seus conflitos, suas emoções e todos os sentimentos que emergem das situações de seu cotidiano. Visto que, o desenho, como forma de expressão, vai muito além do que é visível ao olhar das pessoas; ele é carregado de intenções, emoções, desejos e uma marca única de cada sujeito. É nesse percurso que o desenho pode auxiliar na intervenção e no diagnóstico psicopedagógico.

Com a realização desta pesquisa conclui-se que, no contexto atual que estamos vivendo, da pandemia de Covid-19, o desenho se destaca como um instrumento na comunicação do que a criança sente, revelando seu sofrimento psíquico e suas angústias e possibilitando, a partir disso, o diagnóstico e as possíveis intervenções psicopedagógicas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Novas Orientações para Psicopedagogos em Tempos de Coronavírus**. Disponível em: <<https://abpp.com.br/imagens/COMUNICADO%20CORONA%20VIRUS%20-%2020-%20190320.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

CULTURA ESTADÃO. **Unicef Convida Crianças a Falarem, de Forma Lúdica, como Estão as Emoções durante a Pandemia**. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,unicef-convida-criancas-a->



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

falarem-de-forma-ludica-como-estao-as-emocoes-durante-a-pandemia,70003290918>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DERDYK, Edith. **Formas de Pensar o Desenho**: o desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Scipione, 1994.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**. Abordagem psicopedagógica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

KIGUEL, Sônia. **Abordagem Psicopedagógica da Aprendizagem**. In SCOZ, Beatriz e outras (org.). Psicopedagogia. O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a COVID 19**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. **O Espaço do Desenho**: a educação do educador. 12. Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

NICOLAU, Marieta Lucia Machado. **A Educação Artística da Criança**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil**: fundamentos métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Arte, Infância e Formação de Professores**: Autoria e transgressão. Campinas: Papirus, 2004.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

RUBINSTEIN, Edith. **A Psicopedagogia e a Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo** in SCOZ, Beatriz e outras (org.) Psicopedagogia. O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

TONUCCI, Francesco. **Com Olhos de Criança**. 2ª reimpressão. Revista. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

UNICEF. **Sentimentos no Papel**. Disponível em:
<<https://www.unicef.org/brazil/sentimentos-no-papel>>. Acesso em: 30 jul. 2020.
WEISS, Maria, L. L. **Psicopedagogia Clínica**. Uma visão diagnóstica dos
problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. 7.
ed.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103

A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL PSICOPEDAGOGO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DAS APRENDIZAGENS INFANTIS

Carolina Werle Lunkes¹
Mariel da Silva Haubert²

RESUMO

O presente artigo apresenta a discussão da construção do profissional psicopedagogo e suas contribuições no processo das aprendizagens infantis. O referido assunto torna-se relevante, pois, propõe a reflexão da história da Psicopedagogia no Brasil e a posição do psicopedagogo nos espaços clínico e escolar e o papel que desempenha enquanto facilitador no processo das aprendizagens infantis. O objetivo do estudo está pautado em compreender a posição do psicopedagogo clínico e escolar. O artigo está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo busca conceituar a história da Psicopedagogia no Brasil e o papel do psicopedagogo na sociedade; o segundo capítulo pontua-se em investigar o atendimento psicopedagógico clínico, diferenciando a clínica do espaço escolar. E, por fim, o último capítulo propõe explicar a intervenção psicopedagógica enquanto facilitadora no processo das aprendizagens infantis. A pesquisa a ser realizada traz como embasamento teórico os seguintes autores: Laura Barbosa, Nádia Bossa, Alicia Fernandez, Edith Rubinstain e Adriana Nascimento Silva. Durante o processo de pesquisa, utiliza-se a abordagem qualitativa e o método indutivo, por meio da análise, investigação e argumentação, procurando entendê-las de forma contextualizada. O referido assunto torna-se relevante, pois propõe compreender a construção do profissional Psicopedagogo, sua atuação na área clínica e escolar e as intervenções no atendimento psicopedagógico, implicando na contribuição da promoção das aprendizagens por meio de procedimentos de orientação que são realizados na intervenção, com a proposta de atividades como brincadeiras, jogos de regras e dramatizações, com materiais como a caixa de trabalho e a caixa de areia. Assim, é possível a busca pela promoção da plena expressão dos afetos e o desenvolvimento da personalidade de crianças com e sem dificuldades de aprendizagem.

¹ Graduada em Pedagogia pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo- IESA. Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo- IESA. Pós-graduada em Psicopedagogia pela Fundação Educacional Machado de Assis- FEMA. E-mail: caluwerlelunkes@hotmail.com

² Professora Orientadora Doutoranda em Educação nas Ciências. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/NPPGE. Coordenadora da Pós-Graduação em Psicopedagogia. E-mail: mariel@fema.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Palavras-chave: Psicopedagogo – Atendimento Clínico e Escolar - Intervenção.

INTRODUÇÃO

O tema “A construção do profissional psicopedagogo e suas contribuições no processo das aprendizagens infantis” busca compreender o processo da profissionalização do psicopedagogo, sua posição na sociedade, locais onde atua e como pode contribuir na relação com crianças na idade escolar de 4 a 10 anos, ou seja, da pré-escola até o fim dos anos iniciais do ensino fundamental. O referido assunto torna-se relevante, pois propõe a reflexão da caminhada profissional do psicopedagogo e meios de intervenção nas aprendizagens, buscando, assim, amenizar o índice de reprovação e não alfabetização nos anos iniciais da educação básica.

Há várias teorias existentes sobre como a aprendizagem acontece, porém destaca-se as que acreditam que os indivíduos são agentes ativos, buscando construir seus conhecimentos. Baseando-se em leituras de autores que pontuam este processo, é coerente destacar que a aprendizagem é um processo que envolve vínculos entre quem ensina e quem aprende. Existe, então, uma relação de troca, em que em alguns momentos quem ensina aprende e vice-versa. Outro aspecto importante é que aprender deve ser prazeroso.

O objetivo do estudo está pautado em compreender a posição do psicopedagogo clínico e escolar e, também, o aprender para entender as intervenções psicopedagógicas. O artigo está organizado em três capítulos, os quais são representados por um breve apanhado histórico da Psicopedagogia no Brasil e o papel do psicopedagogo na sociedade, o atendimento psicopedagógico clínico e escolar e a intervenção psicopedagógica e suas implicações no processo das aprendizagens infantis.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Conforme estudos e leituras, sabe-se que o berço da Psicopedagogia, enquanto formação, foi a cidade de Buenos Aires, tendo Alicia Fernandez a pesquisadora precursora nessa área. No Brasil, a Psicopedagogia emerge das dificuldades por parte do corpo orgânico, na cidade de São Paulo.

O atendimento psicopedagógico clínico difere do atendimento escolar devido ao espaço que o psicopedagogo atua. O Psicopedagogo clínico trabalha em consultórios no atendimento com crianças, jovens e adultos, no formato individual. Já o Psicopedagogo escolar, exerce sua prática dando assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar para a melhoria das condições do processo de aprendizagem.

A intervenção psicopedagógica pode ser entendida como uma interferência realizada por um profissional da psicopedagogia em pessoas que apresentem dificuldades de aprendizagem. Dentro do ato de intervir do profissional Psicopedagogo há os recursos subjetivos e os recursos objetivos, que consistem em materiais alternativos que o Psicopedagogo pode usar no atendimento clínico.

O presente estudo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, sendo sua abordagem qualitativa e o método indutivo. A pesquisa bibliográfica baseia-se em referenciais, busca discutir o tema em questão, além de destacar o posicionamento dos autores e problematizar os pontos de vista, sob olhar crítico.

A pesquisa qualitativa busca discutir aspectos de uma mesma questão, ou seja, o levantamento de hipóteses e ideias sobre um mesmo assunto. O que um autor relata sobre o tema, outro pode discutir em uma linguagem bem distinta a mesma problemática, propondo, assim, uma escrita reflexiva.

O método indutivo é a análise e consideração de leituras e discussões de casos particulares, a partir de uma reflexão atenta baseada em leituras de autores da área, podendo ser modificada constantemente, mas mantendo sempre a essência da problemática.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O artigo traz a discussão, primeiramente, a história da Psicopedagogia no Brasil e o papel do psicopedagogo na sociedade, ou seja, um apanhado das primeiras atuações e atendimentos psicopedagógicos e como o profissional foi ganhando espaço na sociedade brasileira. Para isso, as pesquisas e estudos das autoras Nádya Bossa, Edith Rubistain e Adriana Silva comporão a base do capítulo a seguir.

1 BREVE APANHADO HISTÓRICO DA PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL E O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA SOCIEDADE

Conforme as autoras Nádya Bossa e Edith Rubistain, a psicopedagogia surgiu no Brasil, inicialmente, em São Paulo, sob um olhar direcionado para o corpo orgânico. Após, no início do século XXI, o olhar focou no conhecimento. Alicia Fernandez representa o berço da psicopedagogia na Argentina. Buenos Aires foi a primeira cidade a ofertar o curso de Psicopedagogia.

O papel do psicopedagogo era de melhorar as relações de aprendizagens, pois aprender é uma atividade humana, social e cultural. Já o psicopedagogo entra na relação com o sujeito com o objetivo de compreender a falha na aprendizagem. No território brasileiro, com a colaboração de Jorge Visca, a Psicopedagogia surge como uma proposta para responder ao problema do fracasso escolar, com foco nos sintomas das dificuldades de aprendizagem.

Segundo BOSSA, a Psicopedagogia tem como seus primórdios a Europa, no século XIX, evidenciando as preocupações com os problemas de aprendizagem na área médica. Acreditava-se que os comprometimentos da área escolar eram de causas orgânicas, pois eram no corpo físico as investigações das dificuldades. Assim, a Psicopedagogia era vista com um caráter orgânico (BOSSA, 2020).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Em 1958, no Brasil, surge o Serviço de Orientação Psicopedagógica da escola de Guatemala, na Guanabarra (Escola Experimental do INEP- Instituto de estudos e pesquisas educacionais do MEC). O objetivo era melhorar a relação entre o professor e o aluno. Em meados das décadas de 50 e 60, a categoria profissional dos psicopedagogos divulgou uma abordagem psiconeurológica do desenvolvimento humano (SILVA, 2006).

A Psicopedagogia sofreu muitas influências e mudanças em decorrência das novas descobertas científicas e movimentos sociais. Inicialmente, a Psicopedagogia foi estudada pela Medicina e Pedagogia, sendo hoje estruturada também a partir das contribuições diversas da ciência. Além da filosofia, sociologia, psicologia, ciências médicas, psicolinguística, a Psicopedagogia teve algumas contribuições de Piaget e a da psicanálise no entendimento das motivações inconscientes e nas relações estabelecidas entre aluno-professor-conhecimento.

Assim, por meio de diversos autores, pode-se afirmar que a Psicopedagogia tem caráter interdisciplinar. Nádia Bossa diz que “[...] reconhecer tal caráter significa admitir a especificidade enquanto área de estudo, uma vez que, buscando conhecimentos em outros campos, cria o seu próprio objetivo, condição essencial da interdisciplinaridade.” (BOSSA, 2000, p.17).

Segundo a análise da autora acima citada, a Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda - o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da própria pedagogia - e evoluiu para uma prática (BOSSA 2000, p.21).

A Psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem do ser humano, ocupando-se dos problemas do processo de aprendizagem. Em relação a concepção de aprendizagem, tem-se a seguinte teoria:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Atualmente a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa deste processo um equipamento biológico com disposição afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio. (BOSSA, 2000, p.22).

Segundo Rubinstain, a psicopedagogia, enquanto área de atuação, é fundamentada por referenciais teóricos, ou seja, é uma práxis psicopedagógica, a qual é reconhecida no meio acadêmico por meio das produções científicas produzidas em teses, publicações e reuniões científicas organizadas pela Associação Brasileira de Psicopedagogia e por outros órgãos representados por áreas afins. A formação do Psicopedagogo é realizada em cursos de especialização em instituições de Ensino Superior (RUBINSTAIN, 2017).

O Psicopedagogo pode atuar na área institucional e clínica, além de auxiliar crianças com necessidades especiais na inserção/inclusão escolar. Na Psicopedagogia, pode ser trabalhado o clínico e o preventivo. Como preventivo podem ser trabalhadas as questões didático-metodológicas, bem como a formação e orientação dos professores e aconselhamento dos pais para diminuir e tratar os problemas já instalados. Como clínico, o Psicopedagogo precisa conhecer o sujeito, quais os recursos de conhecimento que ele dispõe e como ele aprende e produz conhecimento. Assim, a seguir, apresenta-se um apanhado sobre o atendimento psicopedagógico clínico e escolar.

2 ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO: CLÍNICO E ESCOLAR

Como vimos anteriormente, há dois tipos de atendimentos psicopedagógico, o clínico e o escolar. O objeto de estudo pode variar em função do espaço que o psicopedagogo atua.

O Psicopedagogo clínico trabalha em consultório atendendo crianças, jovens ou adultos, com dificuldades de aprendizagem, tendo a parceria de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

outros profissionais (Pediatra, Neuropediatra, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Psicomotricista, dentre outros) para o caso de haver necessidade de encaminhamento. Neste caso, o profissional atua em uma linha terapêutica, em que diagnostica, desenvolve procedimentos psicopedagógicos, orienta pais e professores de forma que seu trabalho seja integrado e não individual.

O trabalho do Psicopedagogo clínico se constitui em avaliar e diagnosticar as condições de aprendizagem, identificando as áreas de competência e de insucesso do aprendente. De acordo com Bossa, em geral, no diagnóstico clínico, ademais de entrevistas e anamnese, utiliza-se provas psicomotoras, provas de linguagem, provas de nível mental, provas pedagógicas, provas de percepção, provas projetivas e outras, conforme o referencial teórico adotado pelo profissional (BOSSA, 2020).

Destaca-se, também, como trabalho do profissional Psicopedagogo clínico, a realização devolutivas para os pais ou responsáveis, para a escola e para o aprendente; atender o aprendente, estabelecendo um processo corretor psicopedagógico com o objetivo de superar as dificuldades encontradas na avaliação; orientar os pais quanto às suas atitudes para com seus filhos, bem como professores para com seus alunos; pesquisar e conhecer a etiologia ou a patologia do aprendente, com profundidade.

De acordo com as autoras Nádia Bossa (2000) e Edith Rubistain (2017), a Psicopedagogia clínica tem como missão retirar as pessoas da sua condição inadequada de aprendizagem, dotando-as de sentimentos de alta autoestima, fazendo-as perceber suas potencialidades, recuperando, dessa forma, seus processos internos de apreensão de uma realidade, nos aspectos: cognitivo, afetivo-emocional e de conteúdos acadêmicos. O aspecto clínico é realizado em centros de atendimento ou clínicas psicopedagógicas e as atividades ocorrem, geralmente, de forma individual.

Conforme as autoras citadas anteriormente, o Psicopedagogo institucional dá assistência aos professores e a outros profissionais da



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

instituição escolar para a melhoria das condições do processo de aprendizagem (BOSSA, 2000). Utiliza-se de técnicas e métodos próprios, possibilita a intervenção psicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem em espaços institucionais. Juntamente com toda a equipe escolar procura construir um espaço adequado às condições de aprendizagem e conseqüentemente evitando comprometimentos (RUBISTAIN, 2017).

Dependendo da natureza da instituição, a Psicopedagogia pode contribuir trabalhando vários contextos: psicopedagogia Familiar, resgatando a família no papel educacional, diferenciando as múltiplas formas de aprender, respeitando as diferenças dos filhos; Psicopedagogia Empresarial, resgatando a visão do todo, a função humanística, as múltiplas inteligências, desenvolvendo sentimentos, trabalhando a criatividade e resgatando o diálogo; psicopedagogia Hospitalar, possibilitando o lúdico e as oficinas; psicopedagogia Escolar, busca de diagnóstico da escola, busca da identidade da escola; definições de papéis da dinâmica relacional em busca de funções e identidades, diante do aprender, Instrumentalização de professores, coordenadores, orientadores e diretores sobre a prática e reflexões diante de novas formas de aprender (BOSSA, 2000). Além disso, busca de reprogramação curricular, implantação de programas e sistemas avaliativos, realização de oficinas para vivências de novas formas de aprender, análise de conteúdos e reconstrução conceitual, releitura, ressignificando sistemas de recuperação e reintegração do aluno no processo e o papel da escola no diálogo com a família (RUBISTAIN, 2017).

A proposta da Psicopedagogia, numa ação preventiva, é adotar uma postura clínica frente ao fracasso escolar, numa concepção mais totalizante, visando propor novas alternativas de ação voltadas para a melhoria da prática pedagógica nas escolas. Assim,

O Psicopedagogo, no Brasil, é atribuído-lhe atividades relacionadas a apropriação de conteúdos escolares, orientação de estudos,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

desenvolvimento de raciocínio e atendimento de crianças, de maneira que as funções não são excludentes para si e nem em relação a outras. (MACEDO, 1990 *apud* BOSSA, 2000).

A Psicopedagogia institucional acontece em organizações e está mais voltada para a prevenção dos insucessos interpessoais e de aprendizagem e a manutenção de um ambiente harmonioso, ainda que, muitas vezes, deve-se considerar a prática terapêutica nas organizações como necessária.

Na sua função preventiva, cabe ao Psicopedagogo detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer o processo de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; realizar processos de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual ou grupal (BOSSA, 2000).

O psicopedagogo clínico está apto a atender crianças, adolescentes e adultos. Seu papel não é apenas de identificar como a criança se relaciona com o conhecimento e se há alguma dificuldade de aprendizagem, mas sim, também, de observar e exercer a escuta clínica das relações emocionais que o sujeito traz consigo no ato de aprender. Já o psicopedagogo institucional, presta assistência aos professores, auxiliando no planejamento de estratégias, observando alunos com dificuldades de aprendizagem ou questões emocionais, estabelecendo relação com as famílias dos alunos e complementando a equipe pedagógica da escola/instituição (RUBISTAIN, 2017).

Segundo Nádya Bossa (2000) atualmente, a Psicopedagogia refere-se a um saber e a um saber a fazer, as condições subjetivas e relacionais, especialmente, familiares e escolares - as inibições, atrasos e desvios do sujeito ou grupo a ser diagnosticado. O conhecimento psicopedagógico avalia a possibilidade do sujeito, a disponibilidade afetiva de saber e de fazer,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

reconhece o saber do próprio sujeito. O trabalho clínico não deixa de ser preventivo, pois ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros.

Quando se fala em atendimento psicopedagógico, se fala no sujeito que busca esse atendimento, estudantes em fase escolar com alguma dificuldade ou implicação no ato de aprender. O profissional Psicopedagogo exerce sua prática na análise do caso e na intervenção psicopedagógica, as quais serão discutidas no próximo capítulo (BOSSA, 2020).

3 INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DAS APRENDIZAGENS INFANTIS

Há várias teorias existentes sobre como a aprendizagem acontece, porém todas acreditam que os indivíduos são agentes ativos, buscando construir seus conhecimentos. Alicia Fernández acredita que a aprendizagem é um processo que envolve vínculos entre quem ensina e quem aprende. Existe, então, uma relação de troca, onde em alguns momentos quem ensina aprende e vice-versa. Outro aspecto importante é que aprender pela via do prazer, possibilita o desejo por novos conhecimentos (FERNÁNDEZ, 1991).

Quem aprende constrói seus conhecimentos, ou seja, para Fernández, a aprendizagem é um processo de autoria individual de cada aprendente. Por outro lado, quem ensina (ensinante) deve acreditar e desejar que o aprendente aprenda, ou seja, deve existir o desejo do outro. Mas, não é suficiente apenas o profissional desejar que o sujeito aprenda, a criança precisa também desejar aprender, sentir prazer em apropriar-se de sua autoria produtiva. Aprendentes e ensinantes têm a responsabilidade compartilhada no ato de aprender, por isso não basta limitar-se em transmitir informações e conteúdos, ensinar vai muito além disso, precisa haver transferência entre aprendente e ensinante (FERNÁNDEZ, 1991).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Entretanto, como saber se o sujeito realmente aprendeu? Uma das respostas situa-se na capacidade do sujeito-aprendente aplicar seu conhecimento, produzindo uma mudança real e permanente no seu comportamento. Por exemplo, como sabemos que uma criança realmente aprendeu a andar de bicicleta? Descobrimos isso, quando ela consegue andar sozinha, sem a ajuda de ninguém. O mais importante no processo de aprender é conectar-se à experiência, à alegria e à satisfação de ser autor da sua própria aprendizagem (FERNÁNDEZ, 1991).

Conforme a autora, “[...] a liberação da inteligência aprisionada só poderá dar-se através do encontro com o prazer de aprender que foi perdido.” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 26). Assim, o sujeito conseguirá retomar para si a importância da aprendizagem, voltando a acreditar nas suas potencialidades e autoria.

Na perspectiva de educar, Fernandéz supõe a intervenção no desenvolvimento do outro para redirecioná-lo no sentido almejado, visando a comportamentos e valores. Já, ensinar requer ajudar as crianças a se apropriarem das “ferramentas cognitivas” próprias de um campo disciplinar, na busca de saberes. Na questão do formar, a autora cita que esse diz de acompanhar a construção de competências, ao mesmo tempo, precisas e limitadas, assim como predeterminadas, querendo atingir o âmbito das competências (FERNÁNDEZ, 1991).

A autora citada enfatiza as conceituações de ensino, ensinagem, dificuldade, fracasso institucional e dificuldades de aprendizagem. No que diz respeito ao ensino, Fernandéz conceitua tradicionalmente como tema de ensino um processo de natureza relacional. A ensinagem requer um conceito que envolve a inclusão do contexto da subjetividade, ou seja, uma interdependência entre a subjetividade do sujeito que aprende e o sujeito que ensina (FERNÁNDEZ, 1991).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Já o termo dificuldade, vinculados à função do educador, diz de um movimento de ensinar carregado de emoção: ansiedade por ter de cumprir uma missão, medo e/ ou frustração por não entender o sujeito, fantasias de incompetência. O fracasso institucional está relacionado ao sistema educativo, relevando as inadequações das instituições, ou seja, um conjunto de fatores. Por fim, as dificuldades de aprendizagem dizem respeito ao sujeito aprendente, mas, quando reconhecidas e bem conduzidas, podem permitir que o sujeito obtenha êxito nos estudos (FERNANDÉZ, 1991).

Na clínica psicopedagógica, na maioria das vezes, os indivíduos que buscam por esse profissional, são sujeitos vítimas do fracasso escolar, das frustrações do não aprender e das implicações que isso acontece na vida escolar, social e pessoal de cada indivíduo. Por isso, a intervenção psicopedagógica consiste em acompanhar, investigar e investir no potencial do sujeito aprendiz, tornando-o capaz de ser o autor das suas aprendizagens.

O sujeito que busca acompanhamento psicopedagógico, no espaço da clínica, trabalha com um Psicopedagogo. Esse trabalho possibilita a realização de elaborações simbólicas e sínteses importantes por meios de recursos de intervenção psicopedagógica, tanto de caráter objetivo como subjetivo. O ser que aprende na Psicopedagogia é entendido como alguém que é capaz de conhecer o mundo e a si próprio. Ao aprender, mobiliza suas ansiedades diante de situações novas, de aprendizagens e, também, movimenta-se em direção ao objeto de aprendizagem corporalmente, um sujeito protagonista e de ação. Por isso, são necessários os recursos de caráter objetivo que se caracterizam por formas distintas de ação psicopedagógica, as quais provocam o movimento externo e interno do aprendiz.

Como Visca afirma, a personalidade, nessa forma de proposta, é entendida como unidade funcional e não estrutural. Nesse sentido, acredita-se que as pessoas podem evoluir na interação com as situações de aprendizagens e não são constituídas de forma determinista pelas ocorrências



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

que enfrentam em suas vidas. A atenção psicopedagógica, proposta por Jorge Visca, tem a intenção de mobilizar o aprendiz para que supere ou minimize suas dificuldades, encontrando estratégias para se reequilibrar diante dos desequilíbrios (VISCA *apud* BOSSA, 2020).

A atenção psicopedagógica tem presente três elementos importantes: o Aprendiz, o Psicopedagogo e a relação entre eles. A atenção psicopedagógica no espaço da clínica é o momento no qual o aprendiz vai produzir, pensar, autorizar-se, ousar e, conseqüentemente, aprender.

O recurso de intervenção psicopedagógica de caráter subjetivo é fruto de uma sistematização realizada por Visca (*apud* BOSSA, 2000) e Laura Barbosa (2006), que consiste em: Mudança de situação, que é a quebra de rotina, de hábitos arraigados que fazem com que o aprendiz funcione como se estivesse no “piloto automático”. A informação, que é a orientação que não dá a resposta pronta e, nesse sentido, pode ser entendida como uma informação que leva o aprendiz a agir e não somente executar, reproduzir. Também, a informação com redundância, que trata de destacar uma informação com exagero de um gesto, da entonação da voz, repetindo várias vezes a mesma palavra, cantando ou qualquer outra forma de comunicação que sublinhe de maneira simbólica, a informação oferecida.

Já a modalidade de alternativas múltiplas é uma intervenção que oferece para o aprendiz mais uma alternativa, incluindo a que ele deseja realizar. É usada em momento de extrema dependência para desenvolver a autonomia. O acréscimo de modelo é a intervenção que vem para ampliar o modelo de ação já utilizada pelo aprendiz. Acrescentar sem desvalorizar o que ele faz. A intervenção mostra é a única que não se vale da fala para se expressar e, sim, do gesto. Sem palavras, mostra-se para o sujeito outras possibilidades durante a realização da tarefa (BOSSA, 2000). A explicação intrapsíquica é, muitas vezes, usada como uma forma de trazer à tona o sentimento do aprendiz, frente à determinada tarefa, traduzindo-o em palavra.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

“Você ficou zangado porque não gostou do desenho que fez, esperava que ele ficasse mais do seu gosto.” (BARBOSA, 2006, p. 34).

No entanto, o desempenho de papéis consiste em uma intervenção que propõe a mudança de papéis e exige do aprendiz o exercício de se colocar no lugar do outro. Já a proposição do conflito intervém propondo o conflito. A problematização é a retomada da pergunta do aprendiz ou criação de uma nova questão a partir de uma ação realizada (BOSSA, 2000). Por fim, o assinalamento e a interpretação são formas de intervenção que necessitam de um conhecimento mais apurado que é construído por cinco elementos importantes: a motivação, que decorre de uma situação de tensão; a meta que se estabelece da motivação; a conduta (ação) que é acionada para que se realize a meta; e os dois elementos que constituem a unidade que dá significado para a ação-experiência vivida, que permite fantasiar ou prever resultados numa nova situação, e a realidade atual, que contextualiza a ação naquele momento (BARBOSA, 2006).

Qualquer que seja a escolha dos recursos de caráter subjetivo que o Psicopedagogo faça para atender ao paciente, estes serão utilizados com a finalidade de desestabilizar o aprendiz e provocá-lo à busca do equilíbrio. Na intervenção psicopedagógica, além dos recursos subjetivos, temos os recursos objetivos, que consistem em materiais alternativos que o Psicopedagogo pode usar no atendimento clínico.

Dentro dos recursos objetivos temos a caixa de trabalho que integra a proposta do enquadramento do atendimento psicopedagógico. Segundo Visca *apud* Bossa, enquadrar é demarcar limite, tanto do ponto de vista objetivo, físico, como do ponto de vista subjetivo (VISCA *apud* BOSSA, 2020).

Algumas constantes de enquadramento (elementos que possibilitam a organização da atenção que é dada para a criança e também para organização do psicopedagogo) são: tempo, frequência, interrupções combinadas, duração, o próprio consultório ou lugar que ocorrem os atendimentos, bem como a Caixa



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de Trabalho. As constantes de um enquadramento só serão eficazes se o profissional que as utiliza saiba aplicá-las com experiência e conhecimento. É preciso valorizar mais os recursos internos do Psicopedagogo do que os externos (SCHNEIDER, 2020).

A Caixa de Trabalho deverá possibilitar a aproximação da criança à tarefa, contendo, portanto, reativos de conduta adequados (objetos que aproximam do tratamento). A Caixa de Trabalho deve ser espaço que delimita e organiza a ação psicopedagógica. Dentro dela devem estar os objetos que desencadeiam todo o processo e que permitem que a caixa seja um continente seguro (SCHNEIDER, 2020).

Visca *apud* Bossa propõe para o Psicopedagogo pensar sobre o conteúdo de uma Caixa de Trabalho, podendo ter: Instrumentos, que podem ser tesoura, lápis, borracha, apontador; material estruturado como baralho, livros, jogos; e material semiestruturado ou matéria-prima, a qual a argila, sucatas, pedrinhas, tacos de madeira podem compor. O mais importante não é o material, mas como intervir e focar no ponto principal (VISCA *apud* BOSSA, 2020).

Outro recurso objetivo é a caixa de areia. A utilização da caixa de areia e das miniaturas no âmbito da clínica tem demonstrado que o respeito ao tempo vivido do sujeito aprendiz, tem possibilitado a organização do pensamento e das emoções envolvidas no processo de aprendizagem. Com esse recurso, busca-se um espaço intermediário para o desenvolvimento da criatividade e da autoria de pensamento. Ao brincar com miniaturas na composição de cenas na areia, o aprendiz exercita a experiência de tomar a realidade do objeto para transformá-la, aceitando os limites que ela impõe (SCHNEIDER, 2020).

No que se refere à ação de brincar e simbolizar, Alicia Fernandez pressupõe:

Hoje se faz mais imperioso do que nunca possibilitar a escuta e a palavra aos jovens e às crianças. O brincar como possibilidade de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

relatar e inventar histórias e personagens em primeiro lugar. Quando uma criança brinca, realiza a tarefa de construção e reconstrução permanente. (FERNANDEZ, 2001, p.130).

Ao oferecer um espaço e um tempo para construção de cenas na areia, busca-se oportunizar a autoria de pensamentos necessários ao aprender. O brincar na areia expressa a busca por repouso, segurança e regeneração. A areia simboliza a eternidade, o infinito, o invisível e a criação.

Para Bossa, as intervenções psicopedagógicas podem se traduzir em uma fala, um assinalamento, uma interpretação que o Psicopedagogo realiza em crianças com déficit de aprendizagem, além de outros fatores específicos somados aos sinais apresentados pela criança na escola e/ou no meio social. Considera-se, então, que um dos principais objetivos da psicopedagogia é a intervenção, realizando a mediação entre adolescentes, crianças ou adultos e os seus objetivos específicos de conhecimento (BOSSA, 2020).

A intervenção psicopedagógica pode ser entendida como estratégias que visam à recuperação de conteúdos escolares avaliados como deficitários nos pacientes. Procedimentos de orientação são realizados na intervenção, com a proposta de atividades como brincadeiras, jogos de regras e dramatizações, com o objetivo de promover a plena expressão dos afetos e o desenvolvimento da personalidade de crianças com e sem dificuldades de aprendizagem. A partir da pesquisa e estudo relacionados ao presente tema, apresenta-se, a seguir, relevantes conclusões acerca do que foi possível identificar no campo teórico.

CONCLUSÃO

A prática psicopedagógica só pode ser sustentada por meio da pesquisa e do conhecimento. A própria ciência exige essa movimentação, propondo novas pesquisas e postura do Psicopedagogo frente à diversidade de problematizações nas aprendizagens de crianças, jovens e adultos.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A partir da intervenção psicopedagógica, tanto clínica quanto institucional, é possível dar assistência às aprendizagens infantis de crianças na idade escolar pela relação de troca entre aprendente e ensinante. Os materiais objetivos podem facilitar o entrosamento dessa relação, por meio da caixa de areia, caixa de trabalho, de brincadeiras lúdicas, jogos e da representação gráfica. Em crianças pequenas, o desenho desempenha a função da manifestação da subjetividade de cada sujeito, assim como no brincar também. Já em crianças maiores, os jogos de regras e os enredos das brincadeiras proporcionam momentos em que há a entrada do psicopedagogo enquanto uma representação de limites e de acolhimento.

A história da Psicopedagogia no Brasil, assim como a profissionalização do psicopedagogo, sofreu mudanças no decorrer dos anos, conforme os avanços das pesquisas e demandas da sociedade. Primeiramente, com um olhar mais voltado para o orgânico, a Psicopedagogia atendia as dificuldades do corpo físico. Atualmente, o atendimento está embasado nas dificuldades de aprendizagem, nas interações sociais, na manifestação da subjetividade, na organização psíquica e emocional do sujeito, assim como na orientação educacional de educadores e profissionais da educação.

O espaço clínico e o espaço escolar exigem intervenções diferenciadas. No espaço da clínica, a proposta é o atendimento individualizado entre psicopedagogo e paciente, em um espaço organizado conforme a demanda que o sujeito paciente apresenta, com disponibilização de materiais planejados pelo psicopedagogo. Já no espaço escolar, o atendimento psicopedagógico contempla a equipe pedagógica da instituição e os professores, auxiliando no planejamento e orientação com alunos que demandam um olhar diferenciado. O atendimento psicopedagógico institucional também pode se estender às famílias dos alunos que buscam apoio.

A pesquisa realizada buscou circular pelos campos teóricos que permeiam a construção do profissional psicopedagogo e suas contribuições no



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

processo das aprendizagens infantis. Tais campos que sempre estão em pesquisa e construção, uma vez que o conhecimento é inacabado. A prática do psicopedagogo possibilita a ele reinventar intervenções e criar sua própria autoria nos atendimentos, formando, assim, sua identidade profissional. Recomenda-se o aprofundamento do estudo com a pesquisa e a prática continuada.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Laura. **Intervenção Psicopedagógica no Espaço da Clínica**. Curitiba. Intersaberes, 2012.
- BOSSA, Nádia A. **Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre, R.S: Artes Médicas, 2000.
- FERNANDEZ, Alicia. **Inteligência Aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1991.
- FERNANDEZ, Alicia. **Os Idiomas do Aprendente: Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- RUBINSTAIN, EDITH. **Psicopedagogia, Psicopedagogo e a Construção de sua Identidade**. Revista Psicopedagogia, 2017.
- SILVA, Adriana Nascimento. **Atuação Psicopedagógica e Orientação Educacional na Visão Sistêmica da Instituição**. PUC- Campinas, 2006.
- SCHNEIDER, Roseléia. **A Intervenção Psicopedagógica no Espaço da Clínica**. 2020. 20 slides.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O FENÔMENO DO PAN-PRINCIPIOLOGISMO NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL¹

Camila Seffrin da Silva²

RESUMO

O tema delimitado neste artigo é o pan-principiologismo. A pesquisa se embasa no seguinte questionamento: é possível perceber o fenômeno do pan-principiologismo nas decisões do Supremo Tribunal Federal? Por meio de um estudo dedutivo com base em revisão bibliográfica, a pesquisa denota que muitos julgadores (inclusive na “Suprema Corte” brasileira) têm decidido conforme a sua consciência e que tem “justificado” essa consciência camuflando-a em um princípio, o que ocasiona uma proliferação destes. Com efeito, o pan-principiologismo pode ser um risco à democracia, à autonomia do direito e à força normativa da Constituição.

Palavras-chave: Princípios - Pan-principiologismo - Supremo Tribunal Federal.

INTRODUÇÃO

Nos dias hodiernos, notadamente no âmbito jurídico brasileiro, tem ocorrido um fenômeno peculiar caracterizado pela proliferação do uso indiscriminado de princípios (*standards* argumentativos) para justificar as mais variadas teses nas decisões judiciais. Tal fenômeno pode ser denominado de pan-principiologismo, termo cunhado pelo jurista gaúcho Lenio Luiz Streck para nominar a problemática.

¹ Trabalho desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo, na disciplina de Políticas Legislativas e Diversidade, ministrada pelo professor Adalberto Narciso Hommerding.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Mestrado e Doutorado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo. Pós-graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP. Graduada em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. Advogada. E-mail: camilaseffrin@hotmail.com.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A presença do pan-principiologismo na cotidianidade dos tribunais é alarmante, tendo em vista o seu caráter de agressão aos ideais democráticos e à própria força normativa da Constituição Federal, já que, na maioria dos casos, tais princípios sequer são previstos e servem, em verdade, para justificar pretensões subjetivas do julgador. Na medida em que os tribunais superiores utilizam o pan-principiologismo em suas decisões, a situação acima narrada suscita uma maior inquietude, eis que tais tribunais são modelos, padrões a serem seguidos pelos demais juízos.

É neste contexto e por meio de um estudo dedutivo baseado em revisão bibliográfica, que a presente pesquisa se embasa no seguinte questionamento: é possível perceber o fenômeno do pan-principiologismo nas decisões do Supremo Tribunal Federal? Para embasar o construto teórico e responder à pergunta, o objetivo do presente trabalho concentra-se em realizar uma breve pesquisa acerca do uso exagerado de pseudo princípios nas decisões judiciais. O texto irá iniciar abordando alguns aspectos relacionados ao termo princípio, notadamente sua aproximação conceitual. Após, adentrar-se-á no estudo do pan-principiologismo, buscando-se, em especial, apresentar a sua conceituação e características. Por fim, verificar-se-á a possível existência do pan-principiologismo nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

A relevância da presente pesquisa reside no fato de fornecer aportes teóricos para o enriquecimento do atual debate acerca dos princípios jurídicos, especialmente no que diz respeito à sua má interpretação e aplicação por parte dos julgadores, o que pode acarretar em inúmeros riscos ao Direito e à democracia.

1 AFINAL, O QUE É UM PRINCÍPIO?

O que é um princípio? Apesar de aparentemente ser uma pergunta fácil de ser respondida, no atual sistema jurídico o conceito de princípio não é

demonstrado de forma exata, sendo apresentadas somente definições de caráter não conclusivo. Muito embora seja possível encontrar na doutrina inúmeros conceitos, ainda não há unanimidade no que diz respeito à definição do que efetivamente seja um princípio.

A grande maioria dos autores, principalmente brasileiros, apresentam conceitos vazios que sofrem do fenômeno da mixagem teórica (WEBBER, 2013, p. 309). No Brasil, geralmente a palavra “princípio” é utilizada no sentido de “diretriz”, “norma”, “orientador do sistema”, “regente da interpretação do sistema”. No entanto, o problema reside no fato de que essas definições de princípios não satisfazem, notadamente porque inserem “qualquer coisa” como princípio (HOMMERDING, 2012, p. 122).

De acordo com Rafael Tomaz de Oliveira, há uma enorme dificuldade de generalizar a definição de princípio, pois cada significado do conceito de princípio carrega consigo uma carga histórico-filosófica que permite sua formação e lhe confere contornos teóricos específicos. No entendimento do referido autor, o significado conceitual de princípio acontece em um “horizonte de sentido dado pela história”, prevalecendo o modelo histórico-concreto de pensamento em prejuízo ao modelo matemático-abstrato. Desse modo, para se chegar a uma resposta para o questionamento “o que é um princípio?”, é preciso sair do modo “simplório” de se lidar com ele na análise jurídica e buscar a dimensão transcendental que sustenta qualquer discurso sobre o Direito.¹ (OLIVEIRA, 2008, p. 29-45).

No entendimento de Adalberto Narciso Hommerding (2012), há uma série de fatores que impedem o esclarecimento preciso do significado de princípio. Dentre estes fatores, destacam-se os seguintes:

¹ Para o autor, os princípios não podem ser considerados como meras estruturas ou enunciados previamente dados e interpretados por juristas. Ao contrário, devem ser pensados como “significados conceituais que acontecem em um horizonte de sentido dado pela história”. Dessa forma, são sempre uma possibilidade que nunca se efetiva por completo. O autor apresenta três significados para a expressão princípio, sendo eles: a) princípios gerais do direito; b) princípios jurídico-epistemológicos; e c) princípios pragmáticos-problemáticos. (OLIVEIRA, 2008, p. 35).

a) Ausência de clareza conceptual de qué sea un principio; b) uso doctrinario y jurisprudencial que ignora la multiplicidad de significados con que los principios son tratados en el Derecho; c) pocas manifestaciones doctrinarias que procuran esclarecer los significados y los diversos usos del concepto de principio; d) hay autores que no esclarecen si están operando con “principios generales del Derecho” – propios de las doctrinas metodológicas positivistas del Siglo XIX – o si están pensando en el significado “pragmático-problemático” que los principios reciben en el contexto contemporáneo [...] e) no hay una aclaración por parte de los juristas si están hablando de principio como una especie de principio general del Derecho o si están tratando de principio en sentido “epistemológico”; f) en el Derecho procesal, en especial, no se aclara suficientemente el carácter pragmático de los dichos principios procesales, razón por la cual los legisladores piensan deba haber una necesidad de definir expresamente los principios en los textos legales, como si fuera una especie de “refuerzo hermenéutico” de que aquello que allí está expreso es un principio y, como tal, debe ser llevado en cuenta por los jueces y ciudadanos; g) hay un uso indiscriminado del término principio, caracterizado por una creación “ad hoc” de nuevos principios que pasan a ser elementos innovadores no sólo de tesis de doctoramiento, sino de decisiones judiciales. (HOMMERDING, 2012, p. 122).

Não obstante a dificuldade de esclarecimento do conceito de princípio, tratar do assunto a que se propôs a presente pesquisa – pan-principiologismo – sem uma noção no mínimo aceitável de princípio, torna-se algo falho. À vista disso, o presente artigo debruça-se em imprimir um esforço de aproximação conceitual, não comportando um desenvolvimento exaustivo da questão.

Uma das maneiras mais comuns de tentativa de definição de um princípio perpassa pela sua diferenciação com as regras. Há diversos critérios que objetivam distinguir regras de princípios. Provavelmente o critério que é utilizado com mais frequência é o da generalidade. De acordo com este critério, princípios são normas com grau de generalidade relativamente alto, enquanto o grau de generalidade das regras é relativamente baixo. Exemplo de norma de grau de generalidade relativamente alto é a norma que garante a liberdade de crença; por outro lado, uma norma que prevê que todo preso tem o direito de converter outros presos à sua crença seria um exemplo de norma de grau de

generalidade relativamente baixo. Conforme o critério de generalidade, a primeira norma seria classificada como princípio e a segunda como regra (ALEXY, 2011, p. 87-88).

Para Robert Alexy (2011, p. 90-91), as normas podem ser distinguidas em regras e princípios e isso ocorre de forma qualitativa, a partir da perspectiva da ponderação. Para ele, toda norma é, ou uma regra, ou um princípio. Em seu entendimento, os princípios são mandamentos de otimização; normas que ordenam que alguma coisa seja realizada na maior medida possível e dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes, não contendo, portanto, um mandamento definitivo, mas apenas *prima facie*.

Em seu conceito de princípios como mandados de otimização, Alexy deixa evidente que o elemento discricionário no ato de julgar é inevitável. Para o supracitado autor, os princípios servem como cláusulas de abertura para o julgador no momento da decisão. Em sua teoria da argumentação, as regras operam a partir do modelo de subsunção, não produzindo qualquer espécie de discricionariedade. Os princípios, por sua vez, em razão do largo espectro de aplicação, são aplicados por outro tipo de procedimento, pois geralmente colidem no momento de sua aplicação (OLIVEIRA, 2008, p. 62).

Em outra direção, tem-se o pensamento de Ronald Dworkin, para quem a diferenciação entre normas, regras e princípios dar-se-á pela sua condição de reconhecimento, sua validade e de forma qualitativa, partindo de um processo de formalização (WEBBER, 2013, p. 208). Nessa linha, princípios e regras seriam um conjunto de padrões. Enquanto uma regra provoca a exclusão de outra, a aplicação de um princípio não significa a exclusão de outro, tendo em vista que possuem uma dimensão de peso e devem ser “pesados” de acordo com os postulados de integridade e equidade (DWORKIN, 2002, 42).

De fato, os princípios possuem uma dimensão de peso e importância que é faltante às regras. As regras, por seu turno, possuem uma dimensão de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tipo tudo-ou-nada, devendo ser analisadas no plano da validade: ou a regra é válida, e neste caso a resposta por ela fornecida deve ser aceita, ou não é válida, não contribuindo em nada para a decisão. De forma diversa ocorre com os princípios, nos quais a sua aplicabilidade em um caso concreto não se apresenta de maneira obrigatória, uma vez que nem mesmo os princípios que mais se aproximam das regras não apresentam consequências jurídicas que se seguem automaticamente quando as condições são determinadas. Neste ponto, Dworkin explica que um princípio como “Nenhum homem pode beneficiar-se de seus próprios delitos” não pretende estabelecer condições que tornem necessária a sua aplicação. Pelo contrário, expõe uma razão que leva o argumento em uma certa direção, mas ainda assim necessita uma decisão particular (DWORKIN, 2003, p. 39-41).

De fato, Dworkin e Alexy são os autores que mais se debruçaram sobre a problemática da conceituação de princípio. No caso de Alexy, sua distinção é estrutural, de natureza semântica; já Dworkin realiza uma distinção de natureza fenomenológica (STRECK, 2012, p. 12).

Com o intuito de promover uma aproximação conceitual de princípio e fornecer aportes que auxiliem no combate à arbitrariedade judicial, sobretudo quando esta está sob a roupagem de princípios, Lenio Streck realiza uma crítica à definição de princípios de Robert Alexy (WEBBER, 2013, p. 309). Streck refere que o “juízo de ponderação” dos princípios abordado por Alexy implica uma margem considerável de discricionariedade judicial, tendo em vista que compreende os princípios apenas como mandados de otimização, entendendo-os, portanto, como abertura interpretativa, o que necessariamente chama à colação a filosofia da consciência (subjetividade do intérprete). À vista disso, Streck defende uma hermenêutica anti-discionária e antirrelativista, que se diferencie totalmente de posturas como a teoria da argumentação jurídica de Alexy, que tem a ponderação como pedra de toque. A hermenêutica, tal qual defendida pelo citado autor, parte do entendimento de

que os princípios introduzem o mundo prático no direito, “fechando” a interpretação e comprimindo o espaço de discricionariedade do intérprete. Para o autor, princípios não são cláusulas abertas a serem preenchidas pela livre atuação da subjetividade do julgador (STRECK, 2009, p. 418).

Outro ponto relevante abordado por Streck (2014), diz respeito a sua crítica à noção de princípio que parte da cisão entre regras e princípios. Para ele, cindir regras e princípios seria o mesmo que realizar uma cisão entre compreender, interpretar e aplicar, o que sob o viés da hermenêutica é impossível.

[...] a percepção do princípio faz com que este seja o elemento que termina desvelando-se e ao mesmo tempo ocultando-se na própria regra. Isto é, ele (sempre) *está* na regra. O princípio é elemento instituidor, o elemento que existencializa a regra que ele instituiu. Só que *está* encoberto. Insisto: hermenêuticamente, pela impossibilidade de cindir interpretação e aplicação e em face da antecipação de sentido que sempre é condição de possibilidade para que se compreenda, torna-se impossível “isolar” a regra do princípio, isto é, é impossível interpretar uma regra sem levar em conta o seu princípio instituidor. (STRECK, 2009, p. 523).

Tal crítica hermenêutica está em consonância com a percepção de Dworkin que entende não haver uma cisão estrutural entre regras e princípios. De fato, a proposta de diferença e não cisão entre regras e princípios defendida por Streck deita suas raízes na teoria integrativa dworkiana do caráter unificador dos princípios, que se revelam como “[...] o marco da institucionalização da autonomia do direito. As regras não acontecem sem os princípios. Os princípios sempre atuam como determinantes para concretização do direito e em todo caso concreto eles devem conduzir para determinação da resposta adequada.” (STRECK, 2009, p. 517).

Em outras palavras, é dizer que os princípios estão intimamente relacionados às regras, eis que são o “sentido” destas. O princípio somente se “realiza” a partir de uma regra. “Não há princípio sem (alg)uma regra. Por trás de uma regra necessariamente haverá (alg)um princípio. Se acreditarmos que

existem princípios sem regras, acreditaremos também que há normas sem textos.” (STRECK, 2009, p. 523). Da mesma forma, por ter a característica de introduzir o mundo prático no direito¹, os princípios passam a possuir normatividade somente pela sua realização na situação concreta a ser normatizada (na *applicatio*). Desse modo, o princípio “cotidianiza” a regra – que só será regra se não desobedecer a aquilo que a institui e que lhe é condição de possibilidade de sentido: o princípio (STRECK, 2009, p. 518-522).

Evidencia-se, portanto, o abismo existente entre as teorias que apostam na discricionariedade, e a hermenêutica jurídica. Alexy, por exemplo, fica preso à filosofia da consciência, já que entende os princípios como forma de abertura da decisão. Com a hermenêutica, o princípio se realiza somente quando é aplicado a um caso concreto, por intermédio de uma regra². Por essa razão não tem como haver, por exemplo, uma colisão de princípios, pois os princípios se dão na situação concreta a ser analisada, onde vão se individualizar. Em Alexy, quem define os princípios em “colisão” é o julgador investido do poder discricionário (WEBBER, 2013, p. 312).

Por fim, além da problemática quanto à definição conceitual de princípio e sua diferenciação com as regras, observa-se outro problema que é decorrente da crise principiológica: a profusão de princípios. Tal assunto será objeto de estudo no item que segue.

2 O PAN-PRINCIPIOLOGISMO E O PROBLEMA DA PROLIFERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS

¹ Essa institucionalização do mundo prático, representa um ganho qualitativo para o direito, porquanto, a partir dessa revolução paradigmática, o julgador tem o dever de decidir de forma correta. O autor defende um Direito Fundamental de resposta correta (adequada constitucionalmente). (STRECK, 2009, p. 494-495).

² Assim, é possível afirmar que não se pode partir do princípio para resolver um caso: “haverá uma regra (norma em geral) apta para resolver o caso a partir de uma reconstrução principiológica (reconstrução da história institucional). Esse é o espaço e o papel dos princípios.” (STRECK, 2009, p. 528).

A proliferação e o uso indiscriminado de princípios tem sido objeto de críticas por inúmeros autores. Optou-se, no presente artigo, por realizar uma análise em torno do “pan-principiologismo”, termo cunhado por Lenio Luiz Streck para representar o problema dessa proliferação.

Em termos simples, pan-principiologismo significa o abuso principiológico que vivenciamos no Brasil, representando um alibi para decisões que ultrapassam os próprios limites semânticos do texto constitucional, dito de outro modo, é a criação de princípios que são utilizados contra a lei ordinária e contra a própria Constituição Federal. Mas, por qual razão tais “princípios” ingressaram no ordenamento jurídico com tamanha força? Lenio Streck entende que a multiplicação destes princípios se deve, em parte, pela compreensão equivocada da tese dworkiana a respeito da diferença entre regras e princípios, isto é, da compreensão errônea de que os princípios proporcionam uma abertura interpretativa. Do mesmo modo, elenca-se como fator causador o predomínio do paradigma da consciência (que remete à Alexy) (STRECK, 2009, p. 493).

Marcelo Neves, apesar de não se referir ao termo “pan-principiologismo”, também realiza uma crítica ao uso exagerado de princípios nos tribunais brasileiros. Para ele, o fator determinante (e reflexo) do uso abusivo de princípios está relacionado ao contexto social e prática jurídica caracterizados por ilegalidades e inconstitucionalidades praticadas por agentes públicos, o que chega a um nível ainda maior com a utilização demasiada da ponderação¹ de princípios. Consoante o referido autor, há uma rejeição das regras, o que motiva o uso exagerado de princípios e estes, por não terem uma

¹ Nas palavras do autor: “[...] uma “ponderação sem limites” do ponto de vista da jurisdição constitucional tem efeitos devastadores para a relação de autonomia e condicionamento recíproco entre política e direito no Estado constitucional. Ela leva, ao mesmo tempo, a uma judicialização da política e uma politização do direito.” (NEVES, 2014, p. 194). A ponderação, sob o manto retórico dos princípios, pode transmutar-se em meio de acomodação de interesses que circulam à margem do Estado de direito e da democracia. (NEVES, 2014, p. 196).

definitividade, podem ser arquitetados para encobrir interesses particularistas e decisões incoerentes (NEVES, 2014, p. 190-191).

No caso brasileiro, o fascínio pelos princípios sugere a superioridade intrínseca destes em relação às regras. A essa compreensão subjaz a ideia de que as regras constitucionais [...] podem ser afastadas por princípios constitucionais em virtude da justiça inerente às decisões neles fundamentadas. Mas um modelo desse tipo implica uma negação fundamental de um dos aspectos do sistema jurídico que possibilita o processamento de decisões “justas”: a consistência. Um afastamento de regras a cada vez que se invoque retoricamente um princípio em nome da justiça, em uma sociedade complexa com várias leituras possíveis de princípios, serve antes à acomodação de interesses concretos e particulares, em detrimento da força normativa da Constituição. (NEVES, 2014, p. 191).

De fato, os princípios passaram a ser utilizados nos tribunais brasileiros como uma substituição das regras, evidenciando o problema da conceituação e diferenciação de ambas espécies normativas.

Ao lado desses argumentos, Lenio Streck declara que o pan-principiologismo também ocorre porque se pensa de forma equivocada que os princípios são valores, uma espécie de “ontologia”, da qual se retirasse uma essência, o que pode significar um retorno a uma espécie de “realismo moral”¹ (STRECK, 2011, p. 17). Nas palavras do jurista gaúcho:

Parece, assim, que o maior problema reside na “equiparação” dos princípios aos “valores”. Efetivamente, parcela considerável dos juristas optou por considerar os princípios constitucionais como *um sucedâneo dos princípios gerais do direito* ou como sendo o “suporte dos valores da sociedade” (o que seria isso, ninguém sabe e tampouco houve alguém que se arriscasse a dizê-lo). Um dos chavões com que a discussão vem sendo posta é que, no novo constitucionalismo, ocorreu a “positivação dos valores”. Esse “anúncio” facilita a “criação” (sic), em um segundo momento, de todo tipo de “princípio” (sic), como se o paradigma do Estado Democrático de Direito fosse a “pedra filosofal da legitimidade principiológica”, da qual pudessem ser retirados tantos princípios quantos necessários para resolver os casos difíceis ou “corrigir” (sic) as incertezas da linguagem. (STRECK, 2014, p. 171).

¹ A partir desses enunciados, qualquer resposta pode ser correta, pois sempre haverá um enunciado dessa espécie aplicável ao caso concreto, que acaba sendo estruturado a partir de grau zero de significado.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A partir deste ponto e com o desiderato de ilustrar sua teoria, Streck apresenta alguns princípios que possuem nítida pretensão retórico-corretiva (além de tautológicas) e que são amplamente utilizados pela doutrina e pelos tribunais brasileiros: princípio da simetria (espécie de “meta-princípio” utilizado em conflitos que dizem respeito à matéria de competências), da efetividade da Constituição (outro princípio tautológico, eis que não existe norma constitucional sem perspectiva de eficácia), da confiança (diz respeito ao poder-dever de zelar pela estabilidade decorrente de uma confiança mútua no plano institucional), da afetividade (decorrente da afetividade que um indivíduo sente pelo outro, podendo ser presumido na relação entre pais e filhos, referido princípio, de acordo com o autor, escancara o direito como subsidiário a juízos morais), do processo tempestivo (garantidor da tutela jurisdicional dentro de um prazo razoável), da ubiquidade (considera o bem ambiental onipresente, tal princípio é visto pelo autor como um *standard* interpretativo), do deduzido e do dedutível (possui como função por em evidência uma norma – regra – processual, na qual não se pode julgar duas vezes a mesma causa), da instrumentalidade processual (autoriza os juízes a estabelecerem os caminhos necessários a solução do caso, desde que não prejudique uma das partes), da alteridade (se colocar no lugar do outro para poder compreendê-lo), da humanidade (o poder punitivo não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana), da benignidade (justifica a aplicação da lei tributária mais nova quando trata as multas fiscais de forma mais benéfica ao contribuinte), do auto-governo da magistratura (trata-se de tautologia com autonomia administrativa e financeira assegura pelo art. 99, *caput*, da Constituição Federal), da moderação (serve para mensurar o percentual de honorários advocatícios a ser aplicado sobre o valor da condenação). Além desta lista de princípios, o autor adverte que o rol é ainda maior, acrescentando outros princípios como o da rotatividade, da gratuidade judiciária, da celeridade, da preclusão, da finalidade, da busca da verdade, da livre

admissibilidade da prova, da imediatidade, da sucumbência, do livre convencimento, da invariabilidade da sentença, da eventualidade, da continuidade, da utilidade, da continuidade, da inalterabilidade, da peremptoriedade, da elasticidade, dentre outros princípios (STRECK, 2009).

Como visto, a lista é longa e denota a banalização do uso indiscriminado dos princípios no Brasil bem como a criatividade dos intérpretes ao criar “novos princípios” ou atribuir outros sentidos aos princípios já existentes. Nesse sentido, Hommerding e Motta mencionam que houve um salto de um período de negação da normatividade dos princípios para uma “era” onde todos os padrões parecem ter sido premiados com a “dignidade” de princípio, onde há uma crescente e perigosa capacidade “inventiva” no campo jurídico. Em outras palavras, de uma hora para outra, “tudo virou princípio.” (HOMMERDING; MOTTA, 2009, p.12).

O julgamento por princípios é traço marcante na contemporaneidade jurídica. Inúmeros casos são equacionados pelo Judiciário a partir da invocação pura e simples de princípios jurídicos, notadamente os princípios constitucionais. “Repete-se, como um mantra, que os princípios têm força normativa e dispõem da eficácia concreta.” (NETO, 2015, p. 518). Não raro é possível de encontrar na jurisprudência a aplicação destes “princípios” como argumentos para decisões tomadas de forma subjetiva pelo julgador, o que pode acarretar em discricionariedade e decisionismo. Nessa senda, a respeito do decisionismo ocasionado pelo uso desmesurado de princípios, Daniel Sarmiento expõe que:

[...] a outra face da moeda é o lado do decisionismo e do "oba-oba". Acontece que muitos juízes, deslumbrados diante dos princípios e da possibilidade de através deles, buscarem a justiça – ou que entendem por justiça -, passaram a negligenciar no seu dever de fundamentar racionalmente os seus julgamentos. Esta "euforia" com os princípios abriu um espaço muito maior para o decisionismo judicial. Um decisionismo travestido sob as vestes do politicamente correto, orgulhoso com seus jargões grandiloquentes e com a sua retórica inflamada, mas sempre um decisionismo. Os princípios

constitucionais, neste quadro, converteram-se em verdadeiras "varinhas de condão": com eles, o julgador de plantão consegue fazer quase tudo o que quiser. Esta prática é profundamente danosa a valores extremamente caros ao Estado Democrático de Direito. Ela é prejudicial à democracia, porque permite que juízes não eleitos imponham a suas preferências e valores aos jurisdicionados, muitas vezes passando por cima de deliberações do legislador. Ela compromete a separação dos poderes, porque dilui a fronteira entre as funções judiciais e legislativas. E ela atenta contra a segurança jurídica, porque torna o direito muito menos previsível, fazendo-o dependente das idiossincrasias do juiz de plantão, e prejudicando com isso a capacidade do cidadão de planejar a própria vida com antecedência, de acordo com o conhecimento prévio do ordenamento jurídico. (SARMENTO, 2007, p. 14).

Essa proliferação de princípios também pode engendrar o enfraquecimento da autonomia do direito¹ e da força normativa da Constituição, tendo em vista que parcela considerável destes princípios é transformada em discursos com pretensões meramente de correção. Além disso, pode significar um caminho temerário para um possível retorno à "completude" característica do positivismo novecentista que adentrou no século XX: a "ausência de leis apropriadas" geralmente aferidas pelo protagonismo judicial, "o intérprete "deve" lançar mão dessa ampla principiologia, sendo que, na falta de um "princípio" aplicável, o próprio intérprete pode criá-lo." (STRECK, 2009, p. 493). A partir daí, os limites do sentido e do aplicador não mais encontram-se na Constituição, enquanto "programa normativo-vinculante", mas, sim, em enunciados criados *ad hoc*, que, transformados em princípios, estabelecem uma espécie de "supraconstitucionalidade." (STRECK, 2009, p. 493).

Em continuação a sua crítica, Streck refere que não é possível nomear qualquer coisa como princípio ou inventar um princípio a cada momento como se no direito "não existisse uma história institucional a impulsionar a formação e identificação dos princípios. Princípios utilizados de maneira *ad hoc* para solucionar pseudo-problemas não são princípios porque [...] princípios não

¹ A profusão de princípios permite uma abertura interpretativa na medida em que fortalece o protagonismo judicial, ferindo, assim, a autonomia do direito.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

existem sem a historicidade do direito.” (STRECK, 2009, p. 537). Com efeito, os princípios não devem ser vistos como padrões de conduta expedidos por decisões tomadas no passado por autoridades instituídas, ou também como o modo de pensar de determinado julgador, antes, devem ser vistos como parte do contexto moral e político que permeia determinada comunidade (OLIVEIRA, 2008, p. 178).

Deve-se ter o cuidado, portanto, para não subverter os princípios em meros *standards* linguísticos, que possam servir como “capas” de sentido ao Direito. “Invocar um princípio na argumentação jurídica é algo importante e necessário para que o Direito possa ser produzido de forma democrática e coerente. Por isso repetimos: levemos os princípios a sério”. (HOMMERDING; MOTTA, 2009, p. 12).

3 O FENÔMENO DO PAN-PRINCIPIOLOGISMO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A fim de ilustrar o que foi dito até aqui, o presente tópico concentra-se em analisar alguns julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) que são amparados basicamente por “princípios”. Adverte-se, de início, que o intuito não é de adentrar na discussão do mérito da questão, mas somente verificar a utilização de pseudo princípios na fundamentação das decisões.

Começa-se pelo famigerado princípio da busca da felicidade e princípio da afetividade:

EMENTA: UNIÃO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO - ALTA RELEVÂNCIA SOCIAL E JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA QUESTÃO PERTINENTE ÀS UNIÕES HOMOAFETIVAS - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR: POSIÇÃO CONSAGRADA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 132/RJ E ADI 4.277/DF) - O AFETO COMO VALOR JURÍDICO IMPREGNADO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL: A

VALORIZAÇÃO DESSE NOVO PARADIGMA COMO NÚCLEO CONFORMADOR DO CONCEITO DE FAMÍLIA - O DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE, VERDADEIRO POSTULADO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO E EXPRESSÃO DE UMA IDÉIA-FORÇA QUE DERIVA DO PRINCÍPIO DA ESSENCIAL DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - ALGUNS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA SUPREMA CORTE AMERICANA SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À BUSCA DA FELICIDADE - PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA (2006): DIREITO DE QUALQUER PESSOA DE CONSTITUIR FAMÍLIA, INDEPENDENTEMENTE DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL OU IDENTIDADE DE GÊNERO [...] 5º, XLI) - A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E O FORTALECIMENTO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: ELEMENTOS QUE COMPÕEM O MARCO DOUTRINÁRIO QUE CONFERE SUPORTE TEÓRICO AO NEOCONSTITUCIONALISMO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. NINGUÉM PODE SER PRIVADO DE SEUS DIREITOS EM RAZÃO DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL. [...] O Supremo Tribunal Federal - apoiando-se em valiosa hermenêutica construtiva e invocando princípios essenciais (como os da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade, do pluralismo, da intimidade, da não discriminação e da busca da felicidade) - reconhece assistir, a qualquer pessoa, o direito fundamental à orientação sexual, havendo proclamado, por isso mesmo, a plena legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva como entidade familiar [...] A extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto justifica-se e legitima-se pela direta incidência, dentre outros, dos princípios constitucionais da igualdade, da liberdade, da dignidade, da segurança jurídica e do postulado constitucional implícito que consagra o direito à busca da felicidade, os quais configuram, numa estrita dimensão que privilegia o sentido de inclusão decorrente da própria Constituição da República (art. 1º, III, e art. 3º, IV), [...] A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DO AFETO COMO UM DOS FUNDAMENTOS DA FAMÍLIA MODERNA. - O reconhecimento do afeto como valor jurídico impregnado de natureza constitucional: um novo paradigma que informa e inspira a formulação do próprio conceito de família. Doutrina. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E BUSCA DA FELICIDADE. – [...] O princípio constitucional da busca da felicidade, que decorre, por implicitude, do núcleo de que se irradia o postulado da dignidade da pessoa humana, assume papel de extremo relevo no processo de afirmação, gozo e expansão dos direitos fundamentais, qualificando-se, em função de sua própria teleologia, como fator de neutralização de práticas ou de omissões lesivas cuja ocorrência possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais. - Assiste, por isso mesmo, a todos, sem qualquer exclusão, o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito, que se qualifica como expressão de uma idéia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte americana. Positivção desse princípio no plano do direito comparado. [...] (RE 477554 AgR, Relator(a):



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/08/2011, DJe-164 DIVULG 25-08-2011 PUBLIC 26-08-2011 EMENT VOL-02574-02 PP-00287 RTJ VOL-00220-01 PP-00572).

O princípio da busca da felicidade¹ foi erigido ao predicado de princípio na decisão emblemática acima colacionada, que reconheceu as uniões homoafetivas como entidades familiares². Consoante o entendimento do STF, o princípio constitucional da busca da felicidade decorre de forma implícita, ou seja, é adjacente ao princípio da dignidade da pessoa humana. O Tribunal reconheceu, no princípio constitucional (implícito) da busca da felicidade, um “importante vetor hermenêutico relativo a temas de direitos fundamentais”. (BRASIL, 2011, p. 252). Da mesma forma, no referido julgado, o princípio da afetividade (ou princípio do afeto) foi admitido como princípio constitucional decorrente da dignidade da pessoa humana. Tal princípio, na visão do Tribunal, pode ser extraído do artigo 5º § 2º da Constituição Federal, que permite o

¹ Em relação ao princípio da felicidade, convém consignar um exemplo retirado do Concurso Público para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, e trazido por Lenio Streck em sua coluna na revista *Conjur*: “12ª Questão: Um indivíduo hipossuficiente, interessado em participar da prática de modificação extrema do corpo (*body modification extreme*), decidiu se submeter a cirurgias modificadoras, a fim de deixar seu rosto com a aparência de um lagarto. Para tanto, pretende enxertar pequenas e médias bolas de silicone acima das sobrancelhas e nas bochechas, e, após essas operações, tatuar integralmente sua face de forma a parecer a pele do anfíbio. Frustrado, após passar por alguns hospitais públicos, onde houve recusa na realização das mencionadas operações, o indivíduo decidiu procurar a Defensoria Pública para assisti-lo em sua pretensão. Pergunta-se: você, como Defensor Público, entende ser viável a pretensão? Fundamente a resposta. (7,0 pontos). Pois bem. Ao que consta, recebeu nota máxima quem respondeu que o defensor público deveria ajuizar a ação, porque o hipossuficiente tem o direito à felicidade (princípio da felicidade). Ponto para o pan-principiologismo...! Estamos, pois, diante de uma excelente amostra do patamar que atingiu o pan-principiologismo e o estado de natureza hermenêutico em *terrae brasilis*, que sustentam ativismos e decisionismos. Por certo, deve haver uma espécie de “direito fundamental a alguém se parecer com um lagarto” ou algo do gênero. Como se o direito estivesse à disposição para qualquer coisa. Não parece ser um bom modo de exercitar a cidadania o incentivo – por intermédio de pergunta feita em concurso público - a que advogados de hipossuficientes, pagos pelo contribuinte, venham a se utilizar do Poder Judiciário para fazer “laboratório” ou até mesmo estroinar com os direitos fundamentais.” (STRECK, 2012, s.p.).

² Referida decisão foi amparada basicamente por argumentos de princípios. Para se ter uma ideia, em pesquisa ao julgado, são localizadas mais de 209 referências ao termo “princípio”.

reconhecimento de princípios implícitos derivados dos demais princípios e do sistema constitucional vigente (BRASIL, 2011, p. 257-258).

Questiona-se: em que medida a felicidade e a afetividade podem ser consideradas, de fato, princípios? Qual a historicidade contida nesses “princípios”? Em verdade, a decisão acima transcrita evidencia a produção de princípios despidos de normatividade (eis que “implícitos” à norma). Além disso, revela o caráter de livre vontade do intérprete (conduta voluntarista e solipsista) e o axiologismo predominante na jurisprudência brasileira. Deveras, a lei democraticamente aprovada perdeu espaço para o que os julgadores entendem da lei. O direito, por sua vez, é visto como subsidiário de juízos morais.

As decisões do STF que fazem uso de pseudo princípios como fundamento, não param por aí.

Ementa: embargos de declaração nos embargos de divergência nos embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no agravo de instrumento. Conversão em agravo regimental. Interposição de embargos de divergência antes da publicação do acórdão embargado. Extemporaneidade. Instrumentalismo processual. Preclusão imprópria para prejudicar a parte que contribui para a celeridade processual. Boa-fé exigida do estado-juiz. Agravo regimental provido. 1. A extemporaneidade não se verifica com a interposição de recurso antes do termo a quo e conseqüentemente não gera a ausência de preenchimento de requisito de admissibilidade da tempestividade. 2. O princípio da instrumentalidade do Direito Processual reclama a necessidade de interpretar os seus institutos sempre do modo mais favorável ao acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CRFB) e à efetividade dos direitos materiais [...] 4. Os embargos de declaração opostos objetivando a reforma da decisão do relator, com caráter infringente, devem ser convertidos em agravo regimental, que é o recurso cabível, por força do princípio da fungibilidade. [...] 6. Agravo regimental provido para cassar a decisão de inadmissão dos embargos de divergência com fundamento na extemporaneidade recursal. (AI 703269 AgR-ED-ED-EDv-ED, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 05/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-085 DIVULG 07-05-2015 PUBLIC 08-05-2015).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Consoante se infere do caso acima colacionado, a parte interpôs embargos de declaração antes do início do prazo. Na época, a jurisprudência dominante e a Súmula 418 do Superior Tribunal de Justiça considerava intempestivo o recurso fora do prazo, ou seja, interposto antes ou depois da publicação da decisão impugnada (recurso prematuro). No caso paradigma, o plenário do STF alterou a jurisprudência da Corte para afastar o conceito de intempestividade para os recursos apresentados antes da publicação do acórdão. Para tanto, invocou-se o “princípio” da instrumentalidade processual para “fundamentar” o entendimento. Ressalta-se, por oportuno, que no atual Código de Processo Civil há previsão de que será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo (art. 218, § 4º do CPC), no entanto, no período em que o caso foi julgado, referido Código ainda não estava em vigor.

Nota-se que no acórdão trazido ao debate, a palavra princípio não possui significância, sendo utilizada de forma banal e aleatória, como se ao abarcar o termo princípio a decisão já estivesse por si mesma fundamentada e ao se utilizar a expressão princípio fosse atribuída maior força à decisão. Além disso, no que concerne ao pseudo princípio da instrumentalidade processual invocado na decisão, Lenio Streck (2014) registra que tal princípio é herança antiga do paradigma da filosofia da consciência. Diz-se isso pois referido princípio está relacionado ao desprezo das formalidades desprovidas de efeitos prejudiciais, autorizando, assim, o juiz a estabelecer os caminhos para chegar a um determinado lugar, desde que não prejudique as partes. “No fundo, é uma aposta na tradicional delegação processual em favor da prudência do juiz. O processo deixa de ser um direito “material” para ser tão somente um instrumento para se alcançar um fim maior.” (STRECK, 2014, s.p.).

Em verdade, é manifesto no sistema judiciário brasileiro que muitos magistrados têm decidido conforme a sua consciência e que tem “justificado” essa consciência camuflando-a em um princípio, como se uma decisão, em um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Estado Democrático de Direito, pudesse ser isolada, partindo da percepção do magistrado ou de um grau zero. De mais a mais, percebe-se que muitos julgadores/tribunais assumem um papel “ativo” com a argumentação de inércia do poder legislativo e de se estar buscando a efetivação de direitos fundamentais que não estão sendo garantidos. Entretanto, essa “necessidade” de intervenção não significa que os magistrados podem decidir como quiserem, notadamente se refugiando através de justificativas de pseudo princípios (WEBBER, 2013, p. 319-320).

Também causa estranheza e inquietude o fato de que muitos julgadores (inclusive do STF) ainda pensem que sentença provém do vocábulo *sentire*, como se extrai de diversas decisões (WEBBER, 2013, p. 319). A título de exemplo, no julgamento do HC 153.339 de Santa Catarina (julgado pelo STF em 17/09/2019) o relator dispõe que os critérios do art. 59 do Código Penal no momento de fixação do regime inicial de cumprimento de reprimenda “a meu sentir, foi observado”. Na referida decisão, a expressão “a meu sentir” foi citada oito vezes (BRASIL, 2019). Neste caso, as palavras de Webber revelam-se oportunas: “Perfeito: agora existe a dependência do que o juiz sente, de forma totalmente solipsista, para “saber” o que é Direito? Assim, como nem todos são juízes, os problemas sobre saber o que é Direito vai acabar na mão de poucos.” (WEBBER, 2013, p. 319). Com efeito, a consciência, o “sentir” do julgador não pode se impor no momento da decisão, muito menos de maneira solapada por princípios. Não se pode criar princípios para justificar pretensões pessoais, tal e qual vem ocorrendo nos dias hodiernos, diga-se: inclusive no Tribunal Supremo.

A utilização do pan-principiologismo, por si só, já é preocupante, em razão, dentre outros fatores, do caráter atentatório à democracia e à autonomia do direito. Não obstante, no momento em que uma Corte Superior faz uso de pseudo princípios para justificar suas pretensões, não se pode esperar nada menos dos demais tribunais. O STF é um “modelo” (ou no mínimo, deveria ser)



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

a ser seguido e, no momento em que ele está empregando pseudo princípios em suas fundamentações, a tendência é que isto se intensifique, não apenas nas decisões futuras do próprio Tribunal, mas, especialmente, nas decisões dos Tribunais Estaduais e nos Juízos de primeiro grau.

CONCLUSÃO

A título de fechamento e sem a pretensão de esgotar o enfrentamento do tema, pode-se afirmar que por meio da pesquisa até então realizada foi possível entender alguns aspectos atinentes à conceituação de princípios, que estes têm sido utilizados de uma maneira errônea no sistema judiciário brasileiro, o que acarreta no fenômeno do pan-principiologismo, observado até mesmo nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Na revisitação das concepções teóricas a respeito dos princípios, denota-se que não há um consenso quanto à sua definição, sendo apresentadas apenas definições de caráter não conclusivo. No Brasil, a problemática da conceituação de princípios reflete em sua banalização por parte dos julgadores, que passam a “criar” toda espécie de princípios (pseudo princípios) que ultrapassam os limites semânticos do texto constitucional e que são utilizados para justificar decisões tomadas com base na filosofia da consciência (solipsismo). A este fenômeno dá-se a intitulação de pan-principiologismo.

O pan-principiologismo pode ser extremamente danoso à democracia e à força normativa da Constituição, pois o texto legal, elaborado por representantes democraticamente eleitos, é ignorado, sendo substituído pela discricionariedade e livre vontade do intérprete. Com o pan-principiologismo, fere-se também a autonomia do direito, que, confundido com a moral, passa a ser aquilo que os Tribunais ditam que é, ou seja, qualquer coisa passível de ser considerada “princípio”.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Tal fenômeno revela-se ainda mais preocupante no momento em que se pode constatar a sua utilização por parte do Supremo Tribunal Federal que, nos moldes como vem ocorrendo, tem decidido da “maneira que quer”, muitas vezes, indo de encontro aos preceitos da própria Constituição Federal. E isto causa inquietude na medida em que este Tribunal é referência, padrão a ser seguido pelos demais juízos.

Ressalta-se, que não se quer defender uma “não utilização” de princípios, as decisões judiciais podem e devem ser baseadas em princípios, mas princípios que contenham uma carga de historicidade e que não sejam contrários à Constituição. De fato, os princípios não podem ser instrumentos para solucionar questões de acordo com a moral de um magistrado insatisfeito com a solução que o texto normativo fornece. De outro modo, estar-se-á colocando em risco valores extremamente caros à sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. 2. Tiragem. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ag. Reg. no Habeas Corpus 153.339 Santa Catarina**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília – DF. 17/09/2019. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752678581>>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 Rio de Janeiro**. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília – DF. 05/05/2011. Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 03 set. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Emb. decl. nos emb. div. nos emb. decl. nos bem. decl. no ag .reg. no Agravo de Instrumento 703.269 Minas Gerais**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília – DF. 05/03/2015. Disponível em:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=841047>>.
Acesso em: 12 set. 2020.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. Tradução e notas Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOMMERDING, Adalberto Narciso. **Teoría de la Legislación y Derecho como Integridad**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____; MOTTA, Francisco José Borges. **Princípios e Regras**: um problema epistemológico ou hermenêutico. In: Anais do III Congresso de Direito, Multiculturalismo e Cidadania – I Encontro Regional de Antropologia e Direito. Santo Ângelo: FURI, 2009.

NETO, Tarcisio Vieira de Carvalho. **Julgamento por Princípios** – duas projeções (diretas) do princípio da impessoalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: (I) necessidade de motivação na dispensa de empregados públicos e (II) proibição do nepotismo. In: Juiz Constitucional: Estado e poder no século XXI. Homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski. Coordenadores Monica Herman Caggiano, Claudio Salvador Lembo, Manoel Carlos de Almeida Neto. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **Decisão Judicial e o Conceito de Princípio**: a hermenêutica e a (in) determinação do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARMENTO, Daniel (Org.) **A Constitucionalização do Direito**: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

STRECK, Lenio Luiz. **Bases para a Compreensão da Hermenêutica Jurídica em Tempos de Superação do Esquema Sujeito-Objeto**. Revista Sequência. nº 54. p. 29-46, jul. 2007.

_____. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 11. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

_____. **Verdade e Consenso**: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Da possibilidade à necessidade de respostas corretas em Direito.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

3. ed. Revista, ampliada e com posfácio. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

_____. **O Pan-principiologismo e o Sorriso do Lagarto.** Senso Incomum. 22 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-mar-22/senso-incomum-pan-principiologismo-sorriso-lagarto>>. Acesso em: 03 set. 2020.

_____. **O Pan-principiologismo e a Plambagem do Direito.** Senso Incomum. 10 out. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-out-10/senso-incomum-pamprinciologismo-flambagem-direito>>. Acesso em: 12 set. 2020.

WEBBER, Suelen da Silva. **O Pan-principiologismo como Propulsor da Arbitrariedade Judicial e Impossibilitador da Concretização de Direitos Fundamentais.** *In:* Revista de Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba. v. 13. n.13. p. 305-324. Janeiro/junho de 2013.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A APLICAÇÃO E EFETIVIDADE DO ICMS ECOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL ENQUANTO INSTRUMENTO EFICAZ PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Camila Fernanda Krohn¹
Niki Frantz²

RESUMO

Este artigo busca explorar como a tributação ambiental pode ser um instrumento eficaz para a preservação ambiental, partindo da faceta dos incentivos fiscais e da tributação ambiental indireta. A partir disso, é feita uma análise do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e como este tributo com faceta de incentivo fiscal, é capaz de impactar no comportamento da Administração Pública Municipal, para que esta aplique os recursos necessários para garantir a preservação das unidades de conservação existentes no município, bem como, garanta o desenvolvimento de novas unidades. O artigo tem como intuito debruçar-se acerca da problemática da fiscalização e aplicação correta dos recursos recebidos pelos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, advindos do ICMS Ecológico. Ainda, busca compreender se a aplicação é eficaz e tem trazido resultados satisfatórios acerca da preservação ambiental. O presente estudo justifica-se pela importância de demonstrar os resultados obtidos com o ICMS Ecológico no Rio Grande do Sul, mas também por explorar a ineficácia da fiscalização e a necessidade de maior aderência dos municípios. Está pesquisa, quanto aos fins, classifica-se como explicativa-descritiva, de cunho qualitativa no tratamento dos dados bibliográficos e documentais. Verificou-se com a presente pesquisa que o Estado por meio do seu poder de tributar, possui os instrumentos necessários para implementar políticas de incentivo, como o ICMS Ecológico, de forma eficaz. Desde a implementação do incentivo fiscal, houve um aumento exponencial nas unidades de preservação, mas se faz necessário aprimorar a gestão dos recursos ambientais.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. camila-krohn@hotmail.com

² Advogado tributarista e eleitoralista. Assessor Jurídico do Município de Panambi/RS. Professor do Curso de Direito da FEMA. Pós Graduado em Direito Público Municipal. Mestre em Desenvolvimento. Ex-Juiz Leigo da Comarca de Panambi. Ex-Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Panambi/RS. doofy10@hotmail.com



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Palavras-chave: ICMS - Distribuição – Tributação Ambiental – Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Entendendo-se pela importância da preservação ambiental, esta pesquisa busca demonstrar como a junção entre o Direito Tributário e o Direito Ambiental pode ser eficaz para o combate às externalidades negativas, utilizando-se para tanto de incentivos fiscais, tais como o ICMS ecológico. Tem-se aqui uma importante ferramenta para o incentivo à preservação ambiental, bem como, o acréscimo de áreas ecológicas. Deve-se levar em conta a problemática envolta, qual seja, a parca fiscalização do destino destes recursos e a falta de informação disponibilizada aos gestores municipais.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar a efetividade da aplicação do ICMS Ecológico, tendo em conta a problemática exposta. No intuito de compreender a efetividade do ICMS Ecológico, explora-se os critérios de distribuição adotados pela legislação estadual e a destinação dada pelos gestores municipais a este recurso, bem como, analisa-se o desenvolvimento das unidades de conservação. Cumpre observar que a pesquisa se justifica pelo grau de relevância do meio ambiente natural para a sociedade atual. Sendo assim, é cada vez mais necessário encontrar meios capazes de amenizar as externalidades negativas e incentivar práticas sustentáveis. Mediante o uso do poder de tributar disponível ao Estado, junto à utilização consciente dos recursos disponíveis, pode-se alcançar resultados de suma importância para o meio ambiente.

A presente pesquisa é de natureza teórica, classificando-se, quanto aos fins como explicativa-descritiva. No tocante ao tratamento dos dados bibliográficos e documentais, é de cunho qualitativa.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Inicialmente, apresenta-se uma breve contextualização acerca do poder de tributar do Estado e como este pode ser utilizado na proteção ambiental, passando para a apresentação do ICMS Ecológico e seu contexto histórico. No tópico seguinte analisa-se a estrutura do ICMS Ecológico e suas facetas de constituição. Na seção seguinte fica disposta a importância de implementar o incentivo em questão, analisando-se o desenvolvimento das unidades. Por fim, analisa-se a efetividade do presente incentivo fiscal, partindo do uso e destinação dos recursos. Insta observar que com a junção de mecanismos disponíveis, o Estado possui plena capacidade de realizar a preservação ambiental, inclusive de ampliar as unidades atuais.

1 O PODER DE TRIBUTAR DO ESTADO COMO UM MEIO ECONÔMICO DIRECIONADO PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL

Diante de um Estado Fiscal, onde o pagamento de tributos baliza a atividade estatal para a concretização de direitos fundamentais, cumpre analisar o desenvolvimento do sistema tributário. Desse modo, partindo do Estado Liberal, período compreendido pela mínima interferência do Estado, havia uma tributação limitada. O oposto ocorreu no Estado Social onde houve maior prestação de serviços por parte do Estado, surgindo a necessidade de expandir a incidência de tributos, passando-se a utilizar a extrafiscalidade com o intuito de garantir a consecução dos fins do Estado (GOMES; KNOB, 2017).

No presente, com o Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, trouxe maior ênfase para o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo que a incumbência de proteção foi designada ao Poder Público. Para tanto, torna-se necessário que os entes públicos possuam medidas políticas e/ou governamentais para consecução de tal fim. Nesta senda, a aplicação da extrafiscalidade mostra-se um instrumento eficaz (MONTERO, 2014).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Sabe-se que a extrafiscalidade afasta o intuito meramente arrecadatário, característico da fiscalidade, sendo utilizada para alcançar fins constitucionais, exprimindo um caráter social (GOMES; KNOB, 2017). Desse modo, a extrafiscalidade atuando como um incentivo fiscal, ou seja, com capacidade de beneficiar o agente, é capaz de estimular ações benéficas ao meio ambiente e desestimular ações nocivas ao mesmo.

O modelo tradicional de aplicar sanções penais como meio de proteção ambiental já não é mais eficaz, tendo em vista que este modelo visa reparar o dano. Esse modelo não é eficaz pelo simples fato de que em diversas ocasiões o dano é tão grave que não pode ser reparado. Para perseguir os fins constitucionais o Estado deve implementar mais do que sanções penais, o Estado deve se reinventar e utilizar meios modernos, buscar a cooperação da sociedade, afastando o modelo tradicional de punição e dando espaço para o modelo de incentivos, de indução de comportamentos, “Com isso, o Estado não busca apenas direcionar, induzir os modos de comportamentos individuais, mas sim controlar, de forma efetiva e indireta, o funcionamento dos acontecimentos.” (PIMENTA, 2020, p. 1).

O doutrinador Paulo Pimenta deixa explícito em sua obra que o Estado por meio do seu poder de tributar, pode alcançar melhorias significativas sobre o meio ambiente, apenas buscando medidas atuais e que exploram a psicologia do contribuinte, nesse sentido, o autor afirma que:

(...) a Administração pode se afastar do modelo tradicional das regras jurídicas para conformar a realidade. Nesses casos, abre mão da ordem, do comando. Em vez do mandamento, utiliza o estímulo. No lugar da atribuição de efeitos jurídicos, utiliza o poder de convencimento, em lugar da sanção, a vantagem fiscal. Como assevera Kirchhof, “o Estado utiliza todos os meios econômicos e psicológicos disponíveis na realidade social para alcançar seus objetivos administrativos”. (...) Por outras palavras, o Estado, para conseguir determinados objetivos, utiliza fórmulas para convencer o particular a adotar determinada conduta, sem utilizar para tanto a sua força institucional. (PIMENTA, 2020, p. 6).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O tributo como meio de direcionamento de comportamentos, inegavelmente, assume a postura de extrafiscalidade. O ICMS Ecológico é eminentemente um meio econômico pelo qual o Estado se desfaz de uma parte da arrecadação do tributo, em prol da proteção ambiental. Assim, é por meio desta praticidade do sistema tributário e da possibilidade de o Estado explorar tal praticidade, é que se abre um leque de opções para a proteção ambiental. Na baila desta questão, o autor Pimenta afirma que “pela outorga de incentivos fiscais o Poder Público também pode alcançar tais efeitos, determinando o comportamento dos particulares. Nestes casos, prestações financeiras são utilizadas como forma de motivação para a prática de determinada conduta.” (PIMENTA, 2020, p. 9). Assim, pontua-se que o Poder Público possui diversas possibilidades de explorar o sistema tributário, com ênfase para a extrafiscalidade, no intuito de aplicar políticas públicas de gestão ambiental, mexendo com o comportamento dos agentes, para alcançar seus intuitos mais sociais.

1.1. HISTÓRICO DO ICMS ECOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Paraná, com uma proposta inovadora de estabelecer critérios ecológicos para repartir a verba do ICMS destinada aos municípios, implementou em 1991 o ICMS Ecológico. O Estado do Paraná, atualmente repassa aos municípios 5% da verba devida, levando em conta as Unidades de Conservação existentes e os Mananciais destinados ao abastecimento da população, conforme dispõe a Lei Complementar 59/91 do Paraná.

Seguindo o exemplo, em 1997 o Estado do Rio Grande do Sul implementou o ICMS Ecológico, por meio da Lei Estadual nº 11.038/97. O critério adotado pelo Rio Grande do Sul volta-se para o tamanho das unidades de preservação ambiental, adotando como base o percentual de 7%, atualmente, o maior percentual de repasse. O cálculo utilizado para definir o valor repassado ao município cadastrado, se dá com a área do município

somada três vezes às áreas de preservação ambiental e as áreas inundadas por barragens, levando em conta o somatório das áreas calculadas de todos os municípios cadastrados no Estado. Dessa forma, o repasse se dá de forma proporcional, analisando a área que o município se dispõe a preservar, comparando-se com o total de áreas no Estado.

Importante destacar que a Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecendo critérios e normas acerca das unidades. A presente lei dispõe o seguinte conceito em seu art. 2º, inciso I:

unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000).

É baseado neste conceito, que se desenvolve o ICMS Ecológico como aplicação de medida de proteção. Percebe-se que a unidade de conservação, além do seu propósito intrínseco, também busca recuperar as áreas afetadas pelas externalidades negativas. No Rio Grande do Sul, a iniciativa para implementar este mecanismo, adveio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), que é a responsável por cadastrar as unidades de conservação no sistema para ocorrer o repasse, da mesma forma, também é responsável por monitorar estas áreas, conforme informação disponibilizada pela Secretaria (LESINA, 2019).

Na legislação, nada consta acerca da questão qualitativa da área de preservação, ou seja, quais os aspectos, além da área de extensão, serão analisados para cadastrar o município (RIBEIRO, *et.al*, 2012). Veja bem, o direito como ciência social, adapta-se às necessidades da sociedade, logo, havendo esta lacuna na legislação, passou-se a compreender pela necessidade de analisar, de forma conjunta, o ecossistema que se pretende



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

preservar, suas peculiaridades e biodiversidade, tornando, assim, mais preciso o cadastro das unidades.

2 O ICMS ECOLÓGICO

Inicialmente, destaca-se que o ICMS¹, imposto previsto no art. 155 da CF, é de competência Estadual e do Distrito Federal. O autor Eduardo Sabbag aponta que “possui também caráter eminentemente fiscal, conquanto sua faceta seletiva possa lhe revestir de uma dose de extrafiscalidade” (SABBAG, 2018, p. 276). Portanto, se está diante de um tributo fiscal, com o intuito meramente arrecadatório e a partir deste tributo é que se tem o ICMS Ecológico.

Em síntese, conforme disserta o autor Pimenta, é imprescindível compreender que não é um tributo ambiental *puro*:

Trata-se de um incentivo concedido pelos Estados a uma parcela dos municípios, para estimular a preservação por eles do meio ambiente, por meio de lei estadual, que estabelece os critérios de mensuração do valor a ser repassado. Com base em dados fáticos, são quantificados os valores de acordo com os critérios previstos na lei estadual (...) O exame do ICMS Ecológico demonstra que não se trata de um tributo ambiental, e sim de uma forma de repartição de receita tributária, ou seja, um incentivo financeiro. (...) para possibilitar a realização de políticas públicas municipais de proteção ambiental. (PIMENTA, 2020, p. 213).

O ICMS Ecológico, analiticamente, levando em conta sua característica mais central que é a de premiar aqueles municípios com áreas de preservação ambiental com um repasse maior dos resultados do ICMS, é um incentivo fiscal. Ocorre que por suas peculiaridades, o ICMS Ecológico carrega consigo as demais características de ser um tributo indireto, devido a sua adequação e um tributo com efeitos extrafiscais, devido às suas finalidades, devendo ser

¹ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

observada todas suas facetas para alcançar a melhor compreensão deste incentivo fiscal em questão.

Portanto, podemos classificar o ICMS Ecológico como um incentivo fiscal, tributo ambiental indireto e tributo com efeitos extrafiscais. Nesse sentido, sendo entendido como um Incentivo Fiscal, é necessário, inicialmente, compreender a sistemática do tributo puramente fiscal. O Estado é responsável por repassar 25% da arrecadação do ICMS para os municípios, de acordo com os critérios fixados no art. 158, IV da Constituição Federal, assim, é a partir deste repasse que surge o caráter socioambiental do tributo (MONTERO, 2014). O incentivo fiscal se trata de contemplar os municípios com áreas de preservação ambiental, com uma parcela extra deste repasse, de modo que com o ganho a maior, o município consiga realizar a manutenção da referida área de preservação ambiental, bem como, auxiliar na criação de novas áreas de preservação.

O que se vê é que na distribuição do ICMS, os municípios que mais produzem comercialmente e conseqüentemente produzem mais externalidades negativas, eram contemplados com uma parcela maior, de modo que os municípios que se dedicavam à proteção ambiental, recebiam uma parcela menor (GOMES; KNOB, 2017). Assim, o ICMS Ecológico vem trazer o equilíbrio necessário entre economia e proteção ambiental. Na lição de Scaff e Tupiassu fica cristalina a ideia do incentivo fiscal intrínseco ao ICMS Ecológico, isso pois, os autores dissertam que se trata de uma intervenção positiva do Estado, sendo um regulador de comportamento não coercitivo, de modo que promove a ação voluntária dos representantes municipais (SCAFF; TUPIASSU, 2004).

Passando para a análise de outra faceta do ICMS Ecológico, tem-se um tributo ambiental indireto, ou seja, um tributo fiscal que foi adequado para alcançar as finalidades extrafiscais, sociais e constitucionais. Nas palavras de Gomes e Knob “Pode-se utilizar figuras tributárias já existentes, adequando-as



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

e inserindo elementos indutores para que atuem na preservação ambiental.” (GOMES; KNOB, 2017, p.107). Cumpre observar que essa faceta do ICMS Ecológico é o que o torna um instrumento prático de ser aplicado para garantir a preservação ambiental, tendo em vista que sua criação decorre de mera adequação de um tributo fiscal já existente, esquivando-se de complexas alterações legislativas.

Não se fala aqui acerca da criação de um novo tributo ambiental que onere as externalidades negativas em relação ao meio ambiente, mas sim, da adequação de um tributo fiscal que assume a posição positiva em relação ao contribuinte, incentivando-o, por meio da faceta socioambiental, a colaborar com a preservação ambiental. Ademais, partindo desta adequação, observa-se que há uma aceitação social ampla, visto não haver onerosidade excessiva. Nessa seara, é minuciosa a explicação de Scaff e Tupiassu:

Um dos pontos chaves da política é, portanto, a não criação de novo tributo, não subsistindo qualquer ônus financeiro para o Estado ou aumento da carga tributária dos contribuintes. Trata-se, unicamente, da adoção de critérios ambientalmente relevantes para a repartição das receitas normalmente obtidas. (SCAFF; TUPIASSU, 2004, p. 27).

Nesse sentido, se vê que a política de implantação do ICMS Ecológico é pautada em um ínfimo ônus operacional, bem como, não onerar excessivamente o contribuinte. O ICMS Ecológico foi desenvolvido com enfoque socioambiental, buscando ser vantajoso em três pilares, sendo estes, a sociedade, o meio ambiente e o Estado. Isso pois, a sociedade beneficia-se dos efeitos desta política, sem precisar arcar com uma carga tributária ainda maior, ocorre a preservação das áreas verdes e o Estado consegue concretizar as disposições constitucionais.

No tocante aos efeitos extrafiscais, convém explicitar que se fala aqui em efeitos, pois trata-se na origem de um tributo fiscal, meramente arrecadatário, que foi adequado para a consecução de fins ambientais,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

portanto devidamente alterado, seus efeitos são extrafiscais. Desta forma, é imperioso destacar a citação feita por Gomes e Knob sobre Tupiassu:

Acerca da tributação extrafiscal, Tupiassu esclarece que existem tributos com efeitos extrafiscais bem como tributos com fins extrafiscais. Para ela, os tributos eminentemente arrecadatórios e sem afetação ecológica específica podem redundar em efeitos extrafiscais, podendo ser utilizados como instrumentos de política ambiental através da inserção de elementos indutivos em seu bojo. Neste sentido, vincular-se-á espécies tributárias já existentes, de forma indireta ao problema sobre o qual devem atuar, de modo a apresentarem efeitos extrafiscais, ainda que dentro de uma conotação eminentemente arrecadatória. (GOMES; KNOB, 2017, p. 92).

Resta claro que assumindo a roupagem de efeitos extrafiscais o ICMS é capaz de efetivar o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Atribuindo ao ICMS mais esta faceta ecológica, possibilita-se uma ampla gestão ambiental pelo Estado, que usufruindo dos efeitos extrafiscais proporcionados pela política ambiental aplicada sobre os municípios, passa a desfrutar dos resultados ambientais, tendo a possibilidade de ampliar reservas naturais e preservar as já existentes. Ocorre que para tanto, é imprescindível a aderência da Administração Municipal para com a política ambiental, bem como, a ação conjunta da sociedade e instituições fiscalizadoras, para garantir a correta aplicação dos repasses ora recebidos.

O objetivo final do ICMS Ecológico é conduzir o comportamento humano para uma reflexão ambiental, educando-o por meio de recursos econômicos para que seja desenvolvida uma política de preservação ambiental. A tributação ambiental e as sanções penais que visam impor um ônus sobre o agente que polui, não é eficaz, tendo em vista que é necessário que ocorra o dano para que o agente seja responsabilizado e então o dano reparado. Portanto, trata-se de uma política retardatária. Outrossim, o tributo que visa prevenir o dano ambiental, é eficaz, tendo em vista que tal política visa evitar que o meio ambiente receba as externalidades negativas (GOMES; KNOB, 2017).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Conquanto, o ICMS Ecológico é evidentemente um tributo com a finalidade de prevenir o dano, tornando-se, portanto, um meio eficaz, estando a frente das externalidades, visando ainda, o desenvolvimento das áreas verdes. Nesta toada, cumpre colacionar o entendimento de Gomes e Knob:

A tributação com fins de indução de comportamentos, por sua vez, revela-se como um instrumento capaz de proporcionar maior eficiência ao escopo de proteção ambiental visto que atua antecipadamente ao dano. Utiliza-se, portanto, o sentido interventor ou extrafiscal. (GOMES; KNOB, 2017, p. 91).

Nesta toada, o autor Trennephol menciona que conjugando os princípios da prevenção e precaução, havendo perigo de dano ao meio ambiente e estando o Estado diante de uma situação de risco, a Administração se antecipa ao evento danoso com a aplicação dos incentivos fiscais, tal qual dispõe o ICMS Ecológico (TRENNEPHOL, 2011). Uma política tributária pautada em critérios ambientais, partindo da análise econômica do direito, deve observar a eficácia ambiental, eficiência econômica, bem como a viabilidade e aceitação social desta.

No tocante ao ICMS Ecológico, percebe-se que sua base teórica possui ampla eficácia ambiental, pois se está diante de um incentivo ambiental que antecipa os efeitos ambientais, evitando a degradação do meio ambiente. Da mesma forma, partindo para a análise econômica, não há oneração a maior para o contribuinte, o que leva a aceitação social do mesmo. Por fim, o ICMS Ecológico possui alta viabilidade de aplicação (MONTERO, 2014). A fala de Trennephol corrobora com o exposto na medida que demonstra a aplicabilidade e aceitação dos incentivos fiscais:

No cenário dos incentivos, as condutas desejadas são mais facilmente atingidas em razão da (a) falibilidade da repressão, pela via costumeira da sanção negativa — pena¹⁷⁰ e (b) pela vantagem na adoção da conduta que o Estado valoriza e reputa mais conveniente. Em resumo, as normas de incentivo fiscal são mais bem abraçadas e recebidas que as sanções, pois estão firmadas sob os



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

pilares da intervenção estatal no domínio econômico, por meio da extrafiscalidade, inerente à tributação moderna. (TRENNEPHOL, 2011, p. 122).

Findando a análise conceitual do ICMS Ecológico e as diversas facetas por trás deste, cumpre observar que “Independentemente da roupagem que assumirá a tributação ambiental [...] deve-se referir que ela corresponde a um instrumento indispensável para a implementação de políticas ambientais [...]” (GOMES; KNOB, 2017, p. 94).

3 A EFETIVIDADE DO ICMS ECOLÓGICO – UMA ANÁLISE ACERCA DA APLICAÇÃO DAS VERBAS

Insta reprimir que os municípios recebem cerca de 7% do ICMS referente ao repasse devido aos municípios, observando os requisitos mencionados oportunamente. Ocorre que, atualmente, há uma grande lacuna acerca da fiscalização sobre a aplicação destes repasses, ou seja, não há instrumentos fiscalizadores que analisam se o repasse está sendo aplicado nas unidades de conservação ou se ocorre a aplicação indevida. A temática foi abordada por Trennepohl, que afirma “A maior dificuldade para o implemento dos incentivos fiscais no âmbito da despesa pública reside na fiscalização do uso dos recursos públicos destinados aos fins a que se propõe.” (TRENNEPOHL, 2011, p. 125).

Desta feita, percebe-se que uma fiscalização ineficaz dá azo para desvios da verba, tornando-se, conseqüentemente, ineficaz a política implementada pelo ICMS Ecológico. No Rio Grande do Sul existe uma grande incerteza acerca do órgão responsável por realizar a fiscalização do repasse, senão vejamos, Scaff e Tupiassu indicam que caberia ao Tribunal de Contas e a população, o serviço de fiscalizar (SCAFF; TUPIASSU, 2004).

No entanto, não há qualquer instrumento definitivo. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), responsável pelo cadastro



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

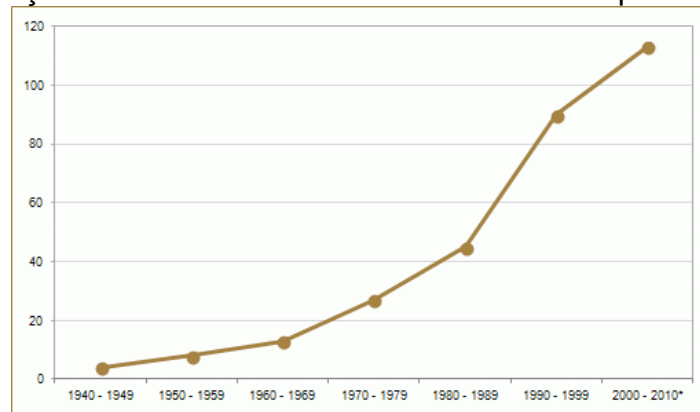
das Unidades de Conservação, fornece, apenas, uma cartilha que orienta os gestores municipais a aplicar o recurso nas áreas de preservação. De outro lado, surge mais um problema, apesar da criação da cartilha informativa, muitos gestores não possuem conhecimento sobre o incentivo, conforme preconiza Ribeiro:

Diferentemente de Estados que replicaram a legislação paranaense, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul não apresenta regulamentação que imponha medidas de melhorias nas unidades de conservação, nem de avaliação e acompanhamento destas. Além disso, verificou-se que Estados como Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e Tocantins apresentam como prática a divulgação de informações sobre o ICMS Ecológico, que são distribuídas aos municípios, chegando até mesmo a elaborar cartilhas explicando como o município poderá participar do repasse, no caso do Estado fluminense. No Estado gaúcho, porém, estudos como o de Uhlmann e Rossato (2009) evidenciam a falta de conhecimento dos gestores públicos locais sobre o aporte financeiro que poderá incrementar as contas públicas, proveniente da cota parte repassada a título de ICMS Ecológico. (RIBEIRO; *et al*, 2012, p. 373).

A falta de informação prejudica a possibilidade de o Rio Grande do Sul evoluir com o incentivo e a implementação de unidades de conservação. Aliada à esta falha de informação, se tem o fato de que o valor referente ao ICMS Ecológico, é repassado junto com toda a verba disponível ao município. Sendo assim, o gestor municipal não tem conhecimento de qual montante deve ser destinado para as unidades de preservação. Sobre o assunto, a gestora da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã e presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santana do Livramento (CMMA Livramento), Eridiane Lopes da Silva, em entrevista para Roberta Mello, aponta que “Hoje, o que ocorre na prática é que os recursos chegam misturados com os demais, cai na conta geral da prefeitura e pode ser aplicado para qualquer outra finalidade que não venha a beneficiar diretamente o meio ambiente.” (MELLO, 2014, s/p).

Diante de tantas adversidades e da evidente falta de transparência do Governo e órgãos responsáveis, questiona-se a efetividade do incentivo ora analisado. Notório é o trabalho dos gestores municipais, o Rio Grande do Sul ainda não alcançou um grande desenvolvimento, cresce a passos pequenos, mas de fato, ocorreu a evolução das unidades de preservação, conforme se vê da imagem abaixo colacionada:

Ilustração 1: Desenvolvimento das unidades de preservação.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura.

Ressalta-se que existem muitas áreas que não estão abarcadas no incentivo, fazendo-se necessário um maior envolvimento da SEMA, mas comporta dizer que o incentivo tem cumprido com o seu papel, isso pois, conforme dados disponibilizados pela SEMA, constantes no gráfico acima, desde a implementação do incentivo, tem aumentado, constantemente, o número de unidades de conservação, contando com cerca de 108 unidades.

4 METODOLOGIA

4.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA.

Tem-se aqui, uma pesquisa de caráter teórico, uma vez que que é feita a análise de enunciados normativos, em conjunto a doutrinas, visando compreender o ICMS Ecológico, suas facetas e sua aplicação. No tocante ao



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tratamento de dados, a pesquisa é de natureza qualitativa, por meio deste viés é feita uma análise dos textos disponíveis acerca da temática. Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa-descritiva, tendo em vista que se busca aqui, descrever e explicar o incentivo fiscal e suas barreiras para alcançar a efetividade. Atêm-se a uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, analisando-se doutrinas e dados disponíveis por órgãos públicos.

4.2 GERAÇÃO DE DADOS.

Quanto à geração de dados, a mesma acontece apenas de forma indireta, sendo realizado o levantamento de dados por meio da pesquisa em doutrinas, ou seja, instrumentos bibliográficos, revistas e periódicos, bem como, análise dos dados disponibilizados por órgãos públicos.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.

No tratamento de dados, análise e interpretação, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, partindo do estudo dos fenômenos doutrinários e legislativos dispostos acerca do entendimento tributário, ambiental, da seara dos incentivos fiscais e da aplicação destas áreas para a contribuição da preservação ambiental.

CONCLUSÃO

Por intermédio da interpretação sistemática da Constituição Federal em conjuntura a análise do sistema tributário e o poder que o Estado possui de concretizar políticas públicas, é notória a percepção de que a união do direito tributário e ambiental formam um importante instrumento para preservação do ecossistema. O que se buscou aqui, foi analisar o ICMS Ecológico, como um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

incentivo fiscal, no tocante a sua aplicação e efetividade, haja visto a ínfima fiscalização acerca do destino dos recursos advindos deste incentivo fiscal.

A finalidade do ICMS Ecológico é recompensar e incentivar, aqueles municípios preocupados com as questões ambientais e que visam conciliar economia e sustentabilidade. Desse modo, o ICMS Ecológico poderia garantir a preservação das áreas já existentes e incentivar a preservação de novas áreas. O que se vê na prática é a falta de informação dos gestores municipais e a falta de fiscalização, havendo uma lacuna que permite o desvio desta verba de suma importância. No entanto, apesar disso, constata-se por meio desta pesquisa, que o ICMS Ecológico, no Rio Grande do Sul, tem obtido bons resultados, tornando-se uma ferramenta eficaz na preservação ambiental.

No entanto, cumpre observar que a legislação estadual se encontra, em partes, defasada. Isso se deve ao fato de que, ainda, não é utilizado como critério para análise do montante repassado, a qualidade das unidades de preservação, ou outros critérios de preservação, tal como critérios acerca do uso do solo, políticas de queimadas e qualidade da água, dada a importância destes tópicos para a sustentabilidade ambiental, compreende-se que também devem ser abarcados para que se realize o repasse do incentivo fiscal.

Constata-se que a tributação ambiental, em sentido amplo e aqui, fazendo-se um recorte aos incentivos fiscais, é um instrumento plenamente eficaz para implementar políticas públicas de preservação ambiental. O ICMS Ecológico é capaz de influenciar comportamentos, de modo a mitigar as externalidades negativas. É a partir disso que se tem a importância da presente pesquisa, pois o meio ambiente é a base da sobrevivência humana e cabe, aos cidadãos e ao Estado utilizar-se do seu poder e soberania para concretizar os preceitos instituídos na Constituição Federal.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.

GOMES, Daniela; KNOB, Natália Gomes. **Tributação Ambiental:** a contribuição dos tributos para a tutela do meio ambiente. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

LESINA, Eduardo. ICMS Ecológico vira recurso para conservação ambiental. **Jornal do Comércio.** Porto Alegre, 30 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_contabilidade/2019/07/695229-icms-ecologico-vira-recurso-para-conservacao-ambiental.html>. Acesso em: 05 set. 2020.

MELLO, Roberta. Falta de informação deixa o ICMS Estagnado. **Jornal do Comércio.** Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=153200>>. Acesso em: 13 set. 2020.

MONTERO, Carlos Eduardo Peralta. **Tributação Ambiental:** reflexões sobre a introdução da variável ambiental no sistema tributário. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Direito Tributário Ambiental.** Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RIBEIRO, Caroline do Amaral; ROSSATO, Jaqueline Carla Guse; DE FREITAS, Luiz Antônio Rossi; DORR, Andrea Cristina. **ICMS Ecológico:** Uma abordagem à gestão ambiental nos municípios do Rio Grande do Sul. Revista Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2013, v.26, n.02. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/4942#:~:text=Em%20atendimento%20ao%20objetivo%20proposto,que%20muitos%20gestores%20desconhecem%20este>>. Acesso em: 05 set. 2020.

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário:** essencial. São Paulo: Método, 2018.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

SCAFF, Fernando Facury; TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. **Tributação e Políticas Públicas: O ICMS Ecológico.** Manaus, Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia, 2004, ano-2, nº 2.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Incentivos Fiscais no Direito Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2011.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A CULTURA DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA-SOCIAL, JURÍDICA E HUMANA

Emely Elisa Hermes¹
Laura dos Santos Griza²
Maiara Schroder³
Mário José Puhl⁴

RESUMO

O artigo aborda a temática da cultura do estupro em uma perspectiva histórico-social, jurídica e humana, no contexto brasileiro no início do século XXI. Sendo assim, analisa-se o processo histórico e social de formação dessa cultura, seus reflexos jurídicos atuais no Brasil tendo por referências o reconhecimento e a instituição dos Direitos Humanos, sejam por convenções internacionais ou pela Constituição Federal vigente. Objetiva-se elencar como a legislação nacional tipifica a prática do estupro. Tem-se como problema de pesquisa por que as práticas do estupro configuram um ato de violência, um atentado à dignidade sexual das vítimas. O estupro configura-se como uma prática de violência, definida como uma ação que atenta contra a integridade física e psíquica da pessoa, a violação da dignidade humana de alguém (CHAUÍ, 1997) e da dignidade sexual do indivíduo (BRASIL, 2018). Para a realização da pesquisa e a elaboração textual seguiu-se o método de abordagem dedutivo, os métodos de procedimento documental e bibliográficos, configurando-se uma atividade de cunho básico e tratamento de dados de forma qualitativa. O fenômeno do estupro, manifesto numa cultura constitui uma prática violenta que atenta contra a dignidade humana, a dignidade sexual. Prática humana que se contrapõe a ordem jurídica vigente, bem como as declarações oriundas das Nações Unidas, as quais reconhecem e buscam proteger e garantir a integridade física e psíquica de todos os indivíduos em razão da defesa da dignidade humana.

Palavras-chave: Crime de Estupro - Dignidade Sexual - Dignidade Humana - Direitos Humanos.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. emelyelisahermes@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. laurasgriza@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. schrodermaiara@gmail.com

⁴ Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUI. Professor na Fundação Educacional Machado de Assis, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea evidenciam-se inúmeros casos de violência sexual e crimes de estupro, principalmente cometidos contra pessoas do sexo feminino. Segundo Cuche (2002), esta conduta não provém da naturalidade humana, mas, advém de uma cultura vigente nas sociedades hodiernas.

A cultura do estupro é caracterizada como aquela que está presente nas sociedades desde muito tempo, fazendo com que as mulheres sejam vistas como polos mais fracos que os homens, com “menos capacidade humana” e, por tais motivos devem seguir as vontades, desejos do sexo masculino, isto é, aquele que as oprimem. Assim, a existência do crime do estupro está ligada à ideia de que isso constitui ato de direito e de poder masculino.

Nos crimes de estupro há uma imensa relativização da violência sofrida, pois, muitas vezes as vítimas são culpadas por “provocarem” seus abusadores, usando roupas curtas ou sua permanência em lugares escuros, sozinhas. Esse comportamento de culpar-se a vítima é inaceitável, afinal, tal crime deve ser visto como um crime grave socialmente e, sendo assim, em qualquer outro delito dessa tipologia.

Com efeito, pode-se afirmar que a temática em análise possui relevância social e científica por refletir acerca de condutas advindas de um longo processo histórico da humanidade. As condutas enraizadas no corpo social exercem grandes influências na criação de novos direitos, possíveis ao futuro, pois a cultura é um elemento em destaque quando se trata da aplicação de novos direitos considerados habituais no cotidiano. Assim, tem-se que a cultura do estupro ainda exerce influência nos dias atuais pelos casos recorrentes, notificados ou não.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Primeiramente, realiza-se uma análise da cultura do estupro, em âmbito histórico, social. Na sequência, essa conduta é analisada sob a perspectiva jurídica, nos moldes atuais, bem como uma análise das legislações condizentes ao tema estabelecidas ao longo da evolução do direito. Na terceira parte do trabalho aborda-se a temática do artigo tendo como referência conceitual os direitos humanos instituídos e consolidados na segunda metade do século XX em convenções internacionais e na legislação pátria. Ambos tópicos se desenvolveram por meio da pesquisa bibliográfica e documental, seguindo-se a abordagem dedutiva da temática.

1 A CULTURA DO ESTUPRO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIAL

Em parte do percurso histórico da humanidade¹, a desigualdade de gênero esteve presente, gerou impactos em diversos aspectos e foi analisada por vários filósofos já na antiguidade e permanecendo presente nas análises de diversos pensadores. Nesse sentido, caracteriza-se na obra de Rousseau (2008), a distinção entre os espaços destinados para cada gênero. Assim sendo, o espaço público estaria reservado aos homens e o privado, ou seja, o lar (*oikos*), destinado às mulheres, configurando a mais clara divisão estruturada na ampla repartição de tarefas entre os membros da sociedade.

Segundo Soares, o conceito de violência contra a mulher pode ser caracterizado como “[...] uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas o seu poder.” (SOARES, 1999, p. 125). Dessa maneira, essas formas de

¹ Assume-se a teoria de que as desigualdades de gênero, étnicas, econômicas, dentre outras, existentes entre os humanos não é algo natural e tampouco presente em toda a história da humanidade, tal como um processo inexorável e como decorrência de uma marca própria da condição humana. Autores como Eisler (2008), Franco (2001) e Morin (2013) defendem a tese de que as desigualdades existentes entre mulheres e homens são constructos culturais, engrandados em determinados períodos da humanidade.

violência são efetivadas principalmente em decorrência do sistema patriarcal ainda existente no contexto contemporâneo.

No período da vigência legal da escravidão no Brasil, os abusos sexuais eram tão frequentes quanto os castigos físicos com os quais os escravos eram punidos diariamente. A situação de propriedade era evidenciada na dominação do senhor sob suas escravas, demonstrando a superioridade e o total controle sobre o corpo da mulher negra, não apenas nos serviços realizados, mas também no controle sexual das mesmas, escreve Davis. A coerção sexual constituía

[...] uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (DAVIS, 2016, p.12).

Além do regime de escravidão, o patriarcalismo exerceu grande influência na vida social e nas leis até entrar em vigor o novo Código Civil de 2002. Sendo assim, naquela época, antes do casamento, a mulher era propriedade de seu genitor, e depois de configurado o matrimônio, a propriedade sobre ela era passada ao seu marido. Com isso, em todos aspectos de sua vida, ela necessitava do consentimento de aprovação advinda de uma figura masculina.

Dessa forma, essa estruturação social gerou consequências no que tange a participação do sexo feminino nos empregos fora do lar, bem como no valor atribuído ao seu trabalho, impactando no recebimento de salários menores em comparação ao do homem, mesmo desempenhando a igual função competentemente.

Nesse sentido, a igualdade entre homens e mulheres apresenta um estágio muito mais favorável atualmente do encontrado há alguns anos, sendo



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

o princípio da igualdade¹ garantido na Carta Magna Brasileira (BRASIL, 1988). Tais avanços, somente foram conquistados com os movimentos feministas que ganharam força ao longo dos anos e resistiram perante as duras críticas que recebiam. Sob esse viés, acredita-se que a luta das mulheres por mais espaço na sociedade iniciou-se com as mulheres burguesas, as quais visavam o maior acesso à educação, haja vista que ela era um benefício que somente o sexo masculino poderia usufruir, argumenta Duarte (2003). O crime do estupro não deve ser visto somente como desrespeito à dignidade humana e negligência de direitos fundamentais. O estupro, sob análise histórica e social, deve ser visto primordialmente como forma do homem de demonstrar seu domínio sobre o sexo feminino.

A efetiva repressão social frente ao prazer feminino, também contribuiu para que a cultura do estupro ascendesse. Essa repressão favoreceu o pensamento de que o prazer da mulher era algo imoral, perverso e impuro. Somente o homem teria o direito de usufruir do prazer através do corpo feminino, restando evidente que a premissa existente na época era de que o corpo da mulher possuía apenas duas funções: servir como objeto de prazer e gerar descendentes.

Os homens do mundo patriarcal devem pautar-se de forma sexualmente livre – e até libertina – devido à posição de superioridade e independência que lhes cabe. Devem ser, portanto, rígidos, másculos e dominadores. Por sua vez, às mulheres resta a necessidade de resguardar sua moral sexual, agindo de forma efetivamente recatada. Suas vestimentas, seus diálogos e seus comportamentos devem revestir-se da cautela necessária a ensejar o respeito do seio social. Seu corpo não é considerado sua propriedade, senão verdadeiro objeto de controle da sociedade. (LIMA, 2012, p. 09).

¹ O Princípio da Igualdade encontra-se no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Uma parte da sociedade ainda costuma tentar encontrar indícios que culpem a própria vítima de estupro, colocando desculpas na roupa que a mulher estava usando, a expressão que ela fez, ou até mesmo que ela estava querendo ser vítima de um estupro.

O estupro é justificado de diferentes formas nas diferentes culturas. Frequentemente, utiliza-se o argumento do “consentimento” as mulheres violadas, na realidade, consentiram no ataque ou pediram por ele, ao usarem roupas curtas, coladas, perfume e maquiagem chamativos. Ignora-se, com tal argumento, que mulheres de hábito de freira ou de burca também são violentadas. A ideia de que a “mulher na verdade queria” permite trivializar o estupro, relativizá-lo, em muitos casos, e até considerá-lo excitante [...]. (VILHENA; ZAMORA, 2004, p. 3).

Constata-se que existe uma cultura do estupro de grande relevância enraizada no corpo social. Aliado aos pensamentos machistas que acompanham os indivíduos há muito tempo, vê-se que muitos ainda tentam normalizar essa conduta. Portanto, a desconstrução dessa cultura faz-se demasiadamente necessária para a construção de uma sociedade realmente igualitária e harmônica.

2 A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DO ESTUPRO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ATUAL

Tal como previsto majoritariamente na doutrina e de acordo com Busato (2020), o sentido do Direito Penal está em garantir e preservar os bens jurídicos individuais e coletivos. Esta norma define bem jurídico como algo líquido e não especificado de forma clara, pois, enquanto que a teoria penal inicial tratava o bem jurídico como algo ligado ao sentido material – vida, propriedade – o novo Direito Penal, sendo esse considerado moderno, tem, além dessa esfera material, compreender também as relações mais



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

complexas, como o meio ambiente, as relações jurídicas e o mercado de capitais ou economias populares (BUSATO, 2020).

Conforme o pensamento de Fayet (2011), a finalidade do Direito Penal vigente visa a proteção dos bens jurídicos relevantes socialmente. Isso representa, na esfera pública do Direito penal, fator satisfatório das necessidades humanas em detrimento de uma convivência harmônica e pacífica entre os cidadãos que se situam no corpo social.

Relaciona-se o crime de estupro com a violação de vários bens jurídicos conjugados, que, em suas infrações, imputam quebra normativa. Segundo Bitencourt (2011), os mais importantes bens jurídicos tutelados nos delitos de cunho sexual são: a liberdade individual e sexual, a dignidade sexual, a saúde e a vida. Para tal, compreende-se a necessidade de entender a legislação brasileira frente ao citado.

As normas do ordenamento jurídico brasileiro, durante toda sua história, sofreram inúmeras mudanças, à medida que os pensamentos e condutas sociais se modificavam no curso temporal. As novas leis foram e são adaptadas conforme a necessidade mutável de acompanhar o modo de melhor regular o convívio em sociedade.

Observa-se a retratação do sexo feminino, em várias legislações brasileiras que se sucederam no tempo, tratando, assim, essa classe como inferior e, até, submissa ao sexo oposto, tal como o previa o Código Civil de 1916, em seu artigo 242.

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:
I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher
II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.
[...] (BRASIL, 1916).

Análogo a isso, o estupro é expressamente correlacionado à submissão do gênero feminino. Mesmo, tratando-se de um crime, sem definição do agente



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

passivo, uma vez que pode ser qualquer indivíduo, porém, nesse cenário, majoritariamente, as vítimas de estupro são mulheres (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

Sob análise estatística, tem-se dados que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil, segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015). Esse ato violento incide para múltiplas mulheres constantemente, de diversas formas e jeitos, exemplificados no assédio, na violência doméstica, no feminicídio, na cultura do estupro, no machismo, e outras tantas formas de sua perpetuação (FBSP, 2015). Com isso, percebe-se presente, em sociedade, o que se analisa no presente artigo, visto que é um comportamento frequente que necessita ser interrompido para melhorar o status social.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) evidencia numericamente esta conduta humana. Nos casos de violência sexual, 81,8% ocorrem contra o sexo feminino, sendo que deste total 53,8% tinham até 13 (treze) anos de idade, 50,9% eram negras e, 48,5% eram brancas, relativos ao ano de 2017. Ainda, demonstra que há em média 180 estupros registrados por dia e, constata-se um número ainda mais preocupante de 4 meninas de até 13 (treze) anos estuprada por hora. (FBSP, 2018).

Os dados presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) evidenciam que existe uma tendência de aumento dos casos de violência sexual no Brasil, considerado o período de 2011 a 2019. No ano de 2019, conforme este Anuário ocorreu um estupro a cada 8 minutos, no país. Foram 66.123 vítimas de estupro e estupro de vulnerável¹. Deste total, de casos notificados, 57,9% das vítimas tinham a idade máxima de 13 anos e 85,7% são do sexo feminino. Com relação à autoria do crime de estupro e estupro de vulnerável, os dados do FBSP (2020, p. 136), indicam que 84,1% dos casos do ano de 2019, o autor era conhecido da vítima, fato que evidencia a violência intrafamiliar.

¹ Este crime é tipificado no Art. 217-A, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Na legislação brasileira vigente, o estupro ou violência sexual, são considerados crimes complexos, pois há pluralidades de bens jurídicos que sofrem violações. Dessa forma, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, prevê em seu título VI – dos crimes contra a dignidade sexual, capítulo I – dos crimes contra liberdade sexual, artigo 213, a definição do estupro como “[...] constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 1940).

A Lei nº 12.015, de 2009, consagrou essa definição para o crime de estupro. Assim, o delito constitui-se não somente no constrangimento mediante à violência ou a grave ameaça para a prática carnal, mas, também, explicita o ato de constranger, do abusador para com a vítima, na ideia de praticar com ela atos libidinosos (BRASIL, 2009). A referida norma revogou o artigo 214 do Código Penal, o qual normatizava esse termo como delito de atentado violento ao pudor (BRASIL, 1940).

Conforme o Código Penal, a sanção cabível para tal delito está compreendida na reclusão do réu considerado culpado, ou seja, sua privação de liberdade por tempo a determinar pelas circunstâncias conforme o fato criminoso se ocorreu. Essa variação temporal para cumprimento de pena pode variar de 6 a 30 anos (BRASIL, 1940).

Na mesma linha de raciocínio, prossegue o referido Código, as circunstâncias agravantes e atenuantes de pena que inferem diretamente na decisão prolatada ao fim do trânsito em julgado, sendo essas previstas na decorrência dos artigos 61 ao 66 do Código Penal vigente.

Segundo Estefam (2016), o aludido Código estipula gradações punitivas perante a veemência do dolo ao bem jurídico protegido e, tratando-se do delito estupro, essa premissa não poderia ser diferente. Ademais, argumenta o mesmo autor, a conduta nuclear contida no ato de estuprar está associada com as condutas nucleares de obrigar, forçar, impor e compelir, fazendo a vítima

realizar-se ou sujeitar-se ao agressor contra sua própria vontade. Para tal, como afirma o autor, o dissenso proveniente do sujeito passivo deve estar, assim, implícito na relação.

Além do mais, a fins de tipificar, esmiuçar, delimitar e sancionar o tema abordado, entra em vigor a Lei nº 13.718, de 2018, estipulando em seu artigo 1º, *caput*:

[...] Esta Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. (BRASIL, 2018).

Nesse ínterim, aplica-se o princípio máximo jurídico, a defesa da dignidade da pessoa humana. Desse modo, na mesma perspectiva, a dignidade sexual está compreendida na conformação da sensualidade humana, sem empecilhos ou controvérsias perante os outros, desde que, isso ocorra sem nenhum grau de violência ou relacionado com qualquer tipo, individual ou de terceiros, de ameaça voltada a violência sexual.

Face à realidade existente, faz-se necessário uma política pública que preste atendimento às vítimas de violência sexual para, dessa forma, minimizar-se as consequências futuras derivadas da violação sofrida. Neste sentido, a Lei nº 12.845, de 2013, estabelece que as entidades hospitalares vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) executem serviços emergenciais aos indivíduos lesionados por violência sexual, sem a necessidade de provar o abuso sofrido. Aqui a palavra da vítima é fator suficiente para seu atendimento prioritário e gratuito (BRASIL, 1990).

Dessa forma, observa-se a cultura do estupro presente na realidade social contemporânea, pois a legislação, aqui podendo ser compreendida como Direito, nada mais é do que um reflexo cultural da realidade social, para tal, havendo crime, haverá norma que o discipline. Assim, como proferido por



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Durkheim “[...] estas práticas não são senão vida social consolidada.” (DURKHEIM, 1983, p. 65). Porém, não eternas e nem inquestionáveis.

3 OS DIREITOS HUMANOS E O SEU IMPACTO NA CULTURA DO ESTUPRO

A linha histórica mundial apontou acontecimentos que possibilitaram a evolução das relações sociais, culturais e econômicas, de modo que culminaram na geração dos direitos civis. Assim, como foco principal deste título, os Direitos Humanos são a colaboração de grandes fatos históricos em que a humanidade lutou pelos seus direitos e, acima disso, pela sua dignidade. Aponta-se três principais momentos históricos para comprovar a sustentação do processo de construção dos direitos humanos, os quais são: a Revolução Inglesa, a Independência das Treze Colônias Americanas, que culminou na elaboração da Constituição dos Estados Unidos, e a Revolução Francesa, responsável pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e pela origem da Constituição da França (ARAKAKI; VIERO, 2018).

Esses fatores históricos e políticos foram essenciais na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por meio da Carta das Nações Unidas, com uma referência internacional “[...] destinada a fornecer a base jurídica para a permanente ação conjunta dos Estados em defesa da paz mundial.” (DALLARI, 1993, p. 178), culminando na atual Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, devido às barbáries ocorridas durante o nazismo (ARAKAKI; VIERO, 2018, p. 24). No entendimento de Arakaki e Viero,

[...] os direitos humanos são direitos intimamente relacionados com a existência da humanidade, ou seja, são direitos inerentes à pessoa, direitos a priori, tendo a sua validade independente da experiência dos indivíduos ou da sua consciência valorativa. [...] Nesse sentido, temos como um dos mais importantes documentos positivados de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

proteção à humanidade, sob a inspiração da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), de 1948. (ARAKAKI; VIERO, 2018, p. 204).

Torna-se, assim, evidente que o princípio da dignidade é um ponto chave da Declaração, pois visa a assegurar os direitos inerentes e inalienáveis dos indivíduos e da humanidade. Assim, destaca-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla. (ONU, 1948, p. 3).

Face ao exposto, repudia-se toda forma de violação dos direitos humanos em matéria jurídica. A ONU expõe o entendimento de que a violência do estupro é praticada de uma forma muito corriqueira e, aliado a esse pensamento, tem-se presente na Constituição Federal do Brasil de 1988, o repúdio contra a violação da dignidade humana. Entretanto, é sabido que a cultura do estupro é uma violação dos direitos humanos e que persiste na contemporaneidade. Para tanto, o Coletivo Não me Kahlo (2016, p.165) afirma que a cultura do estupro é uma cultura de violência contra a mulher. Dessa forma, conclui-se que toda forma de violência contra a mulher fere o princípio da dignidade da pessoa humana e, portanto, os direitos humanos das mulheres.

A violência é um fenômeno humano relativo ao qual não há uma unidade de compreensão, dadas as singularidades culturais e históricas. No entanto, assume-se a compreensão de violência produzida por Chauí, que a define

[...] como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis como a morte, a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros. [...]. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUÍ, 1997, p. 336-337).

Com efeito, o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos enuncia que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.” (ONU, 1948, p. 4). Explícita, dessa maneira, o reconhecimento e a instituição do direito à igualdade entre todas as pessoas.

Conforme Piovesan, “[...] a Declaração Universal e os Pactos invocam a primeira fase de proteção dos direitos humanos, caracterizada pela tônica da proteção geral, genérica e abstrata, sob o lema da igualdade formal e da proibição da discriminação.” (PIOVESAN, 2018, p. 387). A primeira fase de proteção, no plano abstrato, torna-se ineficaz, dificultando, assim, a busca por justiça e dignidade das mulheres. Exemplificando, a mulher, quando violentada, recorre ao Estado na busca de refúgio e é novamente violentada pela falta de aplicabilidade, no caso concreto, dos seus direitos, que estão no plano abstrato.

Diante de tal situação, fica clara a necessidade de concretização dos direitos estabelecidos na Declaração de 1948. Piovesan, elucida a ideia de segunda fase de proteção, que se dá por meio da “[...] especificação do sujeito de direito, que será marcada pela proteção específica e especial, a partir de tratados que objetivam eliminar todas as formas de discriminação que afetam de forma desproporcional determinados grupos.” (PIOVESAN, 2018, p. 387).

Com relação a segunda fase de proteção, como passo importante no reconhecimento da valorização da dignidade da mulher, criou-se, em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)¹. Em vigor desde 1981, é o primeiro tratado internacional que

¹ Sigla na língua inglesa.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

apresenta de forma ampla os direitos das mulheres. Em primeiro lugar, destaca-se a afirmação da dignidade da mulher e a igualdade de sexo de acordo com o excerto do texto integral: “Considerando que a Carta das Nações Unidas reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa e na igualdade de direitos do homem e da mulher.” (ONU, 1979, p.19). Ainda levanta questões importantes como a participação social da mulher devido à máxima da desigualdade de gênero, fato que, muitas vezes, é fator atenuante para a manutenção da cultura do estupro, consta-se em “[...] que a discriminação contra a mulher [...] dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país.” (ONU, 1979, p.19).

O texto deste Organismo Internacional proõe que “[...] para alcançar a plena igualdade entre o homem e mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem como da mulher na sociedade e na família.” (ONU, 1979, p. 20). Neste âmbito, fica claro que a cultura é sustentada por tradições, crenças, teorias, perpetuadas durante a história. Assim, a partir da diminuição das desigualdades de gênero, o homem e a mulher tomarão papéis diferentes na sociedade e na família, visando a manutenção da dignidade humana e do princípio da igualdade.

No que tange aos termos acordados, é importante esclarecer que a Convenção tem como inspiração a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1965), em especial, no seu art. 1º, o qual dá sentido à expressão de “[...] violência contra a mulher”, e, o art. 4º, parágrafo 1º, que aborda a possibilidade da adoção de ações afirmativas, por parte dos Estados, como medidas especiais e temporárias destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres, no qual alia a perspectiva racial à de gênero.” (PIOVESAN, 2018, p. 389).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Nesse contexto, a previsão de ações afirmativas para as mulheres se baseia em “[...] medidas compensatórias para remediar as desvantagens históricas, aliviando as condições resultantes de um passado discriminatório.” (PIOVESAN, 2018, p. 436), referindo-se, mais uma vez, ao patriarcado que influenciou diretamente no papel da mulher na sociedade durante os séculos. Posteriormente, proclamou-se a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993. O objetivo é enfrentar a violência contra as mulheres visando à conquista e usufruto, com pleno gozo, dos direitos e princípios.

É notório que esta Declaração pontua, com eficácia, a problemática da violência contra a mulher. Assim, tem-se claro em seu texto que a desigualdade de gênero se manifestou historicamente, submetendo a mulher à situação de inferioridade e, portanto, de subordinação aos homens.

Reconhecendo que a violência contra as mulheres constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que conduziram ao domínio e à discriminação das mulheres por parte dos homens e impediram o progresso pleno das mulheres, e que a violência contra as mulheres constitui um dos mecanismos sociais fundamentais através dos quais as mulheres são forçadas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens. (ONU, 1993, p. 1).

Esta Declaração deixa claro o almejo para a conquista da igualdade, que se expressa social, econômica e culturalmente da mulher na sociedade. O art. 1º, em especial, introduz a ideia-chave da Declaração, ao tipificar a violência contra as mulheres, nos seguintes termos:

[...] significa qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. (ONU, 1993, p. 2).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Por seu turno, o artigo 4º da Declaração Sobre a Eliminação de Violência Contra as Mulheres, normatiza que os “Estados devem condenar e eliminar a violência contra a mulher, não podendo invocar costumes, tradições ou questões de natureza religiosa para afastar suas obrigações concernentes à eliminação da violência.” (ONU, 1993, p. 3). Nesse âmbito, vai de encontro com a violência do estupro, visto que, a cultura do estupro é sustentada por justificativas concernentes à costumes, tradições ou por questões religiosas.

Dada a importância aos tratados internacionais supracitados, é mister apresentar a Convenção do Belém do Pará de 1996, no âmbito do Continente Americano. Esta Convenção dota o sistema interamericano para solucionar o impasse da violência contra a mulher na América. Reitera, mais uma vez, os tratados internacionais que tratam sobre direitos humanos, e, adota mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher, além de que luta para a manutenção da dignidade e igualdade das mulheres (BRASIL, 1996).

Por fim, infere-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos possibilitou a criação e implementação de tratados que protegem os direitos das mulheres. É sabido que o princípio mais zelado pela ordem internacional é o da dignidade da pessoa humana e que ele deve ser conquistado diariamente e, portanto, repudia-se toda forma de violência, opressão, omissão. Nesse sentido, é preciso lembrar que não é porque o estupro é crime e uma forma de violência contra a mulher, contrária aos preceitos dos direitos humanos, que a cultura do estupro deixa de existir.

CONCLUSÃO

Neste artigo, evidenciou-se, por meio da análise histórica e bibliográfica, os principais aspectos acerca do crime de estupro e de toda cultura por trás dessa conduta, de relevância tanto para a compreensão pessoal em relação ao



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tema, quanto para a visão profissional de um jurista qualificado, de modo que sejam adotados os melhores meios a fim de mitigar a ocorrência de estupro no corpo social.

Pode-se afirmar que a análise histórica durante a evolução da sociedade traz benefícios para o melhor entendimento da continuidade desse crime bárbaro, que traz imensuráveis danos para a vida das vítimas. Assim, no que tange aos procedimentos adotados para julgar melhor esse tipo de ato, assevera-se que saber ao fundo a razão psíquica e os sentimentos que motivaram tal crime faz com que se possam julgar os processos judiciais de maneira mais eficiente e benéfica aos cidadãos. Assim, tais delitos não voltariam a ocorrer.

Nesse sentido, salienta-se que a crença de que o sexo feminino era inferior sucedeu em toda evolução da sociedade e também do Direito, haja vista que as condutas sociais são grandes criadoras das legislações, como se vê em inúmeras súmulas e jurisprudências. Dessa forma, é inegável que até os dias atuais, os impactos da cultura transmitida de geração para geração são notados. Portanto, a reflexão sobre esse fato é necessária para que se mitiguem as suas ocorrências e haja uma quebra da premissa de que as mulheres estão em uma posição abaixo da masculina.

Dentro da área normativa, verifica-se a presença de várias normas que legislam para auxiliar e prestar serviços às vítimas desse crime, ou melhor dizendo, dessa cultura imposta socialmente. Assim, percebe-se que mesmo na existência normativa extensa e punitiva, ainda há registros de múltiplos casos dia a dia, o que nos faz refletir sobre até que ponto a lei impõem a ideia de “errado” ou dá a sensação de repúdio social. É notória a necessidade de mudança do pensamento em sociedade, por mais que já temos grandes avanços nessa área atualmente, ainda há muito a se fazer. O direito nada mais é do que um reflexo social e, para tal, deve a sociedade mudar para gerar mudanças refletivas no Direito.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para concluir, evidencia-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que possibilita a garantia de direitos e princípios fundamentais na ordem nacional e internacional. Para tanto, o ponto mais relevante tange ao princípio da dignidade humana, o qual é violado quando se trata da cultura do estupro e, em geral, a cultura de violência contra a mulher. Para fins desse estudo, nota-se que, a partir dos Direitos Humanos, conquistaram-se direitos, em segundo plano, para parcelas da sociedade que, durante os séculos, sofreram discriminação, desigualdade e omissão, como é o caso das mulheres.

Dessa forma, como visto, foi normatizado tratados e convenções, de ordem internacional e nacional, para a proteção dos direitos e princípios das mulheres. Por si só, tais documentos apresentam grande potencial para erradicar a violência contra as mulheres e, em especial, a cultura do estupro. Entretanto, é sabido que vivemos em uma sociedade patriarcal que rejeita uma mudança de pensamento que coloque a mulher em um lugar de igualdade diante dos homens. Assim, estes documentos não ganham a importância que possuem frente à sociedade, dificultando a luta por justiça e igualdade das mulheres. Dessa maneira, é preciso uma força maior e mútua de todos os cidadãos para que os documentos supracitados ganhem seu devido valor e que a mentalidade patriarcal seja mitigada.

REFERÊNCIAS

ARAKAKI, Fernanda F. Seixas; VIERO, Guérula Mello. **Direitos Humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 223 p.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Crimes Contra Liberdade Sexual: bem jurídico tutelado**. 2011. Disponível em: <<https://cezarbitencourt.jusbrasil.com.br/artigos/121935981/crimes-contra-liberdade-sexual-bem-juridico-tutelado>>. Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.718**, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de

importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm>. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Lei nº 12.845**, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12845.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Lei nº 12.015**, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <[_____. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm\)>. Acesso em: 21 set. 2020.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm#:~:text=L12015&text=LEI%20N%C2%BA%2012.015%2C%20DE%207%20DE%20AGOSTO%20DE%202009.&text=1o%20da%20lei%20n, trata%20de%20corrup%C3%A7%C3%A3o%20de%20menores.>>. Acesso em: 22 set. 2020.</p></div><div data-bbox=)

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto-Lei nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

- _____. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- _____. **Lei nº 3.071**, de 1º janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- BUSATO, Paulo César. **Direito Penal: Parte Geral**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 821 p.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. 440 p.
- COLETIVO NÃO ME KHALO. **#Meu Amigo Secreto: feminismo além das redes**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016. 240 p.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 260 p.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. 304 p.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.
- DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e Literatura no Brasil**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>. Acesso: 31 ago. 2020.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado**. Tradução João Batista Damasco Penna. São Paulo: EDUSP, 1983. 212 p.
- EISLER, Riane. **O Cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro**. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007. 362 p.
- ESTEFAM, André. **Homossexualidade, Prostituição e Estupro: um estudo à luz da dignidade humana**. São Paulo: Saraiva, 2016. 304 p.
- FAYET, Fabio Agne. **O Delito do Estupro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. 136 p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 14, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.
- _____. **Estatísticas**. 2018. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/estatisticas/>>. Acesso: 22 out. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

_____. **Estatísticas**. 2015. Disponível em:
<<https://forumseguranca.org.br/estatisticas/>>. Acesso: 20 out.2020.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília, DF: Instituto de Política Millennium, 2001. 562 p.

LIMA, Thalles José de Melo. **Uma Análise Bibliográfica dos Novos Crimes de Estupro e Estupro de Vulnerável, sob a Perspectiva da Lei nº 12.015/2009**. Campina Grande, 2012. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito, Universidade Estadual da Paraíba.

MORIN, Edgar. **A Via para o Futuro da Humanidade**. Tradução Edgar de Assis Carvalho; Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.392 p.

OLIVEIRA, Hanna K. Sousa de; RESENDE, Gisele S. Lira de. **Violência Sexual**: uma análise social da cultura do estupro. *Perspectivos em diálogo*, Santa Maria, v. 7, n. 14, p. 1-27, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. 1993. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecEliDiscMul.html>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**. 1979. Disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

_____. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. 1965. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvIntElimTodForDiscRac.html>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 709 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: L&PM Pocket, 2008. 176 p.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O DIREITO É PURO? O DIREITO É PARA: PIERRE MENARD E A QUESTÃO DA AUTORIDADE.

Victor Matheus Soares¹
Renê Carlos Schubert Junior²

RESUMO

A delimitação temática deste estudo focaliza a compreensão do conto *Pierre Menard, autor de Quixote*, do escritor argentino Jorge Luis Borges, e suas possíveis contribuições para que se entenda a figura da autoridade no Direito. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará da literatura e da doutrina. Questiona-se em que medida o conto *Pierre Menard, autor de Quixote*, apresenta uma importante metáfora para que se afaste o discurso jurídico de uma repetição conceitual baseada na autoridade de pessoas ou instituições. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura atinente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pela necessidade de reflexão sobre a influência negativa que o pensamento jurídico sofre a partir da incidência de argumentos de autoridade que impedem um questionamento mais amplo a respeito dos saberes e passa a transformar e reduzir o Direito às posições defendidas pelas instituições. A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo. A contribuição do trabalho é na reflexão sobre a importância de que o saber jurídico seja construído a partir de raciocínios profundos e, portanto, livres de autoridades que o diminuam. A repercussão esperada é a de que o meio universitário local tome conhecimento.

Palavras-chave: Pierre Menard – Autoridade – Direito.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmico do Curso de Direito – 8º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. victorkmieczik@hotmail.com

² Mestre em Desenvolvimento, linha de pesquisa Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) Campus Ijuí, RS. Docente Regime Integral e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da FEMA – Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa/RS. Advogado. Orientador. reneschubertjunior@yahoo.com.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O tema deste estudo trata da relação entre o conto *Pierre Menard*, a figura da autoridade no direito e a formação do pensamento jurídico. A delimitação temática focaliza a compreensão do conto *Pierre Menard, autor de Quixote*, do escritor argentino Jorge Luis Borges, e suas possíveis contribuições para que se entenda a figura da autoridade no Direito. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará da doutrina e da literatura. O problema questiona em que medida o conto *Pierre Menard, autor de Quixote*, apresenta uma importante metáfora para que se afaste o discurso jurídico de uma repetição conceitual baseada na autoridade de pessoas ou instituições. A hipótese provável pressupõe que a utilização de autoridades como referência única na formação do pensamento jurídico acaba por fomentar a criação de um ambiente que adota como importante *quem diz* e não o *quê diz*, o conteúdo.

O objetivo geral O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura atinente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pela necessidade de reflexão sobre a influência negativa que o pensamento jurídico sofre a partir da incidência de argumentos de autoridade que impedem um questionamento mais amplo a respeito dos saberes e passa a transformar e reduzir o Direito às posições defendidas pelas instituições. Os específicos são: a) Estudar o enredo do conto *Pierre Menard*; b) Pesquisar a respeito do significado de autoridade no Direito e seus desdobramentos.

A análise da condição em que se desenvolvem os argumentos jurídicos é fundamental para que seja preservada uma profundidade e autonomia deste ramo e ao mesmo tempo para que se vislumbre com clareza sobre quais fundamentos estão sendo posicionadas as decisões e as opiniões. A viabilidade do estudo dá-se pela disponibilidade dos dados da pesquisa, bem como pela concretude dos métodos utilizados. Além disso, é coerente pesquisar o tema na contemporaneidade, já que a valoração dos argumentos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de autoridades pode ser engrandecida com a popularização cada vez maior das redes sociais e o fenômeno jurídico, nesse contexto, pode ser vítima de simplificações equivocadas.

A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo.

Para a melhor organização do artigo apresentam-se duas seções: a primeira expõe o enredo do conto objeto deste estudo, desenvolvendo o sentido que se pretende estabelecer para o seu conteúdo, e a segunda apresenta/investiga as questões amplas que envolvem o sentido de autoridade, bem como as suas consequências específicas no campo do Direito.

1 QUEM ESCREVEU O DOM QUIXOTE?

Haroldo de Campos, poeta paulista, apresenta em seu poema *Servidão de Passagem* um curioso jogo de palavras que denota a sua intenção de questionar o sentido da poesia, sua presença no campo do social e seu caráter diante da realidade fática do mundo. Assim, questiona qual o sentido de existir poesia em tempos de dificuldades:

a poesia é pura?
a poesia é para
de barriga vazia
poesia em tempo de fome
fome em tempo de poesia
poesia em lugar do homem
pronome em lugar do homem
homem em lugar de poesia
nome em lugar do pronome
poesia de dar o nome
nomear é dar o nome
nomeio o homem
no meio a fome
no meio a fome (CAMPOS, 1962, s.p.).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Sua visão, a partir disso, aponta para a refutação, por meio da simples troca de uma vogal na formulação do verso, de que a poesia deveria ser algo puro, distanciado, pois, da realidade social. A dita pureza desta arte estaria, nesse sentido, levando em conta o que é sugerido no poema, ligada com um caráter grande de abstração e um desvinculamento do fazer poético do mundo da vida e dos problemas práticos enfrentados no cotidiano. Ao dizer, assim, que a poesia não é mais *pura*, mas em verdade *para*, o que se entende é que há uma defesa de um sentido também instrumental da poesia, ligado a finalidades da experiência prática e capaz de refletir e transformar essas problemáticas. O poema ganha um poder social a partir dessa consciência, como fica claro nos trechos que mencionam os *tempos de fome*, dando a entender que a força poética também pode colaborar na suplantação de dificuldades.

Essa perspicaz construção do poeta é utilizada como metáfora no título deste estudo, no qual a poesia é substituída pelo Direito. Em verdade, o que se pretende é usar deste engenhoso artifício como metáfora para iluminar um importante problema jurídico: a autoridade de quem diz em detrimento do conteúdo do que é dito. Assim, persistindo na proposta do poema, o direito não é *puro* no sentido de que a sua compreensão deva ser cristalizada em um enunciado geral proferido por alguém em uma posição de destaque, independente da validade dessa construção, mas é *para* que os argumentos de um embate teórico se fortaleçam a partir de uma reflexão profunda que ignora o emissor e detém os olhos em sua mensagem.

É nesse ponto que o escritor argentino Jorge Luis Borges oferece ferramentas para que se reflita sobre a condição do autor e a importância da mensagem. Em um de seus contos mais conhecidos, o fascinante *Pierre Menard, autor de Quixote*, Borges (1999) desenvolve uma das obsessões de sua obra, a ideia de que em um mesmo texto coexistem todos os homens como autores, ou melhor, de que todos os homens são um e, portanto, todos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

os livros são uma espécie de construção unificada, como se vê na explicação de seu conto *O imortal*:

Quando se aproxima o fim, já não restam imagens da lembrança; só restam palavras. Não é estranho que o tempo tenha confundido as que alguma vez me representaram com as que foram símbolos do destino de quem me acompanhou, por tantos séculos. Eu fui Homero; em breve, serei Ninguém, como Ulisses; em breve, serei todos: estarei morto. (BORGES, 1999, p. 13).

Pierre Menard foi publicado na revista *Sur* em 1939 e depois incluído na primeira edição da coletânea de contos *Ficciones* (RECOBA, 2010). Sua curiosa estrutura se utiliza de um híbrido criado pelo autor entre ensaio e conto. Dessa forma, o formato do conto é muito semelhante a um estudo crítico a respeito da obra de um autor falecido, que procura elucidar alguns pontos que segundo ele foram interpretados de maneira equivocada pelas outras publicações que homenagearam Pierre, de quem foi amigo íntimo. Ocorre que, ao que consta, este escritor chamado Pierre Menard nunca existiu e tampouco existe a sua obra que o narrador trata de citar longamente no início do conto. Essa é a intenção, pois, de Borges, inventar um autor e uma obra, e esse mesmo artifício aparece mais vezes¹, para então dedicar algumas páginas ao exame de um projeto impossível deste escritor fictício de escrever o Dom Quixote.

O conto então começa com uma numerosa lista que cataloga todos os escritos desse autor desconhecido, com alguns detalhes a respeito das peculiaridades de cada um. Aqui já se revela a fina ironia de Borges, que no meio da tarefa de elencar monografias a respeito do jogo de xadrez, inventa autores dos quais tratou o também inventado Menard. Há em seguida uma advertência sobre a divisão necessária da obra entre visível e invisível. A

¹ Tome-se como exemplo o conto Exame da obra de *Herbert Quain*, presente na coletânea *O Aleph* (BORGES, 1999).

primeira seria composta pelos títulos que foram elencados na listagem inicial, enquanto a segunda representa um esforço literário muito maior:

Por sua parte, a obra não visível é, precisamente, a escritura calcada palavra por palavra dos capítulos nono, trigésimo oitavo e um fragmento do vigésimo segundo da primeira (ou segunda) parte do Quijote de Cervantes (1605, aprox.). Nesse ponto é que começa a surgir a tensão própria do relato: quem é esta personagem e por quê pretende realizar uma cópia do Quijote que já possui um autor? Por que o narrador não o acusa de plágio e, ainda, o elogia? Estes são os primeiros interrogantes que o leitor comum poderia formular no percurso da leitura. Detrás de tudo isto existe uma possível justificativa: Borges quebra com a lógica estabelecida para sugerir-nos outros caminhos de compreensão. Portanto, a escolha desses capítulos não foi aleatória, essas passagens já esboçavam a figura do Pierre Menard borgiano. (RIVERA, 2017, p.123).

Com isso, o “enredo” do ensaio/conto dá conta de tratar do intento de Pierre Menard de escrever o Dom Quixote de Miguel de Cervantes palavra por palavra, linha por linha, com absoluta precisão de termos. No entanto, como bem explica o narrador, a intenção não é reproduzir o original, simplesmente copiar as expressões do escritor espanhol, mas na verdade é escrevê-lo novamente:

Não queria compor outro Quixote – o que é fácil – mas o Quixote. Inútil acrescentar que nunca enfrentou uma transcrição mecânica do original; não se propunha copiá-lo. Sua admirável ambição era produzir algumas páginas que coincidisse – palavra por palavra e linha por linha – com as de Miguel de Cervantes. [...] O método inicial que imaginou era relativamente simples. Conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e de 1918, ser Miguel de Cervantes. Pierre Menard estudou esse procedimento (sei que conseguiu um manejo bastante fiel do espanhol do século XVII), mas o afastou por considerá-lo fácil. (BORGES, 1999, p. 20-21).

Este último trecho revela que o empreendimento de encarnar a realidade e os hábitos de Miguel de Cervantes para só então conseguir escrever o seu



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

livro idêntico ao dele não parece para Menard ser muito interessante pela sua facilidade. Isso porque o projeto por si só já é impossível e esse seria o meio menos divertido de realizá-lo. A solução é, assim, escrever o Dom Quixote não imitando a vida de seu primeiro autor, mas chegar ao mesmo texto que ele a partir das experiências particulares de Pierre Menard no século XX.

O narrador então busca defender o intento de seu saudoso amigo ao comparar parte de seu projeto com a correspondência do texto original de Cervantes, escolhendo uma passagem curta e demonstrando as diferenças significativas entre as duas versões, o que justificaria o trabalho de Menard. Ocorre que os trechos escolhidos para a aproximação são exatamente iguais entre si, com identidade absoluta entre todas as palavras. Mesmo assim, diz o narrador que a versão de Menard, apesar de ser verbalmente idêntica à original, é muito mais rica e ambígua. Vê-se, a partir disso, com espanto o que propõe essa parte do conto, que parece tentar ironizar o leitor ao apresentar coisas visualmente iguais e dizer que uma delas é superior em certos aspectos.

Apesar da ironia, como já mencionado, fazer parte por vezes de maneira bastante sutil da obra borgiana, é certo que esse recurso não foi utilizado apenas para levar o leitor a vasculhar os excertos em busca de diferenças significativas. A explicação, ainda que não seja certa e direta, parece estar no desfecho do conto, que faz menção a uma inusitada técnica de leitura que teria sido, ainda que inconscientemente, preconizada por Pierre Menard. Essa atribuição deliberadamente equivocada a respeito da autoria dos textos e um anacronismo proposital que altera a sua presença no tempo proporcionam, diz o narrador, uma renovação na arte da leitura. Outra pista é dada pelo próprio Menard: “Todo homem deve ser capaz de todas as idéias e suponho que no futuro o será.” (BORGES, 1999, p. 23).

Nesse sentido, comentando a respeito do que chama de *pluralidade ilusória* e do conceito de autor em Borges, Newton de Castro Pontes assevera acertadamente que:

Como se pode notar, o narrador acrescenta a sugestão de que as obras dos precursores sejam, de fato, pensadas como obras produzidas por seus sucessores; a sugestão da leitura anacrônica é levada, então, ao seu limite lógico, em que as relações da obra com o contexto histórico e sociocultural em que foi produzida – e, portanto, com o escritor real que a criou – são abolidas até certo ponto (se não completamente), dando-se preferência a uma leitura que apenas relaciona as obras com o todo da língua e da literatura, visto sincronicamente. (CASTRO PONTES, 2018, p. 6).

Para além da interpretação do conto que revela características interessantes a respeito da natureza da interpretação como processo histórico, já que um mesmo texto assume significados diferentes a partir de sua análise temporal que vai acumulando sentidos, outro ponto interessante da obra de Borges é a sua relação com a autoria e, portanto, com a *autoridade* de um autor. Importante ressaltar a menção que é feita no conto a um palimpsesto, dando a entender que a tarefa de produzir um texto é, de certa forma, reescrever sobre os vestígios dos textos passados.

Nessa linha, a importância de Dom Quixote não está necessariamente em Cervantes, como também por certo não está no seu outro escritor Pierre Menard, mas nos sentidos capazes de serem atribuídos ao texto e na envergadura que tomarão com a passagem do tempo. Pensando, assim, nas ideias como uma espécie de *poesia universal*, se abole de uma só vez a personalidade o escritor e sua autoridade:

Assim, o conto de Borges reproduz uma imagem arquetípica de poeta: a do sujeito que, quase irracional, perde a sua personalidade/individualidade ao mesmo tempo em que se torna veículo de uma poesia universal, uma poesia que não pode pertencer a um só sujeito mas sim ao todo da humanidade. (PONTES, 2018).

É essa, pois, a metáfora a que se recorre nesse estudo. A ideia de que os sentidos dos textos sejam atribuídos pelo seu conteúdo a partir de uma interpretação capaz de revelar sua descendência histórica, deixando de lado a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

condição pessoal de quem emite a opinião ou a redige. Essa postura é especialmente essencial no meio jurídico, no qual os confrontos teóricos por vezes recaem no reducionismo de considerar como absoluta uma posição apenas pela sua emissão ter sido feita por alguém, ou por um órgão, em posição de destaque.

2 A AUTORIDADE, A FALÁCIA E O FATOR JULIA ROBERTS

A tentativa principal desta segunda etapa do trabalho é desenvolver o argumento no sentido proporcionar mais algumas abordagens a isso que se chama autoridade no ramo do Direito. Em síntese, o que se pretende elucidar é que estará correto um raciocínio jurídico se guardar uma lógica interna sólida, independente de ter sido proferido por um juiz, por um estudante de Direito ou por um ministro da Suprema Corte.

É esse afastamento entre o autor e o seu discurso que se torna necessário para que o fenômeno jurídico não se reduza à repetição de opiniões questionáveis sem que haja um entendimento crítico do seu conteúdo. Por certo que aqui não se está falando, e esse esclarecimento talvez seja necessário, de uma negação da força das instituições que tem como dever aplicar prescrições legais, tais como o Judiciário, por exemplo, ou mesmo de um dever de que essa força seja desobedecida. O plano é outro e os fins são diversos: aqui se trata dos embates teóricos jurídicos e da própria construção de um ambiente discursivo que permita que ideias sejam desenvolvidas e de que os fenômenos sejam compreendidos de maneira mais rica, o que é impossibilitado se há a presença de um raciocínio tido previamente como válido por fatores alheios à sua substância. Tratando do conceito de autoridade e das suas diferentes manifestações, Manuel Atienza diz que:

O conceito de autoridade tem, manifestamente, um caráter relacional [...] para poder falar de autoridade é necessário que a crença ou a

456



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

diretiva da autoridade funcione como uma razão, isto é, que tenha alguma relevância na crença ou no comportamento de quem admite a autoridade de outro (e somente porque é autoridade). Mas a razão pode ter uma força variável: por exemplo, pode resultar determinante para configurar as crenças ou guiar o comportamento de outro; ou simplesmente pode contribuir para tanto. A distinção entre autoridades vinculantes ou persuasivas (ou opcionais), à qual se referia Schauer, tem a ver com isso. (ATIENZA, 2012, p. 149-150).

Nesse sentido, existe uma relação de sujeição às opiniões emitidas por alguém que é explicada pelo seu poder de influência, pela sua suposta autoridade no assunto. O problema dessa postura é a criação de preceitos que passam a ser absolutamente insucetíveis de questionamentos, semelhante a um inquestionável dogma, postura essa que não deve estar presente na formação acadêmica e profissional, visto que é importante que se fomente constante debate e uma compreensão de que essas verdades absolutas não devem estar presentes a não ser um sentido de comodismo e falta de fundamentos que se pretenda superar (IOCOHAMA et al, 2014).

É inevitável, falando-se em autoridade, tratar de um viés cognitivo que acaba por incidir nas argumentações e que de certa forma ajuda a explicar o fascínio por opiniões carregadas de um senso de superioridade. É a chamada falácia da autoridade, apelo à autoridade ou *argumentum ad verecundiam*, que se caracteriza pela sustentação de um argumento a partir da utilização precária de uma autoridade, sendo que “[...] ainda que às vezes seja apropriado citar uma autoridade para suportar uma opinião, a maioria das vezes não o é.” (DOWNES, s.d, p. 6).

Nesse sentido, é possível usar a referência a uma autoridade para embasar um posicionamento, tendo em vista o seu conhecimento técnico específico, mas em muitos casos esse recurso se torna uma muleta para sustentar raciocínios problemáticos ou, o que é pior, uma barreira para a elaboração de raciocínios críticos que questionem todas as compreensões absolutas. Assim explicam Luis Alberto Warat e Horácio Wanderlei Rodrigues:

Na falácia de apelação à autoridade encontramos apelos aos sentimentos de respeito pelas autoridades de elevado prestígio social ou de superior posição hierárquica. A invocação de uma autoridade se torna persuasiva, em um raciocínio, se através dele se obtém a aceitação de certos pontos de vista ou afirmações. Essa falácia é criada com o estabelecimento de apelos à autoridade, fazendo com que sejam eliminadas possibilidades de provas em contrário. A autoridade tem, portanto, dentro do discurso, um valor probatório. Pode-se dizer que se trata de um valor de prova intrínseca para o exercício do raciocínio, possuindo, porém, um grau valorativo de tal magnitude que impede, aos receptores, elaborarem, por sua vez, relações associativas da mensagem tendentes a não aceitar os argumentos do emissor. (WARAT; RODRIGUES, 1984, p. 41-42).

Como se percebe, a utilização de um apelo à autoridade não só pode esconder um argumento mal formulado ou improcedente, mas também altera a conduta do receptor da mensagem, que encontra dificuldades para contornar o que foi afirmado e validado por um suposto superior hierárquico ou detentor de alto prestígio social. Os autores mencionados dão como exemplo clássico de utilização de autoridade o caso dos teólogos de Florença que, diante das descobertas de Galileu, se negaram a observar os fenômenos pelo telescópio, alegando que essas constatações seriam contrárias às ideias de Aristóteles (WARAT; RODRIGUES, 1984). Com isso, uma crença pessoal nas ideias de uma figura que para eles era uma autoridade os impediu de por à prova as verdades estabelecidas, justamente por que essa verificação poderia prejudicar as suas convicções religiosas e filosóficas.

No ramo jurídico, a problemática se desenha a partir da confiança que se deposita nos entendimentos de certas autoridades do meio ou mesmo no caráter absoluto que é assumido por certas decisões de órgãos elevados, que põem fim ao debate apenas pela sua posição de destaque. É nesse sentido que Lênio Streck cunhou a expressão *Fator Julia Roberts*:

No filme *O Dossiê Pelicano* há uma cena na qual o professor de Direito Constitucional de Harvard relata para seus alunos que no estado da Geórgia fora aprovada uma lei alçando a sodomia à categoria de crime (pena de 1 a 20 anos) e que a *US Supreme Court*, instada a decidir acerca da inconstitucionalidade da lei em vista da violação à privacidade dos cidadãos, decidiu, por 5x4, que “não é inconstitucional que o estado classifique determinadas condutas — entre elas, a sodomia — como criminosas” (case *Bowers v. Hardwick*, 30/06/1986). “Este é o precedente”, anuncia o professor no filme, passando já ao próximo assunto. Neste exato momento, uma aluna, interpretada por Julia Roberts, interpela o mestre para dizer “*The Supreme Court is wrong*” (a Suprema Corte está errada). Eis o “fator Julia Roberts”: dizer/sustentar que o Tribunal Maior (ou qualquer outro tribunal) cometeu um equívoco. Esse “fator” ou “efeito *Júlia Roberts*”, lamentavelmente, muito pouco vinga em *terras brasileiras*, onde a doutrina-cada-vez- doutrina-menos. Dia a dia, a doutrina se “entrega” aos que os tribunais decidem. (STRECK, 2012, s/p).

Ou seja, no filme a simples menção de que a Suprema Corte havia firmado entendimento sobre a questão foi suficiente para encerrar os debates, o que demonstra que o entendimento de uma autoridade judicial acaba por limitar o fenômeno jurídico e transformar os alunos de Direito em meros leitores de precedentes. O fator *Julia Roberts* é, portanto, a postura contrária, a coragem de defender que a Suprema Corte, ou qualquer outra figura de autoridade, está errada. Para além disso, Streck também menciona a redução do próprio Direito ao que dizem os tribunais, de maneira que a doutrina muitas vezes não aplica o dito *fator* e se limita a reproduzir os entendimentos. A respeito desse tema e de seus efeitos, também comenta Alexandre Morais da Rosa:

A paternidade ou maternidade da interpretação pelo Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça não pode implicar canonização do sentido conferido. A batalha de argumentos precisa convencer com fundamentos democráticos. Aceitar o contrário seria coroar cada juiz como rei de seu feudo-tribunal. De um lado as normas jurídicas e de outro o devido processo legal deveriam ser limites à atribuição de sentido. Em face da complexidade em estabelecer os critérios para decisão, especialmente diante a multiplicidade de princípios (muitos inventados *ad hoc*), sendo o



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

mais *totalflex* o da proporcionalidade, por sua compreensão inautêntica, acabamos refêns de subjetividades. (ROSA, 2016, s/p).

Aqui se revelam consequências graves advindas de um comportamento que simplesmente aceita as decisões e os argumentos jurídicos quando esses emanam do Poder Judiciário. Esse processo, pois, de estabelecer autoridades que possuem veracidade prévia ao que pronunciam se dá de maneira espaçada no âmbito jurídico, se revelando desde a dificuldade em proporcionar raciocínios críticos na academia até a formação doutrinária do Direito, que precisa ir além das definições dos tribunais.

Recuperando a ideia do conto que foi utilizado como ponto de partida neste estudo e o utilizando como metáfora para a questão da autoria e da autoridade, pode-se dizer que a missão é esquecer por um momento quem escreveu o Dom Quixote, deixar de lado por um momento a figura persuasiva do autor e a partir de então tentar revelar o sentido íntimo dos textos e das opiniões, como se fizessem parte de um todo comunicativo.

CONCLUSÃO

Uma das possíveis mensagens ou interpretações que podem ser retiradas do conto Pierre Menard, autor de Quixote, e, em verdade, de toda a obra borgiana, é a complexidade que envolve a emissão de mensagens e o modo como estas serão recebidas e utilizadas com o passar do tempo, sobretudo no que diz respeito aos sentidos novos que lhes serão atribuídos ao longo desse percurso. Como exposto, a ideia do conto era, entre outras, questionar a figura do autor como uma entidade solitária e com uma personalidade irrestrita, propondo que se desconsiderado o tempo, um autor posterior poderia influenciar um antepassado por meio dessa corrente infindável de conhecimento compartilhado por meio da literatura, nessa espécie



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de monumento em forma de palimpsesto repleto de vestígios antigos que vão se revelando quando analisados. Desse modo, é possível estabelecer paralelos entre o que é descrito nessa obra e uma ideia de autoridade que permeia o meio jurídico, no sentido de incentivar que se cultue uma prática de afastamento da mensagem de seu autor e aproximação de seu conteúdo para que se evite que raciocínios sejam acolhidos apenas pela constituição do indivíduo ou entidade que os profere.

Nesse sentido, buscou-se relacionar, principalmente, essas ideias do conto com algumas reflexões a respeito do que significa a autoridade no meio jurídico e de que forma essa figura atrapalha a formação de um pensamento crítico e livre no Direito e repercute, inclusive, no tratamento que é dado ao fenômeno jurídico pelos variados componentes dessa área, em especial a doutrina. Procurou-se, ainda, tratar em específico do que é entendido como uma falácia de autoridade, caracterizada pela utilização instrumental de uma opinião para embasar um raciocínio que é, por vezes, equivocado e se beneficia dessa suposta validação conferida por uma autoridade. A questão está em perceber que esse recurso é na maioria das vezes uma ferramenta que visa maquiagem um raciocínio deficitário com a citação de uma opinião externa que lhe confere um grau de certeza. Tem-se, por fim, a apresentação de um curioso conceito doutrinário que aponta para a necessidade de que os operadores do Direito não se satisfaçam com as decisões judiciais a ponto entenderem que o que é decidido pelas Cortes encerra os debates e reproduz com fidelidade o que é esta ciência. Todas essas incursões servem para demonstrar que o valor de um discurso deve ser analisado a partir de seu conteúdo, independente de quem o proferiu. Do contrário, serão geradas constantes distorções da verdade e do conhecimento e a redução do pensamento à repetição de ideias prontas advindas de alguém ou de alguma instituição eleita como referência inquestionável.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

REFERÊNCIAS

- ATIENZA, M. **O Argumento de Autoridade no Direito**. Revista NEJ - Eletrônica, Vol. 17 - n. 2 - p. 144-160 / mai-ago 2012.
- BORGES, J. L. **Ficções**. São Paulo: Globo, 1999.
- BORGES, J. L. **O Aleph**. São Paulo: Globo, 1999.
- CAMPOS, H. **Servidão de Passagem**. Disponível em: <<https://moisesnascimentoblog.files.wordpress.com/2016/08/poesia-haroldo-de-campos.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- DOWNES, S. **Guia das Falácias de Stephen Downes**. Disponível em: <<http://www.lemma.ufpr.br/wiki/images/5/5c/Falacias.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.
- IOCOHAMA, C. H.; GIANINI, A. J. L.; PEREIRA, C. E. M.; SCHWENGBER, L. M. dos S.; CARRASCO, R. S.; MOSSIOLI, V. A. **O Argumento de Autoridade no Processo Judicial: repercussões no processo educativo**. Rev. Ciênc. Juríd. Soc. UNIPAR. Umuarama. v. 17, n. 2 p. 155-184, jul./dez. 2014.
- PONTES, N. C. **A Pluralidade Ilusória: o conceito de autor na obra de Jorge Luis Borges**. Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 40(2), e41093, 2018.
- RECOBA, M. V. **Pierre Menard, Autor del Quijote: uma reflexión sobre la práctica del comentario textual**. Apuntes 67, segundo semestre 2010: páginas 157-169 / ISSN 0252-1865 Copyright 2010: Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico.
- RIVERA, J. **Pierre Menard: Leitor-criador**. Boletim de Pesquisa Nelic, Florianópolis, v. 17, n. 27, p. 121-133, 2017.
- ROSA, A. M. **No Jogo Processual, é Importante Conhecer o Fator Julia Roberts**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-30/diario-classe-jogo-processual-importante-conhecer-fator-julia-roberts>>. Acesso em: 25 out. 2020.
- STRECK, L. L. **O Fator Julia Roberts ou quando o Supremo Tribunal Erra**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-out-25/senso-incomum-fator-julia-roberts-ou-quando-supremo-erra>>. Acesso em: 25 out. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

WARAT, L. A; RODRIGUES, H. W. **Técnicas Argumentativas na Prática Judicial**. Sequência, Estudos Jurídicos e Políticos. V. 05. n. 09, 1984.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

DOS ARQUÉTIPOS DOS JUÍZES PÓS-MODERNOS PARA O USO DE APRENDIZADO DE MÁQUINA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DE ROBÔS-JULGADORES.

Gabriel Henrique Hartmann¹

Os egípcios construíram pirâmides, os gregos, templos, os romanos, anfiteatros, mas os judeus construíram escolas. Eles sabiam que para defender um país era necessário um exército, mas para defender uma civilização é necessário educação. Assim, os judeus se tornaram o povo cujos heróis eram professores, cujas fortalezas eram escolas e cuja paixão era o estudo e o desenvolvimento da mente. (Jonathan Sacks).

RESUMO

A reflexão alinhada no presente trabalho se utiliza de uma abordagem indutiva, com método epistemológico fenomenológico-hermenêutico. Considerando os arquétipos de juízes pós-modernos demonstrados por François Ost, a pesquisa apresenta a seguinte pergunta condutora: como os arquétipos de juízes pós-modernos exprimem os três tipos de uso de aprendizado de máquina no Direito? O trabalho perpassa pelo estudo das teorias sistêmicas abordadas pelos autores aqui expostos. No decorrer da pesquisa, incessantemente prezar-se-ão por visões permeadas pelo direito autônomo e responsivo. Com o estudo subdividido em uma apresentação teórica dos juízes pós-modernos demonstrados por François Ost, seguido de um tópico que representa materialmente nos tipos de juízes de aprendizado de máquina preconizados por Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa.

Palavras-chave: Arquétipos de Juízes Pós-Modernos – Inteligência Artificial – Tipos de Uso do Aprendizado de Máquina no Direito.

INTRODUÇÃO

Com os fragmentarismos e tensionamentos do Direito, frequentemente surgem crises de diferentes intensidades. Algumas baseadas pela falta de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo/RS. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (CAPES/PROSUC). Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), Santa Rosa/RS. gabrielh.hartmann@hotmail.com.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

referências específicas, outras pelo excesso destas. Surgem, nesse entrelaçamento, modalidades que procuram distinguir o Direito na sociedade.

O uso do aprendizado de máquina para a solução dos problemas no Direito, com a diferenciação exposta por Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa, se assemelham com os arquétipos de juízes pós-modernos, desenvolvidos por François Ost, em 1990. François Ost descreveu os arquétipos baseado em semideuses gregos – Júpiter, Hércules e Hermes – definindo cada um desses com suas características, interpretações e peculiaridades de julgamento.

Considerando que os arquétipos de juízes pós-modernos demonstrados por François Ost se dividem em Júpiter, Hércules e Hermes e o uso do aprendizado de máquina no Direito, que segundo Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa, se dividem em robô-classificador, robô-relator e robô-julgador, a pesquisa apresenta a seguinte pergunta condutora: como os arquétipos de juízes pós-modernos exprimem os três tipos de uso de aprendizado de máquina no Direito?

Para isso, em observância a pesquisa partirá de compreensões específicas e sistêmicas das modalidades de Direito na sociedade e dos arquétipos de juízes pós-modernos, partindo para uma compreensão prática e abrangente acerca da temática, a pesquisa utiliza-se do método de abordagem indutivo. Também, perpassa por um método epistemológico fenomenológico-hermenêutico, visto que serão utilizados conceitos objetivando auxiliar a interpretação, procurando compreender fenômenos em suas mais diversas manifestações.

A pesquisa subdividir-se-á em dois momentos. Inicialmente, serão debatidos os arquétipos de juízes pós-modernos descritos por François Ost (Júpiter, Hércules e Hermes). Em um segundo momento, serão expostos momentos essenciais para o alcance das atuais concepções tecnológicas e as



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

formas de utilização do aprendizado de máquina no Poder Judiciário, expostas por Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa.

1 DOS ARQUÉTIPOS DE JUÍZES PÓS-MODERNOS

Nos últimos vinte anos houve um interesse demasiado sobre as instituições judiciárias, de como funcionam, as forças que nela atuam, e seus limites e possibilidades. Este envolvimento deve-se ao fato de que em 1950, os meios acadêmicos trouxeram a crença de que uma nova ciência social iria resgatar a promessa de uma geração precedente de explorar as razões e as saídas para o isolamento da ordem legal. Tanto que a relação entre direito e sociedade teve importância significativa. Deve-se a este fato, “[...] as convicções políticas da época colocavam a justiça numa posição prioritária na agenda pública.” (NONET; SELZNICK, 2010, p. 39).

Visto perpassar por um clima de queda na confiança, o Direito impregna os estudos recentes. Isso se deve, em grande parte, ao modo de como os juízes decidem os casos. Ronald Dworkin descreve a importância que o tribunal tem às pessoas “[...] sem sorte, litigiosas, más ou santas o bastante para se verem diante do tribunal. Learned Hand, que foi um dos melhores e mais famosos juízes dos Estados Unidos, dizia ter mais medo de um processo judicial do que da morte ou dos impostos.” (DWORKIN, 1999, p. 3). No mesmo intuito, pode-se assinalar:

Os processos judiciais são importantes em outro aspecto que não pode ser avaliado em termos de dinheiro, nem mesmo de liberdade. Há, inevitavelmente, uma dimensão moral associada a um processo judicial legal e, portanto, um risco permanente de uma forma inequívoca de injustiça pública. Um juiz deve decidir não simplesmente quem vai ter o quê, mas quem agiu bem, quem cumpriu com suas responsabilidades de cidadão, e quem, de propósito, por cobiça ou insensibilidade, ignorou suas próprias responsabilidades para com os outros, ou exagerou as responsabilidades dos outros para consigo mesmo. Se esse

juízo para ser considerado injusto, então a comunidade terá infligido um dano moral a um de seus membros por tê-lo estigmatizado, em certo grau ou medida, como fora-da-lei. O dano é mais grave quando se condena um inocente por um crime, mas já é bastante considerável quando um queixoso com uma alegação bem fundamentada não é ouvido pelo tribunal, ou quando um réu dele sai com um estigma imerecido. (DWORKIN, 1999, p. 3-4).

Vive-se em um período de fragmentações do saber, estabelecido entre os que acreditam que possuem a verdade e a solução para tudo. Acredita-se que as ideias, conceitos, categorias e teorias geram fatos. Endeusam-se situações da realidade, de modo que a realidade individual se sobrepõe a uma realidade social. Assimila-se a esta compreensão a parábola dos setes sábios cegos e do elefante¹ (RUBIO, 2014).

Para François Ost, não existe nenhum outro modelo de referência, nenhuma outra definição unívoca de uma profissão que se posiciona com

¹ Em uma cidade da Índia viviam sete sábios cegos. Como os seus conselhos eram sempre excelentes, todas as pessoas que tinham problemas recorriam à sua ajuda. Embora fossem amigos, havia uma certa rivalidade entre eles que, de vez em quando, discutiam sobre qual seria o mais sábio. Certa noite, depois de muito conversarem acerca da verdade da vida e não chegarem a um acordo, o sétimo sábio ficou tão aborrecido que resolveu ir morar sozinho numa caverna da montanha. Disse aos companheiros: - Somos cegos para que possamos ouvir e entender melhor que as outras pessoas a verdade da vida. E, em vez de aconselhar os necessitados, vocês ficam aí discutindo como se quisessem ganhar uma competição. Não aguento mais! Voume embora. No dia seguinte, chegou à cidade um comerciante montado num enorme elefante. Os cegos nunca tinham tocado nesse animal e correram para a rua ao encontro dele. O primeiro sábio apalpou a barriga do animal e declarou: - Trata-se de um ser gigantesco e muito forte! Posso tocar nos seus músculos e eles não se movem; parecem paredes... - Que palermice! - disse o segundo sábio, tocando nas presas do elefante. - Este animal é pontiagudo como uma lança, uma arma de guerra... - Ambos se enganam - retorquiu o terceiro sábio, que apertava a tromba do elefante. - Este animal é idêntico a uma serpente! Mas não morde, porque não tem dentes na boca. É uma cobra mansa e macia... - Vocês estão totalmente alucinados! - gritou o quinto sábio, que mexia nas orelhas do elefante. - Este animal não se parece com nenhum outro. Os seus movimentos são bamboleantes, como se o seu corpo fosse uma enorme cortina ambulante... - Vejam só! - Todos vocês, mas todos mesmos, estão completamente errados! - irritou-se o sexto sábio, tocando a pequena cauda do elefante. - Este animal é como uma rocha com uma corda presa no corpo. Posso até pendurar-me nele. E assim ficaram horas debatendo, aos gritos, os seis sábios. Até que o sétimo sábio cego, o que agora habitava a montanha, apareceu conduzido por uma criança. Ouvindo a discussão, pediu ao menino que desenhasse no chão a figura do elefante. Quando tateou os contornos do desenho, percebeu que todos os sábios estavam certos e enganados ao mesmo tempo. Agradeceu ao menino e afirmou: - É assim que os homens se comportam perante a verdade. Pegam apenas numa parte, pensam que é o todo, e continuam tolos!

tamanha multiformidade e pluralismo quanto à profissão de um magistrado. A explicação para o autor deve-se ao fato de que, em um campo judicial complexo e heterogêneo, a formação de um modelo único demonstra-se difícil de ser atingida. Estas crises ressurgem constantemente, seja pela falta de referência ou pelo excesso destas (OST, 2007).

A complexidade enfrentada na contemporaneidade é demonstrada pela magistratura por François Ost. Em artigo escrito em 1990, descreveu os modelos de juízes. Para Ost, há três modelos de juízes na contemporaneidade: *Júpiter*, *Hércules* e *Hermes*. Os modelos de juízes poderiam ser mencionados como *modelos de intérpretes*, pois qualquer jurista que envolvido no problema interpretativo que atravessa o fenômeno jurídico, pode apresentar características determinantes para os modelos de juízes apontados.

O *juiz Júpiter* desempenha suas atividades baseadas na crença absoluta de uma teoria do ordenamento jurídico. Para esse *modelo de intérprete*, as normas estariam hierarquizadas e estratificadas no interior do ordenamento jurídico, de modo que o legislador estabeleceria definidores da ação interpretativa. O modelo *jupiteriano* é baseado em códigos e leis emitidos por órgãos com autoridade legislativa (OLIVEIRA; ROSA, 2013).

O *juiz Hércules*¹, por sua vez, é o arquétipo que reúne em torno de si elementos caracterizantes de uma postura interpretativa nas propostas do realismo jurídico. O *juiz Hércules* detém sobre si o poder de, concomitantemente, decidir o caso concreto e criar a norma jurídica que seria aplicada (OST, 2007). O *juiz Hércules* cria a regra no momento da decisão e a aplica no momento originário. Assim, segundo Rafael Tomaz de Oliveira e

¹ François Ost expõe que a descrição que expõe de juiz Hércules é diferente daquela que Ronald Dworkin expõe. Por isso, “[...] é preciso ainda afirmar — indo além da ressalva posta por Ost — que para Dworkin o juiz Hércules representa aquele que, a partir de um dedicado trabalho (quase sobre-humano) de análise do Direito da comunidade política, descobre o direito que as partes efetivamente têm (Hércules é o juiz que leva os direitos a sério), e não aquele que cria Direito e o aplica retroativamente ao caso. Vale dizer, o juiz Hércules de Dworkin é antirrealista e, ao mesmo tempo, antijupiteriano.” (OLIVEIRA; ROSA, 2013).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Alexandre Morais da Rosa, “[...] não haveria para o juiz Hércules um compromisso em descobrir o direito que as partes tinham no momento de instalação do conflito.” (OLIVEIRA; ROSA, 2013, s.p.).

O último arquétipo, o *juiz Hermes*, é o modelo adequado ao chamado *Direito pós-moderno*. O *juiz Hermes* é aquele que opera e dialoga com todos os códigos e valores no horizonte da pós-modernidade. *Hermes* seria um juiz que se adapta ao fragmentarismo moderno. O *juiz Hermes* é, acima de tudo, uma estrutura em rede que objetiva traduzir todas as informações disponíveis instantaneamente (STRECK, 2010).

Por isso, uma formulação um pouco mais geral do direito é a compreensão de Philippe Nonet e Philip Selznick (2010). A compreensão dos autores perpassa pelo direito como fenômeno genérico e multiforme, encontrável em diferentes cenários, não exclusivamente associados ao Estado ou a uma comunidade política nitidamente organizada. Em contraponto, descrevem como inaceitável o direito como mera conformidade da conduta, um padrão de obrigações pessoais recíprocas, ou mesmo, como qualquer forma de solução de litígios ou um nexos causal de controle social informal. Ronald Dworkin expõe alguns questionamentos:

Nada disso justifica o ponto de vista da simples questão de fato, segundo o qual o direito é sempre uma questão de fato histórico e nunca depende da moralidade. Apenas acrescenta que, em certas ocasiões, advogados experientes podem descobrir que não existe absolutamente norma jurídica alguma. Todas as questões sobre a natureza do direito têm, ainda, uma resposta histórica categórica, embora algumas tenham respostas negativas. A questão da fidelidade é então substituída por uma questão diferente, igualmente distinta da questão do direito, que podemos chamar de questão da reparação. O que fariam os juízes na ausência da norma jurídica? Essa nova questão política abre espaço a uma divergência de opiniões muito semelhante à divergência original sobre a questão da fidelidade, pois os juízes que não têm escolha a não ser criar um novo direito podem introduzir ambições diferentes nessa iniciativa. Devem preencher as lacunas com prudência, preservando ao máximo o espírito do ramo do direito em questão? Ou devem fazê-lo democraticamente, tentando chegar ao resultado que, segundo acreditam, represente a vontade do povo? Ou devem arriscar-se,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tentando tornar o direito resultante tão justo e sábio quanto possível, em sua opinião? (DWORKIN, 1999, p. 12-13).

Nesse sentido, conforme o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin destaca: “[...] o juiz deve abandonar um pouco a força de Hércules e se pautar mais na comunicabilidade e no diálogo trazidos com Hermes (o deus mensageiro).” (FACHIN, 2015, s.p.). Os arquétipos dos juízes pós-modernos, para alguns doutrinadores, não seriam capazes de reunir as características do jurista, intérprete, juiz brasileiro.

Diferentemente dos demais modelos (*Hércules* e *Júpiter*), o modelo de *intérprete/juiz Hermes* respeita o caráter hermenêutico e reflexivo do raciocínio jurídico. O *intérprete ou juiz Hermes* é aquele que estaria adequado aos nuances e perspectivas impostas pela pós-modernidade, incluindo, nesse contexto, a Inteligência Artificial. Com a implantação de Inteligência Artificial no âmbito judicial, é necessária uma descrição dos principais pontos históricos da Inteligência Artificial e uma análise do denominado por Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa de *robô-julgador*.

2 DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL AOS ROBÔS-JULGADORES

Os arquétipos de juízes pós-modernos expostos, demonstram a complexidade da magistratura pós-moderna. Com a implementação tecnológica no Poder Judiciário, surge a Inteligência Artificial, ao ponto de cogitar a possibilidade de *robôs-julgadores*. Enquanto isso não se torna realidade, os autores Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa expõe em sua obra *Ensinando um Robô a Julgar: pragmática, discricionariedade, heurísticas e vieses no uso de aprendizado de máquina no judiciário*, os três tipos do uso de aprendizado de máquina no Direito.

Antes disso, contudo, torna-se necessária uma exposição histórica dos principais acontecimentos para alcançarmos as atuais concepções



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

tecnológicas. Desse modo, data de 1956, o efetivo nascimento da Inteligência Artificial e, conciliou esforços de John McCarthy, Marvin Minsky, Claude Shannon e Nathaniel Rochester no local que se tornou o berço oficial de seu nascimento: o Dartmouth College.

Com os inúmeros questionamentos, a Inteligência Artificial foi caracterizada como um campo que persegue a construção de máquinas que funcionem automaticamente sob meios de constantes mudanças e com exponencial complexidade. O nascimento da Inteligência Artificial está em um período compreendido como o período das grandes esperanças ou ainda o período denominado como entusiasmo inicial (1952-1969), com o desenvolvimento dos primeiros programas de Inteligência Artificial (1959).

O avanço da Inteligência Artificial deve-se, em grande parte, à explosão da *world wide web* - *www*. Desde a montagem da ARPANET até a explosão da *world wide web*, em meados da década de 1990, a Internet estava privatizada e dotada de uma arquitetura técnica aberta que permitia a interconexão entre redes de computadores de qualquer lugar do mundo. Embora a Internet, para os cientistas, teve seu marco inicial em 1960, para a população em geral, foi em 1995 que ela nasceu.

A *Web 1.0* foi a forma mais básica que já existiu de navegadores. Apareceu em 1990 e caracterizava-se por ser a mais primitiva das *webs*. Na *Web 1.0*, as pessoas que estavam conectadas a utilizavam somente para leitura, e o usuário era, basicamente, um sujeito passivo que recebia as informações, sem qualquer possibilidade de interação com o conteúdo das páginas. A *web* primitiva foi caracterizada por sua estaticidade, centralização, uso exclusivo para leitura e não interatividade.

Com a falta de interação e limitada a exibir informação, a *Web 1.0* foi gradualmente substituída pela *Web 2.0*, capaz de oferecer um nível considerável de interação e suas atualizações eram advindas de seus usuários. A *Web 2.0* (termo cunhado por *O'reilly* em 2004) se assentou na primeira



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

década do século XXI, com conexões de internet e ferramentas apropriadas para seu desenvolvimento. Trouxe como principal característica a facilidade de interação e propiciou a investigação, publicação e consultas de conteúdo, alicerçado na simplicidade dos sítios da Web. Foi constituída por seu caráter gratuito dos sites e ferramentas, além da criação e disponibilização de API's (*Application Programming Interface*) que permitiam a comunicabilidade com outros sites. Como seu objetivo era proporcionar comunicabilidade e compartilhamento entre os membros nas mais diversas comunidades, a *Web 2.0* tinha sua essência nos ambientes propícios a comunicação e manutenção de redes sociais.

A *Web 2.0* estrutura-se na dinamicidade, na interação, na possibilidade de leitura e escrita, com o desenvolvimento de inteligência coletiva com o favorecimento do trabalho colaborativo. A *Web 2.0* vincula-se aos serviços de compartilhamento de dados e interação com grande facilidade, sendo as redes sociais e as plataformas de colaboração a base desta evolução cibernética. Com o advento da *web 2.0*, produziu-se um fenômeno social que mudou a relação do ser humano com a informação e a comunicação, de forma a impactar seriamente os meios de comunicação tradicionais.

Com o artigo de *Zeldman*, escrito em 2006, com fortes críticas a *Web 2.0*, surge pela primeira vez a *Web 3.0*. Em 2010 inicia-se um novo período cibernético, a *Web 3.0* ou *Web Semântica*, com importantes consequências aos usuários da rede. A *Web 3.0*, com o intuito de enriquecer a experiência das pessoas, agregou conhecimento no contexto geoespacial, com autonomia que respeita o navegador, propiciou a construção de uma *Web Semântica*. Utiliza-se a forma mais eficiente de dados (*data web*), sendo inter-operativa e onde o usuário tinha o controle para fazer alterações diretamente na base de dados, com a inclusão de metadados semânticos e ontológicos para que pudessem ser rastreados. A *Web 3.0* está associada ao conceito de personalização, com informações e conteúdos adaptados aos gostos e preferências.

Em 2016, com a massiva evolução tecnológica, começou um novo ciclo, centrado em oferecer um comportamento mais inteligente, mais preditivo, de maneira que o ser humano, com apenas um simples movimento, pode causar um conjunto de ações dele derivadas. A *Web 4.0*, ou *Web Predictiva* ou *Web Colaborativa* ou *Internet das Coisas*, nasceu com o intuito de solucionar as limitações do modelo que a precedia. A *Web 4.0* melhorou a experiência do usuário com o uso de novas tecnologias, em um nível de interação mais completo e personalizado, além de não limitar-se simplesmente a mostrar a informação, mas de forma a comportar-se como um espelho mágico de soluções concretas as necessidades do usuário.

Com potentes computadores dotados de capacidade elevada de processamento de dados, qualquer dispositivo com conexão com a internet é capaz de auxiliar o ser humano em funcionalidades outrora inimagináveis. Com a progressiva evolução cibernética, emergiu a possibilidade de as máquinas pensarem, refletirem ou mesmo raciocinarem acerca de suas ações. Máquinas com excelentes resultados seguem em um progressivo aprimoramento. Destacam-se assim, os supercomputadores, com desempenho capaz de realizar quatrilhões de operações matemáticas por segundo¹ e com a possibilidade de aprimorar pesquisas nas áreas de Inteligência Artificial e suas técnicas de *Machine Learning* e *Deep Learning*, além de acelerar inúmeras análises de dados e simulações.

Com a quarta revolução industrial em curso, cogita-se uma *Web 5.0*, com a preocupação de trazer sentimentos à interação dos usuários com a rede. A *Web 5.0* poderá ter a capacidade de interpretar emoções dos usuários, com a ampliação das possibilidades de manipulação, ou seja, a *web 5.0* será mais

¹ O “*Summit*”, supercomputador desenvolvido pela IBM, é o supercomputador mais poderoso do mundo, capaz de executar 200 quatrilhões de operações matemáticas por segundo. Em 2021, a “*Frontier*”, supercomputador desenvolvido pela *Cray-Intel*, com o codinome de Aurora, irá superar em 10 vezes o supercomputador mais poderoso do mundo. O Brasil, possui o supercomputador mais poderoso da América Latina, o *Santos Dumont* (193ª na posição mundial do TOP 500), é capaz de realizar 5,1 quatrilhões de operações matemáticas por segundo.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

afável e manipuladora. Com estes projetos evolutivamente superiores almeja-se sistemas que possam conciliar máquinas, processos digitais e ser humanos de modo que possam estes autocontrolar-se. A *Web 5.0* será a fusão com o conhecimento incorporado aos nossos cérebros com o que há de melhor, tanto em capacidade, velocidade e compartilhamento de conhecimentos que a tecnologia terá a oferecer.

Para que tudo isso seja possível, primordialmente têm-se a necessidade do uso de processamento de linguagem natural. Trata-se da área da Inteligência Artificial que habilita máquinas e computadores a processar as linguagens humanas. Uma dentre as maiores tarefas do processamento de linguagem natural é a classificação. Para tanto, vários desses *inputs* necessitam de alguma alteração. Sem essas alterações, alguns algoritmos têm muitas vezes seu funcionamento e seu sucesso afetado pelo estado dos dados.

O principal desafio do *Machine Learning* ou do aprendizado de máquina, dentro de conjuntos novos de dados, é a escolha do algoritmo apropriado. A escolha geralmente ocorre por tentativa e erro, ou influenciada pela disponibilidade do algoritmo. Essas escolhas, além de subjetivas, podem ter um custo computacional elevado. Como solução para isso há a possibilidade de utilização do meta-aprendizado, que inicia com a criação de conjunto de dados e seleção de um grupo de algoritmos de *machine learning*. De cada conjunto, extrai-se as principais propriedades e anota-se o desempenho do algoritmo quando aplicados ao conjunto, de maneira a constituir um metadado. O conjunto de metadados é utilizado para construção de um sistema de recomendação, capaz de solucionar os algoritmos adequados para cada novo problema.

Com o exponencial desenvolvimento tecnológico, nas últimas décadas desenvolveu-se uma arquitetura baseada em Redes Neurais Artificiais (RNAs), com algoritmos de treinamento para auxiliá-las. A arquitetura é definida por um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

processo de busca sob abordagens, como empírica (busca cega no espaço de possíveis arquiteturas) meta-heurística (um conjunto de RNAs combinam características das quais apresentam melhores resultados, de forma a gerar um novo conjunto de RNAs), poda ou *pruning* (uma RNA com grande número de neurônios é treinada de forma que alcance a precisão desejada) e a construtiva (insere novos neurônios e conexões em uma RNA sem neurônios intermediários, de maneira a melhorar o desempenho diante dos problemas). O número massivo de aplicações que incorporam RNAs deve-se ao fato da alta taxa de resolução em problemas práticos, além da generalização e tolerância a falhas e ruídos, faz com que apresentem um bom desempenho (baixa taxa de erros) quando utilizadas em um número significativo de aplicações.

Em compensação, as críticas ao sistema se devem ao usuário compreender como a rede chega as suas decisões. A dificuldade em entender conceitos representados pelas RNAs baseia-se no fato da grande quantidade de parâmetros serem manipulados por complicadas fórmulas matemáticas. Com o intuito de conciliar conceitos de RNAs e de árvore de decisão, pesquisadores se dedicam ao estudo de técnicas que traduzam o conhecimento adquirido pela rede para um formato compreensível para o usuário (KAITI et al.,2011).

Atualmente, os paradigmas de aprendizado de máquina são divididos em três grupos: aprendizagem não supervisionada, aprendizagem supervisionada e aprendizagem por reforço. Na aprendizagem não supervisionada, o agente, sem nenhum *feedback* explícito, aprende padrões na entrada. Tem similitude com o pensamento humano. Tem abrangência superior aos demais paradigmas, além de um custo financeiro viável. A tarefa mais frequente é a de agrupamento. Na aprendizagem supervisionada, o agente observa alguns exemplos de entrada e saída, e elabora o mapeamento destes. Possui *dataset* anotados, visto passar pelo controle de um agente externo. A precisão dependerá da efetividade do algoritmo escolhido, além da quantidade



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

e da qualidade dos dados usados para treinamento. Na aprendizagem por reforço, o agente aprende sob uma série de reforços (recompensas e punições), possui a responsabilidade de definir os algoritmos responsáveis pela tarefa. Utilizado para o processo de aprendizado por meio de sinais de recompensa ou punição. A principal característica está no fato de que seu aprendizado não está adstrito a um *dataset* fixo (HARTMANN PEIXOTO; SILVA, 2019).

Com essa base conceitual, verificam-se usos potenciais do aprendizado de máquina no âmbito judicial, alguns dos quais já estão ou foram implementados. Tanto é que, atualmente, são 72 projetos de ferramentas de Inteligência Artificial, utilizados em diferentes fases processuais e que de alguma forma operam com mecanismos de Inteligência Artificial. Encontram-se em diferentes fases de implementação, inseridos no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), além dos Tribunais Estaduais, Tribunais Regionais Federais E os Tribunais Regionais do Trabalho, bem como no Conselho Nacional de Justiça¹.

Essa implementação, amplamente debatida, possibilitou Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Moraes da Rosa a construção de sua mais recente obra, elencando, inclusive, os três tipos de aprendizado de máquina no direito: robô-classificador, robô-relator e robô-julgador. Dentre as possíveis formas de utilização, estas concentram mais parte das abordagens.

O *robô-classificador* tem como função primordial encontrar materiais úteis para a fundamentação das decisões judiciais. Os materiais vão desde dispositivos normativos, precedentes judiciais, até modelos de documentos que, possivelmente, servirão de base para o direcionamento do pronunciamento judicial. Esses algoritmos, terão interferência mínima na

¹ O estudo coordenado pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV (Ciapj), encontrou 27 projetos de I.A. que ajudam a verificar se caso está enquadrado no artigo 332 do Código de Processo Civil (improcedência liminar dos pedidos que contrariem súmulas e teses do STF e do STJ). Outros 12 projetos sugerem minutas de decisões e acórdãos. Outras 9 ferramentas se dedicam a verificar a admissibilidade de recursos.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

decisão judicial, visto que as decisões serão elaboradas integralmente por humanos. A principal característica desse processo é sua transparência máxima, visto que o magistrado, pode solicitar que seus assessores procurem manualmente julgados ou precedentes que fundamentaram tais decisões do algoritmo.

O maior exemplo nesse caso é o Projeto Victor, do Supremo Tribunal Federal, que tem por objetivo trazer agilidade na tramitação dos processos na Corte Superior ao sugerir vinculação de processos novos a temas de Repercussão Geral. Em um futuro próximo, segundo Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa, “[...] tribunais e outros órgãos vinculados à administração da justiça de todo país implementem técnicas semelhantes ou que utilizem tecnologias similares para resgatar suas próprias decisões, na tentativa de homogeneizar sua jurisprudência.” (BOEING; ROSA, 2020, p. 98).

O *robô-relator*, por sua vez, procura extrair e condensar informações relevantes e documentos que poderão ser utilizados para a construção de decisões judiciais. O robô-relator, deve ser capaz de encontrar documentos similares, diferenciando cada peça, principalmente, no que se refere à descrição dos fatos, textos legais, jurisprudências colacionadas e estruturas argumentativas. Para tanto, o algoritmo deverá ter a capacidade de mineração de textos, expansão de conceitos e extração de relações.

Utilizado dessa maneira, o algoritmo seria apenas auxiliar na construção das decisões judiciais e suas considerações poderiam ser aceitas e recusadas, seja no fato de que uma decisão amparada em um algoritmo de menos chances de ser revista. A transparência, nesse sentido, se mantém a níveis dos casos decididos sem o auxílio de algoritmos, pois tanto a saída como a responsabilidade serão sempre humanas. O modelo, ao passo que, aprimora sua acurácia, a tendência é de que o magistrado se torne uma espécie de *canal de entrega* por decisões gerados por robôs. Por isso, segundo Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa:



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A maior complexidade técnica do robô-relator significa também maior versatilidade, que permite empregar esses modelos em diferentes funções. A primeira diz respeito a elaborar decisões “pré-fabricadas” para juízes: a máquina indica ao juiz as páginas em que se encontram as peças processuais, elenca os argumentos trazidos por cada uma das partes e, eventualmente, sugere uma decisão para o caso. (BOEING; ROSA, 2020, p. 99).

O último tipo de uso do aprendizado de máquina no Judiciário, o *robô-julgador*, o ato é completamente automatizado. Neste caso, em específico, caso as partes discordarem da decisão proferida pelo algoritmo, apela-se à instância humana revisora. Esse uso, possibilita duas formas de entendimento: por um lado, a interferência humana é eliminada por completo, vez que se separa o componente humano da máquina. Elimina-se, assim, o problema da justificação, pois o algoritmo apenas gerará um resultado. Sob outra perspectiva, a influência da máquina no processo decisório poderá ser compreendida como muito elevada, pois caberá ao julgador humano apenas ratificar a sentença artificial. Além disso, não seria surpreendente se as decisões elaboradas automaticamente tivessem altíssimos níveis de recorribilidade, especialmente de não conterem justificativas satisfatórias e compreensíveis para humanos. Em todo caso, conforme os autores mencionam, “[...] seria necessária uma análise minuciosa do custo-benefício da implementação desse tipo de sistema e dos resultados práticos esperados.” (BOEING; ROSA, 2020).

Considerando os arquétipos de juízes/intérpretes pós-modernos expostos na primeira parte, cabe elucidar desde já que, com a introdução de mecanismos de Inteligência Artificial no Direito, sejam eles *robôs-relatores*, *robôs-classificadores* ou *robôs-julgadores*, eles deverão, necessariamente, exprimir o arquétipo de *juiz/intérprete Hermes*. Para tanto, será necessário que *Hermes* busque com a inteligibilidade propiciada pelos sistemas de Inteligência



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Artificial, a multiplicidade de pontos de interrelação e a expresse sob uma forma de banco de dados.

CONCLUSÃO

Procurou-se destacar no trabalho os arquétipos de juízes pós-modernos: Hermes, Hércules e Júpiter. Para François Ost, responsável por essa divisão, o *juiz Hermes*, é o único capaz de atender todas as perspectivas pós-modernas. *Hércules*, para Ost, cria a norma na aplicação ao caso concreto; *Júpiter* está adstrito apenas a norma. Por isso, Ost tem em *Hermes* o intérprete capaz de expor em suas decisões os fatores, consequências e probabilidades da pós-modernidade.

Em um segundo momento, foi exposto o percurso histórico da implantação Inteligência Artificial e as perspectivas da implementação destes mecanismos no âmbito judicial. Foram descritos os três modelos do uso do aprendizado de máquina no Direito (*robô-relator*, *robô-classificador* e *robô-julgador*) expostos por Daniel Henrique Arruda Boeing e Alexandre Morais da Rosa.

Procurou-se, sobretudo, responder como os arquétipos de juízes pós-modernos exprimem os três tipos de uso de aprendizado de máquina no Direito? Para responder o problema proposto, foram necessárias análises bibliográficas detalhadas acerca de conceitos específicos da Inteligência Artificial, além daqueles preconizados por François Ost.

Desse modo, um juiz pós-moderno, além de atender as perspectivas atuais, não deve se ater somente as legislações ou proferir decisões com normas criadas no momento de sua aplicação. *Hermes* deve ir além. Para um *juiz Hermes* é necessário que o julgador/intérprete esteja disposto a enfrentar os problemas e perspectivas pós-modernas.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para o alcance de um robô-julgador, faz-se necessário que o algoritmo esteja dotado de inteligibilidade suficiente para decidir hermeneuticamente, ou ainda, que seja capaz de atender todos os nuances pós-modernos, semelhantemente ao *juiz/intérprete Hermes*. Portanto, um *robô ou algoritmo-julgador* deve, obrigatoriamente, construir decisões judiciais com todos os conceitos hermenêuticos, ou seja, deverá ser um *Robô-julgador Hermes*.

REFERÊNCIAS

BOEING, Daniel Henrique Arruda; ROSA, Alexandre Morais da. **Ensinando um Robô a Julgar**: pragmática, discricionariedade, heurísticas e vieses no uso de aprendizado de máquina no judiciário. 1. ed. Florianópolis: Emais Academia, 2020.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FACHIN, Luiz Edson. Diante de desafios, juiz deve deixar de lado força de Hércules e se inspirar em Hermes. In: **Revista Consultor Jurídico**, 29 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-mar-29/processo-familiar-juiz-deixar-lado-forca-hercules-inspirar-hermes>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

HARTMANN PEIXOTO, Fabiano; SILVA, Roberta Zumblick Martins da. **Inteligência Artificial e Direito**. 1. ed.. Curitiba: Alteridade Editora, 2019.

KAITI, Faceli; LORENA, Ana Carolina; GAMA, João; CARVALHO, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de. **Inteligência Artificial: uma Abordagem de Aprendizado de Máquina**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NONET, Philippe; SELZNICK, Philip. **Direito e Sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de; ROSA, Alexandre Morais da. Complexo de MacGyver e os modelos de juiz (episódio 1). In: **Revista Consultor Jurídico**, 2 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-nov-02/diario-classe-complexo-macgyver-modelos-juiz-episodio>>. Acesso em 3 nov. 2020.

OST, François. Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez. In: **Revista sobre Enseñanza del Derecho**, ano 4, n. 8, 2007, ISSN 1667-4154, pp. 101-130.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

STRECK, Lenio Luiz. O (Pós-)Positivismo e os Propalados Modelos de Juiz (Hércules, Júpiter e Hermes) – Dois Decálogos Necessários. In: **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, n. 7, p. 15-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.direitocontemporaneo.com/wp-content/uploads/2014/02/O-P%C3%93S-POSITIVISMO-E-OS-PROPALADOS-MODELOS-DE-JUIZ-H%C3%89RCULES-J%C3%9APITER-E-HERMES-%E2%80%93-DOIS-DEC%C3%81LOGOS-NECESS%C3%81RIOS.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

RUBIO, Sanchez David. **Encantos e Desencantos dos Direitos Humanos**: de emancipações, liberações e dominações. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

POSSIBILIDADE DE USUCAPIR IMÓVEL OBJETO DE HERANÇA: REPERCUSSÃO DA USUCAPIÃO E O DIREITO À HERANÇA NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Andressa Zoia¹
Roberto Pozzebon²

RESUMO

O presente artigo versa sobre a usucapião de bem imóvel pertencente à herança. A delimitação temática analisa a eventual possibilidade de aplicar o instituto da usucapião em benefício de um dos herdeiros nos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 11 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2019. O problema a ser respondido é: há possibilidade de um bem imóvel objeto de herança ser usucapido por um dos herdeiros frente aos demais? Assim, o objetivo geral visa aprofundar conhecimentos sobre o direito sucessório e as formas de aquisição da propriedade imóvel. O tema proposto na respectiva pesquisa contribui de forma relevante no meio acadêmico e à sociedade, pois, com a ocorrência da morte do autor da herança surgem direitos, obrigações e conflitos entre os herdeiros. A pesquisa é caracterizada como teórica, pois está embasada de forma bibliográfica e documental, com utilização do método dedutivo. Desta feita, a título de principais conclusões, é possível inferir que como a prescrição aquisitiva é forma originária de aquisição da propriedade imóvel é possível alegar sua incidência nos casos que herdeiros pretendam usucapir em oposição dos demais. Percebe-se ainda, que a legislação é omissa quanto à mencionada problemática, no entanto, as decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul vêm se manifestando de modo positivo, de forma a permitir que o herdeiro venha a usucapir determinado bem imóvel decorrente da herança, quando presentes os requisitos que ensejam a usucapião.

Palavras-chave: Sucessão – Herança – Usucapião – Possibilidade.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. FEMA. E-mail: andressa.zoia@hotmail.com

² Faculdades Integradas Machado de Assis de Santa Rosa/RS, Mestre em Direito e Advogado. Especializações em Direito Civil e Processual Civil e Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

O tema deste artigo versa sobre a usucapião de bem imóvel pertencente à herança. Estando delimitado na sucessão hereditária, em especial, na eventual possibilidade de aplicar o instituto da usucapião em benefício de um dos herdeiros, nos casos concretos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, período compreendido entre janeiro de 2003 a dezembro de 2019. Já o problema da pesquisa é responder se imóvel objeto de herança pode ser usucapido por um dos herdeiros frente aos demais?

O objetivo geral é estudar o direito sucessório a partir de uma análise doutrinária e jurisprudencial, bem como, melhor compreender as formas de aquisição da propriedade imóvel. Os objetivos específicos, por sua vez, têm por finalidade: a) estudar, em conformidade com a legislação brasileira os tipos de sucessão e os procedimentos de inventário; b) analisar a partir das formas de aquisição da propriedade imóvel, a possibilidade de utilizar o instituto da prescrição aquisitiva em detrimento de um dos herdeiros frente os demais, em conformidade com as decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. No que prepondera a justificativa da pesquisa, o tema é relevante por contribuir no meio acadêmico com aprofundamento dos estudos no direito sucessório e estar presente em questões do cotidiano já que com o evento morte surgem direitos e obrigações entre os herdeiros. O estudo é viável e permite uma análise categórica sob a doutrina e jurisprudência, esclarecendo pontos essenciais quanto à transmissão da herança e formas para aquisição da propriedade.

A pesquisa é viável por haver acervo doutrinário que aborda o assunto pesquisado possibilitando, então o desenvolvimento e conclusão. A análise jurisprudencial proposta é de suma contribuição tendo em vista o intuito de unir a teoria então consubstanciada com a prática, visando demonstrar possibilidades jurídicas e ainda, embasar futuras pesquisas acadêmicas acerca do direito sucessório e prescrição aquisitiva que vão além do meio acadêmico.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

No que se refere à metodologia adotada, caracteriza-se como de base teórica uma vez que a geração dos dados ocorre do meio bibliográfico e legislação que embasa a pesquisa. A temática proposta utiliza também a pesquisa jurisprudencial para enfatizar uma discussão que aporta nos tribunais, sendo, então de natureza qualitativa e método dedutivo.

Nesta linha, a primeira parte analisa as formas de sucessão e sucessores, além de apresentar os procedimentos de inventário. Já, por um segundo viés, trata-se das formas de aquisição da propriedade imóvel, e, por fim, a título de fechamento, análise jurisprudencial com a repercussão da usucapião e o direito à herança nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

1 DAS ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

No direito brasileiro o ramo sucessório assume a efetiva responsabilidade de regular a situação dos bens respectivamente obtidos em vida e deixados após a morte, a fim de preservar princípios e valores, seguindo regramentos impostos pela legislação.

Por vez, a herança é composta da parte legítima, a qual pertence obrigatoriamente aos herdeiros necessários e da parte disponível, que pode vir a ser deixada livremente pelo *de cujos*, a qualquer pessoa. Assim, constitui a legítima como sendo a metade da herança, enquanto a parte disponível a outra metade (ALMEIDA JÚNIOR; TEBALDI, 2012).

Em um primeiro momento, é notório que a morte enseja a abertura da sucessão, sendo a herança transmitida de forma imediata aos herdeiros, em decorrência do princípio da *saisine*¹. Sendo assim, verifica-se a necessidade de esclarecer as formas de sucessão e sucessores, o que inicialmente se faz

¹ A palavra deriva de *saisir* (agarrar, prender, apoderar-se) (VENOSA, 2018, p. 39).

conforme o art. 1.786, do CC/02, o qual estabelece que “A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.” (BRASIL, 2002).

O princípio da *saisine* nada mais é do que uma ficção jurídica, que visa impedir que o patrimônio deixado pelo falecido, fique sem titular, até o momento da transferência dos bens aos sucessores (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2019).

Diante disso, o ordenamento jurídico brasileiro faz uso tanto da sucessão legítima quanto testamentária, uma vez, observada o caso concreto, para posterior aplicação de tal modalidade.

No que prepondera a capacidade de herdar, a personalidade civil é considerada a partir do nascimento com vida, considerado como aptidão para ser titular de direitos e deveres. Todavia, a sucessão somente se opera com o falecimento, realizando-se a avaliação e descrição dos bens deixados, levando em consideração o somatório de bens e dívidas (GONÇALVES, 2009).

Em suma, a sucessão pode ser de dois tipos no direito brasileiro, sendo sucessão legítima quando definida em lei e testamentária é a que expressa à vontade individual do testador, que define a destinação dos bens a determinados destinatários (LOBO, 2019).

Acerca disso, observa-se que “[...] o herdeiro ou sucessor é aquele que é beneficiado pela morte do *de cuius*, seja por disposição de ato de última vontade, seja por determinação da norma jurídica [...]” (TARTUCE, 2018, p. 31).

Tendo em vista que a sucessão pode se transferir por lei ou disposição de última vontade, conforme dispõe o CC/02 (BRASIL, 2002). Os herdeiros necessários têm a seu favor a proteção da legítima, que é composta pela metade do patrimônio do autor da herança¹ (BRASIL, 2002).

¹ Art.1.846 do CC/02 (BRASIL, 2002).

Seguindo a linha sucessória, o Código Civil de 2002 elencou como herdeiros necessários, conforme a disposição do art. 1.845, os descendentes, os ascendentes e o cônjuge (TARTUCE, 2018).

Em igual sentido na sucessão legítima, há observância da ordem de vocação e aos critérios estabelecidos na legislação, de modo que os beneficiários são os herdeiros definidos em lei, denominados legítimos (LOBO, 2018).

Tendo em vista que essa forma de sucessão é regulada pelas disposições legais e conforme a legislação deve seguir a ordem constante elencada no art. 1.829 do Código Civil:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:
I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
III - ao cônjuge sobrevivente;
IV - aos colaterais. (BRASIL, 2002).

A sucessão na forma testamentária, decorre da manifestação de última vontade do *de cujos*, realizada por meio de testamento ou codicilo, de tal forma que a nomeação dos posteriores herdeiros é conforme a vontade do testador, devendo observar a restrição, de se resguardar a metade da herança, chamada de legítima aos herdeiros necessários, que são os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, quando houver (OLIVEIRA; AMORIN, 2016).

O Código Civil regula a sucessão testamentária, estabelecendo em seu art. 1.857 “Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.” (BRASIL, 2002).

No entanto, há de se verificar possíveis casos em que ocorre o afastamento da sucessão testamentária, prevalecendo à legítima, como em casos que o juiz declara o testamento nulo ou inexistente, na revogação do

testamento realizada pelo testador, em casos de extravio ou destruição do documento e nos casos em que os herdeiros testamentários e legatários forem excluídos da herança, falecerem antes com o *de cujos* ou ainda em casos de renúncia (LOBO, 2019).

Desta feita, realizado o estudo sobre as espécies de sucessão e sucessores, dar-se-á ênfase a sucessão legítima, visto que conforme enfatizado no decorrer seria a mais recorrente no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que segue as disposições da lei. Por força da falta de incidência de testamento, até mesmo por questão cultural brasileira ou desconhecimento, a sucessão a título testamentária é pouca utilizada e está baseada na disposição de última vontade do testador.

Na sequência, serão analisadas as formas de proceder ao inventário que poderá ser requerido a título judicial e extrajudicial, além dos demais ritos e requisitos para posterior abertura, conforme previsão no ordenamento jurídico brasileiro.

1.1 PROCEDIMENTOS DE INVENTÁRIO

Nos procedimentos de inventário¹ ocorre a regularização dos bens, de forma que se viabilize o patrimônio deixado e conseqüentemente ocorra à cobrança de eventuais dívidas. Para concretizar estes atos é nomeado um inventariante, que fica responsável pela administração dos bens até o momento que ocorra o encerramento da partilha. Após a realização de um compromisso formal, o juiz é o responsável por nomear o inventariante.

Nessa perspectiva, o inventário é um procedimento pelo qual ocorre o levantamento dos bens, direitos e dívidas deixadas pelo *de cujus*, devem ser conferidos e avaliados de modo que possam ser partilhados pelos sucessores,

¹ O inventário pode ser conceituado como uma descrição detalhada do patrimônio do autor da herança, atividade esta destinada à posterior partilha ou adjudicação dos bens. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2019, p. 426).

sejam eles herdeiros legítimos, herdeiros testamentários e legatários e pode ser classificado como judicial ou extrajudicial (LOBO, 2016).

Como também, há de enfatizar que o objetivo do inventário não é somente verificar o patrimônio do autor da herança, todavia, é também realizar a liquidação referente ao pagamento de eventuais débitos, possibilitando então a distribuição entre os herdeiros, da herança que será posterior objeto de partilha (DINIZ, 2014).

Nessa perspectiva estabelece o Código de Processo Civil o seguinte: “Art. 610. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial.” (BRASIL, 2015).

Outrossim, no que tange o inventário extrajudicial, o objetivo de incluir na legislação tal modalidade, foi para facilitar o acesso à justiça, pois, busca-se cada vez mais a desjudicialização da resolução de conflitos.

Com as inovações apresentadas pela Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007, adveio novas redações aos artigos 982 e 983 do CPC/83 (arts. 610 e 611 do CPC de 2015), possibilitando a realização de inventário e partilha amigável extrajudicial, por meio de escritura pública, nos casos que os interessados sejam capazes e não ocorra testamento (OLIVEIRA; AMORIN, 2016).

No que tange aos procedimentos de inventário, é necessário verificar a forma de inventário, sendo o judicial indicado em casos de interessado incapaz, testamento ou divergente entre os herdeiros. Enquanto a forma extrajudicial sobreveio com o intuito de proporcionar a celeridade, por vez tal procedimento, desde que não haja conflito entre as partes e ambas sejam realmente capazes, pode ser realizada por meio de escritura pública.

2 FORMAS DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL: USUCAPIÃO

O Código Civil de 2002 não especificou taxativamente os modos de aquisição da propriedade imóvel. Disciplinou como sendo a usucapião; registro

do título de transferência no registro do imóvel¹ e a acessão, sendo, também, uma das formas, a sucessão hereditária².

A prescrição aquisitiva fundamenta-se em volta da posse contínua pelo lapso temporal previsto em lei. Usucapir é adquirir a propriedade pela posse continuada durante certo tempo. A posse prolongada no tempo, com a intenção de dono, denominada de posse “*ad usucapionem*”³ gera como consequência a aquisição da propriedade por meio da usucapião (GOMES, 2012).

O Código Civil inclui como modo de aquisição da propriedade imóvel a acessão⁴, sendo “[...] modo de aquisição da propriedade, criado por lei em virtude do qual tudo o que se incorpora a um bem fica pertencendo ao seu proprietário [...]” (GONÇALVES, 2009, p. 291).

Desse modo, seguindo a previsão elencada no artigo 1.248, CC/02, a acessão pode dar-se pela formação de ilhas⁵, por aluvião⁶, por avulsão⁷, por abandono de álveo⁸, por plantações ou construções⁹ (BRASIL, 2002).

Como uma garantia constitucional, a propriedade é de suma importância na vida e na organização da sociedade. Para chegar aos conceitos apresentados sobre posse e propriedade, o caminho foi longo por conta da vasta doutrina sobre o assunto. A intenção nesse ponto é analisar a usucapião, seus requisitos, tipos e a consequente aquisição da propriedade decorrente da posse.

Muito embora, várias sejam suas modalidades a usucapião forma-se através da posse ininterrupta da coisa, durante um tempo determinado de

¹ Arts. 1.245 a 1.247 do CC/02 (BRASIL, 2002).

² Art. 1.784 do CC/02 (BRASIL, 2002).

³ [...] é a que se prolonga por determinado lapso de tempo estabelecido na lei, deferindo a seu titular aquisição do domínio [...] (GONÇALVES, 2010, p.15).

⁴ Art. 1.248 do CC/02 (BRASIL, 2002).

⁵ Art. 1.249 do CC/02. (BRASIL, 2002).

⁶ Art. 1.250 do CC/02. (BRASIL, 2002).

⁷ Art. 1.251 do CC/02. (BRASIL, 2002).

⁸ Art. 1.252 do CC/02. (BRASIL, 2002).

⁹ Art. 1.253 até 1.259, do CC/02. (BRASIL, 2002).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

acordo com a espécie a ser exigida ocorrendo à aquisição da propriedade (NADER, 2016).

O código civil prevê as principais formas de usucapião como sendo forma originária de aquisição da propriedade imóvel, devendo observar o exercício da posse considerada passiva e contínua, exercida durante determinado lapso temporal com previsão em lei. É uma forma de prescrição aquisitiva, fundamentada na necessidade de segurança jurídica e a função social (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2018).

De forma que para caracterizar a usucapião deve a posse ser mantida de maneira contínua, sem oposição, exercida com a intenção de titular da propriedade e a intenção de possuir o imóvel como seu é requisito indispensável à configuração da posse *ad usucapionem* (COELHO, 2012).

Desse modo, na prescrição aquisitiva extraordinária¹, é necessário observar o decurso temporal mínimo de 15 (quinze) anos de posse, podendo respectivo período ser reduzido para 10 (dez) anos nos casos do possuidor estabelecer no imóvel sua moradia habitual ou ainda haver realizado obras de caráter produtivo, além de exercer a posse com ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica.

De certo modo, assemelha-se que a modalidade de aquisição extraordinária dispensa que o possuidor esteja munido de justo título e esteja agindo de boa-fé (PEREIRA, 2019).

Já a usucapião ordinária² apresenta um lapso temporal inferior para sua propositura, estabelecido no período de 10 (dez) anos, além de considerar os requisitos da posse mansa e pacífica, exercida com ânimo de dono, de forma contínua, diferente da modalidade extraordinária, esta exige também os quesitos de justo título e a boa-fé.

¹ Art.1.238 do CC/02 (BRASIL, 2002).

² Art. 1.242 do CC/02 (BRASIL, 2002).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Além das duas formas de usucapir, já mencionadas, o ordenamento jurídico brasileiro prevê a possibilidade da usucapião especial ou constitucional, prevista na Constituição Federal sob duas formas, qual seja a usucapião especial rural, também denominada *pro labore*, e a usucapião especial urbana, conhecida como pró-moradia (GONÇALVES, 2019).

Por vez, nominada também como usucapião especial urbana, prevista na Constituição Federal, art. 183, caput, CC/02 artigo 1.240 e no *caput* do art. 9.º da Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade (TARTUCE, 2019).

Em suma, a usucapião apresenta como pressupostos¹: a coisa hábil, ou seja, é necessário verificar preliminarmente se o bem pretendido na ação é suscetível de usucapião, além da posse como requisito fundamental para configuração da prescrição aquisitiva, o decurso do tempo exigido na modalidade pleiteada, o justo título e a boa-fé (GONÇALVES, 2009).

No teor do presente tópico ficaram demonstrados os principais tipos de usucapião previstos em nosso ordenamento jurídico e seus requisitos, mas, seguindo a real evolução da sociedade e inevitavelmente da legislação, torna-se provável, futuramente uma gradativa mudança, tanto no que condiz com o período para aquisição, como possivelmente nas formas de aquisição.

2.1 A USUCAPIÃO E O DIREITO À HERANÇA NAS DECISÕES DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Após reunir os elementos necessários a pesquisa adentra na delimitação temática para enfrentar o problema proposto. Está embasada na possibilidade de utilizar o instituto da prescrição aquisitiva de bens que pertencem à herança, ou seja, envolvendo demais herdeiros.

¹Tem-se que, indispensáveis são além de exigidos em todas as modalidades o requisito temporal, a posse e ainda a coisa hábil. Já o justo título e a boa-fé são reclamados na modalidade ordinária (GONÇALVES, 2009).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Desta forma, é pertinente e oportuno conhecer o posicionamento do Poder Judiciário referente ao tema proposto. No entanto, inviável é conhecer o posicionamento de todos os tribunais, por razão que a pesquisa foi delimitada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com uma amostra de alguns acórdãos, colecionados abaixo.

A pesquisa jurisprudencial foi realizada de forma virtual no sítio do TJRS, com busca utilizando as seguintes palavras como chave: usucapião- imóveis- herdeiro- possibilidade. O período estabelecido foi entre 11/01/2003, data de entrada em vigência do Código Civil de 2002 até 31/12/2019. Por meio desses requisitos a pesquisa apontou 22 julgados, os quais, proferidos em sede de apelação cível. O critério de seleção para serem analisados os acórdãos foi o de maior proximidade com a delimitação do tema.

Nesse ínterim, inicia-se com análise da apelação nº 70081750721, julgado pela Décima Nona Câmara Cível do TJ/RS. O Tribunal, ao julgar a pretensão deixou claro o entendimento que a posse ao ser exercida de forma exclusiva por um dos herdeiros não impede o posterior reconhecimento da usucapião, desde que comprovados os demais requisitos da prescrição aquisitiva. No caso apresentado, não restou comprovado à posse de forma exclusiva pela demandante, logo, se negou o provimento. Segundo entendeu o Relator, a mera permanência no imóvel a partir da morte dos genitores não enfatiza a posse *ad usucapionem*:

USUCAPIÃO (BENS IMÓVEIS). APELAÇÃO
CÍVEL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. AÇÃO AJUIZADA
POR HERDEIRO CONTRA OS DEMAIS SUCESSORES DA
PROPRIETÁRIA REGISTRAL DO BEM. POSSIBILIDADE.
SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A jurisprudência desta Corte tem
entendido que a posse exercida de forma exclusiva por um dos
condôminos não impede o reconhecimento da prescrição aquisitiva,
desde que comprovados os demais requisitos da usucapião. No caso,
considerando que não restou comprovada a posse exclusiva pela
demandante, inviável o acolhimento da pretensão deduzida na
presente demanda. Apelação desprovida. (Apelação Cível, Nº
70081750721, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

RS, Relator: Voltaire de Lima Moraes, Julgado em: 11-07-2019). (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Já na apelação de nº 70074286527, julgado pela Décima Nona Câmara Cível do TJRS, os desembargadores analisaram o caso e decidiram por manter a sentença de procedência com base no entendimento da posse exclusiva sobre a coisa, de forma que a possibilidade de usucapir é estendida também aos herdeiros, uns contra os demais.

Assim, o herdeiro que pretende usucapir contra os demais necessita alegar e provar que cessou de fato a composses, devendo exercer a posse de forma exclusiva, seguindo o tempo determinado a usucapião extraordinária além dos demais requisitos que esta exige. No caso, comprovado a posse exclusiva pelo tempo necessário e preenchido os requisitos do artigo 1.238 CC, resta configurada a hipótese de prescrição aquisitiva:

APELAÇÃO CÍVEL. USUCAPIÃO (BENS IMÓVEIS). MODALIDADE EXTRAORDINÁRIO (ART. 1.238, CAPUT, DO CCB). USUCAPIÃO ENTRE HERDEIROS. COMPROVADA A POSSE EXCLUSIVA E OS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA A MODALIDADE. A jurisprudência tem admitido a possibilidade de reconhecimento da prescrição aquisitiva, notadamente, pela usucapião extraordinária, entre condôminos, desde que demonstrada, como primeiro pressuposto, a posse exclusiva sobre a coisa. A mesma possibilidade se estende entre os herdeiros, de uns usucapiem contra os demais. Admissível, em tal contexto, que o herdeiro, em tese, obtenha a declaração de domínio sobre o imóvel, sem descuidar, evidentemente, da necessidade de cumprir com todos os requisitos materiais e processuais para o julgamento de mérito. Caso. Insurgência recursal que se cinge à falta de comprovação do animus domini. Acervo probatório que conduz, com segurança, ao reconhecimento do animus domini, e da posse exclusiva dos autores. Sentença de procedência mantida. APELAÇÃO DESPROVIDA. CORRIGIDO ERRO MATERIAL DA SENTENÇA. (Apelação Cível, Nº 70074286527, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em: 09-08-2018). (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Por conseguinte, o posterior julgado a ser analisado diz respeito à Apelação Cível nº 70072558760, oriunda da Décima Sétima Câmara Cível,

provendo apelo e desconstituindo a sentença com base no entendimento que a posse exclusiva por um dos condôminos autoriza o reconhecimento da prescrição aquisitiva quando demonstrado o *animus domini*, exercendo a posse pelo lapso temporal de 24 anos:

APELAÇÃO CÍVEL. USUCAPIÃO. BENS IMÓVEIS. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. HERANÇA. CONDÔMINO. ALEGADA POSSE EXCLUSIVA. POSSIBILIDADE DO PROCEDIMENTO. A posse exercida de modo exclusivo e incontestado por um dos condôminos, por determinado lapso de tempo, autoriza o reconhecimento da prescrição aquisitiva em desfavor dos demais herdeiros. Circunstância dos autos em que se impõe desconstituir a sentença que julgou extinto o processo, por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular - entendendo que o procedimento adequado seria o ajuizamento de inventário/arrolamento - oportunizando-se a dilação probatória. APELO PROVIDO. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. (Apelação Cível, Nº 70072558760, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em: 29-06-2017). (RIOGRANDE DO SUL, 2017).

Destarte, frente aos posicionamentos do Tribunal de Justiça e o estudo teórico realizado pode-se afirmar, partindo do pressuposto da boa-fé e do preenchimento dos requisitos atinentes, como o justo título, a posse mansa e pacífica com *animus* de dono e lapso temporal mínimo exigido em cada modalidade, notadamente o Poder Judiciário vem conhecendo as demandas positivas frente ao caso em concreto, podendo o herdeiro usucapir determinado bem imóvel decorrente da herança em face dos demais.

Contudo, a legislação brasileira ainda é silente a respeito do tema, objetivando a pesquisa frente aos poucos julgados emanados dos tribunais, que apontam de forma concisa um entendimento positivo frente à problemática pesquisada, tendo em vista que, conforme apresentado a discussão não gira em torno apenas do TJ/RS.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como temática a possibilidade de usucapir bem imóvel objeto de herança e demais coerdeiros. Buscou-se aprofundar conhecimentos e compreender os institutos estudados na legislação, na pesquisa doutrinária e, ao final, na jurisprudência relacionando os assuntos entre o plano teórico e de fato para verificar como o ordenamento jurídico brasileiro regula o assunto no plano prático.

Após realizou-se estudo das espécies de sucessão. A sucessão legítima segue a ordem da vocação hereditária elencada no art. 1.829, do CC/02 enquanto que na sucessão testamentária ocorre a manifestação por meio de ato de disposição de última vontade do *de cujos*, devendo respeitar o limite que pertence aos herdeiros necessários quando houver. Abordou-se, também, o inventário judicial utilizado para as situações de herdeiros incapazes, existência de testamento ou litígio e modalidade extrajudicial que adveio buscando a resolução mais ágil dos conflitos.

No tocante as formas de aquisição da propriedade imóvel sendo elas a usucapião, o registro do título de transferência no registro do imóvel e a acessão. A aquisição decorrente do registro do título deverá ser realizada por meio de escritura pública, já a acessão que pode ser natural, ou seja, quando não há incidência de intervenção humana, ou artificial quando decorrente de atividade humana conforme prevê o art. 1.248 do Código Civil.

A partir dessa perspectiva a usucapião assumiu papel principal na pesquisa por se tratar da delimitação temática e forma de aquisição originária da propriedade decorrente da posse prolongada no tempo e os respectivos tipos previstos na Constituição Federal e Código Civil, estudados na pesquisa.

Por fim, o último tópico ocupou-se em responder a problemática proposta na pesquisa, qual seja a possibilidade de usucapir bem imóvel objeto de herança frente aos demais herdeiros. Para tanto foram analisados julgados



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul como forma de atender a delimitação estabelecida no projeto de pesquisa.

As hipóteses permeadas na pesquisa tinham por pressuposto analisar se havia possibilidade de usucapir o bem imóvel objeto de herança em decorrência de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais por meio do instituto da prescrição aquisitiva, no entanto, a dúvida estava exposta diante da impossibilidade, pois, com a abertura da sucessão gera uma situação de condomínio com os demais herdeiros, o que poderia ser uma situação impeditiva.

Foi possível verificar que o assunto é pouco debatido, porém, com demandas que chegam ao Poder Judiciário para julgamento, o que condiz com os debates acerca do tema. As decisões proferidas pelo tribunal gaúcho se mostraram concisas em relação à possibilidade de utilizar o instituto da prescrição aquisitiva frente a imóvel objeto de herança desde que comprovada à posse exclusiva e demais requisitos considerados pela legislação pátria como basilares para que ocorra a aquisição pela posse prolongada, entre eles, o lapso temporal, posse mansa, pacífica, ininterrupta e com intenção de dono.

Assim, diante do problema proposto, é possível concluir de forma afirmativa que é possível usucapir bem imóvel objeto de herança quando presentes os requisitos ensejadores da usucapião.

Inobstante a conclusão, é notório que o tema ainda não se encontra esgotado frente às possibilidades de novos questionamentos e peculiaridades de cada situação de fato. Como sugestão para novas pesquisas envolvendo o assunto e como forma de aprofundar a pesquisa, este trabalho é um passo inicial para posteriores questionamentos do tipo a função social da posse. O assunto é pertinente, de relevância para o meio acadêmico e para a sociedade em geral, uma vez que frente às decisões emanadas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é possível adquirir a propriedade imóvel, de um herdeiro em face dos demais.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Fernando Frederico de; TEBALDI, Juliana Zacaria. **Direito Civil: família e sucessões**. 2012. 1. ed. São Paulo: Manole, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 jan. de 2002. Dispõe sobre o Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Lei nº 13.105/15**, de 16 de mar. de 2015. Dispõe sobre o Código de Processo Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 03 jun. 2019.

COELHO. Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas - Direito Autoral**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ. Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. **Novo Curso de Direito Civil: direito das sucessões**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

_____. Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. **Novo Curso de Direito Civil: direito das sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21. ed. rev. e atual./ por Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONÇALVES. Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito das coisas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Carlos Roberto. **Direito das Coisas**. 11. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOBO, Paulo. **Direito Civil: volume 4: coisas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

_____. Paulo. **Direito Civil: volume 4: coisas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. Paulo. **Direito Civil: sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

OLIVEIRA, Euclides de, AMORIN, Sebastião. **Inventário e Partilha**: teoria e prática. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**: direito das sucessões. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível nº 70081750721**, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Voltaire de Lima Moraes, Julgado em: 11/07/2019. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/site/busca-solr/index.html?aba=jurisprudencia>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Apelação Cível nº 70074286527**, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em: 09/08/2018. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/site/busca-solr/index.html?aba=jurisprudencia>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Apelação Cível nº 70072558760**, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em: 29/06/2017. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/site/busca-solr/index.html?aba=jurisprudencia>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Apelação Cível nº 70073955155**, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em: 07/06/2018. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/site/busca-solr/index.html?aba=jurisprudencia>>. Acesso em: 10 ago. 2019

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito das sucessões. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

_____. Flávio. **Direito Civil**: direito das sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: reais. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

FERRAMENTAS DA ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM A UTILIZAÇÃO DA MATRIZ BCG E DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

Guilherme Jacobs¹
Volmir Ferreira de Souza²
Marcos Rogério Rodrigues³
Janice Walter⁴
Adelino Pedro Wisniewski⁵

RESUMO

Atualmente o mercado apresenta um alto nível de competitividade, forçando as empresas a elaborar estratégias condizentes com essa situação. Assim, o tema de estudo deste artigo é: ferramentas da Administração: um estudo de caso com a utilização da Matriz BCG e das Cinco Forças de Porter. Ele se delimita em: estudo do setor agropecuário de uma Cooperativa localizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo geral desta pesquisa é: propor a utilização das ferramentas de gestão empresarial Matriz BCG e as Cinco Forças de Porter, com o intuito de colaborar com o crescimento/desenvolvimento da organização. Considerando as frequentes mudanças no ambiente econômico e a alta competitividade enfrentada pelas organizações, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: como a Matriz BCG e as cinco forças de Porter podem auxiliar a organização a obter melhores resultados sobre o seu negócio? Como metodologia, esse trabalho classifica-se em: pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa. Os procedimentos técnicos adotados basearam-se em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. No referencial teórico apresentam-se os temas: planejamento empresarial, estratégia empresarial, o modelo das cinco forças de Porter e, matriz BCG. Dentre as conclusões, pode-se constatar

¹ Bacharel em Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. gui_jacobs@outlook.com

² Acadêmico do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. volmirdesouza@hotmail.com

³ Mestre em Administração. Administrador. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

⁴ Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br.

⁵ Especialista em Administração em Administração Pública. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

que a organização utiliza de modo elementar as ferramentas de gestão como a Matriz BCG e as Cinco Forças de Porter.

Palavras-chave: Administração – Matriz BCG – As 5 Forças de Porter.

INTRODUÇÃO

Dado ao cenário complexo em que as organizações estão inseridas, atualmente os negócios necessitam cada vez mais das ferramentas da Administração para fazer frente às constantes mudanças. Nesse contexto, o presente trabalho tem como o tema: Ferramentas da Administração: um estudo de caso com a utilização da Matriz BCG e das cinco forças de Porter.

A problemática deste artigo busca responder a seguinte questão: como a Matriz BCG e as cinco forças de Porter podem auxiliar a organização a obter melhores resultados sobre o seu negócio? O objetivo deste trabalho é: propor a utilização das ferramentas de gestão empresarial Matriz BCG e as Cinco Forças de Porter, com o intuito de colaborar com o crescimento/desenvolvimento da organização, os objetivos específicos são: a) conhecer a estratégia de gestão adotada pela organização; b) conhecer como a organização trata as ferramentas Matriz BCG e Cinco Forças de Porter na sua gestão; c) propor ações para melhorias a serem realizadas.

Esta pesquisa adota o método teórico-empírico, por meio de um estudo de caso, abordando-o de maneira qualitativa, com o intuito de descrever e explicar os resultados encontrados na organização, além disso, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica com base em autores, como: Chiavenato, Oliveira, Porter, Lacombe, dentre outros, relacionando-os com as evidências encontradas no estudo de caso.

Inicialmente, o artigo apresenta o referencial teórico, que trata do tema planejamento empresarial, na sequência explana sobre estratégia empresarial, logo a seguir expõe teorias relacionadas ao modelo das cinco forças de Porter,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

e por fim apresenta um estudo baseado em conceitos da ferramenta Matriz BCG.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, o referencial teórico trata sobre o planejamento empresarial, na sequência explana sobre estratégia empresarial, logo a seguir expõe teorias pertinentes ao modelo das cinco forças de Porter e a ferramenta Matriz BCG.

1.1 PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O planejamento empresarial é vital para qualquer tipo de organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte. Todas as organizações competem por recursos, mercados, clientes, pessoas, imagem e prestígio, atuam ainda como agentes ativos em um dinâmico ambiente de incertezas devido às rápidas mutações que acontecem nas sociedades, mercados, tecnologias, no mundo dos negócios e no meio ambiente (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

O planejamento, é uma das principais funções administrativas e, se torna uma atividade extremamente importante para manter a organização viva e competitiva no mercado. A ideia de que “não há administração sem objetivos”, traz a dimensão da importância dos processos de planejamento e controle (MAXIMIANO, 2012).

Nas organizações, são encontrados basicamente três tipos de planejamento a) estratégico; b) tático; c) operacional. Segundo Lacombe, planejamento se refere a ações e decisões que serão executadas no presente, e seus resultados serão projetados no futuro. Se não for planejado no presente,



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

não haverá condições de implantar o que se deseja no futuro (LACOMBE, 2009).

Planejamento estratégico está relacionado com objetivos de longo prazo e com as estratégias que serão utilizadas para alcançá-los, as quais afetam toda a empresa. Esse tipo de planejamento é um processo administrativo que proporciona a alta Administração definir o rumo a ser seguido pela empresa (OLIVEIRA, 2005). Dentro do processo de planejamento estratégico está a etapa de análise dos ambientes externo e interno da organização. Maximiano classifica a análise do ambiente externo como um dos principais pilares do planejamento estratégico, pois quanto mais competitivo, instável e complexo for este ambiente, maior será a necessidade de analisá-lo (MAXIMIANO, 2012).

Sobre o planejamento tático, Chiavenato e Sapiro explicam que ele abrange cada departamento ou unidade da organização, exemplo, finanças, recursos humanos, marketing, operações entre outras. Ele considera seus recursos específicos e preocupa-se em atingir os objetivos departamentais, esse planejamento é projetado para o médio prazo (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Oliveira relata que o planejamento operacional é elaborado nos níveis organizacionais mais inferiores, desenvolvendo-se nas atividades diárias da empresa. Esse planejamento corresponde a um conjunto de partes do planejamento tático, devendo conter, com detalhes, os recursos necessários para sua realização, os procedimentos que serão adotados, quais os resultados que são esperados, prazos estabelecidos e os responsáveis por sua execução (OLIVEIRA, 2013).

Assim, os níveis de planejamento (estratégico, tático e operacional) estão interligados e são totalmente dependentes entre si, não basta a alta Administração da empresa formar estratégias bem desenvolvidas e nortear o rumo da organização, se os níveis inferiores não estiverem alinhados e engajados a organização.

1.2 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Toda organização que consegue alcançar seus objetivos da maneira mais eficiente e eficaz, provavelmente utilizou-se de uma estratégia condizente com sua situação perante o ambiente, considerando a condição de mercado (ameaças ou oportunidades) no momento em que formulou a sua estratégia.

O termo estratégia vem do grego *strátegos*, que deriva de duas palavras gregas: *stratos* (exército) e *ago* (liderar, guiar). A estratégia também foi aplicada no tempo dos faraós, quando um arquiteto egípcio levou ao faraó um papiro com o desenho de uma pirâmide, ele estava oferecendo uma estratégia de construção para ser aprovada (CHIAVENTO; SAPIRO, 2009).

A importância da estratégia pode ser entendida mediante o comentário do General Robert E. Wood, que foi um grande estrategista, dizia ele que a empresa é como a guerra em certos aspectos, se a estratégia adotada for correta, muitos erros táticos podem ser cometidos, e a empresa ainda será vitoriosa (OLIVEIRA, 2005).

Não existe uma receita de bolo ou uma fórmula padrão para criar uma organização bem sucedida e de alto desempenho. O processo estratégico é o que vai levá-la ao desenvolvimento e formulação de estratégias que assegurem sua evolução continuada e sustentável (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Segundo Oliveira, o executivo poderá escolher o tipo de estratégia que seja mais adequada, tendo em vista sua capacidade e objetivo estabelecido. Porém, deve estar ciente que a escolha pode direcionar seu desenvolvimento por um período de tempo que pode ser longo. De acordo com a situação da empresa podem ser estabelecidas quatro tipos de estratégias (OLIVEIRA, 2013):

O autor destaca duas estratégias que podem ser adotadas em tempos de cenários adversos como a estratégia de sobrevivência e de manutenção. A escolha pela sobrevivência pode ser adotada pela organização quando não há



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

mais alternativa, quando o mercado e a empresa estão em situação inadequada ou apresentam perspectivas críticas. A estratégia de manutenção pode adotada no momento em que a empresa identificar alguma ameaça, entretanto ela tem disponibilidade financeira, recursos humanos, tecnologia, etc (OLIVEIRA, 2013).

As outras duas estratégias são propostas por Oliveira quando há no mercado predominância de oportunidades, como por exemplo, a estratégia de crescimento. Normalmente nessa postura, a empresa procura lançar novos produtos e serviços, aumentar o volume de vendas, etc. Algumas das estratégias são de inovação, de internacionalização, de *joint venture* e de expansão.

A estratégia de desenvolvimento deve ser adotada quando na empresa predominam pontos fortes internos e oportunidades externas. Podem-se procurar novos mercados e clientes ou novas tecnologias, isso permitirá ao executivo construir novos negócios no mercado (OLIVEIRA, 2013).

Para Porter, toda empresa possui uma estratégia competitiva. A estratégia pode ter sido desenvolvida por meio de um planejamento, ou ter evoluído a partir de vários departamentos da empresa, dispendo de seus próprios métodos, no entanto, a soma desses métodos departamentais raramente equivale à melhor estratégia. Porter classifica três estratégias genéricas potencialmente bem-sucedidas, para enfrentar a competitividade do mercado. As estratégias genéricas são métodos para superar os concorrentes, são elas:

- a) Liderança no custo total: a liderança no custo exige a construção de instalações em escala eficiente, uma perseguição rigorosa de redução de custos pela experiência, controle rígido de custos e despesas gerais, a não permissão de formação de contas marginais de clientes.

- b) Diferenciação: diferenciar um produto ou serviço oferecido pela empresa, criando algo que seja considerado único no âmbito de todo segmento. A diferenciação proporciona isolamento contra a rivalidade competitiva devido à lealdade dos consumidores com relação à marca.
- c) Enfoque: focar em um determinado grupo de compradores, um segmento de produtos, ou um mercado geográfico. A empresa que desenvolve com sucesso essa estratégia, também pode obter retornos acima da média. O enfoque desenvolvido significa que a empresa tem uma posição de baixo custo, diferenciação ou ambas (PORTER, 2004).

Nesse sentido, percebe-se o quão importante as estratégias são para que uma empresa se torne, ou então continue sendo bem-sucedida no seu mercado de atuação. Contudo, a organização que adota uma estratégia bem estruturada, consegue prevenir e se proteger, neutralizando, ou minimizando, os resultados negativos.

1.3 O MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

A estratégia é fundamental para o bom desenvolvimento de uma organização, cabe ao Administrador utilizar as ferramentas adequadas e ações estruturadas para conduzir a organização ao alcance de seus objetivos. Neste sentido, Porter afirma que toda empresa possui uma estratégia competitiva, seja ela explícita ou implícita. A estratégia pode ser desenvolvida explicitamente por meio de um planejamento ou evoluir implicitamente, a partir de vários departamentos da empresa, dispondo de seus próprios métodos ditados pela sua orientação profissional (PORTER, 2004).

Para Ghemawat, a estrutura de Porter de análise setorial generalizou a análise oferta-demanda de mercados individuais em vários aspectos, o primeiro

trata sobre hipóteses tanto de grandes números quanto de homogeneidade, ou seja, um grande número de concorrentes representativos. Em segundo lugar desviou a atenção das cadeias verticais de dois estágios, para cadeias de três estágios, composta por fornecedores, concorrentes e compradores. E por último, ao longo da dimensão horizontal, levou em consideração a potencial entrada de novos concorrentes e substitutos, bem como de concorrentes diretos (GHEMAWAT, 2012).

Conforme Porter, o grau de concorrência em uma indústria depende de cinco forças competitivas básicas, que são apresentadas na Ilustração 1.

Ilustração 1: cinco forças competitivas.

FORÇAS COMPETITIVAS	CONCEITUAÇÃO
Novos concorrentes	É a ameaça de entrada de novas empresas concorrentes, que chegam no mercado trazendo nova capacidade, o desejo de ganhar uma parcela dos clientes, como resultado os preços podem cair, ou ocorrer um aumento dos custos, reduzindo a rentabilidade.
Rivalidade entre os concorrentes já inseridos no mercado	Ela ocorre quando um ou mais concorrentes sentem-se pressionados ou percebem a oportunidade de melhorar sua posição competitiva. Esses confrontos se dão com o uso de táticas como concorrência de preços, batalhas de publicidade, introdução de produtos e aumento dos serviços ou garantias ao cliente. Na maioria dos casos, os movimentos competitivos de uma empresa têm efeitos notáveis em seus concorrentes, podendo iniciar retaliações ou esforços para conter esses movimentos.
Força de produtos substitutos	Caracteriza-se pelo fato de que todas as empresas em um segmento estão competindo com organizações que fabricam produtos substitutos, estes por sua vez, reduzem os retornos potenciais, colocando um teto nos preços. Quanto mais atrativo for o custo benefício dos produtos substitutos, maior será a pressão sobre os lucros.
Poder de barganha do comprador (cliente)	É o poder que o cliente detém sobre a empresa. A escolha de uma companhia quanto ao grupo de clientes com quem vai se relacionar, deve ser vista como uma decisão estratégica crucial, podendo melhorar sua postura estratégica, descobrindo compradores que possuam um poder mínimo de influenciá-la negativamente.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Poder de negociação dos fornecedores	Essa força pode exercer influência sobre os seus clientes, ameaçando elevar preços ou reduzir qualidade dos bens e serviços fornecidos, podendo sugar a rentabilidade de uma organização incapaz de repassar os aumentos aos seus clientes.
--------------------------------------	---

Fonte: (PORTER, 2004).

De acordo com os conceitos descritos na ilustração 1, percebe-se importância da análise a cada uma das forças, para que uma empresa se torne, ou então continue sendo bem-sucedida no seu mercado de atuação. Contudo, a organização que adota uma estratégia competitiva, fazendo uma análise baseada nas cinco forças de Porter, consegue prevenir e se proteger, neutralizando, ou minimizando a influência que essas forças podem exercer sobre a organização.

1.4 MATRIZ BCG

Atualmente o mercado em que as organizações operam é demasiadamente dinâmico e instável, assim, o uso de ferramentas de gestão torna-se imprescindível para que o gestor tenha real conhecimento da situação da empresa que administra. Nesse contexto, segundo Chiavenato, a Boston Consulting Group (BCG) é uma empresa de consultoria estratégica que elaborou um modelo de posicionamento estratégico para atender aos seus clientes corporativos. O modelo do BCG tem por princípio que a organização precisa ter um portfólio de produtos com diferentes taxas de crescimento e diferentes participações de mercado (CHIAVENATO, 2011).

Já Maximiano expõe que a matriz BCG permite classificar as unidades de negócios ou produtos de acordo com sua participação de mercado e taxa de crescimento no mercado em que atuam (MAXIMIANO, 2012). A recomendação estratégica da matriz BCG era manter o equilíbrio entre as “vacas leiteiras” (negócios maduros) e as “estrelas”, à medida que se alocavam alguns recursos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

para financiar os “pontos de interrogação” (isto é, estrelas em potencial). Os “vira-latas” devem ser descartados (GHEMAWAT, 2012).

Para Chiavenato, vacas leiteiras são produtos com alta participação de mercado e baixo crescimento. Produzem volumes de caixa, acima do reinvestimento necessário para manter a participação. Esse excesso não precisa e nem deve ser reinvestido nesses produtos, que servem para fornecer fundos para o crescimento futuro da organização (CHIAVENATO, 2011).

Segundo Maximiano, produtos e negócios vira-latas são os que têm pequena participação em mercados com pequenas taxas de crescimento. Necessitam dinheiro para sobreviver e não ganham para tanto (MAXIMIANO, 2012).

Quanto aos produtos crianças problemas, Chiavenato descreve que eles são produtos de baixa participação de mercado e alto crescimento. Exigem mais dinheiro do que podem gerar. Se este não for aplicado, eles poderão cair e até morrer. São produtos que podem ser convertidos em estrelas com fundos adicionais de investimentos (CHIAVENATO, 2011).

Os produtos ou unidades de negócios denominados estrelas são os com participação elevada em mercados com altas taxas de crescimento e com alto potencial de lucratividade (MAXIMIANO, 2012). A Ilustração 2 demonstra a dinâmica da matriz BCG. Pode-se observar que a utilização desta ferramenta (Matriz BCG) permite ao gestor obter um amplo conhecimento de seus produtos, bem como, saber quais são mais rentáveis em relação aos demais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa realizou-se de maneira aplicada, elaborou-se a pesquisa em uma das lojas agropecuárias de uma cooperativa da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando compreender como a organização se posiciona em relação a Matriz BCG e Cinco Forças de Porter.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Quanto ao tratamento dos dados, se classifica como qualitativa, pois se realizou uma entrevista com o gestor da organização, e com base nessas informações, elaborou-se um paralelo com os conceitos do referencial teórico.

O objetivo da pesquisa é descrever como a empresa estudada trata a análise do ambiente em que atua, de acordo com a teoria das Cinco Forças de Porter, e qual seu nível de conhecimento dos produtos que vende, baseado no uso da Matriz BCG. Buscou ainda, explicar a importância de se utilizar dessas ferramentas, para obter uma melhor gestão organizacional.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se pesquisa bibliográfica, e ainda se realizou um estudo de caso com base em visitas a organização, bem como entrevista realizada com o gestor da cooperativa estudada, a fim de coletar informações relevantes para a realização da pesquisa.

O estudo se desenvolveu no setor agropecuário da Cooperativa analisada, ao todo a Cooperativa possui nove lojas instaladas na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, as lojas contam com aproximadamente 60 funcionários distribuídos entre gerente, auxiliar administrativo, caixa, vendedores, técnico agrícola e auxiliar de depósito. O gestor entrevistado é responsável por todas as lojas agropecuárias da empresa, trabalha há 13 anos dentro da cooperativa e há 3 anos no atual cargo, é formado em cooperativismo desde 2017.

A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2019, nas dependências da sede da empresa, tendo duração de aproximadamente uma hora, contando com 23 questões. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita neste artigo.

Os dados coletados através desta pesquisa foram analisados e interpretados com base no referencial teórico que a pesquisa traz, onde se fez um paralelo entre os dados obtidos através da entrevista realizada com o gestor, e os conceitos descritos no próprio referencial teórico.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico são expostas as percepções do gestor acerca dos assuntos pesquisados, bem como os conceitos teóricos, com o intuito de conhecer o modelo de gestão adotado pela cooperativa, bem como seu posicionamento no mercado.

3.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO

Para atender ao primeiro objetivo deste trabalho elaborou-se a entrevista com o gestor, segundo o entrevistado, avaliando o cenário atual, a cooperativa está utilizando uma estratégia de crescimento, estipulando um crescimento de 10% para o ano de 2019, e para 2020, uma projeção de crescimento em torno de 7 a 10%.

Ele ainda destacou que algumas áreas de negócio poderão apenas se manter estáveis, não atingindo o objetivo desejado. Uma das ações que a cooperativa realizará, voltadas para o atingimento desse objetivo, é a implementação de novas unidades de negócios em outras cidades da região. Na estratégia de crescimento, mesmo que a empresa tenha predominância de pontos fracos, o mercado lhe proporciona situações favoráveis. Normalmente, procura-se, lançar novos produtos e serviços, aumentar o volume de vendas etc (OLIVEIRA, 2013).

Dentro do setor agropecuário, o gestor destacou que é realizado um planejamento anual, que começa a partir do mês de outubro, e refere-se ao ano seguinte, havendo ainda, três revisões no decorrer do ano, onde serão analisados os objetivos já atingidos, revisadas as metas, e dependendo da situação mercadológica, podem ser redefinidas as metas e estratégias deste planejamento.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Constatou-se que dentro do setor agropecuário, a empresa realiza um planejamento com um prazo não muito extenso, sendo compatível com o seu nicho de mercado, tendo em vista que ocorrem três safras no ano (milho, soja e trigo). Planejar significa pensar antecipadamente nos objetivos e determinar quais os meios e recursos para alcançá-los. Isso envolve coletar informações; estabelecer políticas e procedimentos, de acordo com os objetivos (LACOMBE, 2009).

Segundo o dirigente, a cooperativa obtém informações pontuais através de indicadores, como rentabilidade por produtos, grupos, filiais, bem como análise de clientes por áreas de plantio, buscando saber o quanto ele compra, a quantidade de grãos que entrega, assim identificando qual cliente requer uma maior atenção.

Percebe-se que organização estudada preza pelo uso das informações acerca do desenvolvimento dos seus negócios, acompanhar e gerenciar indicadores é, sobretudo importante num cenário extremamente competitivo.

Com relação ao comércio eletrônico, o gerente expõe que a cooperativa ainda não se beneficia deste meio de vendas, porém, para o futuro, pretendem aderir à uma plataforma virtual criada por uma grande empresa fornecedora de insumos agrícolas, a qual os distribuidores e representantes de todo o Brasil poderão utilizar.

Considerando que é a nova geração que estará à frente dos negócios das propriedades agrícolas, e esta geração utiliza mais as tecnologias disponíveis, subentende-se que o hábito de compras tende a mudar. Todas as organizações atuam como agentes ativos em um dinâmico ambiente de incertezas devido às rápidas mutações que acontecem nas sociedades, mercados, tecnologias, no mundo dos negócios e no meio ambiente (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Em relação à tomada de decisões relacionadas às compras, segundo o gestor, é descentralizada, pois elas são tomadas em grupo, sendo um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

responsável pela parte de químicos e sementes, outro responsável pela parte de fertilizantes e ainda um responsável por fornecer informações adquiridas a partir da área experimental, onde são realizados testes dos produtos.

Observa-se que o gestor utiliza dados fornecidos por uma equipe para a tomada de decisões, cada membro da equipe tem foco em um quesito específico, proporcionando compras mais assertivas, evitando desperdícios em espaço de armazenagem ou falta de produtos. O Administrador depende de terceiros para alcançar seus objetivos e de seu grupo, ele deve ter condições de liderar os membros de sua equipe e, tomar decisões (LACOMBE, 2009).

Já em relação ao crédito concedido ao cliente, o entrevistado destacou que é gerado um limite baseado nos bens que o cliente possui (área de terras, maquinários agrícolas, casas, animais etc.), que devem ser informados no cadastro desse cliente junto a cooperativa. Com base nesses dados o setor de crédito e cobrança faz um levantamento do valor de mercado e da liquidez desses bens, bem como consulta de CPF, gerando um limite de crédito.

De acordo com o gerente, para compras em longo prazo, o cliente deve ter um histórico de relacionamento com a empresa. Há dois tipos de contratos de vendas, sendo um o cliente tem um prazo de 120 dias para buscar recursos junto a instituições financeiras, e outro onde ele saldará sua dívida com grão futuro, onde será feito um contrato de travamento de preço do grão.

Contudo, conclui-se que a organização identifica oportunidades no ambiente em que atua, e com isso adota uma postura ofensiva, desenvolvendo estratégias de crescimento. Para tanto, a cooperativa alicerça suas decisões com base em planejamentos e indicadores, que fornecem informações sobre o desempenho de todas as atividades da empresa.

3.2 UTILIZAÇÃO DA MATRIZ BGC E ANÁLISE AMBIENTAL

Para contemplar o segundo objetivo específico deste artigo, de acordo com o dirigente, os principais clientes das lojas agropecuárias são os produtores rurais, sendo parte associados, porém existe também uma grande participação de produtores não associados à cooperativa.

Conforme relatado pelo entrevistado, os clientes possuem opções variadas de compra junto aos concorrentes, porém a cooperativa possui uma força de vendas relacionado ao pós venda, com prestação de serviços técnicos ao produtor, a qualidade dos produtos, a segurança da entrega desses produtos e a facilidade de negociação, pelo fato da maioria dos clientes serem associados da cooperativa, podendo realizar compras com pagamentos programados com a entrega de grãos.

Nota-se que o pós-vendas é um fator influenciador à fidelização de clientes, juntamente com o fato da cooperativa ter credibilidade quanto a qualidade dos seus produtos e facilidade de negociação, contatou-se que ela obtém certa força de mercado diante de seus concorrentes.

A escolha de uma companhia quanto ao grupo de clientes com quem vai se relacionar, deve ser vista como uma decisão estratégia crucial, podendo melhorar sua postura estratégica, descobrindo compradores que possuam um poder mínimo de influenciá-la negativamente (PORTER, 2004).

Quanto aos fornecedores, na linha de químicos, a cooperativa está atrelada a poucos fornecedores, possuindo pouco poder de barganha, porém alguns fornecedores recebem grãos como pagamento, onde é feito um contrato de pagamento prefixando o valor do grão, um pouco acima do valor de mercado, gerando assim um desconto na compra dos produtos.

Já com outros fornecedores é realizado um contrato de compra e venda no início do ano, sendo prefixado o valor dos produtos de acordo com a cotação do dólar no momento da realização desse contrato, porém as entregas



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

são agendadas para o decorrer do ano, e o pagamento realizado quinze dias após a entrega.

Quanto aos fornecedores, Porter relata que essa força pode exercer influência sobre os seus clientes, ameaçando elevar preços ou reduzir qualidade dos bens e serviços fornecidos, podendo sugar a rentabilidade de uma organização incapaz de repassar os aumentos aos seus clientes (PORTER, 2004).

De acordo com o gestor, o nível de concorrência é considerado alto, pois grande parte dos concorrentes são empresas de menor porte, possuindo um custo operacional menor, podendo assim proporcionar preços mais atrativos do que os da agropecuária da cooperativa. Observou-se que a organização sente os efeitos da concorrência de agropecuárias menores, porém esses efeitos poderiam ser minimizados se a cooperativa utilizasse o seu poder de barganha junto aos seus fornecedores, uma vez que são realizadas compras de grande porte.

A rivalidade entre concorrentes ocorre quando um ou mais concorrentes sentem-se pressionados ou percebem a oportunidade de melhorar sua posição competitiva. Esses confrontos se dão com o uso de táticas como concorrência de preços, batalhas de publicidade, introdução de produtos e aumento dos serviços ou garantias ao cliente. Na maioria dos casos, os movimentos competitivos de uma empresa têm efeitos notáveis em seus concorrentes, podendo iniciar retaliações ou esforços para conter esses movimentos (PORTER, 2004).

Conforme o entrevistado, em relação aos novos entrantes, existe uma ameaça significativa, pois se trata de um mercado com grande potencial de crescimento, e com isso alguns funcionários que saem de empresas e que possuem conhecimento da área, podem empreender gerando uma ameaça à cooperativa.

De acordo com Porter, esta é a ameaça de entrada de novas empresas concorrentes, que chegam no mercado trazendo nova capacidade, o desejo de ganhar uma parcela dos clientes, como resultado os preços podem cair, ou ocorrer um aumento dos custos, reduzindo a rentabilidade (PORTER, 2004).

Quanto aos produtos e serviços substitutos, o gestor destaca que o uso de novas ferramentas para análise de lavouras, como a utilização de drones para mapear a área de plantio, analisar curvas de nível, base larga e estipular trajetos de colheita, aumentado assim, a eficiência da produção e redução de custos, pode se destacar como um serviço substituto, este serviço também poderá ser desempenhado por filhos de produtores que estão buscando qualificações.

Produtos ou serviços substitutos caracterizam-se pelo fato de que todas as empresas, em um segmento, estão competindo com organizações que fabricam produtos substitutos, estes reduzem os retornos potenciais, colocando um teto nos preços (PORTER, 2004). A Ilustração 3 apresenta os produtos classificados de acordo com a Matriz BCG.

Ilustração 3: Matriz de crescimento-participação do BCG.

		Participação Relativa de Mercado (eixo x)	
		Alta	Baixa
Crescimento do Mercado (eixo y)	Alto	★ Fertilizantes.	? Prestação de serviços (análise de lavoura com Drones).
	Baixo	\$ Produtos químicos (defensivos) Sementes.	🐕 Pequenas ferramentas Utensílios domésticos.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o gestor, os químicos (defensivos) e as sementes, são os produtos com maior rentabilidade, porém não é percebido um crescimento



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de mercado, pois com o avanço da tecnologia, se desenvolve sementes mais resistentes às pragas. Tais produtos apresentam características, na Matriz BCG, de “vacas leiteiras”.

Vacas leiteiras são produtos com alta participação de mercado e baixo crescimento, elas produzem volumes de caixa acima do reinvestimento necessário para manter a sua participação (CHIAVENATO, 2011).

Conforme o gestor pode-se considerar que os fertilizantes possuem baixo retorno financeiro, exigindo um custo relativamente alto de armazenagem e mão de obra, porém, no futuro, apresentam um potencial de crescimento bastante significativo, pois o gerente ainda destaca que, com o passar dos anos, o uso deles vem crescendo. Produtos estrelas têm de alta participação e alto crescimento, apresentam lucros, mas podem ou não gerar todo o seu próprio caixa. São produtos que visam garantir o futuro para a organização (CHIAVENATO, 2011).

Quando questionado sobre produtos que apresentam pouca saída e que não geram lucro, o gestor relatou que não há produtos parados em seu portfólio, todos apresentam certa rotatividade. No entanto, conforme as visitas realizadas na organização constatou-se que produtos de menor valor agregado, tais como pequenas ferramentas e utensílios domésticos (cadeiras, fogareiros, facas, botinas, chapéu, luvas etc) poderiam se caracterizar como produtos “vira-lata”.

Produtos vira-latas são aqueles com baixa participação de mercado e baixo crescimento. Podem apresentar lucro contábil, mas o lucro precisa ser reinvestido neles para manter sua participação, nada sobrando em caixa. São desnecessários ao portfólio, pois não tem valor, exceto em liquidações (CHIAVENATO, 2011).

Quanto ao produto “ponto de interrogação” de acordo com a pesquisa não se identificou um produto específico, porém algo que poderia ter alta participação de mercado, bem como crescimento, poderia ser a prestação de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

serviço no que tange a análise de lavouras com a utilização de drones para mapeamento da área de plantio, com o intuito de elevar a produtividade e reduzir custos.

Constatou-se que os principais clientes das agropecuárias são produtores rurais, sendo grande parte associados. Grande parte da força de vendas do setor agropecuário se dá pela qualidade do atendimento, inclusive atividades de pós-vendas, confiabilidade por parte dos produtores na empresa e também a facilidade de negociação. No entanto, apesar desses fatores, o nível de concorrência é considerável. A principal fonte de caixa são os produtos químicos e as sementes.

3.3 PROPOSTAS DE MELHORIAS

Este tópico busca apresentar algumas propostas de melhorias, de modo geral constata-se que o ramo em que a cooperativa atua (agronegócio) vem apresentando picos de crescimento no Brasil nos últimos anos, segundo dados do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, o setor é responsável por cerca de 23% do PIB Brasileiro (BRASIL, 2019).

Com a realização deste estudo constatou-se que a organização estudada pode implementar algumas melhorias com o intuito de adquirir melhor performance financeira, bem como melhor participação de mercado. A Cooperativa está num ambiente favorável, no entanto, para que ela aproveite ao máximo todas as oportunidades emergidas é importante recomendar algumas propostas:

a) Treinamento dos empregados; b) Reunir-se com mais frequência, para revisão das estratégias; c) Criar um programa de fidelização para os associados/clientes; d) Ampliar os eventos “dia de campo”; e) Implementação do comércio eletrônico; f) Desenvolver novos fornecedores na linha de químicos; g) Mapear os concorrentes; h) Mapear os novos entrantes; i)



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Desenvolvimento de novas tecnologias (via utilização de drone); j) Utilizar com frequência a Matriz BCG, para reclassificar os produtos de acordo com a sua rotatividade/importância.

Quanto ao treinamento dos empregados é importante que a Cooperativa crie frequentemente treinamento para seus colaboradores, com o intuito de prepará-los para os novos desafios do campo, no que tange a tendências, produtividade e a agricultura de precisão. Esses treinamentos podem ocorrer através de eventos dentro da cooperativa, ministrados por especialistas, ou até mesmo dentro dos próprios fornecedores, através de visitas técnicas, com o objetivo de melhor conhecer os produtos/serviços que a própria Cooperativa comercializa.

Referente a segunda proposta que é a frequência das reuniões para elaborar as estratégias (global), recomenda-se que elas sejam mais frequentes, pois hoje acontece uma reunião no mês de outubro para elaborar os objetivos para o ano seguinte, depois são realizadas mais três revisões, assim recomenda-se que essas revisões sejam mais frequentes, objetivando acompanhar o desempenho e possível correção do planejamento.

O programa de fidelização para os associados/clientes tem por objetivo aproximar/estreitar o relacionamento com as pessoas, dado ao cenário extramente complexo e competitivo atrair o cliente é fator fundamental para o alcance do sucesso. O programa de fidelização tem o papel de auxiliar no acompanhamento “do plantio a colheita” trazendo informações sobre a lavoura.

Atualmente existe o “dia de campo” apenas nos períodos que antecedem a colheitas das culturas (milho, trigo e soja), bem como pecuária (produção de leite). É interessante que se crie mais eventos desta natureza, procurando auxiliar o agricultor em outras áreas da sua propriedade, como por exemplo, no gerenciamento dos custos da propriedade rural.

Essa atividade de gerenciamento de custos, poderia se dar por meio de parcerias com as instituições de ensino superior que atuam na região, por meio



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

dos seus cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Agronomia, Veterinária entre outros.

Quanto a implementação do comércio eletrônico, é altamente recomendável que a organização atente para essa tendência. Por meio deste canal, poderão ser comercializados vários tipos de produtos e, considerando que a nova geração estará à frente dos negócios das propriedades agrícolas, subentende-se que o hábito de compras tende a mudar.

Constatou-se por meio da entrevista com o gestor, que a Cooperativa possui poucos fornecedores na linha de químicos, é plausível esta situação, pois as vezes a parceria é de longa data, porém é crucial buscar outras frentes fornecedoras, com o intuito de obter melhor poder de barganha, podendo melhor competir no mercado, por meio de preço mais atrativos aos associados/clientes.

O poder de barganha dos fornecedores, pode exercer influência sobre os seus clientes, ameaçando elevar preços ou reduzir qualidade dos bens e serviços fornecidos, podendo sugar a rentabilidade de uma organização incapaz de repassar os aumentos aos seus clientes (PORTER, 2004).

No que tange ao mapeamento dos concorrentes e dos novos entrantes é importante destacar que a Cooperativa deve ficar atenta no mercado, acompanhar o crescimento e o surgimentos de novos *players*, saber sobre quais mercados atende, quais preços praticam, quais produtos/serviços comercializam etc. A atenção deve recair também sobre os indicadores econômicos da Cooperativa, a fim de averiguar uma possível queda no faturamento e, quais as possíveis causas.

Novos entrantes são empresas que chegam no mercado trazendo nova capacidade, o desejo de ganhar uma parcela dos clientes, como resultado os preços podem cair, reduzindo a rentabilidade das empresas concorrentes (PORTER, 2004).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Através da entrevista realizada com o gestor, identificou-se que hoje a Cooperativa não presta serviço de análise de lavouras, como a utilização de drones. Tal serviço poderia se mostrar um diferencial para mapear a área de plantio, analisar curvas de nível, base larga e estipular trajetos de colheita, aumentando assim, a eficiência da produção e redução de custos. Analisando a Matriz BCG, esse serviço hoje é considerado um “ponto de interrogação”, podendo se transformar num produto “estrela” com alta participação de mercado.

Quanto a Matriz BCG, recomenda-se que Cooperativa a utilize como forma de apoio as decisões gerenciais, pois a ferramenta o objetivo de mostrar como cada produto/serviço se comporta dentro do seu portfólio. De acordo com Ghemawat a recomendação estratégica da matriz BCG é manter o equilíbrio entre as “vacas leiteiras” (negócios maduros) e as “estrelas”, à medida que se alocavam alguns recursos para financiar os “pontos de interrogação” (isto é, estrelas em potencial). Os “vira-latas” devem ser descartados (GHEMAWAT, 2012).

Observando as 10 propostas de melhorias apresentadas, recomenda-se que a organização avalie cada uma com base na sua devida importância e, no decorrer do tempo possa discuti-las e implementá-las no seu dia a dia, buscando com isso a otimização da sua gestão, bem como o alcance de uma melhor posição no mercado.

CONCLUSÃO

O planejamento empresarial vem se tornando algo cada vez mais imprescindível para o bom desenvolvimento das organizações. Um planejamento adequado aos anseios da organização, aliado às ferramentas de gestão, como cinco forças de Porter e Matriz BCG, podem auxiliar na busca pelo sucesso almejado. Assim, é imprescindível que o Administrador atue com



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

responsabilidade social e visão ampliada sobre os negócios, a fim de enfrentar os desafios do mercado.

As constantes mudanças no cenário organizacional requerem adaptação por parte das empresas, sendo necessário a sua adequação e desenvolvimento de estratégias empresariais, para que se mantenham consolidadas no mercado.

Mediante a análise dos dados coletados a partir da entrevista com o gestor, constata-se que a organização percebe predominância de oportunidades no mercado, adotando a prática da postura estratégica de crescimento. Nessa fase, a cooperativa procura expandir o seu negócio, lançando novos produtos e serviços, adotando estratégias inerentes à essa postura.

Pode-se afirmar que os objetivos propostos foram atendidos, os quais estão descritos ao longo do tópico 3 desta pesquisa. Através de entrevista com o gestor da organização, constatou-se que a gestão é realizada de maneira descentralizada, alicerçando as decisões com base em planejamentos e indicadores, que fornecem informações sobre o desempenho de todas as atividades da empresa.

Referente ao item 3.2, conforme a análise realizada, os principais clientes das lojas agropecuárias da cooperativa são produtores rurais, sendo a maioria associados. Grande parte da força de vendas deste setor se dá pela qualidade do atendimento, inclusive atividades de pós-vendas, confiabilidade por parte dos produtores na empresa e também a facilidade de negociação.

No tópico 3.3, sugeriu-se melhorias para os processos organizacionais, com o propósito de otimizá-los. Propôs-se que a organização desenvolva novos meios de fidelização/relacionamento com clientes, análise de maneira mais incisiva, os concorrentes e novos entrantes, procure inovar os seus serviços prestados com o auxílio de novas tecnologias, bem como manter seu portfólio de produtos atualizados de acordo com o que rege a Matriz BCG.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Quanto ao problema de pesquisa “como a Matriz BCG e as cinco forças de Porter podem auxiliar a organização a obter melhores resultados sobre o seu negócio?” recomenda-se que a organização perceba a importância da utilização dessas ferramentas, a fim melhor controlar seu ambiente interno, bem como preparar-se, de maneira mais adequada possível, para as mudanças provenientes do mercado em que atua.

Propõe-se que sejam realizados estudos futuros acerca das ferramentas de gestão empresariais, devido à sua importância dentro do planejamento organizacional, visando o desenvolvimento do negócio. Ainda se ressalta que a Administração estratégica é um desafio contínuo para os Administradores, a qual requer um posicionamento assertivo na tomada de decisões, que devem ser auxiliadas por uso de ferramentas de gestão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério Da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento. **Agropecuária Brasileira em Números**. Disponível em: <<https://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>>. Acesso em: 29 out. 2019.
- CHIAVENATO, Idalberto, **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico**. 2. ed. 6ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GHEMAWAT, Pankaj, **A Estratégia e o Cenário dos Negócios**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LACOMBE, Francisco José Masset, **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, **Estratégia Empresarial e Vantagem competitiva**: como estabelecer, implementar e avaliar. 4. ed. Rev. Atual. São Paulo: Atlas, 2005.

_____, **Planejamento Estratégico**. 4. ed. Rev. Atual. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTER, Michael E., 1947 – **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. 2ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO COM OS GESTORES DE CARTEIRA PESSOA FÍSICA DO SICREDI

Leandro de Mello¹
Thiago Luis Dorneles Jaworski²
Marcos Rogério Rodrigues³
Adelino Pedro Wisniewski⁴
Augusto Rieger Lucchese⁵

RESUMO

A educação financeira é um fator determinante para a tomada de decisão no que se refere à utilização de recursos financeiros, fica evidente a necessidade do conhecimento sobre a gestão do dinheiro para que não ocorra o consumo demasiado e desnecessário, podendo acarretar no endividamento do indivíduo. Este artigo abordou o tema: educação financeira: um estudo com os gestores de carteira pessoa física do Sicredi, em suas agências localizadas na cidade de Santa Rosa/RS. O trabalho teve como objetivo geral mensurar o nível de conhecimento dos gestores de carteira da área de negócios sobre seus recursos financeiros e a capacidade de disseminar este conhecimento aos associados. Qual o nível de conhecimento sobre educação financeira dos gestores de carteira pessoa física? No referencial teórico, foram abordados os seguintes tópicos: instituição financeira cooperativa, finanças pessoais e endividamento e educação financeira. A metodologia utilizada foi uma pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa, bibliográfica e estudo de caso. Como principais resultados obtidos, destaca-se o conhecimento dos respondentes em relação a educação financeira e o uso de seu dinheiro, a necessidade de treinamentos constantes promovidos pela organização para obter maior segurança aos seus colaboradores.

Palavras-chave: Cooperativismo de Crédito – Finanças - Educação Financeira.

¹ Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. leandromello1@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. thiagodornelesjaworski@hotmail.com

³ Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

⁴ Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. adelinopedro@santarosa.rs.gov.br

⁵ Mestre em Contabilidade. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. augustorlijui@gmail.com



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

Com o grande mix de produtos e serviços à disposição no mercado atual, torna-se essencial que o consumo seja realizado de forma consciente e segura, uma vez que o consumo demasiado pode acarretar no endividamento do consumidor.

Assim, as instituições financeiras surgem como ferramentas para o conhecimento e desenvolvimento da gestão sobre a educação financeira de seus clientes. Com isto, o presente trabalho tem como tema: educação financeira: um estudo com os gestores de carteira pessoa física do Sicredi. A pesquisa se delimitou aos gestores que trabalham nas três agências localizadas na cidade de Santa Rosa/RS. A problemática deste estudo busca responder: Qual o nível de conhecimento sobre educação financeira dos gestores de carteira pessoa física?

O objetivo geral teve por intuito mensurar o nível de conhecimento dos gestores de carteira da área de negócios pessoa física, sobre seus recursos financeiros e a capacidade de disseminar este conhecimento aos associados.

Para atender ao objetivo geral, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos para a pesquisa; apresentar os conceitos relacionados a educação financeira, verificar o nível de conhecimento dos gestores, acerca da educação financeira e propor melhorias, a fim de aperfeiçoar o conhecimento sobre a educação financeira.

Justifica-se o presente trabalho pelo fato da importância da educação financeira para a empresa e o colaborador que atuam no ramo financeiro, bem como acadêmicos e instituição de ensino a fim de proliferar constantemente o conhecimento em relação ao tema.

Esta pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa, bibliográfica e estudo de caso, onde realizou um questionário com os colaboradores da Sicredi União, RS em suas três agências



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

localizadas na cidade de Santa Rosa, RS. Os principais autores são Domingos, Lacombe e Sicredi, os quais tratam os conceitos para a gestão e o consumo de forma consciente.

O artigo inicialmente apresenta os conceitos relacionados à instituição financeira cooperativa, finanças pessoais e endividamento e educação financeira, na sequência aborda a metodologia da pesquisa, categorização da pesquisa, geração de dados e análise dos resultados obtidos, e por fim, a conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se os temas relacionados ao trabalho, inicialmente sobre instituição financeira cooperativa, bem como abordam-se os conceitos de finanças pessoais e endividamento e educação financeira.

1.1 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA

Com o conceito de unir forças entre indivíduos em busca de um objeto comum, o cooperativismo é visto pela forma de encarar as dificuldades em sociedade. Diante disto, quando os indivíduos passam por alguma dificuldade financeira, surge a carência de uma instituição financeira pra atender suas necessidades, podendo ela ser uma cooperativa de crédito ou instituição bancária.

Veiga e Fonseca caracterizam o cooperativismo de crédito de duas formas: a) Sociedade formada de pessoas voluntárias a fim de satisfazer as necessidades individuais e coletivas apresentando uma viabilidade econômica; b) A gestão é realizada por colaboradores e técnicos assalariados, que buscam proporcionar uma qualidade de vida por meio do desenvolvimento local e sustentável (VEIGA; FONSECA, 2001).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para os autores, ao constituir-se uma cooperativa de crédito, conforme normativas do Banco Central, deve-se seguir os 7 princípios básicos, quais sejam: Adesão livre e voluntária; Gestão democrática pelos sócios; Participação econômica dos sócios; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Cooperação entre as cooperativas; Interesse pela comunidade. Ainda, complementam que o cooperativismo de crédito consiste em ideias e valores ideais de uma entidade de atividades socioeconômicas (VEIGA; FONSECA, 2001).

Como os serviços prestados pelas cooperativas de crédito e bancos são semelhantes, muitas pessoas entendem que se trata de um propósito comum; no entanto, para o mercado financeiro esta visão está equivocada. Para melhor esclarecer e causar entendimento sobre o exposto, o Sicredi expõe o quadro abaixo que exhibe as principais diferenças entre as entidades:

As cooperativas de crédito podem recolher recursos financeiros por meio de depósitos a prazo ou à vista, captar recursos das demais instituições financeiras a fim de repassar aos seus associados, podendo descontar em títulos, finanças, contratos de créditos ou outros produtos e serviços negociados entre a instituição e seus associados, prevalecendo a cooperação entre os envolvidos (SICREDI, 2018).

A participação no mercado financeiro atual, as cooperativas de crédito mostram a importância da vida em sociedade e a cooperação entre os indivíduos, buscando auxiliar no desenvolvimento de seus associados e da sociedade.

1.2 FINANÇAS PESSOAIS E ENDIVIDAMENTO

Com o passar dos anos e o consumo demasiado dos indivíduos entendeu-se a importância do estudo sobre o comportamento humano e a utilização de seus recursos financeiros. Em várias situações do cotidiano, as pessoas lidam com recursos financeiros, sendo necessário o conhecimento de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

como utilizá-lo para obter uma estável e equilibrada relação entre as suas finanças (BACEN, 2013).

Nesse sentido, nota-se a necessidade de um planejamento orçamentário para assegurar uma estabilidade financeira, e caso não seja eficiente, necessita de um meio de controle. Assim, o controle tem por função integrar a etapa do planejamento na gestão. Uma das funções do administrador é planejar, ou seja, impor um objetivo e propor meios para que sejam alcançados (CHIAVENATO, 2016).

Para Lacombe e Heilborn, é o planejamento que define a direção a ser seguida sobre o que foi determinado; Os autores complementam que o planejamento consiste nas decisões que são tomadas no presente visando os resultados que serão obtidos no prazo estabelecido (LACOMBE; HEILBORN, 2008).

Com os prazos e metas estabelecidas pelo planejamento, o controle busca meios para assegurar o alcance do objetivo traçado, sendo que o planejado só será atingido se dirigido de maneira mais próxima.

Muito praticado no cotidiano das pessoas, os gastos pessoais equivalem as formas de pagamento utilizados para se despende do dinheiro, elencando os gastos como alimentação, habitação, impostos, bem matérias, dentre outros podem ser fixos ou variáveis. Para Domingos, os gastos financeiros deverão ser previstos nos orçamentos das pessoas, a fim de cumprir com o pagamento acordado, sendo que os gastos extras não previstos no orçamento, podem ocasionar em seu endividamento pessoal, caso não seja controlado (DOMINGOS, 2013).

Acarretado pela falta de planejamento e controle dos recursos financeiros, o endividamento é o ponto de atenção mais relevante na gestão financeira, uma vez que deverá ser ajustado assim que evidenciado podendo acarretar em aspectos negativos para a qualidade de vida dos indivíduos. Segundo Claudino, Nunes e Da Silva, trata-se do “[...] descumprimento de um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

compromisso assumido com outrem” (CLAUDINO; NUNES; DA SILVA, 2009, p. 5).

Para Domingos, a contratação de novas dívidas não pode exceder a parcela mensal de 30% sobre o valor da receita fixa do indivíduo, valores superiores a este deverão ser analisados minuciosamente visto que podem vir a acarretar em seu endividamento financeiro (DOMINGOS, 2013).

Fica evidente a importância da educação financeira a vida das pessoas, pois compreender e ter conhecimento sobre seus recursos financeiros é essencial para se obter uma estabilidade e segurança em relação ao uso do dinheiro.

1.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira consiste no conhecimento sobre a gestão das finanças e suas escolhas em relação ao uso de seu dinheiro, de acordo com Lizote, Simas e Lana, ela fundamenta-se no “[...] modo pelo qual o indivíduo busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar coerentemente suas finanças e tomar boas decisões sobre a mesma.” (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012, p. 06). Assim, é feita a gestão correta das receitas e auxílio na tomada de decisão.

Devido aos primeiros ensinamentos de um indivíduo serem relacionados ao seu convívio familiar, entende-se que os princípios relacionados às finanças possuem interferências diretas desta relação. Segundo Domingos, a mentalidade emocional é herdada de pai para filho, tendo em vista que a educação é a herança mais valiosa que se pode deixar (DOMINGOS, 2015). “Se todas as famílias se conscientizassem de que a educação financeira começa desde cedo, em casa e dentro das escolas, nós hoje viveríamos num país muito mais próspero.” (DOMINGOS, 2013, p. 125).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Criada por Domingos, a metodologia comportamental de educação financeira DSOP (diagnosticar, sonhar, orçar e poupar) busca evidenciar os aspectos fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento financeiro.

Inicialmente a primeira fase, denominada diagnosticar, busca identificar para onde vai o dinheiro, ou seja, qual a sua finalidade dentro de um período curto de 30 dias.

A segunda fase designada sonhar. Essa fase busca elencar os sonhos e objetivos do grupo familiar, podendo ser de curto, médio ou longo prazo. A terceira fase chamada orçar tem o intuito de elencar prioridades readequando as receitas e gastos a fim de atingir seus objetivos estabelecidos. A última fase consiste em poupar, ou seja, realizar reservas financeiras atrelando os objetivos estabelecidos, podendo ser de curto, médio ou longo prazo (DOMINGOS, 2015).

Já para Martins, a educação financeira consiste no conhecimento e registro sobre a gestão dos recursos dos indivíduos, podendo ser organizada das seguintes formas: Burocrática documental: destinada a arrumação dos papéis e documentos, e seus respectivos registros, ou seja, descrever todas as receitas e despesas de determinado período de tempo em um livro registro e planejamento: relação entre orçamentos e fluxo de caixa, auxiliando na tomada de decisão e a utilização dos recursos de gastos e investimentos (MARTINS, 2004).

A educação financeira é algo a se praticar e aprimorar frequentemente, sendo que os indivíduos que realizam a gestão de seus recursos financeiros possuem uma melhor qualidade de vida e estabilidade financeira, podendo ter um futuro próspero e seguro em relação ao uso de seu dinheiro.

2 METODOLOGIA

A fim de atingir os objetivos traçados no estudo, a metodologia



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

apresenta os procedimentos a serem trabalhados no decorrer da pesquisa, ou seja, métodos de estudo para a geração das informações e dados coletados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Caracteriza-se por uma pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa, bibliográfica e estudo de caso. Quanto ao tratamento das informações se classifica como quantitativa, devido a ter sido realizado um questionário composto por 18 questões que buscam mensurar o nível de conhecimento dos colaboradores

A pesquisa descritiva proporcionou mensurar a importância que a instituição dá a educação financeira, a pesquisa explicativa, constatou-se o papel e a importância da entidade estudada. Tratando-se dos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica baseou-se na construção do referencial teórico com os conceitos dos autores.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Foi aplicado um questionário fechado com 18 questões aos 44 gestores de negócios das 3 agências de Santa Rosa, RS, carteira Pessoa Física, com o intuito de mensurar o seu conhecimento acerca da educação financeira, bem como o seu nível de disseminar este conhecimento.

No entanto, dos 44 gestores de carteira pessoa física, a pesquisa foi aplicada para 35 colaboradores devido aos demais se encontrarem em período de férias ou treinamentos propostos pela organização. A pesquisa foi realizada nas 3 agências do Sicredi localizadas em Santa Rosa/RS.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Os dados desta pesquisa foram analisados e interpretados de modo descritivo e explicativo, contemplando a análise dos acadêmicos, bem como dos autores que embasaram o trabalho, ou seja, se elaborou a triangulação das informações, com o intuito atender aos objetivos do estudo.

Para melhor entendimento do leitor, os dados foram apresentados por meio de percentuais, com uso de planilhas eletrônicas, onde se evidenciou o conhecimento dos gestores acerca da educação financeira.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico apresentam-se os resultados da pesquisa, inicialmente apresentam-se os dados relativos a opinião dos gestores sobre a educação financeira, na sequência abordam-se as propostas de melhorias, para que a organização estudada possa implementar estas medidas, com o intuito de agregar mais conhecimentos sobre a educação financeira aos seus colaboradores.

3.1 CONHECIMENTO DOS GESTORES SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para verificar o nível de conhecimento dos gestores acerca da educação financeira, elaborou-se um questionário, composto por 18 questões.

Em relação ao conhecimento sobre a utilização e gerenciamento dos seus recursos financeiros ou finanças, onde a maioria dos entrevistados, sendo eles 54% se sentem razoavelmente seguro e 46% muito seguro sobre suas receitas e despesas, tendo o conhecimento necessário para gerir o uso de seu dinheiro.

Este resultado favorável, leva em consideração que os participantes possuem contato diário com a educação financeira e necessitam um

aprimoramento constante, uma vez que prestam suporte a terceiros sobre o assunto.

Segundo o BACEN, em várias situações do cotidiano, as pessoas lidam com recursos financeiros, sendo necessário o conhecimento de como utilizá-lo para obter uma estável e equilibrada relação entre as suas finanças (BACEN, 2013).

Um ponto importante a ser destacado, é que a maioria dos entrevistados, 52%, possuem o controle frequente sobre a utilização de seus recursos, comparando os valores recebidos e a sua finalidade, receitas e despesas, possibilitando assim parte dos recursos para um possível investimento financeiro.

Entretanto, existe um ponto crítico a se destacar, observa-se que 48% não possuem o hábito de realizar o orçamento financeiro mensal, mostrando que boa parte dos entrevistados não se importam com o registro de suas receitas e gastos, impossibilitando o acompanhamento e visualização de sua vida financeira e familiar.

Para Domingos, os gastos financeiros deverão ser previstos nos orçamento das pessoas, a fim do cumprir com o pagamento acordado (DOMINGOS, 2013).

Em relação ao uso do seu rendimento mensal, 40% dos respondentes possuem valores disponíveis para determinados investimentos. Nota-se que a maioria dos entrevistados possuem um perfil conservador em relação ao uso de sua renda fixa mensal, sendo em torno de 77% destes. No entanto, necessitam regularmente se apropriar sobre a educação financeira para que possam obter mais retornos sobre seu dinheiro. Para os demais 23%, que são incapazes de honrar com suas dívidas mensais, nota-se a necessidade de obter conhecimento sobre a educação financeira e a importância do tema.

Muito praticado no cotidiano das pessoas, os gastos pessoais equivalem as formas de pagamento utilizados para se despendar do dinheiro, elencando



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

os gastos como alimentação, habitação, impostos, bem materiais, dentre outros gastos que podem ser fixos ou variáveis.

Em relação ao uso de seus recursos em relação as despesas, observa-se o equilíbrio dos custos em despesas gerais, totalizando 46%, e 40% sobre prestações a curto, médio ou longo prazo.

Constata-se que o comprometimento dos recursos financeiros se concentra nas despesas com os custos fixos mensais, totalizando 46% dos respondentes. Outros pontos importantes a serem observados, é que 40% possuem custos fixos destinam-se ao pagamento de prestações, podendo ela ser a curto, médio ou longo prazo, ou seja, comprometimentos mensais fixos de sua renda mensal.

Ainda 11% utilizam seus recursos para despesas pessoais, consumindo vestimentas e usufruindo de lazer, sendo que apenas 3% possuem o hábito de efetuar reservas e economias, ponto importante destacado no estudo. Questionados sobre a sobra dos recursos, constatou-se que 60% dos respondentes investem em fundos de investimento e 37% sobre recursos em poupança.

Apenas 3% dos gestores destinam os seus recursos à investimentos, sendo que um dos principais objetivos da educação financeira se trata da reserva de valores. Com isto, esta pergunta teve por objetivo instigar o melhor investimento no ponto de vista dos entrevistados, percebe-se que a maioria optou pelos fundos de investimentos, com risco médio.

Outros 37% investem em poupança, pois priorizam a segurança em relação ao rendimento, no entanto, observa-se a falta de conhecimento sobre as possibilidades de investimento, uma vez que o investimento sobre a modalidade poupança não possui um rendimento superior a inflação do país. E, apenas 3% investem em ações, possibilitando altos ganhos e risco elevado de perdas.

Questionados sobre plano de aposentadoria, a consciência dos

respondentes em relação ao seu futuro financeiro, uma vez que 94% já possuem um plano de aposentadoria vigente. Com o resultado obtido, verificou-se a preocupação dos participantes quanto a sua aposentadoria, onde 94% destes já possuem um plano de previdência. Os demais 6%, não possuem planos ou não sentem uma necessidade de poupar para isto, ou, pretendem ter apenas a aposentadoria proposta pelo governo e instituição brasileira.

A maioria dos gestores tem a preocupação com o futuro, pois deixam uma reserva para previdência complementar, o que mostra que eles têm consciência de eventuais mudanças econômicas. Sabendo a importância da educação financeira, pode-se compreender de que forma os respondentes entendem a educação financeira sobre os seus recursos financeiros.

Para 71% dos entrevistados, seu conhecimento está atrelado a segurança sobre a utilização do seu dinheiro, pois acreditam que uma situação financeira estável é primordial para um futuro constante próspero, uma vez que em boa parte de sua vida utiliza-se dos seus recursos financeiros.

No entanto, 29% dos respondentes, entendem a educação financeira como uma ferramenta de gestão, como um auxílio para gerir a suas finanças e gestão sobre a utilização de seus recursos.

De acordo com Lizote, Simas e Lana, esse aspecto fundamenta-se no “[...] modo pelo qual o indivíduo busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar coerentemente suas finanças e tomar boas decisões sobre a mesma.” (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012, p. 06). Assim, é feita a gestão correta das receitas e auxílio na tomada de decisão.

Dando importância as suas despesas em relação aos seus ganhos, 77% dos entrevistados considera altamente relevantes saber o destino fim do seu dinheiro. Ainda, 23% tem uma pequena importância, pois entendem que outros fatores são mais relevantes em relação aos seus conhecimentos individuais. Ponto importante a ser destacado, uma vez que como consultores financeiros



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

esta gestão é de grande relevância na prestação de serviços aos seus associados, além do como seu conhecimento pessoal.

Para 86% dos respondentes, ao ingressar na instituição, começaram a possuir mais instruções para gerir as suas finanças pessoais, eles já tinham conhecimento sobre o assunto e após o ingresso agregaram e aperfeiçoaram suas experiências em relação ao uso do seu dinheiro. Os demais, 14% dos respondentes não visualizaram avanço nenhum sobre o conhecimento da educação financeira, depois de ingressar na organização, pois já tinham certo conhecimento avançado adquirido anteriormente.

Em relação ao seu suporte como consultor financeiro, observou-se que todos os respondentes entendem o seu papel na vida financeira de seus associados, auxiliando sempre que necessário na gestão de seus recursos financeiros e na sua tomada de decisão.

De acordo com o propósito da organização, seus colaboradores são sabedores de sua influência na vida financeira dos seus associados, entendendo que sua missão como gerente de contas é fornecer todo o suporte financeiro necessário para a correta tomada de decisão, com o intuito de agregar renda e ocasionar uma estabilidade e saúde financeira de seus associados e sociedade.

Nota-se que 100% dos participantes entendem que o suporte prestado aos associados é adequado, possuindo vários modelos de auxílio sobre a gestão de seus recursos financeiros.

Verifica-se que 66% entendem que a Cooperativa está sempre os mantendo atualizados e dando o suporte necessário. Para 31% dos respondentes, a cooperativa lhes oferece um conhecimento básico, sendo que a instituição fornece treinamento, no entanto não é habitual e as vezes pouco divulgado. Constatou-se que apenas 3%, não possuem conhecimento sobre as atividades propostas pela entidade, ainda, destacam que todo o conhecimento adquirido foi obtido por sua conta própria.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Sabendo o valor significativo do capital humano, nos dias de hoje as organizações estão investindo significativamente no desenvolvimento do conhecimento individual, técnico e operacional de seus empregados e prestadores de serviços (CHIAVENATO, 2016).

Questionados sobre o seu grau de conhecimento em relação a educação financeira, 68% dos entrevistados não se sentem totalmente seguro quanto ao assunto educação financeira ponto importante da problemática desta pesquisa. No entanto, 32% possuem segurança quanto ao assunto, sendo que 9% destes se consideram em um nível avançado.

Constatou-se por meio do questionário que a maioria dos gestores possuem um conhecimento elementar sobre a educação financeira. No entanto, nota-se a falta de integração e necessidade constante de treinamentos promovidos pela organização, a fim de aperfeiçoar o conhecimento e, dar mais segurança aos seus colaboradores acerca do assunto estudado.

3.2 PROPOSTAS DE MELHORIAS

Com os resultados obtidos, observa-se a necessidade constante de treinamentos, visto que capacitar os colaboradores é essencial para que os objetivos e propósitos da organização sejam alcançados, dado por meio de cursos presenciais ou online. Sugere-se o foco maior em assuntos relacionado a possibilidades de investimentos, uma vez que grande parte dos respondentes investe em poupança, sendo que o retorno obtido é menor.

Incluir um programa de educação financeira liderado por um profissional qualificado com acompanhamento frequente aos colaboradores, visto que boa parte dos respondentes não possui um registro de controle e planejamento financeiro, com isto necessita-se aprofundar os conhecimentos e, técnicas para mais efetividade na gestão do dinheiro.

Além disso, sugere-se realizar mensalmente uma rodada informal para a troca de experiências dos colaboradores em relação ao uso de seu dinheiro. Ainda, introduzir em sua metodologia de abordagem um aplicativo de *smartphone* que permite o registro e controle financeiro, fazendo a gestão sobre as receitas e despesas, além de orçar e planejar as finanças pessoais possibilitando o acompanhamento e visualização de sua vida financeira e uso do seu dinheiro.

Para Domingos, os gastos financeiros deverão ser previstos nos orçamento das pessoas, a fim de cumprir com o pagamento acordado. Domingos ainda complementa que os gastos extras não previstos no orçamento, podem ocasionar em seu endividamento pessoal, caso não seja controlado (DOMINGOS, 2013).

Na abordagem aos associados, introduzir o *check up* financeiro a fim de conhecer melhor sua saúde financeira, podendo assim auxiliá-los de maneira mais efetiva, dentro de suas necessidades e limitações, bem como disponibilizar cursos *on line* para os associados com os temas voltados a gestão sobre seus recursos financeiros.

Visto tratar-se de um problema social, sugere-se a disseminação do conhecimento sobre a educação financeira para públicos mais variados, ou seja, a população em geral por meio de vídeos explicativos nas plataformas de relacionamento disponíveis no mercado, tais como Facebook, Instagram, Twitter e etc. Além de produzir um material didático, *folders* e palestras com ensinamentos práticos para que seja realizada uma gestão correta das finanças pessoais de cada indivíduo, buscando tornar sua vida financeira estável e saudável.

É primordial que a cooperativa invista e desenvolva programas de incentivo a educação financeira, tanto aos colaboradores quanto aos associados, tendo em vista a sua importância no contexto financeiro em que a mesma está inserida. Ressalta-se que estas sugestões podem contribuir para a



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

melhoria da imagem da cooperativa junto aos colaboradores, associados e sua influência na sociedade.

CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento do trabalho, fica evidente a importância da educação financeira na vida das pessoas, pois compreender e ter conhecimento sobre a gestão de seus recursos financeiros é essencial para se obter uma estabilidade e segurança em relação ao uso do dinheiro. Compreende-se que educação financeira é muito mais que saber guardar dinheiro, é ter consciência sobre o seu uso de forma que o consumo não seja realizado de forma demasiada e desnecessária, sendo primordial na tomada de decisão, a fim de evitar o endividamento do indivíduo.

Percebe-se que colaboradores que possuem elevado conhecimento acerca da educação financeira tendem a disseminar esse conhecimento de forma efetiva aos seus associados, com o intuito de auxiliá-los em sua tomada de decisão.

Quanto ao objetivo geral, que buscou mensurar o nível de conhecimento dos gestores de carteira da área de negócios sobre seus recursos financeiros e a capacidade de disseminar este conhecimento aos associados, pode-se constatar que a maioria dos entrevistados se sente seguro sobre a gestão de seu dinheiro, tendo o conhecimento necessário para gerenciar suas finanças.

De acordo com o propósito da organização, seus colaboradores são sabedores de sua influência na vida financeira dos associados, entendendo que sua missão como gerente de contas é fornecer todo o suporte financeiro necessário para a correta tomada de decisão, com o intuito principal de agregar renda e proporcionar estabilidade financeira aos associados.

No que se refere ao primeiro objetivo específico “apresentar os conceitos relacionados a educação financeira” ele foi atendido ao longo do



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

referencial teórico, em que se destacou a visão de diversos autores e autoridades sobre o tema estudado.

Quanto ao segundo objetivo específico “verificar o nível de conhecimento dos gestores, acerca da educação financeira” ele está apresentado no tópico 3.2 deste trabalho, onde se constatou que os gestores necessitam de aprimoramento em questões relacionadas a investimentos no mercado financeiro para maximizar o retorno sobre o capital investido, bem como aperfeiçoar os conhecimentos sobre o assunto educação financeira, a fim de adquirir maior segurança em relação ao tema.

Referente ao terceiro objetivo específico que buscou “propor melhorias, a fim de aperfeiçoar o conhecimento sobre a educação financeira” ele está descrito no item 3.3 deste trabalho, onde foram expostas sugestões e propostas de melhorias para a organização. Observou-se que a entidade necessita de um foco maior acerca da educação financeira, sugere-se ao Sicredi a adequação de um plano de ação anual com tratativas relacionadas ao tema, bem como, programas de incentivo a fim de aperfeiçoar o conhecimento dos seus colaboradores e associados.

Considerando o problema a pesquisa “Qual o nível de conhecimento sobre educação financeira dos gestores de carteira pessoa física?” pode-se afirmar que a maioria dos respondentes possuem um nível de conhecimento mediano quanto a educação financeira. Dessa forma, pode-se atribuir uma nota de 6,5 (considerando uma escala de 1 a 10). Assim é primordial que a cooperativa invista e desenvolva programas de incentivo a educação financeira, além do interesse pessoal de cada indivíduo em agregar conhecimento.

Para estudos futuros sugere-se a realização de uma pesquisa com viés voltado para o associado, entendendo de que maneira ele percebe a prestação de serviços do Sicredi em relação a sua educação financeira, atendendo-se a sua necessidade e expectativa enquanto associado.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Dado a relevância ao estudo, criar e proliferar a cultura de gerenciamento sobre os recursos financeiros se torna fundamental, evitando-se o endividamento, aumento da inadimplência e estabilidade financeira da população. Entende-se que a educação financeira é algo a se praticar e aprimorar frequentemente, sendo que os indivíduos que realizam a gestão de seus recursos financeiros de forma constante e, eficaz podem possuir melhor qualidade de vida e estabilidade financeira.

REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BACEN, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos**. 8. ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2016.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da Finanças Pessoais: **Um Estudo de Caso com Servidores Públicos**. Universidade Federal de Viçosa, 2009. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2018.

DOMINGOS, Reinaldo. **Como Comprar com Consciência**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2013.

_____. **Mesada não é só Dinheiro: conheça os 8 tipos e construa um novo futuro**. São Paulo: Editora DSOP, 2015.

FONSECA, Isaque; VEIGA, Sandra Maryrink. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro. 2001.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração: princípios e tendências**. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIZOTE, Suzete Antonieta; SIMAS, Jaqueline de; LANA, Jefferson. **Finanças Pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina**. IX SEGeT 2012 – Simpósio



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em:
<<http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/viewFile/186/373>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MARTINS, José Pio. **Educação Financeira: ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo, Editora Fundamento Educacional, 2004.

SICREDI. **Cooperativismo de Crédito**. Disponível em:
<<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/cooperativismo/>>. Acesso em: 15/11/2018.

_____. **Educação Financeira: para todos e para toda a vida**. Disponível em:
<<https://www.sicredi.com.br/sites/educacaofinanceira/galeria-de-conteudos/educacao-financeira-para-todos-e-para-toda-a-vida>>. Acesso em: 24 maio 2019.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA AS EMPRESAS – UM ENSAIO TEÓRICO

Ana Paula Massuda de Oliveira¹
Marcos Rogério Rodrigues²

RESUMO

A administração financeira permite que as empresas estabeleçam controle frente as suas finanças, desencadeando um melhor desenvolvimento e uma saúde financeira mais favorável. O tema deste estudo é a importância da administração financeira para as empresas. Quanto ao problema de pesquisa, este trabalho busca responder: quais podem ser informações e ferramentas mais eficazes para realizar a administração financeira de uma empresa? Considerando a falta de utilização da administração financeira nas organizações, este estudo julga-se importante, pois objetiva trazer mais conhecimento ao leitor frente às principais ferramentas da administração financeira. No seu referencial teórico, apresentam-se os conceitos de administração financeira e do administrador financeiro, aborda também sobre as principais demonstrações financeiras, bem como apresenta sobre a análise financeira e os principais índices. Quanto a metodologia este trabalho se classifica como uma pesquisa teórica de natureza qualitativa, quanto ao seu fim é classificada como uma pesquisa exploratória, e a coleta de dados foi realizada através de documentação indireta. Concluiu-se com este estudo que se o gestor utilizar-se corretamente as ferramentas da gestão financeira poderá contribuir para o fortalecimento da gestão da empresa, bem como sua continuidade no mercado.

Palavras-chave: Administração Financeira – Demonstrações Financeiras - Indicadores Financeiros.

INTRODUÇÃO

Atualmente pode-se notar uma alta competitividade entre as empresas, por esse motivo é importante que elas estabeleçam um controle mais preciso

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. anamassuda30@hotmail.com.

² Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

quanto a sua saúde financeira, para auxiliar no seu desenvolvimento, utilizando-se dos princípios da administração financeira. Pois assim a organização poderá melhorar sua lucratividade e, ganhar uma posição mais favorável frente a concorrência.

Considerando a falta de utilização da administração financeira nas empresas, o presente estudo é importante, pois pode auxiliar as pessoas a adquirir mais conhecimento frente às principais ferramentas da administração financeira, bem como acompanhar de maneira adequada a situação financeira da organização. Este artigo tem como tema a importância da administração financeira para as empresas.

Em vista que maioria das decisões tomadas em uma organização impacta a sua saúde financeira, e que a correta utilização das ferramentas da administração financeira pode auxiliar a tomar decisões mais precisas e certas, o problema do presente estudo é: Quais podem ser informações e ferramentas mais eficazes para realizar a administração financeira de uma empresa?

Muitas organizações não se utilizam das ferramentas da administração financeira por falta de conhecimento, e levando em conta este aspecto o presente artigo tem por objetivo elaborar um referencial teórico que aborde as principais ferramentas para a administração financeira, para auxiliar o departamento financeiro das empresas a acompanhar de maneira mais adequada a sua situação financeira.

A metodologia utilizada para a elaboração do presente estudo é classificada como uma pesquisa teórica, quanto a sua natureza classifica-se como qualitativa, já quanto ao seu fim é classificada como uma pesquisa exploratória, e a coleta de dados se deu através de documentação indireta. Utilizou-se neste estudo conceitos de autores como: Chiavenato, Gitman, Assaf Neto, Ludicibus, Kuhn entre outros.

O presente artigo apresenta inicialmente o referencial teórico que traz os conceitos de administração financeira e administrador financeiro, depois aborda sobre as principais demonstrações financeiras e uma explanação sobre a análise financeira e os principais índices, em seguida apresenta as conclusões do estudo.

1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A administração financeira é uma das áreas mais importantes de qualquer organização, ela é o processo administrativo que se refere aos recursos financeiros da empresa. É toda decisão que implica em obtenção e/ou aplicação de recursos financeiros (KUHN, 2012).

Dentre os objetivos de uma empresa, um é a maximização do seu valor de mercado, aumentando assim a riqueza para seus proprietários/acionistas, pois estes esperam que sua empresa tenha um retorno compatível com o risco e investimento assumido por eles (HOJI, 2017). A administração financeira e o objetivo da empresa em maximizar seu valor de mercado andam lado a lado, pois a administração financeira é o setor responsável pelas tomadas de decisões financeiras da empresa.

As demonstrações contábeis geram uma série de dados financeiros, Kuhn descreve que a análise e a interpretação destes dados “[...] visa a subsidiar e orientar as decisões a serem tomadas pela empresa em suas diferentes áreas gerenciais, permitindo a estas tomar decisões financeiramente corretas.” (KUHN, 2012, p.13). A relação com a administração financeira é de que a responsabilidade de realizar a análise e interpretação destes dados é do departamento financeiro da empresa, a fim de tomar as decisões mais precisas e assertivas possíveis.

De acordo com Assaf Neto e Lima “Administração financeira é um campo de estudo teórico e prático que objetiva, essencialmente, assegurar um



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

melhor e mais eficiente processo empresarial de captação (financiamento) e alocação (investimento) de recursos de capital.” (ASSAF NETO; LIMA, 2017, p 8). Ainda neste com as colocações desses autores, a administração financeira “[...] envolve-se tanto com a problemática da escassez de recursos, quanto com a realidade operacional e prática da gestão financeira das empresas [...]” (ASSAF NETO; LIMA, 2017, p.8).

Pode-se constatar que a administração financeira é um conjunto de processos que visa controlar as finanças da empresa, para melhorar seu desempenho e maximizar seu valor de mercado. Ela pode atingir esse objetivo através de análises e interpretações de dados e utilizando as ferramentas adequadas.

1.1 ADMINISTRADOR FINANCEIRO

Quando se trata de pequenas e grandes empresas, no que tange a finanças, um diretor financeiro de um grande grupo empresarial e o proprietário de um pequeno empreendimento podem enfrentar os mesmos desafios na hora de decidir onde e como investir (KUHN, 2012). Por esse motivo pode-se dizer que o papel de um administrador financeiro dentro das empresas é muito importante, pois cabe a ele analisar e interpretar os dados para tomar a decisão mais assertiva.

De acordo com Souza o objetivo principal do administrador financeiro é “maximizar o valor da empresa, mediante a seleção de investimentos que agregam valor, tomando decisões financeiras consistentes e gerenciando as relações de liquidez, risco e retorno.” (SOUZA, 2014, p. 7).

Além de todo o envolvimento que o administrador financeiro tem com planejamentos e análises financeiras, as principais atividades desenvolvidas por ele são tomar decisões de investimento e financiamento, ou seja, quanto e onde investir e como financiar estes investimentos (GITMAN, 2013).

A administração financeira está ocupando uma grande amplitude dentro das empresas, o atual mercado globalizado e alta concorrência o administrador financeiro tem um papel de extrema importância. Ele tem o dever de gerenciar a captação e aplicação de fundos, e gerir estes recursos de forma a assegurar a saúde financeira da organização, assim alcançando o objetivo de seus acionistas em maximizar o valor de mercado da empresa (ASSAF NETO; LIMA, 2017).

Com toda esta complexidade do mercado hoje, é importante que o administrador tenha uma visão mais crítica e ampla frente a tomadas de decisão financeiras, conforme afirma Assaf Neto e Lima estas decisões “[...] requerem, nos tempos de atuais, maior nível de conhecimento de especialização do administrador financeiro, além de uma visão estratégica e de sinergia com relação ao futuro dos negócios.” (ASSAF NETO; LIMA, 2017, p. 8).

A partir destas colocações pode-se dizer que o administrador financeiro é de muita importância dentro das empresas, pois sua função é planejar e gerenciar toda captação e aplicação de recursos da organização, para que proporcione crescimento e uma boa saúde financeira e econômica, garantindo sua continuidade no mercado.

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, ou demonstrações contábeis são informações estruturadas que fornecem a posição patrimonial e financeira da empresa e conforme indica Ribeiro, seu objetivo é “[...] apresentar os resultados da atuação da administração financeira, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram conferidos.” (RIBEIRO, 2018, p. 61).



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Uma administração financeira eficiente necessita de relatórios contábeis e informações atualizadas e a disposição do gestor. As principais demonstrações financeiras para uma administração eficaz são: Balanço patrimonial, Demonstração do resultado do exercício e demonstrações do fluxo de caixa. A análise destas três demonstrações permite avaliar a saúde financeira da organização, bem como identificar como ela pode ser afetada.

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial de uma empresa demonstra o ativo, passivo e patrimônio líquido em um dado período, Chiavenato define balanço patrimonial como “[...] uma demonstração financeira que reflete claramente a situação do patrimônio da empresa em um determinado momento.” (CHIAVENATO, 2014, p.90).

O ativo é composto pelas contas que representam os bens e direitos da empresa, de acordo com Martins, Miranda e Diniz “Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.” (MARTINS; MIRANDA E DINIZ, 2020, p.21).

Já o passivo é composto pelas obrigações da empresa, Martins, Miranda e Diniz apresentam que essas obrigações derivam de “[...] eventos já ocorridos, cujas liquidações se espera que resultem em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.” (MARTINS; MIRANDA E DINIZ, 2020, p. 24). E o patrimônio líquido representa os recursos próprios da empresa, ou seja, os valores que pertencem aos sócios e acionistas da mesma.

A estrutura do balanço patrimonial deve seguir as normas apresentadas na NBC TG 26 e NBC TG 1.000 e também nos arts. 178 a 184 da Lei n.

6.404/1976. Tradicionalmente esta demonstração é apresentada em formato de um “T”, ficando do lado esquerdo as contas do ativo e do lado direito as contas do passivo. No ativo são evidenciadas os bens e direitos (tanto os tangíveis como os intangíveis) e o passivo evidencias os direitos e as obrigações (RIBEIRO, 2018).

Apesar de o Balanço Patrimonial apresentar uma situação passada ou presente da empresa, suas informações podem servir para tomar decisões visando o futuro da empresa, essas informações podem evidenciar a posição de liquidez e endividamento, a representatividade dos principais grupos patrimoniais e ainda servir como uma designação a um investidor de quanto precisaria investir para ter uma empresa compatível (IUDICIBUS; MARION; FARIA, 2018).

Nesse sentido, o balanço patrimonial é uma das ferramentas mais importantes para a administração financeira pelo fato dela demonstrar a situação financeira atual da empresa. Esta demonstração por ser bastante clara e precisa permite que os gestores se utilizem dela para fazer uma série de análises frente a saúde financeira da empresa, auxiliando eles a desenvolver seu trabalho.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A demonstração do resultado do exercício (DRE) de acordo com Chiavenato “[...] mostra a consequência – o lucro ou prejuízo – das operações da empresa realizadas em um determinado período, bem como os fatores – despesas e receitas – que provocaram esse resultado [...]” (CHIAVENATO, 2014, p. 94).

A DRE apresenta o resultado líquido deduzindo as despesas das receitas e é elaborada para evidenciar o resultado final das operações da empresa em um determinado período, este resultado é obtido mediante confronto das receitas com seus respectivos custos e despesas, ela deve ser



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

estruturada conforme disciplinas apresentadas no art. 187 da Lei n. 6.404/1976 (RIBEIRO, 2018).

No processo de tomar decisões, a DRE é muito importante, pois conforme traz Martins, Miranda e Diniz “É por meio dela que se pode avaliar tendências em termos de receitas, custos e despesas de variadas naturezas. Assim, os índices de rentabilidade e prazos médios estão pautados, em partes, nas informações apresentadas neste relatório.” (MARTINS; MIRANDA E DINIZ, 2020, p. 30).

Assim, a demonstração do resultado do exercício é um relatório indispensável para a gestão da empresa, pois ela permite que seus gestores avaliem a capacidade de geração de lucro dela. E por ser uma demonstração de fácil entendimento e detalhada ela fornece aos gestores informações relevantes na hora de tomar decisões, ajudando no crescimento e desenvolvimento da organização.

2.3 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A DFC são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa durante um dado período, ela proporciona detalhes sobre como a organização gera e aplica seus fluxos de tesouraria, quanto a sua estrutura a Lei n. 6.404/1976 não determinou um modelo padrão, apenas estabelece que a demonstração deve apresentar as alterações de saldo de caixa e equivalentes de caixa dividido em três grupos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos (RIBEIRO, 2018).

As atividades operacionais representam as principais atividades geradoras de caixa como, por exemplo, pagamentos e recebimentos de compra e venda ou pagamento de salários. Já as atividades de investimentos são as compra e vendas de ativos como, por exemplo, aplicações financeiras de longo prazo e compra e venda de ativos imobilizados. E as atividades de

financiamento são aquelas que afetam diretamente o capital próprio e o endividamento da empresa, por exemplo, empréstimos e financiamentos de longo prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

A DFC proporciona aos gestores muitas informações relevantes frente a situação financeira da empresa, Martins, Miranda e Diniz destacam que através da DFC pode-se “[...] avaliar a capacidade de gerar fluxos futuros de caixa da entidade, a capacidade de saldar obrigações e pagar dividendos, a flexibilidade financeira da empresa e a taxa de conversão de lucro em caixa entre outros aspectos.” (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020, p. 44).

A DFC traz muitos benefícios, ela pode proporcionar um planejamento financeiro para que não ocorra excesso/falta de caixa, permite que o gestor saiba quando optar por empréstimos ou como aplicar seus recursos quando este estiver em excesso, e com a DFC também é possível realizar uma projeção do fluxo de caixa futuro, e se comparado o fluxo de caixa projetado com o real pode-se identificar as falhas nas projeções (IUDICIBUS; MARION; FARIA, 2018).

A demonstração de fluxo de caixa é um relatório contábil que evidencia a movimentação financeira da empresa em um determinado período. E sua importância se dá, pois com ela é possível que o gestor desenvolva uma melhor administração da movimentação financeira, evitando excessos e faltas de caixa, ela traz mais clareza ao tomar decisões de investimento e financiamento, o que poderá trazer um melhor desempenho financeiro para a organização.

3 ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira é desenvolvida com base nas demonstrações contábeis, e é primordial no momento de medir o desenvolvimento da empresa para a tomada de decisões. Chiavenato conceitua análise das demonstrações



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

financeiras como um “[...] conjunto de meios métricos pelo qual se examina as condições financeiras e operacionais de uma empresa por meio de dados fornecidos pelas demonstrações financeiras [...]” (CHIAVENATO, 2014, p. 89).

O objetivo da análise das demonstrações contábeis é identificar a posição financeira da organização levando em conta as condições internas da mesma e o cenário econômico e do ramo onde ela esta inserida. E a finalidade destas análises é controlar as atividades operacionais da organização, identificar seu desempenho, e avaliar seus reflexos na economia (ALVES; LAFIN, 2018). Existem duas técnicas de análise de demonstrativos financeiros, a análise vertical e a análise horizontal.

A análise horizontal permite verificar a evolução de cada conta e também de um grupo de contas na demonstração contábil, por meio de índices. Pode-se obter um ano como base, normalmente a demonstração mais antiga, e a partir deste pode-se demonstrar o crescimento ou decréscimo de cada a partir de uma regra de três simples (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

A análise vertical é utilizada na demonstração financeira quando compara em percentuais cada conta em relação ao todo, no balanço patrimonial, por exemplo, é calculado o percentual que cada conta corresponde ao total do ativo e passivo, e se comparar a análise vertical de mais de um ano pode-se observar a evolução de cada conta, se aumentaram, diminuíram ou mantiveram a posição (CHIAVENATO, 2014).

Através destas duas análises podem-se identificar quais pontos precisam de um estudo mais profundo, conforme afirma Silva “A análise horizontal e vertical busca expor as principais variações na dinâmica patrimonial e operacional da empresa, sinalizando quais aspectos precisam de uma análise mais detalhada quando da análise através de indicadores ou quocientes.” (SILVA, 2019, p. 121).

3.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez demonstram a situação financeira da empresa, de acordo com Chiavenato “Quanto maior o índice, melhor a situação da empresa em pagar suas contas. A liquidez representa a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações em curto prazo na data do vencimento.” (CHIAVENATO, 2014, p.100). E são divididos em: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez geral e liquidez imediata.

O índice liquidez corrente avalia a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações em dia, para Silva este índice é apresenta “[...] o quanto a empresa possui em dinheiro, em bens e em direitos realizáveis no curto prazo, comparando com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. É o índice mais utilizado para medir a situação (saúde) financeira das empresas.” (SILVA, 2018, p. 135).

Chega-se a liquidez corrente dividindo o ativo circulante pelo passivo circulante, ou seja, $LC = AC/PC$, se o resultado for maior que 1 significa que os recursos que se espera receber no curto prazo são suficientes para suprir o que se espera pagar no curto prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

O índice de liquidez seca também avalia a capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações, porém desconsidera o estoque, este índice auxilia quando se necessita ver a capacidade de pagamento da empresa em uma situação de baixa rotação de estoque, o que pode refletir em uma má gestão sobre o volume de compras de mercadoria/matéria prima (SILVA, 2018).

Para calculá-lo considera-se o ativo circulante menos estoques dividido pelo passivo circulante, ou seja, $LS = AC-ESTOQUE/PC$. Conforme Kuhn este índice “indica quanto a empresa possui em disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de liquidez imediata),



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

aplicação em curto prazo e duplicatas a receber, para pagar o seu passivo circulante” (KUHN, 2013, p.18).

O índice de liquidez geral indica a capacidade da empresa em liquidar os suas obrigações a curto e longo prazo. O calculo deste índice se dá pela soma do ativo circulante com o ativo não circulante dividido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante, ou seja, $LG = \frac{AC+ANC}{PC}$ (SOUZA, 2014).

Sobre a interpretação deste índice, Souza apresenta que “Quando o indicador de liquidez geral apresenta-se maior que um, significa que a empresa tem recursos no ativo suficientes para liquidar todas as dividas representadas pelos passivos (circulante e longo prazo).” (SOUZA, 2014, p. 90).

O índice de liquidez imediata se dá pela soma de caixas e equivalentes de caixa dividido pelo passivo circulante, ou seja, $LI = \frac{CAIXA E EQUIVALENTES}{PC}$. Este índice conforme Martins, Miranda e Diniz “[...] mostra a parcela das dividas de curto prazo (passivo circulante) que poderiam ser pagas imediatamente por meio dos valores relativos a caixa e equivalentes de caixa (disponível).” (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020, p. 107).

Pode-se dizer que o importante não é a quantidade de índices utilizados pelo gestor, mas utilizar e interpretar os índices corretos para a situação da empresa. Para esta análise traga um resultado mais preciso pode-se levar em consideração a evolução destes índices ao longo dos exercícios, ou então podem comparar com os índices de outras empresas do mesmo ramo. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Pode-se afirmar que os índices de liquidez são de muita importância para os gestores avaliar a capacidade de pagamento da empresa, com a análise destes índices pode-se identificar se a situação da empresa é lucrativa ou se ela esta com problemas que possam afetar a sua continuidade, e assim tomar decisões que irão melhor o desempenho da empresa.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

3.2 ÍNDICE DE ATIVIDADE

Os índices de atividade são utilizados na administração financeira para medir a velocidade com que determinados ativos são convertidos em caixa ou venda. Eles evidenciam informações sobre a gestão da organização, como políticas de estoque, financiamento de compras e financiamento de clientes (CHIAVENATO, 2014). Os principais índices são: índice de prazo médio de recebimento de vendas, índice de prazo médio de pagamento de compras e o prazo médio e renovação de estoque.

O Prazo médio de recebimento das vendas é calculado dividindo a média de duplicatas a receber pela receita total de vendas a prazo depois de multiplicado por 360. Ele evidencia em média quantos dias a empresa cede para seus clientes realizarem os pagamentos quanto maior for este prazo, maior será a necessidade de capital de giro (PEREZ; BEGALLI, 2015).

Pode-se dizer que quanto maior este índice pior para a empresa, porém para uma melhor avaliação dele deve ser considerado também o prazo de rotação do estoque e o do pagamento das compras, este índice pode avaliar a política de concessão de créditos utilizada pela empresa e a eficiência do setor de cobranças (SILVA, 2019).

O índice prazo médio de pagamento de compras é calculado dividindo a média de fornecedores a pagar, pelo total de compras a prazo do exercício e após multiplicando por 360. Ele indica em média quantos dias a empresa recebe de seus fornecedores para realizar os pagamentos. Quanto maior esse prazo, menor será a necessidade de capital de giro (PEREZ; BEGALLI, 2015).

E o prazo médio de renovação de estoques é calculado dividindo a média de estoque de mercadorias pelo custo do produto vendido a após multiplicando por 360. Ele indica em média quantos dias os produtos ficam parados no estoque no decorrer do ano, Neste caso, quanto



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

menor o resultado deste índice melhor, pois o ato de estocagem não agrega valor (PEREZ; BEGALLI, 2015).

O ideal é que a empresa tenha um índice alto de rotação de estoques, mas somente se essa alta rotação se dê pelo aumento da demanda dos produtos vendidos pela empresa. No momento de analisar este índice deve-se levar em consideração também que um alto índice pode significar baixo investimento em estoque podendo acarretar perdas nas vendas, assim como um baixo índice pode significar excessos nos investimentos de estoque podendo acarretar em um aumento de custo do produto (SILVA, 2019).

Sobre os índices de atividade Alves e Lafin apontam que “De maneira geral, os indicadores de atividade demonstram as políticas de controle de fluxo de caixa, assim como a capacidade de assegurar um fluxo constante de atividades operacionais.” (ALVES; LAFIN, 2018, p. 56).

Portanto, os índices de atividade mensuram os prazos relacionados ao ciclo operacional da empresa, desde a aquisição de produtos, sua estocagem e seu recebimento e eles podem auxiliar os gestores a aperfeiçoar o ciclo operacional da empresa, trazendo um melhor desempenho para a empresa.

3.3 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento são capazes de medir o nível de participação de capital de terceiros frente a atividade da empresa, quanto maior esta participação, maior o endividamento dela. Estes índices tem o objetivo de analisar as estratégias de captação e aplicação de recursos (PEREZ, BEGALLI, 2015). Os principais são: nível de endividamento, endividamento geral e composição de endividamento.

Calcula-se o nível de endividamento dividindo o capital de terceiros pelo patrimônio líquido, ou seja, $NE = PC + PNC \setminus PL$, com este índice pode-se visualizar quanto de capital de terceiros foi capitado para cada um real de

capital próprio. (PEREZ; BEGALI, 2015). Martins, Eliseu e Miranda apresentam que este índice “Indica a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros e, nesse sentido, o risco a que esta sujeita.” (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

O endividamento geral é calculado dividindo o capital de terceiros pelo ativo total, ou seja, $EG = PC + PNC / ATIVO\ TOTAL$. Este índice mostra a relação de quanto os capitais de terceiros representa em relação a aplicação em ativos, para a mais correta interpretação deste é necessário levar em consideração a taxa de encargos financeiros para a obtenção desses recursos de terceiros bem como seu grau de alavancagem (PEREZ; BEGALI, 2015).

Já a composição do endividamento é calculada dividindo o passivo circulante pelo capital de terceiro, ou seja, $CE = PC \ / \ PC + PNC$, ele indica a concentração do endividamento em curto prazo (PERRWZ; BEGALI, 2015).

Quanto mais alto o resultado do índice, maior é a concentração das dívidas no curto prazo. Quanto mais baixo o resultado melhor pelo fato de que uma empresa que possua maior concentração de dívidas no curto prazo for surpreendida por uma crise terá que tomar atitudes desfavoráveis economicamente para que assim possa cumprir com as suas obrigações (MARTINS; MIRANDA; ELISEU, 2020).

É importante destacar que o endividamento, não necessariamente indica uma má situação financeira da empresa, Alves e Lafin trazem que “A opção pela utilização de recursos de terceiros para financiamento das atividades da empresa pode ser uma boa estratégia para as empresas que estão consolidadas no mercado e pretendem utilizar recursos próprios para outros projetos.” (ALVES; LAFIN, 2018, p. 101).

Considerando todos esses fatores pode-se afirmar que os índices de endividamento tem a função de fornecer o quanto a empresa possui em dívidas em relação ao seu patrimônio líquido e ativos, auxiliando os gestores a verificar



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

se estão gerindo a empresa de maneira sustentável, ou se poderão ter problemas financeiros, e assim tomar as melhores decisões possíveis.

3.4 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os Índices de rentabilidade demonstram a capacidade que a empresa tem de gerar lucro, conforme apresenta Chiavenato, eles “Permitem avaliar os lucros da empresa em relação a suas vendas, a um certo nível de ativos ou aos investimentos dos proprietários. (CHIAVENATO, 2014, p.105). Os principais são: margem líquida, margem operacional, retorno sobre o ativo e retorno sobre o investimento.

A margem líquida é calculada dividindo o lucro líquido pela receita líquida, ou seja, $ML = LL/RL$, e conforme traz Souza “Representa a rentabilidade da empresa em função da receita, ou seja, quanto sobra de lucro para cada real de receita.” (SOUZA, 2014, p. 113).

Este índice faz um comparativo entre o lucro líquido e as vendas, resultando em um percentual de lucratividade, para a análise deste índice o gestor deverá fazer um comparativo com outras empresas do segmento onde atua (SILVA, 2019).

A margem operacional pode é calculada dividindo o lucro operacional pela receita líquida, ou seja, $MO = LO/RL$, e representa a porcentagem de lucro puro para cada real de venda. Podemos dizer que o lucro operacional é puro, pois mede apenas o lucro obtido pelas atividades operacionais da empresa (GITMAN, 2010).

Com a margem operacional é possível identificar o percentual de retorno que a empresa possui em suas atividades operacionais. Este índice pode apresentar a eficiência operacional da mesma quando comparada ao resultado de empresas do mesmo ramo, possibilitando então que os gestores utilizem

estratégias e melhorem seu desempenho e assim dar continuidade a empresa (ALVES; LAFIN, 2018).

O retorno sobre o ativo apresenta a eficiência com que a empresa gerencia seus recursos, a partir deste índice pode-se visualizar como a empresa aplica o seu lucro em relação ao ativo e avaliar também a eficiência destes ativos em gerar resultado, calcula-se esse índice dividindo o lucro líquido pelo ativo total médio e após multiplicando por 100, ou seja, $ROA = (LL/ATIVO\ TOTAL\ MÉDIO) \times 100$. O ativo total médio se obtém calculando a média do ativo inicial e do ativo final da empresa em um exercício (ALVES; LAFIN, 2018).

O retorno sobre o investimento mede a atratividade de um investimento, e também pode mensurar o retorno obtido por este. Este índice é calculado dividindo o retorno líquido do investimento pelo seu custo, ou seja, $ROI = \frac{\text{Ganho com o investimento} - \text{Custo do investimento}}{\text{Custo do investimento}}$. A interpretação deste índice é simples, se o resultado for positivo indica que o investimento teve êxito, já se o resultado obtido for negativo, significa que o custo do investimento foi maior que o resultado que o mesmo trouxe (ALVES; LAFIN, 2018).

A análise destes índices auxilia os gestores financeiros no momento de tomar decisões frente aos investimentos da empresa, investimentos estes que trarão lucratividade para a mesma, conforme Chiavenato “Para que continue existindo, a empresa precisa apresentar lucratividade, pois sem ela não há como atrair capital externo e nem satisfazer credores e proprietários.” (CHIAVENATO, 204, p. 105).

Os índices de rentabilidade medem o desempenho da empresa, possibilitando identificar o quanto ela gera de retorno financeiro. Através da análise destes índices é possível encontrar soluções para melhorar o desempenho da organização na redução de custos, e no aumento de



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

faturamento, e através dele é possível demonstrar para seus acionistas e possíveis investidores que a empresa é atrativa.

CONCLUSÃO

Nas empresas a administração das finanças são peça fundamental para o seu sucesso, a final, sem lucros a empresa estará destinada ao fracasso. Por esse motivo elas necessitam manter um controle muito preciso frente as suas informações financeiras, pois são essas informações que vão auxiliar os gestores a tomar as melhores decisões, assim garantindo a continuidade da empresa através uma saúde financeira favorável.

Dado o atual cenário de negócios é necessário que a empresa esteja sempre em busca da melhor administração, para ter uma vantagem frente aos seus concorrentes. Por essas razões o este estudo foi desenvolvido com o intuito de abordar as principais informações e ferramentas utilizadas para realizar uma boa gestão financeira, e assim conseguir tomar as decisões mais precisas e adequadas em cada situação apresentada pela empresa.

Para responder ao problema de pesquisa, pode-se afirmar que as ferramentas da gestão financeira auxiliam organização e o entendimento das finanças da empresa, e assim pode otimizar o trabalho e melhorar seu desempenho. As principais ferramentas utilizadas na demonstração financeira são o Balanço Patrimonial, pois ele sinaliza a atual saúde financeira da empresa, a DRE permite avaliar a capacidade de geração de lucro da empresa, e a DFC evidencia toda a movimentação financeira da empresa possibilitando que os gestores fação uma projeção financeira para o futuro.

Através destas demonstrações é possível desenvolver análises através das ferramentas da administração financeira, as principais são a análise horizontal e vertical que possibilitam verificar a representatividade e a evolução de cada conta das demonstrações, objetivando identificar quais pontos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

precisam de um estudo mais profundo, os índices de liquidez que avaliam a capacidade de pagamento da empresa, os índices de atividade que mensuram os prazos relacionados ao ciclo operacional da empresa, os índices de endividamento que possuem a função de fornecer o quanto a empresa possui de dívidas em relação ao seu patrimônio líquido e ativos e, os índices de rentabilidade que medem o desempenho da empresa para identificar o quanto ela gera de retorno financeiro.

Conclui-se que a partir das demonstrações contábeis atualizadas, o administrador financeiro pode extrair informações relevantes frente a situação financeira atual da empresa e, assim fazer o uso das ferramentas da administração financeira e poder conduzir a empresa quanto a captação e aplicação de recursos da melhor maneira possível, ele poderá também desenvolver planejamentos financeiros para o futuro, contribuindo para a maximização do seu valor de mercado e sua continuidade.

Novos estudos poderão ser realizados através de um estudo de caso, aplicando estas ferramentas nas demonstrações contábeis de uma organização, a fim verificar a saúde financeira da mesma, podendo entregar aos gestores uma visão mais ampla e estratégica das finanças, e possibilitando uma gestão mais eficiente para a empresa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Sagah Educação, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos da Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira: uma abordagem introdutória**. Barueri: Manole, 2014.

GITMAN, Laurence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

IUDICIBUS, Sergio de et al. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2018.

KUHN, Ivo Ney. **Gestão Financeira**. Ijuí: Unijuí, 2012.

MARTINS, Eliseu et al. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2020.

PEREZ JUNIOR, José Hernandes; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2019.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de Administração Financeira e Orçamento**. São Paulo: Atlas, 2014.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

ANÁLISE TÉCNICA COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO NO MERCADO DE AÇÕES

Gabriel Klockner¹
Marcos Rogério Rodrigues²
Adelino Pedro Wisniewski³
Claiton José Damke⁴
Janice Walter⁵

RESUMO

A análise técnica é um dos vieses mais utilizados para o estudo de ativos no mercado de ações. O tema deste trabalho é: Análise técnica como ferramenta para a tomada de decisão no mercado de ações. Para a realização deste estudo considerou-se o período de junho a dezembro de 2019. A problemática desta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: os resultados obtidos por um investidor hipotético, pessoa física que utiliza a análise técnica como ferramenta decisória no mercado de ações, são melhores em comparação ao desempenho do Índice Bovespa no período estudado? O objetivo geral deste artigo é analisar o desempenho do investidor pessoa física que utiliza a análise técnica para tomar decisões no mercado de ações, comparando seus resultados com o desempenho do Índice Bovespa entre junho e dezembro de 2019. O fato que justifica a realização deste artigo é que grande parte dos investidores não possui conhecimento para estudar pessoalmente um ativo, optando por comprar indicações de terceiros, onde pode haver fraudes, interesses particulares e cobranças excessivas. O referencial teórico apresenta conceitos sobre o mercado de ações, definições da análise técnica, teorias da análise técnica, e indicadores da análise técnica. Referente a metodologia da pesquisa, este trabalho é classificado como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Quanto

¹ Acadêmico do 8º Semestre do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabiklockner@hotmail.com.

² Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

³ Especialista em Administração em Administração Pública. Revisor. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br.

⁴ Contador e mestre em Engenharia da Produção/UFSM. Professor de Contabilidade e finanças – FEMA. claitonjdamke@gmail.com. Mestre em Contabilidade.

⁵ Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

aos procedimentos técnicos envolveu a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Os resultados demonstram que o percentual de lucro acumulado das ações escolhidas foi maior que a valorização do Índice Bovespa.

Palavras-chave: Opção de Investimento – Mercado de Ações - Análise Técnica.

INTRODUÇÃO

O mercado de renda variável é composto por diversas opções de investimentos, dentre as mais exploradas e conhecidas encontra-se a bolsa de valores. Sabendo das dificuldades na hora de decidir sobre em qual empresa investir, faz-se necessário um estudo antes de tomar decisões. Existe dois grandes vieses que fazem um investidor optar por comprar as ações de uma determinada empresa, são eles: análise fundamentalista e análise técnica. Enquanto a análise fundamentalista é focada em estudar os aspectos financeiros e econômicos das companhias, a análise técnica estuda os movimentos do mercado por meio de gráficos e indicadores.

Esta pesquisa tem como tema a análise técnica como ferramenta para tomada de decisão no mercado de ações. Este trabalho delimita-se em aplicar a pesquisa no período que abrange os meses de junho a dezembro de 2019 traçar um comparativo entre o uso da análise técnica como ferramenta decisória no mercado de ações e o desempenho do Índice Bovespa no período estudado.

O objetivo geral deste artigo é analisar o desempenho de um hipotético investidor pessoa física que utiliza a análise técnica para tomada de decisão no mercado de ações, comparando seus resultados com o desempenho do Índice Bovespa.

São os objetivos específicos: a) conceituar mercado de ações, com foco na análise técnica; b) selecionar algumas ações da carteira, analisar e

demonstrar por meio da análise técnica a motivação da escolha das ações operadas pelo investidor; c) comparar o resultado final obtido com o desempenho do Índice Bovespa.

Quanto a metodologia da pesquisa, este trabalho se classifica como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. No que tange aos procedimentos técnicos, a pesquisa se categoriza como bibliográfica, documental e estudo de caso.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é a parte da contextualização teórica do problema relacionado com o que já se tem estudado ao seu respeito, portanto, deve esclarecer os pressupostos teóricos que darão fundamento para a pesquisa com as contribuições proporcionadas por investigações anteriores (GIL, 2018).

Deste modo, o presente trabalho aborda como referencial teórico: O Mercado de Ações, Definições da Análise Técnica, Teorias da Análise Técnica e Indicadores da Análise Técnica.

1.1 O MERCADO DE AÇÕES

Existem diversos tipos de investimentos na bolsa de valores, sendo o mais explorado e conhecido, o mercado de ações. A empresa que deseja abrir seu capital precisa fazê-lo em uma bolsa de valores, dividindo seu patrimônio em cotas de ações que certificam propriedade dessa empresa. Ao possuir 100 ações de uma sociedade anônima que emitiu 100 milhões de ações, você passa a ser dono de um milionésimo dessa empresa (ELDER, 2006).

Existem vários perfis de investidores em ações, alguns buscam lucro em longo prazo, outros preferem operações mais curtas e ainda existem aqueles que buscam o lucro através da especulação dos preços. Para Basster, é



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

necessário um estudo mais aprofundado sobre os diversos aspectos como margem, custódia, liquidação, risco e modalidades antes de iniciar os investimentos (BASSTER, 2008).

Percebe-se que o mercado acionário oferece boas oportunidades de rendimento, e na contramão, elevados riscos ao investidor que não está preparado para enfrentar esse cenário. Além disso, recomenda-se um estudo aprofundado sobre o mercado e suas características antes de começar a investir.

1.2 DEFINIÇÕES DA ANÁLISE TÉCNICA

A análise técnica, popularmente conhecida como análise gráfica, utiliza gráficos para fazer uma leitura do passado, presente e sugerir movimentos futuros. Lemos sustenta que a “Análise técnica é o estudo da ação do mercado, primariamente por meio de uso de gráficos, com o objetivo de prever as tendências futuras de preços, utilizando o passado como referência.” (LEMOS, 2015, p. 22).

No ponto de vista de Moraes, a análise técnica estuda as cotações de um ativo ao longo do tempo, com o objetivo de identificar possíveis movimentos futuros. Os gráficos demonstram com assertividade o comportamento dos investidores, possibilitando estimar qual a direção mais provável do preço de um ativo em um determinado período de tempo. Isso permite ao investidor encontrar oportunidades para comprar ou vender e obter lucro (MORAES, 2017).

Os analistas técnicos acreditam que os preços refletem tudo que envolve o mercado, inclusive os fundamentos. Cada preço reflete o consenso dos investidores do mercado sobre o valor de determinada ação. Entre esses investidores consideram-se: os grandes investidores institucionais, pequenos e especuladores (ELDER, 2011). Lemos cita um renomado economista inglês

chamado Benjamin Graham que influenciou muito nas decisões de grandes investidores, para ele:

Sendo assim, é notório que a análise técnica busca através de estudos gráficos, encontrar indicadores que permitam ter uma visão clara das possíveis movimentações futuras de um determinado ativo. Essa análise pode ser comparada a uma caixa de ferramentas, onde cada uma serve para determinado objetivo específico e circunstância.

1.3 TEORIAS DA ANÁLISE TÉCNICA

Para explicar o que compõe a análise técnica, foram desenvolvidas algumas teorias, estudadas por grandes investidores e analistas. A principal teoria dessa escola de análise é a elaborada por Charles Dow, considerado “pai” da análise técnica e criador do primeiro e mais importante índice americano até os dias atuais, o Índice Dow Jones. Segundo Botelho, Dow não escreveu livros, mas escrevia editoriais no seu próprio jornal onde fazia considerações sobre tendências que posteriormente foram definidas como Teoria de Dow (BOTELHO, 2009).

Para Charles Dow, os preços descontam tudo, referindo-se a parte que rege a escola de análise fundamentalista. Moraes descreve que nessa teoria, todos os fatores que podem afetar os preços de uma ação já estão precificados, exceto o que ele chamou de “atos de Deus”, referindo-se a furacões, terremotos, guerras, calamidades e outros acontecimentos não estimáveis. E mesmo imprevisíveis, rapidamente são assimilados ao preço (MORAES, 2017).

Não basta movimentos causados por medo, euforia, equilíbrio ou oportunidade para caracterizar uma tendência. Para Lemos, a quantidade de ações negociadas deve andar e crescer com a variação dos preços. Quando os preços sobem ou caem, o volume de ações deve seguir o movimento principal



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

e diminuir nos movimentos de correção. Na tendência altista, o volume deve aumentar quando os preços sobem e contrair quando os preços caem. Na tendência baixista ocorre o processo inverso, com o volume negociado diminuindo quando os preços sobem e elevando quando há depreciação (LEMOS, 2015).

Existe apenas uma verdade absoluta sobre o mercado financeiro: ele se encontra em constante mudança. Por isso, mesmo que demonstre um alto índice de acerto e confiabilidade, a Teoria de Dow não pode ser considerada como infalível. Essa teoria é confirmada por uma outra também muito conhecida na análise técnica, as Ondas de Elliot. Essas duas teorias são consideradas como a base da análise técnica para investimentos no mercado financeiro.

Para Lemos, “Durante seu longo período de convalescença, desenvolveu sua teoria do comportamento de mercado. Foi, aparentemente, muito influenciado pela Teoria de Dow, que tem muito em comum com seu princípio da onda.” (LEMOS, 2015, p. 150). Elliot observou que o mercado seguia alguns padrões que variavam na amplitude e no tempo, sendo os três aspectos mais importantes da Teoria de Elliot: padrões, proporções e o tempo (LEMOS, 2015).

Essa teoria é o principal método para encontrar os pontos de reversão de uma tendência. Frost e Prechter foram os responsáveis por disseminar e popularizar as descobertas de Elliott. Para eles, um movimento no mercado tem a forma de uma estrutura específica de cinco ondas. Três dessas ondas são classificadas como 1, 3 e 5, que realizam o movimento direcional da tendência. Elas são separadas por duas interrupções contra a tendência principal, classificadas como 2 e 4. As ondas de interrupção são um requisito fundamental para a ocorrência da totalidade do movimento de mercado (FROST; PRECHTER, 2002).

A união das duas teorias corresponde a grande parte dos estudos



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

gráficos feitos por investidores técnicos, sendo sua popularidade atrelada ao alto grau de assertividade. Isso ocorre, pois são teorias fáceis de aplicar na prática e que desmistificam a necessidade de se utilizar vários indicadores para formular uma estratégia com resultados positivos.

1.4 INDICADORES DA ANÁLISE TÉCNICA

Na análise técnica não existe uma verdade absoluta, e sim, diversos fatores que mostram o caminho mais provável e estatístico que o mercado deverá percorrer nos próximos movimentos. Essa análise estuda os movimentos do mercado, tentando identificar padrões de preços recorrentes, sendo seu objetivo, sempre lucrar quando os padrões podem se repetir. Para isso, a evolução dessa escola de análise saiu do papel e caneta para as telas dos computadores. Através da evolução tecnológica passou a existir os indicadores técnicos, que possibilitam uma visão clara do que está acontecendo com o preço de um ativo específico (ELDER, 2011).

Na visão de Lemos, os fundos são chamados de suportes, pois representam níveis de preço abaixo do preço do mercado, onde a força compradora cresce drasticamente até interromper a continuação da queda (LEMOS, 2015).

Muitos investidores tornam a análise técnica algo complexo, cheia de estudos difíceis de serem compreendidos. É comum encontrar operadores que utilizam cinco ou mais indicadores técnicos para tomar decisões, tirando o foco de questões mais importantes como o gerenciamento de risco. A análise técnica precisa ser simples, e a média móvel se encaixa neste perfil, que nada mais é do que uma média do preço de fechamento dos últimos *X candlesticks* (MORAES, 2016).

Por não refletir exatamente o cenário atual, alguns investidores utilizam a média móvel exponencial. Ela atribui um peso maior aos dados mais recentes

e reage com mais rapidez às mudanças do que a simples. Em contrapartida, ela se torna menos confiável para análise de dados do passado (BOTELHO, 2009). Lemos explica que as médias móveis exponenciais reduzem o atraso relacionado aos preços, dando maior relevância aos preços mais recentes. Existem três etapas para calcular uma MME: primeiro, calcula-se a MMS do período de tempo desejado; em segundo lugar, calcula-se o fator de ponderação; e por fim, a MME (LEMOS, 2015).

Dentre os movimentos que o mercado percorre, existem padrões gráficos que possibilitam através de analogia com o passado, decidir quando é mais provável que uma tendência prossiga ou reverta. Estima-se que exista cerca de três mil padrões gráficos, destacando-se os mais ocorrentes: gaps, bandeiras, ombro-cabeça-ombro, triângulos, topo ou fundo duplo, além de padrões de *candles*. (LEMOS, 2015).

A análise de figuras gráficas pré-estabelecidas que aparecem com frequência nos gráficos pode representar uma reação do mercado à tendência atual. Este sinal demonstra os fatores psicológicos e emocionais dos investidores nesse mercado, podendo ser um alerta de uma reversão iminente do movimento quando já estiver muito saturado. Munidos dessa informação, facilita a definição das ações para qualquer direção que o mercado tomar (DEBASTIANI, 2007).

Alguns investidores preferem utilizar uma combinação de indicadores técnicos tornando o estudo gráfico mais complexo, enquanto outros, preferem indicadores mais básicos e uma análise técnica mais pura, buscando por estratégias simples. Isso é um grande ponto positivo, pois a análise técnica tem um leque de recursos para satisfazer qualquer perfil de investidor. Em um mercado onde os movimentos futuros são apenas especuláveis, a utilização de um indicador técnico pode ser o grande diferencial para se antecipar, determinar qual é a tendência principal e obter êxito em qualquer cenário econômico.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2 METODOLOGIA

A metodologia pode ser entendida como a parte que descreve os procedimentos para a realização eficaz de uma pesquisa. Sua organização pode variar de acordo com as peculiaridades de cada tema. Porém, por padrão requer algumas informações específicas acerca de alguns aspectos, como: tipo de pesquisa; população e amostra; coleta e análise de dados (GIL, 2018).

Os itens abordados nesse tópico são: categorização da pesquisa, a geração de dados e análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A natureza desta pesquisa é classificada como aplicada, pois envolve uma aplicação prática do estudo teórico com o objetivo de encontrar a solução para o propósito específico.

Referente ao tratamento de dados, este trabalho classifica-se como quantitativo, pois busca analisar dados numéricos acerca do mercado brasileiro de ações, dessa forma, se analisou o mercado com o auxílio de gráficos, as operações e os resultados obtidos pelo investidor, fazendo comparação com o Índice Bovespa.

Esta pesquisa é de caráter descritiva, explicativa e comparativa. Descritiva porque busca descrever as características e a interpretação dos fatos sobre o objeto estudado sem haver interferência de terceiros. A pesquisa é explicativa, pois pretende sinalizar a razão, o porquê das atitudes tomadas pelo investidor e, identificar as causas e efeitos dessas decisões com base no referencial teórico. Quanto ao método comparativo, ele buscar comparar a valorização de uma cesta de ações, com o Índice Bovespa no período previamente estipulado.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

No que se refere aos procedimentos técnicos, este trabalho se classifica como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica por utilizar livros, periódicos e artigos para o levantamento teórico. Documental por também utilizar fontes primárias que ainda não foram tratadas cientificamente, como os gráficos e tabelas estatísticas. E, por último, estudo de caso por buscar compreensão extensiva e estatística sobre um caso isolado, relacionando a prática com o levantamento bibliográfico acerca da análise técnica.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

As técnicas de pesquisa deste estudo podem ser consideradas como direta e indireta. O método direto se constitui pelo levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, ou seja, a bolsa de valores. E, indireta, visto que a base teórica vem de livros, artigos científicos e arquivos por meio eletrônico.

A geração dos dados se deu por meio de um estudo de caso, levando em consideração as operações de um hipotético investidor pessoa física no mercado brasileiro de ações. Por meio de gráficos e ilustrações, explicou-se cada operação com base na teoria sobre a análise técnica. Por fim, comparou-se a lucratividade da carteira de ações com o desempenho do Índice Bovespa no período estudado.

Por mais que a análise técnica possa ser aplicada em qualquer ação ou ativo financeiro, buscou-se utilizar empresas relevantes e que fazem parte dos setores mais importantes do Brasil. As ações e setores escolhidos foram: a petrolífera Petrobrás (PETR4); a mineradora Vale do Rio Doce (VALE3); o Banco Itaú (ITUB4); Cosmética Natura (NTCO3) e a companhia energética Cemig (CMIG4).

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para analisar e interpretar os dados é necessário empregar uma combinação de métodos de abordagem. Neste artigo, utilizou-se o método comparativo e estatístico, representados pela análise das decisões tomadas pelo investidor, levando em consideração o referencial teórico, seguido da comparação do seu resultado com o Índice Bovespa.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, com base no comportamento do mercado brasileiro de ações, durante o período estudado; estão demonstrados, graficamente e com explicações técnicas apenas algumas das decisões tomadas pelo investidor. As operações realizadas são apresentadas com o resultado em porcentagem de lucro ou prejuízo, preservando o valor financeiro utilizado pelo investidor.

3.1 ANÁLISE TÉCNICA DAS OPERAÇÕES

Com o intuito de responder ao segundo objetivo específico voltado a análise técnica que motivou a escolha das ações operadas pelo investidor, relaciona-se a teoria disponível no referencial teórico com o estilo operacional do investidor, a fim de encontrar os pontos de compra e venda das ações.

Na sequência relaciona-se algumas das as entradas estão representadas graficamente com seus respectivos estudos técnicos em ordem temporal de execução, seguidas de sua explicação teórica.

Com o intuito de exemplificar a análise passamos a demonstrar o interesse do investidor em relação a empresa Cemig, foi submetida a um estudo técnico na análise do gráfico observa-se a primeira operação que

configurou uma compra no dia 03/06, representada pela Ilustração 1:

Ilustração 1: Compra de Ações da Cemig 03/06/2019.



Fonte: Dados dos pesquisadores.

Após uma linha de tendência de alta (LTA) de longo prazo, o preço da ação passou por uma zona de consolidação formando uma figura gráfica conhecida como retângulo, sem romper topo e fundo. Esse cenário retrata uma disputa equilibrada entre compradores e vendedores tornando difícil a visão futura do mercado, porém, como afirma Lemos, “[...] um conjunto de ondas pode não ser um fator determinante para causar uma mudança no sentido da maré.” (LEMOS, 2015, p. 107), se referindo aos movimentos secundários que não alteram a direção da tendência principal.

Quando acontece o rompimento do retângulo, é possível observar que foi a favor da tendência previamente em curso, sendo assim, segundo Moraes, “É necessário acreditar na tendência até que ela mude. Se o gráfico entrou em tendência de alta, pensa-se em compra e caso entre em tendência de baixa, pensa-se em venda.” (MORAES, 2016, p. 74).

Nesse caso, o *candle* do dia 01/06 deu continuidade ao movimento altista, com a entrada ocorrendo no dia 03/06 ao preço de R\$ 14,54 após confirmação da tendência. Essa compra foi realizada utilizando a análise técnica mais simples e pura possível, apenas com o uso de tendências,

suportes, resistências e figuras gráficas.

Outra demonstração de análise ocorreu no dia 31/07, quando surge uma oportunidade de venda das ações da Vale após o rompimento de um canal de alta como apresenta a Ilustração 2:

Ilustração 2: Venda de Ações da Vale 31/07/2019.



Fonte: Dados dos pesquisadores.

Esse *trade* foi a única operação de venda presente na carteira de ações, sucedido através de uma oportunidade de rompimento de canal. O preço percorria entre um canal de alta de longo prazo, onde o fundo foi testado pela última vez dia 20/05. Após esse teste, os compradores não conseguiram pressionar o preço para cima e quando a linha central foi tocada, o preço voltou a retrair-se. Neste momento, surge a ideia de que a tendência poderia ser revertida, sendo confirmada pelo rompimento do canal dia 29/07. A venda das ações ocorreu no dia 31/07 ao preço de R\$ 49,47, após a confirmação da baixa.

3.2 COMPARAÇÃO DO RESULTADO FINAL OBTIDO PELO INVESTIDOR COM O DESEMPENHO DO ÍNDICE BOVESPA

Neste tópico, apresentam-se as saídas das operações e seus

respectivos resultados, a fim de mensurar o desempenho da carteira de ações e compará-la ao desempenho do Índice Bovespa. A primeira saída de posição ocorreu no dia 27/06 com as ações da Cemig atingindo a ordem *stop loss* como demonstra a Ilustração 3:

Ilustração 3: Venda de Ações da Cemig 27/06/2019.



Fonte: Dados dos pesquisadores.

O investidor definiu primeiramente a ordem *stop loss*, deixada em um ponto relevante do retângulo formado pela consolidação, ao preço de R\$ 13,99. O alvo da operação foi de cunho financeiro, desconsiderando estudos técnicos e sendo estipulado por uma relação de gerenciamento de risco 3x1, que é três vezes a porcentagem do *stop loss*, tornando como alvo o preço de R\$ 16,19. A venda das ações da Natura foi realizada no dia 18/09, ocorrendo a saída da posição comprada.

Ilustração 4: Venda de Ações da Natura 18/09/2019.

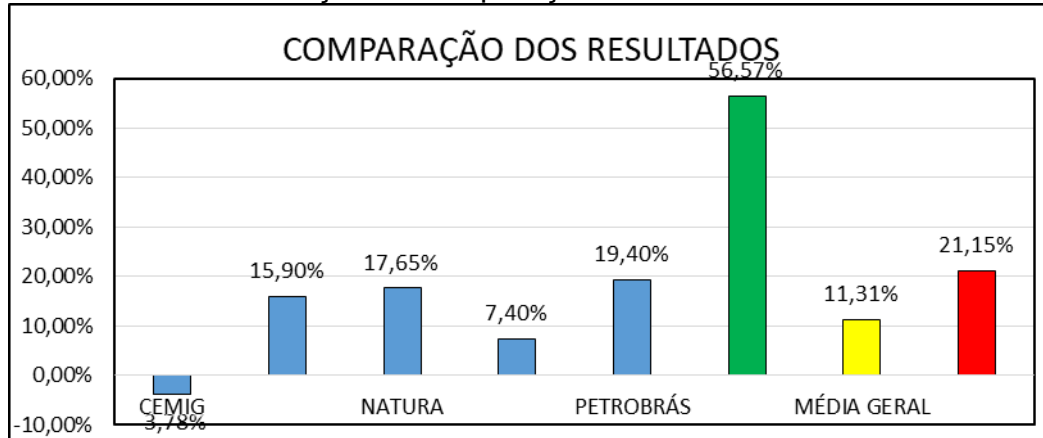


Fonte: Dados dos pesquisadores.

Segundo Lemos, a projeção de Fibonacci mais utilizada é a de 161,8%, que é a expansão de 61,8% sobre o movimento onde foram traçadas as retrações (LEMOS, 2015). Seguindo essa ótica, o movimento que deu origem a operação foi projetado e o alvo foi o 61,8%, sendo atingido dia 18/09 ao preço de R\$ 37,05, oferecendo 17,65% de lucro. O preço chegou a se aproximar do *stop loss* que era de 7,43%, mas se manteve entre as médias móveis e seguiu em alta até atingir o alvo.

Destaca-se que nem todas as decisões do investidor foram relacionadas graficamente neste estudo evidencia-se, no entanto que todas elas foram submetidas a mesmos critérios de análise para tomada de decisões na sequência; relaciona-se os resultados obtidos.

Ilustração 5: Comparação dos Resultados.



Fonte: Dados dos pesquisadores.

A Ilustração apresenta o resultado individual obtido por cada operação da carteira de ações. Lembrando que o objetivo do trabalho não demonstrar graficamente todas as ações do investidor, mas sim, demonstrar algumas delas. Destaca-se que de um total de cinco operações, quatro obtiveram lucro e apenas uma obteve prejuízo. O total de lucro acumulado pelas operações foi de 56,57% e a média entre as mesmas teve 11,31% como resultado.

O Índice Bovespa atualmente é composto por 65 ações diferentes,

sendo formado pelas ações que possuem os maiores volumes de negociação durante os últimos meses, tendo sua composição reavaliada a cada quatro meses. Seu desempenho durante o período em que a pesquisa se sucedeu foi de uma valorização de 21,15%.

A comparação a ser feita entre a carteira de ações e o Ibovespa pode ter diferentes pontos de vista, tudo dependendo da divisão financeira adotada nas operações. Neste caso, com o valor financeiro sendo preservado, o desfecho acerca da rentabilidade possui dois vieses que são apresentadas na conclusão do trabalho.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o que é a análise técnica e a sua composição, bem como, sua aplicação prática no mercado de ações. O estudo realizado possui extrema relevância, visto que esse mercado passa por uma acelerada popularização e migração dos investidores de renda fixa, atrelado ao alto potencial de lucro e diminuição da taxa de juros, desestimulando a poupança e outros investimentos de caráter fixo.

No entanto, é comum que os novos investidores percam seu capital por operar de maneira errata ou apenas seguir orientações de terceiros. A análise técnica surge como uma ferramenta para esses investidores terem um ponto de partida, ou seja, ter uma base para fundamentar as suas decisões e um método comprovadamente eficiente de operar no mercado de ações.

O objetivo geral visou analisar o desempenho de um investidor real, pessoa física, cuja identificação foi preservada, que utiliza a análise técnica para tomar decisões no mercado de ações, comparando seus resultados com o desempenho do Índice Bovespa entre junho e dezembro de 2019. A análise para contemplar o objetivo geral está descrita ao longo do capítulo 3 deste trabalho.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Quanto ao primeiro objetivo específico que é: apresentar conceitos acerca do mercado de ações com foco na análise técnica foi atendido por meio da elaboração do referencial teórico.

O segundo objetivo específico buscou analisar e explicar por meio da análise técnica a motivação pela escolha de algumas das ações operadas pelo investidor, ele foi descrito no tópico 3.1, onde se apresentou a análise das compras e vendas das ações que formaram a carteira de investimento.

O terceiro objetivo específico teve o intuito de comparar o resultado final obtido pela carteira de ações com o desempenho do Índice Bovespa, ele foi descrito no tópico 3.2, onde se constatou que o lucro acumulado pelas operações foi de 56,57%, já o desempenho do Índice Bovespa durante o período analisado teve uma valorização de 21,15%.

O problema da pesquisa buscou responder se os resultados obtidos por um hipotético investidor pessoa física que utiliza a análise técnica como ferramenta decisória no mercado de ações, são melhores em comparação ao desempenho do Índice Bovespa no período estudado.

Existem diferentes perspectivas de analisar os resultados da pesquisa, a primeira torna os resultados acumulados pelas operações muito superiores ao desempenho do Índice Bovespa, levando em consideração uma situação hipotética onde o investidor dividiria seu capital em seis partes iguais, direcionando o mesmo valor para cada uma das cinco operações realizadas e a última para o índice.

Por outro lado, se considerar uma divisão de capital em duas partes, uma sendo dividida entre a carteira de ações e a outra sendo aplicada diretamente no índice, torna o resultado do último mais rentável, visto que a média geral das operações atingiu 11,31%, enquanto que o Índice Bovespa teve 21,15% de valorização durante o mesmo período.

A pesquisa confirma que a análise técnica é funcional e tem a capacidade de alcançar resultados excelentes. Através das ilustrações gráficas



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

e explicações teóricas pôde se perceber que o preço das ações se move em tendências, respeita suportes e resistências, canais, Fibonacci, médias móveis, figuras gráficas e outros estudos técnicos utilizados nas operações.

Além de obter uma lucratividade atraente, as operações feitas pelo investidor alcançaram a menor exposição ao risco em relação ao índice, visto que a grande maioria teve a entrada e saída em um intervalo de tempo menor do que 30 dias. Já, o lucro obtido através do Índice Bovespa considerou sua valorização do dia 01 de junho até 31 de dezembro de 2019.

A pesquisa contribui para a popularização da análise técnica em um aspecto geral, principalmente voltada à sua aplicação no mercado de ações. Possui um caráter educacional para as pessoas que estão interessadas em investir ou que já investem neste mercado. Como forma de aprofundar os estudos sobre o tema, recomenda-se um estudo de longo prazo, a fim de obter informações mais concretas acerca do potencial lucrativo da análise técnica, coletando os dados através de um grande número de operações, com o objetivo de superar o lucro médio obtido pelo Índice Bovespa.

REFERÊNCIAS

BASSTER, Maurício Hissa. **Sobreviva na Bolsa de Valores**: um roteiro para acumular capital com ações e renda variável. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2008.

BOTELHO, Fausto de Arruda. **Método ComStop de Operar nos Mercados**. São Paulo: Enfoque, 2009.

DEBASTIANI, Carlos Alberto. **Candlestick**: um método para ampliar lucros na Bolsa de Valores. 2. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

ELDER, Alexander. **Aprenda a Operar no Mercado de Ações**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006.

_____. **Como se Transformar em um Operador e Investidor de Sucesso**: entenda a psicologia do mercado financeiro. 15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Editora, 2011.

FROST, A. J.; PRECHTER, Robert R. **O Princípio da Onda de Elliot: a chave para o comportamento no mercado.** Rio de Janeiro: Editec, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LEMOS, Flávio. **Análise Técnica dos Mercados Financeiros: um guia completo e definitivo dos métodos de negociação de ativos.** São Paulo: Saraiva Educação, 2015.

MORAES, André. **Análise Técnica Essencial.** São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://produtos.infomoney.com.br/hubfs/ebook-Ana%CC%81lise-Essencialv2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

RELEITURA DA OBRAS DE TOMIE OHTAKE, LUIZ SACILOTTO, VICTOR BRECHERET: INTEGRANDO ARTES E TECNOLOGIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE MINECRAFT EDUCATION

Andressa Kotz¹
Marilei de Fátima Kovatli²
Edilce Massafra Escobar³
Ederson Luiz Locatelli⁴

RESUMO

Este relato apresenta uma prática pedagógica desenvolvida durante o período de isolamento social, onde buscou-se o desenvolvimento de habilidades criativas, de percepção e de resolução de problemas por meio da integração da disciplina de artes e das tecnologias educacionais. O estudo descreve o uso do *Software Minecraft Education* para produzir uma releitura de obras de artistas plásticos, demonstrando que a ferramenta digital pode contribuir para a educação. A metodologia do trabalho é de cunho qualitativo e os procedimentos técnicos abordam pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, sendo desenvolvido em duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental Final. Através desta prática, percebeu-se que a atividade possibilitou uma experiência tecnológica significativa e um maior envolvimento dos estudantes no processo de aprendizagem, visto que, ao serem desafiados a construir sua releitura a partir da tecnologia digital, foi necessário mobilizar e desenvolver habilidades e competências cognitivas de criatividade e criticidade com o intuito de tornarem-se os protagonistas de seu conhecimento.

Palavras-chave: Mundo Virtual - Prática Pedagógica - Releitura.

¹ Instrutora de Oficinas de Robótica Educacional no Colégio Marista Santo Ângelo. É formada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Faculdade CNEC Santo Ângelo). E-mail: andressa.kotz@maristas.org.br

² Aluna de Pós-graduação Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes, é Monitora de Tecnologias Educacionais no Colégio Marista Santo Ângelo. É Mestre em Ciência da Computação (UFSC). E-mail: marilei.kovatli@maristas.org.br

³ Professora de Artes do Ensino Fundamental Anos Finais no Colégio Marista Santo Ângelo. E-mail: edicle.escobar@maristas.org.br

⁴ Supervisor de Tecnologias Educacionais da Rede Marista. É Doutor em Educação (UNISINOS) e participa do Grupo de Pesquisa Educação Digital – GPe-dU (UNISINOS/CNPq). E-mail: ederson.locatelli@maristas.org.br



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

INTRODUÇÃO

Durante o período de isolamento social, as escolas precisaram replanejar e transformar sua forma de ensinar, pois a forma presencial já não era possível, assim os professores de diferentes disciplinas, independente da área do conhecimento, buscaram novas formas para trabalhar com seus estudantes.

Quando se aborda as disciplinas que são trabalhadas quase que exclusivamente com atividades práticas, têm-se um grande desafio, elaborar agora atividades que possam ser desenvolvidas pelos alunos e mediadas pelo professor, para que o conhecimento seja construído e tenha significado para o estudante, pois o espaço, os recursos, as intervenções e interações serão outros.

Nesse contexto destaca-se a disciplina de artes, que antes oferecia diversas atividades práticas, ora na sala de aula, ora em espaços diferenciados nas escolas. Com a utilização de ferramentas tecnológicas para a realização das aulas online existem várias propostas, desde plataformas, jogos digitais, aplicativos, softwares e dentre elas os mundos virtuais, ou MVs, que são um tipo de software educacional ou de entretenimento, cuja principal característica é prover uma experiência imersiva ao usuário, através da emulação do mundo real.

Diante deste cenário, este relato apresenta a possibilidade de desenvolver trabalhos por meio da utilização de um software para criação de mundos virtuais, demonstrando como as tecnologias digitais podem ser inseridos nas práticas pedagógicas e, com isso, desenvolver a aprendizagem. Para tanto, o software utilizado para a criação do mundo virtual foi o *Minecraft Education*, ele possui muitas funcionalidades que permitem uma liberdade de criação e proporcionam uma autoria e protagonismo do estudante.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

As ferramentas tecnológicas possibilitam diversas aplicações na educação, dentre os softwares educativos, existem os que oferecem a oportunidade de ampliar o potencial do uso de imagens, animações e interatividade, além de resgatar o aspecto lúdico e prazeroso da aprendizagem, os softwares de mundos virtuais são vivências, portanto, viabilização do ciclo de aprendizado: ação, reflexão, teorização e planejamento (ou prática).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Muitos trabalhos desenvolvidos na educação apontam que um ambiente quando é modelado de acordo com as significações dos alunos, com suas reais necessidades, tem-se uma maior probabilidade de atingirmos êxito nos objetivos propostos, pois quando acontece a colaboração e a cooperação no ambiente é porque houve interação do aluno com a ferramenta e com o trabalho dos colegas.

O *software Minecraft* é um jogo criado por Markus Persson e segue o estilo *sandbox*. O *sandbox* é um estilo de game em que são colocadas apenas limitações mínimas para o personagem. Com isso, o jogador pode vagar e modificar completamente o mundo virtual de acordo com a sua vontade. Para Moura (2018), ao contrário dos jogos de progressão, um *sandbox* enfatiza a exploração e permite selecionar as tarefas que serão realizadas.

Em sua estrutura de jogo, utiliza cubos que permitem moldar completamente um mundo infinito. O jogador tem total liberdade para destruir, recriar e reposicionar os blocos criando praticamente qualquer coisa. Além disso, é possível criar centenas de itens, como: picaretas, espadas, cercas, portas, tudo a partir de materiais minerados no ambiente do próprio jogo e um curioso sistema de construção chamado de *Crafting*. De acordo com a comunidade *Minecraft*, que é a maior base de conhecimento sobre o *Minecraft*, esse sistema é o método pelo qual muitos blocos, ferramentas e outros recursos são feitos em *Minecraft*. (Microsoft, 2019)



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Para que o algoritmo funcione, os blocos são peças fundamentais, pois as regras são estruturadas de acordo com cada bloco, por exemplo: os blocos de grama e areia vão na superfície, os blocos de água servem para preencher os buracos na grama, já os blocos de pedra e os blocos de minério são usados no subsolo (Monteiro, 2014). Nesse ambiente baseado num mundo através de um conjunto de blocos com uma função simples, todo o trabalho de criação fica a cargo do jogador, que recebe o nome de *gameplay*.

No componente curricular Arte os estudantes são protagonistas e criadores, para isso requer que seu estudo parta de conhecimentos sólidos, bem fundamentados e contextualizados, fazendo com que o aluno se perceba como seres poéticos e estéticos, dotados de competências que lhe permitam compreender e produzir arte.

Partindo do pressuposto que a Arte está a nossa volta e faz parte do nosso cotidiano se faz necessário estimular a percepção artística dos estudantes, de forma a ampliar o acervo artístico-cultural deles em relação a obras, processos, técnicas e artistas, levando-os a uma compreensão mais profunda sobre o que é Arte.

Conforme a BNCC (2017) os estudantes devem desenvolver habilidades relativas a seis dimensões do conhecimento artístico – criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola.

Ao ativar processos que mobilizem essas seis dimensões, o ensino de Arte estará contribuindo para formação de um cidadão que conhece a si mesmo, reconhece a cultura do outro, que está preparado para **convivência social**, para atuar no espaço público, e também pronto para enfrentar o mundo com sensibilidade e criatividade.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Hoje, em meio a momentos de tensões, incertezas e inquietudes com o que estamos vivendo mundialmente por causa da pandemia, o ensino da arte também teve mudanças. As novas experiências de ensino e aprendizado trazidas pela necessidade do isolamento social são de fato um ganho apesar das dificuldades, pois acrescentou mais dinamismo e diálogo entre as várias linguagens artísticas.

No estudo de obras (esculturas) tridimensionais e observações de locais onde estão inseridas, como nos espaços públicos, tem-se características peculiares. Com isso, conceituamos a linguagem artística intervenção urbana.

Segundo Margaret Imbroisi, a Intervenção Urbana é o termo utilizado para designar os movimentos artísticos relacionados às intervenções visuais realizadas em espaços públicos (IMBROISI, 2016).

E ainda, segundo o Grupo Poro, "Intervenções são quase sempre efêmeras. Duram o tempo de uma panfletagem no centro da cidade ou o tempo de uma folha de ouro cair de uma árvore. Duram o tempo do deslocamento do ritmo cotidiano para um ritmo poético, questionador. [...] Uma intervenção pode durar o tempo em que a imagem-provocada ficar na memória de quem a viu. Ou o tempo enquanto as histórias de seus desdobramentos forem contadas. Quantas imagens uma intervenção pode gerar?"

Quando se trabalha a disciplina de artes na modalidade presencial, os estudantes normalmente fazem uma criação artística com materiais convencionais usados nas aulas de arte. Diante do cenário de pandemia com isolamento social, com estudos on-line, foi proposto uma prática pedagógica para que utilizassem o aplicativo Minecraft para criar uma escultura tridimensional baseada nas obras dos três artistas estudados e que fosse uma intervenção que ocupasse um espaço junto ao seu mundo virtual.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é caracterizado como um relato de experiência. Quanto ao seu delineamento, configura-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, pois o conhecimento gerado visa a aprimorar as práticas pedagógicas mediadas pelas tecnologias imersivas no contexto da educação básica. Do ponto de vista do objetivo, o estudo é descritivo e tem como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2005, p. 19).

As etapas do primeiro projeto envolveram a realização de estudos durante as aulas online e estudos bibliográficos sobre os artistas plásticos e suas obras; divisão dos artistas e obras que cada aluno iria reproduzir; produção de um breve material didático sobre o funcionamento do software Minecraft Education e alguns tutoriais sobre sua instalação e utilização; a criação das releituras no Minecraft e, por fim, a apresentação online dessas releituras, na ferramenta Microsoft Teams.

3 DESENVOLVIMENTO

Esta prática pedagógica foi desenvolvida no Colégio Marista Santo Ângelo, em duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, observou-se que um ponto em comum entre elas é o interesse por jogos eletrônicos e a curiosidade que os mesmos despertam em relação a aplicativos que permitem a criação de mundos virtuais. Assim a utilização de um software de criação, de recursos de autoria, como o Software da Microsoft, o *Minecraft*



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Education surgiu como uma alternativa capaz de trazer um ganho significativo de qualidade ao processo ensino e aprendizagem da disciplina de artes durante o período da quarentena, onde as aulas práticas dessa disciplina precisaram serem replanejadas.

A elaboração da atividade de releitura das obras dos artistas Tomie Ohtake, Luiz Sacilotto, Victor Brecheret procurou desenvolver as competências e habilidades descritas na BNCC (2017), pois o trabalho está estruturado de forma que o aluno possa ter oportunidade para mobilizar recursos, conhecimentos ou vivências para resolver problemas, e o pensamento crítico.

Como objetivos a serem desenvolvidos no trabalho, forma definidos da seguinte forma:

- Oportunizar aos nossos alunos o acesso e conhecimento da ferramenta de criação de mundo virtual;
- Demonstrar que é possível com a utilização de aplicativos, no cotidiano de sala de aula, tornar a aquisição do conhecimento uma atividade prazerosa;
- Desenvolver a atitude investigativa, privilegiando a contextualização do assunto de modo a acrescentar outras informações às do senso comum;
- Explorar a leitura visual da imagem do mundo virtual relacionando com os conhecimentos prévios dos alunos e os novos conhecimentos adquiridos.

Durante o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas diversas estratégias como: uso do livro digital, para estudar sobre os conteúdos da cultura brasileira; apresentação de vídeos sobre os principais artistas brasileiros e suas técnicas, passeio Tour em um museu virtual para conhecer o ambiente e suas características, pesquisa na internet para buscar mais informações sobre os artistas escolhidos, apresentação do *Software Minecraft* para criação do mundo virtual, uso da plataforma MV 3.0 para postagens dos materiais, ferramenta de comunicação e interação online Microsoft Teams para o compartilhamento das produções.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

Essa proposta de trabalho deu prioridade ao acesso a tecnologia, à leitura, interpretação, produção, raciocínio lógico, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos.

O aluno foi estimulado a refletir sobre o que já sabe, suas concepções, hipóteses, crenças e novas ideias; com situações de “equilíbrio-desequilíbrio”, desafiando, instigando a dúvida, incentivando que busque, planeje, investigue, comunique-se de forma a explicar sua produção e as relações com o que foi apreendido.

Para introduzir a atividade, primeiramente apresentou-se como um DESAFIO para os alunos produzirem a releitura das obras dos artistas: Tomie Ohtake, Luiz Sacilotto, Victor Brecheret do Modernismo Brasileiro e arte abstrata no software de criação de mundo virtual. Assim foram definidas algumas tarefas:

- Foi disponibilizado na plataforma MV 3.0 os materiais com as orientações, as figuras: figura1, figura2, figura3 e figura4 apresentam o material postado na plataforma.
- Nessas orientações explica-se que primeiramente o estudante deve fazer um desenho que será o esboço do seu projeto, nele vai colocar o que vai construir e qual será a sua escultura.
- Também será necessário tirar uma foto do seu projeto inicial, da sua ideia e postar na plataforma, escrevendo também qual é o artista que está seguindo, para que sua escultura também tenha as características da obra dele.
- Elaborou-se um vídeo tutorial para os estudantes fazerem a instalação do software em seus dispositivos.
- Os estudantes após criarem a sua escultura no mundo virtual, devem postar na plataforma o arquivo gerado no software.
- Durante as aulas, a professora delimitou um tempo para que cada aluno compartilhasse sua construção e explica-se porque a escolha do artista e

da obra, apontando as características observadas e como reproduziu na sua obra.

Para ser possível a realização da atividade, foi necessário ter diversos momentos de interações através das ferramentas tecnológicas para dar apoio e suporte, desde o processo de instalação, ao uso dos comandos do software, bem como da exportação do trabalho para o ambiente da plataforma.

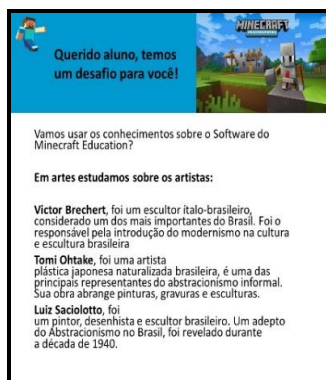


Figura1

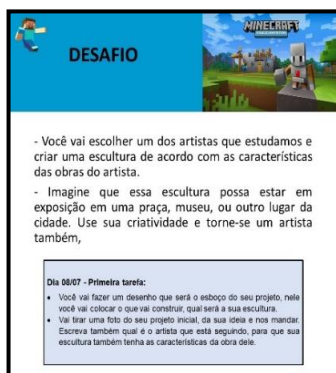


Figura2

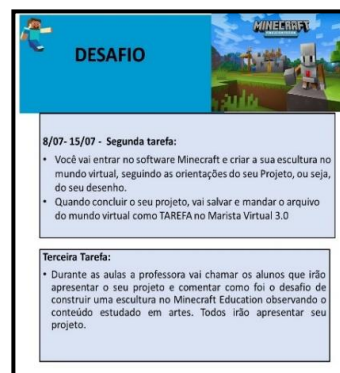


Figura3



Figura 4



Figura 5

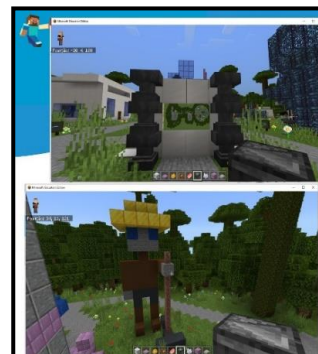


Figura 6



Figura 7



Figura 8

Ao final da atividade, o professor utilizando a ferramenta de comunicação e interação online *Microsoft Teams*, possibilitou o compartilhamento das produções entre os estudantes, fazendo as intervenções, o questionamento sobre os itens criados, a relação com o conteúdo estudado, e também buscando um espaço onde os alunos pudessem expor se já haviam visitado um museu, o qual a percepção ao visitar um museu virtual, sobre as informações descobertas nas pesquisas. Também os estudantes manifestaram quais foram as dificuldades encontradas para desenvolver o trabalho.

CONCLUSÃO

De acordo com a professora de artes, a proposta de inserir o software para construção de mundo virtual foi uma experiência significativa, pois o trabalho era sempre voltado a construção de maquetes com os mais diversos tipos de materiais. Assim, com esse recurso, os alunos sentiram-se desafiados a construir com a ferramenta digital fazendo ligações com os conteúdos estudados, fazendo uma releitura das obras dos artistas selecionados.

Quando foi questionado com os alunos para verificar qual a percepção do trabalho realizado com a ferramenta, a maioria comentou que achou muito

divertido utilizar o *Minecraft* em trabalhos da escola, que achavam que era só um jogo de diversão, segundo a fala de um aluno: “Não imaginavam que seria possível usar o jogo nas disciplinas, para aprender.” Outros alunos colocaram ao serem questionados que só usavam o software para jogar online com o objetivo de brincar de lutar no mundo virtual dos amigos. Outro aluno comentou: “[...] nós não íamos conseguir construir nossa obra, nossa escultura senão tivéssemos estudado com a professora sobre as técnicas, sobre o período de mudança da cultura brasileira, e ainda pesquisar mais sobre os detalhes das obras.” Observando as produções dos alunos, conforme figuras 5, 6, 7, 8, o relato buscou apresentar maneiras de inserir tecnologia em processos significativos de aprendizagem, de modo que possa trazer uma contribuição para a educação. É necessário que as escolas se adaptem a essa nova realidade e apresentem meios de usufruir de ferramentas para que os estudantes se sintam engajados e autores de seu processo de desenvolvimento do conhecimento.

A atividade realizada foi aceita pelos estudantes com muita curiosidade e entusiasmo, levando os mesmos a um conhecimento completo e prazeroso, que nos prova que o ensino de Arte tem sido historicamente recriados, uma vez que as formas de expressão e de investigação do mundo passam por inevitáveis mudanças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MICROSOFT, Minecraft. **Education**. Disponível em: <<https://education.minecraft.net/>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MONTEIRO, Rafael. (2014). **Minecraft: conheça 10 curiosidades do game de sucesso mundial**”. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2013/08/minecraft-conheca-10-curiosidades-do-game-de-sucesso-mundial.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.



10, 11 e 12 de nov. de 2020.
ISBN: 2177-1103.

MOURA, João. (2018). **Saiba o que são Games Sandbox e os Principais Títulos do Mercado**. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/12/saiba-o-que-sao-games-sandbox-e-os-principais-titulos-do-mercado.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.